

ANAIS

TEMPORALIDADES – REVISTA DE HISTÓRIA, V. 17,
SUPLEMENTO 1 (2026) – ANAIS DO XII EPHIS

ENCRUZILHADAS HISTORIOGRÁFICAS: ITINERÂNCIAS
NOS SABERES E CAMINHOS PARA A HISTÓRIA



ANAIIS - XII EPHIS

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA

ENCRUZILHADAS HISTORIOGRÁFICAS: ITINERÂNCIAS NOS
SABERES e CAMINHOS para a HISTÓRIA



ISSN: 1984-6150
Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
15 a 18 de Outubro de 2024



COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Luísa Pessoa Costa
Arthur de Oliveira Damasceno
Camilly Souza Aguiar
Clara Muniz Silva
Gustavo Seyfarth Galvão
Isabella Gouvêa Antunes
Isabella Sardinha Mascarenhas
Lara Eveline Cordeiro Ribeiro
Lauanda Lopes de Souza
Lídia Nataly Santos Sousa
Luisa Padua Zanon
Luís Carlos Albano
Maria Letícia Sérgio
Matheus Fernandes de Aquino
Rafael de Azevedo Silva
Thamires da Silva Souza



COMISSÃO ORGANIZADORA DOS ANAIS

Camilly Souza Aguiar

Isabella Sardinha Mascarenhas

Luisa Padua Zanon

Maria Letícia Sérgio

Rafael de Azevedo Silva

Thamires da Silva Souza

Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] | Departamento de História.

T288 Edição 47, v. 17, Suplemento 1 (2026): — Belo Horizonte:
Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2024.

Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS (XII : 2024 : Belo Horizonte, MG).

Anais do XII Encontro de Pesquisa em História, Belo Horizonte, MG, 14-18 out. 2024
[recurso eletrônico] : Encruzilhadas historiográficas: itinerâncias nos saberes e caminhos
para a História / organizadores: Ana Luisa Pessoa Costa et al. — Belo Horizonte:
Universidade Federal de Minas Gerais, 2024.

499p. : PDF.

Quadrimestral 2012 | Semestral 2023 | Fluxo contínuo a partir de 2025.
Títulos e resumos em português.
ISSN: 1984-6150.

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades>
<http://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/index>

1. História – Periódicos 2. Historiografia – Periódicos I. Universidade Federal de Minas
Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências e Humanas.
Departamento de História.

CDD 901

Publicação Indexada

Sumários.org (Brasil)
Periódicos Capes (Brasil)
Latindex (México)
Diadorim (Brasil)
Open Aire (U. E.)
PKP Index (Estados Unidos)
Livre! (Brasil) Endereço:

E-mail: temporalidades@gmail.com
Homepage: www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Ephis:: <https://www.ephisufmg.com.br/>

Os direitos de publicação desta edição são da
Universidade Federal de Minas Gerais |
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas |
Departamento de História – Outubro/2024.

Endereço

Temporalidades – Revista Discente do Programa
de Pós-Graduação em História da UFMG.
Av. Antônio Carlos, 6627 – Campus Pampulha.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
(FAFICH), 4º andar. 31270-910 – Belo
Horizonte/MG, Brasil.

Observação

A adequação técnico-linguística dos resumos dos
Simpósios Temáticos, Comunicações Livres e
Minicursos é de responsabilidade dos autores.

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitor: Prof. Dr. Alessandro Fernandes Moreira

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretora: Prof. Dra. Thais Porlan de Oliveira

Departamento de História

Chefe: Profa. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho

Colegiado de Pós-Graduação

Coordenadora: Prof. Dr. Ana Carolina V. Gomes

Editor Chefe

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Comissão Editorial Temporalidades 2025-2026

Gabriel Pereira Nascimento

Igor da Silva Nunes

José Arthur Pereira Landrim da Silva

Luís Carlos Albano Duarte Sousa

Mailson Moreira dos Santos Gama

Mariana Costa Borges

Wemerson F. Gomes

Comissão Organizadora dos Anais do XII EPHIS

Camilly Souza Aguiar

Isabella Sardinha Mascarenhas

Luisa Padua Zanon

Maria Letícia Sério

Rafael de Azevedo Silva

Thamires da Silva Souza

Conselho Editorial Consultivo Nacional

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Angelo Adriano Faria de Assis (UFV)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG)

Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)

Francismar Alves da Silva (UNIR)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)

José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)

Leandro Duarte Rust (UFMT)

Márcia Sueli Amantino (Universo)

Marco Morel (UERJ)

Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)

Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)

Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)

Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)

Paulo Pinheiro Machado (UFSC)

Raquel Costa Santos (UESB)

Regina Helena Alves da Silva (UFMG)

Roberta Guimarães Franco Faria Assis (UFLA)

Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)

Samantha Viz Quadrat (UFF)

Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)

Soleni Biscouto Fressato (UFBA)

Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)

Tiago Luís Gil (UnB)

Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

Yllan de Mattos Oliveira (UFRRJ)

Conselho Editorial Consultivo Internacional

Fernanda Olival (U.Évora-CIDEHUS)

Hal Langfur (University of Buffalo)

Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)

José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)

Mafalda Soares da Cunha (U.Évora)

Maria de Deus Beites Manso (U.Évora)

Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)

Pedro António de Almeida Cardim (UNL)

Seth W. Garfield (University of Texas)

Diagramação e montagem

Luíza Pádua Zanon

Camilly Souza Aguiar

Rafael de Azevedo Silva

Capa

Maria Leticia Sério

Open Journal Systems/Banco de Dados

Wemerson F. Gomes

XII ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA UFMG

Realização

Comissão Organizadora XII Ephis
Corpo Discente do Curso de História – UFMG

Apoio

CAHIS	Programa de Pós-Graduação em
Centro de Estudos Mineiros	História
Centro de Estudos sobre a Presença	Projeto Brasiliana
Africana no Mundo Moderno	Projeto República
Departamento de História	Scientia
Doity	Temporalidades
FAFICH	Varia Historia
Laboratório de História do Tempo	Juliana Vilela Farias - Designer
Presente	ijunior UFMG Soluções Digitais - Web
Núcleo de História Oral	Developer
Oficina de Paleografia	

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

ST01 - A História das Américas através de narrativas: relatos, ficções, circulação e repercussões

Coordenadora: Júlia Delage Gomes Sabino.....17

O Orientalismo em Os Sertões, de Euclides da Cunha

João Pedro de Carvalho.....18

ST04 - Caminhos para a História da África: sujeitos, memórias, disputas e trajetórias

Coordenadores(as): Maria Júlia Matoso, Petrus Albino de Oliveira, Roberth dos Santos Freitas, Letícia Reis dos Santos, Jheniffer Caroline Souza e Marcos Iago Siqueira Pereira.....30

O papel da linguagem na estruturação das relações coloniais: Um estudo fanoniano

Hiasmim da Silva do Espírito Santo (UFES).....31

Os 'principes gentium' nas epígrafias da Mauritânia Tingitana: Diferentes perspectivas historiográficas

Gabryel Garcia Lima (UFES).....45

ST05 - Caminhos, agentes e ideias de um lado ao outro do oceano: A constituição do mundo atlântico na modernidade

Coordenadores(as): Gabriela Andrade Milles do Carmo, Lucas Oliveira Ribeiro, Krislayne Mota Mendes, Millena Souza Farias, Luciano Cesar da Costa e Luís Henrique Souza dos Santos.....61

“Mestre da vida que ensina a viver e a morrer santamente” : a utilização de manuais de bem morrer, na busca pela salvação

Thais do Nascimento Gonçalves (UFJF).....62

Entre Insurreições e Plantations: os ideais de Liberdade elaborados na Revolta de Tacky (1760-61) e na Revolução de Saint-Domingue (1791-1804) e seus impactos nas Américas

Erika Camila Pereira Nunes (Unimontes).....75

ST06 - Civilização do Jornal: experiências de pesquisa em História Cultural da Imprensa Periódica (1850-1970)

Coordenadores(as): Amanda Ribeiro Mafra Lima, Ana Paula Neves de Oliveira e Bruno Guaraldo de Paula Silveira.....95

UNIVERSIDADE, IMPRENSA E FUNN/UNIMONTES: FONTE E OBJETO DE PESQUISA HISTÓRICA

Luís Gustavo Souza Fróes (Unimontes).....96

ST07 - Contra linguagem do colonizador: Uma história pós-colonial da interseccionalidade

Coordenadoras: Kleanne Rocha Sartorio e Hiasmim da Silva do Espírito Santo.....107

O Hip Hop de Thaide & DJ Hum e o Rap Como Gênero Midiático

Igor Henrique Moraes (UFOP).....108

ST08 - Corpos disciplinarizados e sujeitos invisibilizados na Ditadura Militar (1964-1985).....122

“Sentenças humanas” que interromperam destinos: o perfil dos protestantes no relatório da CNV (2014)

Alexandre Firmo dos Santos (UFS).....123

ST09 - Ditaduras e pós-ditaduras no Cone Sul: história, memória e representações da violência

Coordenadores(as): Iasmin do Prado Gomes, Samuel Torres Bueno, Caroline Rios Costa, Isadora Silva Gomes, Dirson da Silva Sobrinho.....133

CENSURA E ACOMODAÇÃO: A GRANDE FAMÍLIA EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR

Bárbara de Freitas Parzzanini (UFMG), Camilly Souza Aguiar (UFMG), Anna Luiza e Brito Martins (UFMG)..... 134

Da tortura ao memorial: a trajetória dos sobreviventes do Venda Sexy (1974-1978) na construção da memória chilena

Beathryz Galdino Andriani (PUC-MG).....145

Frei Bernardino e a educação popular: experiência em Divinópolis (MG)

Denise Silva e Souza (UFSJ).....159

Revista Cine Libre: a sétima arte e os caminhos para a redemocratização na Argentina (1980)

Guilherme Cardoso Caldeira (UFMG).....176

ST11 - Gênero, poder e discurso: da Antiguidade ao Renascimento

Coordenadora: Aieska Pandolfi Monfardini.....185

As “mulheres religiosas” e as controvérsias da penitência na Crônica de Salimbene (séc. XIII)

Gilberto de Carvalho Tubaldini Vilela (UFMG).....186

ST12 - História da Educação: Temas, problemas e metodologias

Coordenadoras: Carolina Giovannetti e Camila Cristina Azevedo Castro Teixeira....198

Eventos educativos em perspectiva comparada: Angola, Cabo Verde, Macau e Brasil no império português

Beatriz Gomes Guimarães (UFMG) Yasmin Grigório Silva(UFMG).....199

"Xirê em sala de aula – Orixás como prática pedagógica por uma escola antirracista"

Alessandro Augusto Rodrigues da Silva (UFMG).....215

ST13 - História das mulheres e relações de gênero: desafios e possibilidades

Coordenadoras: Franciele Teixeira Vidal e Stefany Reis Marquioli.....227

Eugenia e Lobotomia: Patologização Feminina e Violação da Saúde Mental pelo Controle Moral

Helena Rodrigues Reinhardt (UFMG).....228

Grande sacrifício ou destino natural? A mudança da percepção da maternidade na França oitocentista

Pamella Turbay (UFES).....241

ST16 - Ideias em trânsito: História Intelectual, História das Ideias e História dos Conceitos

Coordenadores: Douglas de Freitas Pereira, Thiago Henrique Oliveira Prates e Igor Tadeu Camilo Rocha.....253

A circulação das ideias antimarxistas no jornal El Mercurio: o papel da imprensa na queda de Salvador Allende

Raphael Silva Bernardes (PUC-MG).....254

Computer Arts Society: construção coletiva, interdisciplinar e transnacional na interseção entre tecnologia e arte (1968-1985)

Gabe Nascimento (UNIFESP).....267

Conservador nos costumes, o que pode haver por trás disso?

Silvia Gomes Pêgo (PUC-MG).....284

Os usos historiográficos do epistolário ciceroniano

Davi Santos Barros (UFES).....312

Um intelectual dedicado: Lydio M. Bandeira de Mello e a divulgação de seu "sistema filosófico"

Luís Fernando Amâncio Santos (UFMG).....329

ST17 - Memória e Popularizações da História: Disputas e Usos do Passado

Coordenadores(as): Larissa Vitória Ivo, Riler Scarpatti, Pedro Henrique Batistela, Edilan Martins de Oliveira e Marcelo Felício Pinto.....343

"Salvando" o Brasil do comunismo (?)

Luís Gustavo Souza Fróes (Unimontes).....344

A Independência do Brasil e o ensino de História: construções narrativas e o caso da Bahia

Mateus Henrique Figueiredo de Almeida (UFMG), Anna Luiza de Brito Martins (UFMG), Beatriz Gomes Guimarães (UFMG).....355

ST19 - Políticas de e para a cultura na América Latina: Memória, História e experiências

Coordenadores(as): Anderson Albérico de Souza Ferreira, Karen Kristien Silva dos Santos.....368

"Una víctima que renace y que siempre está presente": Fundación Víctor Jara e o trabalho de memória e cultura de Joan Jara (1973-2003)

Maria Luiza Franca Ramalho (UNESP).....369

ST22 - Saúde e Doença na História: entre Ciência, Tecnologia e Sociedade

Coordenadores(as): Polyana Aparecida Valente, Huener Silva Gonçalves, Ana Carolina Fonseca e Luana Fonseca da Silva Rocha

Memória da saúde: A contribuição do Centro de Memória da Medicina para a história das doenças

Isabela Taylor Santos (UFMG), Ráisa Mendes Fernandes de Souza (UFMG).....389

Mulheres na medicina tropical no Brasil: traçando perfis e trajetórias (1950-1980)

Jonathan Eduardo de Paula Santos (UEMG), Polyana Aparecida Valente (UEMG)....400

Prevenção e assistência no transporte público: o jornal do ônibus como fonte para a História da Saúde e das Doenças a partir dos anos 1990

Huener Silva Gonçalves (UEMG).....413

COMUNICAÇÕES LIVRES

Bloco I - História da Educação

Coordenador: Pablo Luiz de Oliveira Lima.....425

A história interroga o mundo do trabalho: atuação do PIBID frente ao Novo Ensino Médio

Pedro Lucas de Paula Oliveira Cardoso (UEMG), Ana Carolina Santos Carvalho (UEMG).....426

Convergências entre a Inteligência Artificial e metodologias de ensino

Ana Livia de Almeida Oliveira Rocha (UEMG), Isabella Gontijo da Silva (UEMG), Mayara Knoeller Mendes (UEMG).....441

Bloco II - Antiguidade e antiguidade tardia

Coordenador: Arthur Cavalcanti.....452

A historiografia de Paulo de Tarso: as múltiplas faces do apóstolo ao longo do tempo

Davi Taylor Pompermayer (UFES).....453

Da Antiguidade à Contemporaneidade: uma análise historiográfica das obras de Diodoro Sículo (século. I a. C.) e Arriano de Nicomédia (século I d. C.) ao longo do tempo

Thiago Henrique dos Passos Felix (UFES).....462

Bloco V - Revistas e Jornais

Coordenadora: Luísa Pádua Zanon.....478

Reações e reflexões Batistas durante a constituinte (1987-1988): uma perspectiva através dos jornais

Vinicius Alves dos Santos (UFMG).....479

APRESENTAÇÃO

O Encontro de Pesquisa em História é um evento anual criado e organizado por estudantes da graduação e pós-graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A XII edição do evento acontecerá entre os dias 15 e 18 de outubro nas dependências da UFMG e terá como tema central Encruzilhadas historiográficas: Itinerâncias nos saberes e caminhos para a história. Ao longo de nossas trajetórias profissionais, tanto na docência quanto na pesquisa, historiadores e historiadoras frequentemente se deparam com encruzilhadas. Essas encruzilhadas representam momentos decisivos, onde, como pesquisadores e professores, somos constantemente chamados a fazer escolhas. Seja ao selecionar um tema de pesquisa, delimitar um recorte temporal ou espacial, ou decidir a abordagem que adotaremos em sala de aula, cada decisão molda tanto nossa visão sobre os objetos de estudo quanto nossas práticas pedagógicas. O fazer historiográfico nos desafia a conhecer novas metodologias e conceitos, o que nos leva a tomar novas decisões e, conseqüentemente, enfrentar novas encruzilhadas que impactam tanto nossa história quanto a de outros.

Além de serem momentos de decisão, essas encruzilhadas também são lugares de encontro, como é o EPHIS, que proporciona trocas entre historiadores, compartilhamento de pesquisas e a abertura de novas possibilidades de conhecimento. São nessas encruzilhadas que teorias e saberes circulam e entram em diálogo, transformando tanto nossas práticas quanto a própria teoria em si. Nesse sentido, o conceito de itinerância se faz presente nas encruzilhadas historiográficas de nossas profissões, nos levando a tomar caminhos antes não pensados para nossos trabalhos. Compreender que nossos saberes caminham conosco significa reconhecer que outros também trilham

seus próprios caminhos, com diferentes saberes, ampliando as possibilidades historiográficas. Assim, o objetivo deste EPHIS é convidar os saberes históricos que desafiam tanto o papel social de nós historiadores quanto nos fazem refletir sobre a função social da história além das fronteiras acadêmicas. A partir dessa perspectiva mais ampla, a proposta deste tema busca não apenas incluir os espaços universitários, mas também trazer para o centro das discussões os diversos sujeitos e comunidades que interagem com o saber histórico — como as comunidades quilombolas, congados, praticantes de religiões afro-brasileiras e os povos indígenas. Nessas culturas, a encruzilhada, além de lugar sagrado, simboliza caminho, encontro, movimento e celebração. Ao considerar esses saberes, não olhamos apenas para os escombros do passado, mas também para o que e quem permanece sob eles após as tempestades. É por meio desses diálogos, nas encruzilhadas de nossa disciplina, que o EPHIS, neste ano, busca compreender os caminhos trilhados pela história. A diversidade de temas pesquisados, as experiências em sala de aula e nossa atuação política — seja para enterrar ou caminhar com o passado — compõem essa reflexão. Assim, nos aproximamos das múltiplas formas de pensar e vivenciar a história em suas diferentes dimensões.

Atenciosamente,
a Comissão Organizadora.

ST01 - A História das Américas através de narrativas: relatos, ficções, circulação e repercussões

O Orientalismo em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha

João Pedro de Carvalho

Doutorando

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

joaopedro15822@gmail.com

Resumo: Em momento anterior à escrita de *Os Sertões*, pouquíssimas obras literárias ou científicas tinham estetizado o semiárido brasileiro. Isso quer dizer que Euclides da Cunha, após testemunhar o massacre de Belo Monte, não contava com um repertório de imagens das caatingas ou das cidades sertanejas o qual seus leitores poderiam facilmente acessar. Era preciso inventá-lo, ainda assim, situando-o em alguma tradição para que tivesse legibilidade. Pretendo argumentar, então, que o escritor recorreu às produções literárias e teóricas de eruditos europeus que, àquela época, viajavam pelas colônias da Ásia e do Oriente Médio, transformando paisagens e culturas “exóticas” em objetos de estudo e de composição artística. Essa série de produções sobre o “Outro” do Ocidente foi sintetizada por Edward Said no conceito “Orientalismo”, definido pelo próprio crítico como “um modo de visão e escrita dominado por imperativos, perspectivas e vieses ideológicos por meio dos quais o Oriente é ensinado, pesquisado e comentado segundo maneiras determinadas”. A particularidade desse modo de visão e escrita encontra-se no fato de que o Oriente e suas populações eram simbolizados quase sempre como bizarros e grosseiros, ou seja, vistos como um outro excêntrico o qual a Europa tinha a missão de civilizar. A campanha contra Belo Monte inseriu-se em circunstâncias similares. No contexto de proclamação da República, definiu-se que os sertões precisavam ser conquistados e modernizados pela nação, pois eram tidos como um ermo ou como uma terra povoada por criaturas “primitivas”, “bárbaras”, de cujo atraso e selvageria a “civilização” moderna poderia redimir. De acordo com essa lógica, fazia sentido tematizar os sertões como se estes fossem o “Oriente”, inserindo no interior da Bahia elementos como a Babilônia, o Saara, Maomé, pirâmides, múmias e os beduínos, dentre muitos outros. Assim se configurou, em *Os Sertões*, uma paisagem com cores e perfumes egípcios, assírios, persas, chineses e indianos. Toda essa estética carregada de misticismo, de exotismo, de alteridade defeituosa e de desejo de dominação inaugurou, portanto, o semiárido como cenário da literatura brasileira. Este artigo pretende demonstrar os motivos pelos quais Euclides empregou o Orientalismo em *Os Sertões*, como ele se manifesta na obra e, sobretudo, como tal abordagem foi responsável por fundar convenções que ainda definem a maneira como pensamos o Brasil, seus territórios mais recônditos e suas populações tradicionais.

Palavras-chave: *Os Sertões*; Euclides da Cunha; Orientalismo; Edward Said; Literatura brasileira.

Do ponto de vista clássico da geografia, “sertão” não se qualifica como um “território” ou como uma “região”, tendo em vista que o Estado brasileiro não exercia articulação com aquelas terras e populações (MORAES, 2003, p. 1). Não havia uma fronteira que delimitasse os sertões, que dissesse onde ele começa e onde termina, nem havia sobre lá a imposição da ordem e da justiça. Uma vez que não havia soberania do Estado sobre os sertões, prefiro, então, denominá-los apenas “espaço”.

Mas o que define esse espaço? Derivando etimologicamente de “desertão” (NEVES, 2007, p. 9), o sertão é reconhecido como a morada do bruto, do selvagem, do vaqueiro, do quilombola e do indígena. De acordo com o ponto de vista ocidental, é um espaço distante e primitivo, “parado na história”, onde a civilização moderna, com sua ânsia expansionista, “ainda” não havia alcançado. E um desses espaços era o semiárido, a terra do vaqueiro, dos jagunços, dos indígenas e dos cangaceiros.

Mas o semiárido do século XIX, por estar tão distante geográfica e historicamente da “civilização”, não era abrangido pela ciência moderna e nem pelas artes. Portanto, não havia um inventário científico ou literário que definisse aquele espaço.

Tratando especificamente da literatura, é possível dizer que, em um momento anterior a *Os Sertões*, as únicas obras de relativa expressão a já terem situado suas narrativas na caatinga foram *O Sertanejo* (1875), de José de Alencar; *O Cabeleira* (1876), de Franklin Távora; *A fome* (1890), de Rodolfo Teófilo; e *Os jagunços* (1898), de Afonso Arinos. Mas essas foram obras menores. Raridades

esparsas, incapazes de convencionarem aquele território e fixá-lo no imaginário coletivo. Com efeito, os clichês do vaqueiro de gibão de couro, do sol forte, lancinante, do solo gretado, dos cactos, dos retirantes, das cacimbas secas, do catolicismo ferrenho, do cangaço, tudo isso veio a se consolidar no imaginário nacional apenas no começo do século XX e, sobretudo, a partir da influência dos escritos de Euclides da Cunha, conforme assinalou Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2011, p. 62), no clássico *A invenção do Nordeste*.

Antes disso, porque as artes ainda não tinham desenvolvido imagens nítidas que sintetizassem o que eram as caatingas e a “civilização do couro”, o cidadão brasileiro, o habitante das grandes cidades do litoral, ainda era incapaz de imaginar a paisagem do semiárido e a cultura de sua gente. E isso impôs sobre Euclides da Cunha grandes dificuldades. Como poderia ele descrever uma paisagem se ainda não havia convenções que definissem seus traços mais marcantes? Se ainda não havia uma tradição que dissesse “a caatinga é assim”? Como transformar algo em literatura, isto é, como simbolizar esse algo, sem uma referência clara de como ele é?

Diante dessa questão, gostaria de propor a seguinte hipótese: Euclides buscou fórmulas para descrever paragens áridas, distantes e exóticas, como eram, para ele, os sertões do Brasil, nos estudos produzidos por eruditos britânicos e franceses, que, no século XIX, escreviam sobre as suas colônias no Oriente. E que, dada a importação dessa estética colonial pelo autor de *Os Sertões* (o primeiro a definir de maneira coesa o que eram as caatingas e o povo sertanejo para os brasileiros do litoral), a maneira como ainda hoje imaginamos os sertões se refere, em grande medida, ao Egito, à Arábia, à Pérsia ou à Índia. Com isso, quero em última instância refletir sobre o fato de o imaginário que hoje temos dos sertões brasileiros derivar de uma perspectiva orientalista.

Edward Said (1990, p. 209) definiu o Orientalismo como “um modo de visão e escrita dominado por imperativos, perspectivas e vieses ideológicos por meio dos quais o Oriente é ensinado, pesquisado e comentado segundo maneiras determinadas” por eruditos ocidentais. Nesse sistema de representações, o oriental é caracterizado como irracional, depravado ou infantil. Como ele é um fanático e um violento, sua cultura é simbolizada como algo repleto de misticismos, exotismos e perversidades. Já a sua terra é uma paragem obscura, cujos mistérios só podem ser esclarecidos pelos aventureiros mais corajosos.

E esse longo inventário de bizarrices pelos quais o Oriente e os orientais são simbolizados nas produções do Ocidente apresenta propósitos políticos, pois serve para acentuar a sobriedade e a racionalidade dos hábitos ocidentais, já que o europeu é visto, em oposição àqueles povos excêntricos, como racional, virtuoso, maduro, “normal” (SAID, 1990, p. 50). Por ser o ocidental intelectualmente e moralmente superior a qualquer outra gente, só ele saberia empregar com o máximo de proveito os recursos materiais e humanos do Oriente. Consequência “natural” disso é a sua necessidade de tutorar aqueles incapazes de se autogovernarem, pois só assim estes atingirão algum grau de “civilização” e de “progresso”. O que nos leva a caracterizar o Orientalismo, enfim, como uma espécie de projeção ocidental sobre o Oriente que parte de uma vontade de governá-lo.

Edward Said (1990, p. 61) ainda analisou como as produções científicas realizadas por profissionais eruditos sobre o Oriente provocaram na Europa do século XIX uma epidemia de temas orientais que influenciou todo grande poeta, ensaísta e filósofo. Daí derivam obras feitas *As flores do mal*, de Charles Baudelaire, e *Salambô*, de Gustave Flaubert, que manifestam interesses exóticos pelo mundo além-Mediterrâneo.

Mesmo afastado desse circuito, há evidências bastante explícitas de que Euclides estilizou a caatinga e a população sertaneja inspirado em clichês orientalistas sobre a Arábia, o Egito, a Palestina, o Iraque e a Índia obtidos por meio da literatura europeia novecentista. Mas, antes disso, devemos notar que o Orientalismo de Euclides inclusive precede *Os Sertões*, o que reforça o argumento de que as inspirações estéticas e teóricas do escritor advêm menos das paisagens e dos costumes do semiárido e mais de um arcabouço científico-literário adquirido por ele, por meio dos livros, antes mesmo de entrar em contato com aquelas partes do Brasil. Devemos pensar, então, que ele, em vez de coletar em campo certas informações que encontramos em *Os Sertões*, já as levava consigo, o que o levou a imprimir determinados vieses ideológicos sobre o espaço sertanejo.

Alguns elementos do poema “As catas” (CUNHA, 2005, p. 17-18), por exemplo, fazem dele uma versão cabocla de “Ozymandias” (1818), de Shelley, ou de “A esfinge” (1894), de Oscar Wilde. Substituindo os cenários do Saara e do Vale dos Reis pelo que há de pitoresco nos sertões mineiros, Euclides desenhou uma paisagem de ruínas áridas que evoca o tempo e a morte: tema bastante característico da poética novecentista, que se origina das viagens de eruditos britânicos ao Egito e à Mesopotâmia, onde os destroços de civilizações antigas os levavam a questionar a transitoriedade de seu próprio tempo.

Já a respeito do Orientalismo presente no nível temático de *Os Sertões*, Euclides (1984, p. 61) caracterizou as línguas tapuias como “bárbaras”, termo de origem grega que designava povos estrangeiros e que passou a denominar certos grupos nômades do norte da África, os bérberes. Estes foram descritos por Euclides (1984, p. 34), também, como “bárbaros”, o que revela a correlação que o escritor fazia dos termos.

Ainda que esse exemplo seja insuficiente para apontar uma estética Orientalista na obra, em conjunto com vários outros, ele começa a assinalar a ideia de que Euclides desenhou os sertões da Bahia como se estes fossem o Saara. A começar pelas várzeas secas da caatinga terem sido comparadas por ele (1984, p. 271) com os *oueds*, palavra de língua árabe que designa os leitos secos dos rios que margeiam o deserto norte-africano.

Já com o objetivo de explicar a gênese do semiárido brasileiro, Euclides (1984, p. 31) citou os processos que formaram o Saara, bem como os *bejabans*, termo persa pelo qual o naturalista alemão Alexander von Humboldt definiu os imensos mares de areia que atravessam a Pérsia, indo do Mar Cáspio até a Índia. A respeito das analogias entre o Saara e o semiárido, destaco a passagem de *Os Sertões* em que obras de engenharia dos romanos no norte da África foram usadas como exemplo de como o Brasil poderia transformar o seu próprio deserto, vencendo “a natureza antagonista” (CUNHA, 1984, p. 34).

Com o objetivo de situar geograficamente essas obras, Euclides escreveu que “quem atravessa as planícies elevadas da Tunísia, entre Beja e Biserta, à ourela do Saara, encontra [...] restos de antigas construções romanas” (CUNHA, 1984, p. 34). Embora escreva como se já tivesse viajado por ali, sabemos que o escritor jamais foi à Tunísia. Com efeito, Euclides deixou o Brasil pela primeira vez três anos após publicar *Os Sertões* (e para ir ao Peru, apenas), de modo que a sua propriedade para descrever o Saara só pode ter sido adquirida por meio da literatura científica produzida por eruditos orientalistas.

Os Sertões ainda denominou Belo Monte uma “tebaida turbulenta” (CUNHA, 1984, p. 121), em referência às províncias desérticas do Alto Egito que serviram de refúgio para cristãos eremitas no século V d.C.. Considerando, então, o sertão baiano como o Egito, Euclides (1984, p. 8) inseriu nas caatingas

as pirâmides: “os morros do Lopes e do Lajedo aprumam-se, à maneira de disformes pirâmides de blocos arredondados e lisos”. E também as múmias: Antônio Conselheiro foi descrito como alguém que “deixou crescer a barba e cabelos, veste uma túnica de algodão e alimenta-se tenuamente, sendo quase uma múmia” (CUNHA, 1984, p. 95). Os sertanejos, de maneira geral, sofreram a mesma comparação: “tendo a pele bronzeada colada sobre os ossos, áspera como a epiderme das múmias” (CUNHA, 1984, p. 284).

Ainda nas referências ao norte da África, em *À margem da história*, mais precisamente no subcapítulo “Um clima caluniado”, Euclides (2019, p. 98) afirmou ser “o sertanejo nortista ou, mais incisivamente, o jagunço, dotado da abstinência pastoral e guerreira do árabe [...]”, além de ter mencionado os imigrantes sírios, que chegavam de Beirute após a visita de D. Pedro II ao Oriente Médio, em 1876. De volta a *Os Sertões*, porque os conselheiristas viviam com base no comunitarismo, disse o escritor (1984, p. 110) que “a propriedade tornou-se-lhes uma forma exagerada do coletivismo tribal dos beduínos”. Ademais, segundo ele (1984, p. 121), um viajante que chegasse em Belo Monte e visse de perto “mil homens armados de bacamartes, garrucha, facão etc.” teria “a impressão de haver caído, de súbito, no meio de um acampamento de beduínos”.

Euclides (1984, p. 34) ainda analisou que o Saara obteve esplendor quando foi conquistado pelos romanos. Contudo, decaiu com o “desleixo bárbaro dos árabes que os substituíram”. Mas ele (1984, p. 35) também ponderou que, em seus dias, “a França salva os restos da opulenta herança da civilização romana, depois desse declínio de séculos”. Tal ponto de vista está contaminado pela perspectiva orientalista: o árabe e sua cultura significam a decadência, e o europeu, a redenção. Mas o que nos interessa notar aqui, na transposição do Saara para as caatingas, é a perspectiva etnocentrista também

ter sido traduzida por ele para o contexto brasileiro: em *Os Sertões*, os sertanejos são também decaídos a serem, paradoxalmente, combatidos e salvos pela “civilização”: a República.

Mas, mesmo que defendesse a conquista daqueles “bárbaros” brutos e incultos pelo Ocidente, Euclides era movido por um fascínio pelos exotismos e pelos mistérios do Oriente. Um fascínio tão extremo que o aproximava do seu objeto de estudo a ponto de ele não se entender apenas como um europeu na Ásia ou no Norte da África, mas, até mesmo, como um oriental. Quero dizer com isso que Euclides desejou encarnar aquilo que o fascinava: não bastava para ele apenas estudar a Arábia, ele queria ser um árabe. E, assim, em diferentes correspondências, o escritor caracterizou-se.

Em cartas endereçadas a um amigo dos tempos em que viveu em Campanha, Minas Gerais, Euclides identificou-se como um homem árabe. “Campanha avultará sempre no meu passado como a paragem mais formosa e santa da minha existência de árabe”, afirmou em junho de 1895. Já em outubro do mesmo ano, descreveu “a satisfação de acolher o meu amigo e família na minha tenda de árabe” (GALOTTI; GALVÃO, 1997).

Além disso, o escritor incorporou à sua própria aparência um estilo orientalista: o jornalista Alfredo Silva, enviado a Belo Monte como correspondente pelo jornal *A notícia*, relatou no dia 18 de setembro de 1897 que “dos nossos vestuários incontestavelmente destacava-se o do distinto colega”, Euclides. “Chegado ainda anteontem, [ele] se apresentou de vistosas botas de verniz, calça branca, camisa de fina seda e chapéu de fina palha” (GALVÃO, 1994, p. 191). Ao escolher um terno branco, camisa de seda e chapéu de “fina palha” para embarcar no trem com sentido a Belo Monte, Euclides parecia um inglês indo visitar as colônias. Ele se vestiu como um arqueólogo, um egiptólogo ou um explorador europeu, colocando-se no lugar de um erudito metropolitano indo

estudar *in loco* o Egito ou o Iraque. Ao ir à Bahia, Euclides sentia-se, portanto, como um cientista aventureiro que parte em uma jornada para explorar os “mistérios” do Oriente.

Impulsionada por essa obstinação pelos exotismos da Ásia ou do Norte da África, a viagem orientalista de *Os Sertões* continua... Belo Monte, para Euclides (1984, p. 257), recordava um recanto do Mar Morto, assim como reverberava os “plainos do lêmén...”. A cidadela também foi definida por ele (1984, p. 313) como uma “Babilônia de casebres, avassalando colinas” e como uma “Jerusalém de taipa” (CUNHA, 1984, p. 124).

O que permitiu essa última analogia foi a religiosidade ser tão intensa entre os sertanejos quanto é na cidade sagrada para as religiões abraâmicas. A crítica literária Walnice Nogueira Galvão (2009) elencou, aliás, uma série de paráfrases bíblicas que compõe *Os Sertões*. Destaco que “A terra”, ao apresentar os processos geológicos formadores do semiárido brasileiro, remete os leitores ao mito da criação exposto no livro de Gênesis, enquanto a migração de sertanejos para Belo Monte corresponde à fuga dos judeus do Egito e à busca pela Terra Prometida narradas no livro do Êxodo. Mais adiante, o “profeta” Antônio Conselheiro surge como o Messias dos Evangelhos e “A luta”, em que se narra o fim da sociedade construída pelos sertanejos, relativiza-se ao Apocalipse.

As descrições de caráter orientalista de *Os Sertões* ainda fazem referências às demais religiões abraâmicas. Quanto ao hebraísmo, o escritor (1984, p. 100) questionou se não haveria nas expressões sebastianistas do semiárido “um traço superior do judaísmo”, e concluiu que estas eram um “permanente refluxo do cristianismo para o seu berço judaico”. Ele (1984, p. 80) ainda classificou as práticas empregadas pelos sertanejos para curar os animais e produzir seções

como “benzeduras cabalísticas” e encontrou nas mulheres de Belo Monte “as linhas dessa beleza imortal que o tipo judaico conserva imutável através dos tempos” (CUNHA, 1984, p. 116).

Quanto à cultura islâmica, Euclides (1984, p. 75) citou as encenações das cavalhadas e das mouramas, em que os sertanejos “ajaezavam” seus cavalos, palavra de origem árabe, “*jahaz*”, que designa um arreio ornamentado, e vestiam-se “à maneira de muçulmanos”. Ainda, a preparação dos conselheiristas para o combate foi denominada por ele “mourejar” (CUNHA, 1984, p. 181), ou seja, trabalhar como “mouro”, a vila de Bom Jesus da Lapa foi apelidada de “Meca dos sertanejos” (CUNHA, 1984, p. 129) e as peregrinações do Conselheiro, de “hégira” (CUNHA, 1984, p. 103). Nesse mesmo sentido, a apostasia e a pretensão à eminência teológica por parte do líder de Belo Monte fizeram dele, em *Os Sertões*, uma personagem equivalente não só a Jesus, mas também a Maomé.

A viagem orientalista de *Os Sertões* prosseguiu ainda mais para o leste... Euclides (1984, p. 31) mencionou as paisagens desérticas da Pérsia e, tratando de estratégias militares, lembrou a “ânsia perseguidora do persa” no episódio dos “Dez mil”, quando Ciro, o Jovem, contratou essa quantidade de mercenários para assassinar Artaxerxes II, destituindo-o do trono pérsico (CUNHA, 1984, p. 247). Ele (1984, p. 108) também caracterizou o grande contingente de sertanejos que rumavam para Belo Monte, atravessando o semiárido, como “caravanas”, palavra que nomeia, em sua origem persa (*karwan*), uma fila de camelos ou um grupo de viajantes. Quando chegavam à cidadela de Antônio Conselheiro, esses peregrinos tornavam-se almas “encafurnadas na tapera babilônica” (CUNHA, 1984, p. 256).

E o escritor (1984, p. 139) ainda situou a Índia nos sertões. Ele designou os jagunços “guerrilheiros-tugue”, uma fraternidade secreta de assassinos indianos, e também é possível citar a caracterização de um canhão Krupp usado pelo Exército em Belo Monte como um dos “carros de Shiva” (CUNHA, 1984, p. 150), ou a escolha pelo epíteto “Himalaia brasileiro” para se referir à orografia do norte de Minas (CUNHA, 1984, p. 6).

Mas é preciso insistir no fato de que a tematização da “natureza” pelas artes nunca é neutra nem objetiva. Pelo contrário. O contexto em que Euclides produziu sua estilização orientalista dos interiores do Brasil demonstra como certas motivações políticas impregnaram a maneira como ele percebia os sertões. Uma delas é a tentativa de aludir à Revolução e a criação da República Francesa: pois, assim como Napoleão invadiu o Egito a fim de emular outra grande república histórica, a romana, que tinha o Egito como uma de suas províncias, a recém-fundada República brasileira quis fazer igual. Ela procurou criar uma grande cena que representasse o poder e o prestígio do novo sistema de governo. Em vez do Saara encontrou, no entanto, as caatingas. O semiárido foi então imaginado pela elite política e pela *intelligentsia* nacional como se fosse o Oriente segundo os franceses: um lugar distante no sentido geográfico, mas também no sentido histórico, a ponto de parecer estar no tempo passado. Seu cenário desértico era ocupado por bárbaros e produzia fantasias ora estimulantes, ora repulsivas. Dessa forma, o sertanejo mostrou-se oriental, bárbaro, primitivo, para o brasileiro que se cria moderno, reforçando o primor de sua ordem e progresso.

Referências bibliográficas

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

_____. As catas. In: _____. **Ondas e outros poemas esparsos**. Curitiba: Positivo, 2005.

_____. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984.

GALOTTI, Oswaldo; GALVÃO, Walnice Nogueira (orgs.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **Euclidiana: ensaios sobre Euclides da Cunha**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais**. São Paulo: Ática, 1994.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. **A invenção do Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão: um outro geográfico. **Terra Brasilis**, v. 4, n. 5, 2003.

NEVES, Erivaldo; MIGUEL, Antonieta. **Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbio coloniais dos sertões da Bahia**. Salvador: Arcádia, 2007.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ST04 - Caminhos para a História da África: sujeitos, memórias, disputas e trajetórias

O papel da linguagem na estruturação das relações coloniais: Um estudo fanoniano

Hiasmim da Silva do Espírito Santo

Mestranda

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Hiasmim.hist@gmail.com

Resumo: Ao se ler Frantz Fanon, é notável o papel que se estabelece em sua percepção sobre a relação entre colonizados e colonizadores. Todavia, esse tipo de relacionamento não é exclusivo dos contextos em que Frantz Fanon viveu ou que ele buscou delimitar em seus textos, ou seja, houve um projeto colonial. O plano de colonização foi empreendido majoritariamente pelos europeus em relação aos não europeus, e essa estratégia fortaleceu inúmeros países da Europa, seja pelas especiarias, seja pela mão de obra obtida através da escravização, em alguns casos. O objetivo deste estudo, portanto, é investigar quais são os elementos da linguagem verbal ou não verbal que se estabelecem, traçando uma linha que coloca, de um lado, os colonizados e, do outro, os colonizadores. Fanon nos diz que “falar é existir para o outro”, ou seja, negar uma fala nativa ou impor uma linguagem sobre um determinado grupo é basear-se no processo de colonização, que não só se dá na dimensão própria da linguagem, mas também no seu simbólico, no seu imaginário, forçando uma cultura exterior ao interior do colonizado. Portanto, este estudo visa delimitar alguns caminhos para se pensar a linguagem, a partir de Fanon, como uma possibilidade de análise histórica.

Palavras-chave: Frantz Fanon; Linguagem; Relações coloniais.

Introdução

O que me leva a pensar em Frantz Fanon como mobilizador ou facilitador da conexão entre colonização e linguagem? A meu ver, Fanon passou quase toda a sua vida tentando compreender e perceber o que a França lhe proporcionou enquanto ser humano e aquilo que lhe foi negado. Ele foi um homem célebre e sério em seus estudos, seja em sua atuação no front como soldado, seja na ala da psiquiatria como psiquiatra. Fanon nos convida a olhar o mundo por seus olhos e sensibilidades. Devo dizer que a Martinica não está tão distante do Brasil em termos de localização territorial e que também se podem traçar paralelos, como, por exemplo, a relação de colonialidade que ambas as regiões sofreram por parte de potências europeias e a influência que essa dominação acabou por consolidar nos elementos culturais e psico-sociais de seus povos que inclui a linguagem.

Comunicar algo é parte de um processo de construção de imaginários e também do próprio fazer social, em meio a isso, se pode dizer que em uma linguagem colonial, os indivíduos colonizados desacreditam do próprio propósito em dar nome e sentido às coisas, sendo assim, todas as lacunas ou a maioria delas é preenchida pela forma como o colonizador enxerga o mundo ou se expressa com ele. Não se pode esquecer que na filosofia africana, a exemplo do professor Severino Ngoenha (1993), o outro é parte do indivíduo, em paralelo se pode dizer também que “para pensar o universal, cada homem parte da sua situação específica, particular. Quem pensa o universal é sempre um homem singular, pertencente a um grupo particular, situado no espaço e no tempo” (Ngoenha, 1993, p.15).

O presente texto visa explorar os impactos da linguagem por meio de dois textos de Fanon: *Racismo e cultura* e o seu primeiro capítulo de *Pele negra, Máscaras Brancas - O negro e a linguagem*, majoritariamente. A introdução não estaria completa se não houvesse um significado da escolha por esses textos

que receio ser de grande auxílio em uma compreensão acerca do grande problema que é a formação da linguagem colonial, ou seja, aquela imposta pelos colonizadores. Os textos, a meu ver, se configuram na tentativa de demonstrar como o sistema colonial causa impactos sérios na formação e transformação do sujeito:

Profundamente influenciado pela obra Freud e pelo primeiro seminário de Lacan, Fanon percebe já na linguagem o primeiro trauma contra o sujeito colonizado. Ele é antes de ser um homem um adjetivo: negro, árabe, antilhano, norte-africano. Essa adjetivação negativa é imposta e cria um indivíduo cingido que se confronta na sociedade com uma sociabilidade que renega seu estatuto ontológico ao mesmo tempo que renega a episteme de seu povo (Carvalho, 2021, p.18)

Como se observa no recorte do professor João Carvalho (2021), Fanon não entende a linguagem como somente o produto de uma comunicação oral, para ele, a linguagem é mais complexa enquanto envolve atribuir significado a ações, palavras, gestos e tudo isso se configura em uma linguagem que pode ser percebida visualmente, oralmente ou até mesmo pelos espaços vazios e os espaços oficiais que ela permite em sua configuração.

Até mesmo se tratando da experiência enquanto psiquiatra proferida por Frantz Fanon (2020b), é possível analisar a linguagem como uma chave capaz de codificar e decodificar mundos enquanto há registros desse trabalho. Refiro-me, ao texto *A socioterapia numa ala de homens muçulmanos: Dificuldades metodológicas*, escrito em 1954 enquanto servia ao Hospital Psiquiátrico de Blida-Joinville com auxílio de Jacques Azoulay e recém traduzido ao público brasileiro, pela editora Ubu, no livro: *Alienação e Liberdade* que fora publicado em 2020.

O estudo da linguagem é algo que me interessa enquanto pesquisadora das relações coloniais que se estabeleceram no período das grandes guerras

mundiais (1914-1945), pois ao me deparar com a forma em que ocorriam os chamados para recrutamento e as linguagens utilizadas por Fanon ou até mesmo por Lamine Senghor¹, para contestar o domínio colonial se observa uma nítida diferença entre os locais de poder entre os oprimidos e os opressores contidas nas entrelinhas dessas mensagens.

Portanto, o estudo a seguir não nasce de uma pessoa com algum nível de formação na área de linguística e muito menos alguém que já se debruçou por anos sobre as relações entre o processo colonial e o nosso uso da linguagem. Todavia, o presente trabalho é uma tentativa de perceber como a cultura da linguagem é atravessada pela colonização e como isso altera nossa relação com as palavras, por meio dos textos que li de Frantz Fanon.

A marginalização da cultura dos povos colonizados

O exercício de poder em concentrar a linguagem oficial é também o trabalho de impor sobre o outro a sua norma social do que é certo ou errado. Os europeus utilizaram, durante muitos anos, o discurso de que a sua cultura iria civilizar a África. Hoje, quando se pensa em civilização se atrela indiscutivelmente ao progresso econômico, moderno dos aparelhos eletrônicos e das cidades e desejo chamar atenção para outros fatores como proteção da biodiversidade de um país, índice de qualidade de vida humana, qualidade do ar e da água entre outros fatores que relacionam o bem-estar humano e a preservação da natureza, uma vez que, não existimos no mundo isolados é mediante uma conexão entre a natureza e homem que se dá nosso processo de existência, portanto, correlacionar civilização com modernização das cidades e dos bens de consumo é corromper essa perspectiva mais ampla que pensa o

¹ Também foi uma pessoa que se tornou um soldado racializado, recebendo a missão de lutar pela França. Para saber mais você pode ler seu texto "*O negro é a raça oprimida por todos os imperialistas*". Disponível em: < <https://jacobin.com.br/2023/09/o-negro-e-a-raca-oprimida-por-todos-os-imperialistas/>>. Data de acesso: 10/10/2024.

bem como uma conexão maior entre homem e natureza e dimensionar somente em uma evolução que é gerenciada pelo imaginário favorável ao extremo consumo, uma das veias, do capitalismo.

A longa introdução sobre as ideias que perpassam a noção de civilização é para nós uma coisa muito útil. Será que os povos africanos eram realmente sem cultura e sem civilização? Se o fator cultural para se avaliar o progresso é dinheiro, o homem mais rico do mundo foi um africano, me refiro ao Mansa Musa (1337 - Império do Mali). As bibliotecas mais antigas do mundo também podem ser encontradas na África, a Biblioteca al-Qarawiyyin, fundada em 859. Esses fatos nos levam a entender que em África já haviam diversas civilizações (e nem os demais feitos cabem nesse artigo, pois estouraria as páginas e não iria conseguir concluir o texto) e apesar desse trabalho não se aprofundar nessa temática, esse momento é importante para refletirmos sobre o que seria essa necessidade de levar civilidade ao continente africano empregada pelos colonizadores em seus discursos. Porém, se a tarefa da colonização não consiste em levar de fato avanço humano ao qual se prontifica, o que é a colonização? Acredito que o professor de Fanon, Aimé Césaire, é o melhor em fornecer uma definição possível:

Define a colonização como coisificação, pois ela fez todos os povos não europeus e não brancos objetos desumanos aos olhos dos colonizados que, em troca, perderam sua própria humanidade cometendo atrocidades e justificando-as. Assim, a colonização confiscou terras, arrasou culturas, assassinou religiões e destruiu as “grandezas artísticas” (PERINA, 2022, p.11)

Adentrando nesse aspecto, a colonização unida a um papel da linguagem acaba por influenciar todo aparato humano na medida em que o exercício das linguagens modula até o campo simbólico de um sujeito, ou seja, a forma como ele irá se relacionar com o mundo, pois “a faculdade de linguagem se encaixa

dentro da arquitetura mais ampla da mente/cérebro. Ela interage com outros sistemas, que impõe condições que a linguagem tem de satisfazer se ela é para ser utilizável de qualquer modo que seja” (CHOMSKY, 1998, p. 44). Se a linguagem é tão fundamental, a cultura do colonizador ao criar apagamentos e massificar seus ideias acaba por configurar uma hierarquia cultural:

Podemos dizer que existem certas constelações de instituições, estabelecidas por homens particulares, no quadro de áreas geográficas precisas, que num dado momento sofreram o assalto direto e brutal de padrões culturais diferentes. O desenvolvimento técnico, geralmente elevado, do grupo social surge como tal autoriza-o a instalar uma dominação organizada. O empreendimento da desculturação apresenta-se como o negativo de um trabalho, mais gigantesco, de escravização econômica e mesmo biológica. A doutrina da hierarquia cultural não é, pois, mais do que uma modalidade da hierarquização sistematizada, prosseguida de maneira implacável (FANON, 2019, p.65)

A forma como a dominação é diluída até as coisas mais sutis do dia-a-dia acaba por corroborar com a normalização da cultura oriunda do exterior, aquela praticada pelos colonizados como algo ideal, no entanto, é preciso dizer que esse fator esconde várias camadas:

Esse duplo ataque que não permite a igualdade de semelhantes nem o reconhecimento de desiguais que comungam algo em comum leva à mumificação da cultura local e conduz o sujeito ao espaço do não-ser. Privado daquilo que o tornava humano, tais pessoas se encontram em um limbo jurídico e moral, um estado de exceção constante, justificado e reificado pelo próprio Estado, eis na situação colonial que a maior parte da população vive uma vida nua (CARVALHO, 2021, p.18)

Entendendo que quando se fala de importação cultural, se fala também de redução do papel da cultura local, é necessário pensar em uma outra

perspectiva para a ideia de cultura, e Fanon também observou com certa nitidez esse problema:

Estudar as relações entre o racismo e a cultura é levantar a questão da sua ação recíproca. Se a cultura é o conjunto dos comportamentos motores e mentais oriundos do encontro do homem com a natureza e com o seu semelhante, devemos dizer que o racismo é, com efeito, um elemento cultural. Assim, há culturas com racismo e culturas sem racismo (FANON, 2019, p.66)

Pensando como o racismo atravessa a linguagem por meio de Frantz Fanon

Para Fanon (2019), existem culturas com racismo e sem racismo, significa dizer que o racismo é um elemento cultural com a capacidade de formular uma nova percepção cultural a partir do momento em que ele entra em contato com essas populações através dos processos que já se situam nesse texto e alguns outros que irei detalhar. Se para Fanon (2019), “o racismo, como vimos, não é mais do que um elemento de um todo mais vasto: a opressão sistematizada de um povo” (Fanon, 2019, p.67), é possível dizer que o racismo é mutável, ou seja, ele pode assumir configurações práticas diferentes ao longo do tempo histórico.

O racismo não logrou endurecer. Ele teve de se renovar, de se matizar, de mudar de fisionomia. Teve de sofrer a sorte do conjunto cultural que o informava. O racismo vulgar, primitivo, simplista, pretendia encontrar na biologia - uma vez que as Escrituras² se provaram insuficientes - a base material da doutrina - Seria tedioso relembrar os esforços então empreendidos: a forma comparativa do crânio, a quantidade e a configuração dos sulcos do cérebro, as características das camadas celulares do córtex, as dimensões das vértebras, os aspectos microscópicos da epiderme, etc. (FANON, 2019, p.66)

Fanon nessa discussão sobre o racismo, tenciona seus leitores a pensar sobre a natureza do próprio tempo histórico e a tarefa de entender o regime de

² No livro Escrituras aparece com “E”, receio que seja menção ao livro bíblico.

opressão vigente, na medida em que, o elemento cultural do racismo não foi e durante muito tempo não será apagado. Nesse sentido, receio que essa passagem muito se assemelhe com o processo no qual a linguagem também absorve significados e usos diferentes ao longo da história. Um exemplo brasileiro, seria pensar que a palavra Bombril, que representa uma marca de produtos de limpeza, outrora adjetivou negativamente parte da população negra na frase: “cabelo de bombril”³. A ideia de se ter um cabelo afro é adjetivada negativamente em várias dimensões, visto que, a referência era a palha de aço da marca Bombril, ou seja, o cabelo crespo sendo visto de forma pejorativa se tornou uma expressão popular audível, racista e cruel, deve-se entender que essa linguagem não é normal, pois é fruto desse racismo que se correlaciona com a linguagem variando conforme o tempo histórico no qual é inserido.

Enquanto se pensar caso isolado, se esquece da simbologia racista até que se torne um elemento cultural, é o que configura a estruturação do racismo, na medida em que, é preciso se massificar uma mensagem acerca de um único sujeito até o momento em que essa mensagem se torna parte de um imaginário social, não se esquecendo que, as palavras e os seus significados combinados ao conteúdo daquilo que se visa comunicar, acaba por corroborar com essa adjetivação negativa. O caso observado acima, no qual a junção das palavras que são substantivos “Bombril” e cabelo, se tornaram parte de um vocabulário racista e que aqueles que fazem uso, desejam infligir a todas as mulheres com cabelo crespo um lugar que retire sua beleza, seu encanto e a sua humanidade. Nesse ponto, acredito que a noção do quanto o nosso estudo sobre a linguagem seja útil, pois Fanon não estava falando do Brasil nos textos em questão, mas se

³ Estou me referindo a reportagem: “Cabelo de bombril” revela como estamos longe de uma educação antirracista. Disponível em: <<https://educamidia.org.br/cabelo-de-bombril-revela-como-estamos-longe-de-uma-educacao-antirracista/#autor>>. Acesso em: 10/10/2024.

consegue pensar nessas questões de grande importância a sociedade brasileira ao mobilizar seu pensamento e o estudo da linguagem.

A estruturação de uma linguagem colonial

Se pode pensar que a estruturação ocorre no momento em que essa linguagem que se empreende como colonial, aquela que nega a cultura local e estabelece a partir da definição do colonizador por meio dos seus signos e significados nas noções que configuram as palavras e o seu idioma, se afincando de certa maneira, a criar raízes na terra do colonizado e na sua forma de percepção do mundo. A forma como a linguagem é estabelecida passa a controlar o imaginário social e as estruturas que constroem e/ou fortalecem uma sociedade. Penso que o ideal é entender a partir de quem esse trabalho compreende estrutura e talvez seja necessário pensar em Claude Lévi-Straus:

o princípio fundamental é que a noção de estrutura social não se refere à realidade empírica, mas aos modelos construídos em conformidade com esta. Assim aparece a diferença entre duas noções, tão vizinhas que foram confundidas muitas vezes: a da estrutura social e a de relações sociais. As relações sociais são a matéria-prima empregada para a construção dos modelos que tornam manifesta a própria estrutura social (LÉVI-STRAUSS, 1989, p.315)

Ora, se a estrutura é esse advento complexo pelo qual a sociedade se reafirmar no cotidiano, é preciso considerar que o exercício de controlar algo dentro dela é também um monopólio sobre um conjunto de elementos materiais e simbólicos (significado de símbolos ou a capacidade de gerar, ou suprir sentimentos quando em contato com esses símbolos) que se recai em determinado espaço. Por exemplo, ainda comentando o caso brasileiro, embora a palha de aço seja um objeto e um substantivo, pois é o nome de um item, quando adquiriu as conotações racistas e políticas já mencionadas nesse texto

traz aqueles que sofrem com o uso desse vocabulário racista, as vítimas, inúmeros sentimentos e isso faz com que um objeto material em uma linguagem colonial estruturada coloque sobre um conjunto de pessoas formas diferentes de se pensar sobre ele para além do objetivo pelo qual ele foi criado.

[...] é preciso destruir os seus sistemas de referência. A expropriação, a espoliação, a rapina, o assassinato objetivo, desdobram-se numa pilhagem dos padrões culturais ou, pelo menos, condicionam essa pilhagem. O panorama social é desestruturado; os valores ridicularizados, esmagados, esvaziados. Desmoronada, as linhas de força já não orientam. Frente a elas, um novo sistema de valores é imposto, não proposto mas afirmado, pelo peso de canhões e de sabres (FANON, 2019, p.68)

A destruição é uma força motora nesse projeto colonial, na medida em que, se pode pensar nas palavras do professor João Carvalho (2021):

O processo colonial é esse processo de racialização que se esconde sob a égide de um suposto progresso, é o projeto que cria no outro jamais um espelho do eu, mas uma antítese inumana. Tal projeto, é antes de tudo o projeto de lucro do capital em expansão global. Ele mesmo pressupõe sua incompletude e se pauta em última instância por sua “falha”. Elaboremos. A ideia de uma missão civilizadora perpassa toda a empresa colonial, desde seus primórdios. Vende-se, como justificativa da rapina e da violência, o subterfúgio que o Europeu, branco e cristão, teria uma missão sagrada de levar sua alta cultura aos povos nativos. Porém, o reverso dessa pseudomoeda de caridade, o racismo, já inicia sua história por meio das teorias poligenéticas ainda no século XVII (Carvalho, 2021, p.19)

A respeito da recepção dessa linguagem, não se pode negar que houveram e ainda há resistência. Todavia, também há impactos psico-sociais causados pelo enraizamento dessa linguagem colonial em meio a obra fanoniana:

O negro que ingressa na França muda porque, para ele, a metrópole representa o tabernáculo; muda não apenas porque foi de lá que lhe vieram Montesquieu, Rousseau e Voltaire, mas porque é de lá que lhe vêm os médicos, os chefes de departamento, os incontestáveis pequenos potentados - do primeiro - sargento "com quinze anos de serviço" ao guarda nascido em Panissières (FANON, 2020a, p.37)

O sujeito colonizado deseja possuir a linguagem estética, visual e cultural de seu colonizador não pela veneração, mas pelo acesso à ascensão social que em tese, lhe será fornecida por meio desses mecanismos estruturais impostos pela linguagem de seu colonizador, ou seja, a colonização estabelece aquilo que lhe é gratificante, o valor cultural, a moral, a ética e nomeia aquilo que lhe pode ser atingido em relação aos sentimentos.

Significa dizer que é fruto da colonização, na maior parte, os estereótipos que acompanham os sujeitos racializados, na medida em que, o colonizador controlando as estruturas da sociedade a qual ele se apossou, passa a requerer do sujeito dominado padrões de comportamento, pensamento, consumo e ideias que correspondem com sua perspectiva sobre a realidade, às vezes, não passa de uma fantasia/delírio e em outras se torna um projeto político.

Formas para se pensar uma linguagem anticolonial por meio de Fanon

A cultura concebida como algo mutável é também o reconhecimento das possibilidades de resistência frente à linguagem colonial, ou seja, é o construir e consolidar de uma contra a linguagem ao projeto colonial. Isso acontece devido à incapacidade do regime colonial imposto pelo colonizador de abraçar o universo do colonizado, ou seja, ele acaba por deixar pontas soltas e essas "falhas" causam fissuras.

Tendo o autóctone assistido a liquidação dos seus sistemas de referência, ao desabar dos seus padrões culturais, já não lhe resta senão reconhecer com o

ocupante que “Deus não está ao seu lado”. O opressor, pelo carácter global e terrível da sua autoridade, chega a impor ao autóctone novas maneiras de ver e, de uma forma singular, um juízo pejorativo acerca das suas formas originais de existir. Este evento, comumente designado por alienação, é naturalmente muito importante. Encontramo-lo nos textos oficiais de assimilação. Ora, esta alienação nunca é totalmente obtida. Talvez porque o opressor limite quantitativa e qualitativamente a evolução, surgem fenômenos imprevistos, disparatados (FANON, 2019, p.73)

O grupo que não consegue entender ou fazer parte dessa cultura imposta pelo colonizador, passa a perceber as nuances do projeto colonial imposto à sua comunidade. Nesse processo, é possível utilizar como exemplo a ideia da palavra brasileira “denegrir” como adjetivação negativa, como se a ideia de tornar algo negro fosse ruim e recentemente há um movimento de utilizar essa palavra com adjetivação positiva. Percebe-se nesse ato de dar significado, uma alteração concebida pelo tempo e seus agentes históricos, ou seja, reafirma o quanto a cultura é mutável.

Como a cultura local ou a que de fato condiz humanidade a esse grupo que outrora foi expropriado do seu direito de existir, não foi completamente suplantada pela do domínio colonial, o colonizado que percebe as fissuras dessa realidade acaba por encontrá-la. A cultura que está oralizada em seu povo, nos livros, na forma que se faz a arquitetura dos lugares, na história e em todas as ferramentas possíveis que lhe consagram a humanidade que lhe foi roubada, inclusive no exercício da linguagem, pois todas elas envolvem ou se conectam com uma forma de comunicação:

O inferiorizado retoma apaixonadamente essa cultura abandonada, rejeitada, desprezada. Há nitidamente uma sobrevalorização que se assemelha psicologicamente ao desejo de se fazer perdoar. Mas, por detrás desta análise simplificadora, há bem a intuição, por parte do inferiorizado, de uma verdade espontânea que irrompe. Esta história psicológica deságua na História da Verdade. Porque o inferiorizado reencontra um estilo outrora desvalorizado, o

que ele faz, de fato, é cultivar a cultura. Semelhante caricatura da existência cultural significaria, se fosse necessário mostrá-lo, que a cultura se vive, mas não se fragmenta. Não pode ser tomada aos bocados (FANON, 2019, p.76)

No decorrer desse processo entre se conhecer e conhecer as realidades pela qual se está inserido, Fanon (2020b), reflete sobre a capacidade de pensar o sujeito em contexto e conexão com a sua própria linguagem e nos faz pensar que todo trabalho parte daí.

Quais eram os valores biológicos, morais, estéticos, cognitivos e religiosos da sociedade muçulmana? Como reagiria o autóctone do ponto de vista afetivo e emocional? Quais eram as formas de sociabilidade que tornavam possíveis as diferentes atitudes desse muçulmano? Tínhamos diante de nós certas instituições que nos espantavam. A que correspondiam? Era preciso realizar uma análise funcional que pudesse facilitar a tarefa (FANON, 2020b, p.184)

Portanto, qualquer trabalho que vise pensar o anticolonialismo em linguagem deve refletir sobre os padrões culturais, sociais, emocionais e psicológicos fundados nas relações entre colonizadores e colonizados e a forma como essas palavras aparecem no processo de percepção da realidade por esses agentes históricos.

Conclusão

O texto aborda a linguagem como elemento central da existência humana, indo além das palavras para refletir e moldar a cultura e os valores de uma sociedade. Ele destaca que a linguagem é influenciada pelo contexto histórico e pelas forças humanas, mas, no domínio colonial, foi usada para impor a cultura do colonizador, desvalorizando e violentando as culturas locais. Essa imposição gerou heranças culturais que moldam até hoje formas de

pensar, viver e se relacionar, atribuindo à cultura europeia um papel superior e civilizador.

A leitura de Fanon traz uma visão crítica sobre essa estruturação colonial, revelando como a linguagem perpetua relações de poder e opressão. Para Fanon, o controle do vocabulário pelo colonizador enraíza suas ideias, impactando profundamente as comunidades colonizadas. No entanto, ele também aponta a possibilidade de resistência e transformação, rompendo com as amarras coloniais.

A crítica fanoniana enfatiza a necessidade de construir uma cultura antirracista, questionando os fundamentos da linguagem colonial. Assim, não basta apenas rejeitar o racismo, mas é essencial promover uma reconfiguração cultural que valorize a diversidade e a igualdade entre os povos.

Referências bibliográficas

- CARVALHO, João Rafael Chío Serra. **O Congresso de Baku dos Povos do Oriente: Os Antecedentes de um processo de libertação anticolonial**. In: BORGES, Ulisses; CARVALHO, João Rafael Chío Serra (org). Povos Oprimidos Uni-vos: O Congresso de Baku dos Povos do Oriente. São Paulo: Editora Ciências Revolucionárias, 2021.
- CHOMSKY, Noam. **Linguagem e mente**. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- FANON, Frantz. **Alienação e liberdade**. 1. ed. São Paulo: Editora UBU, 2020b.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Editora Ubu, 2020a.
- FANON, Frantz. "Racismo e Cultura" In: "MANOEL, Jones; LANDI, Gabriel. **Revolução Africana: Uma antologia do pensamento marxista**. São Paulo: Autonomia literária. 2019.
- PERINA, Mickaella. Apresentação. In: CÉSAIRE, Aimé. **Aimé Césaire / textos escolhidos: A tragédia do rei Chistophe ; Discurso sobre o colonialismo ; Discurso sobre a negritude**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

***Os principes gentium* nas epigrafias da Mauritânia Tingitana: Diferentes perspectivas historiográficas**

Gabryel Garcia Lima

Mestrando

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

garcialimagabryel@gmail.com

Resumo: A província romana da Mauritânia Tingitana entre os séculos I e III d.C era um ambiente extremamente plural e complexo onde coabitavam populações de origem punica, romana e berbere. Limitada por diversas barreiras geográficas, como as cadeias montanhosas do Atlas e do Rif, o efetivo controle romano sobre a província estava concentrado ao redor de seus principais centros urbanos, que contavam com a presença de diversos acampamentos militares em suas proximidades. Em paralelo ao poder romano sob a província, diversos grupos berberes autóctones transitavam por suas zonas periféricas adotando diferentes posturas em relação ao poder romano, que variavam entre conflito, negociação e integração. Nesse contexto, várias inscrições epigráficas encontradas nas escavações arqueológicas da antiga cidade de Volubilis atestam relações diplomáticas estabelecidas entre romanos e berberes. Datadas entre os séculos II e III d.C. as epigrafias sempre trazem em seu conteúdo a figura do *princeps gentium*, uma autoridade local representante de um ou mais grupos berberes que transitam pelo território. Concomitante a exposição do corpus epigráfico, a presente comunicação busca analisar as diferentes perspectivas historiográficas acerca das relações romano/berberes na província da Mauritânia Tingitana baseadas nas epigrafias de Volubilis, em nosso estudo, percebemos que a produção histórica a respeito dessas epigrafias, e consequentemente a respeito das relações romano/berberes na província, enquadra-se em três grandes correntes historiográficas ao longo do século XX: uma corrente "colonizada" fortemente influenciada pelo contexto imperialista europeu no início do século XX, uma segunda corrente "descolonizada" marcada pelos processos de independência de diversos países da região do Magreb e uma terceira corrente associada a novas perspectivas historiográficas acerca da história da África, ao qual buscamos nos inserir.

Palavras-chave: Mauritânia Tingitana, Império Romano, Berberes, Epigrafia.

Introdução

A Mauritânia Tingitana pode ser considerada, em comparação as demais províncias do Império Romano, como uma província pequena e de certa forma marginalizada em relação ao centro de poder em Roma. Possuindo características geográficas muito peculiares, ela localizava-se no extremo Oeste do Império Romano, delimitada pelo estreito de Gibraltar ao norte, pelo Deserto do Saara ao sul, pelas cadeias de montanhas do Atlas e do Rif ao leste e pelo Oceano Atlântico ao Oeste, correspondendo parcialmente ao atual Marrocos. Sendo formalmente anexada ao Império no ano 41 d.C. ela existe como província independente durante os três primeiros séculos de nossa era até ser parcialmente abandonada pelo poder romano ao final do terceiro século (El Ouazghari, 2005).

A historiografia sobre a Mauritânia Tingitana, foi fortemente influenciada pelas dinâmicas do imperialismo europeu no início do século XX. Esse período marcou uma fase em que os estudos sobre a ocupação romana no Norte da África foram moldados por uma visão eurocêntrica, refletindo as ideologias coloniais da época. Tal abordagem resultou em uma interpretação polarizada e simplista da história, frequentemente baseada em dicotomias como civilizado versus bárbaro, ou colonizador versus colonizado. Esse enquadramento limitou a compreensão das complexas relações entre romanos e as populações berberes da região.

Buscamos neste artigo, explorar as diversas perspectivas historiográficas sobre as interações entre romanos e berberes na Mauritânia Tingitana durante os séculos II e III d.C., com base em um *corpus* documental epigrafico previamente selecionado. As obras de historiadores como Jérôme Carcopino (1943), Brent D. Shaw (1986) e Enrique Gonzalbes Cravioto (2015) são analisadas,

não apenas por suas contribuições ao entendimento da região, mas também pelo contexto histórico em que foram produzidas. A escolha desses autores permite traçar um panorama das diferentes abordagens que emergiram ao longo do tempo, revelando como as interpretações da história da província, mais especificamente as interações entre romanos e berberes, foram moldadas pelas circunstâncias políticas e intelectuais de seus respectivos períodos.

Com isso, o objetivo deste artigo é oferecer uma análise mais nuançada das relações entre romanos e berberes na Mauritânia Tingitana, superando as simplificações criadas por uma historiografia fortemente influenciada pelo Imperialismo. Ao questionar as bases sobre as quais a história foi escrita e ao examinar as diferentes vozes que contribuíram para esse processo, esperamos contribuir para uma compreensão mais rica e complexa da província.

Berberes e romanos na Mauritânia Tigitana: dois séculos de registros epigráficos

Quando falamos sobre os povos berberes na Antiguidade estamos nos referindo a uma gama imensa de povos que habitavam desde o deserto líbico, na fronteira com o Egito, até a costa atlântica do atual Marrocos. Compartilhando cultura e língua em comum, os berberes se denominavam como *imazighen*, que significa “homens livres”⁴ (Brett; Fentress, 1996). Assim como no restante das províncias africanas do Império Romano, os povos berberes que habitavam a Mauritânia Tingitana adotavam organizações sociais diversificadas, com populações nômades e seminômades transitando pela região, populações de origem berbere romanizadas que viviam nos centros

⁴ Para a elaboração deste artigo, adotamos o termo berbere para se referir aos habitantes indígenas da Mauritânia Tingitana, apesar deste termo ter surgindo no decorrer do século VII d.C. a partir da conquista árabe, tal termo consolidou-se na historiografia moderna para designar os povos nativos do Magreb (Kormikiari, 2007).

urbanos e povos sedentários que viviam em áreas montanhosas, como os *Baquates*, que são mencionados nos monumentos epigráficos de Volubilis. Essa complexidade de estilos de vida condiz com o que escreve Oliveira (2020), seguindo uma historiografia mais recente, o autor procura romper com antigas dicotomias de povos sedentários e nômades, muito propagada por correntes historiográficas do início do século XX e considera que, na Antiguidade, os estilos de vida sedentários, baseados na agricultura, e nômades, baseados no pastoreio, se misturavam em um sistema híbrido em que a especialização desses diferentes grupos se complementava para atender às necessidades de regiões áridas como o Norte da África.

A província da Mauritânia Tingitana apresenta características espaciais peculiares em comparação a outras províncias romanas. Isto se dá pelo fato dos centros urbanos, e consequentemente os territórios efetivamente sob a autoridade romana, estavam localizados em uma estreita faixa de planície espremida entre o Oceano Atlântico e as cadeias montanhosas. As cadeias montanhosas do Atlas e do Rif a leste, assim como o *limes* saariano ao sul, constituíam grandes barreiras geográficas que limitavam a real autoridade do Império Romano, o que proporcionava as populações autóctones habitantes das cadeias montanhosas e regiões vizinhas à província uma relativa autonomia. Para além do território restrito, a influência de Roma na região se estendia a um raio de 15.000 hectares ao redor dos centros urbanos, onde a segurança era assegurada por patrulhas do exército (Shaw, 1986; Euzennat, 1984). Para manter o controle sobre essa área, milhares de soldados foram destacados para fortes e acampamentos militares, que em sua maioria, estavam localizados ao longo das estradas ou a importantes centros urbanos, como no caso de Tingis, Lixus, Sala e Volubilis (Roxan, 1973).

Nas primeiras décadas do Principado, mais precisamente em 41 d.C., a futura província da Mauritânia Tingitana foi formalmente incorporada ao Império Romano. Nesse período, a presença romana na região já era conhecida, pois durante o governo de Augusto, primeiro imperador romano, enquanto a região ainda estava sob o domínio do rei Juba II, o Imperador havia fundado três colônias no território: Babba, Banasa e Zilil (El Ouazghari, 2005). Os primeiros anos após a anexação foram caracterizados pela consolidação da autoridade romana sobre a província, em um cenário complexo, onde cidades de origem púnica com séculos de história, como Tingi, Lixus e Volubilis, interagiam com as colônias estabelecidas no período de Augusto e posteriores, além de numerosos grupos berberes que habitavam as montanhas do Atlas, do Rif e as regiões áridas do *limes* saariano. Neste contexto de ocupação, uma fonte importante para se analisar a questão da posse de território na região são as *Inscriptions Antiques du Maroc*, um conjunto de epígrafias catalogadas por Maurice Euzennat e Jean Marion (1982). Dentre as centenas de inscrições, selecionamos como *corpus* epigráfico, todas as epígrafias que abordam de alguma maneira as relações estabelecidas entre romanos e berberes⁵.

A epigrafia, segundo José d'Encarnação (2010), é caracterizada pela escrita sobre uma superfície durável apresentando uma preocupação com a preservação do texto assim como a estética do monumento exposto, o interesse romano em registrar textos em pedra nos legou milhares de epígrafias de mármore e calcário encontradas por todo o Norte da África registrando por séculos textos religiosos, exaltação de figuras públicas e também relações diplomáticas. Ao se analisar as relações entre romanos e berberes a partir das epígrafias, Volubilis destaca-se como um importante centro de poder romano

⁵ Dentre as centenas de epígrafias catalogadas nas *Inscriptions Antiques du Maroc*, nosso recorte focado nas relações entre romanos e autóctones selecionou quinze delas (55, 94, 307, 376, 348, 384, 349, 350, 356, 402, 357, 358, 359, 360, 361).

para as relações diplomáticas na província da Mauritânia Tingitana. Desde o momento em que foi descoberto no início do século XX, seu sítio arqueológico tem sido objeto de significativas pesquisas. A cidade desempenhava um papel singular como um centro urbano de grande importância na região. Shaw (1986) argumenta que, na prática, Volubilis funcionava como a capital provincial, ocupando uma posição de destaque entre os outros centros urbanos, devido ao fato que diferentemente das cidades costeiras, Volubilis existia como uma "capital" no interior da província, localizada na região do *limes*. Devido à sua localização estratégica, a cidade tornou-se um ponto central nas complexas negociações diplomáticas. Governadores provinciais, representantes do imperador, e líderes étnicos locais, sobretudo os *Baquates*, reuniam-se em encontros cerimoniais chamados *colloquium*, no qual eram firmadas as relações diplomáticas. Esses encontros frequentemente resultavam em tratados de paz, consagrados em inscrições epigráficas encontradas no local. As inscrições, datadas a partir do ano 140 d.C., quase um século depois do início da anexação romana, estendendo-se até o final do século III d.C., quando, diante das complicações políticas conhecidas como "Crise do Terceiro Século"⁶, o Império Romano encontrava-se incapaz de manter seu controle militar sobre a província e abandona a maior parte dela, mantendo sua presença apenas em uma pequena porção do território próximo ao estreito de Gibraltar, sob o controle administrativo da província da *Hispania Baetica* (Frezouls, 1980).

É importante enfatizar que as epigrafias volubitanas, seguem um determinado padrão: a exaltação do imperador romano, a presença de um membro da aristocracia provincial representando o imperador como um

⁶ A Crise do Terceiro Século é um objeto de debate na historiografia recente, os eventos que culminaram no fim da dinastia dos Severos e início da Anarquia militar (235-284), foram vistos durante muito tempo ao longo do século passado como um marco inicial para a "decadência" e posterior fim do Império Romano. Atualmente historiadores tendem a enxergar essa problemática como um período de grandes transformações políticas e culturais em oposição a uma visão simplória de "crise" (Gonçalves, 2006)

procurador, a citação da liderança berbere acompanhada do título de *princeps genti*, sendo a epigrafia de número 360 uma exceção, mencionando o título de rei (*regis*); a partir do ano 226, as epigrafias passam a também exaltar os deuses romanos, além de afirmar ou reafirmar o estabelecimento da paz entre romanos e berberes, nota-se que a realização desses *colloquium* atestados pelas inscrições epigráficas possuem uma constância temporal, sendo realizados diversas vezes ao longo dos séculos II e III d.C. apresentando certa constância ao longo dos anos, com uma distância temporal de menos de uma década. Outro elemento importante a ser observado nas epigrafias são os nomes das lideranças berberes, que, em alguns casos, possuem nomes de origem latina como *Aelius* e *Iulio*, o que aponta a aproximação da cultura romana entre as lideranças Baquates. Essas epigrafias registram a dinâmica das alianças políticas e militares, servindo como evidências concretas das negociações entre o poder imperial romano e as lideranças Baquates, habitantes das regiões montanhosas do Atlas e Rife (Frezouls, 1957; Shaw, 1986).

Dentre às epigrafias que apontam para relações conflituosas entre romanos e berberes, estão as de número 55 e 307, encontradas respectivamente em Tamuda e Sala. A epigrafia de Sala consiste em uma base de mármore cinza datada no ano de 144, possuindo textos gravados em latim destinado a ser a base de uma estátua que não chegou a ser construída. O conteúdo da epigrafia exprime uma série de elogios e honrarias a um cidadão romano, denominado no texto como M. Sulpicio Felix. Devido às suas ações, exercendo o cargo de prefeito militar em uma fortificação próxima à cidade, ele é elogiado como libertador, fazendo-se alusão a seu sucesso de defender a cidade de Sala contra ameaças externas não especificadas no documento. Apesar do conteúdo desta epigrafia não citar um inimigo específico do qual Sulpicio Felix defendeu a cidade de Sala, é possível inferir, baseando-se no

contexto político e geográfico apresentado sobre a província da Mauritânia Tingitana, que Sala foi ameaçada por grupos berberes vindos de dentro da província, das cadeias montanhosas do Atlas e do Rif, ou vindos de fora, ao sul do *limes* tingitano. Tamuda, local onde a segunda epigrafia atestando conflito foi encontrada, era um assentamento berbere no período pré-romano que foi transformado em um forte militar, tendo um papel fundamental na defesa do território romano próximo ao Estreito de Gibraltar (El Ouazghari, 2005). Esta epigrafia consiste em um bloco de calcário datado entre os anos de 253 e 257, e seu conteúdo relata um conflito ocorrido no local, confirmando a fuga de inimigos e consequentemente a pacificação da região. Grupos berberes, como os representados pela epigrafia de Tamuda, atuavam transitando pelo território da Mauritânia Tingitana e realizando saques e razias nas fazendas próximas aos centros urbanos; o estudo desta realidade ocorrida no Norte da África foi interpretado de diferentes formas ao longo do século XX, como veremos adiante.

A Mauritânia Tingitana foi uma província romana marcada por complexas relações entre romanos e berberes. As evidências arqueológicas, foram estudadas por diferentes visões sobre essas dinâmicas ao longo do século passado, tendo Volubilis desempenhado um papel central nas relações diplomáticas, como atestado pelas epígrafias analisadas. Em suma, o estudo dessas relações ao longo dos séculos II e III permite-nos uma compreensão mais aprofundada da autoridade e do poder do Império Romano sobre a província da Mauritânia Tingitana.

Diferentes perspectivas historiográficas a partir das fontes epigráficas

O estudo da Idade Antiga, inserida no contexto imperialista do século XIX, foi moldado pelos preconceitos e pressupostos da época. Nesse cenário,

nenhuma tradição historiográfica foi tão profundamente marcada pelo Imperialismo e pelo subsequente processo de descolonização quanto os estudos sobre o Norte da África. Isso se deve ao fato de que, em nenhuma outra região, a associação entre Roma e o Imperialismo foi tão vigorosamente promovida (Fentress, 2006). Dessa associação entre passado e presente, surgiu, por parte dos classicistas do início do século XX, uma visão da romanização das províncias africanas como um processo de civilização. Em resposta, intelectuais ligados aos movimentos de libertação no Magrebe não hesitaram em oferecer uma perspectiva alternativa, enfatizando os impactos negativos da conquista romana e interpretando as revoltas e práticas religiosas e culturais africanas sob o Império Romano como evidências de uma resistência genuína à ocupação estrangeira (Mattingly, 1996).

O estudo da província romana da Mauritânia Tingitana, assim como de outras regiões do Norte da África, começou a ganhar força com a colonização europeia, especialmente após o estabelecimento do Protetorado hispano-francês em Marrocos em 1912. Mesmo enfrentando resistência local, franceses e espanhóis começaram a explorar e escavar cidades antigas, resultando em descobertas significativas em locais como Volubilis, Banasa, Lixus e Tamuda. Os estudiosos frequentemente demonstravam um fascínio pelos vestígios da civilização clássica em uma região fora da Europa, no Marrocos, assim como no Magreb em geral, a arqueologia clássica tenha se tornado uma área de conhecimento altamente valorizada pela administração colonial (Oliveira, 2014).

As primeiras análises sobre a província romana, apesar de terem dado um importante passo inicial acerca dos estudos da região, destacavam majoritariamente as transformações sociais nas cidades romanas, evidenciado

as construções monumentais empreendidas pelas elites citadinas norte africanas, no entanto, a historiografia da época partia do pressuposto de que essas cidades viviam sob a constante ameaça de populações não subjugadas, o que exigia uma ocupação militar significativa. Consequentemente, a pesquisa histórica da época tendia a ser influenciada pelo contexto de controle militar, criando uma ligação entre os europeus do período e os antigos romanos (Cravioto, 2010).

Diversos estudiosos buscaram no Mundo Antigo uma justificativa para as práticas colonizadoras de seu tempo, encontrando no Império Romano um exemplo conveniente para legitimar a dominação colonial. Nessa perspectiva, os benefícios da civilização romana eram exaltados, em um período em que as potências europeias se viam como herdeiras do Império Romano.

René Cagnat, um dos mais importantes classicistas franceses da época, capturou o sentimento de seus colegas ao estabelecer paralelos entre o imperialismo moderno e o romano, afirmando:

Nós podemos, portanto, sem medo comparar nossa ocupação da Argélia e da Tunísia àquela das mesmas províncias africanas pelos romanos. Como eles, nós conquistamos gloriosamente a região, como eles, nós asseguramos a ocupação, como eles, nós tentamos transformá-la à nossa imagem e ganhá-la para a civilização (Cagnat, 1913, p. 776).

As palavras de Cagnat refletem uma visão amplamente aceita no final do século XIX e início do XX, que identificava a história romana na África como parte integrante do passado europeu, entretanto, a reivindicação da herança europeia no Norte da África desconsiderava completamente outras culturas anteriores à ocupação romana como a púnica e berbere, vistas como bárbaras ou inferiores em termos civilizatórios. A prosperidade e riqueza das províncias romanas na

região, evidenciada pelas ruínas de edifícios públicos e monumentos, eram atribuídas principalmente colonos romanos ou de norte-africanos aculturados pela romanização. Esse processo de romanização, naquela época⁷, era visto como uma transformação completa dos nativos em romanos, através da aceitação de padrões estéticos, da língua e dos costumes dos conquistadores. Em suma, havia uma crença na superioridade cultural dos romanos sobre os povos autóctones, o que reforçava a criação de pares dicotômicos como civilizado/bárbaro e europeu/africano.

A partir dos estudos das *Inscriptions antiques du Maroc*, diversas correntes de interpretação sobre as relações romano/berberes aparecem na historiografia, neste artigo, apresentaremos a visão de Jérôme Carcopino (1913) em oposição a de Brant D. Shaw (1986) e Enrique Golzalbes Crravioto (2015) como figuras diametralmente opostas ao interpretarem as mesmas epígrafias, defendemos que tal fato se dá não só pelas visões individuais de cada autor, mas também pelo contexto histórico em que cada um deles estava inserido.

Jérôme Carcopino em sua obra: *Le Maroc Antique*. (1943) interpreta a necessidade de diversas negociações entre romanos e berberes em Volubilis como um elemento que marca o ambiente conflituoso na província da Mauritânia Tingitana, fazendo com que a autoridades romanas buscassem a realização do *colloquium* para o estabelecimento da paz de tempos em tempos ao longo dos séculos II e III d.C., sendo assim, Carcopino observa o curto espaço de tempo entre os *colloquium* como um elemnto que indica o constante conflito

⁷ Segundo estudos historiográficos mais recentes sobre o Império Romano, o conceito de romanização se afasta da ideia de aculturação dos povos dominados e se aproxima da defesa do hibridismo cultural associado principalmente a elites locais que buscam se aproximar do centro de poder imperial adotando costumes e valores romanos, ao mesmo tempo que procuram preservar sua própria cultura. No norte da África, tal fator pode ser observado pelo bilinguismo das regiões que estavam anteriormente sob domínio púnico (LIMA NETO, 2020).

entre romanos e berberes dentro da província. Brent D. Shaw (1986) trabalha com uma hipótese diferente de Carcopino, no qual os *Baquates* tinham a necessidade de negociarem a passagem de rebanhos pelo território próximo aos núcleos urbanos. Por possuírem autonomia, total ou parcial dependendo do período, em relação à autoridade romana, ocorria a necessidade de negociação regular entre esses dois grupos. Cravioto (2015) realiza uma análise focada na pacificação da província através de acordos de paz; para o autor, era do interesse das autoridades romanas e berberes negociar relações pacíficas dentro do território, enquanto eventuais tumultos e razias partiam de grupos que habitavam regiões para além do limes saariano. Independente de qual interpretação adotada, é notável que o controle romano sobre a província da Mauritânia Tingitana não abarcava todo o território, existindo regiões que estavam fora da zona de influência romana. As inscrições epigráficas comprovam, em alguma medida, a necessidade do poder romano de lançar mão da diplomacia em regiões de difícil acesso, tal como as cadeias de montanhas do Atlas e do Rif, onde os povos *Baquates* habitavam e estabeleciam ali um território à parte do controle romano, considerando que os três autores realizaram interpretações diferentes sobre a mesma documentação, analisaremos brevemente o contexto em que cada um dos três autores estavam inseridos, afim de compreender como a produção historiográfica está estritamente ligada ao seu local.

Jérôme Carcopino (1881-1970) foi um historiador francês cuja carreira acadêmica se entrelaçou com importantes momentos da história do século XX. Formado pela École Normale Supérieure. Ele lutou na Primeira Guerra Mundial e após o conflito prosseguiu com a carreira acadêmica, lecionando na Universidade de Argel, onde começou a desenvolver seu interesse pelo Norte da África. Durante a Segunda Guerra Mundial, Carcopino foi membro do governo

de Vichy, ocupando o cargo de Ministro da Educação Nacional. Em 1943, após sair deste cargo, ele escreveu *Le Maroc Antique*, uma obra que explora a romanização na Mauritânia Tingitana, refletindo seu conhecimento e envolvimento com a história da região (Corcy-Debray, 2001). Mesmo tendo escrito sua obra já em meados do século XX, seu discurso vincula-se com a historiografia do início do século, em uma perspectiva de dominação francesa sobre o Norte da África em consonância com obras como a de René Cagnat (1913) em sua obra *L'armée romaine d'Afrique et l'occupation militaire de l'Afrique sous les empereurs*.

Em contrapartida, tanto Brent Donald Shaw, nascido no Canadá em 1947, quanto Enrique Gozalbes Cravioto, de família espanhola nascido no Marrocos em 1957, escrevem seus respectivos artigos analisando as epigrafias de Volubilis em contexto já muito distante da ocupação francesa no Norte da África, inseridos em um discurso historiográfico em que a dicotomia entre romano, urbano e civilizado em oposição ao autoctone berbere e nomade foram superadas dando lugar a uma perspectiva que procura entender o Norte da África romano a partir de relações muito mais complexas algo que, em certa medida, reflete a contemporaneidade em que vivemos. Como contribuição podemos destacar em nossa pesquisa nos leva a observar que onze das epigrafias, todas localizadas em Volubilis, atestam relações diplomáticas entre romanos e berberes, enquanto apenas duas, localizadas fora de Volubilis, indicam conflito.

Conclusão

O objetivo do texto foi analisar como o conhecimento histórico está intimamente ligado ao seu lugar de produção, no contexto das epigrafias da Mauritânia Tingitana, sobretudo a construção de visões dicotômicas

influenciadas pela ocupação francesa no Marrocos durante as primeiras décadas do século XX.

Primeiramente, traçamos um panorama da província da Mauritânia Tingitana destacando como seus aspectos espaciais peculiares refletem nas relações entre romanos e berberes durante os três primeiros séculos depois de Cristo. Neste contexto o estudo da epigrafia é extremamente importante para se compreender tais relações, tendo Volubilis um papel crucial como ponto estratégico para as negociações romanas com os habitantes autóctones do interior da província.

A partir das contribuições de Jérôme Carcopino (1913), Brant D. Shaw (1986) e Enrique Golzalbes Crravioto (2015) observamos que diferentes interpretações acerca de um *corpus* epigráfico semelhante estão intrinsecamente ligados ao local de produção e contexto social em que os autores estavam submetidos, foi possível concluir que a historiografia acerca do Norte da África entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX estava profundamente influenciada pelo contexto de ocupação colonial na região, orientando interpretações que observam no passado romano, uma manifestação de suas práticas contemporâneas, e como resultado, destacando o conflito entre romanos e autóctones como elemento nodal da história desta província romana.

O contexto de produção de uma obra historiográfica é crucial para a compreensão de seu conteúdo, desta forma, artigos mais recentes sobre as epigrafias de Volubilis como a de Shaw e Cravioto buscam compreender as relações entre romanos e berberes de uma forma mais complexa e dialógica, talvez refletindo, em certa medida, uma perspectiva historiográfica influenciada

pela sociedade atual, que observa a sociedade de maneira menos dicotômica e mais plural.

Bibliografia

- BRETT, M.; FENTRESS, E. **The berbers**. Londres: Blackwell, 1996.
- CAGNAT, R. **L'armée romaine d'Afrique et l'occupation militaire de l'Afrique sous les empereurs**, Paris: Imprimerie nationale, 1913.
- CARCOPINO, J. **Le Maroc Antique**. Paris: Gallimard, 1943.
- CORCY-DEBRAY, S. **Jérôme Carcopino**, un historien à Vichy. Editions L'Harmattan, 2001.
- CRAVIOTO, E. G. Procurator conlocutus cum principe gentis: sobre las relaciones del gobernador provincial con poblaciones de la Mauretania Tingitana. In: **Coloquio de la asociación interdisciplinar de estudios romanos**. Madrid: Signifer liros, 2015, p. 169-185.
- CRAVIOTO, G. E. La provincia romana de la Mauretania Tingitana. Algunas visiones actualizadas. **Gerión**, 28, p. 31-51, 2010.
- EL OUAZGHARI, A. **El mundo indígena y roma en el Marruecos antiguo**: la religión durante los períodos prerromano y romano. Granada: Editorial de la Universidad de Granada, 2005.
- ENCARNAÇÃO J. **Epigrafia** - As Pedras que Falam. Coimbra: Universidade de Coimbra, v. 2, 2010.
- EUZENNAT, M. Les troubles de Maurétanie. **Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres**, 128e année, n. 2, p. 372-393, 1984.
- EUZENNAT, M; MARION, J. **Inscriptions antiques du Maroc**. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche scientifique, 1982, p. 5-469. v. 2.
- FENTRESS, E. Romanizing the Berbers. **Past and Present**, v. 190, p. 3-33, 2006.
- FREZOULS, E. Rome et la Maurétanie tingitane: un constat d'échec? **Antiquités africaines**, n. 16, p. 65-93, 1980.
- FREZOULS, E. Les Baquates et la province romaine de Tingitane. **Bull. Arch. Maroc.**, n. II, p. 65-116, 1957.
- GONÇALVES, A. T. M. Os Severos e a anarquia militar. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (Orgs.). **Repensando o Império Romano**: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Vitória: EDUFES/ Mauad, 2006, p. 175-191.
- KORMIKIARI, M. C. Norte da África na Antiguidade: os reis berberes númidas e suas iconografias monetárias. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 17, p. 251-292, 2007.

LIMA NETO, B. M. **A África romana na historiografia**: estigmatização, resistência e múltiplas identidades. 2020. Disponível em:

<https://www.academia.edu/43639384/A_%C3%81FRICA_ROMANA_NA_HISTORIOGRAFIA_ESTIGMATIZA%C3%87%C3%83O_RESIST%C3%8ANCIA_E_M%C3%9ALTIPLAS_IDENTIDADES_1>. Acesso em: 31 jul. 2024.

MATTINGLY, D. J. From one Colonialism to another: Imperialism and the Maghreb. In: WEBSTER, J.; COOPER, N. (orgs.). **Roman Imperialism**: Post-Colonial Perspectives (Leicester Archaeology Monographs, 3). Leicester, 1996, p. 49-69.

ROXAN, M. The Auxilia of Mauretania Tingitana. **Latomus**, v. 32, n. 4, p. 838-855, 1973.

SHAW B. D. Autonomy and tribute: mountain and plain in Mauretania Tingitana. **Revue de l'Occident musulman et de la Méditerranée**, n. 41-42, p. 66-89, 1986.

OLIVEIRA, J. C. M. **Sociedade e cultura na África romana**. São Paulo: Intermeios 2020.

OLIVEIRA, J. C. M. Nômades e sedentários, pastores e agricultores na África do Norte antiga: da historiografia colonial às perspectivas contemporâneas. **Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade**, Campinas-SP, v. 28, p. 27-48, 2014.

**ST05 - Caminhos, agentes e ideias de um lado ao
outro do oceano: A constituição do mundo
atlântico na modernidade**

“Mestre da vida que ensina a viver e a morrer santamente”: a utilização de manuais de bem morrer, na busca pela salvação

Thais do Nascimento Gonçalves

Mestranda

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

thais.nascimento@estudante.ufjf.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar como os manuais de bem morrer eram utilizados no século XVIII para preparar os fiéis para uma morte santa, segundo os princípios católicos. Os manuais de bem morrer, surgidos na Baixa Idade Média, ofereciam orientações

para uma morte adequada, considerada essencial na garantia da salvação. A morte súbita, por exemplo, era vista como um evento trágico, pois impedia o fiel de se preparar adequadamente para o encontro com Deus, ou para a purgação dos pecados, no purgatório, região a qual Le Goff nomeou como terceiro lugar na geografia do além. Por este motivo, preparar-se para morrer era essencial. Nesses manuais, encontravam-se orações, instruções sobre os sacramentos e ensinamentos sobre a vida após a morte, que visavam tranquilizar os fiéis e prepará-los para o momento final. Logo organizar-se para morrer era essencial, de forma a levar a um encontro benevolente com o Criador no além, portanto a partir destas inquietações surgiram os livros de devoção no período medieval, sendo eles o *Ars Moriendi* (A arte de bem morrer) e o livro de Horas (ou livro missal, continha as festividades e o dia dos santos) que serviam como instrumento de apoio para a preparação de um bom traspasse ao além, à vista disso, morrer conforme as regras, significava uma morte pensada ao decorrer de toda a vida. Esse imaginário e cultura continuaram durante os séculos, chegando ao período moderno e as colônias, no caso do Brasil através dos manuais escritos por padres portugueses. Em suma, discutiremos as lições encontradas no manual de bem morrer “Mestre da vida que ensina a viver e a morrer santamente”, escrito pelo padre João Franco, em Portugal no início do século XVIII, ganhando novas reimpressões ao longo dos setecentos.

Palavras- Chave: bem- morrer, manuais, purgatório .

Introdução

A morte enquanto um elemento carregado de caos e dúvidas, fez-se um evento importante desde o surgimento dos povos mais longínquos no alvorecer da humanidade, vista enquanto elemento “anti- natural” na existência, havendo assim a necessidade de afugentá-la do meio social, na intenção de recuperar a ordem social extraviada juntamente com a perda do ente querido, pois a morte seria vista enquanto um processo transicional segundo Thiago Rodrigues Tavares em *Um ritual de passagem: O processo histórico do “bem morrer”* (TAVARES, 2011) os mortos estariam em uma “antiestrutura” ou seja isentos de seus direitos e deveres até serem reintegrados em uma nova estrutura com deveres e direitos redefinidos, em decorrência disso algumas medidas deveriam ser tomadas para uma entrada correta no mundo dos mortos a fim de evitar o retorno dessas almas ao mundo dos vivos, almas estas que na maioria das vezes estavam em busca de vingança, por não terem encontrado a paz no além.

Deste modo a morte não seria o fim, mas um passo de transição para o mundo dos mortos, onde a alma continuava a existir, a cultura egípcia e um dos

exemplos de sociedade, que visava manter uma boa relação com seus mortos e mantê-los em paz no além, o processo de mumificação era uma maneira de manter a alma do falecido em existência, manter intacta sua forma material dava-lhe a possibilidade de ressuscitar novamente assim como o deus Osíris, além de lhes permitir entrar no paraíso, que em tal cultura era muito parecida com a vida anteriormente vivida regada de alegrias, em contraponto o não cuidado com o morto ou a culpabilidade sobre algum crime levava a destruição e o esquecimento eterno daquela alma.

O candomblé religião de matriz africana, muito presente em solo brasileiro, principalmente relacionada aos povos iorubás, bantu e fon, de mesmo modo acreditava na imortalidade da alma, que para ser elevada a posição de ancestral passaria pelo ritual do axexê, que tem como intuito ajudar nessa passagem, para que ela aconteça de maneira mais rápida e tranquila, ansiando que aquela alma não perca o seu axé sua força vital. Conforme Luís Cláudio Cardoso Bandeira aponta a morte não é um triste final

A vida é para ser festejada, a morte também. O morto ao ser homenageado com comidas, bebidas, cantos e danças nos rituais do Sirrum, Axexê e Mukundu ou Ntambi, por seus amigos, parentes e povo geral, não ficará sozinho, encontrará as divindades que o receberão e confortarão, pois a morte não é o fim, mas representa um recomeço e uma reintegração. (BANDEIRA, 2010)

A religião católica, também fundamentaria suas próprias estratégias de enfrentar a morte, a partir da criação de liturgias de “bem- morrer”, práticas estas que visavam ser remédio para a morte, que chegaria a qualquer momento de assalto, sem qualquer aviso prévio.

“Projeto de bem viver”

O morrer enquanto incerto, causava grande desconforto principalmente

para a sociedade que vivenciou os fins do medievo, de acordo com Johan Huizinga em *O Outono da Idade Média*, o maior acesso aos corpos em decomposição escancararam a perda da beleza humana após a morte trazendo à tona os horrores da decomposição, para além disso as altas taxas de mortalidade tornavam o futuro ainda mais incerto. Em meio às dificuldades e desatenções dos poderosos, surgiram as ordens mendicantes durante o século XIII, com o intuito de cuidar dos desamparados socialmente, como viúvas, órfãos e famintos, apesar de um período de maior acesso a religiosidade por parte dos leigos, pois até então os princípios católicos eram vivenciados com maior afinho pelos monges em sua reclusão, apesar de um período que permitiu um maior acesso ao restante da população aos ensinamentos católicos, esse conhecimento encontra uma sociedade apegada aos anseios terrenos ao que Le Goff apontaria ser um catolicismo “Casca de Ovo” extremamente frágil, seguindo um Deus por eles desconhecido de maneira clara, essa abertura que causa o estranhamento abre a urgência, de uma evangelização mais eficaz, e nada melhor do que o medo da morte e do inferno para que haja um maior apego à fé.

A maior participação leiga na vida religiosa foi uma conquista, que ampliou muitas discussões é uma delas era o temor da morte, que foi se modificando e ganhando uma nova imagem, principalmente com o surgimento das danças macabras, a própria palavra macabre foi criada durante o século XIV, as danças representariam a perda da beleza recordando a brevidade da vida nessa luta contra o tempo e contra o fim da beleza, Johan Huizinga nos dirá que essas danças eram encenadas em salões, apesar de não termos acesso com precisão ao impacto de tais representações, podemos imaginar o horror e medo que causavam a todos, dado que essas imagens faziam questão de colocar em cena aqueles que possuíam lugar de maior destaque nessa conjuntura como

clérigos, nobres e a própria figura do Papa, anunciando que nem os mais abastados lhe escapavam, as danças macabras derivaram do maior acesso aos corpos em decomposição colocando aquela sociedade de frente com o futuro comum, a todas as gerações que já passaram pela terra. Mas essa em específico, era uma sociedade ainda muito materialista e afeita a beleza a sua perda causaria maiores inquietações.

Frente ao medo da danação eterna morrer corretamente se torna uma pauta importantíssima, as representações de corpos em decomposição vão se tornando cada vez mais detalhados, mais especificamente em finais do século XIV , ocorre um medo da vida o desprezo do mundo as queixas a respeito dos prazeres perdidos ou nunca desfrutados, o *memento mori* ou lembre-se de que e mortal colocará esses sujeitos de frente com seus medos, do século XV, Huizinga apontará que o macabro apesar de dramatizar a morte do outro e seu sofrimento terá um fundo egoísta a respeito da morte , como discorre.

E no fundo trata-se de uma visão muito terrena e egoísta da morte. Não se trata do luto pela falta de entes queridos, mas do pesar pela proximidade da própria morte, que não trazia nada além de desgraça e horror. (HUIZINGA, 2010)

O leito de descanso muda de função ele não será apenas o local de repouso, mas pode se tornar o local de julgamento daquela alma a qualquer momento, desta forma preparar se cotidianamente para esse julgamento que muda do final dos tempos, para o momento exato da morte, gera uma demanda por táticas de salvação que foram melhor construídas e discutidas no Concílio de Trento (1545-1563), neste momento existem problemas acumulados, a reforma protestante que vinha minando um catolicismo já fraco em razão da sua difusão mal executada como já discutimos, por conseguinte cabia ao Concílio de Trento cristianizar a vida de maneira mais completa, à vista disso

surge como que um “Programa de bem viver”, não condicionando o arrependimento aos últimos momentos, mas pensando em toda uma vida devota longe das “fragilidades humanas” .

A consciência de si do homem barroco, estimulada por literatura e arte edificantes, pelo apoio social dos irmãos de confraria, não preconiza a visão dramática do final dos tempos, mas privilegia o Juízo individual, que se manifesta em autos juízos, os quais atingem a feição definitiva no momento exato da morte, com a sentença divina. (...) Nada de consumação dos tempos.”(SANT’ANNA, 2006)

Daí a necessidade de um “passo a passo” mais detalhado portanto os *Ars Moriendi*⁸ que haviam ganhado uma forma mais bem estruturada durante o século XIII, passam por algumas mudanças durante o quatrocentos quando estes manuais perdem o caráter imediatista da morte, e passam a detalhar orações e atitudes cotidianas para cada momento do dia desde o abrir dos olhos ao acordar até fechá-los à noite, além de medidas diferentes para cada grau de enfermidade do moribundo. Essas leituras tentaram trazer um caráter mais intimista à religião, apelando para o exame de consciência de uma fé vivida diariamente e não apenas nos últimos suspiros.

O leito passa a ser representado enquanto o campo de batalha entre justos e pecadores, quando se separa o joio do trigo, sendo um momento de auto exame do próprio livro de culpas de cada sujeito, Deus aparece enquanto espectador ou mesmo testemunha, mas ainda não na figura de Juiz como o juízo final, o único a julgar e acusar e a consciência do cristão e as tentações pelas quais irá passar nestes últimos momentos os quais as forças malignas tentarão de todo modo surrupiar sua alma a danação eterna, a seguir veremos as representações desta batalha produzidas por autor desconhecido obras

⁸ *A arte de bem morrer* .

presentes no museu da inconfidência em Ouro Preto .

Morte do Justo



Óleo sobre tela, acervo do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, Século XIX.

A morte do justo representa o fim desejado a vitória sobre as forças do mal, a presença do arcanjo Miguel enquanto o chefe das milícias celestes e a intercessão de São José um dos padroeiros da boa morte remetem a esse acesso ao auxílio correto, assim como o triunfo sobre a figura demoníaca no canto inferior da tela, e em contraponto a luz celeste desce sobre o leito recebendo bem o sujeito em seus últimos momentos, que está padecendo abraçado a cruz em um quarto simples.

Morte do Pecador



Óleo sobre tela, acervo do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, Século XIX.

Em contraponto a morte do pecador demonstra a rejeição desta mulher as figuras religiosas, seu livro de consciência está sendo exposto por um demônio na parte central superior da tela, além do mais seu quarto está repleto de adornos o espelho demonstra sua luxúria em vida o quadro é escuro mas com adornos e as figuras maléficas estão em plano central demonstrando sua vitória sobre aquela alma.

As esperanças do purgatório e a escatologia individual.

Apesar de datado em seu nascimento por Le Goff durante o século XII o purgatório, era compreendido de outras maneiras, como mesmo na cultura judaica em que havia um terceiro lugar “O seio de Abraão” que acabou por preceder a ideia do terceiro lugar no além.

Outra questão importante tratada nesses textos e pregações, era a escatologia individual, o julgamento individual realizado logo após a morte,

dado que o cristão não esperaria a volta de Cristo mas já seria julgados ao fechar de seus olhos aqui e ao abri-los lá no tribunal celestial onde haviam três opções o céu, o inferno e o purgatório, por esse motivo os quatro novíssimos morte, juízo final, céu e inferno deveriam estar sempre em sua memória.

O purgatório, o qual Le Goff⁹ chamaria de terceiro lugar na geografia do além, despontou como modo de apaziguar a dualidade entre céu e inferno, durante o século XIII não sendo um espaço ainda muito definido segundo discorre Michel Vovelle¹⁰ o que deu espaço para a criatividade de muitos artistas que desejavam representá-lo, nascendo como espaço de perdão dos pecados veniais, que eram as faltas consideradas mais leves que não resultaram no distanciamento eterno de Deus, diferente dos pecados mortais não perdoados a partir do arrependimento e penitências, Le Goff afirma que:

Os mortos só existem por e para os vivos. Inocêncio III disse: os vivos cuidam dos mortos porque eles mesmos são futuros mortos. E em uma sociedade cristã, sobretudo na Idade Média, o futuro não tem apenas um sentido cronológico, tem em primeiro lugar um sentido escatológico. (Le Goff, 2017, p 316)

Esse trecho traz a percepção quanto a dependência mútua entre mortos e vivos, visto que a paz dos vivos dependia da elevação da alma dos mortos, que saíam mais rapidamente do purgatório, com a realização das missas em prol de suas almas, e ao chegarem ao céu deveriam interceder fervorosamente por seus irmão na fé que ainda iriam passar pela morte.

Le Goff ressalta que um dos motivos para o nascimento do purgatório, derivou das mudanças judiciais ocorridas entre os séculos XI e XII na Europa, quando se começou a pensar na tolerância perante os crimes cometidos , na

⁹ LE GOFF, Jacques. **O Nascimento do Purgatório**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

¹⁰ Vovelle, Michel. *As almas do purgatório ou o trabalho de luto*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ideia de investigação da raiz e intenção do ato criminoso ,assim como na misericórdia perante aqueles que erraram, consequentemente os resultados dessa brandura, ganhou espaço no post mortem que até então se baseava apenas em céu e inferno, que se firmava na lógica de um juízo final onde todos seriam julgado por seus atos perante Deus, por esse motivo é necessária a construção de uma escatologia individual e do purgatório que viabilizava o pagamento dos pecados veniais.O surgimento do purgatório constrói a necessidade das missas em prol das almas, sendo essas muito custosas, alguns sujeitos deixavam grande parte de sua herança para a própria alma a fim de que fossem rezadas muitas missas.

O purgatório, era um espaço para a purificação através do fogo, em dores indescritíveis causada por criaturas malignas que torturavam aqueles que ali estavam no lago de fogo, no entanto aqueles que sofressem muitas dores em vida, teriam a possibilidade de não passar por essas perturbações, pois seus pecados já haviam sido purgados em vida, esse discurso segundo Cláudia Rodrigues, era utilizado pela igreja católica para manter a escravidão como um dos caminhos para a salvação direta, logo aqueles sujeitos poderiam se alegrar em sofrer em vida pois já estavam padecendo para salvar sua alma.

No entanto apesar da dor inimaginável causada por criaturas maléficas o purgatório se apresentava enquanto um esperança, pois todos que nele estavam já estavam salvos, e em algum momento encontrariam o paraíso com a ajuda de seus irmão na fé.

Nesse período era necessário ir para o além com seguranças e garantias bem estruturadas, logo as missas de corpo presente, a realização de caridades e as orações, seriam tais garantias deixadas em testamento, para serem cumpridas pelos familiares e irmãos na fé, Philippe Ariés um dos pioneiros da história da morte, discorre em *O Homem diante da morte* essa morte

espetacularizada e acompanhada segundo o autor durante o século XVIII período o qual nomeia enquanto “a morte do outro”, haveria uma necessidade de exibir a dor da perda. Vale ressaltar que essa morte exposta fazia parte da cultura barroca desenvolvida entre os séculos XVI e XVII, o barroco por ser um estilo de arte reativo acabou por apegar-se aos exageros, como modo de intensificar a fé, no entanto é importante pontuar que essa expressão artística, acabou sendo adotada para além da arte mais como um modo de viver.

A presença dos Manuais de bem morrer

Como exposto anteriormente os manuais teriam como função a exposição deste passo a passo se tornando um livro de cabeceira para aqueles que possuíam acesso uma vez que não eram um artigo barato, sendo muito bem trabalhado em seus materiais, haja vista que nem todos poderiam pagar por este ou em alguns casos, não sabiam ler ou interpretar seus escritos, portanto cabia aos clérigos fazerem o papel de transmissores de tais regras e atitudes tanto em países europeus quanto nas colônias como o Brasil.

O “Mestre da vida que ensina a viver e a morrer santamente” escrito pelo Frei dominicano João Franco, publicado pela primeira vez em 1731, tendo cerca de 20 edições até 1762 e um destes escritos que teve circulação durante os setecentos, percebemos seu uso na prática através dos testamentos. A seguir observaremos um trecho do manual e em seguida o trecho de um testamento que demonstra a presença do uso destas práticas.

“Sufrágios, principalmente com o Santo Sacrifício da Missa como mais poderoso para apagar as chamas do Purgatório, protestando ser-lhes agradecido diante de Deus; que ainda que eu ignoro qual será a minha morte no fim da vida, com tudo espero na Divina piedade que me salve a minha alma, a qual tanto que se apartar de meu corpo, desejo que seja sepultada na Chaga do Lado do meu doce JESUS” (FRANCO, 1731)

O fragmento a seguir era de uma preta forra costa da Mina moradora no Arraial da Passagem, datado de 1784.

“Declaro que deixo Ihe digam por minha alma vinte missas ditas no altar privilegiado de Nossa Senhora do Rosário e necessidades desta capela de Nossa Senhora da Glória deste mesmo Arraial os quais serão ditas pelos sacerdotes moradores e existentes neste Arraial por aqueles que celebrarem pessoalmente de esmola cada uma de meia oitava de ouro. Declaro que deixo a Nossa Senhora da Glória deste mesmo Arraial cinco oitavas de ouro para ajudá das suas obras do adornado do seu altar”

Esperança de Souza.

Por fim nota-se essa articulação entre os escritos e a realidade testamental do setecentos, pois apesar de serem populações que em sua maioria não tinham a possibilidade de ler tais escritos, os ouviam de púlpito , como explicaria João Paulo Berto .

Se por um lado parte da população possuía e lia com frequência estes manuais, uma parcela muito maior era analfabeta, sendo necessária a mediação, especialmente por meio de membros do clero que do púlpito comunicavam de forma privilegiada com a comunidade dos fiéis. (BERTO, 2014)

Por fim ressaltamos que a seguinte pesquisa tem se desdobrado enquanto um dos tentáculos da dissertação que vem sendo realizada durante a pesquisa de mestrado, portanto ainda existem lacunas a serem preenchidas e questões que necessitam de um melhor desenvolvimento.

Bibliografia

ARAÚJO, Regina Mendes de, **Donas de bens e de “gentes”**: mulheres livres e forras de Vila do Carmo e seu termo (1713-1750) . Juiz de Fora, 2008.

ARIÉS,Philippe. **O homem perante a morte**. Portugal,2000.

BANDEIRA, Luís Cláudio Cardoso. **A MORTE E O CULTO AOS ANCESTRAIS NAS RELIGIÕES AFRO BRASILEIRAS**. São Paulo, 2010.

BERTO, João Paulo. **Liturgias da boa morte e do bem morrer** :práticas e representações fúnebres na Campinas oitocentista (1760-1880). São Paulo, 2014.

HUIZINGA, Johan. **O Outono da Idade Média**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

LE GOFF, Jacques. **O Nascimento do Purgatório**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017

LE GOFF , Jacques. **A Bolsa e a vida**, economia e religião na idade média. São Paulo : Brasiliense, 2004.

VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório ou o trabalho de luto**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

Entre Insurreições e *Plantations*: os ideais de Liberdade elaborados na Revolta de Tacky (1760-61) e na Revolução de Saint-Domingue (1791-1804) e seus impactos nas Américas

Erika Camila Pereira Nunes

Graduanda em História

Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

erikacamilapereiranunes@gmail.com

Resumo: Na historiografia brasileira, dois fenômenos históricos operacionalizados no Caribe por escravizados africanos, nos meandros de uma Era dita “Revolucionária”, têm ainda hoje sido silenciados: a Revolta de Tacky (1760-61), na Jamaica, e a Revolução de Saint-Domingue (1791-1804), no atual Haiti. Esses levantes, conceituados como “guerras” pelo historiador Vincent Brown (2024), fizeram parte de um vasto fenômeno transatlântico que interligava a Europa, a África e a América, enquanto “guerras dentro de guerras” que pleitearam pela construção de seus próprios ideais de liberdade, os quais divergiam diametralmente da noção de seus colonizadores. Enquanto plano de fundo da Guerra dos Sete Anos (1756-63) e da Revolução Francesa (1789-99), ecoaram não somente em suas metrópoles, mas principalmente em toda a América e Caribe. A partir da criação de uma geografia marcial nas pequenas ilhas, cada qual, reivindicando suas identidades africanas, enfrentaram o escravismo, os ideais de supremacia racial e o imperialismo. Através de guerra de guerrilha, os 1000 *Coromantis*, vindos da Costa do Ouro, e os 500.000 africanos vindos de distintas partes de África, a exemplo do Congo e Angola, causaram uma gradual convulsão no sistema escravista e, ao imiscuir-se uma na outra, influenciaram o próprio destino abolicionista. É diante dessa agência que a presente comunicação busca compreender os ideais de liberdade (re)construídos por esses atores sociais. Combinando suas significações, limitações, alcances e representações, a fim de compreender a ação desses atores sociais enquanto portadores de ideologias próprias, e não ocidentais, capazes de tensionar e transformar radicalmente as estruturas da modernidade atlântica. Essa pesquisa está alicerçada em uma revisão literária, tendo por aporte teórico-metodológico Carolyn Fick (2004), Michel Trouillot (2016), Marco Morel (2017), Sudhir Hazareesingh (2021), Vincent Brown (2024), dentre outros. A proposta se justifica pela necessidade de identificarmos as interligações culturais, políticas e econômicas possibilitadas pelas rotas atlânticas, bem como seus efeitos de reverberação na criação de uma mentalidade de urgência da abolição. Argumento que, ao resgatarmos esses fenômenos históricos, é possível mapear a luta pelos direitos humanos a partir da negação à desumanização criada pelos regimes de *plantation* na América Latina e Caribe.

PALAVRAS-CHAVE: Revolta de Tacky, Revolução de Saint-Domingue, Liberdades, *Plantations*.

Introdução

O presente artigo resulta de um levantamento literário inicial, que ainda está em andamento, para a realização do nosso trabalho de monografia. Aqui, buscamos compreender, mesmo que de forma preliminar, dois processos históricos que têm sido negligenciados na historiografia brasileira, sendo que o primeiro o tem sido, por vezes, até mesmo na própria historiografia do Atlântico, em detrimento do segundo, isto por não estar inserido na temporalidade própria da chamada “Era das Revoluções” (Hobsbawn, 1991).

Mobilizamos a Revolta de Tacky, ocorrida na colônia britânica da Jamaica entre os anos de 1760-61, e a Revolução de Saint-Domingue, ocorrida na colônia francesa, atual Haiti, entre os anos de 1791-1804, com o objetivo de compreender os ideais de liberdade/emancipação elaborados/construídos pelos seus protagonistas: os escravizados. Centralizando tais atores sociais, buscamos ainda entender como essas insurreições, imbuídas de ideais africanos, ou no mínimo, crioulistas em território caribenho, impactaram tensamente, de forma direta ou indireta, algumas estruturas da modernidade atlântica, quais sejam: a escravidão e o colonialismo.

Para isso, foi necessária a revisão de literatura de autores como Carolyn Fick (2004a;b), David Geggus (2006), Sidney Mintz (2003), Michel Trouillot (2016), Trevor Burnard (2016; 2017; 2020), Marco Morel (2017), Sudhir Hazareesingh (2021), Rodrigo Bulamah (2022), Vincent Brown (2024), dentre outros. Tais autores contribuem para não pensarmos esses fenômenos como ilhados, entrincheirados por suas metrópoles. Ao invés disso, nos ajudam a encontrar ecos, num período imediato ou não, de como esses entraves criaram situações de emancipação, e acima disso, de como eles orientaram a luta pelos direitos verdadeiramente inalienáveis de todos os seres humanos ao negarem sua

desumanização por meio da luta *contra plantation* (Casimir, 2013; Bulamah, 2022).

Ao escolhermos esse tema, consideramos sua relevância para uma narrativa histórica que, vista de baixo, possa contemplar os agentes escravizados como portadores de ideias e culturas de resistência que se contrapõem e mesmo se sobrepõem aos modos de pensamento e ação colonizadores, possibilitando assim certa desconstrução de premissas que versam sobre a centralidade ou primazia dos ideais modernos ou “iluminados” rumo à universalização e emancipação do ser, em detrimento a fenômenos atlânticos dessa magnitude que, por serem silenciados epistemologicamente, acabam tornando-se como não-eventos (Trouillot, 2016).

Entre *Plantations*

Consoante Samuel Martin, um escritor e colono da Antíquia em 1765, a *plantation* seria como uma máquina composta por várias peças, seu bom funcionamento só seria garantido mediante certa regularidade, esta concebida graças à sintonia temporal e mecânica entre as várias engrenagens que a compunham. Diante da metáfora, Burnard e Garrigus (2016) em sua análise sobre o capitalismo atlântico na Jamaica e em Saint-Domingue, aplicam o conceito de “máquinas de *plantation*” para se referirem a forma como tanto os colonos fazendeiros quanto os metropolitanos percebiam aquelas sociedades. Sendo ambas as mais lucrativas de seus respectivos impérios, e existindo unicamente para o objetivo do lucro, era necessário o estabelecimento de um *ethos* de variadas coerções físicas e morais para a manutenção da ordem.

Entre canaviais, cafezais, fazendas de cacau, banana, gengibre, índigo, algodão e demais *commodities*, as duas pequenas ilhas possuíam divisões raciais e econômicas claras, bem como temporalidades distintas. Nelas, o tempo, como

propôs o antropólogo Sidney Mintz (2003), era o do labor, sobretudo nas *plantations* açucareiras que demandavam uma “consciência aguda do tempo”, dados seus simultâneos processos de fabricação (p.41). Enquanto isso, nas pátrias-mães, o tempo era o de usufruir as liberdades inglesas ou francesas individuais do direito de conquista, expansão e propriedade. Eventos como a Guerra dos Sete Anos ou a Revolução Francesa podem demonstrar os interesses/ideologias concernentes às classes altas (nobreza/burguesia) nesse espectro mais amplo.

Dadas algumas das principais diferenças entre a metrópole e o ambiente da maquinaria de *plantation*, podemos compreender que daí derivava-se uma miríade de conflitos, pois tais circunstâncias salientavam diversas insatisfações, sobretudo para os 90% da população produtora de todos esses bens: os escravizados. Acerca disso, Mintz (2003) observa que a história da *plantation* é em si, feita de repetidas rebeliões, levantes e conspirações, devido ao seu teor de domesticação, seja da propriedade agrária, seja da propriedade “humana”. Em outras palavras, tanto a Jamaica quanto Saint-Domingue foram grandes vulcões e convulsionaram em guerras constantes (Burnard; Garrigus; 2016) desregularizando algumas das engrenagens essenciais para seu bom funcionamento.

A começar pela Jamaica, pequena colônia caribenha com apenas 10.911km, de solo majoritariamente íngreme, com altas montanhas, algumas chegando a mais de 2.300 m de altura, própria às fugas constantes para as matas desconhecidas pelos colonos (ou ao ato da *marronagem*). Foi tomada dos espanhóis definitivamente em 1657 e passou a abrigar os colonos ingleses junto a ex-escravos e os cativos recém-chegados de África, sobretudo da África Ocidental, sendo que 25% dos 400.000 cativos exportados de lá foram traficados para a ilha, e metade era de origem *Coromantee* (identidade inventada pelos

colonos para sintetizar as mais de 20 etnias africanas vindas da Costa do Ouro). Esses cativos ganharam a fama de serem extremamente belicosos e desde que chegaram à colônia não pararam de se rebelar. Foram eles que, posteriormente, iriam realizar uma das revoltas mais significativas e duradouras nesse governo de guarnição: a chamada Revolta de Tacky.

Acerca dessa, Brown (2024), ao analisar suas origens africanas expõe que os escravizados vinham de áreas entre os rios Senegal, do reino Congo, de partes da África Oriental, mas majoritariamente da Costa do Ouro, Benin. Adotaram a identidade *Coromantee* por meio de ritualísticas em comum como a prática *Obeah*, ou seus cultos potencializadores das revoltas. Nessas cerimônias de solidariedade, uniam-se num sentimento comum ante as violências do regime e faziam pactos de lealdade mútua através de sacrifícios, canções, danças e transes. Seus sacerdotes, assim como os *Hougans*, na colônia francesa, atribuíam-lhes o poder espiritual e concediam-lhes o ímpeto para questionarem as realidades desumanizadoras em que se encontravam, transportando o que o autor identifica como “as sementes da insurreição” que, tendo germinado em África, “brotaram no solo fértil da brutal violência da escravidão nas Américas” (p.119).

Entre Insurreições

Como mencionado, tais guerras foram traficadas de África e impactariam o destino da América Latina e Caribe. O resultado derivaria da revolução militar implementada pelas armas de fogo europeias concedidas aos reinos predatórios das costas africanas entre 1650-80. Estes, num processo de subjugação de prisioneiros de guerra, geraram enormes coalizações de resistência, nas quais, alguns dos líderes dessas revoltas provavelmente teriam participado. Na Jamaica, dez anos antes da eclosão das revoltas, alguns dos

recém-chegados tinham lutado contra a dominação de reinos como o Axânti, e trouxeram consigo, junto às suas experiências de guerra, ideais de uma liberdade inerentemente humana que se chocavam com o ideário liberal de liberdade e direitos do “Homem¹¹” (Universal) pronunciados em declarações de cunho burguês.

Apesar de sabermos pouco sobre o levante que durou 18 meses, devido a quantidade de fontes e a procedência colonial delas, os trabalhos de Brown (2024) e Burnard (2016) são esclarecedores para traçarmos uma reflexão sobre as complexidades em se construir esses ideais e operacionalizá-los devido as diferenças de significados que possuíam para cada grupo entremeado nessas guerras. Discorrer sobre os possíveis intentos desses movimentos e suas lutas internas pode nos ajudar a compreender melhor nossa problemática.

Iniciada na madrugada do dia 8 de abril de 1760, o primeiro levante dessa insurreição foi encabeçado pelo escravizado Tacky, provável líder militar vindo da Guiné, e durou apenas uma semana, visto a prontidão da contrainsurgência mobilizada pelo governador Henry Moore por meio da Marinha, milícias contratadas, bandos *marrons* contrários ao movimento e regimentos de brigada. Contudo, os estragos feitos pelos 400 escravizados foram bastante danosos às principais *plantations* do norte da ilha, uma vez que foram incendiadas ou pilhadas.

¹¹ Para a filósofa jamaicana Sylvia Winter há uma confusão, forjada pelo colonialismo, entre Homem e humanidade. O Homem foi evolutivamente construído e narrado biológica e culturalmente, sendo identificado especificamente com a etno-classe ocidental-burguesa, relegando os diversos gêneros do humano como nada além que Outros, uma versão menos humana, senão sem humanidade. Assim, o conceito antropocêntrico de Homem foi historicamente confundido como um mapa: foi “tomado como território” e serviu para justificar “a subjugação e repressão de diversas autoconcepções de humanidade” (*apud* Paterniani; Belisário; Nakel; 2022, pp. 9-11). Contudo, são nas *plantations* do Novo Mundo que ocorrem as primeiras lutas simbólicas de negação a essa desumanização que tensionam “novos significados e modos de fazer o mundo desvinculados dessa figura hegemônica” (*apud* Odyseus, 2023, p. 1251). Nesse artigo nos referimos a essa concepção de Homem e de humanidade, compreendendo as *plantations* e insurreições nelas operacionalizadas como prementes de ideais não ocidentais de liberdade inerentemente humana.

Depois de assaltarem um forte e pegarem armamentos, atravessarem o centro econômico da ilha, passando por Trinity, Ballards Valley, Esher e Whitehall, seguiram para seu assentamento no lado oeste, em Heywood Hall, onde continuaram a incendiar canaviais e quebrar moinhos desferindo um duro golpe à plantocracia local, iniciando um levante que ao fim custaria mais de 100.000 libras esterlinas e atrapalharia todo o comércio da ilha. Desejavam a morte aos senhores e o domínio do território, transformando-o talvez num Estado governado por negros (Brown, 2024; Burnard 2016; 2020).

No entanto, num ato de repressão imediata do estado colonial, as forças *marrons* junto à milícia conseguiram encurralar ambos para um emaranhado de ravinas bruscas e grutas escondidas, cometendo em 14 de abril o assassinato do seu líder, bem como o enforcamento público de seu sacerdote *obeah*, isso numa tentativa brutal de paralisar a insurreição que deixara a colônia em “Lei Marcial”, ou seja, cercada de navios, com todas as atividades comerciais e políticas paralisadas até a retaliação completa dos movimentos rebeldes.

Como próprio às punições coloniais, onde a dominação senhorial era expressa em todos os níveis da vida dos cativos, foi elaborado um palco de mortandade sem fim em que ao longo de maio seguiram-se vários enforcamentos, além de assassinatos em que os queimaram vivos ou exporaram suas cabeças em estacas pela cidade, sendo uma delas a de Tacky. Como se não pudessem parar a fúria dos rebelados, no fim de maio surge outro movimento a oeste da ilha, em Westmoreland, dessa vez liderada Apongo (ou Wager, em homenagem a um navio ganhado pelo seu senhor, o marinheiro escocês, Arthur Forrest, por sua bravura em meio as guerras marítimas).

Apongo vivenciou uma verdadeira odisseia e é parte de experiências de guerra de um lado a outro do atlântico: viajava junto com seu senhor, até que

um dia, com a falsa promessa de liberdade teve que permanecer na ilha, enquanto este retornou à Inglaterra. Tendo percebido a violência colonial, liderou o ataque em Masemure, uma das propriedades de seu senhor, em pleno feriado de Pentecostes. Escolheu a parte com mais escravizados e obteve apoio de aproximadamente 600 deles. Contudo, a região, apesar de ter uma baía estratégica para a dinâmica marcial, era muito pantanosa e montanhosa. Assim, tiveram que se alojar nas montanhas Hanover, ao leste, próximas aos territórios *marrons*, na qual, nas planícies se assentaram o exército colonial para atacá-los. Os rebeldes resistiram até junho, quando, devido a política de terra arrasada, posta em prática pela contrainsurgência, estavam perecendo de fome e encenaram uma tentativa de descida para o porto de Savana La Mar, acreditando que o comboio interditado de ir à América do Norte e à Inglaterra pelo decreto da Lei Marcial de abril, já teria partido.

Entretanto, são surpreendidos por um ataque de forma que ainda sobrevivem 400 insurgentes. Seu líder é acorrentado, pendurado e deixado para morrer publicamente. Tendo visto essas cenas de terror, alguns se precipitaram do alto dessas montanhas e outros se uniram a outros bandos para prosseguirem a resistência. É nesse interim que surge outro líder africano: Simom. Ele é assassinado em janeiro, mas não finda a insurreição, que resiste até outubro de 1761. Diferentemente de Tacky ou Apongo, Simom, com sua marcha destrutiva que atravessava a ilha de Masemure à Mile Gully, não desejava tomar portos ou baías para comércio, seu desejo era obter “a liberdade dos pretos de Cudjoe” (Brown, 2024, p.250), ou seja, de ter terras para seus seguidores por meio de um termo parecido com o do líder *marron*, que desde 1739 tinha estabelecido um acordo de paz com os britânicos de que eles não fariam guerras contanto que fossem donos de lotes de terras e pudessem estar

livres à leste, nas montanhas (ainda que isso custasse debelar movimentos de rebelião quando esses surgissem).

Isso revela que havia diferentes visões de liberdade entre os escravizados, talvez porque pertencessem a diversos grupos africanos dotados de diferentes ideologias e experiências transatlânticas. Assim, enquanto Tacky desejava construir o que poderia ter sido o primeiro Estado negro marítimo das Américas (expulsando os brancos da ilha, apropriando-se da baía que dava rápido acesso aos contrabandistas espanhóis em Cuba), obtendo soberania para reatar um posto social próximo ao que tinha em Guiné; Apongo, que em sua odisseia foi rebaixado de homem dos mares para escravo de *plantation*, poderia ter visto na tomada do posto comercial, uma oportunidade de domínio para si e seu bando. Simom, por sua vez, tendo percebido que os intentos anteriores não se consolidaram, optou pelo caminho dos *marrons* de Cudjoe. Todavia, Brown (2024) é ainda mais sagaz e demonstra que ele poderia estar propondo uma marcha de terror pela ilha e, ao fim, essa “trégua” não serviria para acalmar os insurgentes, mas sim para gradualmente fazê-los paralisar a economia de *plantation* da Jamaica até obterem sua autonomia completa.

Para Carolyn Fick (2004) os escravizados lutavam objetivando não o alcance de um significado abstrato de liberdade, pelo contrário, diferente das filosofias burguesas sobre o tema, o que eles desejavam eram reais emancipação e autonomia. Interpretando os movimentos rebeldes, percebemos que a liberdade era automaticamente associada a algum tipo de noção de posse das terras, ou seja, ser livre naquela comunidade agro-social (Mintz, 2003) era tanto sair da escravidão, quanto apropriar-se materialmente do que dotaria suas vidas de um significado social. Logo, essas lutas tinham significados próprios, perpassados de diversas experiências, uma vez que em África alguns desses povos experienciaram um estilo de vida não-cativo e camponês, além de

uma guerra pelo domínio de impérios africanos predatórios. Assim sendo, estavam dispostos a imporem-se, por meio de diferentes estratégias, ante qualquer situação de desumanização: seja o imperialismo ou o trabalho compulsório nas *plantations*.

Tal rebelião foi debelada, porém, em poucos anos, traria consequências inimagináveis para a ilha, o império e o sistema escravagista nas Américas ao chegar ao conhecimento europeu por meio dos escritos de poemas do fazendeiro e historiador colonial Bryan Edwards, que foi testemunha ocular dos eventos, pois esses eclodiram na propriedade de seu tio, em Saint Mary, norte da Jamaica. De maneira controversa, Edwards relata com “compaixão” a forma como um escravizado chamado Alico, que participou da insurgência e foi condenado à morte, padeceu “estoicamente” ao ser queimado vivo. Assim, trouxe à baila o fato ocorrido narrando como a vingança viria aos cristãos escravagistas através da sede de sangue dos guerreiros *Coromantes*, bem como o motivo do torturado ter morrido: “a causa da liberdade” (Wilianson, 2011, p.87; Burnard 2020, p.136).

Mesmo sendo impresso na Jamaica somente em 1792, seu texto circulou e apareceu “num grande número de publicações diferentes” na metrópole numa época própria a debates parlamentares sobre a abolição, o que perturbou as emergentes mentes cristãs abolicionistas, fazendo-as refletir acerca da tamanha barbárie cometida pelos colonos das Índias Ocidentais contra os escravizados. Esse impacto só foi causado pela veracidade dos relatos: a brutalidade com que a Revolta de Tacky foi exterminada. As 500 mortes e 500 deportações de escravos geraram não só um déficit econômico, numa época de guerra imperial, bem como alteraram a percepção moral da escravidão. Assim sendo, “na morte, os rebeldes escravos exerceram uma influência que não puderam exercer nas suas rebeliões efetivas. Deram um contributo para a libertação de si próprios”

(Burnard, 2017, p. 239-240) ao tornarem-se mártires cristãos e impulsionarem o movimento antiescravagista britânico, bem como o francês, pois um dos romances pioneiros desse cunho a ser publicado na França foi *Ziméo* (1769) de Saint-Lambert. Inspirado pelos relatos dessa revolta, o iluminista conta a trajetória de como os Quakers o salvaram da escravidão e como o levaram de volta para casa em meio ao levante.

Ambientado na Jamaica, eram uma denúncia do mal comportamento dos escravos britânicos, mas também um prelúdio das possíveis revoltas nas colônias do império francês, caso não se recorresse à emancipação gradual. *Ziméo* circulou por todo o atlântico, sendo reimpresso pela revista mais famosa da corrente fisiocrata, a *Ephémérides du citoyen, ou bibliothèque raisonnée des sciences morales et politiques* (1771), unindo as objecções económicas à escravatura à crítica moral do autor. Foi traduzida para inglês e alemão e foi enviada por Brissot às sociedades ativistas da Inglaterra (Bandau, 2017). Desse modo, o espectro da revolta não ficou somente no campo simbólico da representação. No âmbito material, Brown (2024) salienta que os custos com a proteção da ilha levaram a implantação de pesados impostos comerciais, como a Lei do Selo (1765), que se deu num contexto de novas rebeliões ditas *Coromantes* e que pode ter impulsionado as insatisfações norte-americanas com a Grã-Bretanha ao ponto de ser mais um motivo para acelerar sua descolonização. Em suma, a Revolta de Tacky ou a continuação da defesa dos ideais de liberdade dos escravizados no Caribe, suas representações laureadas de medo ou admiração, teriam culminado na construção de certa “sensibilidade” acerca da sua humanidade (que ainda era uma humanidade Outra, mas, agora reconhecida) que, por sua vez, criou uma mentalidade de urgência da abolição do tráfico, e posteriormente, junto ao ocorrido em Saint-Domingue, a abolição da própria instituição escravocrata (Hunt, 2009).

Um agente, do qual pouco se sabe, coaduna os dois movimentos em que nos propomos refletir: Dutty Boukman. O “homem do livro” (Alcorão?) poderia ser muçulmano, mas também era um *hougan*, que em algum momento veio da Jamaica para a colônia francesa e teve participação ativa na liderança do que posteriormente seria chamado de Revolução Haitiana. Foi ele quem presidiu a cerimônia espiritual no Bwa Caimam, bosque ao norte da ilha, onde se iniciou o movimento insurrecional. Junto à sacerdotisa Cecile Fatiman, convocava os rebelados a “ouvirem a Liberdade que falava no coração de todos eles” (Pereira, 2024, p.45). Brow (2024) salienta a possibilidade de ele ter levado as potentes sementes da insurreição à 1791. Anteriormente, a isso, o *marron* Makandal, com domínio em ervas, teria montado um verdadeiro esquema de envenenamento de senhores e escravos leais a eles, desde a década de 1750, esse, assim como o primeiro, foram mortos de forma cruel: o primeiro foi decapitado e esse queimado vivo em praça pública.

Como o processo em Saint-Domingue culminou em uma revolução que levou à abolição da escravatura e à formação do primeiro estado nacional negro (assim considerado por constituição), nos atemos brevemente sobre dois momentos precisos: as reivindicações de liberdade através do “quilombo” no Reino dos Platons (1792-93), no Sul da ilha, e no prolongamento da resistência *contra-plantation* no chamado período louverturiano (1798-1802). Passadas as discussões parlamentares em Paris sobre a questão dos mulatos e negros livres (que desde 1790 estavam se rebelando em prol da causa da igualdade jurídica e racial), os comissários civis franceses são enviados à ilha para pôr em prática os decretos que reafirmariam os direitos conquistados. Contudo, os mesmos que tinham armado os escravizados e marrons para lutarem por si, ao terem alcançados seus objetivos, ordenam que a população retorne às plantations, o que não ocorre. Uma vez armados, alguns escravizados se unem a líderes como

o feitor Martial e o escravizado Armand e criam uma comunidade que chega a ter aproximadamente 12.000 pessoas, todas *marrons*. Essas passam a reivindicar a terra, afirmando que essa não seria dos colonos, senão dos que foram escravizados (Fick, 2004a, p. 156). Lutaram até não terem mais armas e mantimento em seu reduto. Na última missão armada para detê-los, foram massacrados, restando cerca de 3.000 que se juntaram ao bando de Macaya.

Nesse estado de fogo cruzado em que precisavam do apoio dos insurgentes, devido à declaração de guerra à França pela Espanha e Inglaterra, aos levantes dos contra insurgentes monárquicos internos e demais colonos insatisfeitos que os queriam expulsar, os comissários se veem obrigados a decretar a abolição da escravatura para obterem apoio em armas da maioria africana, em agosto e setembro de 1793 em todas os departamentos da colônia. Em contraposição às suas ideias de emancipação gradual, o movimento radical de queima de *plantations*, deterioração das *sucreries*, cafezais, bem como fuga e ataque de guerrilha incansável às forças escravagistas, levaram à então república francesa a abolir completamente a instituição em todas as colônias francesas em 1794. A partir da defesa de seus ideais de liberdade, que se contrapuseram à juridicidade informada no lema “libertè e egalitè” próprio e restrito ao Homem Universal.

Mesmo com esse tensionamento, os comissários, Sonthonax e Polverel, advogados enviados para domesticar os rebeldes, encontraram uma solução que parecia eficaz: a promulgação de rigorosos Códigos de Trabalho que orientariam as ações dos “novos livres” ou “cidadãos franceses”. A resistência prosseguiu e cada vez mais fugiam das plantations criando modos de vida alternativos e de subsistência nas montanhas ou nas propriedades abandonadas pelos senhores desertores quando da eclosão do conflito. Segundo Rodrigues (2023), mesmo os que ficavam se recusavam a serem

“produtivos” e essa insistência para a materialização de sua liberdade foi seguida até mesmo quando o carismático líder negro, Touissant Louverture, tendo derrotado e expulsado os espanhóis (1795) e britânicos (1798) da ilha intentou a aplicação desse modelo de recuperação econômica da ilha. Faziam greves, expandiam suas roças pessoais e, nos últimos anos, com a política de arrendamentos possibilitada pelo governo, fizeram até associações em que tomaram posse legalmente dessas terras.

Sendo assalariados ou não, as *plantations* sempre representariam o tempo de amargo labor, por isso eram rejeitadas. Coagidos ao extremo pela militarização das plantations impostas por esse novo regime, a cidadania de plantation (Fick, 2004b, p.364) a qual Louverture entendia que precisavam se apossar para serem “livres e franceses”, era na verdade o que eles entendiam como a condenação perpetua à terra, ou seja, uma nova mudança pouco eficaz que a privavam da concretude da emancipação e o mantinham ligados à escravidão. Marcada pela violência envolta ao longo dos 13 anos de luta, em 1803, quando Louverture, depois de ter sofrido um golpe pelos franceses, ser deportado para a França, e ser torturado até morrer no Fort de Jaux,, os escravizados se uniram ao Exército Nativo de Dessalines (composto por pretos e brancos) e proclamaram, de uma vez por todas, a independência do *Ayti*, a terra de altas montanhas, onde a escravidão jamais poderia voltar a existir e onde as massas, apropriando-se da luta contra-plantation, “assumiram seu gosto voraz pelo concreto” da liberdade (Fanon, 2022, p. 89).

Ambos os fenômenos confrontam as grandes forças da modernidade: o capitalismo, o racismo e o imperialismo. Como pilares de um ideário incompleto do humano (Césaire, 2020), foram fraturados pela resistência do agenciamento escravo (Willians, 2012) e obrigados a reelaborar suas definições do humano. Entendemos que esses eventos tensionam o surgimento eficaz do movimento

abolicionista e, conseqüentemente, dos direitos humanos. Enquanto o ocorrido na Jamaica induz a criação da sensibilidade “humanística” da segunda metade do XVIII mencionada por Hunt, o desenrolar do processo revolucionário em Saint-Domingue força violentamente o funcionamento das engrenagens abolicionistas na França (obrigando-os a abolir a escravidão ainda em 1794), na Grã-Bretanha (com a abolição do tráfico em 1807), na Espanha (em 1837) e no Brasil (em 1850). Entendemos que isso se deu a partir do trauma cultural criado por esses impérios, a partir da magnitude desses feitos outrora tidos como impensáveis (Goméz, 2013; Trouillot, 2016).

A via para a interiorização desses traumas foram as múltiplas revoltas levadas a cabo pela fermentação “haitianista” entre os regimes de plantation das Américas e Caribe: Santo Domingo, Jamaica, Cuba, Porto Rico, Estados Unidos, Guianas, Brasil e Venezuela (Hazareesingh, 2021; Dubois, 2022), que receberam boa parte dos refugiados que, com medo ou coagidos, saíram da ilha entre os anos de revolução. Além disso, um outro meio expressivo foi a literatura. O mesmo Bryan Edwards, por exemplo, além de ter presenciado o ocorrido na Jamaica, viu pessoalmente o desenrolar dos conflitos na ilha francesa, compondo relatos de violência aterrorizantes que foram bastante comentados pelos britânicos. Não só ele, mas também Marcos Rainsford. Este soldado esteve na ilha nos anos louverturianos e entrevistou o próprio Louverture, buscando demonstrar, por meio de livros e litografias, a outra face do conflito: a violência francesa contra o povo e a legitimidade da luta. Mesmo que não fosse abolicionista, seus escritos repercutiram em toda a Europa e frequentemente foram usados por abolicionistas em diferentes perspectivas (Silva, 2018).

Na concepção de Morel (2017) os impactos da elaboração desses novos ideias de liberdade e humanidade são ainda mais latentes se pensados sob a hermenêutica do haitianismo, pois eles impulsionariam não só a abolição e a

luta pela igualdade racial, bem como o processo de descolonização nas Américas, o que soma à colocação de Geggus (2006) de que aos próprios escravizados terem destruído a economia de exportação mais produtiva daquele tempo durante uma década de insurreição, seu exemplo trouxe impactos confusos, mas rapidamente sensíveis à mentalidade e percepção das pessoas negras livres, dos escravocratas e dos ainda cativos. Exemplos disso é que já nos debates em torno das Cortes de Cádiz (1810 e 1814) a Saint-Domingue colonial era lembrada para se exigir os direitos de cidadania às mais diversas castas das colônias espanholas, a fim de que outro movimento independentista não viesse a ocorrer (Gomez, 2013). No reino do Brasil, os escritos do abolicionista francês Abbé Grégoire e suas ideias favoráveis ao Haiti circulavam entre os setores letrados: milicianos, bacharéis, comerciantes liberais (livreiros), redatores de periódicos e clérigos. Inspiraram discursos de viés republicano dotados de pânico e admiração, e com eles construíam uma ideologia de certo igualitarismo racial, num país ainda escravocrata e que, com a derrocada do comércio *domingoise*, ocupou o lugar, junto à Cuba e Jamaica, dentre os maiores exportadores de açúcar e café.

Tendo gerado efeitos positivos ou negativos, como a sobrecarga da produção de açúcar nas colônias portuguesa, britânica ou espanhola, contribuiu, controversamente, para a mobilização dos povos, agora ainda mais explorados por ocuparem uma nova posição no cenário econômico global. Daí derivam-se as várias reivindicações coloniais por autonomia, libertação e igualdade racial. Assim, tanto a Revolta de Tacky quanto a Revolução de Saint-Domingue, a médio ou longo prazo, ao operacionalizarem seus próprios e diversos ideias de liberdade lutaram contra a desumanização legada pelo sistema de plantations, o racismo e o imperialismo. Mesmo divergindo nas táticas de como enfrentar tais pilares, buscaram táticas espirituais e culturais de

se unirem para aniquilar tais pilares da modernidade. Ambas forçaram a urgência de uma mentalidade abolicionista e inspiraram a ressignificação do humano ou do “humanismo verdadeiro, o humanismo do tamanho do mundo” como afirmou Cesáire (2022, p.71).

Considerações finais

Nesse trabalho visamos compreender, brevemente, duas insurreições ocorridas entre plantations caribenhas e suas respectivas lutas contra os ideais de liberdade restritos ao Homem Universal. À guisa de conclusão, entendemos que tais eventos se deram numa época de transição de mentalidades e redefinições de ideologias raciais e políticas. Nessa conjuntura, a revolta de Tacky tensionou a política colonial britânica à visualizar as consequências da sua exacerbada violência e da existência de humanidade além da “subserviência” de plantation. As representações que a mencionaram, somadas a outros rebeliões que a precederam, transformaram os escravizados em “mártires cristãos” ou selvagens dos trópicos que precisavam parar de ser incorporados nas colônias, logo, de forma controversa, originou um movimento de viés emancipacionista que seria a semente da abolição do tráfico em 1807.

Interligadas possivelmente pelas lutas em África e pelo agente Boukman, ambas objetivaram a luta contra a dominação imperial, o escravismo e o regime de plantation. Entretanto, a Revolução de Saint-Domingue deu origem a uma nação independente, abolindo a escravidão em todas as colônias francesas e formando a primeira república negra das Américas, o que culminou num maior trauma cultural e impacto num mundo imperialista. Em suma, argumentamos que os dois eventos saíram do impensável e forçaram violentamente a abolição da escravatura nas Américas e Caribe, bem como criaram, a partir de um

humanismo radical, novos ideais de liberdade capazes de dotar, os outrora desumanizados, de direitos inalienáveis.

Referências Bibliográficas

BANDAU, Anja. Jean-François de Saint-Lambert and His Moral conte “Ziméo” (1769) in the contexto of Abolitionist and Imperial Activities. In: TRICOIRE, Damien (Ed.). **Enlightened Colonialism: Civilization Narratives and Imperial Politics in the Age of Reason**. London: Palgrave Macmillan, 2017

BROWN, V. **Uma guerra afro-atlântica: a Revolta de Tacky e a resistência negra no Caribe**. Rio de Janeiro: Zahar. 2024.

BULAMAH, R. C. Domesticação contra a plantation. **Mana**, v. 28, 2022, pp. 1-32.

BURNARD, TREVOR. **Jamaica in the Age of the Revolution**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 2020.

BURNARD, Trevor; GARRIGUS, John. **The Plantation Machine: Atlantic Capitalism in French Saint-Domingue and British Jamaica**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 2016.

BURNARD, Trevor. Slavery and the Enlightenment in Jamaica and the British Empire, 1760–1772: The Afterlife of Tacky’s Rebellion and the Origins of British Abolitionism. In: TRICOIRE, Damien (Ed.). **Enlightened Colonialism: Civilization Narratives and Imperial Politics in the Age of Reason**. London: Palgrave Macmillan, 2017.

CASIMIR, Jean. **On the Origins of the Counterplantation System**. In: The Sovereign People of Haiti During the 18th and 19th centuries. Haiti. 2013.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Cláudio Willer. São Paulo: Veneta. 2020.

DUBOIS, Laurent. **Os Vingadores do Novo Mundo: A História da Revolução Haitiana**. Tradução Henrique Antonio Rê. São Paulo: Eduff, 2022.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de Lígia Fonseca Ferreira e Regina Salgado Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FICK, Carolyn. Para uma (re) definição de liberdade: a revolução no Haiti e os paradigmas da Liberdade e Igualdade. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 26, n.2. 2004a. pp. 355-380.

FICK, Carolyn. **The making of Haiti**: The Saint Domingue Revolution from below. 2 ed. Knoxville: The University of Tennessee Press, 2004b.

GEGGUS, David. The sounds and echoes of Freedom: the impact of the Haitian Revolution in Latin América. In: DAVIS, Darién (ed.). **Beyond Slavery**: the multifaceted legacy of Africans in Latin America. Lanham: MD-Rowman and Littlefield. 2006. pp. 19-36.

Gómez, Alejandro E. **Le Spectre de la révolution noire**: L'Impact de la révolution haitienne dans le monde atlantique, 1790-1886. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2013.

HAZAREESINGH, Sudhir. **O maior revolucionário das Américas**: a vida épica de Toussaint Louverture. Rio de Janeiro: Zahar. 2021

HUNT, Lynn. **A Invenção dos Direitos Humanos**: Uma História. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JAMES, Cyril. **Os Jacobinos Negros**: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2010.

MINTZ, Sidney. **O poder amargo do açúcar**: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003.

MOREL, Marco. **A revolução do Haiti e o Brasil escravista**: o que não deve ser dito. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

ODYSSEOS, Louiza. After rights, after Man? Sylvia Wynter, sociopoetic struggle and the 'undared shape', **The International Journal of Human Rights**, n. 28, v.9, 2023, pp. 1251-1278.

PATERNIANI, Stella; BELISÁRIO, Gustavo; NAKEL, Laura. O Humanismo Radical de Sylvia Wynter: uma representação. **Mana**. n. 28, v.3, 2022, pp. 1-28.

PEREIRA, Bethânia Santos. **Revolução Haitiana**: a revolução de escravizados que abalou o mundo. Curitiba: Juruá, 2024.

SILVA, Amanda Bastos da. **Os impactos da Revolução de São Domingos ao abolicionismo britânico através das litografias de Marcus Rainsford**. In: Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias. 2018.

SOUZA, Isabela Rodrigues. **O sistema de plantation em tempos de revolução abolicionista**: Saint-Domingue, 1790-1803. Dissertação – (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

TROUILLOT, Michel. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Curitiba: Hoya, 2016.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WILLIAMSON, Karina. **The curious history of Bryan Edwards's Poems, written chiefly in the West-Indies**. Journal of the Edinburgh Bibliographical Society, n.6, 2011, pp. 74-88.

**ST06 - Civilização do Jornal: experiências de
pesquisa em História Cultural da Imprensa
Periódica (1850-1970)**

UNIVERSIDADE, IMPRENSA E FUNN/UNIMONTES: FONTE E OBJETO DE PESQUISA HISTÓRICA

Luís Gustavo Souza Fróes

Graduando em História

Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

gustavosouzafroes@gmail.com

Resumo: Jornais nacionais são, frequentemente, analisados em diferentes espaços acadêmicos, seja para estudar cultura, economia, política, educação ou costumes. Thompson (2012) pondera acerca da história vista de baixo. Igualmente, o movimento da Escola dos Annales evidencia a importância das micro-histórias e as possibilidades da “Nova História”, que mudou a percepção acerca das fontes e temáticas de estudo na primeira metade do século XX. Método: neste estudo utilizamos o jornal como fonte e objeto de pesquisa, buscando entender a subjetividade e a sua influência na sociedade, constituindo-se como “formador/educador” social. A análise dos jornais adotou práticas científicas para o entendimento de quem fala; por onde fala; e porque fala, obedecendo as orientações de Barros (2019). O material estudado foram recortes de jornais denominados *Gazeta Diária Funm/Unimontes*, datados de 1962 a 2007, com o objetivo de compreender a importância da Unimontes como instituição educacional, na região norte mineira, por meio das notícias jornalísticas. Resultados: verificamos que, a análise dos jornais é compreendida como instrumento moldador da visão dos indivíduos, sendo, muitas vezes, notícias apresentadas não verídicas e/ou (re)forçando pensamento sobre determinados assuntos, prioritários para alguns grupos. Discussão: desde o primeiro jornal, fundado e editado no Brasil em 10 de setembro de 1808 até os dias atuais, esse veículo de comunicação é importante para a sociedade, pois, além de informar, “educa” e viabiliza diversas transformações sociais. Tânia Regina de Luca e Ana Luíza Martins afirmam que, “A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas” (Luca; Martins, 2008, p. 8). Nessa direção, a pesquisa analisou recortes de jornais denominados *Gazeta Diária Funm/Unimontes*, datados de 1962 a 2007, demonstrando a relevância institucional da Unimontes no âmbito educacional. Considerações finais: pensar o processo de ensino e

aprendizagem possibilita, para várias áreas do conhecimento, em especial aos estudantes que organizam a documentação da Funm/Unimontes, a concepção da diversidade de fontes, entre elas, a imprensa, que apresenta por meio das suas narrativas, versões acerca de determinados assuntos, entidades, aspectos, etc.

Palavras-chave: Educação e História; Imprensa; Documentos Arquivísticos. Montes Claros; FUNM/Unimontes.

Introdução

Jornais nacionais são, frequentemente, analisados em diferentes espaços acadêmicos, seja para estudar cultura, economia, política, educação ou costumes. Nesta perspectiva, optamos por pesquisar a imprensa e destacar grupos que, até foram considerados irrelevantes dentro de uma corrente positivista, ademais, destacamos o caráter da imprensa educacional, buscando produzir uma historiografia voltada para o que Thompson (2012) pondera como “história vista de baixa”. Igualmente, o movimento da Escola dos Annales evidencia o valor das micro histórias e as possibilidades da “Nova História”, que mudou a percepção acerca das fontes e temáticas de estudo na primeira metade do século XX.

Pensando em arquivo, sabemos que arquivo é o conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas. Documentos são produzidos e recebidos diariamente, objetivando resolver demandas. Caso a entidade não articula a gestão de documentos, ainda e apesar da obrigatoriedade por lei, é necessário tomar iniciativas para administração geral dos documentos, tratando-os da maneira correta para que não sejam destruídos, degradados e/ou desorganizados (Brasil, 1991). Nesse sentido, na *Diretoria de Documentação e Informação (DDI)* da *Universidade*

Estadual de Montes Claros (Unimontes) é possível encontrar, tanto documentos da própria Universidade como da administração pública da cidade, entre eles, o *Fórum Gonçalves Chaves*, abarcando acervos judiciários, bem como da *Prefeitura e Câmara Municipal de Montes Claros* e de indivíduos e Igrejas. Jornais locais e regionais também constituem parte do acervo sob guarda da DDI.

Constatamos que parte do acervo da imprensa de Montes Claros é preservado pela DDI da *Unimontes*. Na DDI há o primeiro jornal do norte de Minas denominado *Correio do Norte*, datado de 1884 a 1891; e *Gazeta do Norte*, 1918 a 1962; entre outros. Nessa análise priorizamos a hemeroteca denominada *Gazeta Diária Funm/Unimontes*, datada de 1962 a 2007, constituída como uma coleção de recortes de jornais sobre a Universidade. Ao analisarmos a imprensa percebemos que, no seu discurso há interesses, constituindo-se como veículos de comunicação e instrumentos que contribuem, não apenas para informar, mas passíveis de formação de memória, conforme relata Barros (2019), intervindo em decisões dos indivíduos. Nesse sentido, apresentamos nossa pesquisa nos moldes a seguir.

Neste estudo utilizamos o jornal como fonte e objeto de pesquisa, buscando entender a subjetividade e a sua influência na sociedade, constituindo-se como “formador/educador” social. Aliar a análise com outros documentos fez-se necessário com a finalidade de compreender as relações entrelaçadas na educação, política, economia, cultura e sociedade, averiguando a imprensa como uma ferramenta de poder. A análise dos jornais adotou práticas científicas para o entendimento de quem fala; por onde fala; e porque fala, obedecendo as orientações de Barros (2019).

O material estudado foi recortes de jornais denominados *Gazeta Diária Funm/Unimontes*, como apresentado anteriormente, datados de 1962 a 2007,

objetivando compreender a importância da *Unimontes* como uma instituição educacional localizada na região norte mineira, por meio das notícias jornalísticas. Barros (2019) argumenta sobre a feitura dessa análise, orientando a percepção para a observação histórica, não só em relação a quem consome, mas, ao produtor do jornal, bem como o polo editor, o nível de influência de quem digita para o dono do jornal e outros detalhes pertinentes a essa ação.

A análise dos jornais é compreendida como instrumento moldador da visão dos indivíduos, sendo, muitas vezes, notícias apresentadas não verídicas e/ou (re)forçando pensamento sobre determinados assuntos, prioritários para alguns grupos. Usamos um conjunto de jornais, especificamente voltado para temas referentes à *Funm/Unimontes*, organizados como recortes, em ordem cronológica e por assuntos gerais.

Constatamos que, como a maioria dos trabalhos realizados por meio da análise de discurso da imprensa, enquanto fonte e objeto de pesquisa, revelam os movimentos, na historiografia, como fenômenos sociais interpretados de diferentes formas e de acordo com variados contextos. Examinamos as notícias sobre a Instituição e aprendemos acerca do papel da educação no norte de Minas como imprescindível para o crescimento local e regional, bem como um fenômeno social de impacto concreto na vida das pessoas e, também, das memórias. A *Funm/Unimontes* está envolta como fator de integração regional e demanda políticas públicas para sua efetivação na transformação do(s) lugar(es) onde se encontra inserida, sertão norte mineiro (Universidade Estadual de Montes Claros, 2023).

De “posse” desse acervo da DDI, no desenvolver da pesquisa, foi possível conhecer a história da *Funm/Unimontes* através desses jornais organizados como coleção/hemeroteca, assim como verificamos a viabilidade, em especial, para os

estudantes de graduação, nesse caso específico dos cursos de História, Pedagogia, Serviço Social, Administração, Sistema de Informação, Gestão Pública e Letras/Português, etc. trabalhar com fontes diferentes para produzir narrativas históricas, extrapolando documentos usuais.

A relevância social dessa pesquisa, inserida no projeto “Formação do arquivo da *FUNM/Unimontes*: de uma massa acumulada de documentos a preservação da memória institucional”, aprovado pela *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig)* e executado na *DDI*, consiste em, mesmo com todos os indícios de manipulação por parte da imprensa acerca do que pensa, escreve e publica, verificar a entidade educacional estudada como preponderante no desenvolvimento regional. Nesse sentido, esse estudo demonstra a relevância de uma instituição universitária nos sertões das gerais.

Descrição e análise de fonte: breves apontamentos

Tânia Regina de Luca e Ana Luíza Martins afirmam que, “A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas” (Luca; Martins. 2008, p. 8), entendendo esta mensagem anexa a importância da imprensa para a formação e construção de uma sociedade, assim como, para mostrar a importância de alguma instituição e de sua influência dentro de uma região específica.

Neste caso, pensamos em recortes da *FUNM/UNIMONTES*, sendo citada em jornais regionais, mostrando a importância da Universidade para o norte de Minas, enquanto norteadora do desenvolvimento econômico, social e político de Montes Claros e região.

O Jornal de Montes Claros diz que,

Nove universitários da Faculdade de Filosofia e da de Direito seguiram para Januária (5) e Salinas (4) na tarde de ontem. Nas duas cidades, vão fazer

levantamento sócio-econômico e educacional, a pedido do Ministério da Educação e Cultura, que prepara plano de ação conjunta para 51 municípios mineiros (Jornal de Montes Claros, 17 set. 1970).

Diante disso, é notório como a Universidade transforma a região e ocasiona desenvolvimento, principalmente com as ações que envolvem a sociedade como um todo, já que, para ser universidade, um dos quesitos consiste na extensão, além do ensino e da pesquisa. A extensão é de extrema importância e, até os dias de hoje (2021), a Universidade atende a população com programas sociais, ligas e projetos de extensão, entre eles, “Unimontes Solidária”, que “salienta iniciativas e visa a troca de saberes entre o conhecimento científico e o conhecimento popular, oportunizando aos acadêmicos o contato com a realidade regional na qual serão inseridos, por meio de uma relação direta com as comunidades atendidas” (Universidade Estadual de Montes Claros, 2023).

Em meio ao atendimento da sociedade, a Universidade conseguiu um hospital que, hoje em dia, atende boa parte da população de Montes Claros e do norte de Minas e melhora, proporcionalmente, o sistema de saúde pública firmado como *Sistema único de Saúde (SUS)*, e os novos profissionais da área que se formam já tendo experiências consideráveis dentro das condições de ter um ambiente específico e próprio. O jornal *O Globo* datado de 28 de setembro de 1970 relata: “(...) meta prioritária do Programa de Valorização Sindical estabelecido pelo presidente da República - e oferecerá sua estrutura, que inclui um hospital, para execução do plano na região” (*O Globo*, 28 set. 1970).

Podemos percorrer a importância da *Unimontes* nessa fonte documental, jornais, também por causa do seu tamanho na *DDI*. Essa coleção aponta a Universidade na nossa região, principalmente, sendo uma instituição pública que faz parte de muitos programas sociais que envolvem solidariedade e

cidadania. As fontes sobre as ações da Universidade dentro de Montes Claros e norte de Minas, como um todo, ainda estão sendo levantadas e catalogadas, mas com os documentos acessados é possível perceber a influência positiva e afirmativa em várias dimensões como a economia, cultura, política, saúde, educação, etc.

Evidenciamos que o trabalho ainda está em andamento, no entanto, os procedimentos metodológicos expostos por José Barros de Assunção (2019), que argumenta sobre como pode ser realizada essa análise em jornais, aliada aos debates de Luca e Martins (2008), conduz, não só para quem consome, mas quem produz jornais. Salienta para averiguar o polo editor, provocando para conhecer qual nível de influência de quem o digita e/ou para quem é o dono; se o jornal sofre algum tipo de manipulação; e, por isso, é de suma importância a obra para quem deseja introduzir na pesquisa a análise a partir da matéria prima, a imprensa.

Nesse sentido, com parte dessa documentação analisada, mesmo contemplada com uma diversidade grande de títulos/nomes dos jornais e cada um com seus interesses, entendemos a imprensa, não apenas como um fenômeno social de impacto imaginário, mas também, de memória, podendo ser considerado como “lugar de memória” (Nora; Aun Khoury, 2012). Com a gama de documentos e jornais vinculados a guarda da Universidade existem muitas possibilidades de estudo acerca da cidade e região. para aprofundar sobre essa temática em específico, se faz necessário uma pesquisa mais aprofundada com trabalho intenso na coleção citada como fonte histórica, e, desse modo, confirmará a hipótese concebida nessa análise sobre o impacto da educação superior e dos trabalhos da *Unimontes* nas comunidades e cidades vizinhas

Considerações finais

Ao pensar a importância da Universidade no norte de Minas estendemos a visão em diversos ângulos diferentes como o acesso à educação superior de qualidade e gratuita com uma particularidade no sertão das Gerais - não tão longe de casa. Essa possibilidade propicia laços e vínculos dos estudantes e profissionais com a Instituição e, geralmente, com interesse em retribuir todo este investimento para e/ou de onde vieram, a origem dos estudantes, as cidades próximas.

Com o trabalho constante de arquivística na *DDI* e a presença de graduandos de cursos variados e também de estudantes de ensino médio como bolsistas de Iniciação Científica e estágios, evidencia-se que trabalhar e pesquisar os documentos é extrema seriedade e compromisso para a validação de várias histórias e memórias e, entre elas, o papel da *Unimontes* na região onde se encontra inserida. É necessário investimento geral, quando nos referimos ao termo “geral” consiste em refletir na perspectiva nacional para que não sejam “perdidos” os nossos documentos e as nossas histórias, pois, se no fim perdermos isso tudo, acabaremos não nos (re)conhecendo como sujeitos desse nosso lugar.

A *Unimontes*, cuja missão é contribuir para o desenvolvimento educacional, econômico, social e cultural, primeiro no âmbito regional e local, e posteriormente nacional, se afirma enquanto fator de integração regional por meio de atividades de pesquisa, ensino, extensão e gestão. Para cumprir essa missão e atender a demanda na área, em vários aspectos, especialmente educacional, da região, inseriu-se na estrutura organizacional da *Unimontes*, desde 1994, a *DDI*, reafirmando o objetivo da preservação das histórias e memórias institucional e do seu campo de abrangência.

Apesar dos esforços envidados, a carência de recursos restringe os trabalhos nessa direção. Tal dificuldade está sendo superada pela *DDI*, em parte, desde 2001, com o financiamento de projetos pela *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)*, do *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ)* e institucionais, contando com esforços do seu corpo de profissionais – professores e servidores – e acadêmico. Acervos como do Fundo denominado “Administração Pública de Montes Claros” constituído como documentos do *Poder Executivo e Legislativo*; e do *Fórum Gonçalves Chaves*, do *Poder Judiciário*, receberam contribuições e recursos financeiros das referidas entidades para tratamento, digitalização e microfilmagem, possibilitando acesso, bem como a conservação e preservação dos documentos impressos.

No entanto, a documentação da antiga *FUNM*, atual *Unimontes*, encontra-se em estado precário, solicitando interferências urgentes. A documentação corrente permite a execução das atividades institucionais, sem a gestão documental com os instrumentos/meios necessários como o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo, e os documentos de caráter intermediário e permanente inviabilizam, muitas vezes, tomadas de decisões e resoluções de problemas por causa da ausência da gestão documental. Ressalta-se que, a *DDI* se destaca pelo empenho em criar condições para a efetivação de uma das principais tarefas da Universidade na atualidade, apesar dos diversos desafios, ou seja, tornar-se um centro produtor de pesquisas por ela própria como órgão de documentação, bem como a administração e guarda do seu acervo por ser responsável por documentos importantes para a história de Montes Claros e da região norte-mineira, contemplando, além dos fundos documentais citados, outros e coleções significativas. Essa documentação é importante para produção acadêmica e

científica com demandas de pesquisas diariamente para o público em geral com a finalidade de garantir direitos e de pós-graduações da própria *Unimontes* e variadas instituições de ensino superior do Brasil, valorando regionais.

Ademais, há o Fundo *FUNM/Unimontes*, cujo acervo compõe-se de documentos manuscritos e impressos relacionados à história da Universidade, desde 1962 até os dias de hoje (2025), que merece atenção e cuidado e, por essa razão esse estudo demonstra a (des)(re)construção de arcabouço teórico e experiências no exercício das suas atividades arquivísticas, justificando sua relevância na dimensão social, referente à preservação da história da educação superior; cultural, porque, os saberes adquiridos correspondem a hábitos e conhecimentos cultivados pela educação; jurídica, pois trata de questões resolutivas; acadêmica, pois viabilizar pesquisas; e institucional, pois a *Unimontes* terá parte dos documentos organizados.

Nesse sentido, sentimos à vontade para valorar nossa *Unimontes*, apesar dos enfrentamentos diários, entretanto, estudar na região em que ela se insere possibilita transformar vidas sertanejas e garantir direitos constitucionais.

Referências bibliográficas e fontes

BARROS, José d'Assunção. **Fontes históricas:** introdução aos seus usos historiográficos. São Paulo: Editora Vozes, 2019.

JORNAL DE MONTES CLAROS. Montes Claros, 17 set. 1970.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. (Org.) **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

NORA, P., & AUN KHOURY, T. Y. (2012). **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, 10. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 20 fev. 2025.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 28 set. 1970.

THOMPSON, E.P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. 2 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012.

THOMPSON, E.P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. org. NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sergio. 2 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. **“Projeto Unimontes Solidária: acessando os direitos sociais” chega a Coração de Jesus. Montes Claros**, 22 jul., 2023. Disponível em: <https://unimontes.br/projeto-unimontes-solidaria-acessando-os-direitos-sociais-chega-a-coracao-de-jesus/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

ST07 - Contra linguagem do colonizador: Uma história pós-colonial da interseccionalidade

O hip hop de Thaíde & DJ Hum e o rap como gênero midiático

Igor Henrique Morais

Mestrando

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

igor.morais@aluno.ufop.edu.br

Resumo: Durante a década de 1980, na metrópole de São Paulo, o Hip Hop desembarcava com força. Através de filmes, discos, revistas, jovens da cidade se juntaram para aprofundar sobre o movimento. Como mostra o historiador Guilherme Botelho, a estação São Bento de metrô foi o grande ponto de encontro. Ali gangues da dança Break duelavam, MCs criavam suas rimas, futuros produtores batiam na lata do lixo e o grafite florescia. Pensando como Alvarez, Dagnino e Escobar, o local foi responsável por criar uma rede de contato e construir políticas culturais democratizantes através da tomada do espaço público. Se buscava satisfazer necessidades de corpos marginalizados, em sua maioria negros e periféricos. Daquele cenário é feito o disco de Rap, Hip Hop Cultura de Rua, lançado em 1988 pela gravadora Eldorado. Nele se encontra Thaíde e DJ Hum, produzidos inicialmente por Nasi e Jung, da banda Ira!. Durante a carreira da dupla, que perdura até o ano de 2001, cantaram temáticas como religião afro-brasileiras, raça, periferia, ao mesmo tempo que também o amor romântico e a nostalgia ligada a memória da identidade negra. Levando consigo as redes construídas na São Bento. Essa multiplicidade de experiências se dá, pensando como Stuart Hall, por um tornar-se da identidade e da cultura. O Rap se tornou uma via tanto para solucionar questões daquele tempo, como a visibilidade para a juventude que estava a margem, quanto para contar experiências de diferentes temporalidades. Por isso a necessidade de abordar o gênero musical em todos seus aspectos, pensando como Jedder Janotti Jr. Pois, como aponta Trícia Rose, o Rap recontextualiza precedências culturais negras e afro diaspóricas. Por isso é importante compreender o que a parte instrumental conta. Além disso, a comunicação tem a proposta de mostrar como a relação da dupla e do gênero com sua formação midiática é complexa. Ao mesmo tempo ela aponta que o rap convida, através da linguagem negra, a cultura dominante a ouvir. Hall aponta que mesmo a cultura negra mais comercial, contém novas representações de vida. Essa proposta tem como objetivo abordar essas identidades e a música como fonte de conhecimento histórico, que podem fissurar algumas relações de poder. Para isso é importante um trabalho interdisciplinar, como aponta Marcos Napolitano. Relevante para apontar as múltiplas experiências negras dentro da indústria cultural. Por fim, agradeço a FAPEMIG pelo financiamento da pesquisa, ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 pelo financiamento do PPGHIS e a UFOP como instituição que possibilita o desenvolvimento acadêmico.

Palavras-chave: Música, rap, cultura, identidade.

Durante a década de 1980, quando o Break desembarca no Brasil, o Rap iniciava a sua consolidação como gênero musical nos Estados Unidos¹². O lançamento do que viria a se tornar o primeiro grande *hit* do *Hip Hop* estadunidense foi responsável por transformações profundas no olhar da indústria cultural. *Rapper's Delight*, do trio Sugar Hill Gang, saiu no ano de 1980, se tornando um estrondoso sucesso comercial. A partir daí, o mercado hegemônico entendeu o alto potencial econômico daquele movimento cultural, que emergia dos guetos novaiorquinos (Rose, 2021). Porém, os primeiros contatos de parte da juventude brasileira com o *Hip Hop* foram através do cinema. Filmes como *Beat Street* (1984) e *Wild Style* (1983) são algumas das primeiras contribuições para apresentar, através da dança e do grafite principalmente, parte daquele movimento cultural¹³ (BOTELHO, 2022). Também foi um período “de integração de artistas periféricos ao sistema hegemônico de produção, circulação e consumo de bens simbólicos” (ibidem, p.24).

O reflexo disso foi o Break se tornando uma febre no Brasil, especialmente na cidade de São Paulo, ganhando espaço em abertura de novela e videocliques¹⁴. Aos poucos jovens brasileiros, em sua maioria negros e periféricos das grandes cidades, foram constituindo um quebra cabeça sobre o que compunha os aspectos e estilo da dança, das artes visuais, da moda e da música baseada naquela cultura estrangeira. O movimento de comercialização e

¹² O Rap é a junção do MC e DJ. O Hip Hop é formado por 4 elementos: MC (Mestre de Cerimônia), DJ (Disque Jôquei), Break (dança) e Grafite (artes visuais).

¹³ O Hip Hop inicialmente foi compreendido como um movimento, mas ao longo do tempo foi reconhecido pelos seus admiradores como uma cultura. Para abarcar as duas concepções se escolheu usar aqui o termo movimento cultural, para não haver uma confusão para quando usar termos sinônimos em outros contextos.

¹⁴ Com o boom do Break, o movimento chegou até artistas renomados da MPB, como por exemplo, no videoclipe de Gilberto Gil “Funk-se quem quiser” (1983). As imagens traziam a conexão das ruas de São Paulo x Nova York. Além de conter a presença de Nelson Triunfo, considerado um dos pais do Hip Hop no Brasil, dançarino de Soul e Break. A novela Partido Alto (1984) também colocava os movimentos robotizados em tela.

divulgação dentro e fora dos Estados Unidos, fomentou uma identificação muito rápida. Os B.boys e B.girls, termos dados aos praticantes da dança, foram tomados como identidades pelos seus adeptos (ibidem). Os programas televisivos de auditório, especialmente os que recebiam calouros, foram outro espaço relevante para a disseminação da dança, por exemplo. Mas a rua se tornou o grande pilar para existência do *Hip Hop* como um todo.

Dentro do contexto paulistano, foco desse texto, o documentário *Nos Tempos da São Bento*, dirigido também por Botelho (2010), apresenta a centralidade da Estação São Bento de Metrô prática e promoção do Break, do Grafite e do Rap. Construída durante o período ditatorial militar, pela Construtora Camargo Correa, aquele espaço sinônimo de modernização localizado no centro da cidade foi inaugurado em 1975. O lugar se tornou um grande ponto de encontro dos *hip hoppers* a partir de meados da década de 1980, na qual um dos seus grandes propósitos era a troca de informações (ibidem). É a partir dessa “re/apropriação” do espaço público, que grupos marginalizados satisfazem necessidades que não estavam previstas para esses locais (ALVAREZ, ESCOBAR E DAGNINO, 2000). Até mesmo para jovens de outros estados que começavam a se identificar e produzir localmente a cultura emergente, a São Bento pairou o imaginário de uma época em que não se dispunha de internet ou meios de comunicação instantâneos que permitiam o acesso de uma maneira próxima da realidade.

Assim a São Bento se torna um local canônico dentro dessa genealogia, onde o gênero musical também floresceu. Para além de outros diversos motivos, havia uma tensão com os bailes blacks, que inicialmente não permitiam a prática de rodas de Break. Essa movimentação humana dentro da capital, com nítido recorte étnico e de classe não é novidade. Macedo (2007, p. 207) aponta que

a apropriação do centro da cidade pelos negros não é algo que se dá aleatoriamente, pelo contrário, ela pode ser historicizada. Desde o século XIX esse espaço tem sido uma referência para a vivência e as manifestações da população negra da cidade de São Paulo. A linha do tempo de mais de cem anos que traçamos é marcada por conflitos, disputas e resistências entre, de um lado, o desejo das elites autóctones de embranquecer e europeizar a urbe e, de outro, a subversão desse projeto por parte de negros e pobres.

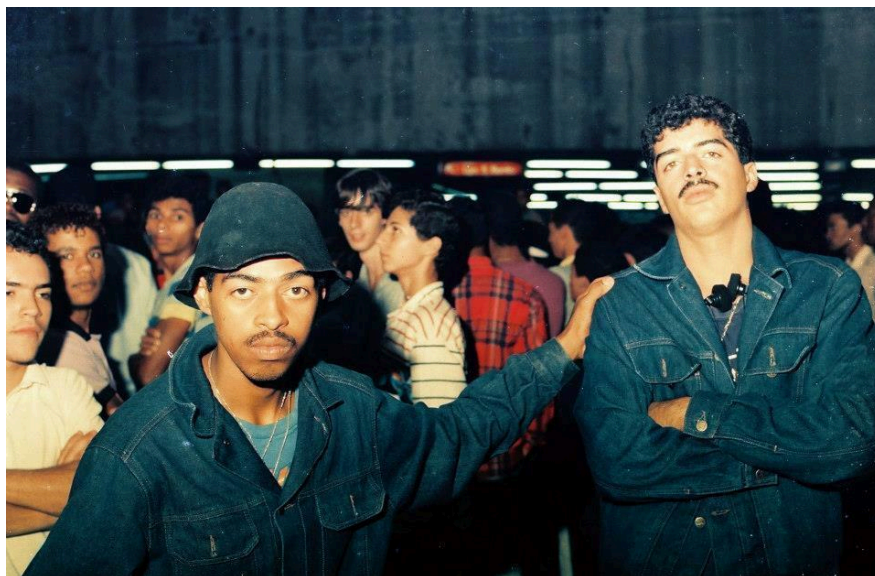
O centro de São Paulo era sinônimo de modernidade, enquanto na periferia até os anos 1980 menos de 20% dela continha rede de esgoto (CALDEIRA, 2000). E se discos, filmes, artistas, jornais, foram determinantes para que o *Hip Hop* se tornasse “mais inteligível como prática cultural vinculada a setores marginalizados da sociedade e a jovens periféricos” (CAMARGO, 2018, p. 8), a realidade social precarizada impulsionou que a música daquela matriz cultural abordasse aspectos tão incômodos sobre a vida na capital.

A partir do fim da década de 1980, o Rap começa a ganhar centralidade entre os adeptos que frequentavam a estação. Desse cenário que se criou na estação, foi produzida a coletânea “Hip Hop Cultura de Rua” (1988), lançada pela gravadora Eldorado. Esse disco contém um dos primeiros artistas a alcançar sucesso comercial, Thaide & DJ Hum. Oriundos dessa movimentação nos pátios públicos da São Bento, a dupla é considerada uma das pioneiras devido a sua relevância tanto para o Hip Hop quanto para o Rap. O primeiro se chama Altair Gonçalves, que cresceu na Vila Missionária, periferia da Zona Sul de São Paulo. Já o segundo é Humberto Martins, criado em Ferraz de Vasconcelos, município do Estado de São Paulo. Ou seja, são oriundos de lugares distantes do centro. Esse contato vem através dos bailes, do hip hop e do trabalho também. DJ Hum por exemplo foi office boy no centro, emprego que foi comum para outros artistas do hip hop. Essa presença de alguma maneira no centro, o lugar

onde tudo acontecia, dava a possibilidade para esses jovens de ganharem algum dinheiro, poderem estar próximos da diversão e da sociabilidade jovem.

O telefilme *Lucy Puma Uma Gata da Pesada* de 1987 é talvez o audiovisual que sintetize o período citado e os anseios de uma juventude que buscava caminhar com as próprias pernas dentro da metrópole que parecia engolir sonhos. Dirigido por Ninho Moraes para a TV Cultura, a história acompanha três amigos negros que estão determinado a seguir rumo ao estrelato musical na capital paulista. Mais do que tudo, eles queriam fazer arte. Lucy, é a personagem principal da trama, sempre acompanhada de seus fiéis amigos Skowa e Gigante. A trama é quase um *road movie* feito a pé pelo centro da cidade. Quando passam pela São Bento encontram as *crews* de *Break*, que batalhavam no local. O aspecto documental do filme é o que enriquece essa jornada pela cena *underground* que se formava. Finalizam no extinto teatro Mambembe, que inclusive foi palco do encontro entre o Rock e o Rap paulista. Entre tanto momentos, um deles é muito interessante aqui, quando Thaide, ainda vestido como B.boy da gangue Back Spin Crew canta um Rap a capella junto de sua namorada, a B.girl Kika Maida.

Imagem 1 – Thaide & DJ Hum na São Bento em 1987



Fonte: Página no Facebook Vídeos Raros do Rap Nacional

A canção era “Mina Mina”, que viria a fazer parte do primeiro disco solo da dupla, intitulado *Pergunte a Quem Conhece* (1989) depois do sucesso de “Corpo Fechado” e “Homens da Lei”, ambas pela coletânea citada anteriormente, que lançou grupos e rappers que vinham do movimento da São Bento. Devido a falta de experiência de estúdio, a Eldorado chamou alguns artistas para produzirem essas primeiras canções. Akira S, Nasi e André Jung foram alguns dos produtores desses rap’s. Ambos faziam parte da cena de pós punk e new wave de São Paulo como aponta Silva (2024). Os dois últimos faziam parte da Ira! e foram responsáveis por produzir os primeiros projetos de Thaide & DJ Hum. A banda já tinha obtido sucesso comercial e era da gravadora multinacional Warner (WEA) do Brasil. Quando a Eldorado assina contrato para a dupla produzir um disco somente deles, Nasi e Jung continuam.

Figura 1 – Capa do disco Pergunte a Quem Conhece de 1989. DJ Hum a esquerda pulando e Thaide a direita agachado.



Fonte: Memória Discos.

Esse *Long Play* (LP) foi responsável por adicionar os sucessos radiofônicos de Thaide & DJ Hum a canções inéditas. Os versos de “Homens da Lei” contavam sobre uma experiência específica do jovem negro e periférico paulistano: “Para o povo de São Paulo, de Osasco e ABC/ A polícia paulistana chegou para proteger/ Policial é marginal e essa a lei do cão/ A polícia mata o povo e não vai para prisão” (Thaide & DJ Hum, 1988). Já “Minha Mina”, abordava o amor romântico de um namorado para sua namorada, sem maiores recortes para além do gênero de cada um. Aqui se ouve rimas como “mas não posso te esquecer pelo menos um segundo” (Thaide & DJ Hum, 1989). Thaide aponta que esse foi um trabalho com uma roupagem mais *pop* (ALVES, 2004). Havia uma pluralidade e busca por atender os diversos grupos de ouvintes.

Em relação ao Rap, o mercado fonográfico hegemônico não o via como “cultura musical fundamentada no *Hip Hop*” (Botelho, 2022, p. 129). As gravadoras independentes ligadas as equipes de som de bailes black de São Paulo, que inicialmente formaram grande parte das produções, não fugiam tanto a essa lógica comercial (*Ibidem*). Vicente (2014) considera a Eldorado parte do rol de independentes, mesmo sendo compartilhando de um grande grupo de comunicação ligado ao Estado de São Paulo, um dos maiores jornais da capital e do país. Botelho (2022) já a enxerga como um grande selo nacional. Diferente das empresas de empresários negros ligados a *black music* setentista, ela tinha acesso mais facilitado à espaços hegemônicos da comunicação brasileira. Isso também torna a forma de trabalhar a divulgação dos artistas diferente. Dessa maneira Thaide & DJ Hum vão ter entrada em espaços hegemônicos que os selos menores, ligados aos empresários negros, não vão ter. Com o LP *Pergunte a Quem Conhece*, eles fizeram vários programas de TV Aberta. O único que se manteve ao longo do tempo é a performance de Minha Mina na estreia do Domingo do Faustão em 1989. Esse é um momento de emergência do Rap no cenário fonográfico nacional. Er um ritmo global, transnacional, sendo consumido e produzido de forma local.

Minha Mina é um exemplo dessa perda na tradução que foi gerada nesse início.. Pois a dupla se inspirou em “My Adidas” (1986), do trio estadunidense RUN DMC. Algumas convenções foram replicadas de uma música para outra, como por exemplo *scratches* e momentos de suspensão, onde se privilegiava o ritmo e/ou as rimas do MC. O *flow* feito pelo grupo, maneira que os rappers cadenciam as rimas e as encaixa com a batida, em alguns momentos serve de inspiração explícita para Thaide. A diferença das músicas está na produção das frequências mais graves do Rap, que é considerada uma das suas forças sonoras como explica Rose (2021), além de ser característico da experiência

musical negra. A batida se mostra muito importante para que o discurso dos MCs tenha mais potência e efeito. Segundo a autora, o ritmo e o som dão corpo aos *beats*, além da importância de linhas de baixo em deixar o instrumental mais pesado, sombrio. A música do RUN-DMC expande o som do bumbo, justamente para gerar o chamado peso. Já o ritmo produzido para “Minha Mina” tinha textura mais solar e dançante.

Como Silva (2024) mostra que nesse início houve desencontros daquilo que era o desejo dos artistas e a capacidade técnica tanto da tecnologia quanto do universo dos produtores. Segundo Janotti Jr (2008, p. 42), os “atos performáticos da música popular massiva estão diretamente conectados ao universo dos gêneros”. Em 1989 ainda era um momento em que o gênero se estruturava. Ao longo do tempo, principalmente levando em consideração as canções feitas durante os anos 1990, houve uma virada mais séria dos artistas. Botelho (2022) inicialmente aponta como a autonomia dos MCs e DJs vão fazer com que as produções se aproximem mais do grave e do sub-grave. Especialmente em São Paulo esse modo de confeccionar as instrumentais através do uso da tecnologia, faz com que o timbre com um foco nas suas características mais sombrias, dão espaço para letras que abordem temáticas convergentes com essas batidas. Além disso, os posicionamentos, começam a se tornar mais resistentes a indústria cultural hegemônica.

Ficou comumente reconhecido na década de 1990, certa aversão do Rap, de uma maneira geral, aos programas de entretenimento de TV Aberta. Liderados pelo Racionais MCs, houve um processo de solidificação do que era convencional e autêntico de um bom som de rap e consequentemente da maneira que os rappers deveriam se comportar. Tudo isso criou um *ethos*, que nem sempre foi condizente com a realidade, de que o gênero deveria ser extremamente sério, militante, onde o entretenimento e a diversão eram

questões somente negativas e serviam de cortina de fumaça para as classes dominantes manterem o *status quo*. Além disso, a necessidade por abordar e mostrar o que jovens negros estavam passando nas mãos de uma política pública de segurança racista e genocida, fez com que o amor romântico também perdesse espaço na maioria das composições da década noventista.

Percebe-se que “a canção popular massiva pressupõe uma interação tensiva entre a criação e sua configuração como produto midiático” (Janotti Jr, 2008, p. 37). O Rap, com qualquer outro artefato cultural, é formado através das suas disputas. Botelho (2022), por exemplo, aponta para a instrumentalização do movimento negro, que buscava amenizar a diluição do gênero frente a seu sucesso comercial e econômico. O feminismo negro do GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra, com o seu Projeto Rappers, que visava a profissionalização e criação de um conceito de cidadania voltada para a juventude negra, foi muito importante para que nas diferentes maneiras de se abordar um mesmo assunto, houvesse perspectivas de protagonismo negro. Racionais MCs e Thaide & DJ Hum são artistas que passaram pelo projeto. Mas devido a construção da persona de cada grupo, eles abordavam temáticas como a violência policial, a cultura negra, a vida na periferia e o próprio Hip Hop de maneiras distintas.

Por mais que a dupla e, nesse caso, as letras do MC tivesse daquela seriedade convencional do Rap paulistano, diversos momentos eles também usaram de certa dose de humor, da diversão, do entretenimento, para criarem. Talvez o grande exemplo seja a música de maior sucesso comercial de Thaide & DJ Hum. Em *Sr. Tempo Bom* a melodia é composta basicamente por um sample de *Mr Big Stuff* de Jean Knight. O refrão, que se tornou chiclete, é cantado por Paula Lima e Ieda Hills, que colocam uma característica de passionalização (SEGRETO, 2014). Ou seja, através do refrão cantado com as vogais estendidas, a

dupla vai na contramão das convenções do Rap, que não demonstravam melodicamente tanta sentimentalização.

[Refrão: Ieda Hill e Paula Lima]

Que tempo bom, que não volta nunca mais

Que tempo bom, que não volta nunca mais

Que tempo bom, que não volta nunca mais

Que tempo bom, que não volta nunca mais (THAÍDE E DJ HUM, "Sr. Tempo Bom", 1996.)

Toda ambientação musical está calcada na cultura dos bailes blacks dos anos 70 e 80. Thaíde é um homem negro de pele mais escura. Já DJ Hum pode ser lido como branco, com um rosto mais sisudo. Mas o próprio abordou no Podcast Domingueira ter vindo de uma família de negros e afrodescendentes do norte e nordeste. Ele aponta essas informações, no sentido de legitimar a sua história desde a infância de contato com a música e cultura negra. Essas memórias da cultura pop negra brasileira, mas também global, dialogam com Soul Music estadunidense, mas sem deixar de reivindicar a diversão e o entretenimento como partes das culturas negras afro diaspóricas. Além de citar os protagonistas que foram responsáveis por arquitetar parte do que se compreende por negritude no Brasil dentro da indústria cultural. É o ato de resistência da memória contra o esquecimento e apagamento dos indivíduos.

Calça boca de sino, cabelo black da hora

Sapato era mocassim ou salto plataforma

Gerson King Combo mandava mensagens ao seus

Tony Bizarro dizia com razão, vai com Deus

Tim Maia falava que só queria chocolate

Tony Tornado respondia: pode crê

Lady Zu avisava, a noite vai chegar

E com Totó inventou o samba soul

Jorge Ben entregava com Cosa Nostra

E ainda tinha o toque dos Originais

Falador passa mal, Rapaz

Saudosa maloca, maloca querida

Faz parte dos dias tristes e felizes da nossa vida (THAÍDE E DJ HUM, "Sr. Tempo Bom", 1996.)

Muito parte da persona da dupla, a dança tem uma centralidade na produção e nos shows, com os Bboys e os dançarinos. Ao longo do tempo o Rap foi se distanciando dos outros elementos que não tinham a mesma forma de comercialidade. Janotti Jr (2008) escreve sobre como as convenções dos gêneros orientam até a forma que seu corpo vai se mexer. Com o Rap foi se tornando cada vez mais natural que somente o balançar de cabeça pudesse indicar a música que estivesse escutando. Ainda faz muito parte do ritmo, mas próximo de uma postura mais masculinizada, onde a cintura por exemplo não fazia parte desse universo. Tanto Thaíde quando DJ Hum tinham essa referência muito forte da cultura dos anos 70. Logo, fazer o ouvinte dançar era uma preocupação que diferenciava a dupla. Um ano depois vai ser lançado o clássico *Sobrevivendo no Inferno* (1997) dos Racionais MCs, que só o título já apresenta parte daquilo que se propõe a tematizar. O ponto é que as canções não se anulam, nem anulam o fazer do Rap. Enquanto a dupla cita Jorge Ben, Racionais depois produziram uma releitura de *Jorge da Capadócia*, logo no início do seu disco. A matriz é a mesma, mas existem formas diferentes de se abordarem temáticas próximas. São aspectos que Stuart Hall (2006) compreende como o tornar-se da identidade cultural devido a mistura de presenças que transformam artefatos culturais. Os sentidos são produzidos de maneira plural no Rap, o que desconstrói a ideia de unidade do gênero no que toca suas tematizações e conteúdo sonoro.

Referências

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos**. In:_____ (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000, P. 15-57.

ALVES, César. **Pergunte a quem conhece**: Thaide. São Paulo: Labortexto Editorial, 2004.

BOTELHO, Guilherme. **Quanto vale o show?** O fino rap de Athalyba Man. São Paulo: Ed. do autor, 2022.

_____. **Nos Tempos da São Bento**. São Paulo, SP: Suatidade, 2010. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=z8FtlypGeVs&t=1881s&ab_channel=BreakAndStyleCrew.

Acesso: 08 de jan. de 2024.

CAMARGOS, Roberto. **Percursos e discursos da identidade negra no rap**: música popular e questões raciais no Brasil, 1988-2018. *Latitude*, Maceió-AL, Brasil, v. 12, n. 2, p. 7-35, 2018.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de Muros**: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp. 2000. pp 399.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *Comunicação & Cultura*. n° 1, 2006, pp. 21-35.

JANOTTI JR, Jeder. **Dos gêneros textuais, dos discursos e das canções: uma proposta de análise da música popular massiva a partir da noção de gênero midiático**. In: XIV Encontro Nacional da COMPÓS, 2005. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UFF, 2005.

_____. **Música popular massiva e gêneros musicais**: produção e consumo da canção na mídia. *Comunicação Mídia e Consumo*, [S. l.], v. 3, n. 7, p. 31-47, 2008. Disponível em: <<https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/69>>. Acesso em: 28 ago. 2024

MACEDO, Márcio. 2007. "Baladas black e rodas de samba da terra da garoa". In: J. G. C. Magnani e B. M. Souza, B. M. (orgs.), *Jovens na metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade*. São Paulo: Terceiro Nome, pp. 189-224.

Memória Discos. Disponível em: <https://www.memoriadiscos.com.br/pd-96ada4-thaide-dj-hum-pergunte-a-quem-conhece-1989-eldorado.html?ct=&p=1&s=1>. Acesso em: 20 de ago. de 2024.

MORAES, Ninho. **Lucy Puma - A Gata da Pesada**. São Paulo: Tv Cultura, 1987. Colorido.

ROSE, Tricia. **Barulho de Preto**: rap e cultura negra nos Estados Unidos contemporâneos. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2021.

SILVA, Marcos Gruchka da. **Do rap ao pós-punk**: encontros entre subculturas paulistanas na produção do álbum hip-hop cultura de rua. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/48e9ec6d-cead-4ebb-9efb-b41611cbbac2/tc5231-Marcos-Silva-Rap.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2025.

SEGRETO, Marcelo. **Elementos de passionalização do Rap**. Estudos Semióticos. Vol. 10, nº 2, São Paulo. Dezembro de 2014, p. 79-87.

THAIDE & DJ HUM. **Sr. Tempo Bom**. Compositores: Thaíde e DJ Hum. In: _____. [São Paulo]: Brava Gente e Eldorado, 1996, CD. Faixa 7.

_____. Homens da Lei. Hip Hop Cultura de Rua. São Paulo: Eldorado, 1988. LP. LADO B2.

_____. Minha Mina. Pergunte A Quem Conhece. São Paulo: Eldorado, 1989. LP. LADO A3.

VICENTE, Eduardo. **Da vitrola ao Ipod**: uma história da indústria fonográfica no Brasil. São Paulo: Alameda, 2014.

Vídeos Raros do Rap Nacional. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=1787571054650684&set=a.688823674525433&locale=pt_BR. Acesso em: 26 fev. 2025.

ST08 - Corpos disciplinarizados e sujeitos invisibilizados na Ditadura Militar (1964-1985)

“Sentenças humanas” que interromperam destinos: o perfil dos protestantes no relatório da CNV (2014)

Alexandre Firmo dos Santos

Mestrando em História
Universidade Federal de Sergipe
alexandre.firmo98@outlook.com

Resumo: Os protestantes ocupam espaços específicos no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (2014), contudo, assim como outros sujeitos foram brutalmente perseguidos e/ou assassinados pelas forças militares atuantes durante o regime ditatorial, os evangélicos tidos como “subversivos” receberiam a mesma sentença que os demais. O presente artigo versará sobre a análise do perfil dos membros vinculado às diferentes Igrejas protestantes, bem como a maneira pela qual eles foram listados como “mortos ou desaparecidos políticos” durante a Ditadura Militar (1964-1985), isto é, buscaremos divulgar quem são esses sujeitos invisibilizados na historiografia. Para tanto, lançaremos mão de algumas das ferramentas fornecidas pela Análise do Discurso a fim de perscrutar o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Ao final, observou-se que a aparição dos protestantes no relatório correspondia ao processo de investigação realizado pelos partícipes da CNV.

Palavras-chave: Comissão Nacional da Verdade, Protestantes, Ditadura Militar.

Introdução

A participação dos protestantes durante o regime militar no Brasil tem suas nuances já que também padeceram perante a impetuosidade cujo ideal militar fez prevalecer uma concepção de país em que a “ordem” e o “progresso” deveriam estar alinhavados. Para isso, todas as ideias tidas como “subversivas” precisavam ser suplantadas a fim de que as proposituras da “Revolução” fossem

levadas adiante mesmo que, para isso, precisasse utilizar a força policial na qual explanaria os ditames da nova forma de governo implementada após o Golpe civil-militar de 1964.

Para além das questões teológicas estão os evangélicos, enquanto sujeitos históricos merecem atenção por parte da historiografia sobre a ditadura militar no Brasil. Assim como existem diferenças doutrinárias dentro do protestantismo devido às inúmeras denominações que se configurariam ao longo dos anos. Nesse sentido, essa historiografia também deve levar consideração os diferentes sujeitos que direta ou indiretamente participaram, especialmente, dos processos de resistência ao combaterem as imposições governamentais nas quais suprimiram direitos e subverteram a ordem democrática.

Os evangélicos não podem ser generalizados quanto aos seus posicionamentos perante o governo militar, uma vez que nem todos apoiaram ou atuaram ao lado dos agentes do Estado até porque têm “irmãos” que foram presos, mortos ou estão desaparecidos em virtude da truculência dos militares. Vimos, portanto, que lutar por seus ideais durante o período ditatorial era colocar a própria vida em risco e padecer constantemente ao se colocar também na clandestinidade. Diante de tudo o que foi exposto, o presente artigo versará sobre a análise do perfil dos membros vinculado às diferentes Igrejas protestantes, bem como a maneira pela qual eles foram listados como “mortos ou desaparecidos políticos” durante a Ditadura Militar (1964-1985), isto é, buscaremos divulgar quem são esses sujeitos invisibilizados na historiografia.

Comissão Nacional da Verdade e a responsabilização do Estado

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada pela Lei nº 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, cujo objetivo era apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. O Brasil não foi o único país a instituir uma Comissão da Verdade, já que ao longo dos anos após alguns regimes ditatoriais discutia-se a transição para um novo período político tido como mais democrático. Sendo estabelecidas em regiões diferentes do mundo, em especial, aquelas instaladas no continente americano possuindo características específicas, no entanto, buscava-se o mesmo propósito: a responsabilização do Estado.

Alves (2009) traz algumas das configurações em que as Comissões foram fomentadas, por exemplo, no Peru cujo presidente constitucional Valentín Paniagua (2000-2001) que encontrou um país em colapso institucional, mas precisava contorná-lo e recolocar o povo peruano em um novo contexto. Assim sendo, Paniagua decide articular não apenas Comissão da Verdade como também assegurou o processo de Reconciliação, agindo em conformidade com os anseios do povo que aguardava o resultado inserido no relatório que, inclusive, foi entregue ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos no qual o avaliou e abriu várias investigações contra os indiciados.

Ainda no exemplo peruano, tem-se a prisão do ditador Fujimori condenado por seus crimes praticados por tudo que havia praticado. Alves (2009) expõe também o exemplo da Argentina que teve sua Comissão formada logo após o término do regime militar argentino, criou-se uma “Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas foi criada em dezembro de 1983, por decreto do presidente Raul Alfonsín” (Alves, 2009, s/p), mostrando uma celeridade na efetivação de uma comissão segundo a qual trataria de um tema tão sensível para a sociedade.

A CNV no Brasil após o fim do regime militar, se comparada aos exemplos mencionados, explicita a pouca ou quase nenhuma pretensão dos governos que antecederam a gestão de Dilma Rousseff (2011-2016) em iniciar o processo que investigasse os crimes contra os Direitos Humanos e afins praticados durante o regime militar no país.

Ao lermos 'atos desumanos', é difícil não se lembrar de todas as vozes que foram caladas, torturadas, mortas, ocultadas e desaparecidas de forma deliberada e cruel durante todo o regime militar, deixando tantas famílias órfãs não só pela perda dos seus parentes de forma odiosa, mas também órfãs de informação privadas do direito à memória, à verdade (Moreira; Carvalho, 2013, p. 146).

A questão levantada pelos autores nos faz refletirmos na constante busca dos familiares por aquele parente que se encontra desaparecido em virtude das ações truculentas do governo militar. Como se não bastasse a dor de não o encontrar por meios convencionais, estes ainda agiam sem ter acesso às possíveis informações fornecidas pelos órgãos competentes que auxiliariam nesse processo angustiante que parece nunca acabar. Dentre os seus objetivos a Comissão preconizava a "apuração" e "esclarecimento público" das violações ocorridas no país (CNV, 2014).

O relatório final da CNV foi dividido em três extensos volumes, cada um concentrado em circunstâncias específicas do período ditatorial, a saber: 1º volume explana a própria instauração da CNV e os desdobramentos do regime militar; 2º volume trata das violações dos Direitos Humanos dos diferentes grupos; 3º volume retrata os perfis dos mortos e desaparecidos políticos. Embora, tratem de perspectivas distintas, os três volumes se complementavam gerando um grande panorama das ações dos governos militares no país.

Para além da ausência de celeridade no processo de constituição da Comissão no Brasil, nota-se que diferentemente do Peru no qual organizou sua própria Comissão e fez os levantamentos necessários para que o ditador fosse preso e ainda em vida, pagasse por seus crimes. Achamos que o processo de implantação da Comissão aqui no país lento, mas esquecemos que até a justiça de transição é um tema bastante debatido por intelectuais e há quem afirme que ela não tenha existido. Codato (2005) discute os períodos em que o regime militar é dividido para facilitar a explicação no processo de atuação, portanto, essa ideia de que o regime militar foi encerrado em 1985 é, no mínimo, discutível.

Dessa forma, o “atraso” para a composição da Comissão no Brasil poderá ser compreendida de outra forma quando adotamos a divisão do regime militar fornecida à luz da interpretação de Codato (2005) a qual põe o período de 1974 a 2002 como sendo de transição e intervalo da consolidação de um novo “regime nacional”. Portanto, apesar do atraso, instituiu-se a Comissão Nacional da Verdade visando responsabilizar o Estado pelos crimes cometidos pelos militares.

A descrição dos protestantes no relatório final

Ao buscar a responsabilização estatal das práticas vis cometidas contra os diferentes grupos e indivíduos que decidiram resistir aos órgãos de segurança e repressão, a CNV preparou um trabalho esmero que resultou num relatório no qual traz nomes, descrições e até imagens dos mortos e desaparecidos políticos. No decorrer deste tópico nos debruçaremos com a descrição e perfilação dos protestantes no referido documento. Dentre os inúmeros nomes registrados no relatório final em que estes estão dispostos em ordem alfabética, observa-se

que a pretensão do documento em tela estava para além das simples menções uma vez que aquelas mortes não eram naturais se pensarmos no ciclo vital do ser humano; além dos desaparecimentos que eram forçados e até hoje nada se sabe sobre o paradeiro dos desaparecidos.

[...] o entendimento de que tortura é todo ato pelo qual são infligidos a uma pessoa penas, sofrimentos físicos e/ou mentais, com fins de investigação criminal, como meio de intimidação, castigo corporal, medida preventiva, pena ou quaisquer outros fins. São igualmente considerados tortura os métodos tendentes a anular a personalidade da vítima ou a diminuir sua capacidade física ou mental, ainda que não causem dor física ou angústia psíquica (CNV, 2014, p. 328).

Muitos dos desaparecidos sofriam com as torturas antes de “sumirem” o mesmo valia para aqueles que eram mortos dentro dos centros de detenção, ou seja, isso não era uma mera coincidência. A própria CNV já constatou por meio do seu relatório que a repressão, a tortura e os assassinatos foram políticas adotadas pelos governos militares. Em se tratando dos perfis dos protestantes no contexto da ditadura militar, pode-se destacar as seguintes características: alguns desses membros ocupavam cargos eclesiásticos (geralmente eram pastores); no relatório, são apresentados como desaparecidos ou mortos; tinham filiação partidária.

Pode-se inferir que algumas dessas características eram suficientes para os militares enquadrarem alguns evangélicos como sendo seguidores de ideias “esquerdizantes”, pois acreditava-se na existência de um “inimigo interno” o qual poderia estar em qualquer lugar. Por não ter uma característica específica, ficava difícil definir este “inimigo”, dessa maneira, qualquer um poderia ser considerado como tal. Essa lógica poderia ser descrita da seguinte forma: “[...]”

elegia-se a priori o suspeito e providenciava-se a culpa depois” (Fico, 2019, p. 180).

A fim de exemplificar os protestantes que foram “alvos” dos militares e que de alguma forma possuíam as características já postas neste escrito. O primeiro caso é o do pastor João de Carvalho Bastos, era líder de uma igreja evangélica, faleceu em Belo Horizonte (MG) em 1964. As motivações se davam a partir das “suspeições” que o rotulavam como “comunista” só porque realizava trabalhos assistencialistas junto à população mais pobre (CNV, 2014).

Sua morte é descrita da seguinte forma:

João de Carvalho Barros morreu no dia 2 de abril de 1964 em sua residência, na cidade de Belo Horizonte. Às 20h45 teriam entrado cerca de 30 homens armados em sua casa, vestidos de terno e gravata, que irromperam atirando. João foi o primeiro a ser atingido, falecendo em seguida. Sua filha Catarina Maria Barros, de 17 anos, também foi atingida, ficando gravemente ferida na região torácica dorsal, fato que teria deixado sequelas irreversíveis na jovem. Por último, a esposa de João, Benedita Carvalho, foi atingida com um tiro de raspão no braço. Toda a família teria sido ameaçada pelos indivíduos que invadiram a casa, os quais também quebraram móveis e apreenderam objetos pessoais de João. O grupo de homens armados deixou a residência da família em *jeeps* e carros “chapa branca”, como apontou a declaração da vizinha Laura dos Santos Soares (CNV, 2014, p. 120).

Nota-se a tamanha violência com a qual João foi assassinado por uma “suposição” alimentada pelo ideal militar de que havia um “inimigo interno” no qual precisava ser combatido. Infere-se no relato que as marcas da crueldade não só permaneceriam nos corpos como também nas mentes dos demais familiares de João que foram submetidos a esse infortúnio no qual, agora, possivelmente tornou-se um fardo memorialístico recordar desse cenário.

Outro exemplo emblemático é o de Paulo Stuart Wright que desapareceria no início de setembro de 1973 em São Paulo. Embora fosse filho de missionários presbiterianos norte-americanos, Paulo não exercia nenhum cargo eclesiástico, no entanto, possuía formação acadêmica em Sociologia e era o fundador da Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Conforme a CNV (2014), discute-se a hipótese de “sequestro” atribuída ao desaparecimento de Paulo, nota-se que ele foi mais atuante em movimentos de resistência que o sujeito do primeiro caso, portanto, o que reforçaria as motivações para os militares investigarem-no com mais “precisão”.

O senhor Osvaldo Rocha testemunhou que estava junto com Paulo em um trem que seguia de São Paulo a Mauá, na grande São Paulo, quando perceberam que estavam sendo seguidos por agentes da repressão. Osvaldo desceu do trem e Paulo disse que desceria no próximo ponto. Algum tempo depois, quando Osvaldo chegou a casa, foi preso por policiais e conduzido às dependências do DOI-CODI do II Exército. Naquela delegacia, foi imediatamente despido e barbaramente torturado. Nessa ocasião, viu no chão da sala de tortura em que se encontrava a mesma blusa que Paulo usava momentos antes, quando estavam juntos no trem (CNV, 2014, p. 1288).

A partir desse testemunho, deduz-se que Paulo foi vítima das práticas de torturas como tanto outros e logo depois desapareceria sem deixar rastros. Evidentemente que esse “inimigo interno” por não ter um perfil definido era engendrado pelo ideal militar que, por si só, fomentava ações vis contra pessoas que não possuíam nenhuma ligação com o comunismo.

Considerações finais

Uma idealização foi suficiente para provocar desaparecimentos e mortes de pessoas que os militares nem sequer tinham a certeza de que elas tinham algum vínculo com o comunismo. Os protestantes foram alguns de tantos outros que padeceram com o regime militar, há quem resistiu ao poderio tentacular dos órgãos de segurança atuantes neste período e como consequência dos seus atos, tiveram os seus corpos e mentes “marcadas” pela tirania.

Considera-se, portanto, que os perfis protestantes são distintos entre si, mas todos possuíam algo em comum: foram suplantados pela “máquina” repressiva da ditadura militar. Até hoje casos semelhantes não obtiveram uma solução plausível ou qualquer reparo à família das vítimas.

Referências

ALVES, L. **Argentina, Chile e Peru já tiveram uma “comissão verdade”**. 2009. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/136137-argentina-chile-e-peru-ja-tiveram-uma-comissao-verdade/>. Acesso em: 22 out. 2024.

CODATO, A. N. Uma história política da transição brasileira: da Ditadura Militar à democracia. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 25, p. 83-106, nov. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/yMwgJMTKNWTwGqYTZMZcPhM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 set. 2024.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Mortos e Desaparecidos políticos**. Brasília: CNV, 2014. (Volume 3).

FICO, C. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2ª. Ed., RJ, Civilização Brasileira, 2019.

MOREIRA, T. O.; CARVALHO, J. S. de. Os crimes de lesa-humanidade imprescritíveis da Ditadura Militar. **Revista Transgressões: Ciências criminais**



em debate, Natal, v. 1, n. 2, p. 140-163, fev. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/6581>. Acesso em: 22 out. 2024.

ST09 - Ditaduras e pós-ditaduras no Cone Sul: história, memória e representações da violência

CENSURA E ACOMODAÇÃO: A *GRANDE FAMÍLIA* EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR

Anna Luiza de Brito Martins

Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais;
E-mail: annaluizabmartins@gmail.com

Bárbara de Freitas Parzzanini

Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais;
E-mail: barbara16parzzanini@hotmail.com

Camilly Souza de Aguiar

Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais;
E-mail: camillysouza90@gmail.com

Resumo: A Grande Família conta a história de uma família de baixa classe média que lida com vários problemas econômicos e sociais, como o desemprego e a falta de dinheiro para o sustento familiar. A versão de 2001-2014, muito popular nas telas brasileiras, é um reboot da versão exibida entre 1972 e 1975, produzida pela Rede Globo e exibida em TV aberta, roteirizada por Vianinha entre abril de 1973 até julho de 1974, durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). O seriado encontrou sucesso quando intelectuais de esquerda engajados, como Vianinha, Paulo Pontes e Armando Costa, passaram a roteirizá-lo, promovendo o “abrasileiramento” da narrativa (SILVA, 2015). Um dos objetivos da pesquisa foi compreender as diferenças entre as versões do seriado. Para isso, analisamos os personagens e os estereótipos que caem sobre eles, entendendo e refletindo sobre as diferenças entre a primeira e a segunda

versão. A primeira adaptação foi escrita por intelectuais comunistas inseridos na perspectiva de “arte engajada”, com personagens e características vinculadas à ideologia do PCB e ao conceito de nacional-popular, defendido pelas esquerdas da época. Essa intelectualidade engajada de esquerda atribuía à arte uma função revolucionária: ela era um canal para a conscientização do povo. O humor era posto a partir de situações conflituosas que evidenciaram os problemas do sistema capitalista e da moral burguesa. O humor era político. Na versão de 2001, a série foi esvaziada do ponto de vista político, tornando-a mais comercial. Outro objetivo da pesquisa foi compreender como foi possível que *A Grande Família*, uma telenovela escrita por comunistas e que denunciava aspectos negativos da ditadura militar, fosse transmitida na televisão, durante a própria ditadura, e, ainda, em uma emissora que foi apoiadora do golpe de 1964. Para isso, foi analisado um episódio da série, *Pesadelo de uma noite de verão* (exibido em 20/03/1975). Além disso, foram estudados alguns pareceres de censura da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP). Por fim, utilizou-se os conceitos de adesão, resistência e acomodação que o historiador Rodrigo Patto Sá Motta utiliza em seu livro *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*, para compreender as estratégias e ambiguidades da atuação da Rede Globo no período ditatorial e como um suporte para *A Grande Família*.

Palavras Chaves: Ditadura militar; “*A Grande Família*”; intelectuais engajados; comunistas; acomodação.

A Grande Família conta a história de uma família de classe média baixa que lida com vários problemas econômicos e sociais, como o desemprego e a falta de dinheiro para o sustento familiar. É preciso pontuar, no entanto, que a versão mais conhecida, de 2001-2014 é um reboot da versão exibida entre 1972

e 1975, produzida pela Rede Globo e exibida em TV aberta, roteirizada por Vianinha entre abril de 1973 até julho de 1974. Assim foi ao ar durante a ditadura militar brasileira, um regime autoritário que, sob comando das Forças Armadas, foi marcado pela censura, pelas violações aos direitos humanos e pelo rompimento com as instituições democráticas. A primeira temporada teve pouco sucesso. Foi baseada em dois sitcoms estadunidenses (*Father knows best* e *All in the family*) e gerou pouca identificação com o público brasileiro. Assim, Milton Gonçalves, o primeiro diretor da série, foi substituído por Paulo Afonso Grisolli, e o roteirista passou a ser Vianinha. Somente com a entrada desses intelectuais engajados, e com o “abrasileiramento” da narrativa promovido por eles, que a telenovela se popularizou, conquistando o grande público e se tornando um sucesso (SILVA, 2015).

Com a entrada dos intelectuais da esquerda, a família, que antes era moradora do prestigiado bairro de Copacabana, é deslocada para o subúrbio. Dessa forma, os Silva passaram a representar a baixa classe média e vivenciam problemas sociais e econômicos típicos dela durante o suposto Milagre Econômico, como o desemprego e a falta de dinheiro. O modo de representar a realidade brasileira e o teor das críticas elaboradas pelos roteiristas se baseiam justamente na ideologia comunista vinculada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), na perspectiva de “arte engajada” promovida pelo Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), que também tem vinculação com o partido, e no conceito de nacional-popular elaborado e defendido pelas esquerdas da época. Essa intelectualidade engajada de esquerda atribuía à arte uma função revolucionária, décadas antes da produção do seriado: ela era um canal para a conscientização do povo.

A pesquisa teve como objeto inicial os próprios intelectuais de esquerda, responsáveis pela roteirização do grande sucesso da Rede Globo. Oduvaldo

Vianna Filho, também conhecido como Vianinha, foi um importante dramaturgo, diretor e roteirista de teatro, além de militante pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Vianinha, assim como Armando Costa e Paulo Pontes - companheiros de militância e produção artística, incluindo a roteirização de *A Grande Família* - possuíam fortes vínculos com o teatro nacionalista, que valorizava aspectos culturais brasileiros, compreendendo a arte como um canal para a construção de valores que libertam o ser humano da condição de subdesenvolvimento e conscientiza a população (SILVA, 2015). Correspondentes com a concepção difundida pelo PCB entre as décadas de 50 e 70, a arte engajada produzida por Vianinha, Armando Costa e Paulo Pontes, se alinhava com sua militância, buscando uma aproximação política e artística com as classes populares, em uma ideia de libertação. Nesse sentido, a representação do cotidiano popular, por meio de personagens, cenários e elementos específicos - esses muito presentes no seriado *A Grande Família* - era uma estratégia política desses intelectuais denominados como engajados, que viam na televisão, um meio de democratização e estreitamento das relações entre o povo e a ideologia anticapitalista e nacionalista promovida pelo PCB (SILVA, 2015), entre as décadas de 50 e 70.

Sob essa perspectiva, a pesquisa também buscou compreender as diferenças entre as versões do seriado, da década de 70 e do início dos anos 2000. Para isso, analisamos os personagens e os estereótipos que caem sobre eles, entendendo e refletindo sobre as diferenças entre a primeira e a segunda versão. O que se percebe é que houve um esvaziamento da questão política na nova versão, especialmente pelo apagamento de um dos personagens - o Júnior, que representaria um jovem de esquerda politicamente crítico ao seu contexto histórico. Para os produtores, a necessidade de atualizá-la para os anos 2000 passava por diminuir os "discursos ideológicos", que não

encontrariam mais identificação com o público, tido como pouco politizado pelos produtores (CARDENUTO, 2016). Com isso, se na versão de Vianinha podemos observar uma exposição crítica da realidade brasileira, do sistema capitalista e da moral burguesa, com o humor posto a partir de situações conflituosas que evidenciaram os problemas daquele sistema ideológico, na versão de 2001, roteirizada por Bernardo Guilherme, Cláudio Paiva e Marcelo Gonçalves, a série foi esvaziada do ponto de vista político, tornando-a mais comercial.

Dessa forma, outro objetivo do trabalho foi compreender como foi possível que *A Grande Família*, uma telenovela escrita por comunistas e que denunciava aspectos negativos da ditadura militar, fosse transmitida na televisão, durante a própria ditadura, e, ainda, em uma emissora que foi apoiadora do golpe de 1964. Para isso, foi analisado um episódio da série, *Pesadelo de uma noite de verão* (exibido em 20/03/1975). Além disso, foram estudados alguns pareceres de censura do Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP). Por fim, utilizou-se os conceitos de adesão, resistência e acomodação que o historiador Rodrigo Patto Sá Motta utiliza em seu livro *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*.

O episódio *Pesadelo de uma noite de verão* foca nas tentativas da família Silva de se refrescar no calor de 40°C do Rio de Janeiro, o que na verdade acaba refletindo as dificuldades financeiras que afetam a vida cotidiana dos Silva. Ele se inicia com toda a família à mesa tomando café da manhã e pensando em maneiras de poder se aliviar do calor. A ideia de comprar um aparelho de ar condicionado vem à tona, e mesmo com recusa de Lineu, que chama os familiares de loucos por pensar que teriam condições financeiras para algo assim, todos ficam convencidos que essa seria a solução para o problema. Nesse sentido, o desafio que a família Silva precisa enfrentar no episódio é o

baixo poder de compra, consequência da política de arrocho salarial da ditadura, aspecto referente ao empobrecimento da classe média diante das crises econômicas do período, que os impede de se refrescar com o calor. No episódio, é afirmado que mesmo que ficassem 15 dias sem comer carne para poder economizar mil cruzeiros (moeda da época), os Silva não conseguiriam comprar um ar condicionado novo. Diante do problema, a solução encontrada por eles foi comprar um aparelho usado na mão de um amigo do Agostinho - o estereótipo do malandro. Após ser instalado, o ar-condicionado logo estraga, tendo que ser retirado da parede. Na cena final, Bebel está chorando no quarto com toda a situação e por causa do buraco que ficou na parede com a retirada do aparelho. Com a família toda reunida no quarto, Lineu percebe uma brisa fresca que saía do buraco, e Nenê brinca que, já que não possuíam condições de ter um aparelho novo, poderiam fazer buracos como aquele nas paredes. Todos riem com a situação e o episódio termina com a família sorridente aproveitando a brisa ao redor da parede esburacada.

Apesar de todas as dificuldades vivenciadas, os Silva, no final, sempre conseguem resolver a situação de forma positiva e, principalmente, por meio da família. A análise do episódio evidenciou que o uso do humor e o final sempre feliz serviam para dar leveza à crítica produzida pelos intelectuais comunistas e promover a aproximação com o público. Dessa forma, ainda que os episódios tecessem crítica ao sistema vigente, as novelas conseguiram abordar temas controversos e ainda sim serem aprovados. O parecer de censura emitido pelo DCDP, para esse episódio, não exige nenhum corte, e afirma: *“ No programa em tela, foi abordado o problema do calor e suas consequências. Tendo em vista o programa, em epígrafe, não ter ido contra os preceitos da Censura, sugiro a sua liberação...”*. É possível apontar, nesse sentido, que as críticas à questão

econômica passam despercebidas, uma vez que o órgão repressor considera o problema comum às famílias de classe média.

É também importante notar que a Divisão de Censura das Diversões Públicas não é fruto do golpe militar de 1964, mas passa por alterações a partir dele. Na verdade, é uma herança do Departamento de Imprensa e Propaganda-DIP- órgão de censura do Estado Novo. Quando a ditadura varguista chega ao fim, o DIP é extinto, mas ainda em 1945, é criado o Serviço de Censura das Diversões Públicas, ratificado pela Constituição de 1946. Desse modo, a repressão à cultura, em prol dos “bons costumes” já era conhecida pela população. Contudo, a partir da ditadura militar, o órgão passa por uma centralização e sistematização, culminando, em 1972, com a criação da sede federal, em Brasília, da Divisão de Censura das Diversões Públicas. Essa centralização, como expõe *Ana Marília Carneiro*, está inserido numa cultura autoritária que aparece como dominante e um aperfeiçoamento das estruturas repressivas, instrumentalizando a censura das diversões públicas, tornando-a mais sensível ao controle, principalmente a partir do AI-5, quando, sem abandonar a sua perspectiva moralista, passa a assumir mais claramente contornos políticos ideológicos, sendo inclusive chefiada por personalidades extremamente autoritárias, como o coronel Aloysio Muhlethaler.

Agora centralizada, grande parte dos roteiros das telenovelas, letras de canções e peças de teatro são enviados à Brasília para a realização da censura prévia. Entretanto, como eram muitos documentos, algumas turmas estaduais, principalmente a do Rio de Janeiro e de São Paulo continuam funcionando, e, dos roteiros de *A Grande Família*, apenas um foi enviado para a sede federal, enquanto os outros continuam a serem analisados pelo órgão da Guanabara, o que indicaria que a série era considerada “inofensiva” (*SILVA, 2015*). No parecer emitido com mais censuras, do episódio “*O papai é o maior*”, primeiro produzido

por Vianinha, são realizados três cortes: a frase “devolve os restos mortais de Pedro I”, possivelmente por entenderem como uma ridicularização aos esforços da ditadura em trazer o corpo de um suposto herói nacional em comemoração aos 150 anos de independência do Brasil, a palavra “brasileirinha”, quando usada para falar que o padrão brasileiro de casas era inferior, e a palavra “democracia”, censura com contornos mais claramente políticos. Ainda assim, o documento expressa: *“Mensagem positiva: A união da família, a compreensão e gratidão para o chefe da família, o respeito dos netos pelo avô”*. Nesse sentido, para um governo que se dizia numa “guerra revolucionária” contra o “fantasma da comunismo”, defender a moralidade significava também combater a ameaça comunista, como expõe o próprio ministro da justiça da época, Alfredo Buzaid, quando diz: *“os agentes do comunismo internacional se servem da dissolução da família para impor o seu regime político; para tanto buscam lançar no erotismo a juventude, que facilmente se desfibra e perde a dignidade”* (CARNEIRO, 2013) . Assim, a censura a qualquer subversão ao conservadorismo, era também uma defesa a uma ditadura que encontrava sua legitimidade na família tradicional, e um programa que defendia tais valores, conseguia se vender como aliado à essa luta.

Ademais, além da análise dos episódios, foi possível concluir que, segundo Motta (2021), para além do polo resistência e adesão, existe a acomodação, que é uma zona cinzenta de atividade que não implica nem a partilha dos valores do sistema vigente, nem sua resistência absoluta. Foi ela que permitiu a existência de brechas no sistema e a criação de estratégias para conviver com o autoritarismo da ditadura e reduzir os efeitos da repressão. O Estado também agia ambigualmente, fazendo concessões e permitindo a existências de algumas brechas no sistema. Nesse sentido, a Rede Globo foi a principal emissora a adotar a lógica de modernização do nacional-estatismo,

buscando alianças com o Estado ditatorial para promover sua expansão. Inclusive, o próprio Grupo Globo fez parte da chamada “Rede da Democracia”, uma cooperação entre alguns dos maiores conglomerados de comunicação do país, a qual promoveu uma forte ofensiva contra a esquerda e contra a ameaça comunista, buscando influenciar a opinião pública, incentivando o golpe militar. Devido a isso, durante a expansão da televisão em si, a Globo vai crescer de forma exponencial em grande parte devido a esse apoio estatal. Por sua vez, a própria emissora mandou equipamentos para o DCDP (*FICO, 2002*), devido à precariedade dos recursos do órgão, contudo, ela negociava com o órgão de censura, buscando um pouco mais de liberdade para suas produções televisivas.

Nesse sentido, aquelas políticas que, à primeira vista, podem parecer só contraditórias, fazem parte de uma grande rede de negociações que visavam a impedir que a ditadura enfraquecesse, garantindo sua continuidade e consolidação. São acordos práticos que levam em consideração essas pressões internas e externas, bem como o contexto econômico, as ações da oposição e da resistência, a autoridade pessoal dos dirigentes, e até laços pessoais. Sendo assim, era vantajoso ao Estado ser flexível em relação a determinados setores sociais, especialmente às elites intelectuais e acadêmicas, ocupando cargos públicos. Já na área privada, e aqui entra o caso da Rede Globo, certos empresários também achavam vantajoso contar com pessoas de esquerda, principalmente na indústria cultural - como a TV. Assim, a repressão foi, em alguma medida, amenizada para essas pessoas que se acomodavam, tendo em vista que continuariam trabalhando, navegando entre a liberdade artística e a censura ditatorial.

Dentro dessa lógica, os comunistas inseridos na emissora foram os responsáveis pelo aumento do ibope do programa, devido à maior identificação que foi gerada no público pelo modo como eles abordavam temáticas brasileiras tipicamente enfrentadas por pessoas pertencentes às classes médias baixas do país, o que levou a um maior sucesso econômico da emissora. Além disso, ela também se beneficiava com as propagandas que eram feitas durante os próprios episódios da série, quando os personagens do seriado mencionavam outras produções da própria emissora que também estavam sendo exibidas. Ademais, percebeu-se que a exaltação do povo brasileiro, que estava dentro da agenda do CPC da UNE, se aproximava, em alguma medida, do patriotismo defendido pela ditadura militar, e a ênfase na união da família promovida pelo seriado também se alinhava com o valor que o governo autoritário dava à família tradicional. Mesmo que a censura moral e política andam de mãos dadas, é curioso que o que mais foi censurado não foram as críticas ao governo ditatorial, mas aquelas cenas que subvertem a moral e os bons costumes, bem como a estrutura familiar.

Referências Bibliográficas:

CARDENUTO, Reinaldo. A sobrevida da dramaturgia comunista na televisão dos anos de 1970: o percurso de um realismo crítico em negociação. In: CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto; NAPOLITANO, Marcos (org.). Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural. Belo Horizonte/São Paulo: Editora UFMG/Humanitas, 2013, p. 85-106.

CARDENUTO, Reinaldo. Mais humor, menos política: uma certa tendência no drama contemporâneo brasileiro. *Varia Historia*, [S.L.], v. 32, n. 59, p. 293-325, ago. 2016. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752016000200003>.

CARNEIRO, Ana Marília. Signos da Política, representações da subversão: A divisão de censura de diversões públicas na ditadura militar. Tese (Mestrado)-Curso de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Comunistas Brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora Ufm, 2013. p. 85-106.

FICO, Carlos. "Prezada censura": cartas ao regime militar. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, n 5, p. 251-286, set, 2002. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros/anteriores/topoi05/topoi5a11.pdf>

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Comunistas Brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Ufm, 2013. p. 85-106.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SACRAMENTO, Igor. Por uma teledramaturgia engajada: a experiência de dramaturgos comunistas com a televisão dos anos 1970. In: CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto; NAPOLITANO, Marcos (org.). *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte/São Paulo: Editora UFMG/Humanitas, 2013, p. 85-106.

SILVA, Roberta Alves. *A Grande Família: intelectuais de esquerda, rede globo e censura durante a ditadura militar (1973 - 1975)*. 2015. 216 f. Tese (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2015.

SILVA, Roberta Alves. A PRIMEIRA VERSÃO DE A GRANDE FAMÍLIA: um melodrama sem vilões nem mocinhos. *Ars Historica*, Rio de Janeiro, no 6, ago./dez. 2013, p. 148-164.

Da tortura ao memorial: a trajetória dos sobreviventes do Venda Sexy (1974-1978) na construção da memória chilena

Beathryz Galdino Andriani

Graduanda em História pela PUC Minas

beathryz.g.a@gmail.com

Resumo:

A presente comunicação busca explicitar o *modus operandi* do Ex Centro clandestino de sequestro, torturas e extermínio Venda Sexy durante os quatro anos de funcionamento, como também as estratégias encontradas pelos sobreviventes desse recinto de tortura para transformar o imóvel em um lugar de memória, lutar pelo reconhecimento das vítimas e desaparecidos políticos e reivindicar julgamento contra os torturadores que praticaram Violência Política Sexual, termo esse utilizado pelos próprios sobreviventes. Durante 17 anos, o Chile vivenciou uma violenta ditadura civil-militar, que torturou e vitimou milhares de pessoas e desapareceu com outras centenas. Como forma de estratégia para aniquilar seus opositores políticos, entre 1973 e 1990 o país andino teve 1.132 centros de detenção utilizados para encarcerar, torturar e desaparecer politicamente milhares de pessoas. Nesse cenário, se destaca o Ex Centro clandestino de sequestro, torturas e extermínio Venda Sexy que atuou durante 1974 e 1978, tornando-se conhecido pelas desumanas torturas com ênfase nas de cunho sexual, se utilizando também de animais para tais práticas. Durante as décadas seguintes, os sobreviventes desse recinto promoveram manifestações na frente do imóvel que se tornou uma residência familiar, construíram *baldosas* em homenagens as vítimas, utilizaram amplamente as

redes sociais para contar suas histórias e lutaram para que seus torturadores fossem julgados. Em julho de 2024, o Ministério de Bens Nacionais do Chile expropriou o imóvel e deixou a *Asociación de Memoria y Derechos Humanos Venda Sexy* responsável por tornar um lugar em um espaço educativo, que possa despertar debates pela memória e história do local. A partir de um levantamento exploratório sobre o que já existe referente à Violência Política Sexual, memória e cultura política, será utilizado como referencial teórico autores como Pierre Nora (1984) Claudia Bacci et al (2012), Francisca Rodríguez (2016), Dorotea Grijalva (2020) e Silvia Simões (2021). Desta forma, debater sobre o local, as memórias conflitantes e as heranças contemporâneas da ditadura é fundamental para que não se esqueça e não se repita nunca mais.

Palavras-chave: Venda Sexy, sobreviventes, memória, Violência Política Sexual, Chile

Introdução

Em 2023 completou 50 anos do golpe militar chileno, trazendo à tona discussões sobre os resquícios do período ditatorial, as constantes violações aos direitos humanos, as lutas das famílias pelos entres e amigos torturados, mortos e desaparecidos, como também os deveres contemporâneos do Estado. Nesse sentido, esse trabalho busca explicitar as atuais demandas e reivindicações de determinados sobreviventes de um centro de detenção, bem como sua luta para ressignificar a memória chilena sobre o período repressivo.

Após décadas tentando ganhar as eleições presidenciais, o médico Salvador Allende é democraticamente eleito em 1970 a partir de uma ampla coligação de partidos da esquerda, denominada Unidade Popular (UP). O presidente, que prometia implementar o socialismo pelas vias institucionais, assim o fez: nacionalizou bancos, indústrias, e minas estadunidenses de cobre,

redistribuiu terras por meio de uma reforma agrária legal, estabeleceu fortes laços com Cuba e procurou estabelecer novas relações de trabalho e vida (BORGES, 2013).

Após uma profunda crise econômica ocasionada propositalmente por membros das elites através de *lockouts*, boicotes empresariais, desabastecimentos forçados e uma forte intervenção estadunidense, o mandato presidencial que deveria se encerrar somente em 1975 é interrompido por um golpe no dia 11 de setembro de 1973 (BANDEIRA, 2023). Desta forma, se instaurou durante 17 anos uma violenta ditadura que desmobilizou os movimentos sociais engajados, torturou dissidentes políticos, violou sistematicamente os direitos humanos, assassinou e desapareceu milhares de pessoas, e implementou autoritariamente o neoliberalismo no país.

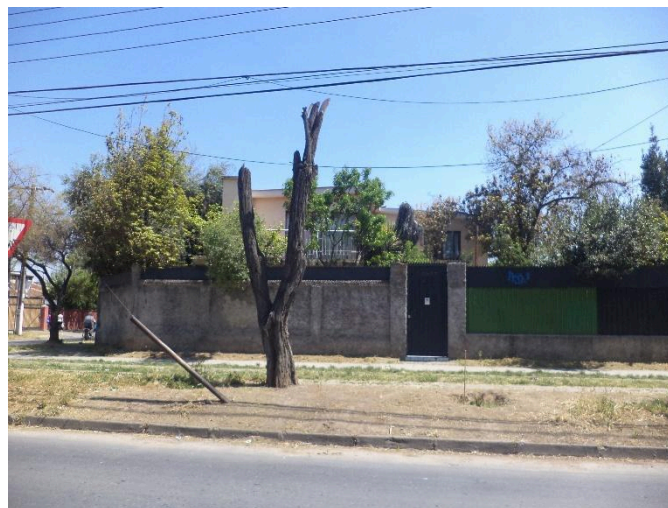
Nesse cenário, o Ex Centro clandestino de sequestro, torturas e extermínio Venda Sexy, localizado na região metropolitana de Santiago no Chile, foi um importante recinto utilizado para encarcerar opositores políticos durante 1974 até 1978. Se destaca dentre os 1.132 centros de Prisão Política e Tortura (PPT) pelos brutais relatos de torturas, com ênfase nas torturas sexuais contra homens e mulheres.

Assim, se pretende fazer um levantamento sobre a história do Venda Sexy, com ênfase nos anos posteriores a 1978, data em que foi abandonado pelos agentes repressivos. Utilizando referências sobre Violência Política Sexual (VPS), memória e cultura política, em conjunto com análises de fontes primárias, como o site Irán 3037, as redes sociais dos sobreviventes e documentos textuais produzidos por eles, se busca explicitar a trajetória dos sobreviventes do Venda Sexy, suas reivindicações, conquistas e seus limites

Reconhecimento (não) oficial do Venda Sexy

O local denominado como *Cuartel Tacora* é também conhecido como “Venda Sexy” ou “Distoqueca”, nomenclaturas que visam explicitar o uso sistemático de vendas nos olhos dos detidos, a ênfase nas torturas sexuais e a música constante utilizada para abafar os gritos torturados. Atualmente os sobreviventes desse recinto reivindicam tanto o nome Ex Centro clandestino de sequestro, torturas e extermínio Venda Sexy, como também o endereço do local Irán 3037, ação semelhante também encontrada em outros centros de PPT como Londres 38 e José Domingo Cañas.

Figura 1: fachada do Venda Sexy em 2013



Fonte: *Bienes Nacionales*

A primeira vez que o Venda Sexy foi reconhecido oficialmente como um recinto de sequestro e tortura administrado pela *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA) foi com o informe final da *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*, conhecido como Informe Rettig, publicado em 1991, um ano depois do fim da ditadura. Nesse documento, é dito que foi um dos principais centros de detenção da região metropolitana, funcionando de 1974 – período no qual mais se prendeu membros do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) – até o ano seguinte.

Para além de encarcerar massivamente membros do MIR, o Informe Rettig também salienta outras especificidades do Venda Sexy, como no foco em utilizar torturas sexuais contra os detidos políticos e no horário de funcionamento: diferentemente de outros centros de PPT, os agentes da DINA trabalhavam em horário comercial e deixavam os detidos sob cuidados de guardas.

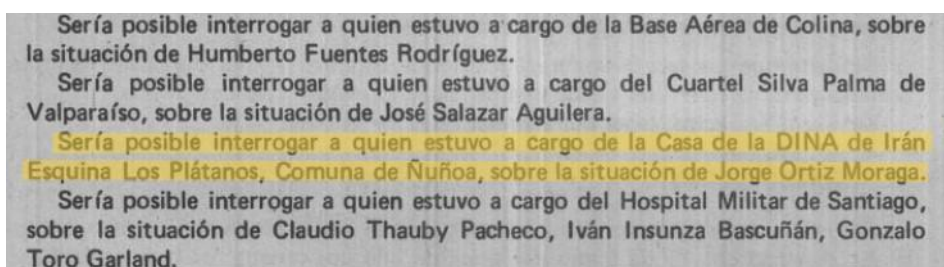
Em 2004 foi publicado o informe final da *Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura*, conhecida como Comissão Valech, e é considerado um importante documento mapear os centros de PPT – chegando ao número de 1.132 recintos –, verticalizar sobre o conceito de vítima e sobre os casos de torturas. Muito embora a existência da Lei Nº 19.992 de 2004 prejudique a dimensão plena da violência da ditadura, visto que censura nomes dos torturados, torturadores e centros de PPT, esse documento é de suma importância por trazer relatos das vítimas, como no caso de uma mulher presa no Venda Sexy em 1974:

[...] Me subieron a una camioneta de la DINA, me pusieron una venda sobre los ojos, me golpearon [...] me dejaron sola en una oficina sentada en un banquillo de poca altura, siempre con la venda en los ojos. Pasé largo tiempo en ese lugar. Luego me hicieron subir una escalera, llegamos a una pieza donde me pidieron que me desnudara. Había una persona que escribía a máquina mi identificación. Luego me instalaron electrodos en la cabeza y en las manos y me enviaron electricidad repetidas veces [...] vino un médico que me examinó ginecológicamente [...] violación, masturbación sobre mi cuerpo, me fotografiaron desnuda, todo esto interrumpido con descargas eléctricas (CNPPT, 2005, p. 245).¹⁵

¹⁵ [...] Colocaram-me numa caminhonete da DINA, colocaram-me uma venda sobre os olhos, bateram-me [...] deixaram-me sozinha num escritório, sentada num banco baixo, sempre com a venda nos olhos. Passei muito tempo naquele lugar. Logo me fizeram subir uma escada, chegamos a um quarto onde me pediram para me despir. Havia uma pessoa digitando minha identidade. Aí instalaram eletrodos na minha cabeça e nas mãos e me mandaram eletricidade diversas vezes [...] veio um médico e me examinou ginecologicamente [...] estupro, masturbação sobre meu corpo, fui fotografada nua, tudo isso interrompido com choques elétricos. (tradução da autora)

Vale ressaltar também que muito antes das instâncias oficiais e estatais reconhecerem o local como um centro clandestino de PPT, rumores sobre as torturas ocorridas no local e a percepção de que pessoas eram presas e desapareciam sem deixar rastros já era uma concepção concreta. Isso é evidente quando em novembro de 1978, revista *Solidaridad*, vinculada a *Vicaría de la Solidaridad* publica o número 23 da *Separata Solidaridad*, questionando sobre a situação de um detido no Venda Sexy na página 449.

Figura 2: primeira citação não oficial sobre o Venda Sexy



Fonte: *Separata Solidaridad*, Nº 23, página 449

De acordo com a dissertação desenvolvida por Francisca Mendonza Rodríguez, a partir desse registro da *Separata Solidaridad*, relatos de sobreviventes e vizinhos do centro de PPT, o local só foi efetivamente abandonado pela DINA em 1978 (RODRÍGUEZ, 2016, p.57). Entretanto, vale ressaltar que a ocupação do imóvel não foi contínua, havendo períodos de diminuição significativa de encarceramento de dissidentes políticos e momentos de maior atividade, como nos primeiros meses de 1974.

Sobreviventes e suas reivindicações: o imóvel em disputa

Após o abandono do imóvel em meados de 1978, o local passou a ter diversas utilizações, dentre as quais se destaca ser alugada e vendida como moradia para várias famílias e funcionando como creche em um curto período (RODRIGUEZ, 2016, p. 168). Durante o período ditatorial, temendo as repressões

e ainda traumatizados com as violências sofridas, houve poucas manifestações de sobreviventes e familiares na frente do imóvel, situação essa que se altera após o plebiscito de 1988 no qual a população deveria decidir sobre a permanência ou não de Pinochet até 1997. Com a derrota do ditador e um futuro de redemocratização mais concreto, manifestações, passeatas e vigílias aconteceram com mais frequências.

Apesar de alguns vizinhos relatarem que em certos momentos os moradores da residência permitiram que alguns sobreviventes entrassem na casa, de modo geral o local permaneceu inacessível para a maioria das famílias das vítimas e sobreviventes, que reivindicavam a recuperação do lugar por parte do Estado. Desta forma, a maior parte das comemorações, vigílias e manifestações aconteciam em frente ao imóvel ou na Praça Arabia localizada na diagonal do recinto, chamando a atenção pública e de moradores da região sobre as torturas que aconteceram no imóvel (RODRÍGUEZ, 2016, p. 169-170).

Figura 3: vista panorâmica do Venda Sexy e Praça Arabia



Fonte: Google Maps

Por parte dos sobreviventes, familiares de vítimas e vizinhos do Venda Sexy, em 2013 foi instalado na Praça Arabia uma *baldosa* como forma de rememorar o que houve no local, entretanto, foi vandalizada pouco tempo depois. Esse acontecimento evidencia como as memórias sobre o espaço ainda estão em disputas, sendo pautadas também por grupos negacionistas e saudosistas da ditadura militar. Vale ressaltar que, mesmo sofrendo ataques e depredações, os sobreviventes fizeram de forma consistente ao longo dos anos memoriais e outros objetos que relembresse as vítimas e as torturas brutais que sofreram.

Com a criação da *Asociación de Memoria y Derechos Humanos Venda Sexy (AMDHVS)* em 2014 as manifestações, vigílias e outras comemorações aumentam, passando a ter encontros mensais que discutiam sobre as pessoas que ficaram detidas, as torturas sofridas e os desaparecidos políticos (RODRÍGUEZ, 2016, p. 171). A organização, composta por mulheres e homens sobreviventes, focava em conquistar a casa para torná-la um espaço de memória sobre as violações aos direitos humanos e não tinha o interesse em abordar as VPS que principalmente as mulheres foram submetidas (VILLAGRÁN, 2022, p. 32).

Devido as essas tensões e outros fatores – como o desejo de não incorporar mulheres violentadas de outros centros de detenção ou até mesmo em períodos posteriores à ditadura militar – houve uma cisão no movimento, sendo criado no mesmo ano o *Colectivo Mujeres Sobrevivientes Siempre Resistentes (CMSSR)*, que se identifica como uma organização feminista que busca, para além de expor as violações sexuais que foram vítimas enquanto presas no Venda Sexy, evidenciar as especificidades da VPS. O CMSSR em seu livro *“La Violencia Política Sexual es terrorismo estatal”* define o que é VPS para a organização:

La VPS es una herramienta del Estado que, anclada en la cultura de la violación como precepto ideológico, ejerce un poder sexualizado dirigido para reprimir y castigar a las mujeres y cuerpos feminizados y a sus comunidades. Insistimos en nombrarla como VPS y no como violencia sexual en contextos de represión, porque es necesario que se señale la participación de los agentes del Estado. No es una violencia sexual más expresada en la cultura de la violación, sino que tiene características específicas y es un tipo de violencia ejercida por un poder político sexualizado (COLECTIVO MUJERES SOBREVIVIENTES SIEMPRE RESISTENTES; MEMORIAS DE REBELDIAS FEMINISTAS, 2021, p. 19)¹⁶.

Desta forma, a concepção de VPS pelo CMSSR ultrapassa apenas o período ditatorial, sendo de suma importância agregar outras mulheres que foram vítimas sexuais por parte de agentes estatais, como no período de *Estallido Social* em 2019. Assim, o CMSSR possui no seu movimento tanto mulheres vítimas da ditadura, como outras que se identificam como feministas e consideram a causa importante (VILLAGRÁN, 2022, p. 32-33).

Muito embora haja divergências entre os dois movimentos de sobreviventes do Venda Sexy, há uma relação amistosa publicamente, com ambos participando inclusive das mesmas manifestações e reivindicações. Isso se percebe também, com o reconhecimento que o CMSSR faz sobre o trabalho realizado pela AMDHVS para a recuperação do imóvel e para que o *Cosejo de Monumentos Nacionales* reconhecesse o local como um Monumento Nacional do Chile na categoria Lugar de Memória.

Esse reconhecimento acontece no ano de 2016 (*COSEJO DE MONUMENTOS NACIONALES*, 2016) sendo um importante passo para que a casa fosse

¹⁶ O VPS é uma ferramenta do Estado que, ancorado na cultura do estupro como preceito ideológico, exerce um poder sexualizado que visa reprimir e punir as mulheres e os corpos feminizados e suas comunidades. Insistimos em nomeá-la como VPS e não como violência sexual em contextos de repressão, porque é necessário apontar a participação de agentes do Estado. Não é uma violência sexual mais expressa na cultura do estupro, mas tem características específicas e é um tipo de violência exercida por um poder político sexualizado. (tradução da autora)

recuperada e que houvesse uma garantia de que sua estrutura física não seria alterada, visto que seria protegida pela Lei nº 17288, conhecida como Lei de Monumentos Nacionais. Mesmo com esse importante avanço, o imóvel passou por momentos críticos, como em 2020 quando foi vendido para uma fábrica (MAZA, 2020).

Em junho de 2023 a AMDHVS promoveu uma nova ocupação na Praça Arabia: na esquina, local mais próximo do Venda Sexy, seriam plantadas 250 árvores nativas em homenagem às vítimas e aos desaparecidos políticos, em conjunto com pedras pintadas a mão para delimitar o espaço junto com uma cerca, além de um *qr code* que mostraria as histórias de cada pessoa. O projeto foi feito em conjunto com a comunidade ao redor e foi inaugurado em 30 de agosto, Dia Internacional das Vítimas de Desaparecimentos Forçados e posteriormente, como produto final dessa ação e comemoração dos 50 anos do golpe de estado foi lançado o livro *“El bosque de los ausentes”* (SITIO DE MEMORIA IRÁN 3037, 2023).

Já em setembro do mesmo ano outra conquista foi alcançada, já que o imóvel foi expropriado pelo Estado, tendo 60 dias úteis para pagar o antigo morador e entregá-lo a AMDHVS no ano seguinte. No site da AMDHVS, a vitória foi comemorada com uma ação na Praça Arabia e com um texto publicado em 09 de setembro:

El viernes 1 de septiembre, el Diario Oficial anunció que el inmueble ubicado en Irán 3037 sería adquirido por el Estado para crear un nuevo Sitio de Memoria y así poder avanzar en verdad, justicia, reparación y garantías de no repetición. A #50AñosDelGolpe recuperamos un espacio histórico, que marcó la vida de miles de mujeres de nuestro país durante la dictadura: el ex centro de detención, tortura y exterminio conocido como Irán 3037, ex Venda Sexy. Así, a través de este hito, llevamos a cabo un importante acto de reparación para las víctimas de la dictadura y sus familiares (SITIO DE MEMORIA IRÁN 3037, 2023).

Os sobreviventes puderam entrar oficialmente no imóvel em dezembro, em um evento emocionante, registrado no Instagram do AMDHVS, lembrando o que houve no local e também verificando se houve alterações estruturais no recinto. No mesmo mês o CMSSR instalou uma *baldosa* na frente do imóvel em homenagem as desaparecidas políticas com os dizeres *"Aquí en Venda Sexy mujeres militantes populares resistieron y sobrevivieron a la violencia politico sexual ejecutada por la dictadura civico militar"*¹⁷, e foi destruído no mês seguinte, ato que foi repudiado pela AMDHVS.

Meses depois, iniciou-se uma campanha para limpar o local, identificar as salas, pendurar faixas dentro e fora do imóvel e realizar as primeiras visitas, ao mesmo tempo em que continuavam a fazer eventos na Praça Arabia, como exibir documentários, fazer shows e passeatas. Já em comemoração aos 51 anos do golpe militar, em 11 de setembro de 2025 houve vários eventos culturais com a presença dos dois movimentos: o CMSSR no seu Instagram postou a instalação de mais uma baldosa na frente do imóvel e a AMDHVS acompanhando as visitas internas no recinto, com ênfase na presença do presidente Gabriel Boric no local.

Conclusão

A conquista do imóvel no qual funcionou o Venda Sexy entre 1974 e 1978 foi a pauta principal pelos sobreviventes do recinto, como maneira de lembrar o que houve e ressignificar o espaço. Essa narrativa ganha proporções maiores com as disputas pela memória e pelos tensionamentos causados por negacionistas que insistem em dizer que no local não houve tortura, como no

¹⁷ Aqui em Venda Sexy mulheres militantes populares resistiram e sobreviveram à violência política sexual praticada pela ditadura cívico-militar (tradução da autora).

caso de Loreto Iturriaga, filha de um conhecido torturador que afirmou em 2017 que o Venda Sexy nunca existiu, que não há provas (MENTIRAS VERDADERAS LA RED, 2017).

Com base nas ideias de Nora (1984), pode-se compreender que a ocupação da Praça Arabia foi e ainda é uma maneira de ressignificar o próprio Venda Sexy, visto que, não tendo o imóvel para transformá-lo em um lugar de memória, ocuparam a praça como forma expor suas dores e cristalizar as suas vivências ao público. Isso se materializa também nas publicações audiovisuais (documentários e vídeos feitos para o Instagram e YouTube), textuais (livros feitos pelo CMSSR e AMDHVS e o site mantido pela última organização) e outras formas de manifestar suas dores e exigências.

Essas ações de resistências e reivindicações que os sobreviventes fizeram ao longo das décadas, como as manifestações, vigílias e ações comunitárias na preservação da memória do local, foram cruciais para incorporar a pauta no debate sobre a memória da ditadura, com ênfase nas violências sexuais. Desvelar a trajetória do imóvel evidencia o profundo esforço das organizações em fazer o Venda Sexy ser reconhecido, para que assim, suas próprias dores não sejam negligenciadas.

Para além das constantes disputas pela memória do local pelos negacionistas, há também discussões entre os próprios sobreviventes sobre qual narrativa deveria ser a pauta das organizações criadas por eles mesmos. Dessa forma, fica evidente as conquistas e avanços de cada movimento e resta-nos acompanhar os próximos passos, como no que se transformará o imóvel nos próximos anos, quais serão as novas reivindicações dos sobreviventes e como ficará a memória daqueles que desapareceram no local e ainda não foram encontrados.

Referências

ASOCIACIÓN DE MEMORIA Y DERECHOS HUMANOS VENDA SEXY. Disponível em: <https://iran3037.cl/web/>. Acesso em: 2 mai. 2024.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Fórmula para o caos: A derrubada de Salvador Allende (1970-1973).** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

BORGES, Elisa de Campos. **O Governo de Salvador Allende no Chile:** Atuação dos trabalhadores e a organização de novas relações de trabalho. Projeto História, São Paulo, n. 47, p. 85-109, ago. 2013.

COLECTIVO MUJERES SOBREVIVIENTES SIEMPRE RESISTENTES Y MEMORIAS DE REBELDIAS FEMINISTAS. **La Violencia Política Sexual es terrorismo estatal:** Aproximaciones desde la experiencia y la memoria contra la impunidad en Chile. Santiago: Fundo Alquimia, 2021.

COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. **Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación** (RETTIG I), 1996. Disponível em: <https://bibliotecadigital.indh.cl/handle/123456789/170>. Acesso em: 20 mar. 2024.

COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA. **Informe de la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura** (Valech I), 2005. Disponível em: <https://bibliotecadigital.indh.cl/handle/123456789/455>. Acesso em: 20 mar. 2024.

COMISIÓN PRESIDENCIAL ASESORA PARA LA CALIFICACIÓN DE DETENIDOS DESAPARECIDOS, EJECUTADOS POLÍTICOS Y VÍCTIMAS DE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA. **Informe y Nómina de Personas Reconocidas como Víctimas en la Comisión Asesora Presidencial para la Calificación de Detenidos Desaparecidos, Ejecutados Políticos y Víctimas de Prisión, Política y Tortura** (Valech II), 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.indh.cl/handle/123456789/600>. Acesso em: 20 mar. 2024.

COSEJO DE MONUMENTOS NACIONALES. **Aprueban declarar Monumento Histórico emblemático centro detención tortura Venda Sexy.** 2016.

Disponível em: <https://www.monumentos.gob.cl/prensa/noticias/aprueban-declarar-monumento-historico-emblematico-centro-detencion-tortura-venda>. Acesso em: 12 fev. 2025.

ENTRE A MEMÓRIA E HISTÓRIA: a problemática dos lugares. In: NORA, Pierre. **Os lugares de memória**. Tradução Yara Aun Khoury. Paris: Editions Gallimard, 1984, p. 18-42. Tradução de: Les lieux de mémoire.

MAZA, Tahina Johnson De la. **¿Cuánto vale la memoria?**: El caso de la "Venda Sexy". **Mouseion**, Canoas, n. 35, p. 35-45, abril 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/beath/Downloads/sysop,+6520.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2025.

MENTIRAS VERDADERAS LA RED. Loreto Iturriaga sobre la Venda Sexy: "Eso nunca existió, no hay pruebas". YouTube, 13 jul. 2017. 7 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AMN1P7DSHog>. Acesso em: 05 jan. 2025.

RODRÍGUEZ, Francisca Mendonza. **El tercero en la escena del trauma**: relatos de vecinos de prisión política y tortura Venda Sexy durante la dictadura militar chilena. Santiago de Chile, 2016 Dissertação Disponível (Psicologia) - Universidad de Chile. em: [https://iran3037.cl/web/el-tercero-en-la-escena-del-trauma-relatos-de-vecinos-de-prision-politica-y-tortura-venda-sexy-durante-la-dictadura-militar chilena/](https://iran3037.cl/web/el-tercero-en-la-escena-del-trauma-relatos-de-vecinos-de-prision-politica-y-tortura-venda-sexy-durante-la-dictadura-militar-chilena/). Acesso em: 25 fev. 2025.

SEPARATA SOLIDARIDAD. Nº23, p. 449. 1978. Disponível em: <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-80740.html>. Acesso em: 16 nov. 2024.

Sitio de Memoria Irán 3037, **Ex Centro Clandestino de Secuestro, Tortura y Exterminio Venda Sexy**. In: Instagram: sitiodememoriairan3037. Disponível em: <https://www.instagram.com/sitiodememoriairan3037/>. Acesso em: 28 mar. 2024.

VILLAGRÁN, Kimberly Seguel. ¡Hasta cuándo la justicia sosteniendo la inmundicia, hasta cuándo el estado sosteniendo al patriarcado! : Reflexiones en torno a la historia política del Colectivo Mujeres Sobrevivientes Siempre Resistentes. **Lineas de Fuga**, n. 11, p. 29-43, julho 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Kimberly-Seguel-Villagran/publication/380357855_HASTA_CUANDO_LA_JUSTICIA_SOSTENIENDO_LA_INMUNDICIA_HASTA_CUANDO_EL_ESTADO_SOSTENIENDO_AL_PATRIARCADO_Reflexiones_en_torno_a_la_historia_politica_del_Colectivo_Mujeres_Sobrevivientes_Siempre_Resistente/links/663818ec06ea3d0b7429706a/HASTA-CUANDO-LA-JUSTICIA-SOSTENIENDO-LA-INMUNDICIA-HASTA-CUANDO-EL-ESTADO-SOSTENIENDO-AL-PATRIARCADO-Reflexiones-en-torno-a-la-historia-politica-del-Colectivo-Mujeres-Sobrevivientes-Siempre-Resistent.pdf. Acesso em: 3 fev. 2025.

Frei Bernardino e a educação popular: experiência em Divinópolis (MG)¹⁸

Denise Silva e Souza¹⁹

Mestranda em História

Universidade Federal de São João del Rei

denisesouza.historia@gmail.com

RESUMO

Nos anos anteriores ao golpe civil-militar que mergulharia o Brasil em vinte e um anos de ditadura, várias experiências de educação popular surgiram. Apenas para citar as mais famosas temos o Movimento de Educação de Base (MEB), originado em Aracaju no ano de 1961, e o Método Paulo Freire, estimulado pelo intelectual homônimo a partir de 1958. Essas iniciativas tinham como preocupação a alfabetização da população menos favorecida, levando em conta a conscientização dessa camada da sociedade. Interessante notar que buscavam ensinar a partir da realidade dos povos, ou seja, utilizando elementos do mundo conhecido por eles. Em Divinópolis, Minas Gerais, iniciativa semelhante se originou no mesmo momento. O Conselho Divinopolitano de Assistência Rural (CODAR), fundado aproximadamente nos anos de 1960, tinha finalidades que perpassavam a educação e conscientização e importante personagem envolvido nesse projeto foi frei Bernardino Leers, padre católico e franciscano holandês que chegou a Divinópolis em 1952 e se envolveu na organização da população do campo e dos trabalhadores urbanos. O objetivo desse trabalho é, portanto, apresentar a iniciativa de educação popular que ocorreu em Divinópolis, analisando-a dentro do contexto mais amplo de surgimento de iniciativas nacionais. Além disso, pretende-se demonstrar a participação de frei Bernardino Leers nesse projeto, jogando luz sobre a trajetória do religioso. Para isso, será realizada a análise de jornais locais da época, bem como a revisão bibliográfica, necessária a comparação entre os projetos de educação popular locais e nacionais. A pesquisa sinaliza que a iniciativa de Divinópolis gerou bons resultados, despertando curiosidades até

¹⁸ Este trabalho se insere no conjunto de produções relacionadas ao Projeto Ditadura em Minas Gerais, que a autora integra, e é apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

¹⁹ A autora atua ainda como Analista Universitária - historiadora no Centro de Memória Prof^ª Batistina Corgozinho, na Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade Divinópolis.

mesmo em âmbito internacional. Por outro lado, devido ao contexto de ditadura, os projetos sofreram impactos e frei Bernardino foi corriqueiramente perseguido.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Popular; Ditadura Militar; Divinópolis (MG); Frei Bernardino Leers.

IGREJA CATÓLICA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO POPULAR: APONTAMENTOS INICIAIS

Era 1951 quando desembarcou no Brasil Ferdinand Antonius Joseph Leers, franciscano holandês ordenado sacerdote em seu país de origem. Frei Bernardino, como ficou conhecido, logo seguiu para a região Norte de Minas Gerais, onde iniciou sua jornada pastoral junto aos camponeses (LEERS OFM, 1977). O cenário nacional era efervescente, perpassando pela intensificação de disputas políticas devido as mudanças na legislação eleitoral e um estabelecimento conturbado – com contestação de resultados eleitorais e tentativas de golpe - de uma democracia liberal. Igualmente ocorreu avanços econômicos contrastados com pouca evolução no campo social (GOMES; FERREIRA, 2018). A polarização se acirrava como uma consequência, dentre outras coisas, da Guerra Fria entre as potências capitalistas e comunistas – o anticomunismo estava muito presente – e, além disso, havia um fortalecimento dos movimentos sociais, representados por estudantes, trabalhadores urbanos e rurais (MOTTA, 2021).

A Igreja Católica brasileira, como mostra Paulo César Gomes (2014), buscando sua manutenção diante da laicização da política, advinda da Proclamação da República, em 1989, se aproximava das camadas populares como uma forma de preservar sua influência junto a sociedade, bem como de se colocar como alternativa diante de projetos políticos dos quais discordava:

comunismo e liberalismo. Assim, os leigos, grupos de católicos não ordenados sacerdotes, ganharam protagonismo por meio de movimentos como a Ação Católica Brasileira (ACB) e, posteriormente, as Juventudes Católicas - Estudantil, Operária e Universitária (JEC, JOC e JUC) - no processo de inserção no meio social.

Em meio a isso, iniciativas de educação popular de reconhecimento nacional surgiram, algumas inclusive com o apoio da Igreja. Dentre as mais famosas, segundo Scott Mainwaring (2004), estão o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Método Paulo Freire. Em âmbito local, igualmente recebendo certa notoriedade, na cidade de Divinópolis, Minas Gerais, é desenvolvido o Conselho Divinopolitano de Assistência Rural (CODAR), por iniciativa de frei Bernardino, que foi transferido para a Cidade do Divino em 1952, carregando toda a experiência adquirida no convívio com a população do campo da região Norte mineira.

Diante disso, o objetivo deste trabalho é apresentar a iniciativa de educação popular que surgiu em Divinópolis, compreendendo-a dentro do contexto mais amplo de surgimento de projetos nacionais. Acreditamos que a circulação de ideias e métodos no período possa ter influenciado o surgimento do CODAR em Divinópolis. Por isso, nosso objetivo colaborará para entender as diferenças e semelhanças entre as iniciativas aqui discutidas, relacionando os acontecimentos que se desenrolaram em âmbito local com os de âmbito nacional.

Além disso, pretende-se demonstrar a participação de frei Bernardino Leers nesse projeto, jogando luz sobre a trajetória do religioso que teve importante papel no Centro-Oeste de Minas e, principalmente em Divinópolis, Minas Gerais, atuando em diferentes frentes e enfrentando os desafios

impostos pelo contexto conflituoso no qual desenvolveu suas atividades, principalmente após o golpe civil-militar que iniciou uma ditadura no país.

Para isso analisaremos edições do jornal *A Semana*, semanário que surgiu na Cidade do Divino, em 1943, por impulso dos franciscanos instalados no local desde 1924. O periódico circulou no município e região até 1984 sob responsabilidade dos religiosos e conta com informações sobre o desenvolvimento e surgimento da iniciativa aqui tratada. Trabalharemos ainda com a revisão bibliográfica que nos ajudará na apresentação do MEB e do Método Paulo Freire. Ademais, propomos traçar um paralelo entre os projetos apresentados, em busca de compreender suas semelhanças e diferenças.

Antes de dar início às análises, porém, vale mencionar alguns dados sobre a história da cidade de Divinópolis, foco principal desta investigação. A Princesa do Oeste, como é chamada, foi emancipada em 1912 após ondas de desenvolvimento iniciadas com a instalação da primeira estação ferroviária no local, ainda em 1890. Para Batistina Maria de Sousa Corgozinho (2003, p.283), a chegada da ferrovia separa dois momentos na cidade: o *tempo do arraial*, caracterizado pela existência de uma “sociedade tradicional e pré-capitalista”, e o *tempo do moderno*, marcado pela industrialização, urbanização, laicização e mudanças dos valores tradicionais para os modernos. Esse processo de transição gerou intensos embates, principalmente na primeira metade do século XX, entre os representantes de diferentes linhas de pensamento instalados na cidade – católicos, protestantes, espíritas, maçons, liberais, comunistas (PEREIRA, 2021).

Por outro lado, a modernização local permitiu que em meados do século passado, como mostra Renato João de Souza (2015), Divinópolis já se configurasse como o polo do Centro-Oeste mineiro, com população e

desenvolvimento econômico crescentes. Seja como for, o *tempo moderno* e o *tempo do arraial* ainda coexistiam, com parte da população saindo da zona rural e se instalando nas porções urbanas, e outra parte permanecendo no campo, tendo pouco acesso a saúde, educação e outros direitos, como se verá adiante. É nesse contexto que se desenrolam os acontecimentos que trataremos aqui.

INICIATIVAS NACIONAIS: O MEB E O MÉTODO PAULO FREIRE

A participação leiga na Igreja Católica e sua aproximação das camadas populares foi um dos motores na transformação da instituição religiosa ao longo do século XX. A Igreja saiu de uma posição predominantemente dogmática e conservadora para uma postura mais progressista e integrada à realidade social, tornando-se uma das principais forças de resistência à ditadura militar, sobretudo nos seus anos finais. Além da participação do laicato, que dinamizou a atuação católica e colaborou para a mudança na concepção de fé, acontecimentos como a ascensão do Papa João XXIII, o Concílio Vaticano II - que aconteceu entre 1962 e 1965 orientando a instituição para um maior diálogo com a modernidade e maior contato com as questões sociais - e a atuação da Igreja externa ao Brasil, impulsionaram as transformações (MAINWARING, 2004; LOWY, 2007; DELGADO, PASSOS, 2007).

A Igreja nordestina foi importante nesse processo ao aderir a tais mudanças e ao contribuir para as modificações que ocorriam na instituição religiosa como um todo. Dom Helder Câmara, por exemplo, um dos bispos mais progressistas²⁰ do período, e por isso um dos mais perseguidos, principalmente

²⁰ Essa divisão entre “conservadores” e “progressistas” é utilizada de forma ideal típica, pois, como se observa em Mainwaring (2004), as clivagens dentro da Igreja faziam parte de um contexto complexo em que havia leigos e clérigos com diferentes posicionamentos políticos ou com posicionamentos políticos oscilantes. Seja como for, grosso modo, os conservadores podem ser definidos como aqueles religiosos que se colocavam contra as transformações que a instituição vinha passando e, politicamente, defenderam o golpe de 1964 e se aliaram os militares. Já os progressistas se mostravam mais favoráveis e abertos as mudanças, defendendo os menos favorecidos e a justiça social e se colocando contra as violações de direitos, principalmente a partir da década de 1970, cometidas pelo Estado durante a ditadura.

durante a ditadura militar, nasceu e atuou no Nordeste. Foi nela que surgiram o Movimento de Educação de Base e o Método Paulo Freire, sendo o intelectual homônimo também natural da região.

Conforme apresenta Michel Löwy (2016), os católicos leigos haviam se aproximado da esquerda secular e, dentre as preocupações dessa Esquerda Católica, estava a educação popular, uma dimensão importante da atuação do laicato. Foi daí que surgiu o MEB, em 1961, que consistia na alfabetização dos menos favorecidos. O MEB era um projeto ligado institucionalmente a Igreja Católica, sendo resultado de uma parceria da Diocese de Aracajú, Sergipe, com o governo federal. Para se alcançar espaços pouco desenvolvidos do país, principalmente Nordeste, Norte e Centro-Oeste, atuavam através de escolas radiofônicas (MAINWARING, 2004).

Wellington da Silva Medeiros (2024) complementa afirmando que o surgimento do MEB se conecta às discussões sobre a importância da educação, às disputas de diferentes tendências políticas acerca da influência sobre os mais pobres, ao contexto de desenvolvimento de um público votante e ao crescimento, na região nordestina, das Ligas Camponesas que, grosso modo, se configurava como uma associação de pessoas do campo que criticavam e atuavam contra os latifundiários.

Sendo a primeira iniciativa de proporções significativas entre os católicos, o projeto tinha a pretensão de realizar uma transformação social por meio da educação, estando mais focado no ensino do que na catequese e colocando o aluno no centro do processo de aprendizagem. Em meio a isso, a formação como cidadão e a conscientização eram pontos de preocupação dos responsáveis pelo MEB. Enfrentando o paternalismo, enxergava e incentivava a autocompreensão dos povos como parte atuante na realidade social e como

atores de sua própria transformação e das mudanças em seu entorno. Além disso, promovia a tomada de consciência relacionando os problemas cotidianos com questões estruturais políticas e econômicas. A educação oferecida partia do ponto de vista e do mundo conhecido pelo aluno (MAINWARING, 2004).

Já o Método Paulo Freire não se apresentava como um programa, mas como uma maneira de alfabetizar que poderia ser aplicado por diferentes projetos de educação. Para Marcio Moreira Alves (1979, p. 138), essa pedagogia era “capaz de alfabetizar ao mesmo tempo que abria os alunos para as realidades do mundo” e havia sido criada pelo intelectual católico de nome idêntico ao método. A preocupação de Freire não se limitava a leitura e escrita, mas se estendia ao desenvolvimento de um pensamento crítico.

As ideias do intelectual foram desenvolvidas em paralelo a atuação do MEB, a partir da segunda metade da década de 1950. Quebrando a lógica comum em que o professor seria o ator principal no processo de aprendizagem, Paulo Freire propunha que o aluno participasse da construção de conhecimento, partindo de suas vivências, defendendo o respeito as pessoas e as suas realidades. Segundo Mainwaring (2004, p.91), Freire não acreditava na transformação da realidade pela educação por si só, mas a via como “‘espaço’ democrático dentro de uma sociedade não democrática’ e detentora do poder de “mobilizar os setores populares a trabalharem pela transformação social”.

Tanto o MEB quanto o Método Paulo Freire atingiram grandes proporções. O primeiro, como visto, foi lançado nacionalmente e alcançava diferentes regiões. Já Paulo Freire e sua metodologia de ensino receberam prestígio internacional. Apesar disso, com o golpe de 1964, tais iniciativas sofreram repressão. Freire foi preso ainda naquele ano e em seguida seguiu para o exílio retornando ao Brasil apenas na década de 1980. Já o MEB teve sua

atuação política asfixiada. Quanto a Igreja, parte dos bispos teve uma postura de marginalização do laicato. Assim, o MEB ficou enfraquecido e a hierarquia da Igreja Católica buscou torná-lo mais religioso. Mesmo continuando ativo, foi forçado a moderar suas atividades.

EXPERIÊNCIAS EM ÂMBITO LOCAL: FREI BERNARDINO E O CODAR

Acreditamos que as experiências vividas por personagens históricos vão influenciando sua forma de atuação ao longo do tempo. No caso específico de frei Bernardino Leers, concordando com Larissa Veiga (2022), a passagem pelo Norte de Minas e o contato que teve com a população rural certamente despertou o olhar do frade para as necessidades camponesas. Em Divinópolis, portanto, continuou seu trabalho junto a população do campo. Em edição do Jornal Agora de 1992, Leers escreve:

A realidade rural do município e a assistência dispersa ao povo do campo levaram a formar a equipe do CODAR, que reuniu duas finalidades: ajudar o povo rural a melhorar sua vida familiar e comunitária, de condições humanas precárias, e integrar todas as forças que davam uma ou outra forma de apoio na roça (LEERS, 1992).

O Conselho Divinopolitano de Assistência Rural surgiu, portanto, por iniciativa de frei Bernardino, por volta de 1960. Para compor o CODAR, Leers montou uma equipe com profissionais de diferentes áreas, como da saúde e da educação (MELO; PEREIRA; DUARTE, 2011). De acordo com Amarildo José de Melo, Nilo Caetano Pinto e Pedro Gondim Ferreira (2011), o CODAR atuava distribuindo materiais didáticos, oferecendo cursos e se comunicando por meio de programas de rádio. Assim, buscava dialogar acerca de temas que iam desde o mais básico da vida cotidiana, como higiene e imunização, até questões técnicas como o cuidado com o rebanho e com as plantações.

Frei Bernardino valorizava uma formação crítica e democrática respeitando os conhecimentos camponeses, incentivando a autonomia dos indivíduos e preparando-os para a inserção na sociedade. Sendo assim, todas as ações do CODAR eram decididas em diálogo com os líderes locais, que eram notados previamente pela equipe do Conselho. Aos poucos, os próprios líderes e camponeses passaram a ser replicadores das informações que adquiriam por meio das atividades do CODAR, perpetuando as melhorias que foram sendo alcançadas (MELO, PEREIRA, DUARTE, 2011; SOUSA, 2021). Além disso, as atividades não se limitavam ao campo teórico. Batistina Maria de Sousa (2021, p. 292) nos conta que

A missa era a oportunidade para o povo se reunir, sendo também o momento privilegiado de realização do trabalho educativo-político, dentre outros, a vacinação de crianças, distribuição de latinhas para a realização de exames, leitura do resultado dos exames, distribuição de vermífugos, uso do filtro d'água, etc.

Os cuidados de saúde apresentados no trecho eram abarcados e reforçados em cursos que, além disso, ofereciam treinamentos que atendiam as necessidades daquela população. Por exemplo, o jornal *A Semana*, que circulou em Divinópolis entre 1943 a 1984 sob responsabilidade dos franciscanos instalados na cidade, em edição de 6 de agosto de 1967 noticiou a conclusão de um curso de parteiras que foi realizado pelo Conselho em parceria com outras entidades da cidade. O texto informa que participaram das aulas “35 cursistas da cidade, algumas da zona rural, a maior parte, e 3 de cidades vizinhas” (F.D, 1967, capa). O jornal ainda comenta que o curso foi acompanhado por uma equipe médica de um hospital da cidade.

Essa “profissionalização” do trabalho das parteiras se torna ainda mais importante quando se recorda as condições vividas pela população rural

naquele momento. As comunidades rurais ficavam – e algumas ainda permanecem – a uma distância considerável do hospital da cidade. O acesso ao transporte era precário, por isso a melhoria nas técnicas das parteiras tornava o parto mais seguro para as mães e bebês da zona rural.

As catequistas e professoras rurais igualmente eram preparadas, recebendo instruções religiosas e também de conteúdos comuns do ensino básico, como aulas de História e Português. Nesse ponto, Bernardino se preocupava tanto com a melhoria na qualidade do ensino às crianças quanto com a capacitação das professoras que, caso não se aperfeiçoassem, poderiam ser substituídas (MELO, PEREIRA, DUARTE, 2011). Certamente, foi com base nessa inquietação que frei Bernardino propôs e esteve envolvido com a fundação da Faculdade de Filosofia e Letras de Divinópolis, inaugurada em 1964, conforme mostra o jornal *A Semana* de 01 de novembro do mesmo ano, com um direcionamento a formação de professores. Vale lembrar que esse aperfeiçoamento dos educadores atendia também a busca de Leers por melhorias na catequese.

Os líderes rurais, interlocutores entre os integrantes do CODAR e os membros das comunidades rurais, participavam de cursos completos e com maior carga horária envolvendo também a religiosidade e a formação moral. A partir de maio de 1967, esses líderes puderam usufruir dos Encontros de Líderes Rurais, evento criado pelo Conselho para “assistir, promover e capacitar a Liderança Rural do município de Divinópolis (ENCONTRO..., 1968, p.4). Conforme informa a edição do jornal *A Semana* de 16 de julho de 1967, naquele mês havia ocorrido o terceiro encontro do tipo, no qual

Os 40 líderes foram divididos em oito equipes. Cada equipe discutiria um aspecto da realidade rural, ajudada por perguntas hábilmente elaboradas. A finalidade desse trabalho em grupos era a conscientização dos líderes a respeito dos problemas da

zona rural. Ver, discutir e conhecer melhor a sua realidade (3ª ENCONTRO, 1967, capa).

Com base nesse trecho, podemos afirmar que o caráter de conscientização dos ensinamentos pregados por Bernardino estava presente nessas atividades. É importante observar que tais encontros aconteciam em plena ditadura militar, momento em que iniciativas como essas eram constantemente vigiadas e reprimidas.

O CODAR teve um importante impacto na realidade de Divinópolis e região, despertando interesse de grupos de outras localidades. Em entrevista concedida a Amarildo José de Melo, Nilo Caetano Pinto e Pedro Gondim Ferreira (2011, p. 226), frei Bernardino conta que “várias equipes estiveram aqui para conhecer nosso trabalho (...). Nossos trabalhos chegaram até ao Canadá e à Europa através de cadernos produzidos pelo CODAR. Até o Jornal do Brasil publicou nota dizendo que Divinópolis comandava a catequese rural no país”. Em nossas pesquisas, infelizmente não foi possível encontrar a edição do Jornal do Brasil mencionada pelo frade. Seja como for, não se pode negar o tamanho e impacto gerado pela atuação do CODAR.

Apesar da importância adquirida pelo CODAR e da entidade se apresentar bastante ativa ainda em 1967, por volta de 1970 suas atividades foram encerradas sem que houvesse uma explicação muito clara sobre os motivos. Melo, Pinto e Ferreira (2011), além da entrevista com frei Bernardino, traz o depoimento de outros membros do Conselho que, quando comentam sobre o fim da iniciativa convergem ao dizer que as ações não se faziam mais necessárias porque, aos poucos, o poder público foi tomando frente da assistência antes oferecida pela CODAR. Outro entendimento comum entre os entrevistados diz respeito a falta de profissionais para assumir responsabilidades dentro da entidade. A falta de apoio da Igreja também pode

ter sido um motivo para esse fim. Especula-se, ainda que a pressão do regime militar tenha levado o Conselho a tal desfecho (MELO, 2013).

MEB, MÉTODO PAULO FREIRE E CODAR: ALGUNS APONTAMENTOS

Como visto, as iniciativas apresentadas se desenvolveram concomitantemente, o que colabora com nossa proposta inicial de traçar paralelos entre as mesmas. Sendo esse o último subtópico deste artigo, cabe acrescentar que os apontamentos realizados não esgotam a discussão, uma vez que, com o desenvolvimento da pesquisa, notamos o quanto esse é um tema pouco explorado. Por isso, inclusive, a escolha de não traçar um tópico necessariamente de considerações finais. Vale acrescentar que as comparações que estabeleceremos a partir de agora serão realizadas principalmente entre a MEB e o CODAR, uma vez que o Método Paulo Freire não se configurou como um projeto, conforme já comentamos, e sim como um modelo pedagógico que transpassou ambas as experiências.

Antes, porém, de tratar das semelhanças entre as iniciativas, gostaríamos de destrinchar algumas importantes diferenças entre elas. A primeira diz respeito os objetivos principais de cada uma. Enquanto o MEB era voltado a alfabetização e a educação básica, o CODAR se preocupava com uma formação para o autocuidado e melhorias das condições básicas de vida. Outra distinção existente diz respeito as suas proporções, sendo que o Conselho divinopolitano atuava em espaço local, o que permitia que tivesse condições de desenvolver um trabalho educativo e prático mais próximo e intenso com as populações do campo. Já o MEB possuía atuação mais ampla.

Essa diferença de proporção revela ainda o tipo de institucionalização de cada uma desses projetos. Como visto, o CODAR não possuía vínculo com a Igreja Católica, apesar de seu idealizador ser um religioso, enquanto o MEB

estava ligado a instituição religiosa. Por outro lado, frei Bernardino possuía uma preocupação maior com a catequese, o que se fazia menos presente entre os membros do MEB. Inclusive, é interessante mencionar que, apesar do CODAR não ser essencialmente voltado a educação formal/escolar, ainda a consideramos uma iniciativa de educação popular porque possuía um caráter de formação e porque esse caráter levou, por exemplo, ao aperfeiçoamento de professores em temas da educação formal para que pudessem ensinar melhor aos alunos. Tudo isso motivado principalmente pela necessidade de melhorias catequéticas. Ou seja, mesmo que não fosse o objetivo principal, os ensinamentos do CODAR perpassavam por conteúdos do conhecimento escolar, impactando, mesmo que indiretamente, a educação básica recebida pelas crianças ensinadas pelas professoras treinadas pelo Conselho.

Por outro lado, as semelhanças existentes entre os projetos nos levam a acreditar que estavam em diálogo com um conjunto de ideias e ações circulantes na época. Apesar dos diferentes sentidos de formação que cada iniciativa pregava, as duas impulsionavam o desenvolvimento de um pensamento crítico e de uma conscientização dos problemas do mundo. Isso era ainda potencializado através do respeito que tanto o MEB quanto o CODAR possuíam pelos conhecimentos prévios e pela realidade de seu público-alvo, permitindo a preparação de ensinamentos mais condizentes com a realidade das populações rurais e ao mesmo tempo levando as reflexões sobre o mundo social para o próprio cenário em que eles viviam, permitindo relacionar questões estruturais com a realidade mais próxima e palpável a eles.

A emancipação dos povos também preocupava os membros das duas iniciativas, que pretendiam formar cidadãos autônomos, conhecedores e reivindicadores de seus próprios direitos. A fala de Frei Bernardino, em

entrevista concedida a Batistina Maria de Sousa (2021, p.292), no ano de 1996 exemplifica bem essa preocupação:

No início lá na roça eles não tinham coragem de chegar na Prefeitura. Então eu ia com eles mas dizia: “Que absurdo! Vocês querem uma estrada, ora, a estrada não é para mim, a estrada é para vocês! (...) Mas, mesmo assim eles não tinham coragem e eu ia com eles. Até que, em certo momento, e isto foi uma glória para mim, tocaram a campainha e os caboclos da roça disseram: “Frei, nós fomos à Prefeitura e ela vai abrir a estrada”.

Outra semelhança diz respeito a participação do laicato nas iniciativas que, como comentado, no caso do MEB era algo essencial. Já em relação ao CODAR, os líderes rurais é que exerciam esse papel, tanto na interlocução entre a equipe do projeto com as comunidades, quanto como difusores de ensinamentos e até mesmo realizadores de cultos religiosos na condição de leigos.

Por fim, é importante pontuar que em ambos os trabalhos há influência e diálogo com o Método Paulo Freire, que, como comentamos, pode ser aplicado em diferentes projetos mesmo com finalidades distintas. Da mesma maneira, tanto o CODAR quanto o MEB ganharam notoriedade significativa, guardada as devidas proporções. Por outro lado, as distinções entre as duas iniciativas é que definiram os fins que tiveram após o golpe civil-militar de 1964. Atuando em um ambiente repressivo, sem o apoio da Igreja, o CODAR teve menores possibilidades de continuar suas atividades. Já o MEB, apesar da limitação de sua atuação, continuou existindo. De toda forma, integrantes dos dois projetos sofreram com as perseguições do regime militar. Frei Bernardino, principalmente a partir de 1968, passou a ser constantemente vigiado e perseguido (SOUZA;VEIGA; AZEVEDO, 2024).

FONTES

Centro de Memória Profª Batistina Corgozinho (CEMUD)

...E “A SEMENTE foi lançada”: FAFI e Letras de Divinópolis. **A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 01 de novembro de 1964.

ENCONTRO de líderes rurais em Divinópolis. **A Semana**, Divinópolis, MG, p. 4, 21 de janeiro de 1968.

F.D. Encerrou-se o Curso de Parteiras. **A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 6 de agosto de 1967.

3º ENCONTRO de líderes rurais. **A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 16 de julho de 1967.

Outros

LEERS, Bernardino. Frei Bernardino. Jornal Agora, 1992. Reproduzida no livro: PEREIRA, Leonardo Lucas; LUNKES, Sheila Almeida Nery; FERREIRA, Mauro Eustáquio (Orgs.). **Franciscanos na terra do divino**: presença, palavras e ações. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2021. p.288-289.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

CORGOZINHO, Batistina Maria de Sousa. Nas Linhas da Modernidade: continuidade e ruptura. Tese de Doutorado – UFMG. Divinópolis, 2003.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **Brasil Republicano – O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Livro 4. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Mauro Eustáquio. Divinópolis, muitas histórias desde as suas origens. In: PEREIRA, Leonardo Lucas; LUNKES, Sheila Almeida Nery; FERREIRA, Mauro Eustáquio (Orgs.). **Franciscanos na terra do divino**: presença, palavras e ações. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2021. p. 23-32.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. **Locus: revista e história**. Juiz de Fora, v. 24, n.2, p. 251-275, 2018.

GOMES, Paulo Cesar. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem**. Record: Rio de Janeiro, São Paulo, 2014.

LEERS OFM, Bernardino. **Catolicismo popular e o mundo rural: um ensaio pastoral**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1977.

LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo de libertação. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs). **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LÖWY, Michael. **O que é cristianismo da libertação: religião e política na América Latina**. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MEDEIROS, Wellington da Silva. O Movimento de Educação de Base e o Golpe Civil-Militar de 1964: a experiência dos Sindicatos rurais em Alagoas. In: SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. **Igreja subversiva? Agentes e movimentos católicos na ditadura militar, golpe luta de classes no Brasil**. Ebook. Maceió: Edufal, 2024. p.209-255.

MELO, Amarildo José de; PINTO, Nilo Caetano; FERREIRA, Pedro Gondim. O Conselho Divinopolitano de Assistência Rural (CODAR). Texto organizado por Erivelta Duarte. In: CORGOZINHO, Batistina Maria de Sousa; PEREIRA, Leonardo Lucas. **Escritos Bernardinianos**. Belo Horizonte: O Lutador, 2011. p.224-232.

MELO, Raquel Silveira Martins de. **Por um projeto de EJA para Divinópolis/MG: memórias de professores e formação em esferas (também) políticas**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. Instituto De Ciências Humanas E Sociais. Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana (MG). 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Ebook. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PEREIRA, Leonardo Lucas. Introdução. In: PEREIRA, Leonardo Lucas; LUNKES, Sheila Almeida Nery; FERREIRA, Mauro Eustáquio (Orgs.). **Franciscanos na terra do divino: presença, palavras e ações**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2021. p. 13-20.

SOUSA, Batistina Maria de. Frei Bernardino além de tudo um grande educador! Presença Seráfica, 1998. In: PEREIRA, Leonardo Lucas; LUNKES, Sheila Almeida Nery; FERREIRA, Mauro Eustáquio (Orgs.). **Franciscanos na terra do divino: presença, palavras e ações**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2021. p.292-293.

SOUZA, Denise Souza; VEIGA, Larissa Virgínia ; AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de . Trajetória franciscana em Divinópolis (MG) entre 1924 e 1985: um olhar através do jornal A Semana. In: Reinaldo da Silva Júnior. (Org.). **Os caminhos da perfeita alegria no Centro-Oeste Mineiro:** reflexões sobre o centenário da presença franciscana em Divinópolis. 1ed.Divinópolis: Universidade do Estado de Minas Gerais, 2024, p. 31-63

SOUZA, Renato João de. Repercussões do golpe Civil Militar de 1964 em Divinópolis. In: Leandro Pena. PIRES, João Ricardo Ferreira. CORGOZINHO, Batistina de Sousa. (Orgs). **Divinópolis:** história e memória – vol. 2: Política e Sociedade. Belo Horizonte: Crisálida, 2015, p. 115-316.

VEIGA, Larissa Virginia. **Ditadura Civil Militar em Divinópolis, Minas Gerais:** memórias, trajetórias e resistências. Dissertação. Universidade de São João del-Rei (UFSJ). São João del Rei, Minas Gerais, 2022.

Revista Cine Libre: a sétima arte e os caminhos para a redemocratização na Argentina (1980)

Guilherme Cardoso Caldeira

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

guilhermecaldeira000@gmail.com

Resumo: *Cine Libre* foi uma revista publicada na Argentina entre 1982 e 1984. Criada e editada por Mario Sábato, renomado diretor argentino, a revista propunha discutir a conjuntura que o cinema nacional ocupava em uma sociedade argentina permeada pela ditadura militar de 1976 e pelo período de transição democrática após 1983. Contava em seu corpo editorial com diversos diretores importantes para o cinema argentino, como Raúl de la Torre, Alejandro Doria, Alberto Fisherman, René Mugica, Sergio Renán e Ricardo Wulicher. Buscaremos, neste trabalho, por meio da análise dos editoriais e das seções do periódico, apresentar os caminhos que a Revista *Cine Libre* trilhou ao abordar temáticas como o estabelecimento da censura nos meios de comunicação e nas artes, o incentivo à produção local, a escassez de circulação e a produção e distribuição de obras cinematográficas de países vizinhos na própria América Latina. Analisaremos como a revista pensava o projeto de organização de um novo cinema, abordando temas como liberdade e financiamento, e também a confecção de um novo projeto estético para o cinema argentino, isto é, a sua forma. Diante disso, refletiremos sobre sua proximidade e ligação com o movimento *Nuevo Cine Latinoamericano*, movimento que constitui a maturidade ideológica e estética da atividade cinematográfica latino-americana e que assume um importante papel político e social, assim como a revista se propunha fazer. Segundo Horacio Tarcus (2020),

o uso de revistas como fonte e objeto de pesquisa tem mérito em fornecer grande potencialidade para analisar contextos complexos. Assim, o uso do “*giro material*” oferece um rico acesso aos programas e agendas das revistas, pois, ao dar mais atenção aos índices, à materialidade e a “*sintaxe da revista*”, abrem-se novos caminhos para a pesquisa.

Palavras-chave: Cinema argentino, História intelectual, Transição democrática, Censura.

Introdução

“Nuestro cine, nuestra cultura nos necesitan. Reclaman nuestro testimonio. Un testimonio que vamos a dar sin pedir permiso. Para eso estamos aquí”. Foi com esse compromisso que Mário Sábato, diretor de cinema, finalizou o primeiro editorial da Revista *Cine Libre*. Publicada entre 1982 e 1984, a revista surgiu em um contexto de censura e autoritarismo durante os últimos anos da ditadura militar na Argentina (1976-1983), estendendo-se até o início do processo de redemocratização. Nesse cenário, ela se destacou como um espaço dinâmico de debates e difusão de ideias sobre o cinema argentino, assumindo uma postura combativa em defesa da liberdade de expressão, dos direitos humanos e da transição democrática.

Com base nos conceitos do historiador Horacio Tarcus (2020, p. 9), as revistas desempenham um papel fundamental como atores coletivos na construção das tramas culturais e intelectuais da América Latina. Nesse sentido, para compreender a atuação e a trajetória de uma revista, o autor ressalta que

"a orientación de una revista se anuncia, desde luego, por medio de cada editorial"
(TARCUS, 2020, p. 70).

Portanto, buscaremos neste trabalho analisar os editoriais e a materialidade desse coletivo revisterial, com o objetivo de demonstrar seu caráter de resistência cultural em um período de profundas transformações culturais, sociais e políticas.

Editoriais

Cine Libre foi uma revista cultural argentina publicada entre 1982 e 1984. Durante seu período de atividade, foram lançados sete volumes e dois dossiês, com uma média de 60 a 70 páginas por edição. Criada e editada pelo cineasta Mario Sábato, a revista surgiu em um contexto de repressão e autoritarismo, tanto na sociedade quanto no cinema.

Com o golpe de 24 de março, que derrubou a presidenta Isabelita Perón, uma Junta Militar assumiu o poder e instaurou um regime baseado na desindustrialização, no endividamento externo, na autolegitimação e na concentração do poder nas mãos dos militares (NOVARO; PALERMO, 2007). Iniciava-se, então, em 1976 a última — e considerada a pior — ditadura argentina.

Nessa linha de raciocínio, um dos principais aspectos da ditadura argentina foi o aparato censório sistematicamente organizado para controlar os meios de comunicação e as artes. Ana Marília Carneiro (2019, p. 132), em sua tese de doutorado, afirma que esse fenômeno já existia desde as décadas de 1930 e 1940, período em que há registros de proibição da exibição de filmes, especialmente por influência de entidades religiosas cristãs. No entanto, foi com a criação do *Ente de Calificación Cinematográfica*, por meio da Lei 18.019, em

1968, que surgiu a possibilidade de vetar completamente a exibição de um filme²¹.

Essa instituição, sob o comando do crítico de cinema Miguel Paulino Tato, um fanático religioso, assumiu, após o golpe militar de 1976, a tarefa de impor um controle intenso e rígido sobre as produções cinematográficas. O objetivo era restaurar valores considerados fundamentais para a sociedade, como ordem, trabalho, hierarquia e responsabilidade, sob perspectiva da moral cristã²². Diante disso, o grau de censura e violência tornou-se mais presente do que nunca. Carneiro acrescenta que:

No projeto de reforma da sociedade argentina, o controle, a repressão e a censura assumiam um lugar de destaque, um dos pilares, como ressalta Hernán Invernizzi, necessário para o cumprimento integral do terrorismo de Estado como estratégia de controle e disciplinamento da sociedade argentina entre o período de 1976 e 1983 (CARNEIRO, 2019, p. 174).

Diante disso, o editorial da primeira edição da *Cine Libre*, intitulado *Algo que nos pertence*, publicado em outubro de 1982 e escrito pelo diretor da revista, Mario Sábato, explica a escolha do nome da publicação (CINE LIBRE, 1982, vol. 1, p. 2). Segundo ele, *Cine Libre* remete a um cinema adolescente que não teve a oportunidade de amadurecer e desapareceu sem grande reconhecimento. O editorial ressalta que o contexto cultural da época, marcado pela censura e pela

²¹ O decreto-lei nº 18.019/68 instituiu a Lei de Censura, criando o *Ente de Calificación Cinematográfica*, responsável pelo controle e classificação de filmes. No mesmo ano, a lei nº 17.141/68 estabeleceu o Instituto Nacional de Cinematografía, órgão encarregado de fomentar a produção cinematográfica em todo o país (CARNEIRO, 2019, p. 170).

²² O *Ente de Calificación Cinematográfica* foi um dos principais órgãos responsáveis pela censura durante a ditadura militar, mas não atuou sozinho. Outros organismos também desempenharam um papel fundamental nesse controle, como a *Dirección General de Inteligencia* (DIPBA), o *Servicio de Inteligencia del Estado* (SIDE) e o *Comité Nacional de Radiodifusión* (COMFER). Além disso, órgãos da administração provincial e municipal, bem como associações católicas leigas, exerceram influência ativa nesse processo (CARNEIRO, 2019, p. 169).

repressão ditatorial, impossibilitava a existência de uma indústria cinematográfica nacional livre e próspera. Mario Sábato alerta:

En este país que padecemos es necesario formar una unidad fraternal para comenzar a hacer ese cine, ejercer esa libertad, plantear esa discusión. Y combatir los enemigos de siempre: el pensamiento totalitario, los tutores morales de la población, los intereses económicos más bastardos, los gobiernos que atentan contra la libertad de expresión (CINE LIBRE, 1982, vol. 1, p. 2).

As historiadoras Alexandra Pita Pita González e María del Carmen Grillo (2015, p. 6-7) elaboraram um artigo com o objetivo de propor uma abordagem analítica para o estudo de revistas. Nesse texto, as autoras destacam que, para uma análise aprofundada dessas publicações, é essencial considerar conjuntamente suas dimensões materiais e imateriais. Da mesma forma, Horacio Tarcus (2020, p. 70-78), ao apresentar o conceito de *“giro material”*, enfatiza a importância de uma interpretação que vá além do conteúdo da revista, abrangendo também sua materialidade.

Os editoriais costumam ser a porta de entrada das revistas, pois, por meio deles, é possível identificar sua linha programática e inferir seus objetivos, ideologias e corpo humano (conselho editorial). Pita e Grillo acrescentam que:

[...] es indispensable detectar el manifiesto o programa inicial del primer número, aquel en el que se presentan cuáles son sus objetivos, qué se proponen sus editores. De manera menos formal todas aquellas representaciones utilizadas en estos textos es material valioso para conocer la personalidad de la revista, para asociarla a otras revistas del período, para vincularla en parentescos o linajes con antecedentes o continuaciones. Allí se encuentra la expresión del ADN de la revista que puede cotejarse con sus realizaciones concretas. Muchas veces, en el manifiesto está también el germen de las disensiones posteriores (PITA; GRILLO, 2015, p. 13-14).

No editorial da segunda edição, intitulado *La utopía posible* e publicado em 1982, essa ideia é reforçada. Mario Sábato constrói uma visão otimista diante da calamidade vivida, argumentando que é sobre os destroços dos maus tempos que, com um esforço coletivo e generoso, será possível edificar um futuro promissor. Dessa forma, ele afirma que os “homens de cultura” devem romper com a dependência econômica, política e cultural externa para buscar novas bases para uma identidade nacional e cultural. Para ele, é necessário criar uma nova e gloriosa nação (CINE LIBRE, 1982, vol. 2, p. 2-3).

Octavio Getino (1998), cineasta e estudioso do cinema argentino, destaca que a interferência externa, especialmente a norte-americana, esteve presente desde a década de 1950 e continuou durante a ditadura de 1976. Getino corrobora a visão de Sábato ao afirmar que:

Sin embargo, cabe destacar que los grandes beneficiados con esta situación continuaron siendo las productoras y distribuidoras extranjeras, particularmente norteamericanas, que incrementaron su poder sobre el mercado argentino en dichos años (GETINO, 1998, p. 38).

Esse movimento de resistência proposto pela revista tornou-se cada vez mais forte no início da década de 1980. Diversas manifestações das principais organizações sindicais de trabalhadores, diretores e atores da indústria cinematográfica argentina começaram a se mobilizar e a atuar de forma mais direta e combativa.

No terceiro editorial, Mario Sábato escreve seu texto mais explícito e provocativo. Publicado em 1983 e intitulado *El despertar de la pesadilla*, o cineasta argumenta que a decadência do cinema nacional é a razão pela qual

ele e o conselho editorial decidiram criar a revista²³. Indo além, Sábato fala sobre um despertar da consciência dos argentinos diante da censura e da opressão do sistema ditatorial — recorrendo a uma analogia na qual, finalmente, os argentinos viveriam acima dos animais. Trata-se de um editorial de denúncia, que marca um ponto crucial: a deterioração do cinema argentino gerou uma resposta significativa e um despertar ético-político na sociedade (CINE LIBRE, 1983, vol. 3-4, p. 2-3).

Beatriz Sarlo (1992, p. 11-12) nos lembra que as revistas não se limitam a um discurso teórico-crítico; elas vão além. São *bancos de prueba*, pois sua existência no presente se sobrepõe à sua materialidade. Além disso, são objetos de intervenção na conjuntura e se posicionam para transformá-la. É exatamente esse papel que Sábato evoca nos primeiros editoriais da *Cine Libre*: não se trata apenas de uma revista de cinema que analisa filmes, mas de um agente de intervenção na sociedade.

A partir da publicação do quinto volume da revista, o panorama muda, e o editorial reflete essa transformação de paradigma. Publicado em 1983 e intitulado *Las contradicciones y la esperanza*, esse texto marca um ponto de ruptura na sociedade argentina: inicia-se o processo de redemocratização. Sábato expressa aos leitores sua felicidade diante da iminente retirada dos militares do poder, mas também levanta questões profundas: o que será da política e do país a partir de agora? O cineasta argumenta que é essencial construir uma cultura do desconforto, que questione os pensamentos autoritários internalizados por cada indivíduo e reflita sobre tudo o que permitiu a imposição e a permanência do regime ditatorial. Somente por esse caminho

²³ A revista contava com um extenso e renomado conselho editorial, reunindo grandes nomes do cinema argentino e do mercado editorial. Entre os conselheiros, redatores e colaboradores, destacam-se os cineastas Raúl de Torres, Alejandro Doria, Alberto Fisherman, René Mugica, Sergio Renán, Ricardo Wulicher, Fernando Birri e Bebe Kamin, além do escritor Alan Pauls e do crítico literário Jorge Lafforgue.

será possível construir uma sociedade verdadeiramente livre e democrática (CINE LIBRE, 1983, vol. 5, p. 2).

Essa narrativa continua nos dois últimos editoriais da revista. Temas como o retorno dos exilados e a reconstrução da indústria cinematográfica ganham destaque e fomentam discussões. O último editorial, publicado em 1984 e intitulado *El cine y la democracia: El compromiso con la esperanza*, surge sob a luz da democracia e da liberdade de expressão. O diretor reitera o compromisso de cada cidadão nessa nova etapa: garantir a existência de um cinema nacional livre, pois ele desempenha um papel fundamental na construção e no fortalecimento da democracia. Embora seja necessário tempo para cicatrizar as feridas deixadas pela ditadura, há uma nova esperança para o cinema livre. Mario Sábato encerra afirmando: "*El cine libre hoy es posible.*" (CINE LIBRE, 1984, vol. 7, p. 2).

Considerações Finais

O fim da revista *Cine Libre* ocorreu em 1984, após três anos de publicação. No entanto, é fundamental destacar que, em dezembro de 1983, a ditadura militar instaurada em 1976 chegou oficialmente ao fim com a eleição democrática do presidente Raúl Alfonsín. Esse momento marcou o início de uma nova fase de profundas transformações na indústria cinematográfica.

Nesse contexto, os editoriais da revista representam testemunhos vivos das mudanças sociais, culturais e políticas vivenciadas pela Argentina nos últimos anos da ditadura e no processo de redemocratização. Seu principal objetivo — combater a censura e o autoritarismo e dar voz a um cinema livre — foi alcançado.

Referências Bibliográficas

CARNEIRO, Ana Marília. **Cinema e censura nas ditaduras militares brasileira e argentina**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

CINE LIBRE, vol. 1, 1982

CINE LIBRE, vol. 2, 1982

CINE LIBRE, vol. 3-4, 1983

CINE LIBRE, vol. 5, 1983

CINE LIBRE, vol. 6, 1983

CINE LIBRE, vol. 7, 1984

GETINO, Octavio, **Cine argentino, entre lo posible y lo deseable**. Ediciones Ciccus. Buenos Aires, 1998.

GRILLO, María del Carmen, PITA GONZÁLEZ, Alexandra. **Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales**. Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales, vol. 5, n. 01, 2015.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

NÚÑEZ, Fabián Rodrigo Magioli. **O que é Nuevo Cine Latinoamericano? O Cinema Moderno na América Latina segundo as revistas cinematográficas especializadas latino-americanas**. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

SARLO, Beatriz. **Intelectuales y revistas: razones de una práctica**. América: Cahiers du CRICALL, nº 9-10, 1992. Le discours culturel dans les revues latino-américaines, 1940-1970. pp. 9-16.

TARCUS, Horácio. **Las revistas culturales latinoamericanas: giro material, tramas intelectuales y redes revisteriles**. Temperley, Tren en Movimiento, 2020.

ST11 - Gênero, poder e discurso: da Antiguidade ao Renascimento

As “mulheres religiosas” e as controvérsias da penitência na Crônica de Salimbene (séc. XIII)

Gilberto de Carvalho Tubaldini Vilela

Graduando em História - Universidade Federal de Minas Gerais

gilbertotubaldini08@gmail.com

RESUMO: Salimbene de Adam foi um cronista italiano nascido em Parma em 1221, que ingressou na Ordem dos Frades Menores em 1238. Diferente de outros textos cronísticos medievais, a “Crônica” de Salimbene não segue um modelo cronológico rigoroso, combinando relatos do cotidiano do autor com suas impressões sobre pessoas, situações e a vida comum, intercaladas com citações de textos bíblicos. A *Crônica* tem atraído especial atenção nos últimos anos, como demonstram os estudos de Anna Milne (2010) e André L. Pereira Miatello (2011), que destacam o processo de produção do texto historiográfico. No entanto, esses estudos não analisam a presença feminina na crônica, especialmente no que diz respeito à atuação das “mulheres religiosas” no século XIII. Essa lacuna abre espaço para explorar os papéis sociais e trajetórias de “mulheres religiosas” nessas comunidades urbanas. Diante disso, este trabalho teve como objetivo compreender a participação das chamadas “mulheres religiosas” (eremitas, ascetas e penitentes) nas cidades da península italiana no século XIII, por meio da análise da Crônica de Salimbene de Parma. Além disso, buscou-se entender o que os tradutores Joseph L. Baird, Giuseppe Baglivi e John Robert Kane (1986) descreveram como “antifeminismo” na crônica, bem como as possíveis motivações de Salimbene na forma como retratou essas “mulheres religiosas”. Foram analisados os trechos que os tradutores interpretaram como “antifeminismo”, localizados nas páginas 17, 42-43, 60, 118-119, 160-161, 259, 265-266, 386-387 e 443 da obra *The Chronicle of Salimbene de Adam*, e na página 29 da obra *Cronica*, editada por Ferdinando Bernini. Comparou-se a tradução com edições críticas de Scalia (1966) e Holder-Egger (1906) para uma compreensão histórica mais precisa, evitando anacronismos. Os resultados das análises demonstraram que Salimbene não era “antifeminista”; sua atitude em relação às mulheres nos trechos investigados não se deve ao fato de serem mulheres, mas sim por serem “mulheres religiosas” que competiam por espaço político com os franciscanos. Concluiu-se que Salimbene não deve ser

interpretado sob uma perspectiva anacrônica como "antifeminista", como sugerido pelos tradutores Baird, Baglivi e Kane. A crítica que ele faz às "mulheres religiosas" em seu texto, especialmente no caso das eremitas autônomas italianas, refere-se a um processo de deslegitimação dessas eremitas que competiam por espaço com os frades franciscanos, ordem à qual Salimbene pertencia.

Palavras-chaves: História Medieval; Mulheres Religiosas; Política Medieval; Salimbene de Adam; Religião.

Introdução

O presente trabalho teve como objetivo compreender a participação das chamadas "mulheres religiosas" (eremitas, ascetas e penitentes) nas cidades da península italiana do século XIII, por meio da análise da *Crônica* de Salimbene de Parma. Além disso, buscou-se entender o que os tradutores Joseph L. Baird, Giuseppe Baglivi e John Robert Kane (1986) propuseram como "antifeminismo" na crônica, e as possíveis motivações de Salimbene na forma de retratar essas mulheres religiosas. A análise levou em conta os trechos que os tradutores interpretaram como "antifeminismo", localizados nas páginas 17, 42-43, 60, 118-19, 160-61, 259, 265-66, 386-87, e 443 da obra *The Chronicle of Salimbene de Adam*, com um acréscimo da página 29 da obra *Cronica*, editada por Ferdinando Bernini.

Este estudo faz parte do projeto acadêmico de Iniciação Científica "Das assembleias religiosas à esfera pública: cidades mediterrâneas entre os séculos XIII-XV" (PRPq-UFMG) e ao Projeto "Uma História Conectada dos Movimentos Místicos na Idade Média" (PQ-CNPq), sob coordenação do professor André Miatello (UFMG). Para este trabalho, adotou-se a tradução da crônica de Salimbene proposta por Baird (1986), baseada nas edições críticas de Scalia (2007) e Holder-Egger (1905). O objetivo principal desta apresentação é examinar detalhadamente a crônica de Salimbene de Adam, explorando

particularmente sua descrição e avaliação dos movimentos religiosos de massa nas cidades mediterrâneas mencionadas na crônica, com especial atenção à contribuição feminina nesses movimentos. É importante ressaltar que, como um projeto de Iniciação Científica, e pela limitação das páginas referentes ao trechos entendidos como “antifeminism” pelos tradutores, tal trabalho busca apenas fazer considerações primárias acerca da temática.

A *Crônica* de Salimbene tem recebido atenção especial recentemente, conforme evidenciam os trabalhos de Anna Milne (2010) e André L. Pereira Miatello (2011), que destacam o processo de produção do texto historiográfico. No entanto, esses estudos não apresentam uma análise da presença feminina na crônica, especialmente no que diz respeito à atuação das mulheres religiosas do século XIII. Essa lacuna na pesquisa oferece uma oportunidade valiosa para aprofundar nosso entendimento sobre os papéis sociais nas comunidades urbanas e as trajetórias das mulheres religiosas nesse contexto.

Diante disso, primeiramente será feita uma apresentação de Salimbene e sua crônica, para depois escrevermos sobre o que se está considerando como religião e política. Após isso, analisaremos alguns trechos da *Crônica* em que os tradutores entenderam como “antifeminismo”, analisando o contexto do período, para, ao final, apresentar as conclusões.

Salimbene de Parma e a *Crônica*

Salimbene de Adam nasceu em Parma, no ano de 1221, tendo ingressado na Ordem dos Frades Menores em 1238. O frade Salimbene demonstrou grande criatividade no uso de recursos historiográficos em sua crônica. Diferente de outros textos cronísticos, a crônica “salimbeniana” não segue rigorosamente um modelo cronológico, misturando passagens do cotidiano do autor com suas impressões sobre pessoas, situações e a vida comum, intercaladas com citações

das Escrituras, com o autor usando muito a frase de que "viu com seus próprios olhos". Para Salimbene, essas citações fornecem pistas para a interpretação dos fatos e acontecimentos registrados. Não importa tanto se os eventos e histórias que Salimbene contou aconteceram de fato ou não, mas sim que as pessoas da época realmente acreditaram que elas ocorreram. Como uma figura complexa, Salimbene oferece reflexões valiosas para nós, historiadores, sobre sua maneira de escrever e suas motivações, o que torna a análise da presença feminina em sua obra uma questão a ser compreendida a partir do contexto e das percepções do próprio autor.

Salimbene também era um autor que tinha um profundo interesse nos rumos dos movimentos penitenciais que ultrapassavam o controle de sua Ordem, o que será retomado posteriormente. Adepto do milenarismo joaquimita, ele interpreta o mundo por lentes apocalípticas. O Joaquinismo estaria relacionado com a crença nas ideias de Joaquim de Fiore, as quais relacionam-se com a urgência de chegada dos últimos tempos e uma transformação da sociedade cristã (MIATELLO, 2022).

Sua *Crônica* sobreviveu até nossos dias no formato de um único manuscrito: o *Códice 7260 do Vaticano latino*. Seus primeiros fólios foram perdidos, e com eles os procedimentos narrativos e objetivos que ficam na parte do "prólogo" (MIATELLO, 2011). O texto abarca o período de 1168-1287, tendo provavelmente sido escrito entre 1283-1288. Sua obra foi composta para sua sobrinha Agnes (Inês), membra da Ordem de Santa Clara em Parma. Uma obra que apresenta características de Genealogia como de uma História Universal, mas que, com poucas referências de contemporâneos a ela (MILNE, 2010), possivelmente não foi muito lida em sua época.

Marino Zabbia (2018) nos lembra que as crônicas da segunda metade do século XIII apresentam especificidades, sendo uma delas a concepção de que horizonte da história está centrado na cidade e vai até onde chega o interesse político da própria cidade, ou seja, a exclusividade é reservada à história contemporânea.

Finalizando esse tópico, cabe lembrar que os tradutores colocaram na *Table of Special Topics* o conceito de “antifeminism”, o que traduzido seria uma espécie de “Índice Onomástico”. Ademais, tal *Table of Special Topics* não existe nas outras edições críticas, e muito menos com a palavra “antifeminism”, sendo uma situação exclusiva desta tradução.

Política e Religião

Para entender a análise que será feita dos trechos, faz-se necessário especificar o que está se entendendo como religião e política nesse contexto.

Com relação ao conceito de religião, Hannah Arendt (2016) fornece pistas para se entender a “religião” como tradição, enfatizando a etimologia do termo *re-ligare*, que significa estar ligado ao passado. Ser religioso, nesse contexto, implica uma conexão com as origens e fundações históricas. A transmissão e a tradição são elementos essenciais que estabelecem a religião como uma relação entre as pessoas e a comunidade. A autora também aborda a autoridade, relacionada à fundação, hereditariedade e tradição, destacando a importância dos exemplos do passado na construção da autoridade religiosa. Além disso, trata-se de uma “religião cívica”, em que a religião é definida por questões relacionadas à cidade, ou uma comunidade política. Ao final, busca-se propiciar o bem-estar, sucesso e a vitória. Nesse sentido, deve-se entender religião como algo que acontece na prática, na cidade, de tal modo que a tradição atualiza o passado, e torna o passado presente.

Quanto ao conceito de “política” nesse período, Ribeiro (2018) apresenta um bom caminho de interpretação na medida em que considera 2 conceitos como fundamentais para se entender a “política” na Baixa Idade Média: bem comum e a comunidade. Nesse sentido, o corpo social se torna político, virando uma comunidade, e a *comunnitas* é política porque sua finalidade, o *bonum commune*, também possui uma natureza política (RIBEIRO, 2018). A política, para essa sociedade, é essencialmente a cidade, o que corrobora o argumento de Patrick Gilli (2011) que as ideias políticas da cidade relacionam-se com valores cívicos de liberdade, paz e bem comum.

Analisando-se a atuação das Ordens mendicantes, elas são essencialmente Ordens pregadoras. Diante disso, a cidade é o local em que a atuação dos pregadores é essencial, em decorrência da alta concentração humana e, conseqüentemente, de pecados (MIATELLO, 2011). Tais pregadores utilizam de crônicas e histórias, mas principalmente de sermões, para reafirmar o lugar central da comunidade e da palavra pública (MIATELLO, 2018). Como veremos a seguir, a disputa política pelo espaço público e pelo discurso é algo recorrente na Itália do século XIII.

Análise das passagens “antifeministas” e o contexto do período

Antes de analisarmos as passagens consideradas “antifeministas” pelos tradutores da *Crônica*, faz-se necessário contextualizar o tempo, espaço e local que estamos analisando.

De acordo com Miatello, a Itália centro-setentrional, desde o início do século XIII, viveu uma espécie de “despertar eremítico feminino” (MIATELLO, 2023, p. 2). Essas “mulheres religiosas” (eremitas, ascetas e penitentes) influenciam completamente o mundo das cidades. Diversas mulheres emparedadas faziam milagres, curavam e exorcizavam (MIATELLO, 2023).

Tratava-se de um movimento que influenciava a comunidade, e principalmente a “camada popular”.

Passando agora para a primeira análise de trecho da *Crônica*, apesar da seguinte passagem não estar enquadrada na tradução em inglês, e consequentemente fora da ideia de “antifeminismo” dos tradutores, tal trecho é importante para prosseguir na argumentação sobre a atuação dessas “mulheres religiosas” e suas relações com Salimbene de Parma:

Os leigos rudes, que carecem de discernimento, deixam em testamento a mesma quantia para uma única **mulherzinha vivendo em um eremitério** quanto para um convento com trinta sacerdotes, que celebram missas quase diariamente em favor dos vivos e dos mortos (SALIMBENE DE ADAM, 1942, p. 29) [Grifo e tradução meus].

No trecho, é nítido a postura agressiva de Salimbene na crítica à eremita ao chamá-la de “mulherzinha”. Mas a crítica tem fundamento em seu contexto. Os franciscanos, em meio a essa onda de emparedadas, penitentes e ascetas, estão perdendo espaço político e apoio da comunidade religiosa leiga. O eremitismo urbano, exercido por mulheres, apesar de criticado institucionalmente por ser considerado um exagero, hipocrisia ou heresia, era um sucesso no processo de angariar leigos e as camadas populares para o movimento de penitência.

Além disso, no trecho há a menção que os leigos ofereciam dinheiro para as eremitas. Porém, para os leigos, era benéfico oferecer dinheiro para elas, porque recebiam, em troca, testemunhos, conselhos e curas. O “eremitismo urbano” sempre estava cercado por mulheres, ocorrendo conversas, palestras e até mesmo ensino (MIATELLO, 2023). Essas “mulheres religiosas”, segundo Dalarun (apud MIATELLO, 2023), explicitam e demonstram o que provavelmente

muitos dos que conviveram com elas sentiram, existindo muitos devotos, apoiadores e admiradores dessas mulheres.

É nesse contexto que devemos entender o conceito Weberiano de “autoridade carismática”. Segundo Maurizio Bach (2011), Weber apresenta a ideia de uma “liderança carismática” que pode dar à história um novo rumo, que se contrapõe à “autoridade tradicional” e à “legal”. Ora, o movimento das flagelantes a partir de 1260 é um claro sinal disso. Essas “mulheres religiosas”, imbuídas de um imenso poder carismático, provocam rupturas repentinas com a ordem tradicional. Mulheres pregadoras, unem seu carisma e seu estudo e fazem com que leigos e leigas absorvam o conhecimento delas, ensinando modelos de ação e novos comportamentos citadinos.

Partindo para análise de outro trecho, Salimbene, ao contar uma história que a mãe de Frederico II teria engravidado dele com um açougueiro, e que ela escondeu perfeitamente o bebê, fazendo parecer que ela teria dado a luz a ele, o franciscano escreve a seguinte citação: “Primeiro, trapaças desse tipo são comuns entre mulheres, **como eu mesmo descobri frequentemente**” (SALIMBENE DE ADAM, 1986, p. 17) [Grifo e tradução meus].

Diante do exposto, fica claro que Salimbene, em meio a um contexto conturbado do aumento da representatividade e expressão do movimento de flagelações públicas, estava incomodado com a atuação das mulheres, mas não porque são mulheres, mas porque são eremitas. Vivenciando esse contexto de mulheres penitentes e flagelantes em grande escala, há, de forma implícita no trecho, seu incômodo com a atuação dessas “mulheres religiosas”.

Após isso, o franciscano prossegue em suas provocações:

Deve-se notar que existem cinco tipos de pessoas cujo governo é extremamente cruel e maligno. Os primeiros são as mulheres, das quais fala Eclesiástico 25 [.30]: “A mulher, se tiver

superioridade, é contrária ao marido, " e ainda: "Da mulher veio o princípio do pecado, e por ela todos morremos" [Eclesiástico 25.33](...). No entanto, sempre que pode, a **mulher assume o controle** de bom grado (SALIMBENE DE ADAM, 1986, p. 42) [Grifo e tradução meus].

O que essa afirmação nos mostra é a capacidade de controle dos próprios corpos que as emparedadas estão possuindo através desse movimento penitencial, mas, para além dos próprios corpos, um mecanismo de limitação da violência e controle da sociedade à sua volta. Elas usam seus corpos como uma liderança carismática. Essas "mulheres religiosas" não rompem com a instituição, mas a penitência possibilita levar a vivência leiga da religião aos locais civis. O eremitismo, diante disso, é a expressão mais explícita e completa da penitência. É interessante notar que as emparedadas ficavam em locais-chaves nas comunidades, tornando uma presença possível e atuante (DIAS, 2015).

Quanto às outras citações consideradas "antifeministas" pelos tradutores, ou elas perpassam sobre o controle das roupas femininas pelo "legado"²⁴, ou são apenas o que Salimbene considera como "mulheres perigosas", ou seja, relacionadas ao pecado original ou à capacidade de sedução delas²⁵. Quanto a esse último ponto, pode-se presumir que Salimbene também busca deslegitimar essas mulheres, as taxando de perigosas e sedutoras, para que elas perdessem o espaço que está sendo disputado com sua Ordem. Porém, tais trechos não detalham se são ou não "mulheres religiosas", cabendo a possibilidade de análise de outros tipos de mulheres em outro trabalho.

Considerações finais

²⁴ BAIRD, J. L., BAGLIVI, G., & KANE, J. R. (ed.) *The chronicle of Salimbene de Adam*. Medieval and Renaissance texts and studies, 1986, p. 160-161, 443.

²⁵ *Ibidem*, p. 265-66, 386-87.

Finalmente, o que ficou evidenciado é que os tradutores Joseph L. Baird, Giuseppe Baglivi e John Robert Kane, apesar de terem realizado um bom trabalho com relação à técnica de tradução em si, pecaram na análise historiográfica e cometeram um grave erro de anacronismo. Pela análise que foram realizadas dos trechos, Salimbene não é uma pessoa “antifeminista”. Sua atitude com relação a uma possível raiva às mulheres não se trata por serem mulheres propriamente em si, mas por serem mulheres que estão disputando um espaço político com os franciscanos. Ademais, como visto anteriormente, Salimbene não deve ser visto através de perspectivas anacrônicas como “antifeminista”, pois a crítica que ele faz às “mulheres religiosas” em seu texto, especialmente quanto às eremitas autônomas italianas, refere-se a um processo de deslegitimação dessas eremitas que competiam por espaço com os frades franciscanos, ordem à qual Salimbene pertencia. Seu desprezo por essas “mulheres religiosas” não se deve simplesmente ao fato de serem mulheres, mas como resultado de uma disputa política. Portanto, O principal “pecado” que Salimbene atribui a essas mulheres é o angariamento das esmolas que, em sua visão, deveriam ser destinadas ao sustento dos pregadores franciscanos, sob a justificativa de que a pregação traria maior benefício à comunidade em comparação ao isolamento eremítico. Contudo, é importante destacar que, naquele contexto histórico, o eremitismo emergia como uma prática igualmente significativa, ainda que Salimbene se mostrasse incapaz de reconhecer essa perspectiva, limitando-se a uma visão parcial que excluía a contribuição e a vivência das mulheres nesse âmbito.

O que nós podemos ter analisado com esse trabalho é a complexidade da figura de Salimbene. Irreverente e satírico, Salimbene de Parma critica todos aqueles que causam problemas para ele ou sua ordem. Até mesmo por simplesmente não concordar ou aceitar. Por fim, a categorização de Salimbene

como uma personagem “antifeminista” está completamente fora de cogitação, não apenas por se tratar de uma categoria anacrônica que não se encaixa nos tempos medievais, mas também porque tal atribuição ignora as motivações e o sentido do discurso desse integrante da Ordem dos Frades Menores. Assim, esta pesquisa oferece uma oportunidade para ampliar o entendimento sobre a vivência das mulheres nesse período, evitando projeções de percepções contemporâneas, como “antifeminismo”, a figuras históricas que devem ser compreendidas dentro de seu próprio contexto, com todas as suas complexidades, contradições e conflitos.

Referências Bibliográficas

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2016. p. 127-186.

BACH, Maurizio. Carisma e racionalismo na sociologia de Max Weber. *Sociologia & Antropologia*, v. 1, 2011.

BAIRD, J. L.; BAGLIVI, G.; KANE, J. R. (Ed.). **The chronicle of Salimbene de Adam**. Medieval and Renaissance Texts and Studies, 1986.

BERNINI, Ferdinando (Ed.). **Cronica de Salimbene de Adam**. 2 v. Bari: G. Laterza and Sons, 1942.

DIAS, Paula Barata. **“Para uma compreensão da Clausura Monástica e Emparedamento enquanto fenómenos históricos e religiosos”**. Medievalista online (Instituto de Estudos Medievais Universidade Nova de Lisboa), nº 18, 2015, p. 26.

GILLI, Patrick. **Cidades e sociedades urbanas na Itália medieval (séculos XII-XIV)**. Campinas: Unicamp; Belo Horizonte: UFMG, 2011.

HOLDER-EGGER, Oswaldus (Ed.). **Cronica Fratris Salimbene de Adam**. v. 32. *Monumenta Germaniae Historica: Scriptorum*. Bibliopolii Hahniani, 1905.

MIATELLO, André Luis Pereira. Pregação em tempos de crise ou de como a pregação ajustava-se ao sistema político comunal (século XIII). In: FAUAZ, Armando Torres (Org.). **La Edad Media en perspectiva Latinoamericana**. Heredia: Editorial Universidad Nacional de Costa Rica, 2018. v. 1, p. 109-132.

MIATELLO, André Luis Pereira. Salimbene de Parma e a escrita da história no século XIII. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, 2011. p. 1-13.

MIATELLO, André. A devoção das eremitas: carisma e corpo nas comunas italianas (séc. XIII-XIV). *Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História*, v. 30, 2023.

MIATELLO, André Luis Pereira. As culturas da caridade das beguinhas de Marselha frente aos desafios da economia mercantil da baixa Idade Média. *Revista de História (São Paulo)*, n. 181, p. a12121, 2022.

MILNE, Ana. **Sacerdos et Predicator: Franciscan ‘Experience’ and the Cronica of Salimbene de Adam**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – University of Canterbury, Christchurch, 2010.

RIBEIRO, F. A. Bem comum e comunidade: alguns fundamentos da política medieval (séculos XIII-XIV). *Saeculum*, v. 38, n. 38, p. 85-104, 2018.

SCALIA, Giuseppe (Ed.). **Salimbene de Adam da Parma Cronica**. Parma: Monte Università Parma, 2007.

ZABBIA, Marino. La cronachistica cittadina al tempo di Salimbene de Adam. In: **Salimbene de Adam e La “Cronica”. Atti del LIV Convegno storico internazionale**, Spoleto: Fondazione Centro Italiano di Studi Sull’Alto Medioevo, 2018. p. 219-233.

ST12 - História da Educação: Temas, problemas e metodologias

Eventos educativos em perspectiva comparada: Angola, Cabo Verde, Macau e Brasil no império português

Beatriz Gomes Guimarães

Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
gomesb28@gmail.com

Yasmin Grigório Silva

Graduada em História
Universidade Federal de Minas Gerais
ygrigorio@yahoo.com.br

Resumo

O trabalho aborda em perspectiva comparada os eventos educativos nas diferentes possessões ultramarinas do Império português no século XVIII e início do século XIX, principalmente no que se refere à implantação e organização do ensino escolar. A educação era um importante valor para a sociedade lusitana, pois dizia respeito à formação de um bom cristão e um bom súdito. Nesse sentido, um marco importante na história da educação no império português foram as reformas pombalinas de 1759 e 1772, pois resultaram na expulsão dos jesuítas desses territórios e na criação das aulas régias, que deveriam ser públicas e difundidas por todo império, e do subsídio literário.

Os contextos locais e as diferentes relações entre Portugal e suas possessões em outros continentes indicam situações diversas em relação à

educação de natureza escolar, vinculada direta ou indiretamente ao Estado. Considerando isto, elegemos para esta pesquisa diferentes territórios dos domínios portugueses, pensados em uma perspectiva transnacional: capitanias do Brasil, Angola, Cabo Verde e Macau. Ao analisar as diferentes modalidades de educação escolar, incluindo a educação régia pombalina, nessas localidades podemos compreender as diretrizes criadas pela Coroa para o ensino nos domínios ultramarinos e analisar os limites desses projetos aparentemente unificadores e homogêneos.

A metodologia do trabalho consiste em um levantamento bibliográfico para esclarecimento do contexto educacional em Angola, Macau, Cabo Verde e Brasil durante o século XVIII e primeiras décadas do século XIX. Além disso, conta com a análise de documentos oficiais do Arquivo Histórico Ultramarino, datados entre os anos 1726 e 1829, nesse mesmo recorte geográfico. Foram levantadas consultas do Conselho Ultramarino, ofícios, requerimentos e cartas entre a Coroa e seus agentes nos domínios coloniais.

Diante da pesquisa realizada, percebemos uma discrepância em relação à quantidade de informações e de vestígios encontrados para a América portuguesa em comparação com os demais domínios. Macau, Angola e Cabo Verde estavam em momentos diferentes da relação com Portugal e de desenvolvimento da própria comunidade colonizadora, de forma que as prioridades do que se pensava enquanto educação eram diferentes, talvez não tão focadas no ensino escolar. A partir disso, construímos a hipótese de que o Ensino Régio no ultramar português foi, com todas as suas peculiaridades, algo que funcionou de forma mais efetiva no Brasil.

Palavras-chave: Ensino régio; educação escolar; perspectiva comparada; história transnacional.

Introdução

Em 1759, o Marquês de Pombal iniciou as reformas da educação, expulsando os jesuítas, fechando seus colégios, proibindo o ensino de seu método e criando as aulas régias de gramática latina, grego e retórica, que deveriam ser públicas e difundidas por todo império. A partir desse momento, o Estado se torna responsável pela educação escolar, mas, até então, as famílias interessadas em escolarizar seus filhos e enviá-los para os estudos maiores recorriam a mestres particulares, ou pagos pelos rendimentos das câmaras segundo demanda, ou escolas ligadas a ordens religiosas, como colégios, conventos e seminários episcopais. O estabelecimento das aulas régias não foi instantaneamente difundido nem homogêneo entre os domínios ultramarinos e internamente em cada domínio, isto é, não supria a demanda educacional deixada pelas escolas jesuítas e não alcançava a maioria das localidades para ser acessada pela população. Em 1772, é publicado um complemento às reformas que institui aulas régias de primeiras letras – ler, escrever, contar e catecismo cristão –, criação de novas cadeiras em diferentes lugares do império e do imposto para financiar os pagamentos dos professores por capitania, o subsídio literário (FONSECA, 2024).

Os contextos locais e as diferentes relações entre Portugal e suas possessões nos continentes americano, africano e asiático indicam situações diversas de existência e aplicação do ensino régio, mesmo que as leis estabelecidas fossem válidas em todo o império e houvesse algumas tentativas de uniformização do ensino (FONSECA, 2024). Há alguns anos constitui-se uma pesquisa robusta acerca do ensino régio no Brasil, em especial, na capitania de Minas Gerais, demonstrando as raízes desse sistema e sua influência no sistema escolar público pós-independência. Diante disso, os estudos sobre as diferentes práticas educativas, com destaque para a educação de tipo escolar, têm

avançado no Brasil nos últimos anos, mas ainda carecemos de trabalhos sobre as outras possessões ultramarinas do Império português, como Angola, Cabo Verde e Macau, nessa temática.

A análise conjunta dos documentos e bibliografia disponíveis sobre essas regiões permite uma análise comparada a respeito do funcionamento das práticas educativas escolares nesses lugares e sobre as prioridades educativas de cada região. Após 1759, destacam-se as indicações sobre os diferentes funcionamentos das cadeiras de ensino régio, as dificuldades e limitações desse processo de implementação de uma educação escolar pública. Embora as políticas educacionais viessem de Portugal com objetivo uniformizador para todos os domínios, cada lugar tinha seus contextos e a Coroa era sensível a essas especificidades. Portanto, nem sempre a implantação das cadeiras régias ocorria e, quando ocorria, não era de modo homogêneo. Além disso, outras instituições, como as ordens religiosas, continuavam como responsáveis pela educação dos súditos.

Assim, alguns questionamentos foram estabelecidos para orientar a presente a pesquisa: Como foi o processo de implementação das reformas pombalinas no ensino nas outras localidades? Se ela não aconteceu, como eram as práticas educativas nesses locais? Por que a colonização portuguesa não se deu da mesma forma em todas as possessões? Quais as singularidades e diferentes relações que podem ser estabelecidas? Quais as semelhanças são possíveis perceber ao comparar a educação nesses diferentes lugares? Portanto, nossos objetivos com a pesquisa são: comparar os eventos educativos em Angola, Macau, Cabo Verde e Brasil em uma perspectiva transnacional; comparar o processo de implementação das reformas pombalinas no ensino nos domínios lusitanos; compreender as particularidades da colonização portuguesa, especialmente no que diz respeito ao ensino, em suas diferentes

possessões, tendo em vista as especificidades de cada localidade; divulgar documentos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) pouco conhecidos na área da História da Educação; e levantar dados acerca da educação nos domínios ultramarinos portugueses a partir da documentação do AHU.

Com base nos documentos oficiais do Arquivo Ultramarino disponíveis na internet para cada localidade, foi possível encontrar informações em Macau, Cabo Verde, Angola e Brasil sobre a implantação e organização do ensino escolar e, especificamente no caso do ensino régio, sobre o funcionamento das diferentes cadeiras régias, as carreiras dos professores régios, a arrecadação do subsídio literário nas localidades e as demandas locais por mais professores e cadeiras. Ainda, em Angola, as práticas educativas apontam para outras preocupações na formação dos súditos, mais ligadas a civilização e bons costumes. É importante ressaltar que a documentação em questão é muito pouco conhecida e estudada na História da Educação, de forma que a pesquisa também contribui para a divulgação desses documentos e de suas potencialidades para as investigações da área.

Perspectiva e metodologia

A atual pesquisa se desenvolve em uma perspectiva de história transnacional, inserida numa historiografia pós-colonial, que aparece em nosso trabalho como condição inerente ao próprio Império lusitano. Nesse sentido, os estudos sobre o Império português ampliam-se para além dos limites nacionais: os oceanos conectam domínios transcontinentais e evidenciam a circulação de saberes, pessoas, costumes e coisas. Nesse movimento de conexões, ideias e práticas são construídas e transformadas, de forma que a própria travessia produz novos sentidos. No entanto, a pesquisa se desenvolve a partir de uma metodologia comparada, criticada por parte dessa historiografia pós-colonialista e estudiosa de processos históricos transnacionais. A crítica é justificada pelas

distorções e pelos estereótipos criados através de um uso eurocêntrico da comparação como método. Sean Purdy (2012, p. 66), porém, argumenta em favor dessa metodologia, acentuando a importância de se traçar paralelos e contrastes para a compreensão de como processos históricos, mesmo inseridos nessa dinâmica transnacional, foram limitados e modificados por estruturas locais, como os próprios estados nacionais. Analisar as diferentes modalidades de educação escolar, incluindo a educação régia pombalina, em Macau, em Cabo Verde e em Angola não implica apenas em compreender as diretrizes criadas pela Coroa para o ensino nos domínios ultramarinos, mas também analisar os limites desse projeto aparentemente unificador e homogêneo.

A metodologia do trabalho consiste em um levantamento bibliográfico para esclarecimento do contexto educacional em Angola, Macau, Cabo Verde e Brasil durante o século XVIII e primeiras décadas do século XIX. Além disso, conta com a análise de documentos oficiais do Arquivo Histórico Ultramarino, nesse mesmo recorte temporal e geográfico. Foram levantadas consultas do Conselho Ultramarino, ofícios, requerimentos e cartas entre a Coroa e seus agentes nos domínios coloniais (governadores, câmaras, bispos, professores, reitores, entre outros). Os documentos em questão permitem uma análise comparativa com a documentação já levantada pela historiografia, relativa à América portuguesa; além de servir como objeto para a micro-história, ao passo que esses pequenos e específicos casos podem estar ligados a contextos mais amplos e gerais que nos falam sobre estruturas sociais e culturais, associados a uma abordagem transnacional (FONSECA, 2019, p. 29 e 30).

O levantamento bibliográfico realizado foi importante para esclarecer, inicialmente, acerca das especificidades da implementação do ensino régio em Angola, em Cabo Verde e em Macau. No entanto, a historiografia recente pouco se debruçou sobre as reformas educativas em outros domínios lusitanos, para

além da América portuguesa, e, quando o fez, não deu enfoque para a chamada “educação pombalina”, acabando por construir panoramas gerais da educação nas localidades e destacando o período pós-independência.

Eventos educativos

As localidades trabalhadas ao longo da pesquisa foram o Brasil, em diferentes capitanias além de Minas Gerais, Angola, Cabo Verde e Macau. Segundo Fonseca (2024), as relações entre Angola e Portugal tinham suas próprias singularidades, começando pelo problema da população colona, considerada insuficiente, e a ocupação restrita do território, devido às constantes tensões e confrontos com as populações nativas. Em Cabo Verde, Monteiro (2014) aponta para a relação direta da instrução pública com o tráfico negreiro, ao passo que este desencadeou a ocupação das ilhas e a promoção de circuitos comerciais em torno de Ribeira Grande. No entanto, as diversas crises econômicas e sociais que atingiam Cabo Verde, principalmente no século XIX, por vezes colocaram a instrução pública em segundo plano. Já Macau tinha uma relação mais ligada às atividades comerciais, sem necessariamente uma colonização de exploração ou ocupação. A coroa portuguesa reconhecia essa diversidade e as especificidades de seus domínios, tanto que, apesar de pretendida a uniformização, é possível constatar as possibilidades de ajustes e negociações a partir das determinações originais, adequando-se aos contextos apresentados (FONSECA, 2023). Quando nos referimos às relações entre o poder central e os poderes locais e, ainda, as próprias dinâmicas dos poderes locais, que tinham certa autonomia, e seus sujeitos envolvidos é importante colocar em perspectiva as tensões e acordos realizados para a compreensão de como de fato se deu a organização das práticas educativas nessas localidades.

A documentação relativa ao Brasil é a mais extensa, indicando a presença das cadeiras de ensino régio em diferentes regiões do território e as dinâmicas complexas que marcaram esse processo. O ensino régio na América portuguesa não foi implementado de maneira uniforme e simultânea em todas as partes. Diante das especificidades das condições locais e dos diferentes interesses e agentes envolvidos, a Coroa portuguesa negociava e adaptava o funcionamento das cadeiras régias. Na documentação, foi possível localizar informações sobre os ordenados dos professores régios; as dinâmicas de ocupação das cadeiras existentes; os conflitos entre a comunidade local e professores; demandas locais pela criação de cadeiras régias e presença de professores; e o funcionamento das carreiras dos professores enquanto regentes de uma cadeira.

Identificou-se que o ordenado para os professores régios de gramática latina variava pouco entre as regiões analisadas. Na Vila de Alagoas (REQUERIMENTO, 1784), na Capitania do Piauí (OFÍCIO, 1822), na Vila de Paranaguá (atual Paraná) (REQUERIMENTO, 1802) e na Capitania do Espírito Santos (DECRETO, 1771), por exemplo, o valor era de 300 mil réis. No entanto, apesar do ordenado aparentemente fixo, a documentação demonstra inúmeras negociações colocadas em curso de acordo com as especificidades locais. O caso do Piauí é elucidativo nesse sentido.

Apesar das legislações de 1759 e de 1772 estabelecerem a criação de cadeiras de ensino régio em todo o império, em determinadas regiões houve uma lentidão na efetiva implementação desta política. De acordo com o ofício enviado pela Junta Governativa ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Inácio da Costa Quintela, em 8 de junho de 1822 (OFÍCIO, 1822), as primeiras cadeiras de primeiras letras só foram criadas na capitania com um Decreto de 1815, enquanto que a cadeira de gramática latina só foi

implementada em 1818, ambas após inúmeros pedidos do ex-governador da capitania.

Mesmo após a criação das cadeiras, era comum que estas se mantivessem desocupadas devido aos baixos ordenados. O salário anual do professor de primeiras letras de Oeiras, capital do Piauí, era de 120 mil réis, enquanto nas Vilas de Parnaíba e Campo Maior, o ordenado não passava de 60 mil réis, contribuindo para a sua vacância. O ordenado do professor de Gramática Latina de Oeiras também era alvo de descontentamento, ainda que se valor fosse semelhante ao de outros professores do Império. A Junta Governativa do Piauí alegava que as condições locais inviabilizavam a subsistência deste profissional com um salário de 300 mil réis, ao passo que a dificuldade de transporte de mercadorias para aquela província central acabava encarecendo muitos os produtos. Dessa forma, devido à morosidade da comunicação com a Coroa e da atuação efetiva da mesma, a Junta Governativa optou por realizar, por conta própria, um concurso para professores régios de primeiras e de gramática latina. Apenas um professor apareceu para disputar a segunda vaga, e ainda requisitou um aumento salarial, para 400 mil réis. O governo do Piauí acatou o pedido e solicitou posteriormente a aprovação da medida pela Sua Majestade (OFÍCIO, 1822). Percebemos assim que as determinações da Coroa nem sempre levavam em conta as especificidades locais, mas havia espaço para certa negociação e adaptação, que se traduzia a partir da argumentação de governos locais junto ao Conselho Ultramarino e através da utilização da lentidão de comunicação com a metrópole para tomar as próprias iniciativas.

Entre os trabalhos que localizamos com relação a Angola, algumas informações se mostraram essenciais para compreender as particularidades da reforma. Devido às disputas territoriais e militares com os governos nativos,

parte da educação pública nessa localidade parece ter se voltado para o ensino técnico, a partir de aulas de geometria e fortificação, para a engenharia militar (DA SILVA NETO, 2005). Além disso, Thais Nívia de Lima e Fonseca (2023 e 2024) aponta para dois fatores que podem ter influenciado a implementação da reforma educativa: a presença de outras ordens religiosas em Angola, que seriam capazes de suprir a ausência dos jesuítas, e a pequena população branca que se encontrava ali, alvos preferenciais da educação régia.

Não encontramos nenhuma documentação disponível online que fizesse alguma referência à educação régia ou à educação formal em geral. Os documentos mais relevantes que encontramos são ofícios do Governador e Capitão-General de Angola entre 1764 e 1772, D. Francisco Inocência de Souza Coutinho, nomeado pelo Marquês de Pombal para o cargo. Alinhado às políticas reformistas, ele fez apelos pela intensificação da colonização em Angola. Assim, além de solicitar o envio de armas e munições, o que se refere aos constantes conflitos bélicos e territoriais dos portugueses com os governos locais, também pede o envio de casais da Europa, destinados à formação social e colonial dos domínios lusitanos em Angola (CARTA, 1770a; CARTA, 1770b). O projeto pela formação de famílias brancas nessa localidade não está distante das pretensões educacionais, visto que o público alvo principal da educação régia era justamente os portugueses e seus descendentes. Assim, o número de casais e de famílias poderia influenciar a implementação de aulas públicas e o envio de professores régios de acordo com a demanda desses serviços (FONSECA, 2024).

Em Cabo Verde, os documentos levantados são numerosos e bem distribuídos em um amplo recorte temporal, incluindo desde a década de 40 do século XVIII até os primeiros anos do século XIX. As fontes encontradas se referem, em sua maioria, à Ilha de Santiago e informam sobre o convento de São Francisco, as solicitações para o envio de professores régios, principalmente

de moral, de gramática latina e de primeiras letras, a arrecadação do subsídio literário e o possível valor dos ordenados dos professores. Exemplificando esses pedidos temos uma “Consulta do Conselho Ultramarino à rainha [D. Maria I] sobre representação do Ouvidor-Geral nomeado para Cabo Verde, [Francisco de Sá Sarmento]”, em 1780, em que destaca-se a solicitação de envio de um professor de Filosofia, outro de Retórica, dois de Gramática Latina, e dois Mestres de Ler e escrever para a Ilha de Santiago: e para cada uma das outras ilhas povoadas, um mestre de ler, e escrever, e um professor de Gramática Latina (CONSULTA, 1780). Contudo, não foi possível encontrar a efetivação desse pedido.

O contato com Macau data da segunda metade do século XVI e seu papel mais importante era como entreposto comercial e centro da religião católica no extremo oriente. Dessa forma, destaca-se a presença e atuação da Companhia de Jesus, até sua expulsão em 1762, na organização político-administrativa e educacional da cidade (SEABRA, 2011). No século XVIII, a relação entre portugueses e mandarins foi, de certa forma, conflituosa com relação, principalmente, à ocupação da cidade. Nesse período também, se mostra necessária uma renovação da sociedade macaense portuguesa, isto porque eram necessários missionários, médicos, professores, pintores, relojoeiros, entre outros cargos para ocupar o lugar deixado pelos jesuítas e garantir a presença portuguesa. Entretanto, faltavam voluntários para ir à China (CZOPEK, 2014).

A relação entre o poder local de Macau e o poder central é relevante para se compreender a forma como a instrução chega a essa localidade. O governador e o capitão geral de Macau eram nomeados pelo vice-rei ou governador do Estado português da Índia em Goa, além dos representantes régios, havia os locais. Além disso, a corte em Lisboa tinha direitos que

interferiam na relativa autonomia dessa possessão como a nomeação do professor de gramática latina e dos padres que lecionavam no real seminário (CZOPEK, 2014). Em comparação com a América portuguesa, a documentação relativa a Macau encontrada é quantitativamente inferior, mas relevante para desenhar o quadro educativo nesta localidade. Foram levantadas informações importantes como o ordenado para professor régio de gramática latina; arrecadação do subsídio literário; número de alunos de certa classe e suas características, este tipo relação de estudantes raramente é encontrada em documentos relativos à América portuguesa; informações sobre professores de teologia moral e de primeiras letras e sobre o Seminário de São José.

Um dos casos mais bem documentados sobre o funcionamento das aulas régias em Macau refere-se a José dos Santos Baptista e Lima, professor de Gramática Latina que, em 1794, requereu sua aposentadoria, depois de duas décadas de exercício do magistério régio.²⁶ Enquanto professor de Gramática Latina, José dos Santos recebia como ordenado 400 mil réis anuais, com acréscimo de 100 mil réis como ajuda de custo anual por ensinar também a Língua Portuguesa. Esse trabalho adicional foi justificado pelo próprio suplicante devido ao pouco domínio do português de seus estudantes, que falavam um misto de português e asiático sinus. Contudo, temos de considerar também a dificuldade de se apresentar um professor qualificado ao trabalho de mestre régio de gramática e primeiras letras em um domínio ultramarino distante da metrópole e marcado por relações comerciais. Certamente, essa peculiaridade do contexto local contribuiu para que o professor tivesse um ordenado mais significativo que em outras partes do império ultramarino português. Ainda, há nos documentos a indicação de que não se deveria desprezar a educação naquela colônia de Macau, na qual, inclusive, se cobrava a coleta literária,

²⁶ Ver, também: FONSECA, 2009.

provavelmente o equivalente ao que conhecemos como subsídio literário. Portanto, isso demonstra a existência de uma comunidade com alguma solidez e efetiva preocupação com a educação de seus habitantes.

Conclusão

Diante do levantamento documental e bibliográfico realizado, percebemos uma discrepância em relação à quantidade de informações e de vestígios encontrados para a América portuguesa em comparação com os demais domínios. Macau, Angola e Cabo Verde estavam em momentos diferentes da relação com Portugal e de desenvolvimento da própria comunidade colonizadora, de forma que as prioridades do que se pensava enquanto educação eram diferentes, talvez não tão focadas no ensino escolar. Até o presente momento, nossos resultados da pesquisa para as possessões ultramarinas do império português, fora o Brasil, reforçam a nossa hipótese de que o Ensino Régio no ultramar português foi, com todas as suas peculiaridades, algo que só funcionou efetivamente no Brasil.

Angola traz poucos vestígios, seja documentalmente, seja bibliograficamente, o que torna difícil qualquer afirmação sobre o funcionamento das aulas régias na localidade. Para Cabo Verde, ainda não exploramos a totalidade dos documentos disponíveis, mas é possível apontar para a distribuição das fontes em um amplo recorte temporal (desde a década de 40 do século XVIII até os primeiros anos do século XIX), além de que se referem, em sua maioria, à Ilha de Santiago e informam sobre o convento de São Francisco, as solicitações para o envio de professores régios, principalmente de moral, de gramática latina e de primeiras letras, a arrecadação do subsídio literário e o possível valor dos ordenados dos professores. Já Macau apresenta poucos documentos, mas detalhados sobre o funcionamento de uma aula régia e outras práticas educativas em fins do século XVIII. Entretanto, é importante

destacar que é possível, sim, estabelecer uma perspectiva comparada entre as regiões ao colocar no horizonte o que foi obtido ao longo da pesquisa. Diante disso, nossas perguntas iniciais ainda se mantêm de certa forma, isso porque ainda existem documentos a serem analisados, estes que constam nos bancos de dados do Arquivo Ultramarino, mas infelizmente ainda não estão digitalizados, ou podem estar presentes em outro arquivo português não disponível para consulta pela internet. Acreditamos que os próximos passos da pesquisa estão na busca por acesso a esses documentos e a ampliação da perspectiva comparada em termos das localidades ultramarinas.

Referências bibliográficas

CZOPEK, Natalia. **Os portugueses em Macau no século XVIII – considerações sobre um encontro de culturas**. Romanica Cracoviensia 3:153-167. 2014.

DA SILVA NETO, Teresa Jose Adelina. **Contribuição a história da educação e cultura de Angola: grupos nativos, colonização e a independência**. 2005. Tese de Doutorado. [sn].

FONSECA, Thais Nívia de Lima. **A expansão do ensino régio na América Portuguesa no século XVIII: centralização e singularidades**. Cadernos de História da Educação, v. 22, 2023.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. **Educação no Brasil no século XVIII e início do século XIX: olhares em escala**. Educação, 49(1), 2024. e69/1-24.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. **O transnacional na pesquisa histórica: o que pensam os historiadores?** In: LINHALES, Meily; RODRIGUES PUCHTA, M.; ROSA, María Cristina. Diálogos transnacionais na história da educação física. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. p. 19 - 32

MADEIRA, Maria Emília (coord.), **História Geral de Cabo Verde**, vol. III, Lisboa, Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga; Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Patrimônio Culturais de Cabo Verde, 2002.

MONIZ, Elias Alfama. **Percalços do Ensino Colonial em Cabo Verde: Século XVI aos Anos 40 do século XXI** Obstruction of the colonial teaching in Cape Verde: from XVI to XX centuries-40 decade. Revista e-Curriculum, v. 3, n. 1, 2007.

MONTEIRO, Francisco Osvaldino Nascimento. **Ensino Secundário em Cabo Verde: Trajetória histórica, desafios e formação (pedagogia) docente.** 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Educação) - Faculdade de Ciências da Educação, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2014.

NETO, Manuel Brito. **História e Educação em Angola: do colonialismo ao movimento popular de libertação de Angola (MPLA).** 2005. Tese de Doutorado. [sn].

PURDY, Sean. **A História comparada e o desafio da transnacionalidade.** Revista de História Comparada, Rio de Janeiro, 6-1: 64-84, 2012.

SEABRA, Leonor D. **Macau e os jesuítas na China (séculos XVI e XVII).** História Unisinos, vol. 15, núm. 3, set-dez, 2011, pp. 417-424

Documentos

CARTA do Governador e Capitão-General de Angola D. Francisco Inocêncio De Sousa Coutinho. Conselho Ultramarino/Angola. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_CU_ANGOLA, Cx. 54, D. 4982, 1770a

CARTA do Governador e Capitão-General de Angola D. Francisco Inocêncio De Sousa Coutinho. Conselho Ultramarino/Angola. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_CU_ANGOLA, Cx. 54, D. 4985.7, 1770b **CONSULTA do Conselho Ultramarino à rainha [D. Maria I] sobre representação do ouvidor-geral nomeado para Cabo Verde, [Francisco de Sá Sarmento] em que pede várias providencias para aquelas ilhas.** Conselho Ultramarino/Cabo Verde. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_CU_CABO VERDE, Cx. 33, D. 2616, 1780

DECRETO do Rei D. José I a conceder nomeação a Domingos Fernandes Barbosa para Professor de Gramática Latina na Vila da Vitória Capitania do Espírito Santo. Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate. Espírito Santo, AHU_ACL_CU_007, Cx 04, D. 365.

OFÍCIO da Junta Governativa do Piauí. Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate - Piauí, AHU_ACL_CU_016, Cx. 31, D. 1642, 1822.

REQUERIMENTO de João Mendes Sanches Salgueiro. Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate. Alagoas, AHU_ACL_CU_004, Cx. 3, D. 231, 1784

REQUERIMENTO de José dos Santos Batista e Lima. Conselho Ultramarino/Macau. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_CU_MACAU, Cx. 20, D. 4, 1794

REQUERIMENTO do Professor de Gramática Latina da vila de Paranaguá, José Carlos de Almeida Jordão, ao príncipe regente [D. João]. Arquivo

Histórico Ultramarino, Projeto Resgate. Avulsos (SP), AHU_ACL_CU_023, Cx 19, D. 934, 1802

"Xirê em sala de aula – Orixás como prática pedagógica por uma escola antirracista".

Alessandro A. Rodrigues da Silva,

Mestre FAE/UFMG

rodriguez.educ@gmail.com

Este trabalho se dedica a apresentar a importância da História da África em toda a amplitude dos segmentos escolares, com foco primordial no Ensino Fundamental II, mais precisamente no sétimo ano. Apesar do respaldo da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, ainda é necessário sublinhar a urgência de assegurar essa conquista política para a formação educacional e cidadã de nossos alunos. Mesmo vigorando como obrigatoriedade há 16 anos, ainda existem percalços no que diz respeito ao estudo da África como um continente diverso, palco de grandes reinos com uma multiplicidade cultural e abundância mineral, marcada por uma agenda político-cultural que supervaloriza a história europeia em detrimento de um olhar que, a partir da Nova História, represente valorosamente continentes como a África e a América em seus períodos anteriores às invasões europeias. Se ainda há dificuldades quanto ao conteúdo pré-colonial, a situação se agrava de forma preocupante quando se trata de abordar a cultura africana sob a perspectiva religiosa. Devido a constante presença majoritária de alunos cristãos e corroborando tem-se o levante da crescente presença de alunos de famílias evangélicas, ao lecionar sobre a religiosidade africana — um dos pilares da cultura brasileira, que impulsionou uma gama de religiosidades no Brasil, como o candomblé, a umbanda e a quimbanda, que são altamente perseguidas por movimentos neopentecostais —, observa-se um certo descaso por parte dos professores em relação ao tema, a fim de evitar conflitos ideológicos de base religiosa em sala de aula. Dessa forma, este trabalho visa apresentar uma metodologia desenvolvida em sala de aula com o intuito de abordar essa temática cultural, ensinando de forma lúdica e estratégica a importância da religiosidade afro-brasileira, sua associação com o espaço natural e como a ancestralidade é uma parte preponderante dessa vivência, que resiste há séculos em nosso país. Essa metodologia inclui o uso da

história oral, inspirada nos griots africanos, além de arte e itãs— que em nagô significa "história" e que, na África, compõem o oráculo denominado Ifá.

Palavras-chave: Ancestralidade - Pedagogia das Encruzilhadas - Metodologia Antirracista

A vida docente, em sua rotina diária, é marcada por cenários comuns que se repetem, como a sala de aula com carteiras dispostas, o quadro negro ou branco, e a mesa do professor voltada para os alunos. Esses cenários são frequentemente acompanhados pela presença de discentes com comportamentos variados: desde os mais inquietos, até os mais interessados, passando pelos que enfrentam problemas familiares que afetam o desempenho escolar. Além disso, a estrutura física da escola, muitas vezes frágil, expõe rachaduras nas paredes que deixam transparecer a realidade externa, sinalizando que o ambiente escolar não é completamente isolado das influências externas.

A escola, embora concebida como um espaço de acolhimento, cuidado e aprendizado, está imersa nas realidades sociais que a compõem. Ela é, de fato, uma construção humana e, como tal, reflete as fragilidades estruturais e sociais que a afetam. Essas questões evidenciam a necessidade de um trabalho contínuo e árduo para transformar a escola em um ambiente mais inclusivo, capaz de receber e valorizar as diversas manifestações culturais dos alunos, respeitando suas origens e trajetórias (PIMENTA, 2012). Nesse contexto, é fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de modo que as palavras do educador se tornem, efetivamente, sua prática. Como aponta Paulo Freire (2003), "é fundamental que a tua fala seja a tua prática", pois apenas assim se estabelece um verdadeiro processo de ensino-aprendizagem

que reconhece as experiências de vida dos alunos e integra essas experiências ao ambiente escolar.

No contexto do Ensino Fundamental II, especialmente no sexto ano, é comum que o estudo da mitologia grega desperte um grande interesse entre os estudantes. O estudo da Grécia Antiga, e em particular da mitologia grega, é frequentemente abordado com entusiasmo, pois apresenta um dos assuntos mais aguardados pelos alunos, gerando curiosidade e excitação. A popularização dessa cultura, em grande parte, deve-se ao trabalho de cristalização da civilização grega realizado pela cultura ocidental, especialmente durante o Renascimento (JAMES, 2005). Essa civilização, que influenciou profundamente a arte e a filosofia, continua presente nas mídias contemporâneas, como exemplificado nos sucessos de “Percy Jackson”, na versão cinematográfica de “Hércules” e na nostalgia gerada pelos “Cavaleiros do Zodíaco”. Esses produtos midiáticos contribuem para a formação de um imaginário coletivo que atrai a atenção dos estudantes, cria fandoms imensos seja entre os pais dos alunos nostálgicos com sua juventude ou ainda as constantes reprises que faz com o que essas obras estejam sempre em voga entre os estudantes.

Entretanto, a realidade se modifica ao se abordar a história e a cultura afro-brasileira e indígena no sétimo ano do ensino fundamental. A Lei 10.639/03, que tornou obrigatória a inclusão do estudo da História e Cultura Afro-brasileira nos currículos escolares, representa um marco na luta por maior representatividade desses povos na educação. Posteriormente, a Lei 11.645/08 ampliou essa obrigação, incluindo também a História e Cultura Indígena (SILVA, 2018). Essas leis são resultado de longas batalhas sociais movidas pelos povos afro-brasileiros e indígenas, que buscaram ser reconhecidos como produtores

legítimos de conhecimento e cultura, merecedores de visibilidade e respeito dentro do sistema educacional.

Durante muito tempo, essas populações foram marginalizadas, frequentemente relegadas ao papel de coadjuvantes na história, enquanto a narrativa eurocêntrica predominava dentro da sala de aula e na mente dos alunos como a verdadeira história ser contada. (GOMES, 2006). Além disso, as representações de povos negros e indígenas frequentemente os reduziam à condição de vítimas passivas, perpetuando uma visão de sofrimento sem resistência, especialmente em relação à escravidão. No entanto, a história dos povos afro-brasileiros e indígenas é repleta de resistência, seja nos quilombos, nas revoltas escravas, ou nas lutas diárias por dignidade e liberdade (FERNANDES, 2011).

A mudança de perspectiva promovida pela implementação dessas leis é fundamental para a construção de uma sociedade mais plural e justa, que reconheça a diversidade cultural como um elemento constitutivo da identidade nacional. Esse reconhecimento é vital para a promoção de uma educação que celebre as diferenças e ofereça a todos os alunos, especialmente os pertencentes a grupos étnicos historicamente marginalizados, a oportunidade de se reconectar com suas raízes culturais, fortalecendo sua autoestima, a busca pela sua ancestralidade e principalmente senso de pertencimento.

A importância dessa mudança também se reflete na valorização das práticas culturais afro-brasileiras, como exemplificado pela figura de Exu, uma das entidades centrais das religiões de matriz africana. A frase iorubá, "Exu matou um pássaro ontem com a pedra que só jogou hoje", exemplifica a sabedoria ancestral que permeia as práticas religiosas e culturais afro-brasileiras. Exu, muitas vezes mal interpretado, é uma figura de

comunicação, de troca e de resistência. Sua presença nos espaços urbanos, seja nas pichações, nas camisas estampadas ou nas rodas de samba, simboliza a constante afirmação da identidade afro-brasileira na sociedade contemporânea (OLIVEIRA, 2020). Para aqueles que pertencem aos terreiros e às religiões de matriz africana, Exu é visto como uma figura essencial, cuja sagacidade e capacidade de adaptação são fundamentais para a manutenção de sua cultura. Como bem explica a frase, "Exu está em tudo", representando a força e a resistência no cotidiano, tanto nas ações simbólicas quanto na luta concreta pela preservação da cultura e dos espaços religiosos.

Além disso, a história dos povos afro-brasileiros é também marcada por uma resistência histórica, que se expressa na luta pela preservação de suas tradições e pela conquista de direitos. Exu, juntamente com outras entidades, esteve ao lado de seus filhos nas lutas travadas com as espadas de Ogum e Iansã, o machado de Xangô e o arco e flecha de Oxóssi. Desde a chegada dos navios negreiros à "calunga grande", o povo negro tem sobrevivido e conquistado vitórias, apesar dos silenciamentos epistemológicos e das violências sofridas (OLIVEIRA, 2020). Hoje, muitas dessas conquistas são formalizadas por leis que asseguram o respeito aos terreiros de religiões de matriz africana, tornando a depredação desses espaços um crime inafiançável. Tais leis e iniciativas representam um avanço na luta pela dignidade e pelo reconhecimento desses espaços como fundamentais na preservação da memória e da cultura afro-brasileira.

A escola, enquanto espaço de disputa e conflito, ainda precisa evoluir para que o estudo das religiosidades de matriz africana seja integrado de forma respeitosa e condizente com sua importância na formação da identidade cultural do país. A transformação desse espaço é crucial para garantir que as

religiões de matriz africana sejam valorizadas, não apenas como uma curiosidade, um rodapé de página, um quadrinho no meio do livro para ilustrar, mas como um elemento central da cultura brasileira, fundamental para a construção de uma sociedade plural e inclusiva.

Portanto, as leis que asseguram o ensino da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas não são apenas uma exigência legal, mas um passo crucial para a construção dessa sociedade que se almeja. A escola, como espaço de formação e socialização, desempenha um papel central na construção dessa nova narrativa histórica, que reconhece e valoriza a contribuição dos povos afro-brasileiros e indígenas para a construção do Brasil. A reparação histórica, por meio da educação, é uma forma de respeitar tanto o passado quanto o presente, e de oferecer um futuro mais justo e igualitário para as novas gerações (FRANCISCO, 2015).

A partir das demandas e referências expostas anteriormente, surgiu a proposta de introduzir, no ambiente escolar, a prática denominada "Xirê em Sala de Aula – Orixás como Prática Pedagógica por uma Escola Antirracista". (Imagem 1) Essa atividade pode ser aplicada em diferentes segmentos da educação básica, especialmente naqueles que abordam conteúdos referentes à África Antiga. O presente artigo apresenta a experiência dessa atividade realizada em uma turma do sétimo ano do Ensino Fundamental II. Cabe destacar que, no contexto dessa turma específica, a maioria dos estudantes segue o cristianismo, sendo predominantemente católicos ou protestantes.

Inicialmente, o conteúdo programático foi ministrado ressaltando a importância da cultura africana para a formação estrutural do Brasil, enfatizando a diversidade do continente, suas múltiplas nuances e riquezas naturais, bem como o processo de exploração colonial europeia e o sequestro forçado de

populações africanas, caracterizado por extrema violência. A partir desse arcabouço teórico, introduziu-se a atividade sem revelar seu título à turma, apenas informando que os alunos deveriam representar, por meio do desenho, divindades da cultura africana, tal como fariam ao estudar a mitologia da Grécia Antiga.

No desenvolvimento da atividade, retomou-se o conceito dos griots, que são figuras centrais na tradição oral africana, atuando como transmissores e guardiões dos saberes ancestrais, conforme argumenta Hampâté Bâ (2010, p. 19): "na tradição africana, um ancião que morre é uma biblioteca que se incendeia". A oralidade, enquanto elemento estruturante da transmissão cultural, foi utilizada como base metodológica para a apresentação dos mitos (itãs) dos Orixás, com base no livro "Mitologia dos Orixás", de Reginaldo Prandi (2001). A escolha dessa obra justifica-se pela sua abordagem acessível e pela concisão dos textos, os quais narram a vivência cotidiana dos Orixás, suas disputas, suas intervenções no mundo dos seres humanos e a relevância de sua existência na formação cultural brasileira.

Cada aluno ouviu um itã sem que o nome do Orixá fosse explicitado, pois, durante a leitura, o professor substituiu a menção direta à divindade por expressões genéricas, como "esse deus" ou "esse personagem". Após a escuta, os estudantes foram orientados a elaborar um desenho representando a entidade mitológica, utilizando uma paleta de cores previamente indicada pelo docente, correspondente às tonalidades tradicionalmente associadas ao Orixá em questão. O tempo destinado à realização da atividade variou de acordo com a carga horária disponível para a disciplina, permitindo que os alunos concluíssem a ilustração em casa ou na aula seguinte.

A última aula dessa prática pedagógica é denominada "Roda da Revelação". Nessa atividade, os alunos entregam seus desenhos, e o professor propõe um exercício de adivinhação para que cada estudante tente identificar qual divindade representou. Ao final do processo, os Orixás desenhados são revelados, e os trabalhos são dispostos em um círculo no quadro, seguindo a disposição simbólica de Exu a Oxalá. Essa dinâmica visa não apenas promover o reconhecimento das divindades das religiões de matriz africana, mas também suscitar reflexões sobre o imaginário social e as representações dessas tradições no espaço escolar.

É recorrente que alguns alunos demonstrem surpresa, espanto ou mesmo rejeição ao identificarem o Orixá que desenharam, especialmente quando se trata de figuras como Xangô, Oxóssi e, principalmente, Exu. Tal estranhamento pode ser compreendido à luz do preconceito historicamente construído contra as religiões afro-brasileiras, fortemente influenciado pelo processo de demonização dessas crenças no contexto colonial e pós-colonial (SILVA, 2007; PRANDI, 2005). Nesse momento, torna-se fundamental que o professor atue como mediador, reorientando os estudantes acerca das concepções distorcidas que permeiam o senso comum. Como apontam Mbembe (2014) e Carneiro (2005), a demonização das religiões de matriz africana é um legado da colonização europeia, que impôs a moralidade judaico-cristã e associou práticas religiosas africanas a elementos negativos. Exu, por exemplo, foi frequentemente equiparado à figura do diabo, uma construção estranha às concepções religiosas africanas, onde não existe a dualidade bem/mal nos moldes ocidentais. (VERGER, 1999). Muitas vezes, os povos africanos escravizados no Brasil ressignificaram a figura de Exu, adotando sua associação ao diabo como uma estratégia para afastar pessoas brancas e cristãs de seus espaços sagrados. Esse processo de apropriação e inversão

simbólica permitiu que certas práticas religiosas sobrevivessem sob o olhar da repressão colonial. Como destaca Reginaldo Prandi (2005), em muitos terreiros, Exu passou a ser representado de maneira ambígua, ora como um mensageiro divino, ora como uma entidade temida, refletindo tanto a influência cristã quanto a resistência das religiões afro-brasileiras.

Essa ressignificação é evidente nos pontos cantados, nos quais Exu, por vezes, é invocado sob a imagem demonizada imposta pela lógica eurocêntrica, mas sempre mantendo sua essência de guardião dos caminhos e da comunicação entre os mundos. Um exemplo disso está no ponto tradicional:

"Pisa ligeiro, não vá se molhar, Exu é o diabo, mas sabe ajudar."

Nesse canto, a menção ao diabo não reflete uma equivalência real, mas sim um resquício da demonização colonial, ao mesmo tempo em que enfatiza a dualidade de Exu como aquele que pode tanto abrir quanto fechar caminhos, dependendo de como é tratado e cultuado.

O impacto dessa prática pedagógica pode ser ilustrado por algumas reações dos alunos, registradas no decorrer da atividade:

- *"Nossa, professor! Como você me fez desenhar isso?"* (Aluno que desenhou Exu);
- *"Eu nunca ia imaginar que estava desenhando esse cara"* (Aluno que desenhou Ogum);
- *"Eu suspeitei que era lemanjá, mas não sabia que tinha história sobre ela, só imaginei que ela era do réveillon"* (Aluna que desenhou lemanjá).

Tais manifestações evidenciam o distanciamento e a superficialidade com que essas divindades costumam ser abordadas no imaginário popular. No entanto,

após um aprofundamento teórico e reflexivo sobre a relação dos Orixás com a natureza e sua importância para os povos africanos e afro-brasileiros, observa-se uma ressignificação significativa por parte dos estudantes. Ao compreender que Oxum representa as águas doces e sua cor dourada está associada ao ouro, ou que Oxóssi é o guardião das florestas e sua simbologia ressalta a necessidade de preservação ambiental, os alunos passam a construir uma visão mais respeitosa e informada sobre essas tradições (LIMA, 2016).

Além de contribuir para a valorização das religiões de matriz africana, essa prática pedagógica se insere no esforço mais amplo de combate ao racismo estrutural no Brasil. Como afirmam Gomes (2017) e Silva (2018), a educação desempenha um papel central na desconstrução de preconceitos e na formação de cidadãos conscientes da diversidade cultural e religiosa do país. Infelizmente, episódios recorrentes de depredação de terreiros de umbanda e candomblé demonstram que a intolerância religiosa ainda é uma realidade presente no Brasil (MACHADO, 2020). Dessa forma, ao incorporar essas temáticas no currículo escolar, fortalece-se o compromisso com uma educação antirracista e plural, que reconhece e valoriza a contribuição das culturas afro-brasileiras para a identidade nacional.



Xirê feito pelos alunos do 7ºano – Na sequência: Exu, Ogum, Oxóssi, Catende, Oxumaré, Xangô Oxum, Nanã, Iemanjá e Oxalá.

Referências Bibliográficas

BÂ, Amadou Hampâté. **Amkoullel, o menino fula**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 9. ed. São Paulo: Editora Globo, 2011.

FRANCISCO, Manuel. **Educação e identidade cultural: novas perspectivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores: relatos de experiências**. Brasília: MEC, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **A educação escolar de negros e negras no Brasil: uma análise crítica da legislação educacional e sua implementação**. São Paulo: Cortez, 2006.

JAMES, C. L. R. **Marxism and the cultural revolution**. Londres: New Park, 2005.

LIMA, Vagner Gonçalves. **Orixás e identidade afro-brasileira: mitos e representações no ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

MACHADO, Maria das Dores. **Intolerância religiosa no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Paulus, 2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

NUNES, Flávio. **Mitologia grega e a cultura pop: uma análise das influências nos jovens de hoje**. Revista de Estudos Culturais, v. 11, n. 2, p. 129-143, 2013.

OLIVEIRA, Maria Cristina de. **Exu na contemporaneidade: práticas e representações da cultura afro-brasileira**. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores: políticas públicas e práticas pedagógicas**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Ana Paula da. **A Lei 10.639/03 e a construção de uma educação para as diversidades culturais**. Brasília: MEC, 2018.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Lei 10.639/03 e as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2018.

VERGER, Pierre. **Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo**. São Paulo: Corrupio, 1999.

ST13 - História das mulheres e relações de gênero: desafios e possibilidades

Eugenia e Lobotomia: Patologização Feminina e Violação da Saúde Mental pelo Controle Moral

Helena Rodrigues Reinhardt

Universidade Federal de Minas Gerais, graduação em História

helenareinhardtufmg@gmail.com

Resumo: O artigo investiga a influência do movimento eugênico nas percepções sobre a saúde mental feminina, com foco na lobotomia pré-frontal como intervenção médica. Durante o século XX, as mulheres foram desproporcionalmente submetidas a esse procedimento, destinado a tratar distúrbios psicológicos como depressão, ansiedade e histeria. A eugenia, ao promover o controle reprodutivo e a eliminação de características indesejadas, moldou práticas médicas para “normalizar” mulheres que se desviavam das expectativas sociais e de gênero. A lobotomia tornou-se um instrumento de controle, refletindo tentativas de ajustar corpos femininos desviantes ou resistentes às normas vigentes. Baseada em discursos médicos que patologizavam características femininas como sinais de instabilidade mental, a lobotomia visava enquadrar mulheres às normas de conduta moral eugenista. Esta pesquisa utilizou fontes do acervo online do *Centro de Memória da Escola de Enfermagem da UFMG*, incluindo artigos eugênicos publicados em veículos científicos de saúde pública, e fichas de matrículas de alunas da *Escola de Enfermagem Carlos Chagas* do início do século XX, que exigiam atestados de idoneidade, evidenciando a imposição de normas morais às mulheres. Também foram analisados estudos sobre a prática de lobotomia em hospitais psiquiátricos no Brasil e no mundo. Este estudo usa as teorias de Michel Foucault, especialmente o conceito de “biopoder”, para explorar como práticas médicas foram usadas como formas de controle social, regulando corpos e mentes femininas sob a justificativa de promover a saúde pública e o bem-estar social. Incorpora ainda as análises de Judith Butler sobre a performatividade de gênero, evidenciando como a normatização de comportamentos femininos estava ligada a estruturas de poder que reforçavam papéis de gênero tradicionais e limitadores. Ao contextualizar a lobotomia num panorama de controle social e normatização de gênero, o artigo revela as complexas

interseções entre saúde mental, práticas médicas e discursos de gênero, oferecendo uma crítica às práticas que marginalizaram mulheres consideradas inadequadas ou perigosas para a ordem social. Essa análise contribui para o campo da História da Saúde e das Relações de Gênero, revisitando práticas psiquiátricas do passado e destacando suas implicações contemporâneas, provocando reflexões sobre os desafios ainda existentes na construção de abordagens mais éticas e inclusivas no tratamento da saúde mental das mulheres.

Palavras-chave: Eugenia, Lobotomia, Patologização, Controle Moral, Regulações de Gênero.

Introdução

No início do século XX, os ideais eugênicos fundamentados na procura por uma melhoria da raça regiam sobre as normas sociais e se expressavam de maneira opressora sobre a área da saúde. O higienismo, conceito pautado em argumentos eugênicos, ocupava um lugar de relevância no desenvolvimento da psiquiatria no Brasil e no mundo, ditando os comportamentos sociais aceitáveis e não aceitáveis e interferindo diretamente sobre o corpo e a autonomia dos pacientes que eram considerados insanos. Dessa maneira, tendo as normas sociais de conduta eugênicas como determinantes no diagnóstico psiquiátrico (SOUZA, 2022, p.54) o mundo presenciou na primeira metade do século XX a reclusão em massa de pessoas que fugiam dos padrões estabelecidos em espaços que serviam essencialmente para segregar esses indivíduos “desviantes” do restante da população e “curar” seus comportamentos considerados doentios (TOLEDO, 2015, p.221).

Como já mencionado, a eugenia se baseava em um princípio que identificava doenças mentais por meio da não adaptação às normas comportamentais conservadoras do período que estavam diretamente ligadas à moral cristã. Assim, muitas mulheres foram hospitalizadas por parentes e

maridos durante a primeira metade do século XX e diagnosticadas com perversões e distúrbios psiquiátricos. Assim como em outros campos da vida em sociedade, a diferenciação de gênero afetava significativamente o diagnóstico psicológico (TOLEDO, 2015, p.227), deste modo esse artigo se propõe a analisar como o eugenismo moldou as percepções de saúde mental feminina e a disparidade de aplicação de intervenções médicas mais arriscadas e invasivas entre pacientes psiquiátricos do gênero masculino e feminino, com enfoque na lobotomia pré-frontal.

Realizada a partir de buscas na plataforma *Atom* do *Centro de Memória da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais*, que conta com todo acervo da instituição digitalizado, a presente pesquisa se iniciou com a identificação de um tópico sobre lobotomia no Programa da Disciplina de Enfermagem Cirúrgica e SO em Neurologia de 1966. Posteriormente, afim de encontrar fontes sobre o contexto do período em que a prática era aplicada recorrentemente, uma busca pelos termos “eugenia” e “higienismo” foi realizada e como os documentos foram processados com Reconhecimento óptico de Caracteres, foi possível encontrar menções ao higienismo e eugenismo em edições da revista: *A Enfermagem em Minas*, que por sua vez foram lidas e analisadas. Além de edições da revista *A Enfermagem em Minas*, foram analisados recortes de jornais do início do século XX referentes à saúde pública em Belo Horizonte e no Brasil de maneira geral que foram conservados e arquivados pela Escola de Enfermagem da UFMG.

Uma análise sobre como os padrões eugênicos afetaram expressivamente as normas de condutas sociais impostas às mulheres no início do século XX, a partir do estudo das fichas de matrículas de egressas da Escola de Enfermagem da UFMG de 1933 até 1957, também é delineada. Seguidamente uma pesquisa e seleção de fontes foi realizada a partir da leitura de artigos

nacionais e internacionais sobre o procedimento da lobotomia, como os ideais eugênicos se apresentavam socialmente, a influência do higienismo na institucionalização em massa no início do século XX, história da prática da lobotomia e também análise de instituições que se tornaram conhecidas pela realização constante da prática cirúrgica. As informações foram então relacionadas e sintetizadas para a produção deste artigo. A revisão de literatura de trabalhos de Michel Foucault e Judith Butler também contribuiu para a elaboração das análises que serão estabelecidas.

Eugenia e a Moral

Após pesquisas, é possível inferir que a prática da lobotomia pré-frontal foi utilizada como mecanismo de controle para as mulheres que não se adequavam às normas de condutas eugênicas. No período analisado, as mulheres eram, de acordo com os princípios de moral da sociedade, entendidas como seres que deveriam ser dóceis, submissos, recatados e pertencentes a vida doméstica e suas implicações (BRASLOW, 1999, p.295). Essas imposições sociais, que não eram aplicadas aos homens, podem ser observadas na prática com a análise dos documentos de matrícula de alunas na *Escola de Enfermagem Carlos Chagas* até o ano de 1957. Foi um requerimento para ingressar na EECC por mais de vinte anos, considerando sua fundação em 1933, a apresentação de “atestado de idoneidade” que deveria conter a assinatura de uma pessoa idônea, um homem, confirmando o caráter da egressa, que era julgado de acordo com regras sociais que eram fortemente influenciadas por ideais que validavam a moral das mulheres de acordo com padrões eugenistas.

Também foi encontrada no acervo digital da *Escola de Enfermagem Carlos Chagas*, que viria a se tornar *Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais*, uma edição da Revista Mineira de Enfermagem que discutia abertamente a questão da esterilização dos tarados, uma das práticas

defendidas dentro do campo da eugenia. A edição número oito da revista, publicada em dezembro de 1937, apresenta um artigo onde a prática da esterilização de indivíduos que se enquadravam na definição de perversão eugênica, ou seja, que fugiam das normas de moral consideradas apropriadas e eram considerados uma ameaça ao futuro genético da população, é criticada pelo autor. No entanto, apesar de possuir uma posição contrária a prática referida, o autor finaliza a sessão “Eugenia e religião” defendendo a manutenção dos princípios morais eugenistas, com a seguinte proposta:

Implantemos na mocidade o senso da responsabilidade de um patrimônio hereditário, que não deve e não pode ser agravado ou esbanjado em farras de cabarets, afastando o adolescente do perigo venéreo e venenos raciais, A educação eugênica, intensiva e extensiva a todas as classes, através do púlpito, da Cátedra, da imprensa, do rádio - é o de que a humanidade precisa para elevar o estalão de higidez física e mental. Como complemento organizemos os "*bureaux*" de casamento - "*family stock*" - que orientaram os candidatos "*a hymeneu*". Finalmente, façamos rigorosa seleção dos povos imigrantistas, que irão contribuir pelo caldeamento e fusão, para formação da etnia brasileira. E mais -do que tudo isto, informemos a humanidade nos sãos princípios da moral cristã, porque somente a religião católica, com as suas sábias leis de matrimônio indissolúvel e sobretudo com a sua moral divina, antemural ao desregramento dos costumes e dissolução da família, poderá conter a avalanche de degradação social a racial, com as práticas imorais e disgenizantes o *birthcontrol* e a esterilização. (GOMES, 1937, p. 47)

Ainda na coleção da *Escola de Enfermagem Carlos Chagas*, é possível atestar a relevância da eugenia na comunidade científica da área da saúde no Brasil entre as décadas de 30 e 50, através de álbuns de recortes de jornais referentes a EECC e a Saúde Pública da época. A eugenia foi caracterizada como a “higiene da espécie” por Octavio Domingues, geneticista e diretor do periódico "Boletim da Eugenia", em um dos recortes de jornais preservados no arquivo institucional da *Escola de Enfermagem da UFMG* de julho de 1935. Em outro recorte que corrobora com a perspectiva de que os princípios eugênicos adquiriram tamanha influência no âmbito da saúde ao ponto de interferir

diretamente sobre o diagnóstico psiquiátrico das mulheres no início do século XX, um artigo publicado em jornal em julho de 1933 em Minas Gerais, que tratava da inauguração da *Escola de Enfermagem Carlos Chagas*, contém o discurso do Doutor Ernani Agrícola, que foi Presidente do Conselho Nacional de Saúde, declamado para a ocasião. Em seu discurso, Doutor Ernani trata sobre a importância da formação de enfermeiras especializadas cujo, em suas palavras serviriam para o: “objetivo mais alto à melhoria dos nossos serviços de assistência, da Saúde Pública e de eugenia, tudo isso visando numa esfera ainda maior o bem estar do nosso povo e o engrandecimento e a prosperidade do nosso país!”.

Patologização Feminina

Dada a relevância dos ideais eugenistas nas normas de conduta sociais e na saúde pública durante o início do século XX, pode-se constatar que o discurso eugênico se apresentava de maneira extremamente patologizante para com aqueles que desviavam dos padrões morais conservadores impostos à população (SOUZA, 2022, p.54). Após a leitura de artigos que analisam a história da leucotomia pré-frontal e a utilização dessa prática em diferentes instituições psiquiátricas brasileiras e internacionais, fica explícito como as mulheres foram alvos principais das psicocirurgias.

Referido discurso patologizante atribui caráter instável àquilo nomeado como “natureza feminina”. O próprio criador da versão inicial da lobotomia pré-frontal Egas Moniz define como desvios sexuais femininos todos os exageros sexuais da mulher, que em suas palavras geralmente os exibe de maneira atentatória a dignidade e conveniências sociais, e afirma que tais exageros estão intrinsecamente ligados a sua constituição neuropática (MONIZ, 1931, p.342). Deste modo, a associação entre a fisiologia feminina, distúrbios psiquiátricos e normas de conveniências sociais eugenistas resultam em uma

identificação de pacientes mulheres como mais necessitadas de uma intervenção mais severa como a lobotomia do que pacientes homens.

Walter Freeman e James Watts, foram referências na popularização do procedimento por terem desenvolvido a técnica mais utilizada e conhecida da lobotomia, que envolvia a inserção de um instrumento através do osso da cavidade ocular para atingir o cérebro, como uma alternativa menos invasiva à lobotomia tradicional (MASIERO, 2003, p.08). Essa técnica ficou conhecida como lobotomia transorbital ou lobotomia de *icepick*. Até 1942, 75% das lobotomias realizadas por Watts e Freeman foram em mulheres. Levantamentos abrangentes de instituições psiquiátricas dos Estados Unidos da América entre 1949 e 1951 atestam que esse cenário de uma maioria expressiva de pacientes femininas lobotomizadas se desdobrou pelo país como um todo (TONE, 2018, p.625).

Essa realidade também pode ser confirmada no Brasil, quando se analisa a realização do procedimento no *Hospital Juquery* de São Paulo. Uma das primeiras e principais instituições psiquiátricas do país, o *Hospital Juquery* é objeto de muitos estudos devido a episódios trágicos de seu passado, como casos de superlotação e também utilização da leucotomia pré-frontal em massa. Segundo o psicólogo e pesquisador André Luis Masiero, até 1949 foram realizadas mais de setecentas lobotomias no Juquery, quase todas em mulheres. Fica evidente a priorização das mulheres para a realização da lobotomia quando se observa a obra *Tratamento cirúrgico de moléstias mentais (leucotomia)* (1951) dirigida por Mário Yahn, A. Mattos Pimenta e Afonso Sette Junior, psiquiatras e neurocirurgiões que operavam no *Hospital Juquery*. Durante a obra, são analisados dados de 135 pacientes que foram lobotomizados, porém, logo na introdução existe um relato que afirma que a variação do procedimento analisado foi aplicada em quatrocentas pessoas, todas mulheres.

Lobotomia e Controle Social

A correlação realizada pela comunidade científica do início do século XX entre a fisiologia feminina e transtornos psiquiátricos de ordem sexual, serviu de argumento principal para o desenvolvimento de um discurso patologizante ao redor do corpo feminino que motivou e justificou a lobotomização de milhares de mulheres pelo mundo. O impulsionador desse cenário que se repetiu de maneira consistente em diversos hospitais e clínicas psiquiátricas mundialmente, era pautado na lógica que entendia as mulheres que apresentavam “exageros sexuais” como desviantes e perigosas para ordem social por não apresentarem aptidão ou interesse em se dedicar ao papel social doméstico imputado à elas. Logo, as mulheres que cediam a sua natureza fisiologicamente instável e sucumbiam ao que eram entendidos e diagnosticados como transtornos psíquicos sexuais representavam uma ameaça à instituição mais valorizada socialmente: a família (BRASLOW, 1999, p.295).

Assim, esses transtornos que distanciavam as mulheres dos comportamentos morais aceitos e esperados socialmente, como expressa a obrigatoriedade da apresentação de um atestado de idoneidade das alunas em suas fichas de matrícula na EECC no início do século passado, poderiam gerar, entre outras situações, infidelidade no matrimônio, relações conjugais problemáticas ancoradas em ciúmes, negligência feminina em relação as suas tarefas de esposa, mãe e cuidadora do lar. Tais consequências que poderiam ser geradas em decorrência da “perversão” dessas mulheres que não se conformavam a ideologia social eugenista em vigor, eram consideradas graves o suficiente para legitimar a utilização da leucotomia como uma opção de cura (BRASLOW, 1999, p.294). Uma cirurgia que tornava as pacientes femininas dóceis e obedientes, mas suficientemente saudáveis para retornar e cuidar de

seus lares, tinha muitos defensores que entendiam a lobotomização de mulheres desviantes como proteção da moral e ordem na sociedade.

A interpretação da lobotomia como prática de controle de mulheres que não seguiam as normas de conduta da sociedade do início do século XX, influenciada diretamente por concepções eugenistas e higienistas, dialoga com o trabalho do historiador Michel Foucault. Em sua obra "História da Sexualidade, Volume 1: A Vontade de Saber", Michel Foucault desenvolve sobre os mecanismos de controle que a sociedade ocidental implementa e exerce sobre seus indivíduos. Ao contrário do que é normalmente atribuído ao histórico da relação entre sociedade e sexualidade, Foucault argumenta que ela não foi exatamente reprimida, mas que o controle da sexualidade na verdade também é exercido através de uma série de práticas discursivas que classificam e normatizam os comportamentos sexuais. Ele adiciona que os mecanismos de controle sexual se expressam de diversas maneiras, como a psiquiatrização de comportamentos sexuais considerados desviantes e a imposição de normas e padrões sexuais através de instituições como principalmente a família, a igreja e o estado.

É possível relacionar as intervenções cirúrgicas realizadas legalmente e compulsivamente por instituições de saúde amparadas governamentalmente muitas vezes, em mulheres que expressavam sua sexualidade de maneira contrária do considerado normal e diagnosticadas com distúrbios sexuais, com o conceito de "biopoder", introduzido por Foucault. Tal conceito se refere ao poder que o Estado passa a exercer com o advento do capitalismo, controlando o uso dos corpos e manutenção da saúde de sua população. O trabalho de Foucault, facilita a compreensão de como a lobotomia enquanto um procedimento cirúrgico foi aplicado em milhares de indivíduos, majoritariamente mulheres, com o intuito de controlar e docilizar seus corpos.

Principalmente através da associação dos conceitos de mecanismos de controle sexual implementados pelo Estado e pela família, e pelo conceito de “biopoder”.

A normatização de certos comportamentos sexuais a depender do gênero do indivíduo que os expressasse socialmente, serviu como principal parâmetro utilizado para o diagnóstico de insanidade conferido às mulheres que não viviam de acordo com as referidas normas, baseadas em ideais conservadores, religiosos e eugênicos, como já apresentado. Assim como argumenta a pesquisadora Judith Butler, o conceito de gênero é normativo e baseado em performances sociais que condizem com as definidas como adequadas para cada gênero. Logo, se compreende como a inabilidade de se conformar às normas sociais estabelecidas para o gênero feminino, que incluíam uma performance reservada, submissa, desprovida de vaidades e exageros sexuais classificados como luxúrias e perversidade e ligada ao âmbito doméstico, que algumas mulheres apresentavam foi recebida com tamanha insatisfação por uma sociedade fundamentada em pilares conservadores herdados de uma tradição patriarcal e cristã secular.

Considerações Finais

Em síntese, o presente artigo investigou como os ideais eugênicos moldaram as percepções da saúde mental feminina e influenciaram as intervenções médicas, com foco na lobotomia pré-frontal. Os resultados destacam a utilização desproporcional desse procedimento em mulheres, impulsionada por um discurso patologizante que associava a fisiologia feminina a transtornos psiquiátricos, em conformidade com normas sociais conservadoras e eugenistas. Essa prática refletiu a tentativa de controlar corpos femininos considerados desviantes, reforçando mecanismos de poder e controle sobre a sexualidade e o comportamento das mulheres.

A discussão contextualiza esses achados dentro do arcabouço teórico de Michel Foucault e Judith Butler, ressaltando a relação entre poder, normatização de gênero e controle social. Além disso, ressalta-se a importância histórica e contemporânea desse estudo para compreender as interseções entre gênero, saúde mental e práticas médicas, destacando a necessidade de revisitar e repensar essas questões no contexto atual.

Para futuras pesquisas, sugere-se explorar mais profundamente os impactos dessas práticas na vida das mulheres afetadas e investigar possíveis intervenções no campo da saúde mental feminina, visando promover uma abordagem mais justa, inclusiva e sensível às necessidades das mulheres, livre de estigmas e normas opressivas.

Referências Bibliográficas

BEHNKEN, Priscilla Booth. MERRILL, Elizabeth **Good. Nursing Care Following Prefrontal Lobotomy. The American Journal of Nursing**, Jul., 1949, Vol. 49, No. 7 (Jul., 1949), pp.431-434. Lippincott Williams & Wilkins.

BRASLOW, Joel. **Therapeutic effectiveness and social context: the case of lobotomy in a California state hospital, 1947-1954.** Culture and medicine, v.170. Maio de 1999.

BUTLER, Judith. **Undoing Gender.** New York: Routledge. 2004.

DOMINGUES, Octavio. **Eugenia e Religião. Minas Gerais.** 25 de Julho de 1935. Coleção arquivística Escola de Enfermagem Carlos Chagas / Escola de Enfermagem Carlos Chagas na Faculdade de Medicina da UFMG / Escola de Enfermagem da UFMG. Série 6 - Jornais, revistas e boletins. Dossiê 1 - Álbuns de recortes de jornais referentes à EECC e Saúde Pública - Décadas de 1930 e 1940. Regulamento_da_Confer__ncia_Nacional_de_ProteoInfancia_e_Eugenia_e_Religi__o.pdf. Belo Horizonte. Depósito Físico. Centro de Memória da Escola de Enfermagem da UFMG.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade Volume 1: A vontade de saber.** 1977.

GOMES, Fernando Magalhães. **Eugenia e religião, Esterilização dos tarados, conferência realizada no centro D. Vital de Belo Horizonte.** 1937. Coleção arquivística Escola de Enfermagem Carlos Chagas / Escola de Enfermagem Carlos Chagas na Faculdade de Medicina da UFMG / Escola de Enfermagem da UFMG. Série 5 - Jornal e revista da EECC. Dossiê 3 - Revista: "A Enfermagem em Minas" - 9 fascículos - 1936 a 1938". Item - Revista Mensal - Ano I - Set. a Dez. 1937 - Nº 08. RevistaMensal-Anol_Set_a_Dez.1937-__N__08.pdf. Belo Horizonte. Depósito Físico. Centro de Memória da Escola de Enfermagem da UFMG.

JUNIOR, S. de Toledo Piza. **A genética como base da eugenia. Minas Gerais.** 02 de Agosto de 1933. Coleção arquivística Escola de Enfermagem Carlos Chagas / Escola de Enfermagem Carlos Chagas na Faculdade de Medicina da UFMG / Escola de Enfermagem da UFMG. Série 6 - Jornais, revistas e boletins. Dossiê 1 - Álbuns de recortes de jornais referentes à EECC e Saúde Pública - Décadas de 1930 e 1940. A_gen_tica_como_base_da_eugenia.pdf. Belo Horizonte. Depósito Físico. Centro de Memória da Escola de Enfermagem da UFMG.

LOBO, Gisele de Oliveira. MATTIOLLI, Tatiani Cristina. SANTOS, Sinval Avelino. **ESQUIZOFRENIA: PERSPECTIVA HISTÓRICA E ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM.** Revista Cuidarte Enfermagem. Julho/Dezembro de 2008.

MACIEL, Maria Eunice de S. **A EUGENIA NO BRASIL.** Anos 90, [S. l.], v. 7, n. 11, p. 121-130, 1999.

MASIERO, A. L. **A lobotomia e a leucotomia nos manicômios brasileiros.** História, Ciências, Saúde Manguinhos, vol. 10(2): 549-72, maio-ago. 2003.

MISKOLCI, Richard. **A HORA DA EUGENIA: RAÇA, GÊNERO E NAÇÃO NA AMÉRICA LATINA.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 22(1):228-235, jan, 2006.

MONIZ, Egas. **A vida sexual: fisiologia e patologia.** Lisboa: Casa Ventura Abrantes. 1931.

Programa da Disciplina: enfermagem cirúrgica e SO em neurologia. Escola de Enfermagem Carlos Chagas. Belo Horizonte. 1966. Coleção arquivística Escola de Enfermagem Carlos Chagas / Escola de Enfermagem Carlos Chagas na Faculdade de Medicina da UFMG / Escola de Enfermagem da UFMG. Série 2 - Seção de Ensino. Dossiê 12 - Programa de ensino, 1954-1968. Item 5 - Programa de

disciplina - 1966. Depósito físico. Centro de Memória da Escola de Enfermagem da UFMG. Recipiente: Cx. 07 > Pasta 05 - Sala 108 > Secretaria > Armário 2/3 > Prateleira 01.

SOUZA, Adriana Maria. **“Nega maluca”: raça, discursos higienistas e mulheres negras no pós-Abolição (1888-1955)**. Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). 2022.

TOLEDO, Eliza Teixeira. **História, sexualidade e loucura: as psicocirurgias no Hospital Psiquiátrico de Juquery sob o prisma de gênero (1936-1951)**. Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 n. 2 (mai./ago. 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2015.

TONE, Andrea. **(F)ailing women in psychiatry: lessons from a painful past**. CMAJ. 22 de Maio de 2018.

Grande sacrifício ou destino natural? A mudança da percepção da maternidade na França oitocentista

Pamella Turbay Gasparetti²⁷

Mestranda em História
Universidade Federal do Espírito Santo
pamellaturbay@gmail.com

Resumo: Para a França, o século XVIII foi um momento de grandes transformações e eventos sem precedentes em sua história. Também chamado de Século das Luzes, o período teve como marco o Iluminismo, que contestou o poderio do Antigo Regime que permeava a sociedade e política francesa há alguns séculos, culminando em sua destruição com a Revolução Francesa e a instauração da Primeira República. Diante disso, surgiu a necessidade de romper com a tradição absolutista para construir uma nova nação, redefinindo toda sua estrutura e o lugar de cada indivíduo. Embora a historiografia tenha destacado por muito tempo apenas os franceses e seus feitos, as mulheres estiveram presentes e ativas durante todo o processo, o que causou temor nos homens que estavam no poder durante a Revolução, sujeitando as francesas ao papel de mãe. O objetivo deste artigo é examinar como a maternidade era vista e praticada durante o século XVIII e se a Revolução foi capaz de transformá-la em ruptura com o Antigo Regime.

Palavras-chave: Antigo Regime, Revolução Francesa, Maternidade, Papel social.

Do grande sacrifício

Marilyn Yalom, em seu *A History of the Breast*, diz que “a Revolução Francesa tocou os seios das francesas de diversas maneiras” (1997, p. 116, tradução nossa)²⁸. Uma dessas maneiras diz respeito à amamentação. Foi

²⁷ Bolsista Capes/Cnpq.

²⁸ “The French Revolution touched Frenchwomen’s breasts in many ways”.

através da Revolução que o ideal aristocrático de um seio jovem e inutilizado foi rejeitado, o que tornou a amamentação da mãe biológica a forma mais pura e fundamental de criar cidadãos patriotas e moldar as mães republicanas. Isto porque, até meados do século XVIII, a prática mais comum era a de enviar a criança para uma ama de leite, que ficaria a cargo não somente do aleitamento (também chamado de amamentação mercenária), mas de cuidar da criança (BADINTER, 1980).

Por que focar no aleitamento, então? A amamentação é uma das atribuições principais da função materna, sendo característico não somente no final do século XVIII, pois é um pensamento que ainda permeia a contemporaneidade. A mulher que materna se torna a responsável – muitas vezes, a única – pela criação da criança. Ao dar a luz a um bebê, a mulher fica incumbida de fazer a vida dessa outra pessoa dar certo. Assim, Nancy Chodorow explica:

Em nossa sociedade, bem como na maioria das sociedades, as mulheres não apenas concebem crianças. Elas também assumem a responsabilidade primária do cuidado com as crianças, de passar mais tempo do que os homens o fazem com bebês e crianças e sustentar laços emocionais primordiais com crianças. Quando as mães biológicas não assumem a função, quase sempre outras mulheres, ao invés de homens, tomam este lugar. Embora pais e outros homens passem quantidades significativas de tempo com bebês e crianças, o pai raramente é um responsável primordial da criança. (1978, p. 5, tradução nossa)²⁹.

O ser mãe é, portanto, uma função intrínseca à condição do ser mulher. Assim, só se considera uma *mulher verdadeira* aquela que é mãe, levando em

²⁹ “In our society, as in most societies, women not only bear children. They also take primary responsibility for infant care, spend more time with infants and children than do men, and sustain primary emotional ties with infants. When biological mothers do not parent, other women, rather than men, virtually always take their place. Though fathers and other men spend varying amounts of time with infants and children, the father is rarely a child's primary parent”.

conta apenas suas características biológicas e um sistema reprodutor - além de um possível instinto tido como “natural”. Cabe à mãe não somente gestar e parir, mas todo o cuidado com este pequeno humano.

Na França do século XVIII sob o Antigo Regime, ser mãe não era visto com essa mesma grandeza. Por se tratar de um período pré-capitalista, para a maior parte do Terceiro Estado, a preocupação dentro de um lar era a produção, qualquer que fosse ela. As crianças eram introduzidas ao trabalho e auxiliavam sua família, e não havia preocupação com cuidado e o amor materno incondicional como temos a partir do século XIX (BADINTER, 1980). As aristocratas, por outro lado, sem a necessidade de produzir para se sustentarem, possuíam outras obrigações de cunho social, logo, gastar tempo cuidando de crianças era um grande sacrifício, sobretudo de sua imagem e status. Para as demais mulheres, o maternal se tornava um sacrifício pois era uma função que não tinham tempo para exercer, além de ser considerado desinteressante. Com exceção das camponesas, mulheres das mais diversas classes dependiam das *nourrices* (amas de leite) para aleitar e cuidar de suas filhas e filhos³⁰.

Marilyn Yalom exemplifica melhor com os números a seguir:

Nos meados do século [XVIII], cerca de 50% de todas as crianças parisienses eram enviadas para o campo para serem criadas por amas de leite. Em 1769, uma Agência de Amas de Leite foi criada em Paris com o objetivo de garantir que as amas de leite fossem pagas com antecedência. Em 1780, de aproximadamente vinte e um mil bebês nascidos em Paris, somente cerca de 10% eram amamentados em suas próprias casas. Os outros 90% foram levados por seus pais ou por orfanatos à amas de leite. Porém, em 1801, foi estimado que metade de todos os bebês parisienses

³⁰ A exceção se dá pois as *nourrices* eram as próprias camponesas, que alimentavam e cuidavam dos bebês das demais mulheres do Terceiro Estado e das aristocratas. Isso acontecia simultaneamente enquanto amamentavam e cuidavam das próprias crianças. Cf. BADINTER, 1980.

e dois terços dos bebês ingleses eram amamentados por suas mães (YALOM, 1997, p. 106, tradução nossa)³¹.

Podemos notar que a mudança no percentual de contratação das *nourrices* foi expressiva nas duas últimas décadas do século XVIII, período este que compreende a Revolução Francesa. Há evidências da presença de amas de leite até mesmo na Antiguidade, mas, no que diz respeito à França, a documentação atesta o serviço das amas de leite tendo início no século XIII com São Luís IX, mas a estabilidade de sua contratação se deu somente a partir de Luís XV – até a Revolução (SUSSMAN, 1982). Essa estabilidade é confirmada com os dados trazidos por Yalom, que demonstra o declínio da atividade com a virada do século, em 1801. Embora as amas de leite tenham sido contratadas há alguns séculos, foi no século XVIII que tiveram seu ápice, como evidenciado pela institucionalização da profissão em 1769 através da criação da Agência (YALOM, 1997).

A prática era comum entre as trabalhadoras urbanas e burguesas pela necessidade de se dedicarem ao trabalho e sua produção nesta França pré-industrial. Os bebês que eram enviados para as *nourrices*, sobretudo na área rural³², permitiam que as mulheres desenvolvessem suas atividades profissionais, como pequenos comércios ou produções artesanais. Os bebês enviados costumavam ficar desde seu nascimento até seus dois a três anos de idade. A partir disso, dependendo de seu gênero, ficariam com o pai ou a mãe, mais uma vez evidenciando a divisão do sistema sexo-gênero.

³¹ “By midcentury, around 50 percent of all Parisian children were sent to the country to be raised by wet nurses. In 1769, a Wet Nurse Bureau was set up in Paris with the aim of assuring that wet nurses be paid in advance. By 1780, of approximately twenty thousand babies born in Paris, as few as 10 percent were being nursed in their own homes. The other 90 percent were placed by their parents or by founding hospitals with wet nurses. Yet, by 1801, it has been estimated that half of all Parisian babies and two-thirds of English babies were nursed by their mothers”.

³² Além do costume de enviar os bebês para o campo, haviam *nourrices* que se deslocavam até a casa da criança, onde exerceriam suas atividades. A prática era mais comum entre mulheres mais abastadas. Cf. BADINTER, 1980.

É também em meados do século XVIII que o discurso acerca da amamentação começou a mudar. No âmbito médico, em vista do declínio populacional causado pelo alto índice de mortalidade infantil, o leite das *nourrices* passou a ser visto como prejudicial aos bebês. Assim, o aleitamento materno foi incentivado. De acordo com Marie-France Morel (1976), o problema era mais moral e político do que médico, de fato. Os argumentos utilizados no início do século diziam respeito à saúde tanto da mãe quanto à do bebê. No que tange a mãe, acreditava-se que o leite deveria ser dado ao bebê, pois poderia azedar e estragar ficando armazenado nos seios da mulher. Já no que concerne ao neném, o leite materno deixaria a criança mais forte e imune a doenças do que com o leite da *nourrice*. O argumento político girava em torno da taxa de mortalidade infantil e variava. Havia alguns médicos que preferiam que as crianças fossem enviadas aos cuidados de uma ama de leite para que a mãe biológica tivesse mais filhos, para tentar garantir em números a população. A maioria, no entanto, aconselhava que as próprias mães amamentassem suas filhas e filhos para que fossem crianças fortes e robustas. Como forma de combate pela qualidade da saúde dessas crianças, uma vez que a quantidade não garantiria que todas sobrevivessem. Os filósofos também utilizavam de seus preconceitos, por acreditarem que as *nourrices*, por não terem o mesmo – ou nenhum – nível de instrução, seriam crueis e não cuidariam devidamente dos bebês.

Segundo Morel (1976), essa maioria a favor do aleitamento materno ganha força com Rousseau e seu tratado educacional: *Émile*. A autora afirma que, a partir da publicação da obra em 1762, surgem diversos escritos que evidenciam a criação de crianças *à la Jean-Jacques* [à maneira de Jean-Jacques]. É evidente que o filósofo era reconhecido por seus contemporâneos. Muitas mulheres, a exemplo de Maria Antonieta, ou as *salonnières* em seus círculos

intelectuais se vangloriaravam de seguir a maneira de educar de Rousseau. George Sussman (1782) alerta para as reflexões que se atém somente ao filósofo, uma vez que o discurso não se iniciou com ele. Rousseau não traz um argumento original, porém, enquanto historiadoras e historiadores, devemos nos atentar para não atribuir tamanha influência a um discurso específico, não somente no que diz respeito à originalidade. Pelos exemplos levantados por Morel, fica evidente que a influência de Rousseau se restringia a um grupo pequeno da elite sociocultural francesa.

Em *Origens culturais da Revolução Francesa*, Roger Chartier questiona no capítulo 4: “Será que livros fazem revoluções?”. Nele, é possível entender como se deu a influência de Rousseau - passível de exagero. Para isso, Chartier esboça um panorama das leituras e como é problemático assumir que o Iluminismo tornou a Revolução inevitável. Primeiro porque, ao fazer esta afirmação, está se colocando todos os filósofos do período em um único grupo homogêneo. Além disso, Chartier pontua que “essa pluralidade em si, inscrita nos próprios textos, torna impossível concluir que eles eram lidos de maneira idêntica por todos os leitores ou que sua interpretação podia ser reduzida a uma única e simples afirmativa ideológica” (2003, p. 140). Logo, ainda que houvesse a intenção do autor em seu texto – como Rousseau em *Émile*, não havia garantia de que seria recebido da mesma forma por cada um dos leitores, sobretudo aqueles de épocas posteriores. O historiador evidencia o uso de obras do filósofo nas mais diversas camadas sociais francesas: “Rousseau não só fornecia material de leitura igualmente para plebeus e aristocratas; era também o autor favorito de alguns membros da classe média comercial, que o assumiam como seu *maître à penser*” (*Ibidem*, p. 135). Roger Chartier traz exemplos de uso de diversos filósofos após a Revolução, ou após a morte deles, para justificar e embasar o evento.

Assim, Chartier responde à pergunta que deu título ao capítulo e ao argumento de Sussman:

Em certo sentido, então, foi a Revolução que “fez” os livros, e não o contrário, já que foi a Revolução que deu um significado premonitório e programático a certas obras, atribuindo esse significado às suas origens após o fato estabelecido (*Ibidem*, p. 143).

O destino natural

Apesar da crítica relevante de George Sussman, a maior parte das obras que tratam da influência de Rousseau na transformação do comportamento das mulheres foram publicadas após a obra de Sussman, e utilizam o filósofo como o destaque da mudança. É válido ressaltar que o destaque não é dado somente positivamente, também não estou fazendo uma defesa de Rousseau ou seus escritos – a intenção é justamente o inverso.

Elisabeth Badinter, Marilyn Yalom, Mary Jacobus, Lynn Hunt, Suzanne Desan, Yvonne Knibiehler, Marie-France Morel, Michel Grenon, dentre tantas outras utilizam os escritos de Rousseau ao tratar do ideal materno, sobretudo durante a Revolução. Isso porque foi durante a Primeira República instaurada em 1793 que o ideal materno, sobretudo o visto em *Émile*, se perpetuou. Como vimos anteriormente, a adesão foi maior nas classes mais abastadas, dos círculos intelectuais. Apesar disso, muitas mulheres não aderiram ao ideal e fizeram críticas duras a ele. É dessa mudança que iremos tratar.

Émile é um tratado educacional escrito por Rousseau e publicado em 1762 acerca da educação de meninos. No primeiro capítulo, o filósofo afirma que “a mãe é a cuidadora natural *do bebê*, enquanto o pai é o tutor natural *da criança*” (ROUSSEAU, 1762 *apud* SUSSMAN, 1982, p. 27, tradução e grifo nossos)³³. Aqui, é feita uma divisão não somente dos responsáveis pela criança em determinada

³³ “The mother is the *baby*’s natural nurse, as the father is the *child*’s natural tutor”.

fase de sua vida, mas também uma divisão das esferas pública e privada e até do trabalho. O homem é responsável pela instrução da criança, enquanto a mãe é a cuidadora do bebê. Além disso, há uma ênfase nos instintos e na natureza de cada gênero, como Nancy Chodorow salienta, “todo sistema de sexo-gênero organizou a sociedade em dois e apenas dois gêneros, uma divisão sexual do trabalho que sempre inclui o maternar de uma mulher e o casamento heterossexual” (1978, p. 9, tradução nossa)³⁴.

Não apenas Rousseau, mas em diversos tratados, médicos, físicos e outros intelectuais, a partir da metade do século XVIII, passam a exaltar a maternidade, evocando a natureza dócil da mulher. A amamentação materna, não mais a mercenária da *nourrice*, que deveria ser feita, pois através dela que são criados e reforçados os laços entre a mãe e o bebê. O sacrifício é, então, deixado de lado para assumir essa carga natural, que não precisa de – ou não deveria ter – esforço algum. Essa mulher que deixa de se dedicar aos prazeres mundanos e abdica de si mesma ao colocar as filhas e filhos em primeiro lugar é a boa mãe (*bonne mère*), a mãe que *Émile* deve ter. Das variadas obras que tratam dessa mãe ideal, o intuito de seus autores não era a saúde da mulher e da criança, já que acreditava-se que o leite de uma *nourrice* poderia fazer mal ao bebê. O objetivo era criticar a postura das mulheres e tentar circunscrevê-las ao lar. (SUSSMAN, 1982).

Embora as mulheres atuassem publicamente indiretamente durante o Antigo Regime, foi durante a proporção que sua participação se mostrou em uma escala jamais vista até então. Dada a dimensão inédita, é de se esperar que os homens franceses tivessem medo da participação feminina e tentassem diminuir suas tentativas de serem incluídas nas assembleias, por exemplo. Além disso, acreditava-se que a mulher tinha um grande poder de corrupção e

³⁴ “Every sex-gender system has organized society around two and only two genders, a sexual division of labor that always includes women’s mothering, and heterosexual marriage.”

dissimulação, e que, ao participarem politicamente, tornariam os homens afeminados e se tornariam viragos – criaturas monstruosas e masculinizadas (DESAN, 2004). Lynn Hunt explica que “mulheres atuantes na esfera pública — sejam as comerciantes retratadas por Burke, ou Maria Antonieta como ilustrada por seus críticos republicanos — eram igualadas a bestas; elas perderam sua feminilidade e com ela sua própria humanidade” (1992, p. 116, tradução nossa)³⁵.

Isso se tornou mais forte com a instauração da República. Após a execução de Luís XVI, os revolucionários precisavam de uma nova figura que substituísse o antigo monarca, a fim de legitimar o novo governo em vias de construção. A maternidade passou a ser exaltada, pois além de limitar o espaço de atuação das mulheres – teoricamente –, era apenas uma alegoria. Como não era uma mulher real, os revolucionários esperavam que não houvesse identificação. As figuras utilizadas foram desde a personificação da República, que ganhou até o nome de Marianne, às características que consideravam cruciais para o governo republicano como a virtude, a razão, a liberdade, a igualdade, a fraternidade (JACOBUS, 1992).

De acordo com Michel Grenon,

Um certo ideal político e social é associado a esse capítulo da história da Convenção: o Terror é sua expressão máxima. A expressão pedagógica desse ideal se condensa neste pensamento conciso de Lepeletier: ‘Criar um novo povo’. Nessa proposição, a mãe que nutre está sempre no ranking mais alto: ela e seu leite são consubstanciais à pátria (GRENON, 1991, p. 42, tradução nossa)³⁶.

³⁵ “Women acting in the public sphere—whether the market women as portrayed by Burke or Marie-Antoinette as depicted by her republicans critics—were likened to beasts; they lost their femininity and with it their very humanity”.

³⁶ “Un certain idéal politique et social est associé à ce chapitre de l’histoire de la Convention: la Terreur en est l’expression extrême. L’expression pédagogique de cet idéal se condense en cette formule lapidaire de Lepeletier: ‘Créer un nouveau peuple.’ Dans cette entreprise, la mère nourrice est toujours au premier rang: elle, et son lait, sont consubstantiels à la patrie”.

O ideal materno foi, assim, uma maneira que os revolucionários encontraram de tentar suprimir a presença das mulheres e também de regenerar toda a sociedade francesa, a fim de não deixar resquícios do Antigo Regime. Os revolucionários construíram a imagem de uma nação degenerada por haver a presença da mãe na vida de todos da casa, não somente as crianças. Até mesmo o marido (DESAN, 2004). A amamentação pela mãe também se tornou crucial, pois acreditava-se que a corrupção começava pelo seio, sobretudo com as *nourrices*. Porém, a mãe republicana e devota aos seus filhos e à República, não corria esse risco ao se entregar à sua natureza. O leite republicano era considerado incorruptível, pois era o néctar da razão (JACOBUS, 1992). A maternidade cívica foi, também, uma forma de ir contra a prática comum do século de amamentação mercenária, comum do Antigo Regime.

Apesar dos esforços revolucionários, a adesão das mulheres a esse ideal não foi completa, visto sua participação e reivindicações constantes durante a Revolução. Mesmo as que aderiram ao papel de mãe, o fizeram muitas vezes para justificar sua presença, a fim de passar os sentimentos patrióticos para os pequenos cidadãos que estavam criando (SMART, 2011).

Considerações finais

Ao associar a maternidade à natureza, os revolucionários tentaram criar uma maneira de legitimar não somente a República, mas a mulher ideal que se atrelaria a seu instinto, para evitar questionamentos – e fracassaram. A criação dessa boa mãe inspirada, principalmente, em Rousseau, teoricamente dava um grande poder às francesas. A mesma instituição que deu tamanho poder de regeneração de toda a nação a essas mulheres, também foi a responsável por limitá-las. Nas palavras de Judith Butler, essa *bonne mère* construída para as

francesas “é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação” (2023, p. 20). Assim, ao buscarem a emancipação através do mesmo sistema que as legitimou, as francesas se depararam com a exclusão e, então, um iminente fracasso.

Embora seja frustrante ver sob a ótica contemporânea como essas mulheres adquiriram certos direitos para depois perdê-los por dois séculos, devemos nos concentrar justamente em sua luta e no fato de terem conquistado, ainda que temporariamente ou sob condições muito específicas, certos direitos, para que elas permaneçam presentes na historiografia da Revolução Francesa.

Referências

BADINTER, Elisabeth. **L'amour en Plus: Histoire de l'Amour Maternel (XVIIe-XXe siècle)**. Paris: Flammarion, 1980.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

CHARTIER, Roger. **Origens Culturais da Revolução Francesa**. São Paulo: Unesp, 2003.

CHODOROW, Nancy. **The reproduction of mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender**. Berkeley: University of California Press, 1978.

DESAN, Suzanne. **The family on trial in revolutionary France**. Berkeley: University of California Press, 2004.

GRENON, Michel. Lait Républicain : Les Conventionnels et la Fonction Sociale de la Maternité. **Man and Nature / L'homme et la nature**, Toronto, n. 10, p. 39-46, 1991.

HUNT, Lynn. **The Family Romance of the French Revolution**. Berkeley: University of California Press, 1992.

JACOBUS, Mary. Incorruptible Milk: Breast-feeding and the French Revolution. In: Sara Melzer (Ed.); Leslie Rabine (Ed.). **Rebel Daughters: Women and the French Revolution**. Nova Iorque/Oxford: Oxford University Press, 1992, p. 54-75.

MOREL, Marie-France. Théories et Pratiques de l'Allaitement en France au XVIIIe Siècle. **Annales de Démographie Historique**, Fontenay-Aux-Roses, 1976, p. 393-427.

SMART, Annie. **Citoyennes: Women and the Ideal of Citizenship in Eighteenth-Century France**. Newark: University of Delaware Press, 2011.

SUSSMAN, George. **Selling Mother's Milk: The Wet-Nurse Business in France 1715-1914**. Urbana: University of Illinois Press, 1982.

YALOM, Marilyn. The Political Breast: Bosoms for the Nation. In: _____. **A History of the Breast**. Nova Iorque: Ballantine, 1998, p. 105-145.

ST16 - Ideias em trânsito: História Intelectual, História das Ideias e História dos Conceitos

A circulação das ideias antimarxistas no jornal *El Mercurio*: o papel da imprensa na queda de Salvador Allende

Raphael Silva Bernardes

Graduando em História pela PUC Minas
raphabernardes82@yahoo.com

Resumo:

A presente apresentação tem como objetivo demonstrar a criação e circulação das ideias antimarxistas no jornal *El Mercurio*. Ao longo do século XX, a América Latina passou por uma série de revoluções sociais que visavam a construção de um novo horizonte de futuro, tendo como um dos seus expoentes mais singulares a experiência que ocorreu no Chile, entre os anos de 1970 e 1973. Nas eleições presidenciais do início da década, a Unidade Popular (UP), uma ampla coligação dos partidos de esquerda chilenos disputava o pleito, na qual o membro do Partido Socialista, Salvador Allende saiu vitorioso e ascendeu ao cargo de chefe de Estado do país andino. Com isso, se gestava o processo da instauração da via chilena ao socialismo, uma perspectiva da construção do socialismo por meio das instituições democráticas e da manutenção da legalidade constitucional. Nesse cenário, os meios de comunicação pertencentes às elites nacionais passam a desenvolver um movimento contrarrevolucionário, com apoio estadunidense, para desestabilizar as bases do governo Allende e garantir a manutenção do *status quo*. Tendo isso em vista, o jornal *El Mercurio*, administrado pela família Edwards, responsável por atividade bancária que financiava a mineração, promove a disseminação de notícias tendenciosas que afirmavam que o país passava por um clima de desordem social e caos, em que as políticas socialistas da UP levariam o país a uma ditadura totalitária de caráter marxista. Criando assim, uma rede de circulação de ideias antimarxistas no Chile, visando construir no imaginário popular que o governo de Allende cometia graves medidas institucionais, responsáveis pelo gradativo “colapso” do Chile. Nesse sentido, para a construção dessa pesquisa recorreu-se a uma análise de fontes primárias e de uma revisão bibliográfica de fôlego, com destaque para autores que deram luz a essa perspectiva, como Santos (2020), Bernedo e Cardini (2002), Bandeira (2023) Rodríguez (2020), Casals (2013), dentre outros. Portanto, é preciso desvelar que a imprensa é fruto do seu tempo histórico e daqueles que a constroem, demonstrando como que as elites

estabeleceram uma circulação de ideias que fundamentaria uma intervenção militar para destituir a experiência socialista da UP e destruir qualquer possibilidade de pensar em um futuro que rompesse com as estruturas opressivas então vigentes.

Palavras-chaves: Imprensa, antimarxismo, anticomunismo, circulação de ideias, Chile

Introdução

A imprensa periódica tem ganhado bastante espaço no campo da investigação historiográfica, principalmente a partir da Escola dos Annales e com a renovações do campo de pesquisa da Nova História Cultural. Nesse sentido, os jornais passaram a representar uma fonte histórica, caracterizada pela sua falta de neutralidade informacional ao noticiar os acontecimentos. Cabendo ao historiador analisar os sujeitos responsáveis por esses meios de comunicação, levando em consideração o contexto em que viveram, e as representações propostas.

Tendo isso em vista, é de suma relevância trazer à tona uma produção voltada para compreender as oposições ao governo de Salvador Allende, para além do movimento golpista de 11 de setembro que destruiu o palácio presidencial do *La Moneda* e instaurou o Terror de Estado por 17 anos. Sendo necessário direcionar o olhar da pesquisa, no que tange a crítica proposta pela imprensa hegemônica e sua atuação direta nesse processo contrarrevolucionário. Assim sendo, por meio desta pesquisa, busca-se compreender a criação e circulação das ideias antimarxistas e anticomunistas no jornal *El Mercurio* durante os anos 1970 na sociedade chilena.

A construção da hegemonia do El Mercurio

Ao longo do século XIX a imprensa periódica se consolidou no Chile com uma nova proposta editorial, que rompia com o aspecto de propaganda ideológica e os folhetins. Nesse cenário o jornal *El Mercurio* cumpriu um grande papel, em circulação desde 1827 na cidade de Valparaíso, somente chegou na

capital, Santiago, quando os Edwards adquirem essa propriedade. Augustín Edwards Mac Clure reinicia a numeração do jornal em 1900, pretendendo modernizar a imprensa com um novo método jornalístico de neutralidade política e objetividade informativa.

Contudo, observa-se que desde sua gênese há uma nítida posição política conservadora, uma vez que o fundador do jornal era membro do Partido Nacional chileno (PN), atuou na política institucional, e era um dos grandes defensores das ideias liberais vigentes, o que refletirá ao longo do tempo na linha editorial. De tal modo que se pode perceber tal relação no seguinte trecho:

Desde los inicios de la edición capitalina, Edwards había insistido siempre y con mucha fuerza a sus colaboradores acerca de la necesidad de que el diario mantuviera una línea periodística de neutralidad política, reafirmando la idea de que "El Mercurio no tiene partido". [...] Esta dimensión adquiere todavía mayor valor si consideramos que Edwards, como ya dijimos, era un político comprometido: un entusiasta defensor de las ideas liberales moderadas, diputado y miembro del Partido Nacional (BERNEDO; CARDINI, 2002, p. 10).³⁷

Um dos casos emblemáticos envolvendo Mac Clure e a posição do jornal em manter as aparências da neutralidade política foi o das eleições presidenciais de 1901 em que o partido o qual era filiado concorreu. Seu grande amigo e líder do PN disputou no pleito pelo cargo de chefe de Estado, e mesmo com a vitória da oposição Edwards não se posicionou à favor por meio do periódico, refletindo a postura que era adotada para manter intacto o viés da linha editorial conciliadora e não política (BERNEDO; CARDINI, 2002, p. 10).

³⁷ Desde o início da edição da capital, Edwards sempre insistiu com muita veemência junto aos seus colaboradores sobre a necessidade de o jornal manter uma linha jornalística de neutralidade política, reafirmando a ideia de que “El Mercurio não tem partido” [...]. Esta dimensão adquire valor ainda maior se considerarmos que Edwards, como já dissemos, foi um político comprometido: um defensor entusiasta das ideias liberais moderadas, deputado e membro do Partido Nacional (Tradução do autor)

Em uma carta do então dono do jornal para seu redator Pérez de Arce Lopetegu, ele elogiava o posicionamento adotado nas eleições de 1901 e afirmava que: *"El Mercurio debe siempre amparar el orden y el gobierno [...]"* (MAC CLURE apud BERNEDO; CARDINI, 2002, p. 11). Anos depois, Augustin Edwards Eastmen, neto de Mac Clure, assume a direção em 1958, desenvolvendo claramente a difusão de ideias políticas atreladas ao pensamento da direita chilena e de crítica às manifestações marxistas ou que almejassem uma transformação significativa da realidade.

Nesse contexto, o jornal dos Edwards já havia se consagrado como um dos mais influentes na sociedade chilena, e como um grande articulador político e social, responsável pela circulação das ideias liberais e conservadoras que progrediram para o antimarxismo. Segundo atesta (SANTOS, 2016) em meados de 1972 o *El Mercurio* possuía uma circulação diária de 126 mil exemplares, mantendo essa estimativa ao longo do ano seguinte.

Vale destacar, que para além da fortuna da família Edwards, o jornal conseguiu manter sua hegemonia no país andino graças ao massivo apoio financeiro e político que recebeu do governo dos Estados Unidos. De maneira que, tanto o dono quanto os demais membros do alto escalão do *El Mercurio* tiveram reuniões particulares com então presidente republicano dos EUA, Richard Nixon e seu conselheiro de segurança nacional, Henry Kissinger. O seguinte trecho demonstra essa relação com o jornal chileno:

Besides funding political parties, the 40 Committee approved large amounts to sustain opposition media and thus to maintain a hard-hitting propaganda campaign. The CIA spent \$1.5 million in support of El Mercurio, the country's largest newspaper and the most important channel for anti-Allende propaganda. According to CIA documents, these efforts played a significant role in setting the

*stage for the military coup of September 11, 1973 (COVERT ACTION IN CHILE, 2000, p. 29).*³⁸

A longa década de 70 chilena

Nesse cenário, é de suma importância desvelar os aspectos da Revolução Chilena, a qual se iniciou com a vitória de Salvador Allende nas eleições presidenciais de 1970, um importante médico e político de profícua carreira. Como estratégia política foi criada a Unidade Popular (UP)³⁹, em dezembro de 1969 para as eleições vindouras, uma coligação ampla dos partidos de esquerda para que assim se alcançasse a vitória e criasse alianças com diversos setores políticos.

Com isso, as políticas de reforma agrária, estatização das minas de cobre, do sistema bancária e das fábricas eram previstas pelo governo, que prejudicariam diretamente o *status quo* do capitalismo chileno e representavam o caminho para se alcançar o socialismo por vias institucionais e democráticas no país. Nesse primeiro momento de mandato de Allende, a estratégia política adotada para a concretização de seu programa econômico e social de transição para o modo de produção socialista se baseava em um tripé:

a) nacionalização de riquezas básicas e estatização de parte dos meios de produção; b) organização de um sistema de participação dos trabalhadores; e c) estabelecimento de uma nova ordem institucional – o Estado Popular (BORGES, 2013, p. 86).

Tendo como resultado imediato uma integração dos operários no sistema produtivo, um reajuste salarial de quase dois terços, melhores condições de

³⁸ Além de financiar os partidos políticos, foi aprovado grandes quantias para sustentar os meios de comunicação da oposição e, assim, manter uma campanha de propaganda contundente. A CIA gastou 1,5 milhões de dólares em apoio ao El Mercurio, o maior jornal do país e o mais importante canal de propaganda anti-Allende. De acordo com documentos da CIA, estes esforços desempenharam um papel significativo na preparação do cenário para o golpe militar de 11 de Setembro de 1973 (Tradução do autor).

³⁹ Destaca-se a atuação dos seguintes partidos e organizações nesse processo: *Partidos Comunista, Socialista, Radical y Social Demócrata, el Movimiento de Acción Popular Unitaria (MAPU) y la Acción Popular Independiente (Programa Básico De Gobierno De La Unidad Popular, 1969, p. 1).*

trabalho, aumento do poder aquisitivo e do Serviço de Seguro Social em 70% (FIRMINO, 2016, p. 66). Contudo, a partir de 1972 as elites nacionais, com apoio estadunidense, promovem boicotes e *lockouts* que levam a uma crise política e econômica, contribuindo para o aumento da inflação e da diminuição do poder de compra de itens básicos por parte da população.

Nesse contexto de instabilidade social, o movimento contrarrevolucionário tem seu ápice com a reação dos militares em 11 de setembro de 1973, em que se julgava necessários destituir o governo para reconstruir a legalidade e a ordem no país. Durante horas o palácio presidencial foi bombardeado por aviões de ataque das forças armadas e pela ofensiva da infantaria. Nesse cenário, Allende assume a postura de que não irá renunciar e ir para o exílio e sem mais escolhas acaba cometendo suicídio. Horas depois, é criada uma Junta Militar de Governo, em que o general Augusto Pinochet assume a presidência.

Circulação de ideias, antimarxismo e a imprensa periódica

O anticomunismo se caracteriza pela ação, de indivíduos ou grupos, de luta contra ações e discursos revolucionários socialistas, estabelecendo uma recusa militante a essa proposta de sociedade (MOTTA, 2000, p. 4). Tendo se estruturado a partir do triunfo proletário na Revolução Russa de 1917, derivou uma série de posturas diversas, que em alguns casos contrastavam entre si, estabelecendo “*una serie de identidades políticas desarrolladas a lo largo del siglo XX*” (CASALS, 2013, p. 35)

Nesse sentido, a tradição política chilena passava a se desenvolver com a criação do *Partido Obrero Socialista* em 1912 com os marxistas adentrando efetivamente na política institucional do país. Contudo, pode-se dizer que já havia uma certa propensão antirrevolucionária a grupos democratas,

anarquistas e outras vertentes do socialismo. Com o anticomunismo era diferente, pois se estabelecia uma identidade coletiva, a partir de visões nacionalistas, contrárias a um grupo político comum influenciado por matrizes estrangeiras. O Massacre da *Escuela de Santa María de Iquique* em 1907 é um reflexo dessa visão:

De hecho, esta sensibilidad se explicó las continuas represiones llevadas a cabo por el Estado en contra del movimiento obrero, siendo la más famosa y recordada de ellas la matanza de la Escuela de Santa María de Iquique en 1907, como una legítima acción de defensa ante lo que se creía era una agresión de “agitadores extranjeros” que buscaban disolver el orden social. Estos años, de hecho, significaron el debut de la polaridad marxismo-antimarxismo en la política chilena [...] (CASALS, 2013, p. 41).⁴⁰

Com a vitória de Unidade Popular em 1970, abria-se novas interpretações do socialismo, uma vez que o projeto político proposto por Allende e seus apoiadores era de uma Revolução Passiva, sem a necessidade da violência armada e por meio da manutenção da legalidade constitucional. As marcas do anticomunismo chileno se apresentavam bastante fortes nesse contexto de extrema polarização política, especialmente na imprensa conservadora de direita (CASALS, 2013, p. 51).

Em um país com cerca de 90% da população alfabetizada, como atesta o *XIV Censo de Poblacion y III de Vivienda* de 1970, os veículos de comunicação escritos exerciam um papel crucial na formação da opinião pública e na circulação das ideias entre a população. Como atestado anteriormente no texto, o *El Mercurio* havia se consolidado como um dos jornais hegemônicos na capital

⁴⁰ Na verdade, esta sensibilidade explicava as contínuas repressões realizadas pelo Estado contra o movimento operário, das quais a mais famosa e lembrada foi o massacre da Escola Santa María de Iquique em 1907, como uma ação legítima de defesa contra o que se acreditava ser ser uma agressão de “agitadores estrangeiros” que procuravam dissolver a ordem social. Estes anos, significaram o começo da polaridade Marxismo-antimarxismo na política chilena (Tradução do autor).

e em todo país, portanto seu poder de influência na formação política dos sujeitos era crucial.

Sobre esse cenário, observa-se o seu ineditismo ao incorporar em suas edições o conceito de antimarxismo, dada as particularidades da via chilena ao socialismo e do caminho revolucionário escolhido. Com frequência era utilizado nas notícias o termo marxismo, em detrimento de comunismo, para se referir a UP e ao governo que os socialistas almejam construir, porém o repertório e as estratégias anticomunistas estavam presentes (SANTOS, 2020, p. 215).

Dessa forma, o jornal estabeleceu a concepção de igualdade ou similaridade entre os setores heterogêneos da esquerda, até em relação a segmentos externos a UP, como o *Movimiento de Izquierda Revolucionario (MIR)*, associando Allende aos discursos de grupos que propunham uma revolução armada e a ruptura com a legalidade constitucional vigente. Não havia uma generalização redutiva desses sujeitos e atores, buscando destacar suas singularidades, porém foi a estratégia antimarxista adotada por esse periódico:

Essa foi uma forma criativa pela qual El Mercurio buscou associar à UP noções típicas relacionadas sobretudo à ideia de “totalitarismo”. Embora, em alguns momentos, tenha acabado por dar origem a representações grotescas e caricaturais (SANTOS, 2020, p. 216)

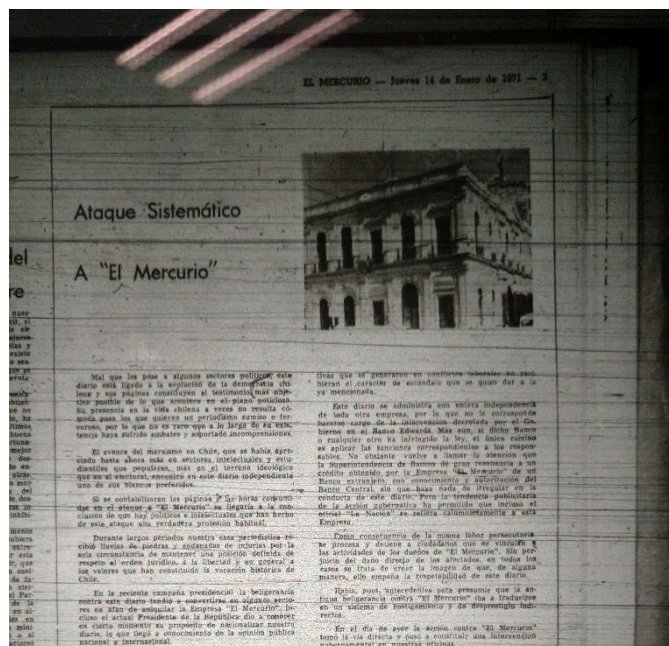
No que tange algumas edições, o seguinte exemplar de 8 de junho de 1971 há um folhetim da organização nacionalista *Patria y Libertad*, associando diretamente o comunismo com o nazismo alemão, tratando ambos como fenômenos políticos totalitários. No corpo de seu texto são apresentadas frases que buscavam igualar as duas ideologias e apontavam para o perigo do comunismo, para sinalizar que aquilo poderia ocorrer no Chile. Dentre as frases destaca-se “*El comunismo lucha por la dominación del mundo. El nazismo también lo intentó.*” “*El comunismo tortura y asesina. El Nazismo también lo hizo.*”

Figura 1: Reportagem do El Mercurio



Fonte: *El Mercurio*, 8 jul. 1971

Figura 2: Reportagem do El Mercurio



Fonte: *El Mercurio*, 14 fev. 1971.

Outro aspecto interessante, observado na edição acima, é de que o *El Mercurio* estava sendo perseguido e censurado pela esquerda, devido ao crescente avanço do marxismo nos setores intelectuais, estudantis e governamentais. Afirma-se que políticos e autores faziam de sua profissão os ataques ao periódico, e que isso era prejudicial para a liberdade de imprensa. Entretanto, o presidente reiterava seu profundo respeito pelos veículos de comunicação de oposição e de que eram necessários para o exercício da democracia, fator presente no seguinte discurso proferido para os jornalistas de esquerda:

Quiero al mismo tiempo señalar que si acaso planteamos esta posición gremial, el gobierno como tal ha tenido con los periodistas y por cierto con las empresas que nos combaten en forma diaria y con procedimientos distintos, un absoluto respeto y una excesiva tolerancia (ALLENDE, 1971).⁴¹

⁴¹ Ao mesmo tempo, quero salientar que se levantarmos esta posição sindical, o governo como tal tem tido respeito absoluto e tolerância excessiva com os jornalistas e certamente com as empresas que nos combatem diariamente e com procedimentos diversos (Tradução do autor).

Dois dias depois do golpe de Estado de 11 de setembro de 1973, o *El Mercurio* traria esse fato à tona, estampando na capa uma notícia denominada: *"Junta Militar controla el país"* com as fotos dos militares golpistas. Na mesma página, o texto *"Hacia la Recuperación Nacional"* declara que a intervenção das forças armadas era uma medida para salvar o Chile de uma ditadura marxista e da aniquilação política, econômica e social. Como se observa abaixo, se tentava construir uma postura de legitimação da ditadura civil-militar, uma vez governo Allende encaminhava-se para se converter em um regime "totalitário" e de como uma revolução armada aconteceria, instaurando o caos e a violência no país.

Figura 3: Reportagem do El Mercurio



Fonte: *El Mercurio*, 13 set. 1973.

Conclusão

Sobre esse aspecto interventor que o jornal exercia na realidade política, em 1975, pouco mais de um ano após o golpe militar o diretor do *El Mercurio*, René Silva Espejo, publicou o impreso *El Mercurio y su lucha com el marxismo*,

quando o Terror de Estado já estava instaurado e que centenas de pessoas eram torturadas, encarceradas mortas e desaparecidas nos centros de detenção e tortura (SANTOS, 2020). A referida obra disserta sobre os momentos de maiores tensões da Unidade popular e de Salvador Allende no ano de 1973, defendendo a postura adotada pelo jornal no processo golpista:

También da narración de episodios de la lucha de Allende con "El Mercurio" revive la inflexible campaña del diario para denunciar los peligros que corría el sistema de libertades en nuestro país por la ambición sin escrúpulos de un político y la falsía de muchos otros que se fingían servidores de la democracia (ESPEJO, 1975, pp. 7-8).⁴²

Portanto, é evidente que o projeto político do *El Mercurio* era o de manter o núcleo da sociedade civil golpista vivo, por meio disso se instituiu uma campanha massiva contrária ao marxismo e que fosse criado um cenário de possível guerra civil no país. De tal modo, que essa postura seria utilizada como forma de legitimação do movimento militar de 1973, garantindo assim a destruição do projeto político da Unidade Popular para que ele nunca mais fosse repetido na história política chilena e desorganizasse a classe trabalhadora.

Referências

ALLENDE, Salvador. *Discurso pronunciado por el Compañero presidente Salvador Allende en la Conferencia Nacional De Periodistas De Izquierda. In: Partido Socialista. Textos de Salvador Allende (1971)*. Santiago: Biblioteca Clodomiro Almeyda, 2018, p. 153-159.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Fórmula para o caos**: A derrubada de Salvador Allende (1970-1973). 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

BARROS, José D'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas: uma síntese metodológica. **Revista portuguesa de História**, Coimbra, p. 397-419, 2021.

⁴² “Ele também narra episódios. da luta de Allende com "El Mercurio" revive a campanha inflexível do jornal para denunciar os perigos que o sistema de liberdades do nosso país enfrentava devido à ambição inescrupulosa de um político e à falsidade de muitos outros que se faziam passar por servidores da democracia” (Tradução do autor).

BERNEDO, Patricio; CARDINI, Eduardo. *Los Inicios de El Mercurio de Santiago en el Epistolario de Agustín Edwards Mac Clure (1899-1905)*. **História (Santiago)**, Santiago, v. 35, p. 13-33, 2002.

BORGES, Elisa de Campos. O Governo de Salvador Allende no Chile; Atuação dos trabalhadores e a organização de novas relações de trabalho. **Projeto História**, São Paulo, n. 47, p. 85-109, ago. 2013.

CASALS, Marcelo. *La "larga duración" del autoritarismo chileno: prácticas y discursos anticomunistas camino al Golpe de Estado de 1973*. **Revista de Historia y Geografía**, v. 1, n. 29, p. 31-54, 2013.

Covert Action in Chile, 1963-1973. Staff report of the select committee to study governmental operations with respect to intelligence activities. Washington: U. S. Government Printing Office, 1975. Disponível em: <<https://www.intelligence.senate.gov/sites/default/files/94chile.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2024.

EL MERCURIO. Santiago, 14 fev. 1971.

EL MERCURIO. Santiago, 08 jun. 1971.

EL MERCURIO. Santiago, 13 set. 1973.

ESPEJO, Rene Silva. ***El Mercurio y su lucha con el Marxismo***. Santiago: Editora Nacional Gabriela Mistral, 1975.

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICAS. *XIV Censo de Poblacion y III de Vivienda*. Santiago: INE, 1970. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ciren.cl/items/b65c15fd-1937-4b8e-98e6-8cde5ca92d10>. Acesso e 22 abr. 2024.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo, 2000 Tese (História) - Universidade de São Paulo.

POPULAR, U. *Programa básico de gobierno de la Unidad Popular: candidatura presidencial de Salvador Allende*. *Anales de la Universidad de Chile*, [S. l.], n. 18, p. 372-420, 2021. Disponível em: <https://anales.uchile.cl/index.php/ANUC/article/view/60836>. Acesso em: 22 abr. 2024.

SANTOS, Emmanuel dos. **Imprensa e Poder: A via chilena ao socialismo e os jornais El Mercurio e La Nación**. Rio de Janeiro: Telha, 2020.

_____. A imprensa chilena, o jornal El Mercurio e o golpe civil-militar de Pinochet (1973). **Revista História UEG**, Porangatu, v. 5, n. 2, p. 307-328, ago/dez 2016.

Computer Arts Society: construção coletiva, interdisciplinar e transnacional na interseção entre tecnologia e arte (1968-1985)

Gabe Nascimento

Historiador, graduado pela Universidade Federal de São Paulo

nascimento.gabe3@gmail.com

Resumo: Durante a Guerra Fria, os esforços em torno do amadurecimento das ciências da computação dependeram do intercambio de ideias no interior das universidades. Na borda do campo tecnológico havia cientistas e engenheiros cujos interesses se entrelaçavam com os de um grupo de artistas. Estabeleceu-se, assim, um campo interdisciplinar, composto por artistas visuais, escritores, músicos, compositores, físicos, engenheiros e matemáticos, dedicados ao desenvolvimento de diversas tecnologias para a produção de obras de arte. Nesse cenário, a Computer Arts Society (CAS), fundada em Londres em 1969, destacou-se no campo da arte computadorizada, organizando eventos, reuniões e exposições, tornando-se um importante palco para a

difusão de ideias e a troca de conhecimentos por meio do boletim PAGE, publicado de 1969 a 1985. Ao longo da década de 1970, a CAS expandiu-se para alguns países do que hoje conhecemos como o Norte Global: Holanda (CASH), Estados Unidos (CASUS), França (CASF) e Suíça (CASS). A existência da Sociedade dependia de esforços coletivos; a maior parte das atividades do grupo eram realizadas por meio do trabalho voluntário de seus membros, e os computadores utilizados eram máquinas de uso comum, presentes em universidades e empresas do setor tecnológico. A CAS fazia parte de uma rede internacional de instituições e profissionais cujas produções dependiam da atuação de diversos indivíduos comprometidos com o desenvolvimento desse campo. Destaca-se a publicação PAGE, cujo objetivo era encorajar o uso criativo de computadores e possibilitar a troca de informações nessa área. O impresso recebeu textos de autores de várias nacionalidades, atuantes em diferentes áreas das artes e ciências, tornando-se um espaço de debates acalorados, divulgação de notícias, construção colaborativa do conhecimento, publicação de relatos de trabalho, além da apresentação de artistas e suas obras. O campo da arte computadorizada nasceu nas fronteiras entre a ciência, a tecnologia e a arte, mas seu desenvolvimento, incluindo os progressos tecnológicos resultantes do trabalho dos agentes desse campo, dependeu de estratégias de construção coletiva do conhecimento: equipamentos de uso comum, grupos e publicações que discutiam e compartilhavam saberes dentro de universidades, empresas e sociedades.

Palavras-chave: Computer Arts Society; Colaboração; Arte; Tecnologia.

No pós-II Guerra Mundial, um período marcado pelo crescimento econômico no Ocidente e impulsionado pelo investimento estadunidense sobre países alinhados, os computadores saíram das salas de comando militar (Torres, 2012) e foram, pouco a pouco, conectados em outros espaços, como as universidades (Ibid.), politécnicas e, no caso britânico, algumas escolas de arte (Lambert, 2003; Mason, 2008). Nesse contexto emergiram grupos, publicações e pessoas interessadas nessas novas tecnologias, dentre elas estabeleceu-se uma rede de pessoas cujo interesse central era usar os computadores para fins

criativos (Lambert; 2003), chamamos esse grupo de indivíduos e instituições de campo da arte computadorizada (Nascimento, 2024).

A fronteira entre o campo tecnológico e o mundo artístico foi território de encontros entre cientistas, engenheiros e artistas (Kane, 2014; Nascimento, 2024; Reichardt, 2008), cuja curiosidade e dedicação eram voltadas para a criação de obras de arte por meio da computação, robótica e programação. Esse era um campo interdisciplinar, composto por artistas visuais, escritores, músicos, compositores, poetas, arquitetos, físicos, engenheiros e matemáticos, dentre outros profissionais dedicados ao desenvolvimento de diversas tecnologias para a produção de obras de arte. As produções eram, também, diversas em termos de linguagens artísticas e incluíam música, poemas, desenhos, esculturas, jogos, animações, performances, onde a interatividade tinha uma posição central (Caquelin, 2008).

A computação e, em especial, a arte computadorizada eram extremamente caros (Mason, 2008; 2024) e eram frutos dos investimentos estadunidenses durante a guerra fria. Os recursos advindos do cenário industrial-militar, apesar de criticados por artistas e ativistas como Gustav Metzger, membro da Computer Arts Society (CAS), eram frequentes no campo que, por sua vez, não pertencia ao circuito central do mundo da arte e, conseqüentemente, não angariava fundos advindos do mercado da arte (Reichardt, 2008; Mason; 2008).

Uma parcela desses investimentos advinha do Information Processing Techniques Office (IPTO), um braço da Advanced Research Projects Agency (ARPA), responsável por gerir as pesquisas acadêmicas em torno das tecnologias computacionais. As três áreas da ciência da computação que mais receberam investimento do IPTO foram a computação gráfica, inteligência artificial e

desenvolvimento de redes (Usselmann, 2003). Essas três áreas, em maior ou menor grau, foram produzidas, testadas e utilizadas, também, pelo campo da arte computadorizada.

A intersecção entre as tecnologias computacionais e a arte constituía um nicho hiper-especializado, no entanto, o desenvolvimento do campo da arte computadorizada fez parte dos esforços do desenvolvimento da computação como um todo (Kane, 2014). Os desafios enfrentados e as soluções apresentadas pelos artistas, tecnólogos e cientistas no interior da arte computadorizada foram aplicados nos microcomputadores e computadores pessoais comercializados anos depois, marcados por avanços nos gráficos e interfaces mais amigáveis, desenvolvidos por ou a partir da experimentação desses atores (Ibid.).

Neste artigo, discorrerei sobre a história da Computer Arts Society, coletivo britânico fundado em 1968, no interior do campo da arte computadorizada. A Sociedade compunha uma rede internacional de instituições e profissionais, sendo, e, ao mesmo tempo, promovendo estratégias de construção coletiva de um campo incipiente, que possibilitaram que o campo e suas pesquisas se desenvolvessem. O conhecimento computacional e, por conseguinte, suas criações artísticas dependeram da atuação e disposição de muitas pessoas e instituições, possibilitando, a partir da coletividade, a estruturação e aprimoramento de uma grande novidade do mundo.

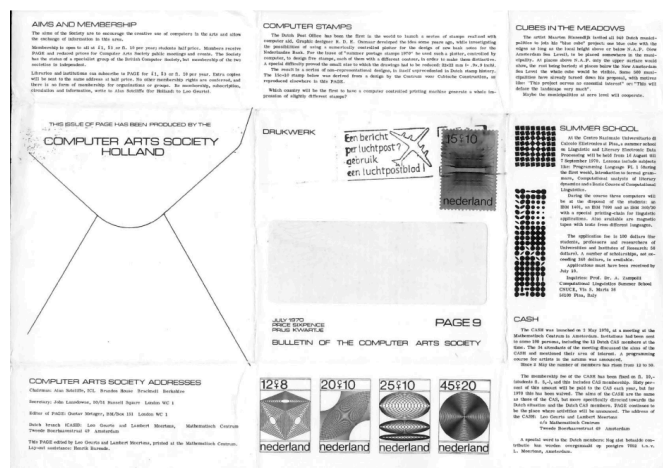
Computer Arts Society

A *Computer Arts Society* foi fundada em Londres em 1968, um ano efervescente no cenário da arte computadorizada, marcado por importantes eventos como o congresso da *Federação Internacional de Processamento Informacional* (IFIP), as exposições *Serendipity Cybernetics* em Londres, *Some More*

Beginnings em Nova Iorque e *Nove tendencieje 4* em Zagreb. Inseridos nesse cenário, o engenheiro britânico Alan Sutcliffe, o físico escocês George Mallen e o arquiteto britânico John Lansdown criaram a CAS em prol de aglutinar pessoas que compartilhassem interesses similares.

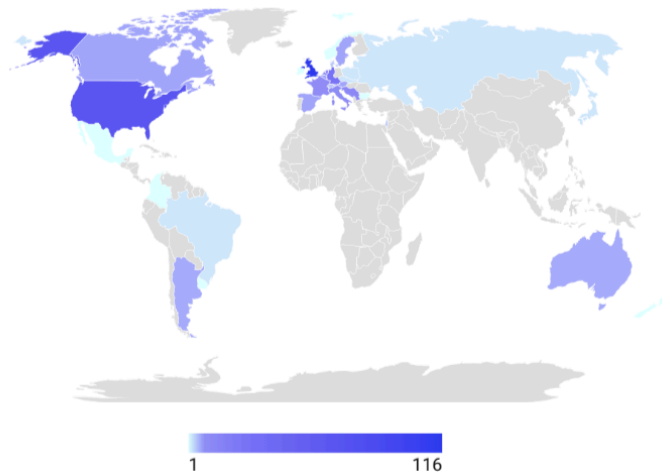
A Sociedade destacou-se nesse meio, tendo organizado diversos eventos, reuniões, cursos e exposições, além da publicação do Boletim PAGE (1969-1975) e o fomento a algumas produções artísticas (Mason, 2024). Devido a sua influência e popularidade, a CAS e seus membros eram frequentemente convidados a eventos e estiveram presentes nos principais encontros do período. A Sociedade aglutinou pessoas e instituições interessadas em arte e nas novas tecnologias, possibilitando o compartilhamento de experiências, ideias e conhecimentos.

Uma das tarefas principais da CAS, em termos de alcance de público, era o Boletim PAGE, que foi publicado de 1969 a 1985; nesse período foram publicados 52 números do Boletim. As edições do impresso variavam bastante, em forma e conteúdo. Esse foi um espaço de debates acalorados, divulgação de notícias, de eventos e de publicações, além de ter recebido relatos de trabalho, apresentações de artistas e suas obras. O impresso recebeu textos de autores de várias nacionalidades, atuantes em diferentes áreas das artes e das ciências.



As verbas para manutenção da Sociedade e suas atividades eram adquiridas em diferentes frentes. A mais evidente no Boletim é a anuidade de £1 a £4 cobrada aos membros ao longo dos anos; a publicidade também estava presente (Mason; Ford, 2008), mas se confundia com os informativos recorrentemente publicados no periódico. A CAS conseguiu angariar verbas do Arts Council of Great Britain – £250 destinados ao Event One, primeira exposição da CAS de 1969 (Sutcliffe, 2008, p. 182), outros £400 para as exposições itinerantes da Sociedade (PAGE 8, maio de 1970; PAGE 23, maio de 1972). Em 1981, o editor Dominic Boreham divulgou que o PAGE passou a receber auxílio financeiro do Conselho (PAGE 48, outono de 1981). Parte desses recursos destinava-se a remunerar algumas das atividades da CAS, como o cargo de chefe editorial (Ford, 2008) e Consultor de Relações Públicas (Mason, 2008), no entanto, uma parcela considerável das atividades desempenhadas pelos membros era voluntária.

Há alguns indícios sobre a adesão da CAS. No PAGE 4 (agosto de 1969), o editor Gustav Metzger publicou um pequeno informativo que continha o número de membros da CAS. Naquela data, havia 250 membros associados à Sociedade, sendo 190 britânicos e 60 membros estrangeiros, espalhados pela Europa, Américas e Japão. Já em 1971, dois anos depois, o número de membros duplicou, chegando a 500 pessoas ao redor do mundo (Ford, 2008, p. 169). Nos anos seguintes, a atuação da CAS expandiu-se a outros países. Em 1970, no PAGE 11, foi anunciada a criação da CASH, filial holandesa, seguida pela CASUS, filial norte-americana, que apareceu no boletim no PAGE 21 (março de 1972). Na década seguinte, dois novos braços da Sociedade foram anunciados: a CASF, na França (PAGE 43, janeiro de 1980) e a CASS, na Suíça (PAGE 47, janeiro de 1981).



Mapa de distribuição de eventos por países

Além desses dados sobre a adesão direta da Sociedade por meio das assinaturas e filiais, foi possível observar o alcance e as proporções das redes de trocas de informação e comunicação dos membros da CAS a partir da listagem dos eventos divulgados no PAGE ao longo das edições do periódico. O mapa acima apresenta a divisão dos eventos por países. Nota-se que a maioria dos países possui uma cor clara, representando menos de seis eventos em 16 anos, a maioria deles com apenas um ou dois eventos. Oito eventos foram registrados na França, dez na Itália, 11 na Iugoslávia e 14 nos Países Baixos. A Alemanha Ocidental teve 20 eventos divulgados em muitas cidades e, o salto gigantesco nos números veio dos Estados Unidos, que somou 68 eventos, e do Reino Unido, que totalizou 106 eventos.

O viés do PAGE é evidente, salvo algumas edições, trata-se de uma fonte produzida majoritariamente na Inglaterra, cuja maioria dos membros era, também, britânica. No entanto, o ideal de internacionalização da CAS acompanhava o campo da arte computadorizada de modo geral, já que a mesma tendência é perceptível em outras fontes dessa arena. Em 1968, o engenheiro aeronáutico e artista estadunidense Frank Malina defendeu que a revista científica *Leonardo*, publicada em inglês e francês, era um meio

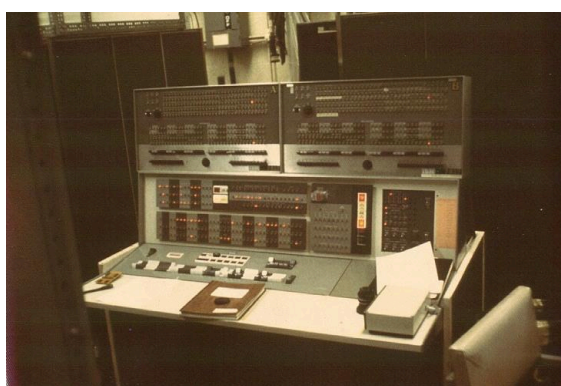
internacional de comunicação entre artistas entusiastas da tecnologia (Malina, 1968). Já o BIT International foi uma publicação produzida no âmbito da exposição e colóquio *Tendency 4, Computer and Visual Research* de 1968 em Zagreb, Iugoslávia. O impresso carregava o anseio da internacionalização no nome, além disso, era multilíngue e todos os artigos eram publicados em dois idiomas; um deles obrigatoriamente em croata, enquanto o segundo variava entre inglês, alemão, francês ou holandês.

Apesar dessa aspiração, o movimento foi mais forte entre os países do então chamado "Primeiro Mundo", isso significa que a internacionalização foi alcançada, mas que os muros colonialistas estiveram presentes, também, no desenvolvimento dos computadores e na profusão da arte computadorizada, reforçando as hierarquias entre centros e periferias globais por meio da exclusão de países não-ocidentais e da deslegitimação dos saberes de outros povos e nações (Quijano, 2007), que poderiam contribuir com o desenvolvimento tecnológico do período. A modernidade e, no nosso caso, o progresso tecnológico ocidental, ocorrem de forma entrelaçada com o colonialismo (Mignolo, 2017), expressa, inclusive, nos dados coletados do periódico PAGE.

Mais que apertar um botão: obstáculos no uso criativo dos computadores

Ao se interessar por aprender computação ou, mais especificamente, por criar por meio de um computador, o indivíduo precisaria de acesso a um computador que, no contexto artístico, opera, simultaneamente, como mídia, ferramenta e contexto (Lambert, 2003). Ter à disposição um equipamento desse tipo não era tarefa trivial, os computadores eram novidades, eram máquinas enormes, custosas e exigiam grande expertise (Kane, 2014; Mason, 2024; Neves, 2019; Reichardt, 2008).

O artista e músico britânico Brian Reffin Smith, nascido em 1946, fez parte desse cenário e compartilhou suas perspectivas como professor e artista entusiasta das tecnologias. Ele lembrou que as possibilidades do uso de computadores no campo da arte eram raras na década 1970. Defendeu que o imaginário em torno do computador estava presente, fazendo com que tudo fosse visto como possível ao se imaginar um computador, mesmo que a tecnologia, na prática, não alcançasse essas metas e desejos (Ibid., 2008).



Computador IBM 7090 disponível no *Centro Nazionale Universitario di Calcolo Elettronico* (PAGE 9, 1970)

Os computadores, projetados em bases militares e universidades, não possuíam, a princípio, a arte como um objetivo; ou seja, foram concebidos para outras tarefas, isso aumentava a dificuldade em utilizá-los para atividades criativas. No mais, a depender do uso artístico, era necessária a utilização de máquinas mais específicas e, logo, mais caras. No PAGE 23 (maio de 1972), o animador inglês Stan Hayward, ao abordar o campo da animação digital, relatou sua frustração com o alto custo dos equipamentos e a indispensabilidade de máquinas que lhe permitissem trabalhar, o que só foi possível graças a equipamentos disponíveis no *Imperial College of Arts*, em Londres.

Ao conseguir o acesso a um computador, novos problemas surgiam, como aprender a utilizar essas máquinas - o que significava, também, aprender

a programar, a montá-las e a consertá-las (Neves, 2019). A programação era uma habilidade essencial para aqueles que desejavam criar por meio dos computadores, mas os artistas muitas vezes trabalhavam conjuntamente com engenheiros, cientistas e técnicos (Mason, 2008). A capacidade de escrever códigos vinha acompanhada, também, de desafios para realizar essa tarefa. No PAGE 39 (novembro de 1977), Jeff Bangert e Colette Bangert – casal formado, respectivamente, por um matemático e uma artista – relatam que escrever um programa era uma tarefa complexa, que levava tempo, no entanto, segundo os Bangert, a maioria dos artistas desse meio só produzia em meio período, o que aumentava o tempo necessário para concluir seus projetos.

Obtendo sucesso nos aprendizados necessários para utilizar essas ferramentas e finalizando os códigos dos projetos, ainda existia um universo de possibilidades de imprevistos e erros. O compositor britânico Peter Zinovieff (PAGE 38, maio de 1977) e o artista visual estadunidense William J. Kolomyjec (PAGE 48, verão de 1981) descreveram as frustrações cotidianas frente aos erros dos programas, em especial, as horas desperdiçadas devido às falhas que poderiam reiniciar todo o processo.

Esses desafios não desapareceram de uma hora para outra, mas foram sendo cotidianamente superados devido, em especial, a um espírito de coletividade que era a praxe no mundo das tecnologias naquele momento.

Redes sociais analógicas e presenciais: o coletivo como solução

O caminho a ser percorrido até a produção de obras de arte a partir de computador era longo, turbulento e com muitos obstáculos que poderiam inviabilizá-la. As instituições acadêmicas apareceram como uma das únicas vias desobstruídas ou, pelo menos, com barreiras menores.

As universidades, institutos e politécnicas possibilitaram o acesso aos equipamentos (Mason, 2008; 2024). Uma questão relevante é que esses ambientes acadêmicos propiciam aprendizados, trocas de saberes e experiências de modo formal, nas salas e laboratórios, e informal, nos corredores, nas cantinas e nos trajetos de deslocamento. A existência e a materialidade dos computadores são inegavelmente significativas, no entanto, as redes e conexões presentes no campo por meio de grupos e sociedades foram ingredientes fundamentais nessa receita. O campo da arte computadorizada não se estruturaria sem as universidades, tanto do ponto de vista material, quanto do ponto de vista humano.

No Boletim PAGE, a presença das universidades é evidente de diversas maneiras, seja pela associação de pessoas às instituições em que trabalhavam ou estudavam, pela organização ou cessão de espaços para eventos, ou até mesmo pela marcante presença dessas instituições no desenvolvimento dos projetos expostos no periódico. Há diversas menções sobre pesquisas artísticas feitas no interior das universidades. Foi o caso do animador Stan Hayward, cuja pesquisa era feita no *Imperial College* (PAGE 23, maio de 1972), e do estudante Peter Manning que aborda o desenvolvimento da música eletrônica no interior da Universidade de Durham (PAGE 23, de maio de 1972). Há, inclusive, uma edição inteira do PAGE dedicada às artes produzidas com computadores no *Royal College of Art* (PAGE 26, novembro de 1972).

Algumas empresas de tecnologia como a Bell Labs e IBM acolheram e incentivaram experimentos criativos por meio dessas máquinas, já que uma parcela dos funcionários dessas empresas tinha acesso aos computadores e permissão de uso dos equipamentos (Kane, 2014). Diferentemente das instituições de ensino, as empresas possuíam previamente profissionais qualificados e experientes que sabiam utilizar as tecnologias disponíveis. O

engenheiro estadunidense Max V. Mathews (PAGE 6, fevereiro 1970) descreveu o ambiente corporativo da Bell Labs e o desenvolvimento de composições eletrônicas. Já um dos fundadores da CAS, Alan Sutcliff, publicou uma carta manuscrita no PAGE 19 (dezembro 1971), nela o remetente (Sutcliff) pontua que o seu cargo na *International Computer Limited* (ICL) influenciava o seu trabalho artístico.

Apesar de essencial e majoritária, a existência e os usos desses computadores em universidades e empresas não preenchiam totalmente a demanda por essas máquinas. No PAGE 10 (agosto de 1970), uma nota revela que um dos maiores desafios do Boletim estava sendo a digitação, solicitando aos leitores o acesso eventual a uma máquina da IBM para que essa tarefa pudesse ser executada. Não houve menções posteriores sobre a resolução deste problema, mas não é impossível que essa solicitação tenha sido atendida, já que as trocas de informações e tecnologias eram corriqueiras no campo.

O acesso às máquinas era essencial, mas, sozinho, não possibilitava nenhum uso, já que era necessário, também, saber usá-las. Nesse sentido, a CAS promoveu pelo menos dois cursos de programação não-numérica (PAGE 5, novembro de 1969) e, por meio do Boletim PAGE – que era, por si só, uma forma de difusão e troca de conhecimentos - divulgava outros eventos. Ainda na quinta edição, o editor, Gustav Metzger, solicitou aos leitores que fixassem o boletim nos quadros de avisos de empresas e universidades. É evidente e frequente na publicação o apreço editorial e dos autores pela colaboração; o compartilhamento de processos significava, ao mesmo tempo, a partilha de saberes e a abertura para contribuição (ou pitacos) de pessoas que poderiam ser desconhecidas.

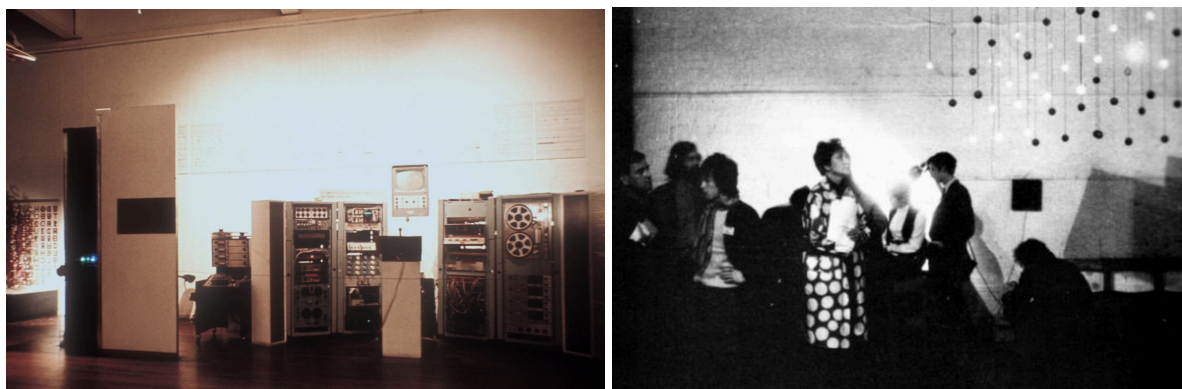
Um caso muito significativo foi protagonizado por Timothy Drever (PAGE 14, fevereiro de 1971), um artista, escritor e cartógrafo inglês, que utilizou o espaço do Boletim para expressar suas dificuldades em seu projeto e para pedir auxílio a um matemático. Ele foi respondido no PAGE 16 (junho de 1971) por Michael Thompson, que trouxe explicações e conceitos úteis ao trabalho de Drever.

No PAGE 10 (agosto de 1970), o norte-americano John Whitney enfatizou a troca de conhecimento como elemento fundamental para a construção e desenvolvimento da computação gráfica. Em um sentido similar, John Lansdown (PAGE 23, maio de 1972) encorajou que os membros compartilhassem seus algoritmos. A exposição de códigos e outros processos intelectuais apareceram com frequência no periódico, foi o caso do programador norte-americano Ken Knowlton que divulgou no PAGE 35 um software de padronagem 2D e sua descrição na linguagem de programação FORTRAN.

O Event One pode ser entendido como um catalisador de todas as condições para a estruturação do campo: a multidisciplinaridade, a cooperação, o empréstimo de equipamentos, a presença de universidades e empresas e o investimento estatal. Essa foi a primeira atividade pública organizada pela CAS, aconteceu nos dias 29 e 30 de março de 1969 e atraiu mais de 700 visitantes em um único final de semana. Foi marcado por uma grande lista de atividades e atrações, como artes visuais, audiovisuais, músicas, performances, *workshops* e conversas (PAGE 1, abril de 1969).

Para começar, o evento ocorreu no *Royal College of London*, em um espaço cedido pela universidade e foi marcado pela exposição de equipamentos e computadores que foram emprestados por empresas como a ICL, GEIS e *Time Sharing Limited*, além da exposição do *Electronic Music Studios* (EMS), estúdio do

compositor britânico Peter Zinovieff. Além das muitas mãos que concretizaram o evento, muitas das obras e performances apresentadas foram produzidas coletivamente.



Event One, 1969 - à esquerda: EMS, à direita um pedaço do palco

Em seu capítulo sobre o evento, a historiadora da arte australiana Catherine Mason escreve que “os membros da CAS não tinham medo de mostrar seus processos, trabalhos finalizados ou experimentais, afinal eles desejavam facilitar a cooperação e o compartilhamento de conhecimento e recursos” (2024, p. 41). A CAS, por meio de seus projetos, atividades e eventos, possibilitava a conexão e trocas entre diferentes pessoas, além de possibilitar o compartilhamento de equipamentos e expertise (Lambert, 2024), elementos cruciais, como apontado anteriormente, para a consolidação desse campo; não existia outro caminho senão o coletivo.

Bugs pelo caminho: as dificuldades na colaboração

Os esforços coletivos desenvolveram e consolidaram a arte computadorizada e, em menor escala, a CAS. Isso, no entanto, não significa que esse caminho tenha sido fácil, rápido e sem percalços. Muito pelo contrário, a CAS teve sua história marcada por desafios e conflitos que existiram justamente devido à necessidade da cooperação entre os membros. O resultado foi que

todo o trabalho da sociedade recaiu sobre alguns poucos ombros, já que poucas pessoas assumiram a maior parte das responsabilidades deste grupo.

No PAGE 10 (agosto de 1970), Gustav Metzger compartilhou uma lista de todos os membros da CAS porque, segundo ele, havia pouca comunicação dentro de uma sociedade pautada na informação, o que seria, para Metzger, uma vergonha. Na 27ª edição do periódico, datada de dezembro de 1972, ou seja, 4 anos após a fundação da Sociedade, um apelo foi publicado no Boletim: a adesão dos membros e assiduidade nas reuniões eram baixas, cerca de três ou quatro pessoas estavam presentes semanalmente nas atividades, alguns poucos membros apareciam eventualmente e tinham um papel incerto nas tarefas da sociedade. A nota reforça que existiam atividades disponíveis e sugeria que os interessados entrassem em contato. O apelo foi atendido e, na edição seguinte, quatro membros foram nominalmente citados, assim como suas respectivas recém-atribuições.

Gustav Metzger foi responsável por 31 edições do periódico – como editor ou chefe editorial – cerca de 60%, publicados nos 6 primeiros anos. Quando Metzger deixou de editar o Boletim, devido à falta de tempo (Ford, 2008; PAGE 26, novembro de 1972) em 1974, sua ausência foi sentida e reverberada em edições posteriores, em especial devido à falta de outras pessoas que exercessem tal função. Na 32ª edição (abril de 1974), o atraso e a menor frequência da publicação foram explicados devido ao excesso de trabalho que recaiu sobre algumas pessoas. Anos depois, o mesmo argumento reapareceu no PAGE 40 (maio de 1979). Ainda no PAGE 32, foi feito o questionamento se havia pessoas dispostas a editar voluntariamente ao menos uma edição do periódico. A publicação continuou em menor frequência e passou a ser editada por diferentes pessoas que encontravam tempo em meio a outras demandas para, voluntariamente, dedicar-se ao compartilhamento de ideias.

Os trabalhos coletivos envolvem uma série de dificuldades que implicam em constantes adaptações e rearranjo das comunidades, no entanto, apesar dos problemas de comunicação e de adesão ativa dos membros da CAS, a Sociedade, o campo da arte computadorizada e, de modo mais amplo, a computação, dependeram inegavelmente da disposição e atuação de inúmeras pessoas, nascidas e atuantes em diferentes países, que carregaram bagagens e conhecimentos distintos que, ao se encontrarem e misturarem os seus saberes, consolidaram tecnologias e ferramentas que impactaram, décadas mais tarde, todo o globo.

Referências

CAUQUELIN, Anne. Frequentar os incorporais: contribuição a uma teoria da arte contemporânea. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins, 2008.

KANE, Carolyn L. Chromatic Algorithms: Synthetic Color, Computer Art, and Aesthetics after Code. Chicago: Universidade de Chicago, 2014.

LAMBERT, Nicholas. A Critical Examination of Computer Art: Its History and Application. [S. l.]: Universidade de Oxford, 2003. Disponível em: <https://computer-arts-society.com/casarchive/computerartsthesis/index.html>. Acesso em: 25 mai. 2024.

MALINA, Frank. Leonardo, Vol. 1, Oxford: Pergamon Press, 1968. p. 1-2.

MASON, Catherine (org.). A Computer in the Art Room: the Origins of British Computer Arts 1950-1980. Londres: Quiller Press, 2008.

MASON, Catherine (org.). Creative Simulations: George Mallen and the Early Computer Arts Society. Londres: Springer, 2024.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 94, jun. 2017.

NASCIMENTO, Gabe. Computadores criam arte? Embates na fronteira entre arte e tecnologia na longa década de 1970. Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo, 2024.

NEVES, Evandro Teruo Nishimaru. Revista BYTE: contracultura, neoliberalismo e computadores pessoais (1975-76). Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade e modernidade/racionalidade. Cultural Studies, v. 21, n. 2, p. 168-178, 2007.

TORRES, Aracele Lima. O nascimento do computador e a utopia do conhecimento livre. In: I Simpósio Internacional Discurso, Identidade e Sociedade, 2012, Campinas. Anais Eletrônicos, 2012.

USSELMANN, Rainer. The Dilemma of Media Art: Cybernetic Serendipity at the ICA Londres. Leonardo, [s. l.], v. 36, ed. 5, 2003.

Conservador nos costumes, o que pode haver por trás disso?

Silvia Gomes Pêgo

Graduanda em História

PUC Minas Gerais

silvia.uai@hotmail.com

Resumo

O artigo pretende mostrar o poder de sensibilização que o conservadorismo moral, comumente associado a uma religião e instrumentalizado para fins políticos, ainda possui em sociedades burguesas liberais, porém culturalmente religiosas. Para isso, a temática foi tratada com base numa revisão bibliográfica na perspectiva de autores da sociologia, da ciência política e da história, entre outros.

Palavras-chave: Conservadorismo, Fascismo, Bolsonarismo, Religião.

O conservadorismo está na 'crista da onda'

“Fulano de tal é liberal na economia e conservador nos costumes”, já ouviu essa frase? Vez por outra ela aparece nos meios de comunicação,

postagens, especialmente memes, nas mídias sociais e inclusive foi até temática de fantasia de carnaval em 2023⁴³.

A expressão acima costuma ser direcionada a indivíduos que por um lado defendem o liberalismo sobretudo na pauta econômica e por outro o repudiam na pauta de costumes. O conservadorismo moral, que praticamente nunca sai de moda no Brasil, ganhou força nos últimos anos impulsionado pelo grupo político de extrema direita encabeçado pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2023). Ele assumiu o posto de defensor da família tradicional brasileira bem como da moral e dos bons costumes e conquistou relevância política durante a vitoriosa Campanha Eleitoral de 2018.

Jair Messias Bolsonaro soube usar muito bem o discurso conservador para angariar apoio popular. Ele não foi o primeiro e nem será o último a fazer isso, porque a eficácia deste discurso é certa na sociedade brasileira (salvo exceções) cujo imaginário e o pensamento religioso, sobretudo cristão, é fervoroso.

Fato é que, o conservadorismo nas suas variadas manifestações está na ‘crista da onda’ dentro e fora do Brasil. E tem sido disseminado eficientemente através das mídias digitais sob novas roupagens, como o Movimento *Tradwife*⁴⁴. Discursos conservadores comumente reacionários baseados em senso comum e orientados por mitos como o da família tradicional tem gerado muito engajamento e lucro tanto para as *big techs* como para os produtores deste tipo de conteúdo que sabem que ele tem apelo popular.

⁴³ VÍDEO: Homem viraliza nas redes com fantasia de “conservador nos costumes e liberal na economia”. ISTOÉ Gente, São Paulo, 20 fev. 2023. Gente. Disponível em: <https://istoe.com.br/video-homem-viraliza-nas-redes-com-fantasia-de-conservador-nos-costumes-e-liberal-na-economia/>. Acesso em: 31 maio 2024.

⁴⁴ CONSERVADORES lunáticos querem que casamentos sejam como na época de seus avós. São Paulo: Galãs Feios, 21 abr. 2024. 1 vídeo (9 min). Publicado por Galãs Feios. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Uh8kMJVKuGQ&t=12s>. Acesso em: 07 jun. 2024.

Como se não bastasse apelar para a nostalgia de que “antigamente as coisas eram melhores”, o discurso conservador apela também para o pânico moral⁴⁵, que é basicamente o medo imaginário de que as relações homoafetivas ou a descriminalização do aborto, entre outros, destruam a família tradicional. É espantoso como o medo imaginário continua sendo um instrumento eficiente de mobilização e tem sido usado com êxito pelo bolsonarismo, principalmente na disseminação de *fake news*, como o *kit gay*, desde de 2018.

O conservadorismo, principalmente ligado à moral religiosa, não é algo novo, pelo contrário, é algo que perpassa espaços e temporalidades e tem sido apropriado por vários movimentos sociopolíticos, talvez pela sua capacidade de sensibilização das massas, em especial quando instrumentalizado pelo medo.

O conservadorismo⁴⁶ moderno nasce como reação à Revolução Francesa (1789-1799) e sua paternidade é atribuída ao filósofo irlandês Edmund Burke (1729-1797) e cuja base filosófica é sua obra *Reflections on the Revolution in France* ou *Reflexões sobre a Revolução na França*, publicada em 1790 (Nisbet, 1987). Porém começou a fazer parte do discurso político, na Inglaterra, somente em 1830. Robert Nisbet (1987) comenta que,

Raramente, na história do pensamento, um conjunto de ideias foi tão dependente de um único homem e de um único acontecimento como o conservadorismo moderno o foi de Edmund Burke e da sua violenta reacção à Revolução Francesa (Nisbet, 1987, p. 15).

⁴⁵ PL DO EST*PRO e PEC do trabalho infantil: o plano que transforma o país em Conto de Aia. São Paulo: Galãs Feios, 23 de jun. de 2024. 1 vídeo (11 min 47 seg). Publicado por Galãs Feios. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=S6_CcBQniUk. Acesso em: 23 jun. 2024.

⁴⁶ Como ideologia política, o conservadorismo é definido pelo desejo de conservar, que se reflete em uma resistência à mudança ou, ao menos, uma desconfiança em relação a ela. Porém, embora o desejo de resistir à mudança possa ser um tema recorrente no conservadorismo, o que o distingue de credos políticos rivais é o modo como os conservadores defendem seus pontos de vista: eles se apoiam na tradição, creem na imperfeição humana e tentam preservar a estrutura orgânica da sociedade (Heywood, 2010, p. 75).

Por mais que o conservadorismo moderno fosse dependente de um homem e um acontecimento, ele exerceu forte influência sobre outros autores, tanto europeus como estadunidenses. Sobre isso Nisbet (1987) comenta que,

Burke, mais do que qualquer outro pensador, modificou toda esta perspectiva individualista. A sua obra *Reflections*, pelas denúncias tanto dos Revolucionários como da linha dos teóricos dos direitos naturais, que conduziram aos Revolucionários, desempenhou um papel-chave na momentosa alteração de perspectivas na Europa, quando da passagem do século XVIII para o XIX. Dentro de uma geração após a publicação de *Reflections*, irrompeu no Ocidente toda uma *Aufklärung* que, no fundo, não era mais do que um anti-Iluminismo. Vozes como Bonald, de Maistre e Chateaubriand em França; Coleridge e Southey em Inglaterra; Haller, Savigny e Hegel no pensamento alemão e Donoso y Cortes e Balmes em Espanha, ressoavam por todo o Ocidente. Na América, John Adams, Alexander Hamilton e Randolph of Roanoke emitiram os seus próprios conselhos e propostas. E todas as vozes, europeias e americanas, eram cheias de respeito por Edmund Burke, como profeta (Nisbet, 1987, p. 16, grifos do autor).

Por mais sedutoras que fossem, as ideias iluministas de liberdade, igualdade, individualidade e racionalidade, não conseguiram ofuscar completamente o tradicionalismo, conforme Robert Nisbet (1987). Ele destaca que o tradicionalismo, por se tratar

[...] de um produto inteiramente da *Igreja* e do número ainda considerável dos seus filósofos e teólogos confinados à ortodoxia, em vez de entregues às ideias da religião natural e da ética natural que tinham brotado do movimento da lei natural do século XVII. Quanto mais os *philosophes* proclamavam a excelência das suas doutrinas dos direitos naturais, mais os filósofos e historiadores nas universidades — todas orientadas religiosamente, está claro — faziam apelo às tradições que

tinham sustentado a Europa durante mais de mil anos (Nisbet, 1987, p. 17, grifos do autor).

O pensamento tradicional tinha fôlego extra e hábeis defensores com disposição suficiente para se contraporem ao ideário iluminista e aos seus defensores. Robert Nisbet (1897) comenta que a Igreja, um importante reduto do tradicionalismo, não era o único foco de resistência ao Iluminismo na Europa.

Para além da Igreja, havia por toda a Europa Ocidental as cidades históricas e as associações que, à medida que o cosmopolitismo do Iluminismo se espalhava, cada vez mais se voltavam para as suas próprias histórias, tradições, santos, heróis, governos e ofícios. Havia poetas, compositores, actores, artistas, artesãos, historiadores e cronistas perfeitamente satisfeitos por trabalharem com o material das suas próprias comunidades, em vez de irem para as capitais da Europa em busca de possível fortuna e fama. Pesquisas de dialectos nativos, de literatura folclórica, de criadores de arte há muito ignorados, de heróis militares dum passado distante e de outros semelhantes, estavam em pleno desenvolvimento em muitas regiões da Alemanha por meados do século XVIII. A fascinação da Idade Média, que obcecou tantos espíritos em Inglaterra e França no século XIX, era bem evidente na Alemanha e na Europa Oriental durante o século XVIII. Não havia na Alemanha uma única cidade que exercesse um poder intelectual sobre toda a nação como faziam Paris e Londres nos seus próprios países. O tradicionalismo era quase inevitável no espírito de regionalismo que dominava a Alemanha e também, não o esqueçamos, parte de Inglaterra e de França (Nisbet, 1987, p. 17-18).

Talvez, o potencial de atração da tradição sobre os indivíduos fosse causado, entre outros, pela incerteza do novo, motivada pelas profundas mudanças sociopolíticas que estavam ocorrendo em função da Revolução Francesa. E também pelo sentimento de identidade e pertencimento oferecidos

pelo tradicionalismo e questionados, entre outros, pelas ideias iluministas de autonomia do indivíduo e individualidade.

Edmund Burke considerava as ideias de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) as grandes responsáveis pelo “mal vergonhoso”, ou seja, a Revolução Francesa (Nisbet, 1987, p. 26). Robert Nisbet (1987, p. 26-27, grifo do autor) afirma que para Burke,

Os grupos tradicionais - associações, mosteiros, corporações de toda a espécie - tinham sido condenados por Rousseau, na intenção de conseguir uma vontade geral pura e também a própria autonomia do indivíduo. Precisavam, portanto, de ser eliminados ou muito subordinados à nação. A aristocracia, é evidente, cedo foi votada à extinção. Mas isto era só o começo. Em 1791 todas as associações foram abolidas - um objectivo, é interessante recordar, que tinha resistido a todos os esforços das monarquias de direito divino, « absolutas », da França moderna. « Já não existe nenhuma corporação dentro do estado », dizia a Lei Le Chapelier; « existe apenas o interesse particular de cada indivíduo e o interesse geral ». Inevitavelmente, a família patriarcal sentiu o poder da Revolução. A crença geral dos *philosophes* tinha sido que a estrutura de parentesco tradicional era « contra a natureza e contrária à razão ». Abertamente, muitos dirigentes Jacobinos concordaram. Em 1792 o casamento foi declarado contrato civil e proporcionados vários fundamentos de divórcio (em 1794 o número de divórcios excedia o número de casamentos). Foram estabelecidos limites estritos à autoridade paterna, entre eles o desaparecimento dessa autoridade quando os filhos atingissem a maioridade legal. As leis tradicionais de primogenitura e morgadio foram abolidas para sempre, com implicações na propriedade e na família. A propriedade tornou-se objecto especial de acção legislativa. O objectivo dominante era a destruição de todos os laços entre o direito de propriedade e as organizações corporativas tais como família, igreja, associações e mosteiros que durante tanto tempo tinham sido os verdadeiros repositórios de um número muito grande de propriedades em França — como, na verdade, em toda a Europa. Com este objectivo apareceu também o de individualizar, tanto quanto possível, os direitos de propriedade, o que era um componente do objectivo maior de individualizar toda a sociedade tradicional.

O ataque às instituições tradicionais estimuladas pelo pensamento rousseauiano, na visão de Burke, não se restringiram às de natureza política, econômica e religiosa, mas se estenderam às instituições sociais como a família tradicional, ou seja, a família patriarcal, alcançando assim o objetivo revolucionário principal que era, segundo ele, “individualizar toda a sociedade tradicional” (Nisbet, 1987).

Como observado até o momento, o conservadorismo moderno de Burke é produto de uma contundente reação ao ideário revolucionário nutrido, principalmente, pelo Iluminismo rousseauiano. E que se utilizou da tradição⁴⁷ para combater a nova ordem social estabelecida pela Revolução Francesa, um movimento de caráter universal, que de fato foi exportado para o restante da Europa durante as Guerras Napoleônicas no século XIX e posteriormente para as colônias europeias, motivando movimentos independentistas.

Isso é significativo para entender como o multifacetado conservadorismo perpassou espaços e temporalidades e se popularizou sobretudo em sociedades profundamente marcadas por uma cultura religiosa, como é o caso da sociedade brasileira, que foi completamente moldada pelo cristianismo ocidental europeu — a Igreja Católica. Mas que atualmente tem perdido sua longa hegemonia para o cristianismo evangélico neopentecostal⁴⁸.

O texto que se segue visa analisar como o conservadorismo moral, uma das facetas do conservadorismo moderno, foi apropriado pelo fascismo⁴⁹ e tem

⁴⁷ **Tradição:** prática ou instituição que resistiu à passagem do tempo e, portanto, foi herdada de um período anterior (Heywood, 2010, p. 79, grifo do autor).

⁴⁸ ALVES, José Eustáquio Diniz. Católicos versus Evangélicos no Brasil: “guerra de posição” x “guerra de movimento”. Revista Eletrônica EcoDebate, Rio de Janeiro, n. 4.108, 19 fev. 2024. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2024/02/19/catolicos-versus-evangelicos-no-brasil-guerra-de-posicao-x-guerra-d-e-movimento/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

⁴⁹ A palavra fascismo tem origem na expressão *fasci*, do latim *fascis*, em português feixe. Trata-se de uma alusão à machadinha dos antigos romanos, composta por diversos feixes, amarrados por tiras com uma lâmina fixada. Os feixes ou gravetos sozinhos podem se quebrar facilmente, mas quando unidos em um único

sido apropriado pelo bolsonarismo para fins político-ideológicos. Segundo André Campos Mesquita (2020, s/p), “o fascismo é um movimento político da extrema direita”. Ele surgiu na Itália no início do século XX tendo, em Benito Amilcare Andrea Mussolini (1883-1945), o seu maior expoente. O bolsonarismo, segundo Belieiro (2020, p. 13) é uma “ideologia política protofascista” e tem o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro como seu expoente.

A temática do texto foi tratada com base numa revisão bibliográfica na perspectiva da sociologia, da ciência política e da história. No âmbito da sociologia recorreu-se a Robert Nisbet (1987) para entender o conservadorismo e suas características e a David Israel Kertzer (2017) para entender a relação entre Benito Mussolini e o Papa Pio XI, no da ciência política a Andrew Heywood (2010) para entender as ideologias políticas conservadora e fascista, e no da história a Angelo Trento (1993) para entender o fascismo italiano, entre outros autores.

Para compreender o fenômeno do bolsonarismo foram utilizadas duas obras produzidas com a colaboração de vários autores, a saber, *Nova direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo* organizada por Mayara Aparecida Machado Balestro dos Santos e João Elter Borges Miranda e o *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política* organizada por Leonardo Avritzer, Fábio Kerche e Marjorie Marona.

O conservadorismo não larga a moral e a religião

instrumento tornam-se fortes e difíceis de serem quebrados. O sentido que há nessa analogia é de que os elementos da sociedade, quando tomados de maneira independente, podem estar fragilizados, mas se estiverem todos unidos, se tornam fortes e poderosos como o machado romano (Mesquita, 2020, s/p).

Robert Nisbet (1987, p. 115, grifo nosso) destaca que o “entre as principais ideologias políticas, o conservadorismo é a **única** que atribui grande importância à igreja e à moralidade judeo-cristã”. Isso explica o motivo de Edmund Burke, que era “anglicano e fervoroso crente na religião estabelecida” (Nisbet, 1987, p. 36) e outros conservadores terem ficado horrorizados com a hostilidade com que os Jacobinos trataram a Igreja na França. Segundo Robert Nisbet (1987, p. 115, grifo do autor), “referências a isto e, correlativamente, ao papel vital da religião na sociedade, ocupam mais páginas em *Reflections* do que qualquer outro assunto, com a possível exceção da propriedade”.

Embora haja entre os conservadores uma heterogeneidade religiosa dentro do espectro cristão, eles consideram que a religião tem papel fundamental na sociedade e no Estado.

Para Burke, a religião estabelecida era, evidentemente, a fé anglicana, embora sua mãe tivesse sido católica romana convicta e ele próprio tivesse estado muito atento à situação dos Católicos Romanos na Grã Bretanha. Bonald, de Maistre e Chateaubriand escolheram como Igreja instituída a fé católica romana. Porém, indiferentes à denominação, todos os conservadores, incluindo Haller, Hegel e Coleridge, fizeram da religião uma autêntica pedra angular do Estado e da sociedade (Nisbet, 1987, p. 115-116).

Nisbet (1987, p. 116) afirma que tanto conservadores como liberais tinham a sua devoção religiosa pessoal e destaca que “é apenas o aspecto institucional da religião que [...] está ligado ao conservadorismo político”. É importante lembrar que o pensamento religioso cristão era predominante em todos os aspectos da vida social de praticamente todas as sociedades dentro e fora da Europa Ocidental. A hegemonia religiosa cristã exercida pela Igreja Católica ao longo da Idade Média (476-1453) foi posteriormente disputada pelas

Igrejas Protestantes, surgidas após a Reforma Protestante ao longo da Idade Moderna (1453-1789).

Segundo Robert Nisbet (1987, p. 116), para os fundadores do conservadorismo político como Burke⁵⁰, Coleridge, Southey, Disraeli e Newman na Inglaterra, ou de Bonald, de Maistre e Chateaubriand em França,

[...] a religião era, acima de tudo, pública e institucional, algo a que eram devidas lealdade e consideração apropriada — um pilar valioso para o Estado e para a sociedade, mas não uma doutrina profunda e convincente e muito menos uma experiência total.

Parece que Burke considerava a religião uma referência de valores morais para o Estado e a sociedade e não uma verdade absoluta a qual o Estado e a sociedade deveriam se sujeitar. O apelo religioso era tão arraigado no imaginário social europeu que até mesmo Rousseau, inimigo de todas as religiões conhecidas, recomendou no “Contrato Social” uma “religião civil” que glorificasse a cidadania. Os Jacobinos, ao que parece, aceitaram essa recomendação rousseauiana por mais contraditória que pudesse ser (Nisbet, 1987, p. 119).

Burke defendia a ideia de que a religião institucionalizada controlaria a sanha autoritária do Estado. Ele acreditava que uma religião estatal era necessária para incitar um temor reverente no cidadão livre. Na cabeça dele, a sacralidade conferida ao Estado pela religião impediria o cidadão de desrespeitar ou repudiar a lei. Edmund Burke supunha haver um tipo de sistema de freios e contrapesos entre a Igreja, o governo, a ordem social e o povo⁵¹ (Nisbet (1987).

⁵⁰ Burke era notável na sua isenção de preconceitos religiosos (Nisbet 1987, p. 117).

⁵¹ A Igreja é, pois, estabelecida, precisamente da mesma maneira que o governo, a ordem social e o povo. Cada um deles é, inevitavelmente, travão-dos outros, nem mais um, nem menos um. Existem muitos indícios, a

Os conservadores entendiam que o ser humano precisava da religião para bem direcioná-lo e por isso não concebiam a ideia de que o ser humano pudesse se auto direcionar pela razão como defendiam os iluministas. Segundo Nisbet (1987, p. 123, grifo do autor),

É a religião, como religião *civil* que parece aproximar-se mais de uma essência comum do credo conservador, religião na qual um fundo transcendente se manifesta tanto no trajes civis como religiosos, e em que os dias de festa mais sagrados — tais como o Dia de Ação de Graças, o Natal, a Páscoa e o Dia de Ano Novo — servem igualmente propósitos civis e religiosos. Aquilo que Tocqueville encontrou na América em 1830 — a Religião Americana — era em partes quase iguais cristã (especificamente puritana) e nacionalista. Cristo o Redentor e a América Nação Redentora coexistem lado a lado. Nesse sentido, pois, a América continuou a ter uma igreja «estabelecida» muito tempo depois de os estados americanos terem banido as congregações eclesiásticas cristãs.

Embora Burke, possivelmente, tivesse conhecimento, inclusive talvez por experiência própria, que a religião estatal não freava o autoritarismo estatal e não se furtava de controlar a vida privada dos indivíduos, estava inclinado a crer que a religião era aceitável desde que não interviesse nas crenças pessoais do cidadão Nisbet (1987, p. 124).

É no mínimo ingenuidade pensar que a religião institucionalizada, estatal ou não, se contente com o temor reverente de seus adeptos. Quando uma religião institucionalizada abriu mão de controlar ao máximo a vida de seus

começar pelos seus discursos sobre as colônias americanas, de como Burke compreendia bem a facilidade com que o governo podia resvalar para a opressão. Num célebre parágrafo, Burke declarava que até a aristocracia — que ele via como a verdadeira base da sociedade e certamente do Partido Whig — é intrinsecamente tão propensa ao mal como ao bem e que somente a sua tradição e a sua disciplina arreigadas podem conduzir à felicidade comum. Burke considera que a democracia não tem menos necessidade de um freio da Igreja e de outras instituições (Nisbet, 1987, p. 120).

adeptos em todos os aspectos possíveis? Como manteria a sua relevância sociopolítica sem recorrer a manipulação?

A história da humanidade está repleta de exemplos de arbitrariedades cometidas por religiões institucionalizadas e não institucionalizadas contra seus adeptos. Sem contar que há casos em que ela usa a própria estrutura estatal como instrumento de controle, o medievo é um dos exemplos disso, nesse contexto as estruturas monárquicas eram utilizadas pela Igreja para controlar a população, incluindo os próprios monarcas.

Pensar numa religião institucionalizada que divida com o Estado a sua sacralidade e se contente com o temor reverente dos cidadãos é no mínimo inocência, haja vista as variadas experiências históricas que contradizem isso.

Oportunismo não é exclusividade do fascismo

A secularização promovida pela Revolução Francesa, que se baseou no pensamento iluminista e o reverberou, não conseguiu sufocar completamente a tradição cristã concebida e enraizada na cultura europeia ao longo de mil anos. E que foi intensamente difundida, para não falar imposta, em outras partes do mundo a partir do colonialismo do século XVI.

Embora tenha passado por altos e baixos, as religiões cristãs institucionalizadas sobreviveram à modernidade capitalista e a seu Estado laico que foram, entre outros, os principais elementos para a formação dos Estados nacionais ao longo do século XIX.

O fascismo nasce, no século XX, na esteira da falência do liberalismo político e econômico, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que assolou a Europa. André Campo Mesquita (2020, s/p) explica que,

O fascismo se difunde mais comumente em um ambiente generalizado de descrença da população nos governos. Uma parcela significativa da população não se sente representada, acha o governo corrupto, e muitas vezes ele realmente é, e se sente desprivilegiada em relação a grupos minoritários.

O contexto de descrença generalizada nos poderes constituídos, mencionado pelo autor, foi o solo fértil que o fascismo precisava para germinar, uma vez que, “o fascismo lida com sentimentos que capta entre uma parcela da população, com a ideia de que essa comunidade está em franca decadência e que suas tradições vêm perdendo espaço, diante de novos valores e multiculturalismo” (Mesquita, 2020, s/p).

O fascismo emergiu no berço do catolicismo que estava entranhado em todos os aspectos da sociedade italiana e por isso representava uma ameaça em potencial para o regime. Segundo Angelo Trento (1993, p. 32), “a Igreja [...] era a única instituição capaz de criar problemas frente aos planos totalizantes do regime [fascista], que se chocariam, a médio prazo, com a função agregativa e socializante que aquela instituição sempre teve na Itália”.

Se confrontar com uma instituição altamente tradicional e de notório prestígio como a Igreja, poderia colocar a perder os planos do regime. Ademais, para que se desgastar, havia outra alternativa. Segundo Trento (1993, p. 32, grifos do autor), o fascismo mantinha contato com o Papa Pio XI, há anos, na tentativa de “[...] resolver o conflito conhecido como questão romana, que opunha o Vaticano ao Estado desde 1870, quando as tropas italianas, ao

ocuparem Roma, liquidaram o Estado pontifício⁵²". Discorrendo sobre isso, Angelo Trento (1993) salienta que,

As **negociações secretas** [entre a Igreja e o Estado fascista] intensificaram-se a partir de 1926 e desembocaram nos Pactos Lateranenses, em 11 de fevereiro de 1929, que incluíam: um tratado — pelo qual a Igreja reconhecia finalmente o Estado italiano e via sancionada sua soberania no Estado do Vaticano, minúscula área ao lado da Basílica de São Pedro; uma convenção financeira — com a qual o governo prometia pagar pouco menos de dois bilhões de liras, como indenização pela antiga anexação dos territórios pontifícios; e uma concordata — que era a parte mais importante por desfalar a tradicional laicidade do Estado italiano e limitar sua jurisdição (Trento, 1993, p. 32-33, grifos nossos).

Resolvida a questão com a assinatura do Tratado de Latrão⁵³ (1929), o catolicismo foi alçado a religião oficial do Estado fascista⁵⁴, se tornou base obrigatória do ensino escolar nas escolas de segundo grau, o casamento religioso passou a ter validade civil, a cidade de Roma, onde se localiza o Vaticano, recebeu o *status* de sagrada e a Ação Católica⁵⁵ que atuava junto à

⁵² Antes de a Itália ser unificada, os Estados papais controlavam politicamente uma considerável parcela de seu território, sendo tal área anexada ao recém-nascido e reunificado Estado italiano (Quadro e Quadros, 2005, p. 55).

⁵³ Com o Tratado de Latrão, o papa e o Duce iniciaram uma parceria peculiar. Cada qual se via como chefe de uma organização "totalitária", termo adotado por ambos. Ela só podia ter um líder e exigia lealdade absoluta. O pontífice estava ansioso para usar o poder dos fascistas a fim de ressuscitar um Estado católico, embora não fosse tolo de pensar que pudesse algum dia "cristianizar" Mussolini. Já o Duce queria usar o poder da Igreja com a finalidade de consolidar seu próprio governo, mas em sua opinião o clero católico deveria servir ao fascismo, uma ferramenta para garantir apoio popular ao regime (Kertzer, 2017, s/p).

⁵⁴ Embora as principais ideias e doutrinas do fascismo possam ser encontradas no século XIX, elas foram amalgamadas e formadas pela Primeira Guerra Mundial [1914-1918] e suas consequências, em especial pela poderosa combinação de guerra e revolução. O fascismo surgiu de maneira mais radical na Itália e na Alemanha. Na Itália, formou-se um Partido Fascista em 1919, e seu líder, Benito Mussolini, foi nomeado primeiro-ministro em 1922. Em 1926, foi estabelecido um Estado fascista monopartidário (Heywood, 2010, p. 206).

⁵⁵ **AÇÃO CATÓLICA** Criada por Pio X em 1905 como uma estrutura para organizar o laicismo católico, nos anos 1920 a organização tinha grupos separados na Itália para homens e mulheres, meninos e meninas e estudantes universitários. Com um diretor laico nacional designado pelo papa e um supervisor eclesiástico no Vaticano, a Ação Católica italiana era organizada tanto no nível das dioceses quanto no das paróquias. Mussolini via a organização com desconfiança, pois ela era o único grupo de filiação em massa no país que não estava sob seu controle. Pio XI, conhecido como o "papa da Ação Católica", considerava-a essencial para seus esforços de cristianização da sociedade italiana (Kertzer, 2017, s/p, grifo do autor).

juventude, público que interessava ao regime, manteve suas atividades (Trento, 1993).

Angelo Trento (1993) afirma que os acordos entre a Igreja e o Estado fascista foram vantajosos para ambos os lados. Ele declara que,

O fascismo teve vantagens em termos imediatos de popularidade, alargando a área de consenso para as camadas populares que nunca havia atingido plenamente e reforçando-se no plano internacional. Entretanto, foi a Igreja que tirou maior proveito a longo prazo, pois a *questão romana* tinha-se tornado principalmente assunto moral, depois de tantas décadas; além disso, o Vaticano conseguiu afirmar-se como único sujeito *político* durante o fascismo, com relações privilegiadas com o Estado [...] (Trento, 1993, p. 33, grifos do autor).

O fascismo como fruto da insatisfação e ressentimento da classe média, ao alcançar as classes populares com o auxílio da Igreja, consegue a coesão social que precisava para colocar em prática seu projeto de poder. André Campos Mesquita (2020, s/p), comentando sobre o papel da classe média na constituição do fascismo, afirma que,

Uma crise econômica tem um impacto geral na sociedade, mas aqueles mais afetados são geralmente os cidadãos das classes mais pobres. As classes médias também sofrem um impacto de crises, mas de uma dimensão menor que as classes pobres e bem maior que as classes mais ricas. Essa parcela da população, em geral a classe média e pequena burguesia, tem uma percepção de que está perdendo seu status social, e passa a se enxergar como vítima das minorias, dos imigrantes, das elites etc. Esses indivíduos compõem a base para que o fascismo se levante. O líder fascista fala diretamente a essa classe; ele mesmo é oriundo dela. "A política fascista se alimenta da sensação de vitimização e ressentimento causada pela perda do status hierárquico".

Complementando a fala de Mesquita (2020), Bruno Quadros e Quadros (2005, p. 61) afirma que,

A atração que o fascismo exercia, em contraposição ao bolchevismo [comunismo] e em certa medida à democracia liberal [burguesa], se devia justamente ao desencanto com esta última, o que levou muitos europeus a vislumbrar uma nova ordem sociopolítica mais autoritária e mais à direita do que a democracia.

A aproximação do fascismo com a Igreja se deu também pelo fato de Mussolini reverberar pautas conservadoras dela e por colocá-la num patamar relevante no mito nacionalista do regime. Segundo Mesquita (2020, s/p), “ele alegava que o catolicismo representava as tradições imperiais de Roma. Para se aproximar da Igreja, começou [a] adotar pautas dos conservadores cristãos, como a proibição do divórcio em seus discursos e artigos”.

O fascismo, assim como o conservadorismo, era contrário à Revolução Francesa e, por consequência, a todas as transformações sociopolíticas produzidas por ela. Andrew Heywood (2010, p. 205-206, grifos do autor) comentando sobre, disse que,

De várias maneiras, o fascismo constituiu uma revolta contra as ideias e os valores que dominavam o pensamento político ocidental desde a Revolução Francesa. Conforme pregava o *slogan* fascista italiano: “1789 morreu”. Valores como o racionalismo, o progresso, a liberdade e a igualdade foram subvertidos em nome da luta, da liderança, do poder, do heroísmo e da guerra. [...] Aliás, o fascismo surgiu sobretudo como uma revolta contra a modernidade, contra as ideias e os valores do iluminismo e dos credos políticos dele decorrentes. [...] Na Itália fascista, *slogans* como “acredita, obedece, luta” e “ordem,

autoridade, justiça” substituíram os princípios mais conhecidos da Revolução Francesa, “liberdade, igualdade, fraternidade”.

Embora Heywood (2010, p. 205) declare que o fascismo, entre outros, tem um caráter “anticonservador”, Bernardo (2015, p. 09) o contrapõe ao declarar que, “ele não tem uma genealogia própria e exclusiva, como se encontra para o conservadorismo, o liberalismo ou o socialismo, mas constituiu-se pelo cruzamento destas três grandes correntes políticas”. Independente de ser contra ou a favor do conservadorismo, o fascismo se utilizou do conservadorismo moral religioso para se estabelecer na Itália e estabelecer suas versões em países de tradição religiosa cristã, posteriormente.

O versátil fascismo, para além de ser uma mescla de outras ideologias⁵⁶, entre elas, o conservadorismo moral, é constituído por diversas facetas, entre elas, o “antirracionalismo, a luta, a liderança e o elitismo, socialismo e ultranacionalismo” (Heywood, 2010, p. 208).

A relação simbiótica entre o fascismo italiano e o conservadorismo, em específico, o moral, tem a religião cristã como seu ponto de interseção. David Israel Kertzer (2017) esclarece esse ponto, ao afirmar que, “o ditador precisava do papa para assegurar o apoio católico ao seu regime, dando-lhe a legitimidade moral de que tanto necessitava, e o papa contava com Mussolini para ajudá-lo a restaurar o poder da Igreja na Itália [naquele contexto de laicização da modernidade]” (Kertzer, 2017, s/p).

O receio de ambos as mudanças no ordenamento social ajuda a entender o papel de uma instituição conservadora como a Igreja para o regime fascista,

⁵⁶ O fascismo é uma ideologia difícil de analisar, e isso ocorre por no mínimo duas razões. Em primeiro lugar, não há certeza de que ele pode ser visto, de maneira significativa, como uma ideologia. Por não ter uma base racional e coerente, o fascismo parece, como Hugh Trevor-Roper expressou, “uma disparatada miscelânea de ideias” (Woolf, 1981). [...] Em segundo lugar, o fascismo foi um fenômeno histórico tão complexo que é difícil identificar seus princípios fundamentais ou um “mínimo fascista”, por vezes visto como um fascismo genérico (Heywood, 2010, p. 208).

tanto na Itália como em outros países. O conservadorismo moral comumente baseado na religião cristã foi utilizado tanto para cooptar, como para mobilizar as massas contra inimigo(s) imaginário(s), como o comunismo, através do medo, em alguns casos, travestido de pânico moral.

Usando discursos de natureza conservadora, entre outros, o fascismo conseguiu a adesão social necessária a um Estado totalitário⁵⁷, como era o caso. Andrew Heywood (2010, p. 85) explica que,

Os fascistas consideram a sociedade um todo orgânico unificado, o que implica que a existência individual não tem sentido a não ser que seja dedicada ao bem comum, e não ao bem privado. Entretanto, a participação na sociedade é restrita e determinada com base em critérios como nacionalidade e raça.

Para os fascistas uma sociedade coesa, isto é, padronizada implica na inexistência da individualidade e quiçá do individualismo. Por sua vez,

Os conservadores veem a sociedade como um organismo, uma entidade viva. A sociedade, assim, tem uma existência fora do indivíduo, e em certo sentido é anterior a ele; mantém-se unida pelos laços de tradição e autoridade e por uma **moralidade comum** (Heywood, 2010, p. 85, grifos nossos).

A antipatia a autonomia e a individualidade não se restringia ao fascismo, a Igreja também não era simpática a eles, como aponta Kertzer (2017, s/p), ao dizer que,

⁵⁷ O totalitarismo é um amplo sistema de governo normalmente estabelecido por meio da manipulação ideológica generalizada, do terror e da brutalidade. Ele é diferente da autocracia, do autoritarismo e da ditadura tradicional, pois busca o “poder total” por intermédio da politização de todos os aspectos da existência social e pessoal. O totalitarismo implica a completa abolição da sociedade civil: a abolição do “privado”. O fascismo e o comunismo são às vezes vistos como formas direitista e esquerdista do totalitarismo, tomando como base sua rejeição à tolerância, ao pluralismo e à sociedade aberta. Entretanto, alguns pensadores radicais, como Marcuse, alegaram que as democracias liberais também apresentam aspectos totalitários (Heywood, 2010, p. 218).

Pio X temia que ideias modernas substituíssem os ensinamentos passados pela Igreja havia séculos. Na opinião do papa, as crenças em direitos individuais e liberdade religiosa — além das noções heréticas de que Igreja e Estado deveriam ser separados e de que a fé deveria conciliar as lições da ciência — eram particularmente perniciosas.

Observa-se assim, que o conservadorismo em consonância com o fascismo concebe a sociedade numa perspectiva de padronização pela tradição, autoridade e moralidade comum, sendo esta última determinada pela religião cristã.

Diga-se de passagem, que no Medievo a Igreja manteve várias sociedades europeias sob seu controle pela tradição, autoridade e moralidade comum. Isso ajuda a entender o revés que a Igreja sofreu, no contexto revolucionário, quando o Estado laico bem como a individualidade foram reivindicadas e posteriormente implementadas pelo Estado liberal burguês na França e em outros países, à medida que os ideais revolucionários foram disseminados.

Isso extinguiu a influência da religião sobre o imaginário e o pensamento dos indivíduos? Não, porque o arcabouço legal do Estado burguês não mudou uma cultura visceralmente enraizada na religião que, por sua vez, é visceralmente enraizada na cultura. Em outras palavras, lei não muda cultura!

Não é de se admirar o ressentimento do conservadorismo e do fascismo com a Revolução de 1789. E também, que o nacionalismo⁵⁸, típico de um regime totalitário como o fascismo, possa ser justificado pelo sentimento de pertencimento plantado e cultivado, entre outros, pela tradição religiosa cristã.

⁵⁸ A crença fundamental do nacionalismo é a de que a nação é, ou deveria ser, o princípio central de organização política. [...] No nível mais elementar, nações são entidades culturais, ou seja, grupos de pessoas unidos por tradições e valores compartilhados — em particular uma língua, religião e história comum — e que normalmente ocupam a mesma área geográfica (Heywood, 2010, p. 153).

Os contratempos⁵⁹ eventualmente ocorridos entre o fascismo e o conservadorismo cujo braço moral é a Igreja, foi compensado pelos inúmeros benefícios que ambos obtiveram com a cooperação mútua.

Copia, mas não faz igual

Recentemente, o que se observa é um crescente saudosismo do fascismo. Movimentos sociopolíticos de inspiração fascista têm conquistado espaço nas mídias digitais e na política institucional, dentro e fora do Brasil, se utilizando, entre outros, de discursos conservadores.

Se no pós-1945, a crueldade do Holocausto⁶⁰ fez com que o fascismo italiano e sobretudo sua versão alemã, o nazifascismo, suscitasse o horror, atualmente eles têm suscitado a simpatia de um número cada vez maior de indivíduos dentro e fora da Itália e da Alemanha. Inclusive, entre os atuais simpatizantes dessas ideologias, não raro, estão indivíduos que seriam alvo de sua perseguição⁶¹.

⁵⁹ As atividades da Ação Católica eram, em teoria, religiosas e educacionais, mas iam muito além disso, pois o papa via seus membros como tropas terrestres para a recristianização da sociedade italiana, o que exigiria bem mais do que rezas e lições. Para vigiar de perto a organização, ele nomeou o monsenhor Giuseppe Pizzardo, secretário de Estado suplente e um dos dois subsecretários de Gasparri. A hierarquia da Igreja estaria no comando. “Vocês só precisam seguir os conselhos e as instruções que vêm de cima”, explicou o pontífice a um grupo de líderes laicos da Ação Católica. O papa estava insatisfeito e indignado com os ataques contra sacerdotes locais e clubes da Ação Católica. Mas Mussolini estava acostumado a tirar vantagem da violência e convenceu o pontífice de que era o único homem na Itália capaz de manter os arruaceiros sob controle. Quase todos os artigos de *L'Osservatore Romano* que noticiavam episódios de espancamento e administração de óleo de ricino terminavam com respeitosa súplicas a Mussolini para que os responsáveis fossem punidos. Em certas ocasiões, quando as reações locais eram particularmente intensas, o primeiro-ministro mandava prender alguns rufiões, mas era raro que os culpados fossem levados aos tribunais, e mais raro ainda que fossem condenados (Kertzer, 2017, s/p, grifo do autor).

⁶⁰ Os sobreviventes adotaram o termo *shoah* para designar a tentativa de extermínio de seu povo pelo regime nazifascista alemão.

⁶¹ BECHARA, Victoria. Quatro fatores que explicam o avanço do neonazismo no Brasil: Número de células se multiplica no país e preocupa as instituições. Revista Veja, São Paulo, 28 nov. 2022. Brasil. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/quatro-fatores-que-explicam-o-avanco-do-neonazismo-no-brasil>. Acesso em: 22 jun. 2024.

A apologia pública a esses regimes tem se tornado uma constante tanto no mundo virtual como no real, como a noticiada pela *BBC News Brasil* ocorrida na Itália, no dia 30/05/2024.

Eles se enfileiram como uma formação militar: mil pessoas, a maioria delas vestida de preto, algumas com tatuagens na cabeça raspada. No local em Milão onde Sergio Ramelli, um estudante de direita radical, foi morto há quase 50 anos por antifascistas, um líder pede a atenção do seu batalhão de seguidores. Ele grita "*camerata*" (ou "irmão de armas"), e o nome de Ramelli, como se estivesse fazendo uma chamada. E eis que surgem braços direitos estendidos e erguidos, com as palmas das mãos voltadas para baixo, a saudação fascista, no coração da segunda maior cidade da Itália, e a multidão responde em nome do morto com um estrondoso: "Presente! Presente! Presente!" (Lowen, 2024).

Por essas e outras, que não é de se admirar que justamente na Itália, berço do fascismo, Giorgia Meloni, do partido *Fratelli d'Italia* (Irmãos da Itália) com raízes no fascismo do pós-guerra, foi eleita, em 2022, para o cargo de primeira-ministra do país.

No Brasil, a situação não é diferente, movimentos sociopolíticos de inspiração fascista também têm despertado a simpatia da opinião pública e pautado o debate público dentro e fora das mídias digitais, utilizando-se, principalmente, de agendas morais conservadoras cristãs⁶² que apelam para o pânico moral. Isso explica o fato de um representante dessas correntes político-ideológicas, Jair Messias Bolsonaro, tenha sido eleito presidente da

⁶² Conservadorismo cristão está associado a Direita cristã, que tenta transpor suas doutrinas no âmbito político institucional. Essa direita tem ganhado força na política institucional nos últimos anos, ganhando a titulação de "*bancada evangélica*", com o intuito de estabelecer "*o reino de Deus na Terra*". Essa concepção está presente em toda atuação e falas da bancada "Em nome de Deus, da minha família", e articuladas nas produções da empresa [Brasil Paralelo] a partir do mecanismo de ameaça, no qual o "*establishment do politicamente correto*" é um projeto de destruição do mundo ocidental, começando pela "*transgressão*" da moral cristã, conservadora, defensora da família (Firmino, 2020, p. 184, grifos da autora).

república em 2018 com um número expressivos de votos⁶³. E que, aliás, emprestou seu nome ao movimento sociopolítico de inspiração fascista conhecido como bolsonarismo que, na verdade, é um amálgama de elementos, entre outros, do fascismo italiano, do nazifascismo alemão e do integralismo (Ação Integralista Brasileira)⁶⁴.

O bolsonarismo, assim como o fascismo surge da insatisfação da classe média, como afirma Thiago Granja Belieiro (2020, p. 13),

A maciça adesão das classes médias e altas ao bolsonarismo nas eleições de 2018 revelou ao Brasil que o nosso pacto social democrático nunca existiu, uma vez que as mazelas sociais não haviam sido resolvidas, mas o que é pior, o voto em Bolsonaro revelou que não havia e não há por parte da elite e da classe média brasileira nenhuma disposição para acabar com a tragédia de nossa desigualdade social. Pelo contrário, trabalha-se agora para sua ampliação e fortalecimento.

Complementando as afirmações de Belieiro (2020), Camila Rocha e Esther Solano (2021) explicam que o que contrariou a classe média conservadora⁶⁵ foram as políticas públicas progressistas dos governos petistas. Elas comentam que,

⁶³ MAZUI, Guilherme. Jair Bolsonaro é eleito presidente e interrompe série de vitórias do PT. G1 Política, Brasília, 28 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/jair-bolsonaro-e-eleito-presidente-e-interrompe-serie-de-vitorias-do-pt.ghtml>. Acesso em: 17 jun. 2024.

⁶⁴ O integralismo brasileiro movimento político que surge no início da década de 1930, através dos planos de Plínio Salgado, quando em 7 de Outubro de 1932, dentro do Teatro Municipal de São Paulo, expõe e cria a Ação Integralista Brasileira (AIB), que buscava além das ações políticas, também a fomentação da chamada “família tradicional”, modulando-se nos pilares da fé cristã (Ferreira, 2020, p. 430).

⁶⁵ O conservadorismo no Brasil tentou historicamente constituir-se em uma forma envergonhada de defesa do *status quo*. Desde o período abolicionista até o final da ditadura militar, essa foi a postura hegemônica: ser conservador e tentar passar uma imagem de progressista para o mundo. Assim, o regime militar se importou com as críticas na área de direitos humanos, do mesmo modo como Collor demarcou terras indígenas e dialogou com forças na área do meio ambiente. O bolsonarismo representa uma nova forma de conservadorismo: ideológico e anti-institucional, que abandona a premissa de governo virtuoso em troca da ideia de destruição das estruturas sociais do Estado e das bases públicas de uma política de esquerda (Avritzer, 2021, p. 09, grifo do autor).

Ao mesmo tempo que a nova direita se fortalecia, o bolsonarismo nascia a partir de uma reação conservadora mais ampla a uma série de avanços do campo progressista que ocorreram durante o primeiro mandato de Rousseff. Em 2011, foi criada a Comissão Nacional da Verdade para investigar crimes praticados durante a ditadura militar; em 2011 o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união entre pessoas do mesmo sexo e, em 2012, a vigência das cotas raciais em universidades públicas e o aborto de fetos anencéfalos. Além disso, em 2014, foi sancionada a “Lei da Palmada”, que proíbe castigos físicos no tratamento de crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo, os movimentos negro e de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) conquistavam maior destaque no debate público. Também entre 2011 e 2012, surgiam as Marchas das Vadias em todo o país, e discussões a respeito de gênero tornaram-se cada vez mais frequentes nas mídias tradicionais e na internet (Rocha; Solano, 2021, p. 12).

Jair Messias Bolsonaro, assim como Benito Mussolini, recorreu à religião institucionalizada para arregimentar e mobilizar as massas populares, entre outros, pela defesa da moral e dos bons costumes. No tocante a isso, Rocha e Solano (2021, p. 13) declaram que,

Inicialmente, o discurso de Bolsonaro possuía um apelo significativo, especialmente entre as classes médias e altas. Afinal, eram justamente as pessoas desses estratos que frequentavam os fóruns de internet desde a metade dos anos 2000 e compareceram em massa aos protestos pelo impedimento de Rousseff, além de expressarem simpatia pela política econômica defendida por Paulo Guedes. No entanto, com o tempo, parte significativa das classes populares passou a se interessar pela figura de Bolsonaro. [...] Descontentes com a atuação do PT e do sistema político em sua totalidade, essas pessoas sentiram-se representadas por sua retórica antissistema, anticorrupção, antipetista, antiesquerdista, militar e patriótica, e por seu apelo à valorização da família, da ordem e dos bons costumes. O militar era visto como uma saída para as crises política e econômica, bem como para o que percebiam como uma crise moral [...].

Para isso recorreu ao apoio, principalmente, das lideranças evangélicas, tendo em vista o expressivo aumento do número de evangélicos no cenário religioso brasileiro e diminuição do número de católicos. Observa-se que tanto o fascismo italiano como o bolsonarismo encontraram nas religiões cristãs institucionalizadas, entre outros, o substrato do conservadorismo moral de alto apelo popular que necessitavam para aglutinar as massas ao redor do *Il Duce* (líder) e do “Mito” respectivamente.

Não é apenas o conservadorismo moral que arregimenta e mobiliza, tanto num movimento como no outro, houveram outros elementos que se somaram a ele para fomentar uma forma de participação política apaixonada e radicalizada.

No Brasil, onde o conservadorismo moral sensibiliza a opinião pública, o ex-presidente encontrou solo fértil para seus argumentos conservadores, tais como os noticiados pelo portal *Poder 360*, durante sua participação na “Marcha para Jesus”, no dia 09/07/2022, em São Paulo.

Somos contra o aborto. Somos contra a ideologia de gênero, somos contra a liberação das drogas, somos defensores da família brasileira. Nós somos a maioria no país. A maioria do bem. E nessa guerra do bem contra o mal, o bem vencerá mais uma vez. [...] O Brasil é um país cristão. É um país que defende a vida desde a sua concepção. É um país que quer o respeito às crianças dentro da sala de aula e por isso é contra a ideologia de gênero. É um país que quer uma sociedade sadia, por isso é contra a liberação das drogas. Somos um país que defende a família. Um país onde sua grande maioria é do bem. [...] (Maia, 2022).

O apelo à religião, além de abrir margem, entre outros, para a intolerância religiosa, demonstra como o conservadorismo moral funciona como elo de ligação entre a religião e a política. E a incapacidade do Estado liberal burguês

de romper com essa longa relação, que a despeito da laicidade iluminista que o concebeu, o tem beneficiado.

Conclusão

Quem diria que num contexto de Estado laico o conservadorismo moral religioso teria tamanha potência, a ponto de ser colocado a serviço de movimentos extremistas de massa inspirados no fascismo?

Simulacros de conservadorismo moral e fascismo tendem a aparecer, porque, além de simbióticas, continuam a inflamar a opinião pública e colocá-la a serviço de projetos de poder.

A longevidade dessas ideologias, ainda que em outras roupagens, pode ser entendida na perspectiva da “psicologia humana” ou pelo “medo da liberdade”, segundo Andrew Heywood (2010, p. 207) citando o psicanalista Erich Fromm (1984). O autor esclarece que,

A civilização moderna produziu maior liberdade individual, mas, com ela, veio o perigo do isolamento e da insegurança. Em tempos de crise, os indivíduos podem fugir da liberdade, buscando segurança na submissão a um líder todo-poderoso, ou a um Estado totalitário. Portanto, a instabilidade política, ou uma crise econômica, pode criar condições para que o fascismo reapareça. [...] Da mesma forma, as pressões geradas pela globalização econômica e cultural e os crescentes movimentos transnacionais de populações criaram oportunidades para o ativismo nacionalista radical, ou para o ativismo político com características fascistas (Heywood, 2010, p. 207).

O individualismo exacerbado, como ocorre atualmente, também serve ao conservadorismo que recorre ao tradicionalismo ligado à família e à religião como sólidas referências de segurança e amparo na sociedade.

Pelo visto ele é mais resiliente do que talvez os revolucionários do final do século XVIII pensaram que seria. Conforme mencionado anteriormente, não há secularização baseada em fundamentos racionais e legais que neutralizam uma cultura baseada na religião, principalmente quando essa ordem sociopolítica liberal tem a petulância de achar que tem condições suficientes para suprir as demandas de todos os grupos sociais.

Num cenário de “cada um por si” da modernidade, o sonho de liberdade se transformou em pesadelo de incertezas e desalento, que combinado com outros fatores, tem o potencial de produzir as condições necessárias para o surgimento de ideologias extremistas e movimentos radicais.

Referências

AVRITZER, Leonardo. Política e antipolítica nos dois anos de governo Bolsonaro. *In*: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. São Paulo: Autêntica, 2021. p. 08-10. 1 recurso online.

BELIEIRO, Thiago Granja. Prefácio. *In*: SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos; MIRANDA, João Elter Borges (Orgs.). **Nova direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo**. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020. p. 10-22. (Coleção Singularis, v. 9).

BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta**. Porto: Edições Afrontamento, 2015.

FERREIRA, Matheus Barrientos. *Fascismo con lo stile brasiliano*. In: SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos; MIRANDA, João Elter Borges (Orgs.). **Nova direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo**. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020. p. 430-455. (Coleção Singularis, v. 9).

FIRMINO, Karine Rodrigues. Brasil Paralelo: um empreendimento de disputa política e simbólica da (s) direita (s) recente (s). In: SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos; MIRANDA, João Elter Borges (Orgs.). **Nova direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo**. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020. p. 161-187. (Coleção Singularis, v. 9).

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo**. Trad. MARCOANTONIO, Janaína; JANIKIAN, Mariane. São Paulo: Ática, 2010. (Fundamentos v. 2).

KERTZER, David Israel. **O papa e Mussolini: a conexão secreta entre Pio XI e a ascensão do fascismo na Europa**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2017. *E-book*.

LOWEN, Mark. **O fascismo ainda está vivo na Itália?**. BBC Brasil, São Paulo, 30 maio 2024. BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0dd9d2l9wvo>. Acesso em: 17 jun. 2024.

MAIA, Mateus. **Bolsonaro vai à Marcha para Jesus e exalta pauta de costumes: Presidente disse ser contra aborto, liberação das drogas e que ora para que o povo não “experimente o socialismo”**. Poder 360, Brasília, 09 jul. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-vai-a-marcha-para-jesus-e-exalta-pauta-de-costumes/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

MESQUITA, André Campos. **Fascismo**. São Paulo: Lafonte, 2020. v. 1. (Coleção O que é).

NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Trad. AZEVEDO, M. F. Gonçalves de. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

QUADROS E QUADROS, Bruno. **Fascismo e Igreja Católica**. Revista Vernáculo, [S.l.], n. 14/15/16, p. 51-63, abr. 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/17436>. Acesso em: 15 jun. 2024.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. A ascensão de Bolsonaro e as classes populares. *In*: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. São Paulo: Autêntica, 2021. p. 11-15. 1 recurso online.

TRENTO, Angelo. **Fascismo Italiano**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1993. (Série Princípios).

Os usos historiográficos do epistolário ciceroniano

Davi Santos Barros

Mestrando

Universidade Federal do Espírito Santo

davisantosb18@gmail.com

RESUMO

Esta comunicação examina as recepções, ao longo das décadas, e os usos historiográficos das cartas de Cícero, com ênfase nas Cartas aos Familiares, a luz da contribuição de José d'Assunção Barros. A pesquisa aborda a preservação e a edição destas cartas ao longo dos séculos, bem como sua transmissão até os dias de hoje. O estudo busca destacar como essas cartas são valiosas para compreender a sociedade romana e a evolução da crítica textual. Inicialmente, o apresentamos uma visão geral sobre os processos históricos e a função do historiador. Em seguida, discute-se a importância do tratamento crítico das fontes. A segunda parte foca em Marco Túlio Cícero, particularmente suas

epístolas, que são examinadas como fontes valiosas para o estudo da República Romana. Por fim, discutimos o contexto de produção das cartas de Cícero, e como foram utilizadas ao longo dos anos, até os dias de hoje. A presente comunicação, assim, conecta as teorias e metodologias de José d'Assunção Barros com uma aplicação prática na análise das fontes históricas.

Palavras-chave: Historiografia; Fonte histórica; Cícero; Epistolografia; Política.

INTRODUÇÃO

Os processos históricos movem e evoluem independentemente, encontrando sua própria dinâmica dentro de si mesmos, este movimento é intrinsecamente dinâmico e caracteriza-se por uma constante criação e recriação. Segundo Cornelius Castoriadis (1983, p. 13), “todo pensamento da sociedade e da história pertence em si mesmo à sociedade e à história. Todo pensamento, qualquer que seja ele e qualquer que seja seu “objeto”, é apenas um modo e uma forma do fazer social-histórico”. Ou seja, a realidade de cada sociedade, que ele denomina realidade social-histórica, é uma construção. Portanto, rejeita a ideia de que há uma definição pré-estabelecida do ser humano e da sociedade. Esta perspectiva visa valorizar o ser humano como um ente capaz de gerir sua própria história através de suas habilidades e características inatas, uma vez que o social-histórico é “a união e a tensão da sociedade instituinte e da sociedade instituída, da história feita e da história se fazendo” (Castoriadis, 1983, p. 131).

Compreende-se, portanto, que na história os fatos ocorridos são únicos, fixos e imutáveis. Cada momento histórico é distinto do anterior, já que o que aconteceu não pode ser repetido. Nesse viés, a tarefa do historiador é desafiadora: compreender o significado desse passado. É preciso entender os possíveis modos de existência do ser humano, falando apenas em nosso próprio

nome e não em nome do passado. Como indicado por Michel de Certeau, a história é paradoxal e esse seu caráter se dá pelo fato de que, pela escrita, “ela representa mortos no decorrer de um itinerário narrativo” (2011, p. 108). A responsabilidade na fala exige estudar, conhecer os argumentos já passados e manter a capacidade de contestá-los quando necessário. É fundamental ler e discutir as ideias apresentadas, colocando-as em questão e não aceitando-as como dados imutáveis, mas baseando-se em fundamentos sólidos para a crítica e a reflexão.

Para José D’Assunção Barros (2019), em *Fontes Históricas: Introdução a seus usos historiográficos*, as fontes históricas são essenciais na metodologia da História, uma vez que possibilitam o acesso e a interpretação de sociedades e processos do passado que já se extinguíram ou se transformaram. Sem essas fontes – sejam vestígios, discursos ou materiais deixados por seres humanos de épocas anteriores – os historiadores não conseguiriam entender e narrar eventos históricos. Michel de Certeau (2007), em *A escrita da História*, destaca que essa prática envolve enfrentar a alteridade, reconstruindo a presença de um “outro” ausente através dessas evidências fragmentadas. Ao vincular um contexto social à construção de um discurso narrativo, a historiografia não apenas retrata o passado, mas também investiga a própria natureza do conhecimento histórico. Assim, a análise crítica e interpretativa das fontes históricas é vital para o trabalho do historiador, permitindo uma contínua e aprofundada reconstrução do passado.

Nesse sentido, é imprescindível compreender que as fontes históricas são fundamentais para a operação historiográfica: por meio delas, os historiadores conseguem compreender e revelar civilizações, sociedades que passaram por transformações, e processos históricos concluídos ou que influenciaram nosso presente. O presente artigo busca, ao entender que toda fonte histórica

acessível ao historiador carrega inevitavelmente as marcas de seu contexto de origem, nos revelando de forma explícita ou velada, aspectos da sociedade que a produziu, analisar, a luz de José d'Assunção Barros, o uso historiográfico do epistolário ciceroniano discutindo suas particularidades, metodologias disponíveis, formas de interpretação e a maneira pelo qual foi utilizado ao passar do tempo.

MARCO TÚLIO CÍCERO E SEU LOCAL DE PRODUÇÃO

No livro *Fontes Históricas e seu Uso Historiográfico*, José d'Assunção Barros (2019) aborda uma questão central para a metodologia da história: a análise das fontes históricas e as técnicas aplicáveis ao seu levantamento, análise e uso historiográfico. Metaforicamente, Barros compara as fontes históricas a uma “máquina do tempo” para os historiadores, permitindo-lhes estudar sociedades que já desapareceram ou se transformaram (2019, p. 07). Assim, ele define fonte histórica como qualquer coisa produzida pelos seres humanos ou que contenha vestígios de suas ações e interferências, proporcionando um acesso significativo à compreensão do passado humano e seus impactos no presente (Barros, 2019, p. 15). No campo da História, a escolha das fontes históricas está sempre relacionada ao objeto específico de estudo ou aos problemas históricos que o historiador está abordando.

É fundamental destacar a necessidade de uma análise cuidadosa, que leve em consideração não apenas o conteúdo das fontes, mas também seu contexto, suporte e linguagem. A fonte é fundamental para assegurar a base científica da História, o que confere legitimidade ao discurso do historiador, sendo um elemento que distingue a História do relato de ficção. Qualquer afirmação do historiador deve ser fundamentada em uma base documental; da mesma forma, as hipóteses levantadas devem ser comprovadas ou aceitas com

base no trabalho com as fontes. Portanto, a escolha do universo documental deve estar intimamente ligada às hipóteses de trabalho, ao problema investigado e aos objetivos da pesquisa. Tudo isso está associado ao "lugar de produção" no qual o historiador está inserido.

Para José D'Assunção Barros (2020, p. 15; p. 129), ao definir o lugar de produção das fontes históricas, estas são confeccionadas à luz do contexto no qual o autor viveu, mas também da posição social que ocupava, da intertextualidade e, por fim, das demandas sociais às quais se encontrava submetido. Nesse sentido, ao examinarmos a cronologia das obras de Cícero, torna-se possível estabelecer uma correlação com o contexto político, econômico e intelectual da época. É evidente que essas obras estão intrinsecamente ligadas a momentos específicos da vida do autor e expressam sua perspectiva política assumida em um período ou em outro.

Orador, advogado e político romano nascido em Arpino, Península Itálica, no dia 3 de janeiro do ano 106 a.C., Marco Túlio Cícero fez carreira política na República, galgando os diversos degraus do *cursus honorum*⁶⁶. Cícero e seu irmão, Quinto Túlio, receberam uma educação tradicional que abrangia o estudo do latim e do grego. Durante suas estadias na Grécia e na Ásia Menor, Cícero teve a oportunidade de aprender com renomados retóricos e filósofos. Sua formação abarcou todas as áreas que ele posteriormente consideraria fundamentais para se tornar um grande orador: retórica, filosofia, direito e história.

Segundo Rocha Pereira (2002), Cícero nunca deixou de lado os estudos filosóficos, empenhando-se em conhecer a diversidade da filosofia grega.

⁶⁶ Oriundo de uma família não romana de ordem equestre, Cícero foi o primeiro a alcançar todas as magistraturas do *cursus honorum*, tornando-se assim um *homo novus*, o primeiro de sua linhagem a alcançar a ordem senatorial (Everitt, 2003, p. 12-13).

Apesar de inicialmente focar seus estudos em áreas jurídicas e políticas, ele dedicou-se a aprender sobre os grandes filósofos. Durante sua estadia na Grécia, o estudo da Filosofia grega influenciou significativamente sua formação filosófica e sua produção. Consoante Claudia Beltrão (2020, p. 09), em Roma, Cícero pode estudar filosofia e retórica com Filo de Larissa e os romanos Élio Stilo e Ácio, entre outros intelectuais. Dessa forma, é indiscutível o elevado nível da formação intelectual do advogado, sendo um dos primeiros autores romanos a demonstrar uma admiração classicista por Platão e Aristóteles, característica que marcou sua recepção em épocas posteriores.

Com uma juventude ocupada de forma rigorosa pelos estudos, notabilizou-se como um exímio escritor, e nos deixou um conjunto de obras que muito repercutiram em sua época e foram preservadas para a posteridade. Com base em seus textos, sejam discursos jurídicos, cartas ou escritos de cunho filosófico, é possível perceber os traços da sua personalidade, em especial seu apreço pela vida pública e sua busca incessante por prestígio na *Urbs*.

Contudo, Cícero só fez sua estreia no espaço público romano aos 25 anos, um pouco mais tarde do que o habitual para a época. James May (2002, p. 04) sugere alguns motivos para esse adiamento: Cícero queria estar bem-preparado, especialmente por não pertencer a uma família nobre, nem possuir ancestrais de renome, e a década em questão foi marcada por violência, tornando-a pouco favorável para iniciar uma carreira como orador público.

A carreira política de Cícero incluiu o exercício de diversos cargos na República, desde o de questor até o de cônsul, tendo desempenhado um papel decisivo no combate à Conjuração de Catilina, em 63 a.C.⁶⁷. Como governador da

⁶⁷ A Conspiração de Catilina, ocorrida no ano 63 a.C. durante a República Romana, foi liderada por Lúcio Sérgio Catilina, que, derrotado seguidas vezes nas eleições para cônsul, tenta tomar o poder de Roma à força ao planejar assassinar Cícero, que tinha sido eleito para cônsul. Ao incendiar Roma e incitar uma tribo da Gália à insurreição, com o caos instalado, possuía a intenção de assumir o comando do governo romano. Entretanto, o plano chegou ao conhecimento de Cícero, o que levou Catilina a ser exilado. Em 63 a.C., Cícero proferiu as

Cilícia, entre 51 e 50 a.C., Cícero empenhou-se em demonstrar aos romanos sua habilidade como gestor, de modo a manter-se ativo na política republicana. Em suas missivas, ele evidencia uma preocupação contínua em preservar seu patrimônio e status, uma característica importante dos homens públicos de então.

Assim, Cícero escreveu discursos, tratados filosóficos e retóricos, cartas e poesias, os quais, simplesmente, em termos de quantidade superam todos os outros escritos existentes do período (Levine, 2005, p.31). Ou seja, os escritos de Marco Túlio Cícero estabeleceram-se como fontes essenciais para diversos temas de sua época, demonstrando a versatilidade de suas obras, especialmente em termos de variedade temática. As influências culturais helenísticas foram determinantes nos variados escritos de Cícero, nos quais ele se apropriou da filosofia para fundamentar seu discurso. Nesse processo, ele evidenciou essa influência, contudo, interpretando-a dentro de uma perspectiva romana e como um indivíduo imerso nos elementos culturais que permeavam a sociedade em que estava inserido.

Buscar entender as origens de quem escreveu as cartas, seus objetivos, o que se passava no contexto em que elas foram escritas, influencia na interpretação, formação de um objeto e na própria elaboração do problema e hipóteses da pesquisa. Segundo Barros (2019, p. 36), uma fonte histórica pode apresentar em suas margens elementos que possibilitam traçar um retrato da vida cotidiana de uma sociedade. Pode não ser o objetivo do autor, como por exemplo nessas cartas de Cícero, no entanto ele produziu esse retrato quase que involuntariamente. As fontes involuntárias são aquelas que foram produzidas como materiais ou conteúdos que não tinham por objetivo central

Catilinárias (*In Lucium Catilinam*) contra Sérgio Lúcio Catilina, acusado de conspiração contra a República, sendo este considerado uma das maiores vitórias políticas de Cícero durante seu consulado (Braga, 2022, p. 54).

elaborar um discurso para ser lido por um receptor específico. E, para o autor, este involuntário é muito importante e de utilidade para o historiador. Com Cícero, por exemplo, essas cartas são exemplos da República Romana Tardia, pois há detalhes contidos nas entrelinhas que descrevem o cotidiano a sua época.

O GÊNERO EPISTOLAR NA ANTIGUIDADE

O gênero epistolar, um testemunho importante da vida pública e privada tanto em Roma quanto na Grécia, foi um dos mais cultivados pela elite letrada, que dominava a aplicação dos princípios retóricos na transmissão de mensagens e informações. Na Antiguidade, as cartas constituíram assim um importante veículo de comunicação e disseminação de informações, conectando indivíduos e comunidades. Embora muitas correspondências fossem endereçadas a amigos, clientes e familiares, uma boa parte também era enviada a personagens importantes da época, fornecendo-nos assim evidências valiosas sobre a dinâmica das elites. Por meio das epístolas, é possível verificar também um intenso fluxo de informações e opiniões acerca da situação de determinado local em determinada época. As epístolas são, pois, documentos relevantes, na medida em que contêm dados culturais, pessoais, econômicos, políticos e referências ao cotidiano, permitindo-nos assim alcançar particularidades da vida pública e privada que, de outro modo, talvez não fosse possível.

Segundo Giesen (2016, p. 56), a epistolografia ciceroniana caracteriza-se por ser uma correspondência verídica e plena de informações históricas. As cartas de Cícero pertencem ao gênero epistolar e representam um dos mais preciosos legados da Antiguidade que resistiram à passagem dos séculos. Esses registros, compilados após o falecimento do orador, nos oferecem a oportunidade de conhecer diversos aspectos da vida quotidiana no final da

República. Consoante Cláudia Beltrão (2017, p. 339), Cícero foi estudado por diferentes tradições intelectuais do Ocidente e, mesmo não sendo considerado um historiador para a história, cada época criou e modificou o seu Cícero, escolhendo e ressaltando, em seu corpus textual aquilo que mais lhe interessava. Teijeiro (1975, p. 10) afirma que as cartas de Cícero refletiam sua reação diante dos acontecimentos, oferecendo conteúdos que revelam sua vida e a realidade conturbada da sociedade romana naquele momento.

Entretanto, para lidar com fontes da Antiguidade de forma apropriada, é imprescindível empregar procedimentos metodológicos que viabilizem uma avaliação minuciosa e detalhada delas. De acordo com François Hartog (2003, p. 201), o texto, primordialmente, revela-se como uma narrativa, estruturada com sua própria arquitetura e lógica. Ele se configura na interação entre um narrador e um destinatário, situando-se em relação a outros textos, sejam contemporâneos ou não, dentro de um campo de conhecimento compartilhado. A prática da História envolve um conjunto de técnicas que normatizam a operação historiográfica, garantindo a credibilidade das pesquisas realizadas. Seguir essas normas é essencial para que uma pesquisa histórica seja considerada confiável. Além disso, a escrita histórica também obedece a certas leis que legitimam sua validade acadêmica. Segundo Michel de Certeau (2007, p. 70-72), a escrita da História não deve ser guiada apenas por desejos pessoais, mas deve estar em relação com o contexto social em que estamos inseridos. Para que nossos escritos sejam reconhecidos e valorizados pela comunidade acadêmica, eles precisam ter relevância social e refletir o lugar socioeconômico, político e cultural de sua produção. Assim, a prática e a escrita da História devem ser alinhadas com normas e leis que assegurem sua legitimidade e pertinência social.

Ou seja, a validade desse discurso, está sujeita à aprovação dos pares, evidenciando a importância da conformidade com as normas acadêmicas para evitar a marginalização do historiador na comunidade científica. Assim, ao lidar com fontes escritas, como os textos de Cícero, em especial suas cartas, que foram extensivamente usados e interpretados, é essencial considerar a história das interpretações anteriores de suas obras. Essas interpretações estabelecem representações que têm sido fundamentais para a análise das obras de Cícero.

A EPISTOLOGRAFIA CICERONIANA

Ao retomar a interpretação de Barros, o autor enfatiza a importância de compreender não apenas o conteúdo das fontes históricas, mas também seu suporte e a linguagem que dá forma e significado ao conteúdo (2019, p. 61). Destaca-se a ideia de que as fontes não são simples registros, mas sim pontos de encontro entre o historiador e as sociedades do passado (Barros, 2019, p. 23). Portanto, procuraremos agora demonstrar como o epistolário ciceroniano, utilizado como fonte para estudos da Antiguidade, tem sido empregado na escrita da História. Ao passar por diferentes autores, editores, escritores e escolas, as cartas de Cícero permanecem um meio significativo de acesso abrangente e profundo ao ambiente romano de sua época.

Na Antiguidade, o epistolário ciceroniano foi preservado e editado por Tirão, o secretário e liberto de Cícero, durante o governo de Augusto, incluindo não apenas as cartas escritas por Cícero, mas também as que ele recebeu (Antón, 1996, p.127). Após séculos perdida, a correspondência de Cícero foi em parte recuperada por Petrarca, quando ele a encontrou na biblioteca da catedral de Verona. Conforme observado por Casquero (1983, p. 391-393), Petrarca transcreveu manualmente o manuscrito que estava em condições precárias, estimulando assim a procura por outras cartas de Cícero. Esse esforço resultou

na descoberta de diversos manuscritos, tanto na Itália quanto em outros locais, ou seja, por meio das epístolas os humanistas perceberam uma nova dimensão de Cícero. No entanto, a descoberta desiluiu, de certa maneira, aqueles familiarizados apenas com o Cícero das obras filosóficas e oratórias, pois as cartas revelaram um autor mais humano, confrontado pelas angústias e incertezas de uma época marcada por rápidas mudanças políticas e sociais. Por sua vez, Trapp (2003, p. 13) destaca que a correspondência de Cícero é a mais antiga coleção de cartas antigas preservadas, o que atesta sua relevância.

Como mencionamos, Cícero foi um autor extremamente prolífico, tendo nos legado uma pletora de escritos das mais distintas naturezas. Nessa pesquisa, no entanto, selecionamos o seu epistolário como documentação principal. Trataremos aqui do volume das *Cartas aos familiares*, que recolhem as epístolas enviadas e recebidas por Cícero entre 62 e 43 a.C., essa coleção compreende um total de 435 cartas.

As cartas dessa coleção são de natureza heterogênea, uma vez que, como o próprio gênero epistolar indica, elas existem para um determinado fim: a comunicação de Cícero para com seus pares. Desse modo, é importante ressaltar, que não há indícios de qualquer intenção de Cícero em publicá-las em algum momento. Marcadas por uma grande formalidade, devido a seu caráter oficial, político, público, mas também devido ao contexto literário da sociedade romana a época, é possível observar o político preservando sua condição frente aos demais, ou seja, o estilo de escrita ciceroniano se assemelha em determinados pontos à prosa de sua oratória, no qual segundo Beltrão (2017, p. 356) “os escritos de Cícero testemunham o poder da oratória política na vida romana”.

Avaliar a posição do autor e da fonte em relação ao processo histórico em que ela está sendo feita e/ou ocorrida é, segundo Barros (2019, p. 32-35) uma ação e tomada de consciência a ser empreendido pelo historiador. Como tratamos de uma fonte autoral, é preciso levar em consideração a posição ideológica no tocante aos acontecimentos narrados por Cícero, bem como aqueles que posteriormente vieram a publicar suas epístolas, tratando esta fonte não como testemunho ou fonte de informações, mas como discurso a ser analisado. Quanto ao momento em que a publicação das cartas do Arpinate pôde ter ocorrido, é importante ressaltar escassez de informações sobre o ocorrido. No entanto, como já mencionado, prevalece-se pela historiografia a versão de que Tirão publicou as cartas, por volta de 32 a.C., uma vez que dentre seu trabalho, estava a catalogação e organização do seu conjunto de escritos, além da cópia dos envios. Consoante Felipe Coelho de Souza Ladeira (2020, p. 87), é possível pensar que Cícero e seus familiares fossem conscientes do valor das epístolas como uma fonte histórica, pois o próprio Cícero, ainda em vida, demonstrou interesse em editar e publicar parte de suas cartas. Dessa forma, preservaram, organizaram e classificaram em volumes e grupos, facilitando o seu entendimento posterior, embora muito provavelmente esses escritos dificilmente tenham sido copiados na íntegra ou lidos de maneira ampla, devido à falta de testemunhos.

O suporte da mensagem, por tratar de uma fonte de registro escrito, presumisse-se que sua divulgação aconteceu por alcance próprio, seja porque Cícero as tornou pública, seja porque o autor manteve cópias (Costa, 2013, p. 37). Devido sua natureza privada, as *Cartas aos Familiares* não estava necessariamente destinada a uma grande divulgação, uma vez que Cícero possuía um cuidado diante de sua imagem pública, pois segundo Steel (2001, p.16), Cícero buscava evitar assumir riscos em seus discursos, tomando o

cuidado de dizer o que era atrativo à sua audiência e, portanto, evitando que um material sensível e particular (como suas cartas) afetasse sua reputação. Assim, é mais coerente analisar a difusão como gradual e restrita.

As referências de antigos às *Cartas aos familiares* são escassas, sendo o testemunho de Sêneca, o Retórico que escrevia durante o governo de Tibério, ocorrido de 14-37 d.C. (Costa, 2013, p. 37). No século II, Plínio, o Jovem, apresenta compreensão do conteúdo das cartas de Cícero, demonstrando familiaridade com essas correspondências e reconhece seu valor como fonte histórica. Como dito anteriormente, Plutarco foi o escritor grego que fez referência à correspondência, escrevendo uma biografia de Cícero, mas, mais uma vez, sua manipulação de fontes e a natureza das citações suscitam dúvidas sobre um conhecimento direto da correspondência.

Durante a Idade Média, as *Cartas aos Familiares* não foi abordada por escritores e pesquisadores, sendo somente durante o Renascimento que voltarão aos estudos. O Renascimento teve acesso à coleção completa das cartas de Cícero devido à recuperação do texto no final do século XIV e à sua subsequente publicação no século XV, o que desempenhou um papel crucial no desenvolvimento do gênero epistolar que era estudado na época. Dentre os nomes que se dedicaram a esse estudo temos inicialmente Petrarca e, em seguida, os humanistas L. Bruni, A. S. Piccolomini, Poliziano, M. Ficino, C. Salutati, dentre outros, que publicaram suas próprias coleções de cartas ao longo do século XV.

A primeira edição das *Cartas aos Familiares* foi impressa em 1467 e, antes de 1470 já havia quatro edições, até que em 1501 tivessem sido publicadas, ao menos, cinquenta e duas. No início do século XV, as primeiras edições das cartas de Cícero se basearam em códices humanistas que descendiam do apógrafo "P",

muitas vezes contendo trechos interpolados ou leituras incorretas. Um marco significativo surgiu em 1536 com a edição de Pier Vettori, que utilizou o manuscrito M, reconhecido como o mais autorizado, para estabelecer o texto das *Cartas aos Familiares*. Ao longo dos séculos, outros estudiosos também contribuíram para a melhoria do texto: Bernardino Rutilio, P. Manuzio de Veneza, que ofereceu o primeiro comentário substancial, D. Lambino, e I. G. Grevio de Amsterdã, que introduziu novos códices.

No século XIX, a edição das *Cartas aos Familiares* foi enriquecida pelo progresso científico e pela crítica textual. Sendo assim, temos a publicação de L. Mendelssohn em 1893, notável pela sua meticulosidade e pelo rigor do seu aparato crítico, que se tornou uma referência para editores subsequentes. No século XX, surgiram edições críticas com particularidades como comentários detalhados sobre livros individuais. Nesse contexto, destaca-se o trabalho de D. R. Shackleton Bailey, responsável por edições críticas abrangentes da correspondência de Cícero, entre elas, a edição pela Cambridge University Press, em 1977, que se distingue pela sua abordagem conjectural, que resultou em correções substanciais, porém também propostas controversas, e por desafiar corajosamente a tradição manuscrita e editorial das *Cartas aos Familiares*. Shackleton Bailey continuou a contribuir significativamente ao longo do tempo, resultando em diversas variantes em relação à sua edição inicial de 1977, refletidas nas edições subsequentes da Teubner (1988) e da Loeb (2001), mantendo o texto de base estabelecido em 1977 como referência central.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das fontes históricas e da epistolografia ciceroniana revela a complexidade e a riqueza do estudo historiográfico. Este artigo destacou a importância das cartas de Cícero, em especial as *Cartas aos Familiares*, como um

recurso valioso para a compreensão da sociedade romana e a evolução da crítica textual ao longo dos séculos, ou seja, como, de que maneira e por quem esse conjunto de epístolas foi trabalhado ao longo das décadas até os dias de hoje.

Primeiramente, evidenciou-se que o trabalho de preservação e edição das cartas, iniciado por Tirão e continuado por humanistas, foi fundamental para a construção do conhecimento atual sobre Cícero e sua época. A redescoberta e a publicação das cartas permitiram que estudiosos pudessem acessar não apenas o pensamento de Cícero, mas também suas preocupações e vivências pessoais, proporcionando uma visão mais humana e complexa do autor. Adicionalmente, a evolução das edições críticas das cartas, desde as primeiras tentativas de compilação no século XV até as edições do século XX, ilustra o progresso da crítica textual e a busca incessante pela precisão e autenticidade. Cada nova edição trouxe à tona diferentes aspectos e interpretações, refletindo as mudanças metodológicas e teóricas da historiografia.

Neste contexto, a importância das fontes históricas e dos métodos de análise crítica se destaca. Conforme abordado ao longo do artigo, as fontes não são meros registros passivos, mas elementos ativos na construção do conhecimento histórico. Através delas, os historiadores não apenas reconstróem eventos passados, mas também dialogam com interpretações anteriores, oferecendo novas perspectivas e compreensões. Por fim, a epistolografia ciceroniana exemplifica a dinâmica contínua entre o passado e o presente na historiografia. O estudo das cartas de Cícero demonstra como a história é constantemente reinterpretada à luz de novas descobertas e abordagens teóricas. Isso reafirma a necessidade de uma análise crítica e rigorosa das fontes, garantindo que o conhecimento histórico permaneça robusto e relevante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTÓN, B. La epistolografia romana: Cicerón, Sêneca y Plinio. **Helmantica**, Salamanca, vol. 142-143, p. 106-148, 1996.

BARROS, J. A. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Vozes, 2019, p. 15-73.

BARROS, J. A. **A Fonte Histórica e seu lugar de produção**. Petrópolis: Vozes, 2020.

BELTRÃO, C. "A quem julgas apropriado escrever a história?" O orador e o historiador no "De Oratore" de Marco Túlio Cícero. In: Silva, G.J.; Silva, M. A. O. (Org.). **A Ideia de História na Antiguidade Clássica**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2017, v. 1, p. 337-366.

BELTRÃO, C. Construindo a Filosofia 'Clássica': Cicero e o Epicurismo. **REVISTA ARCHAI: REVISTA DE ESTUDOS SOBRE AS ORIGENS DO PENSAMENTO OCIDENTAL**, v. 30, 2020.

BRAGA, M. R. M. **A amizade como instrumento de poder político e financeiro no mundo romano**: uma análise comparada a partir das Cartas de Cícero e Plínio, o Jovem. 2022. Dissertação (Mestrado - Pós-Graduação em História Comparada). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

CASQUERO, A. M. Epistolografia romana. **Helmantica**, Salamanca, n. 103-105, v. 34, p. 377-406, 1983.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

COSTA, M. A. **Cícero e a retórica do exílio: as figuras de repetição**. Dissertação (Mestrado em Estudos Clássicos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

DE CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 65-119.

EVERITT, A. **Cícero**: The Life and Times of Rome's Greatest Politician. New York: Random House, 2003.

GIESEN, K. R. **O epidítico como recurso para a representação dos contemporâneos na epistolografia de Plínio, o Jovem**. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

HARTOG, F. **Os antigos, o passado e o presente**. Brasília: Editora Universidade Brasília, 2003.

LEVINE, D. S. The late republican/Triunviral Period: 90-40 BC. In: **A companion to Latin Literature**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

MAY, J. Cicero: his life and career. In: MAY, J. M. (Org.) **Brill's companion to Cicero: Oratory and rhetoric**. Boston: Brill, 2002.

ROCHA PEREIRA, M. H. **Estudos de História da Cultura Clássica**. V. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbknian, 2002.

STEEL, C.E.W. **Cicero, Rhetoric and Empire**. New York: Oxford University Press, 2001.

TEIJEIRO, J. S. C. Apresentação In. **CÍCERO**. Tratado de los deberes. Madrid Editora Nacional, 1975.

TRAPP, M. **Greek and Latin letters: an anthology, with translation**. Cambridge: CUP, 2003.

Um intelectual dedicado: Lydio M. Bandeira de Mello e a divulgação de seu “sistema filosófico”

Luís Fernando Amâncio Santos

Mestre em História/ UFMG

luís.amancio@gmail.com

Resumo: Lydio Machado Bandeira de Mello (1901-1984) foi um professor de direito penal da Faculdade de Direito da UFMG, atuante na instituição entre 1951 e 1971. Diferente da maior parte de seus pares, Lydio não exerceu cargos políticos nos poderes legislativo ou executivo, e tampouco atuou no sistema judiciário enquanto docente da Vetusta. Sua dedicação principal, além das aulas, foi a escrita: estima-se que Lydio publicou 56 livros em vida. Obras que não se restringiram ao direito. Segundo o próprio autor, sua bibliografia contemplou as temáticas: “a) de matemática pura; b) de matemática aplicada à filosofia; c) de filosofia; d) de história da teologia racional; e) de filosofia do direito; f) de história do direito penal; g) de direito penal; h) de literatura” (MELLO, 2000, p. 4). Essa vasta paleta interdisciplinar compunha o que Bandeira de Mello chamava de “sistema filosófico”.

Nossa pesquisa, em estágio inicial, pretende lançar luz a esse personagem pela perspectiva da história dos intelectuais. De acordo com o conceito elaborado por Jean-François Sirinelli, o autor integra a categoria de intelectual tanto por sua posição como produtor/ mediador de produtos culturais, tanto por seu engajamento em questões políticas contemporâneas. Em sua obra, Lydio mobiliza um saber enciclopédico para tratar de temas do direito e da metafísica, o que é feito com fortes influências da religiosidade cristã do autor.

Na presente comunicação, pretendemos observar a atuação do autor para viabilizar a publicação e, sobretudo, a distribuição de suas obras. Para isso, lançaremos mão de seu acervo pessoal, doado para a Biblioteca da Faculdade de Direito, que se encontra em inventário.

Palavras-chave: história dos intelectuais; história do Direito, Faculdade de Direito da UFMG

A Faculdade de Direito da UFMG, fundada como Faculdade Livre de Minas Gerais, abrigou figuras de destacada biografia ao longo de seus 132 anos de história. Concebida e materializada em 1892 por um grupo de políticos liderados por Afonso Pena, a instituição teve em suas origens um importante papel na consolidação da República brasileira, proclamada três anos antes⁶⁸.

A instituição integrou a segunda leva de faculdades de Direito do Brasil, após as pioneiras de São Paulo e Olinda (posteriormente transferida para Recife), em 1827. Por sua importância histórica, reforçada pela posição de destaque do estado de Minas Gerais na política nacional, a Faculdade de Direito da UFMG integrou a formação de políticos, juristas e intelectuais em geral⁶⁹.

Dentro do “panteão dos sábios”⁷⁰ que passou por seus corredores, lista que uma busca rápida no Google apresenta, dificilmente o nome do Lydio Machado Bandeira de Mello constará nas primeiras páginas. Professor da instituição entre 1951 e 1971, Lydio não ocupou cargos políticos ou teve próspera carreira no poder judiciário. Embora tenha sido vereador em Leopoldina por um breve

⁶⁸ Sobre esse contexto político, ver ARNAUT, 1996.

⁶⁹ Podemos citar os ex-presidentes Artur Bernardes e Tancredo Neves; Francisco Campos, Gustavo Campanema, Milton Campos, Pedro Aleixo, Carlos Luz, dentre outros. Na área cultural, Ziraldo Alves Pinto, Rubem Braga e Fernando Brant são alguns exemplos de graduados pela Faculdade que se tornaram notáveis em outras áreas. Para conhecer a história das três primeiras décadas da então Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, ver GUERRERO, 2017.

⁷⁰ Aqui, fazemos uma referência ao nome dado ao espaço da Faculdade de Direito da UFMG próximo ao auditório Maximum Alberto Deodato onde estão distribuídos alguns bustos de ex-professores.

período⁷¹, onde também advogou e foi procurador por seis anos, não foi nessas atividades que Bandeira de Mello teve destaque.

Ao assumir a cadeira de Direito Penal da Faculdade de Direito da então Universidade de Minas Gerais (UMG), Lydio se dedicou de forma praticamente exclusiva à docência e à escrita. E é nesse quesito que sua trajetória se torna singular: Bandeira de Mello publicou ao longo de sua vida incríveis 56 livros, quantidade considerável mesmo para os padrões atuais, em que a produtividade é uma exigência acadêmica.

A presente comunicação integra uma pesquisa ainda em etapa inicial. Pretendemos, ao longo dos próximos anos, nos debruçar sobre a atuação de Lydio M. Bandeira de Mello como intelectual, seja em seu papel como docente ou como escritor. Para isso, mobilizaremos o conceito de intelectual de Jean-François Sirinelli e analisaremos a atuação de Lydio pela circulação de suas ideias.

Antes de avançarmos, é necessário apresentar melhor o personagem objeto de nossa pesquisa.

Quem foi Lydio M. Bandeira de Mello

Lydio nasceu em Abaeté (MG), no dia 19 de junho de 1901. Seu pai, Lydio Alerano Bandeira de Mello, foi juiz em comarcas de Minas Gerais, e sua mãe, Adélia Machado Bandeira de Mello, era dona de casa. Após frequentar liceus em Minas Gerais (Muzambinho e Juiz de Fora), Lydio, o filho, cursou os anos finais do ensino básico no Colégio Anchieta, jesuíta, em Nova Friburgo (RJ). Entre 1920 e 1925, ele cursou ciências jurídicas na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro.

⁷¹ O mandato de Lydio como vereador não foi concluído pois, em 1937, Getúlio Vargas instituiu o Estado Novo, que dissolveu órgãos legislativos pelo país.

Durante e após a graduação, Lydio lecionou, em Muzambinho e Leopoldina, disciplinas como língua portuguesa, matemática, filosofia e história. Nessa última cidade, ele foi promotor de justiça e advogado, além de dar aulas de Direito (civil, constitucional e legislação fiscal) na Escola de Comércio para Contadores.

A mudança para a capital mineira ocorreu com a aprovação no concurso de Direito Penal, em 1951, na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Além dessa disciplina, ele ministrou aulas de Direito Penal Comparado, no curso de doutorado. Lydio foi docente na instituição até setembro de 1971, quando se aposentou. No dia 12 de maio de 1972, a Congregação da Faculdade conferiu a ele, por unanimidade, o título de professor emérito.

Aposentado das aulas, Lydio voltou a atuar como advogado e seguiu com as atividades de escrita. Esse foi o principal foco de sua trajetória intelectual. Os números impressionam: Bandeira de Mello foi um prodígio. Segundo levantamento de Thiago Crivellari, foram 7.420 páginas de filosofia, 3.535 páginas sobre direito penal e 481 páginas dedicadas à matemática (CRIVELLARI, 2012, p. 553).

Seu primeiro livro, *O problema do mal*, foi lançado em 1935. O último, *Universos abstratos em possível expansão ilimitável*, saiu em 1983. Entre as décadas de 1950 e 1970, a quantidade de obras publicadas superou a média de uma por ano. Ao longo dos anos 1960, por exemplo, o autor lançou 16 livros.

A temática das obras não se restringiu ao Direito. Lydio era eclético e se orgulhava de possuir um “sistema filosófico”. No discurso que proferiu ao receber o título de professor emérito, ele declarou ter trabalhos e livros: “a) de matemática pura; b) de matemática aplicada à filosofia; c) de filosofia; d) de história da teologia racional; e) de filosofia do direito; f) de história do direito penal; g) de direito penal; h) de literatura” (MELLO, 2000, p. 4).

A variedade de assuntos e a tendência em aplicar interpretações filosóficas e religiosas aos temas das ciências jurídicas são a principal característica da bibliografia do autor.

O leitor de Lydio pode apreciar em suas obras a fusão de elementos “filosóficos-religiosos-penais” em livros de Direito Penal, acontecimento que só ocorreu uma vez na Faculdade de Direito da UFMG. Aprecia também a firmeza, o material autobiográfico, a fidelidade heráldica à memória do pai, o gosto de propor matematicamente o teorema, a força e densidade da escrita, a amplidão de horizontes, o juízo meditado fora do comum. (CRIVELLARI, *op. cit.*, p. 549)

Sua postura e, sobretudo, suas ideias, marcaram gerações de alunos que passaram por suas aulas. Ariosvaldo de Campos Pires, um dos renomados advogados penalistas formados na UFMG, também ex-professor e diretor na Vetusta, teve relação fraterna de muita admiração por Lydio. Sobre ele, diz:

A sua obra, na qual cintilam, a cada passo, rasgos de genialidade e visualizações proféticas, bastaria à sua inclusão como uma personalidade marcante do Brasil contemporâneo. Somente aos homens de invulgar talento é reservado apresentar produção intelectual da natureza e qualidade da que o ilustre Mestre apresenta. (PIRES, 1993, p. 100).

Lydio Machado Bandeira de Mello faleceu em 30 de setembro de 1984, aos 83 anos de idade.

O intelectual, segundo Jean-François Sirinelli

Uma importante chave para compreendermos a atuação e a importância dos intelectuais na história contemporânea são os trabalhos de Jean-François Sirinelli. No Brasil, temos a tradução de “Os intelectuais”, capítulo que integra a coletânea *Por uma história política*, organizada por René Rémond. No texto, o autor sintetiza a retomada dos intelectuais como objeto de estudo da

historiografia e dá substrato para a definição da categoria (SIRINELLI, 2003, p. 233).

Sirinelli indica duas acepções de intelectuais. Na primeira, mais ampla, a categoria seria composta por produtores e mediadores culturais.

No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou “mediadores” em potencial, e ainda outras categorias de “receptores” da cultura. É evidente que todo estudo exaustivo do meio intelectual deveria basear-se numa definição como esta. (Ibidem, p. 242)

Nessa acepção, portanto, entram os profissionais que produzem discursos e narrativas a serem difundidas entre um público mais amplo.

Já a outra acepção, “mais estreita e baseada na noção de engajamento na vida da cidade como ator – mas segundo modalidades específicas, como, por exemplo, a assinatura de manifestos – testemunha ou consciência” (Ibidem, p. 243). Não se trata de um engajamento necessariamente partidário, mas do envolvimento em questões mobilizadoras.

Todavia, o caminho proposto por Sirinelli é o de não restringir o intelectual a uma só dessas chaves e compreendê-lo de forma ampla. O intelectual é um indivíduo que engloba características das duas modalidades interpretativas, de modo geral. “Não se pode tomar as duas definições de intelectual como opostas ou excludentes, na proposição de Sirinelli, mas como complementares. O engajamento é pensado como um fenômeno histórico que emerge em um terreno de criação e mediação cultural” (ALVES, 2019, p. 32).

O trabalho de Jean-François Sirinelli avança e nos oferece as noções de itinerários políticos, geração e sociabilidade como chaves para interpretar a trajetória dos intelectuais. Serão elementos que, conforme seguirmos na análise das ideias de Lydio, serão importantes em nossa pesquisa.

A atuação intelectual de Lydio

O fato de ter sido professor já credencia o autor como um intelectual de acordo com Sirinelli. Afinal, foram décadas atuando como mediador de ideias, seja no ensino secundário, em Muzambinho e Leopoldina, ou no ensino superior, em Belo Horizonte. Por vinte anos, ele participou da formação de bacharéis em Direito da mais prestigiada faculdade do estado e se tornou referência para alguns de seus estudantes. A visão peculiar de Bandeira de Mello sobre o mundo e sobre o Direito, inserindo-o em sua interpretação religiosa e filosófica, seguramente estava presente em suas aulas.

Além de mediador, Lydio foi um produtor de ideias. Como mencionando anteriormente, o volume de livros escritos e publicados por ele é significativo. O autor distribuía suas obras no que ele chama de “sistema filosófico”. E, embora as publicações fossem de diferentes áreas do conhecimento, eram questões metafísicas que as moviam. Um exemplo evidente é o livro *Prova matemática da existência de Deus*, em que o autor parte da racionalidade matemática para comprovar algo do campo religioso (MELLO, 1942).

Além de livros, Lydio publicou artigos em periódicos. Alguns com circulação local e outros em veículos de maior alcance, como o Jornal do Brasil. Segundo o autor, ele começou a publicar jovem, em um jornal de Muriaé, mas percebeu que “sistemas filosóficos não se constroem em artigos e monografias” (MELLO, 2000, p. 2). Era preciso ter mais páginas para desenvolver um pensamento complexo.

Para nós, a publicação em periódicos reforça a busca de Lydio em ocupar uma posição no debate público. Se não foi através dos jornais que o autor desenvolveu seu “sistema filosófico”, os artigos foram utilizados para promover

suas ideias. Em seu acervo pessoal⁷², encontram-se centenas de recortes com os artigos do autor. Itens guardados com zelo, o que demonstra o cuidado do professor com essa categoria de publicação.

Não encontramos, até o momento, um engajamento político-partidário nas publicações de Lydio. Não observamos, por exemplo, relatos sobre a ditadura militar ou sobre qualquer evento do noticiário político nacional – o que não deixa de ser um posicionamento.

O seu engajamento é por promover a circulação de suas ideias. Embora sua coleção de livros se distribua em diferentes temáticas, nesse estágio inicial de pesquisa nós já encontramos alguma ênfase em determinadas questões, que nos fazem pensar no professor como ator político.

Para avançar nesse sentido, acreditamos que o conceito de culturas políticas possa nos orientar. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, culturas políticas podem ser entendidas como um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2009, p. 21).

Trata-se de um conceito incorporado da ciência política norte-americana e que tem sido fundamental na renovação dos estudos de história sobre política, partindo da perspectiva cultural. Não avançaremos na definição, mas acreditamos que o capítulo supracitado de Sá Motta seja uma boa indicação para compreender o contexto.

Na perspectiva das culturas políticas, podemos compreender a adesão de indivíduos a determinadas posições ideológicas não apenas como escolhas no

⁷² O acervo pessoal de Bandeira de Mello foi doado por sua família à biblioteca da Faculdade de Direito da UFMG. O material se encontra em fase de inventário, sem previsão de término devido à pouca mão-de-obra disponível.

campo da razão, mas também como uma identidade partilhada com outros indivíduos, construídas nos mais diversos berços de sociabilidade. No caso de Lydio, a religiosidade aparece como um importante elemento de formação. O catolicismo, com o qual teve contato no âmbito familiar, foi reforçado nas escolas que frequentou, sobretudo no Colégio Anchieta. Algumas ideias e princípios morais que aparecem em sua obra nos permitem enquadrá-lo como um autor conservador⁷³. Apresentaremos, brevemente, dois exemplos.

O aborto, tema que ainda hoje é alvo de debates no legislativo e no judiciário, aparece como tema de seu livro *O aborto, em Direito Penal* (MELLO, 1961). A publicação apresenta uma comunicação feita pelo professor no *IV Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia*, realizado em Belo Horizonte. No texto, o autor expõe sua visão radicalmente contra o aborto, inclusive em situações previstas em lei, embasando-as sobretudo com referências ao texto bíblico. A explanação, que se inicia enfatizando a importância do regramento sexual – “o instinto sexual desregrado precipita nações nos abismos da destruição” (Ibidem, p.14) – evolui para a condenação do aborto na ótica cristã: “Os romanos pagãos não se preocupavam com a punição do aborto. A prática do aborto não é um problema moral ou caso de consciência para o materialista, para o panteísta, nem para o agnóstico. MAS É UM PECADO MORTAL PARA UM CRISTÃO⁷⁴” (Ibidem, p. 18).

Assim, a obra alterna argumentos jurídicos para a criminalização do aborto, com o discurso religioso, pendendo sempre para a segunda modalidade.

Outro tema que o autor aborda em sua bibliografia é o ateísmo, também tratado especificamente em um livro: *Refutação científica do Ateísmo Teórico: as credenciais da razão* (MELLO, 1973). Lydio associa a descrença em Deus com o

⁷³ O conservadorismo, não por acaso também chamado de reacionarismo, é uma reação ao que se considera moderno. É a busca de uma “normalidade” perdida, que remete ao passado. Muitas vezes é embasado em argumentos religiosos. Sobre o tema, ver WINK, 2023.

⁷⁴ O destaque no texto é da publicação original.

avanço do materialismo. Para ele, estudos de Albert Eistein e sua “Teoria da Relatividade” levariam ao descrédito da Razão, que levaria a uma degradação da humanidade.

Desmoralizada a Razão, o dragão do Ateísmo bota a cara de fora, vomita incêndios devoradores e vai agarrando, um por um, os pensadores incautos e esmagando com seu peso a patuleia não pensante. Suposta e decretada a morte de Deus para as consciências, surge o polvo do Materialismo com seus tentáculos polimorfos: materialismo histórico, materialismo dialético, materialismo “cristão”, materialismo postulativo, etc, etc. (...) Seu destino (do homem) é nascer, comer, trabalhar para comer, copular, beber uísque, fumar bolinhas e desaparecer. (Ibidem, p. A18)

O ateísmo e o materialismo aparecem como temas muito caros ao anticomunismo, que foi uma bandeira muito propagada ao longo do século XX no Brasil. É possível que, ainda que indiretamente, Lydio tenha reproduzido em suas obras esse discurso tão recorrente em associações católicas contemporâneas a ele⁷⁵.

No atual estágio da pesquisa, porém, o que temos observado é a atuação de Lydio pela divulgação de suas ideias. O que ocorreu através do inventário de sua coleção de cartas, ainda em andamento.

Uma parcela de suas correspondências são diálogos com amigos e familiares. Cartões de boas festas, cartões-postais, relatos de assuntos triviais, convites de formatura e casamento, dentre outros. Documentos que, podemos supor, ele guardou pelo valor sentimental. Até o momento, estimamos que essa modalidade contemple cerca de 50% do conjunto.

As demais cartas tratam, de modo geral, da sua atividade intelectual. Há, por exemplo, missivas recebidas de outros autores, de leitores de sua obra e cartas institucionais.

⁷⁵ Sobre o anticomunismo, ver MOTTA, 2002.

Todavia, um significativo volume dessas correspondências são respostas de bibliotecas em agradecimento pelo envio de livros do autor. Em um universo de 347 correspondências inventariadas até o momento, de todos os assuntos, elas somam 125.

Embora pareçam, em um primeiro olhar, cartas protocolares, apenas uma confirmação do recebimento das obras, elas são valiosas para essa pesquisa. Em um modo mais elementar, elas nos ajudam a mapear a circulação – ou, ao menos, o envio – das obras de Lydio para os mais diversos países⁷⁶. Foram encontradas cartas recebidas de todos os continentes.

E esse hábito é uma importante característica do autor. Distribuir suas obras para outros países era uma tarefa que ele abraçou com a mesma dedicação que devotava à escrita⁷⁷. Lydio se envolvia em toda a escala de produção de seus livros. Ele os escrevia, obviamente. Em seguida, viabilizava a publicação. Para isso, investia recursos próprios.

Devo esclarecer que, até o presente, não recebi o menor auxílio monetário de quem quer que seja. Não sou rico, mas tenho recebido o cumprimento da promessa evangélica: “Procurai primeiro o Reino de Deus e a Sua justiça e tudo mais vos será acrescentado”. Sempre arranjei, no momento certo (inclusive com a vida de livros de Direito), o cabedal necessário para publicar cada trabalho. (MELLO, 2000, p. 5)

Algumas de suas obras foram publicadas em letra cursiva, com a caligrafia do próprio autor. O professor foi diretor da gráfica da Faculdade de Direito e muitos de seus livros foram publicados por ela.

Lydio não era afeito a realizar eventos de lançamento de suas obras, mas era ativo na divulgação e, sobretudo, na distribuição das obras. Segundo ele, “no

⁷⁶ Os livros eram enviados em português e podemos questionar se haviam dentre os frequentadores dessas bibliotecas muitos leitores de nosso idioma.

⁷⁷ Crivellari afirma em seu artigo que há obras espalhadas por 800 universidades estrangeiras (CRIVELLARI, *op. cit.*, p. 554). Não sabemos como ele obteve essa informação.

Brasil, é mais fácil escrever do que publicar e é mais fácil imprimir do que distribuir” (Ibidem, p. 4).

As cartas institucionais acusando o recebimento de seus livros demonstram um autor comprometido com a circulação de suas obras. Ele separava um volume de seus livros para serem presenteados a essas bibliotecas; buscava o endereço delas – numa era sem internet, não devemos ignorar tempo que essa procura demandava; despachava os livros pelos correios e, um tempo depois, recebia as cartas/ cartões de agradecimentos pelo envio, que foram guardadas com zelo.

Na “produção de si” de Lydio M. Bandeira de Mello⁷⁸, essas cartas reforçam a identidade que ele construiu: a de um intelectual, autor de um sistema filosófico que se dispersava por diferentes áreas do conhecimento, da matemática ao direito. O comprometimento em disponibilizar sua obra para leitores de todo o mundo era uma característica importante da individualidade que ele construiu para si. As cartas são comprovantes de que seus livros se distribuíam por longas distâncias, atravessavam oceanos e ocupavam espaço em prateleiras de prestigiadas bibliotecas.

Esse aspecto é importante para nós, pois demonstra o empenho de Lydio pela circulação de suas ideias. Hoje, em um tempo em que a prática da produção acadêmica é quantitativa, mas guiada pelo cumprimento de exigências das agências de fomento e dos programas de pós-graduação, pode parecer pouco relevante um autor publicar tantos livros. Mas, para Lydio, divulgar seu sistema filosófico funcionava como uma missão: uma ação engajada para difundir as ideias que ele acreditava serem fundamentais para o bom progresso da humanidade.

Imediatamente foi se formando em mim uma decisão inabalável:
limpar a ciência destas extravagâncias; destruir, malha por malha,

⁷⁸ Essa é uma expressão utilizada por Ângela de Castro Gomes, uma de nossas referências para o trabalho com fontes epistolares, se referindo à construção de identidade do autor que aparece nesses documentos (GOMES, 2004).

essa rede de cavilações; mostrar, a mim e aos outros, que Deus e a Natureza não iriam dar ao Homem uma faculdade traiçoeira, uma faculdade feita para enganar o Homem, a faculdade de buscar a verdade para jamais consegui-la: a nossa Razão (MELLO, 1973, p. A21).

Esses são alguns dos caminhos que pretendemos trilhar em nossa pesquisa. No momento, estamos iniciando um trabalho e o objetivo da comunicação é apresentar as possibilidades que esse tema oferece.

Bibliografia:

ALVES, Cláudia. "Contribuições de Jean-François Sirinelli à história dos intelectuais da educação". *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 33, n. 67, p. 27-55, 2019.

ARNAUT, Luiz; JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Reinado do direito*: (Minas Gerais 1892 - 1911). 1997. 206 p. Dissertação (mestrado) Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

CRIVELLARI, Thiago Fernando Miranda. "Notas para uma lydioscopia: elementos da vida e da obra de Lydio Machado Bandeira de Mello". In: *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, n. 60, p. 547-568, 2012.

GOMES, Angela Maria de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

GUERRERO, Hermes Vilchez. *O casarão da Praça da República*: a Faculdade Livre de Direito de Minas Geraes (1892-1930). Belo Horizonte: Del Rey, 2017.

MELLO, Lydio M. Bandeira de. *O abôrto, em Direito Penal*. Belo Horizonte: [s.n.], 1961.

MELLO, Lydio M. Bandeira de. *Discurso por ocasião do recebimento do título de Professor Emérito da Faculdade de Direito da UFMG*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG, 2000.

MELLO, Lydio M. Bandeira de. *Prova matemática da existência de Deus*. Leopoldina: Ed. do Autor, 1942.

MELLO, Lydio M. Bandeira de. *Refutação científica do Ateísmo Teórico: as credenciais da razão*. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 1973.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas Políticas na História: Novos estudos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Perspectiva/ Fapesp, 2002.

PIRES, Ariosvaldo de Campos. *Ideias e vultos do Direito*. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

WINK, Georg. *Conservadorismo Brasileiro e a Nova Direita*. Belo Horizonte: Estúdio Livre, 2023.

ST17 - Memória e Popularizações da História: Disputas e Usos do Passado

"Salvando" o Brasil do comunismo (?)

Luís Gustavo Souza Fróes

Graduando em História pela Unimontes
gustavosouzafroes@gmail.com

Resumo: O propor uma sociedade baseada na igualdade, tendo como uma das suas principais características a ausência do Estado, sendo ele, um sistema onde o foco total é a igualdade, principalmente dos trabalhadores, se caracterizando como a etapa final dessa “tomada” de poder por parte do proletariado. Um grande pensador que nos informa de fato o que é o comunismo é Karl Marx, um filósofo, que falava sobre o homem na linha de produção e situa o homem como uma mercadoria a ser vendida e utilizada. Segundo Karl Marx, “ O modo de produção da vida material domina, em geral, o processo da vida social, política e espiritual em geral”. Dito isso, podemos pensar sobre o anticomunismo, quando vemos uma das frases mais icônicas do Manifesto Comunista “Um fantasma ronda a Europa - o fantasma do comunismo” com a proporção mundial que teve a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) outros países fora da Europa começaram a imaginar uma ameaça comunista, sendo o principal deles Os Estados Unidos (EUA) que são potência capitalista da época. A representação dentro da sociedade é de grande importância para academia, para buscar entender quais os principais fatores sobre o comunismo que vigora como um fantasma até atualmente ocasionando as manobras políticas, segundo uma pesquisa do datafolha de 01 de julho de 2023 diz que 52% dos brasileiros entrevistados tem medo do país se tornar comunista. É importante entender de onde vem esse medo, hoje em dia com a internet em seu auge, as pessoas utilizam de vídeos rápidos como no tiktok para trazer fake news ou até deturpar algum conceito sem ao menos ter uma noção do que estão falando, causando assim uma onda de desinformação. Essas interpretações acerca do que foi/é o comunismo sob a ótica de quem pesquisou torna de suma importância o nosso trabalho, pois entendemos a complexidade que um conceito é e que não podemos compreender este de forma linear e não reflexiva. 190 Arte e ética em Tiago Sant'ana Ligia Kalina Domingueti Faria Ao contrário, consideramos importante refletir sobre essa perspectiva e entendendo a forma como as pessoas sentem a necessidade de expor aquilo que pensam sobre algum conteúdo, hoje conseguimos utilizar fontes no meio da tecnologia que exploram

muito essa questão voltando a ótica para o comunismo e outros fenômenos políticos.

Palavras-chave: Comunismo, Anticomunismo, política, digital.

Introdução

O comunismo é um modelo político e socioeconômico que propõe a derrubada do capitalismo ao propor uma sociedade baseada na igualdade, tendo como uma das suas principais características a ausência do Estado, sendo ele, um sistema onde o foco total é a igualdade, principalmente dos trabalhadores, se caracterizando como a etapa final dessa “tomada” de poder por parte do proletariado.

Um grande pensador que nos informa de fato o que é o comunismo é Karl Marx, um filósofo, que falava sobre o homem na linha de produção e situa o homem como uma mercadoria a ser vendida e utilizada. Segundo Karl Marx (1848, p. 10): “O modo de produção da vida material domina, em geral, o processo da vida social, política e espiritual em geral”.

O maior exemplo, na prática do comunismo até hoje é a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Edward Hallet Carr (1985) no texto *1917. Antes y después (La revolución rusa)* relaciona o governo absoluto antes da revolução na Rússia, como a sociedade em si estava funcionando antes e depois com uma insatisfação gigantesca por parte da população e a onda crescente de grupos revolucionários e como no pós-revolução a Rússia começou fazer parte do cenário mundial com as reformas sociais e radicais e a coletivização da agricultura e também a nacionalização das indústrias.

Dito isso, podemos pensar sobre o anticomunismo, quando vemos uma das frases mais icônicas do *Manifesto Comunista*: “Um fantasma ronda a Europa -

o fantasma do comunismo” (MARX, 1848, p 1) com a proporção mundial que teve a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) outros países fora da Europa começaram a imaginar uma ameaça comunista, sendo o principal deles os Estados Unidos (EUA) que era potência capitalista da época. Esse fantasma passou a ser utilizado como manobra política para manipular a população, criando um imaginário deturpado sobre o que é comunismo.

No Brasil, segundo Motta (2013) as maiores ondas do “perigo vermelho” foram de 1935 a 1937, de 1946 a 1948 e de 1961 a 1964. Essas ondas foram os períodos em que o medo do comunismo estava tão grande que esse anticomunismo foi elemento chave das mobilizações que ocasionaram os dois golpes autoritários mais importantes do século XX no Brasil.

Desse modo, quando falamos de comunismo é necessário também falar do anticomunismo, principalmente dele, enquanto imaginário que assombra tanto a sociedade atualmente, durante o governo do presidente Jair Bolsonaro, houve rumores que o candidato Luiz Inácio traria para o Brasil o sistema mais temido: o comunismo. Então conseguimos entender o quão longe esse medo pelo comunismo pode levar a população, agora pensando no século XXI, logo após o mandato do governo de Jair Bolsonaro chegar ao fim, houve uma invasão a sede dos três poderes financiados por golpistas que faziam parte dessa metade da população que morria de medo do comunismo chegar no Brasil.

A análise em si, será sobre o Brasil durante o governo de direita do presidente Jair Messias Bolsonaro, que utilizou desse discurso como forma de manobra para assombrar seus eleitores e os demais brasileiros a acreditarem que o Brasil poderia se tornar um país comunista. Buscar entender como o comunismo se representa dentro da sociedade brasileira e como ainda depois de muitos anos continua sendo usado como manobra para políticos

movimentarem a população ou até manipular golpes populares. Como exemplo disso temos a ditadura militar que vigorou no Brasil durante os anos de 1964 a 1985.

A representação do comunismo dentro da sociedade é de grande importância para academia, para buscar entender quais os principais fatores sobre o comunismo que vigora como um fantasma até atualmente ocasionando as manobras políticas, como segundo uma pesquisa do *Datafolha* de 01 de julho de 2023 diz que 52% dos brasileiros entrevistados tem medo do país se tornar comunista. É importante entender da de onde vem esse medo, e possivelmente ele vem da desinformação, hoje em dia com a internet em seu auge, as pessoas utilizam de vídeos rápidos como no *TikTok* para trazer *fake news* ou até deturpar algum conceito sem ao menos ter uma noção do que estão falando, causando assim uma onda de desinformação.

Correlacionando essa questão da desinformação, lembramos do conceito de guerra híbrida que é basicamente utilizar de coisas legais para que os processos de comunicação e produção de percepção ou a falta de percepção, os indícios de uma guerra híbrida são propagadas ações de dissimulação, falseamento da informação, interferência maciça nas comunicações, operações de informação e contrainformação, basicamente a guerra híbrida lança um ambiente de incerteza muito grande por conta do ciberespaço.

Segundo Andrew Korybko (2018, p. 17) “[...] - consistem em desestabilizar governos por meio de manifestações de massas em nome de reivindicações abstratas como democracia, liberdade, etc.” analisando isso, vemos que basicamente o governo Bolsonaro durante as eleições os eleitores do mesmo utilizavam desse discurso de “liberdade” correlacionando com a questão fantasmagórica do comunismo, chegando no ponto de acharem que no Brasil

virando um país comunista, iremos nos alimentar com carne de cachorro, isso além das outras desinformações que foram compartilhadas e até criadas pelos eleitores e também pelos candidatos do PL.

A guerra híbrida usa esse controle da informação para adiar o confronto e quando, pensamos em confronto, desse contexto histórico brasileiro, é automático pensar no 8 de janeiro, quando invadiram a praça dos três poderes, pensando em um golpe contra o presidente Lula.

Descrição de Fonte

O *TikTok* foi uma febre no período da pandemia, onde uma onda de vídeos de 15 segundos no máximo, fazia com que cada vez mais, o consumidor, consumisse mais conteúdo em menos tempo, isso de primeiro impacto foi o foco de comercializar um novo meio de comunicação de massa, atingindo milhares de pessoas no mundo ao mesmo tempo, e as influenciando inevitavelmente.

Dito isso, é claro que moldou também o mundo político, neste mesmo período no Brasil houve uma onda gigantesca de pessoas sendo descobertas dentro da plataforma e automaticamente se tornando um criador de conteúdo digital. Entretanto, estes talentos descobertos não foram somente para área da arte, atuação e dança, mas também para influenciadores políticos, como foi dito acima.

Segundo Thompson (2002, p. 1) na obra *A Mídia e a Modernidade uma Teoria Social da Mídia*: “Por um lado, é importante sublinhar que os meios de comunicação têm uma dimensão simbólica irreduzível: eles se relacionam com a produção, o armazenamento e a circulação de materiais significativos para os

indivíduos que os produzem e os recebem.” Relativizando essa fala do autor, podemos pensar sobre a relevância desses conteúdos que chegam no celular de milhões de pessoas, sem confirmação se é verídica a informação ou se não passa de *fake news*.

As fontes analisadas serão vídeos do *TikTok*, com a duração de 15 segundos, do período de 2020 a 2022, com foco no perfil do Nicolas Ferreira, político filiado ao partido do PL, atualmente atuando enquanto deputado federal pelo Estado de Minas Gerais, e antes sendo vereador, o mesmo produz vídeos para a plataforma, realizando palestras sobre cristãos não serem de esquerda, sobre o comunismo nos visitar com a esquerda e alegorizar sobre os partidos de esquerda com os países da América espanhola.

Nicolas têm uma frequência de três vídeos por dia, atacando tudo que o mesmo tem os 15 segundos para atacar, entre estes ataques estão, a comunidade LGBTQIA+, as mulheres feministas, os esquerdistas, o mesmo faz recortes de vídeos em que o presidente atual Luiz Inácio Lula da Silva, fala sobre implementos e políticas contra *fake news*, relatando que o presidente iria começar uma censura dentro do país, além de que, ironiza sempre o Brasil se tornar uma nova “Venezuela”, ou seja, a intenção do perfil do mesmo na grande maioria dos vídeos, é de espalhar *fake news* e desinformação para o público que o acompanha.

Sobre as *fake news*, é importante lembrar que não é algo restrito a atualidade, mas a propagação de notícias falsas remete a outros períodos da história da humanidade. Segundo Ricardo Mendonça, “[...] as *fake news* podem ser encontradas em quase todas as épocas da Europa Ocidental” (Mendonça, 2023, p. 9). Nesse sentido, conseguimos enxergar a *fake news* na difamação de personagens no decorrer da história, além disso, hoje em dia o *TikTok* só é uma

nova forma de disseminação de informação em um nível global. Usando as redes sociais, a proliferação de informações falsas só foram impulsionadas a partir do compartilhamento com outras pessoas, assim como, o Mendonça continua dizendo:

A dinâmica de operação das plataformas digitais e a reprodução social de vieses objetificados em algoritmos mostram que esses processos não são meramente escolhas comportamentais individuais, mas se ligam a fenômenos mais amplos de reconfiguração da forma como lidamos com informações. Seja por meio de curtidas, compartilhamentos ou buscas, os robôs de plataformas digitais teriam papel relevante na proliferação de *fake news* (Mendonça, 2023, p. 8).

Dito isso, apresentamos como fonte um vídeo do Nikolas Ferreira publicado no dia 15 de dezembro de 2023, postado tanto no *TikTok* como no *Instagram*: “[...] Então, como diz o Olavo: não é que o comunismo é um grande ideal que se perverteu, ele é uma perversão que se vendeu como grande ideal [...]” (Nikolas Ferreira, Sou comunista, e daí, TikTok, 15 de Dezembro, 2023). Ele alega no vídeo, um pouco antes dessa fala, como que o comunismo vem para perseguir a fé dos fiéis e para desafiar o amor dos mesmos a Deus, assim como exemplifica como o comunismo acabará com a igreja, sendo que, diante dos estudos de cada período histórico, é notório que o comunismo segundo os ideais de Marx nunca foram aplicados em nenhum país, o que houve foram países que adotaram sistemas baseados com suas ideias e adaptaram de acordo às circunstâncias históricas, políticas e culturais.

Segundo Motta: “No momento em que o comunismo passou a ser percebido como um perigo sério para a Igreja, ele também começou a ser anatematizado como, “cria de Satanás”, do mesmo modo que a Reforma ou o perigo turco[...]” (Motta, 2013, p. 75). Dessa forma, se continuarmos o vídeo que foi citado anteriormente, o mesmo faz alusões ao diabo para prender seus telespectadores que são religiosos, já que o mesmo antes de entrar na vida política tinha um público majoritariamente evangélico. Ele alegoriza o comunismo enquanto o diabo que vai chegar, o deputado diz:

[...] Agora você entendeu porque estes comunistas querem que vocês achem que o comunismo não passa de uma fantasia , pois é, geralmente o diabo não chega com um tridente e vermelho, vermelho até que chega, mas chega com uma foice e martelo e com aspecto de amor, não seja mais enganado, o comunismo mata[...] (Nikolas Ferreira, Sou comunista, e daí, Tiktok, 15 de Dezembro, 2023).

Ademais, conforme Thompson (2002, p. 2): “Mas se comunicação é uma forma de ação, a análise da comunicação deve se basear, pelo menos em parte, na análise da ação e na consideração do seu caráter socialmente contextualizado.” E considerando o caráter socialmente contextualizado é que ele influencia 6,2 milhões de seguidores, isso sem dizer no compartilhamento e na divulgação em outras redes sociais.

Conclusão

Baseado nos autores e nas fontes que foram apresentadas, nós deduzimos que neste período do governo de Jair Bolsonaro ocorreu outra onda

do anticomunismo, utilizando do comunismo como manobra política para amedrontar e manipular os eleitores a ir contra um fantasma que não nos ameaça. Conseguimos refletir o quanto as redes sociais têm um papel extremamente importante dentro da nossa sociedade atual, capaz de mover, informar e desinformar a população.

Diante disso, conseguimos ver o poder dessas *fake news* no 8 de janeiro 2023, neste dia, aconteceram atos golpistas chamados até de Intentona Bolsonaro, onde vários eleitores do Bolsonaro foram movidos por este medo do Partidos dos Trabalhadores (PT) entrar no poder e instaurar o comunismo, com medo das notícias falsas vinculadas ao que seria trago pelo governo Lula, como comer cachorro, crianças recebendo kit gay, o Brasil se tornar uma nova Venezuela, entre outras.

O Nikolas Ferreira utiliza das suas redes sociais de maneira totalitária e extremista, querendo levantar questões idiotas, mas falando como se fossem sérias e passando desinformação para um público de 6,2 milhões de seguidores, além de que, a análise neste artigo é voltado para o comunismo e anticomunismo no Brasil remetendo as redes sociais e seu poder dentro da sociedade brasileira atual, mas se passarmos um minuto a mais no perfil do deputado nas redes sociais vemos *fake news* de tudo quanto é forma, inclusive nos últimos dias antes de submeter este artigo vemos outra vez ele utilizando da desinformação para manipular e amedrontar a população.

Dito isso, evidenciando o trabalho na análise das fontes, vemos o apelo do mesmo com questões religiosas e perseguição, isso, sem contar com utilização do uso da falta de liberdade expressão, analisamos que ele utiliza destes discursos extremistas para atingir uma camada da população que é trabalhador utilizando, muitas vezes, discursos populistas e que não fazem

sentido com a mesma imagem que ele passa dentro dos projetos de lei apresentados pelo mesmo, de propostas às emendas à constituição estadual e na avaliação de propostas de outros deputados.

Ademais, acredito que analisar fontes de um tempo tão presente se torna um desafio bastante atraente, avaliar que hoje em dia com a globalização em seu auge, os meios de contato com a informação mudaram, antes o melhor meio para se estudar o que a sociedade pensava era os jornais, porém, hoje as redes sociais e o que consegue furar bolhas é que são o que a sociedade mais concorda, discorda ou pensa parecido. Desse modo, com as redes sociais também em seu auge, é possível notar vários criadores de conteúdo trazendo informações falsa e verdadeiras, tentando enganar o público que o acompanha, com falas polêmicas que acabam ganhando grande destaque dentro dessas redes.

Referências bibliográficas e Fontes

Carr Edward Hallet, 1917. **Antes y después (La revolución rusa)**. España, Editorial Sarpe, 1985.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O manifesto comunista**. 5.ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999. 65p.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas - das revoluções coloridas aos golpes**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular 2018

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. 315 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

THOMPSON, John Brookshire; BRANDÃO, Wagner de Oliveira; AVRITZER, Leonardo. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 261 p. ISBN: 9788532620798.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino et al. **Fake News e o Repertório Contemporâneo de Ação Política.** DADOS, Rio de Janeiro, vol.66 (2): e20200213, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/M47Czv8v8HzwQ6DKjBqIvjg/>. Acesso em: 24 de fev. de 2025.

Folha de São Paulo. Datafolha: 52% acham que Brasil corre o risco de virar comunista. 01 jul. 2023. Disponível em: [virar-comunista.shtml](https://www.folha.com.br/comunicacao/2023/07/01/52-acham-que-brasil-corre-o-risco-de-virar-comunista/) Acesso em 15 dez. 2024.

FERREIRA, Nikolas. **Sou comunista, e daí.**[@nikolasferreiradm]. 15 dez. 2023. [Vídeo]. TikTok. Disponível em: <https://vm.tiktok.com/ZMkTnMXPk/> . Acesso em 15 dez. 2024.

A Independência do Brasil e o ensino de História: construções narrativas e o caso da Bahia

**Anna Luiza de Brito
Martins**

Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais;
E-mail: annaluizabmartins@gmail.com

Beatriz Gomes Guimarães

Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
E-mail: gomesb28@gmail.com

**Mateus Henrique F. de
Almeida**

Graduando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
mtsmateeus@gmail.com.

Resumo

Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Independência do Brasil, alvo de inúmeras construções narrativas, deve ser trabalhada nas escolas. Nesse sentido, o objetivo do trabalho é questionar e analisar, através da proposta pedagógica, os discursos criados em torno da Independência, criticando narrativas elitistas incutidas na memória nacional. Para isso, colocamos em comparação as histórias contadas através de pinturas renomadas do século XIX, como as de Pedro Américo e Moreaux, com a historiografia contemporânea sobre o caso da capitania da Bahia no processo pela emancipação. Assim, a proposta pedagógica busca questionar: Não houve mesmo participação popular durante a luta pela Independência? Qual a motivação por trás do apagamento da participação de figuras populares da

memória nacional? A Independência significou a liberdade de todos os brasileiros?

A proposta tem início com análise de algumas fontes. Inicialmente, fotografias recentes de comemorações da Independência em Salvador e Belo Horizonte servirão para explorar a participação popular na Bahia, e as divergências de ambas comemorações. Em seguida, as pinturas de Pedro Américo e Moreaux serão comparadas com a pintura "A Batalha de Pirajá" (1978) de Carybé. Utilizamos também narrativas populares de heróis populares da Bahia, como o soldado Jacaré e Maria Felipa, além das pesquisas de João José Reis sobre o "Partido Negro", de forma a evidenciar a existência de diferentes grupos de "brasileiros" que lutaram contra Portugal, mas que propunham projetos políticos muito diferentes. A exemplo de grupos de escravizados e pessoas negras livres e libertas que lutaram contra os portugueses, mas também contra a elite branca baiana, pelo fim da escravidão e por um sistema mais democrático. Por fim, a análise do Hino da Independência, que associa a libertação do Brasil à emancipação de um cativo, permite concluir a proposta com o principal questionamento: Liberdade para quem?

Assim, a proposta conclui-se destacando a distancia temporal entre a Independência do Brasil (1822) e a Abolição da Escravidão (1888), evidenciando que o projeto vitorioso foi o das elites brancas e escravocratas, que construíram uma memória dos vencedores. O processo emancipatório do século XIX, mesmo distante, se mostra presente hoje através do racismo estrutural. Nesse sentido, para finalizar a proposta pedagógica, propomos a análise de algumas raps, bem como a realização de uma composição musical dos estudantes.

Palavras-chave: Independência do Brasil; sequência didática; disputas narrativas; participação popular; Bahia;

Introdução

Conforme sugere a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um dos temas a serem trabalhados com turmas do 8º ano é a Independência do Brasil. Nesse sentido, nós, autores da proposta pedagógica, elaboramos metodologias e atividades para discutir sobre o tema, a partir de uma perspectiva que questiona e analisa os discursos criados em torno do processo de Independência do Brasil. O foco principal da sequência é problematizar quais sujeitos foram protagonistas do processo emancipatório. Assim, a partir do caso da capitania da Bahia, trazemos luz para as narrativas de sujeitos que atuaram nas lutas pela emancipação do país, mas que foram apagados da memória nacional. Em contrapartida, a proposta pedagógica permite pensar também quais sujeitos de fato foram contemplados pela liberdade pregada no discurso da independência. Por fim, buscamos evidenciar o papel da pesquisa no ensino de história, não como áreas que se divergem mas sim como áreas que se completam no fazer historiográfico.

A sequência foi construída durante nossa participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID 2022-2024) para ser aplicada com alunos do 8º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Glória Marques Diniz, sob supervisão da professora de História, Júlia Teresa Vieira Leite. O PIBID promove a articulação da prática com a teoria por meio da inserção de alunos da licenciatura do ensino superior no cotidiano de escolas públicas da educação básica. Dessa forma, ele contribui para uma formação docente aliada a prática pedagógica. Ademais, a participação no programa fez com que compreendessemos a importância de pensar uma educação contextualizada com as vivências dos alunos. Em sua obra *Educação Democrática*, Bell Hooks vai dizer que o educador democrático procura repensar o ensino como elemento permanente da experiência do mundo e da vida real. Nessa perspectiva, tanto o professor como o aluno devem estar envolvidos em

um constante processo de reflexão sobre as próprias experiências e as condições sociais, culturais e políticas que envolvem o processo de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, considerando que o ensino contextualizado com a realidade escolar dos alunos é capaz de despertar maior interesse na turma, observamos, durante nossas visitas à sala do oitavo ano, que a questão racial era um aspecto latente entre os estudantes. A turma era composta por alunos considerados os mais indisciplinados e com o menor rendimento em sala. Ao começarmos a frequentar as aulas, percebemos que a turma era pequena e apresentava baixa assiduidade, sendo formada predominantemente por meninos negros. Para além desses aspectos, a turma demonstrava-se bastante agitada, ainda que pouco participativa durante as aulas, mas sempre mostrou entusiasmo com nossa presença. Com o passar das semanas, alguns comportamentos chamaram nossa atenção. Era comum presenciar alunos se referindo uns aos outros como "macaco" e proferindo falas preconceituosas relacionadas à condição social e à cor de pele dos colegas. Partindo dessa questão, buscamos inserir na nossa proposta de aula uma forma de valorização dos sujeitos negros na história, demonstrando como esses protagonizaram momentos importantes da história do Brasil. A proposta foi levar para a sala de aula a discussão racial, adaptando o conteúdo sobre a Independência do Brasil e promovendo entre os alunos uma reflexão sobre a marginalização de sujeitos essenciais nas narrativas históricas.

Além da perspectiva contextualizada, que leva em conta os conflitos existentes em sala de aula, buscamos utilizar também a chamada "pedagogia da fome". Rubem Alves, em *A arte de produzir fome* (2002) entende que fome é afeto, no sentido do latim *affetare*, de ir atrás, de se mobilizar em busca de algo. Dessa forma, o autor parte de uma metáfora da cozinha, comparando o

professor a uma cozinheira. Ainda que a cozinheira produzisse um banquete divino para alguém, de nada adiantaria se esse alguém não estivesse com fome. Cabe à cozinheira, portanto, aguçar a fome, estimulá-la. Da mesma forma, é preciso que o professor desperte o interesse dos alunos, de forma que se mobilizem em busca do conhecimento. A curiosidade é, para o cronista, o motor do aprendizado. Nessa mesma direção, Paulo Freire em *Pedagogia da Autonomia* (2011, p. 61), propõe que “ensinar exige curiosidade”, entendendo-a como um exercício fundamental para construção do conhecimento. A postura curiosa se daria através da observação do objeto, se aproximando e se distanciando dele, e, principalmente, formulando perguntas que promovem a busca por conhecer mais. Nesse sentido, a sequência didática foi formulada através de questionamentos. Longe de apresentarmos reflexões prontas, buscamos partir de indagações e de situações-problema, muitas das quais partiam do presente. A primeira atividade da Sequência Didática é emblemática nesse sentido: como explicar as grandes diferenças entre as comemorações da Independência dos dias de hoje, entre os desfiles militares e festas populares, semelhantes ao carnaval?

Sequência Didática

O conteúdo da proposta pedagógica “Independência do Brasil: construções de narrativas e o caso da Bahia” enfatiza o apagamento da participação popular na memória nacional sobre o processo de independência. Para contrapor com a ideia elitista e exclusiva da narrativa tradicional sobre a Independência do Brasil, trouxemos para a sequência didática, o caso da Bahia. As particularidades desse processo na capitania foram pensadas a partir de fontes mais recentes, como a pintura de Carybé, *A batalha de Pirajá* (1978), e imagens sobre as comemorações (2022 e 2023) do 2 de julho na Bahia, data em que comemora-se a independência no estado. Ambos os documentos retratam

uma ampla participação das camadas populares que envolveu o movimento e que permanece na memória popular da região, mas que, no entanto, não compõe o panteão dos heróis nacionais e, muito menos, as representações mais contemporâneas ao processo de 1822, como as pinturas de Pedro Américo, *Independência ou Morte* (1888), e de Moreaux, *A proclamação da Independência* (1844).

Partindo do presente, nos debruçamos sobre a historiografia de João José Reis (1989) para pensar como se deu a participação de indígenas, escravizados, forros e pessoas pobres no movimento pela independência de Portugal na Bahia. O ponto principal é o que a pesquisa de Reis aponta como o “Partido Negro”. É evidente, na documentação do período, que o grupo dos “brasileiros” era composto por diferentes sujeitos, com projetos políticos distintos para o país. A elite branca e escravocrata, que também compunham esse grupo, desejava a manutenção da hierarquia social e temiam que a população tomasse a liderança do movimento e instaurasse uma revolução, aos moldes do Haiti. O “Partido Negro” fazia referência, portanto, a grupos de escravizados e pessoas negras livres e libertas que lutaram contra os portugueses, mas também contra a elite branca baiana, em prol do fim da escravidão e de um sistema mais democrático.

O fim da colonização e a vitória dos “brasileiros” não significou, assim, a vitória de todos os sujeitos que lutaram pela independência. O lema de “liberdade”, amplamente mobilizado pelas narrativas oficiais, representa uma grande contradição: o processo de independência representou, no âmbito político, a derrota do “projeto de Brasil” das camadas populares. Para evidenciar os paradoxos presentes no discurso da independência, nossa proposta didática consiste em iniciar a aula com a apresentação de duas imagens. A ideia é que as imagens instiguem os estudantes em relação ao conteúdo a ser trabalhado. As

figuras se referem à celebração do aniversário da independência do Brasil em duas cidades diferentes: Belo Horizonte e Salvador. A análise comparativa das imagens tem início com uma pergunta: Quais dessas imagens estão mais de acordo com aquilo que vocês já viram sobre a comemoração da Independência, seja ao vivo, na televisão, na internet, etc?

Depois de ouvir as respostas da turma, o próximo passo foi apresentar as duas figuras, explicitando que ambas se referem a comemorações da Independência. Dá-se início a uma análise mais detalhada de cada imagem, chamando a atenção para a participação popular (ou ausência dela) e para a figura da “cabocla”, no centro da segunda imagem que se refere à comemoração da Independência em Salvador. O objetivo desse momento é promover questionamentos em relação às diferentes comemorações, a primeira como um desfile militar e a segunda como uma festividade mais semelhante ao carnaval e que possui uma figura indígena como símbolo principal.

Dessa forma, a sequência de atividades que se segue pretende compreender as diferentes narrativas e memórias sobre a independência e como isso pode esclarecer acerca da participação popular, principalmente negra e indígena, no processo de 1822. Em seguida, foi apresentada uma linha do tempo com alguns eventos importantes relativos ao tema, como a chegada da família real no Brasil (1808), a Revolução Liberal do Porto (1820) e a Independência do Brasil (1822). A linha do tempo é completada no fim da sequência didática com as leis abolicionistas. A partir dos eventos dispostos na linha, os pibidianos iniciaram a explicação acerca do processo de independência influenciado pelos eventos de 1808 e 1820 e liderado pelo próprio monarca português. O objetivo é evidenciar o caráter elitista do movimento e questionar os estudantes sobre a participação popular nesse processo.

No momento de utilizar as pinturas como recursos didáticos, torna-se obrigatório a passagem por um caminho de contextualização de produção das obras. Em um cenário de descontextualização não seria possível entender os objetivos ao se produzir os seguintes desenhos expostos. Estas são carregadas de intenções em meio a um período de crise da figura heroica dos imperadores - no caso dos quadros referentes à proclamação da independência, por D. Pedro I. Nas aulas, foram utilizados os seguintes quadros: *Independência ou Morte* (1888), de Pedro Américo; *Proclamação da Independência* (1844), de Moreaux; *Coroação de D. Pedro I* (1828), de Debret⁷⁹; e *A Batalha de Pirajá* (1978), de Carybé.

Perguntando aos alunos o ponto que mais lhe chamava a atenção nos quadros, observamos que não houveram respostas idênticas, as quais de certas formas eram esperadas em um número resultante como a maioria da turma. Muitos apontaram, no quadro *Independência ou Morte* (1888), de Pedro Américo, para o canto do quadro, no qual estavam representados homens que não faziam parte do exército e muito menos da realeza, além de que estariam em uma posição submissa ao imperador. Diferente da proposta dos pintores, no centro do quadro e em posição elevada no ambiente, tem-se o imperador D. Pedro I, representado como o herói que os libertaria da colônia portuguesa, ponto o qual deveria ser o centro das atenções.

Além da primeira obra, em *A proclamação da Independência* (1844), de Moreaux, e *Coroação de D. Pedro I* (1828), de Debret, o que se nota é a exaltação do imperador como uma figura fundamental para independência, ao mesmo tempo em que a bota em seus pés, na última obra citada, passa a imagem de que ele também seria um soldado, que lutara como homem, militarmente, pela liberdade da nação. Pensando no contexto de produção, a imagem da realeza

⁷⁹ A pintura que se refere à coroação de D. Pedro I como imperador não se relaciona diretamente com o fato da independência, entretanto, a sua utilização é importante para explicar as intenções por trás dos símbolos produzidos pelos pintores.

imperial estivera em crise, tanto em 1844 quanto em 1888, primeiro em um período de instabilidade e começo do segundo reinado, e segundo em um momento de sistemática crise política, trazendo a necessidade de exaltar por meio da arte a figura heróica do imperador.

Em seguida, uma nova imagem é apresentada, dessa vez relacionada à guerra de independência na Bahia, com o quadro “A Batalha de Pirajá” (1978). A pintura apresenta uma perspectiva muito diferente das anteriores, que formaram o imaginário e a memória nacional sobre a independência. Na análise coletiva desse quadro, era necessário evidenciar os sujeitos representados e o protagonismo dado a um personagem negro e sem rosto. O personagem desconhecido pode servir para discussões acerca da escrita da história oficial da independência, que optou por não registrar as diversas pessoas das classes populares que lutaram nesse processo.

As análises artísticas propostas equivalem ao método inovador defendido pela educadora Circe Bittencourt (2008), que afirma ser importante o ato do professor de, quando possível, fugir dos métodos tradicionais, ou seja, aulas associadas apenas a materiais didáticos e exposição de conteúdo, além do uso da lousa. É essencial que os alunos do 8º ano exercitem o tipo de tarefa proposta, para que consigam desenvolver habilidades, até então, relacionadas aos objetivos de ensinar História, como a melhora do espírito crítico.

Por fim, questionamos os estudantes: qual dos quadros remetem à memória que vocês têm sobre a história da Independência? A conclusão da análise de imagens deve enfatizou as construções narrativas em torno da independência e permitiu introduzir uma análise comparada entre ambos os casos, com ênfase na participação popular e nos diferentes projetos de Brasil que estavam sendo formulados

No quarto momento, realizou-se uma análise comparada entre o caso nacional e o caso baiano. Foi apresentado um pouco sobre o processo da Bahia, evidenciando a participação de escravizados e da população negra na luta pela independência. Nesse momento, foi contada a história de dois de dois sujeitos negros que lutaram pela independência na Bahia e foram registrados na memória popular e na documentação oficial, Maria Felipa e o soldado Jacaré, respectivamente.

Maria Felipa de Oliveira se alistou como voluntária na Campanha da Independência, lutando na guerra, e, ainda, liderando um grupo de 40 mulheres, as “vedetas”, isto é, as sentinelas, que tinham o papel de observar, dia e noite, as praias, as matas, os caminhos, e subir nos montes que ficavam próximos aos campos de guerra, para ter uma melhor visão dos portugueses que desciam dos barcos para saquear a ilha de Itaparica. Já o soldado Jacaré teve sua história registrada por um tenente em um relatório sobre a batalha em São Caetano. O registro do seu nome, sendo ele um soldado, é bastante incomum para a documentação oficial e chama a atenção para o protagonismo popular daquela guerra. Em sua história, é atingido por uma bala e a retira do peito, colocando de volta na espingarda e atingindo um português.

Após essas histórias, enfatizou-se que aqueles que lutaram contra os portugueses pela independência não tinham os mesmos interesses e objetivos. A elite branca baiana queria tomar as rédeas da independência, antes que a população tomasse a liderança do movimento e instaurasse uma revolução, aos moldes do Haiti. Já o “partido negro”, como denomina João José Reis (1989), tinha como reivindicação a abolição da escravidão, a democracia representativa, a igualdade racial no acesso ao emprego público, a destribuição de sesmarias, entre outras.

A partir disso, é importante questionar os estudantes: Na luta contra os portugueses, ganharam os brasileiros. Mas quais brasileiros realmente ganharam? Estavam sendo pensados diferentes projetos de Brasil, que também estavam em disputa. A independência, assim, representa a vitória de um grupo específico, a elite branca brasileira. Com base nessa ideia, o *Hino da Independência*, escrito por Evaristo da Veiga em 1822, também é analisado e, a partir dele, problematizado a ideia de “liberdade” que é mobilizada em alguns versos, questionando para quem essa liberdade realmente “raiou”.

A aula caminha para a conclusão da linha do tempo. Tendo em vista que o projeto de manutenção da ordem social vigente foi o vitorioso nessa disputa, é possível compreender a enorme distância temporal entre a independência do Brasil e a abolição da escravidão, passando ainda por leis abolicionistas que tentaram postergar ao máximo a libertação dos escravizados.

Mas ainda, a fim de que se abordasse, diretamente, sobre o tópico do racismo estrutural com a turma, foi escolhido o método de aproximação do passado com o presente, por meio da música. A canção intitulada *Dai a Cesar o Que é De Cesar* (2021), de Cesar MC, em um trecho diz: “Eles nunca choram as nossas dores, mas sempre censuram a nossa revolta, [...] sem equidade não há justiça, vitimismo é o que vão dizer, pimenta no olho do pobre não arde, a menos que um dia ela pingue você, [...] ninguém tá disposto a largar o osso”. E, por meio dele, foi possível estabelecer uma conexão de dois tempos diferentes sobre um tema comum, o racismo. A análise da lírica foi feita pelos alunos, e o fato do preconceito também ser estrutural foi possível de notar por meio da análise. Esse tipo de método converge ao que Paulo Freire defende, em *Pedagogia da Autonomia*, sobre a posição do professor e do estudante como sujeitos no ambiente da sala de aula. Ou seja, ao mesmo tempo em que o professor transforma o estudante com seu conhecimento, ele também é

transformado. A liberdade dada ao estudante de se colocar em uma posição de sujeito contribui no seu desenvolvimento intelectual e crítico⁸⁰.

Após a análise, realizada em conjunto, a proposta de atividade consistia em compor uma música sobre toda a independência estudada ao longo das aulas, ou seja, de forma que incluísse palavras/assuntos relacionados ao racismo, aos personagens históricos, à liberdade, etc⁸¹. Porém, para que os alunos se sentissem inspirados e tivessem algum repertório, nós professores escrevemos uma parte da letra, até mesmo para sugerir que estávamos fazendo um *featuring*⁸² com eles. Na prática, não tinha como ter um resultado melhor. Os alunos, em uma velocidade surpreendente, entregaram versos prontos que abordavam o racismo, a injustiça e personagens da independência na Bahia. A letra completa, portanto, unindo a composição dos professores com os versos dos alunos, resultou no seguinte:

"1822 a liberdade negra que ficou para depois / Sigo no freestyle rimando na moral, falando de D. Pedro que era um cara mal / Excluiu das pinturas toda a população, para ser visto como o herói dessa nação / Com a memória não se brinca meu irmão, ele queria mesmo era manter a escravidão / Agora eu rimo nessa batida, para destruir essa história construída / A liberdade seria para quem? os negros eram vistos como ninguém / Um ninguém que lutou pelo Brasil, ao lado do indígena e do branco hostil / Mas o príncipe Pedro ainda soube mentir, uma história que o negro deixa de existir / A independência da Bahia / Incluiu Maria Felipa / Que junto das suas vedetas / Lutaram pela justiça / Resistir ao racismo / Para conquistar a liberdade / E entender que o homem negro / Era herói na verdade."

Conclusão

⁸⁰ Esse tipo de postura também é defendida pela autora Circe Bittencourt, em *Ensino de História: fundamentos e métodos*.

⁸¹ Palavras sugeridas para as rimas: racismo, liberdade, heróis, independência da Bahia, participação popular, Maria Felipa, soldado jacaré, guerra, portugueses, brasileiros, elite branca, população negra, D. Pedro.

⁸² *Featuring* é uma expressão em inglês que significa "com a participação de", "em parceria com", "apresentando" ou "participando". Expressão comum no mundo da música.

Referências

ALVES, Rubem. **A arte de produzir fome**. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u146.shtml#:~:text=O%20pensamento%20nasce%20do%20afeto,do%20objeto%20de%20sua%20fome>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. Cortez Editora: São Paulo, 2008, 2ª edição.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOOKS, bell. **Ensinando Comunidade: uma pedagogia da esperança**. São Paulo: Elefante, 2021.

Fontes:

AMÉRICO, Pedro. **Independência ou Morte**. 1888. 1 pintura a óleo sobre tela. Museu Paulista, São Paulo.

Cesar Resende Lemos (Cesar MC). **DAI A CESAR O QUE É DE CESAR**. Rio de Janeiro: PineappleStormTV, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Vx2QswxE1cg>. Acesso em 26 fev. 2025.

MOREAUX, François-René. **A Proclamação da Independência**. 1844. 1 pintura a óleo sobre tela. Museu Imperial, Petrópolis.

PARREIRAS, Antônio. **A Batalha de Pirajá**. 1978. 1 pintura a óleo sobre tela. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Coroação de D. Pedro I**. 1822. 1 pintura a óleo sobre tela. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.

VEIGA, Evaristo da; PEDRO I, Dom. **Hino da Independência**. 1822. 1 composição musical. Domínio público.

ST19 - Políticas de e para a cultura na América Latina: Memória, História e experiências

“Una víctima que renace y que siempre está presente”: Fundación Víctor Jara e o trabalho de memória e cultura de Joan Jara (1973-2003)

Maria Luiza Franca Ramalho⁸³

Doutoranda em História

Programa de Pós-Graduação em História da UNESP

E-mail: marialuizafrancaramalho@gmail.com

Resumo: Entre as vítimas da primeira semana da longa ditadura pinochetista (1973-1990), esteve o *cantautor* comunista Víctor Lidio Jara Martínez (1932-1973), expoente da Nova Canção Chilena que foi fuzilado no Estádio Chile em 16 de setembro de 1973. Frente ao trauma do golpe e à repressão político-cultural, a bailarina britânico-chilena Joan Alison Turner Roberts Jara (1927-2023), sua viúva, partiu para o exílio em outubro do mesmo ano, iniciando um processo de arquivamento de documentos relacionados à resistência cultural. Durante o exílio em Londres, mobilizou-se com a ampla rede de solidariedade internacional em defesa dos direitos humanos e participou de atos e festivais em homenagem ao marido, com o intuito de denunciar o Terrorismo de Estado. De volta ao Chile, na década de 1980, vinculou o legado de Víctor às mobilizações culturais com sentidos de reparação e democratização da cultura, buscando também uma retomada pública da memória atrelada ao governo da Unidade Popular (UP) (1970-1973). Nos anos 1990, no processo de transição à democracia, Joan Jara criou a *Fundación Víctor Jara* (FVJ) e seu arquivo (AVJ), cujos propósitos concernem à preservação e propagação da memória sobre os Jara, a UP e a resistência à ditadura militar. A partir da análise de artigos de imprensa, folhetos de festivais e cartas presentes em fundos pós-73 do arquivo, nosso projeto de doutorado objetiva investigar a historicidade desta fundação. À vista disso, nessa comunicação, evidenciamos a relação sincrônica do trabalho de memória com a elaboração de uma política cultural, que pode ser verificada na constituição do projeto da FVJ (1973-1993) e em sua primeira década de trabalho (1993-2003).

⁸³ Contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de agosto a dezembro de 2024. Desde janeiro de 2025, é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2024/13219-5.

Palavras-chave: Memória, Política Cultural, Reparação, Fundación Víctor Jara, Joan Jara.

Introdução

Nos países do Cone Sul, cenários de golpes de Estado no decorrer das décadas de 1960 e 1970, a “memória” passou a ser uma palavra-chave e, como apontado na introdução da obra *Políticas culturais na América Latina: entre conflitos e negociações*, foi um “objeto de disputa e motivação constante de políticas culturais durante e após o fim das ditaduras militares da segunda metade do século XX” (VILLAÇA; SCHMIEDECKE; GARCIA, 2023, p. 23). No Chile, o golpe de 11 de setembro de 1973 interrompeu violentamente a chamada “experiência chilena” da Unidade Popular (UP) (1970-1973)⁸⁴, governo presidido por Salvador Allende, que propôs a transição do capitalismo ao socialismo pela via democrática e pacífica.

A longa ditadura pinochetista (1973-1990)⁸⁵ caracterizou-se pela extrema violência de Estado fundamentada na Doutrina de Segurança Nacional e pela instauração de um projeto de modernização capitalista ancorado no neoliberalismo. Conforme as historiadoras brasileiras Adriane Vidal Costa e Isadora Vivacqua, o documento *Política Cultural del Gobierno de Chile* (1974) demonstra o estabelecimento de diretrizes assentadas em um projeto cultural antimarxista. Para os ideólogos do regime, o marxismo era uma doutrina maléfica que se infiltrou no país principalmente por meio da produção artística durante a UP. Nesse contexto,

⁸⁴ A UP foi criada em 1969 como uma coalizão de partidos de esquerda (como o Partido Comunista, Partido Socialista e Partido Radical e Partido Social Democrata) e organizações menores (Movimento de Ação Unitária e Ação Popular Independente). Com a proposta da “via chilena ao socialismo”, lançou Salvador Allende (do PS) como candidato nas eleições presidenciais de 1970. Allende governou o país de novembro de 1970 a setembro de 1973. Sobre o governo, ver análises historiográficas recentes em: COSTA; BORGES, 2020.

⁸⁵ Para a historiadora chilena Verónica Valdivia, o personalismo da ditadura no Chile permite designá-la como “pinochetista”, cf. VALDIVIA ORTIZ DE ZÁRATE, 2015.

A cultura era compreendida como um campo em disputa, capaz de difundir ideologias, crenças, concepções políticas, visões de mundo e promover memórias impositivas e coletivas sobre eventos da história do Chile. Diante disso, tornava-se de grande importância para o governo ditatorial a eliminação das produções culturais e dos artistas capazes de contribuir para a consolidação de uma leitura memorialística sobre o governo da UP [...] (COSTA; VIVACQUA, 2023, p. 18).

Enquanto alguns artistas e intelectuais permaneceram no país durante a vigência da ditadura e iniciaram uma vida de “resistência e mimetismo” (ROLLE, 2022, p. 159), outros partiram para o exílio e engajaram-se diretamente com o amplo movimento de solidariedade internacional formado logo após o golpe de Estado. Caracterizado como um “evento-mundo”⁸⁶, o 11 de setembro de 1973 causou um impacto que transcendeu a esfera regional, já que a violência adotada pelos militares chilenos a partir do fatídico dia do golpe foi amplamente divulgada e, de acordo com o historiador francês Olivier Compagnon, causou um “choque emocional planetário” (COMPAGNON *apud* AGUIAR, 2017, p. 668).

Nessa direção, diversos autores apontam que o exílio chileno pode ser dimensionado de maneira singular se comparado aos outros exílios latino-americanos dessa época, devido à “excepcionalidade” dos exilados terem vivenciado um projeto socialista democraticamente eleito, que despertou a atenção de amplos setores progressistas mundialmente. Segundo Pablo Yankelevich, a vasta rede solidária incluiu setores liberais e progressistas dos Estados Unidos, da social-democracia europeia e latino-americana e os regimes comunistas do Leste Europeu, sendo que nenhuma experiência exilar contou com tantos apoios, nem alcançou tamanha visibilidade (YANKELEVICH, 2011, p. 16).

⁸⁶ A ideia de “evento-mundo” foi originalmente desenvolvida pelo historiador francês Jean-François Sirinelli. O historiador Olivier Compagnon (2013) utiliza esta ideia com o intuito de caracterizar o valor paradigmático do golpe chileno para a historiografia.

A trajetória exilar e o gesto de arquivamento da bailarina e coreógrafa britânico-chilena Joan Alison Turner Roberts Jara (1927-2023)⁸⁷ corroboram com esta constatação. Viúva de Víctor Lidio Jara Martínez (1932-1973), multiartista comunista chileno assassinado por militares em 16 de setembro de 1973 no Estádio Chile⁸⁸, Joan exilou-se com as filhas Manuela Bunster Turner e Amanda Jara Turner em outubro do mesmo ano. Na organização da partida para Londres, preocupou-se com a preservação da memória:

Me dominaba una sensación de lucha inconclusa, la lucha de un pueblo que intentaba modificar pacíficamente su modelo social obedeciendo las normas que sus enemigos predicaban pero no practicaban. Sentía que no era una persona sino mil, un millón; el sufrimiento no era sólo personal, sino un dolor compartido que nos unió a muchos, aunque nos viésemos obligados a separarnos, mientras algunos permanecían en Chile y otros huían a cualquier rincón del mundo. Yo fui de los que se marcharon. Tenía pasaporte británico, pero después de casi veinte años en Chile retornaba a Inglaterra convertida en una extranjera. En ese momento estaba pensando en castellano y no en inglés. No tenía trabajo ni dinero, y todas nuestras posesiones fueron metidas en tres maletas; en lugar de ropa nos llevamos fotos, cartas, discos (JARA, 2020, p. 22).

No epílogo do livro *Víctor, un canto inconcluso*⁸⁹, Joan comenta sobre o “arquivo excepcional” que surgiu das malas levadas para Londres e que “además del trabajo de Víctor, contiene el testimonio de veinticinco años de solidaridad

⁸⁷ Nascida em Londres, Joan imigrou para o Chile na década de 1950, a partir do casamento com o bailarino chileno Patricio Bunster. Trabalhou no Balé Nacional, foi professora da Universidade do Chile e uma figura importante no desenvolvimento da dança independente no país. Casou-se com Víctor Jara nos anos 1960. Cocriou o Balé Popular na década de 1970 e participou ativamente da campanha e do governo da Unidade Popular. Durante a ditadura, destacou-se como gestora de memória. Em 2009, obteve a nacionalidade chilena. Faleceu em novembro de 2023.

⁸⁸ Como o mais conhecido Estádio Nacional, com o qual é recorrentemente confundido, o Estádio Chile funcionou como centro de detenção, tortura e assassinato de presos políticos durante a ditadura. Renomeado *Estadio Víctor Jara* em 2003, o espaço foi criado em 1949 e serviu como centro de treinamento de boxe e outros esportes, bem como local para apresentações artísticas, como o *I Festival de La Nueva Canción Chilena* em 1969. Sobre o assassinato de Víctor e o uso do espaço como centro de detenção, ver: BORELLI; BRUM, 2015.

⁸⁹ O livro foi lançado originalmente em 1983, sob o título *Víctor: An Unfinished Song* em inglês (editora Jonathan Cape); e com o título *Víctor Jara, un canto truncado* em espanhol (editora Argos Vergara). Posteriormente, foi publicado em diversos idiomas. No Brasil, a primeira publicação foi feita pela editora Record em 1998. O epílogo em questão foi escrito em março de 1998 e passou a fazer parte das edições lançadas a partir desse ano.

cultural internacional” (JARA, 2020, p. 372). Assim, este gesto⁹⁰ da partida para o exílio deu início a um acervo que seguiu crescendo ao longo das décadas de 1970 e 1980. Nos anos 1990, no contexto da redemocratização chilena, este empenho culminou na criação da *Fundación Víctor Jara* (FVJ) e do *Archivo Víctor Jara* (AVJ) em Santiago, instituições voltadas para o trabalho de preservação e projeção da vida e obra de Víctor, “tanto em seus valores humanos, como em relação à sua contribuição para o patrimônio artístico e cultural do Chile”, como informa o *website* da FVJ.⁹¹

É importante mencionar, mesmo que brevemente, que o ator, diretor teatral, cantor e compositor Víctor Jara foi um dos principais expoentes do movimento da Nova Canção Chilena (NCCh) e participou ativamente da discussão de caminhos para integrar a cultura ao processo revolucionário almejado pela UP.⁹² Joan também esteve diretamente comprometida com a chamada “experiência chilena” e colocou seu ofício artístico a serviço da campanha e do governo enquanto cocriadora do Balé Popular.⁹³ Frente ao trauma do golpe e do violento assassinato de Víctor, durante a década de exílio (1973-1983), ela foi uma importante figura da campanha de denúncia das violações dos direitos humanos e mobilizou-se contra a ditadura de múltiplas maneiras: colaborou com o *Chile Committee for Human Rights* e o *Chile Solidarity Campaign* em Londres; cedeu entrevistas para órgãos de imprensa de inúmeros países, e viajou em “turnês de solidariedade” por países como a Austrália, os

⁹⁰ É importante destacar que o uso do termo “gesto de arquivamento” leva em conta a ideia de que arquivos pessoais são produtos de investimentos mais do que produtos naturais da trajetória de indivíduos. Ver: HEYMANN, 2013.

⁹¹ POLÍTICAS DE ACCESO FUNDACIÓN VÍCTOR JARA. **Fundación Víctor Jara**. Disponível em: <<https://fundacionvictorjara.org/politicas-de-acceso/>>. Acesso em: 9 dez. 2024.

⁹² Sobre as políticas culturais da UP e relação dos músicos da NCCh com o governo, ver: SCHMIEDECKE, 2017.

⁹³ Movimento que teve o intuito de tornar essa expressão artística mais acessível para os setores populares chilenos.

Estados Unidos e o Japão, principalmente ao lado dos grupos Quilapayún e Inti-Illimani, expoentes exilados da NCCh.

Em *“¡Compañero Víctor Jara, presente ahora y siempre!”: memória e testemunho nos projetos de Joan Jara (1973-1993)* – dissertação defendida em 2023⁹⁴ –, demonstramos que os projetos de memória de Joan tiveram como características essenciais a preocupação com a difusão da obra musical de Víctor e a salvaguarda da positividade histórico-cultural da Unidade Popular. Durante a pesquisa, entramos em contato com alguns recortes de imprensa do fundo Pós-73 do *Archivo Víctor Jara*, fontes privilegiadas para elucidar novos questionamentos. A partir do breve mapeamento de documentos do arquivo, observamos que o trabalho de memória de Joan esteve diretamente vinculado a uma mediação cultural. Conforme será destacado no presente texto, fruto de um projeto de doutorado, para Joan, após o golpe, a cultura constituiu-se como *locus* de uma resistência sublimada, “compensação e catarse de um processo interrompido quando parecia chegar-se ao clímax da história” (NAPOLITANO, 2017, p. 64). A defesa da “cultura popular” chilena relacionada à “natureza humanista do socialismo” (VALDIVIA ORTIZ DE ZÁRATE, 2005, p. 183-184) – ou seja, a proposta de construção de uma sociedade mais justa sem apelo à violência, baseando-se em valores solidários – se tornou um tema caro para a viúva, que associou tais atributos à construção do “legado” de Víctor.

O trabalho de memória e cultura de Joan Jara

Segundo o historiador brasileiro Caio de Souza Gomes, os mediadores culturais são “aqueles que, ao circularem, servem como ponte para que também obras e ideias circulem” (GOMES, 2015, p. 26). Embora Joan Jara tenha se afastado de seu ofício como coreógrafa e professora, que seria retomado apenas na segunda metade dos anos 1980, é possível identificar que seu exílio

⁹⁴ Sob orientação da Prof.^a Dr.^a Tânia da Costa Garcia.

foi marcado por uma intensa produção e mediação cultural. O trauma pessoal do luto foi vivenciado em dimensão de tragédia coletiva e o exílio foi um espaço de reflexão e reorganização da luta político-cultural. Nesse contexto, Joan empenhou-se sobremaneira na propagação da obra musical de Víctor. Já em 1974, envolveu-se com a produção do primeiro álbum póstumo de Jara, intitulado *Manifiesto* (com o simbólico subtítulo *Chile September 1973*) que evidencia a ressignificação das composições do *cantautor* como veículos de resistência à ditadura (RAMALHO, 2024). Também participou do documentário *Compañero: Victor Jara of Chile*, produzido por cineastas britânicos e veiculado em diversos canais de televisão, em que algumas canções de Víctor são reproduzidas (RAMALHO, 2023a).

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, o amplo movimento de solidariedade internacional em torno dos chilenos foi responsável pela organização de diversos eventos feitos para angariar fundos para os exilados e para a liberação de presos políticos. Sobretudo como porta-voz da “cultura destruída” e do legado de Jara, Joan participou de inúmeros atos. Considerada um acontecimento transnacional (RODRÍGUEZ AEDO; CAMPOS PÉREZ, 2022), a morte de Víctor adquiriu um sentido coletivo e público, como um exemplo mobilizador de comoção humanitária. O cantor foi homenageado em muitos eventos e festivais, como: *A Concert for Chile: In Memory of Victor Jara* (Inglaterra, 1975); *Festival della Canzone Popolare Víctor Jara* (Itália, 1977); e *In Celebration of the Life and Music of Victor Jara* (Estados Unidos, 1979), entre outros. Em tais eventos, a viúva conheceu músicos (como os estadunidenses Pete Seeger, Joan Baez e Peter, Paul and Mary; e os cubanos Pablo Milanés e Silvio Rodríguez), atores, dramaturgos e poetas.

Com o poeta britânico Adrian Mitchell, por exemplo, traduziu letras de canções de Jara para o inglês, a fim de promover as “mensagens” destas para os

públicos anglófonos. Nessa direção, um importante contato foi feito com Joan Baez, cantora estadunidense que ajudou a divulgar a chamada “causa chilena” internacionalmente e trabalhou diretamente com a filial norte-americana da Anistia Internacional (AI).⁹⁵ Em show-tributo ao cantor em São Francisco, em maio de 1974, Baez convidou Jara para dar seu testemunho. Sobre o contato com a cantora nova-iorquina, Joan Jara afirmou que:

Fue para nosotros una increíble sorpresa. Estábamos en París para un concierto de Quilapayun por Víctor y supimos que Joan Baez había cantado “Te recuerdo, Amanda” en un Congreso Internacional de Amnistía. Después tuvimos una carta maravillosa de ella. Nos invitó a ir a los Estados Unidos. Ella ha hecho un disco en castellano, “Gracias a la vida”, a beneficio de Chile. Estuvimos en Los Angeles y San Francisco en conciertos en homenaje a Víctor. Yo participaba con un audiovisual de diapositivas, música y un testimonio mío. También leía, en inglés, su último poema (JARA, J. *apud* GARCÍA-PELAYO, 1974).

É possível observar que estes contatos em torno da rede de solidariedade possibilitaram a ampla circulação do cancionero de Jara, transformado em veículo de resistência cultural. Aliada a isso, esteve a preocupação em disseminar o “florescimento cultural do povo chileno” (JARA, J. *apud* FERRER, 1974) durante a Unidade Popular. Em “The destruction of the culture in Chile”, publicado na revista *Tricontinental News Service*, Joan relatou minuciosamente a “aniquilação da cultura” em poucos meses de ditadura – denunciando, assim, a prisão política, desaparecimento e a morte de diversos artistas vinculados ao governo da UP. No artigo, apontou que, embora perseguida pelos militares, a explosão cultural baseada na participação real do povo “seria para sempre lembrada na história cultural do Chile” (JARA, 1974). Nesse sentido, cabe salientar que a divulgação internacional da obra musical de Víctor foi vinculada

⁹⁵ Fundada em 1961 por iniciativa do advogado britânico Peter Benenson e alguns juristas, na luta contra a degradação dos direitos e liberdades políticas (ROLLEMBERG, 1999, p. 250).

justamente à difusão das memórias dessa “explosão” e “florescer” cultural, para além da denúncia da violência terrorista do Estado ditatorial chileno.

Em linhas gerais, verificamos que, com o movimento de solidariedade internacional, Joan fez parte de uma *política de resistência* – de preservação da memória através da difusão da cultura –, que seguiu importante nas iniciativas organizadas no retorno ao Chile, nos anos 1980, ainda no período ditatorial. A partir de então, atuou principalmente em torno da *reparação*, mediante “gestos simbólicos e ações diretas” (LIRA, 2010, p. 17). De volta ao país onde amadureceu sua carreira como bailarina, coreógrafa e professora, cocriou (com Patricio Bunster) o *Centro de Danza Espiral*, que foi concebido como “um segundo Balé Popular” (JARA, 2020, p. 366), no sentido de rememorar o projeto brutalmente interrompido com o golpe. A primeira apresentação do centro ocorreu no primeiro *Festival Víctor Jara* do Chile. O *Danza Espiral* e os festivais estiveram diretamente relacionados à meta de reparação, frente às “políticas de desmemória e esquecimento” (BAUER, 2014) promovidas pela ditadura.⁹⁶

Cabe assinalar que, se a Nova Canção foi censurada no país e seus expoentes exilaram-se, isso não impediu que tal cancionero sobrevivesse no país a partir da prática musical comunitária e privada, ressignificando-se como um “cultivo de memória” (GONZÁLEZ, 2016). Contudo, este cultivo apenas tomou o espaço público chileno na segunda metade da década de 1980, com a abertura política possibilitada pelas *Jornadas de Protesta*.⁹⁷ Em entrevista sobre a organização dos festivais chilenos, associados a esta retomada do espaço público, Joan destacou a importância do “trabalho cultural”:

⁹⁶ Embora a historiadora brasileira Caroline Silveira Bauer utilize este termo – caracterizado a partir de uma série de medidas que tiveram como objetivo anular “batalhas de memória” e garantir a impunidade dos militares – para designar os processos de redemocratização no Brasil e na Argentina, acreditamos que a expressão também permite designar políticas implementadas no Chile durante a ditadura e transição democrática.

⁹⁷ Sobre as Jornadas, ver: FREDRIGO, 1998.

En ningún caso se trata de agrandar el nombre de Víctor, sino recoger algo de todo el trabajo cultural que se lleva adelante anónimamente [...]. No está limitado a un festival anual, sino a un trabajo constante que ayude a las personas que están realizando un trabajo cultural. Producir un enlace entre los artistas que tienen más medios y más técnicas con los que no tienen nada; ayudar a formar otros grupos (JARA, J. *apud* MORENO, 1988, p. 2).

Acima, é possível notar a tônica da democratização da cultura. Na mesma entrevista para o *Fortín Mapocho* (periódico chileno de oposição à ditadura)⁹⁸, quando questionada sobre o significado de Víctor para a juventude, ela respondeu:

Yo siento que lo ven como un ejemplo. Ejemplo de un artista que siendo de extracción popular nunca se apartó de lo que fue su origen, a pesar de tener educación y alcanzar un gran desarrollo. Siempre en su labor trató de interpretar la realidad de su clase. Lo ven también como un artista combativo, que denuncia la injusticia, que expresa las cosas que la gente quiere escuchar. Creo que también lo ven como una víctima. Pero como una víctima que renace y que siempre está presente (JARA, J. *apud* MORENO, 1988, p. 2).

De acordo com Joan, se a trágica morte passou a simbolizá-lo, naquele período os trabalhos culturais possibilitavam que a vida de Víctor fosse recuperada. O intuito dessa “recuperação” foi importante no contexto da transição à democracia, na década de 1990, já que ela se frustrou com a impunidade dos militares, e as ações culturais tiveram um papel central na reorganização da luta por memória e reparação. Em 1998, elucidou que:

Había que superar la sensación de desengaño, y yo tenía dos obsesiones que no dejaban de rondarme. Una era la idea de llevar a cabo una acción colectiva que devolviera al Estadio Chile su imagen de lugar pacífico, un homenaje a todos aquellos que habían sufrido muerte y torturas en aquel lugar para limpiar el horror que en él se había vivido. [...] Después de CANTO LIBRE, mi otra obsesión se hizo aún más insistente y parecía más verosímil.

⁹⁸ A entrevista em questão fez parte de uma série especial dedicada a Víctor e Joan publicada em três partes, em edições dominicais do periódico. A direção ficou a cargo de Alberto Gamboa, a entrevista foi feita por Marco Antonio Moreno; e Israel Alvarez, Carlos Urrea y Roxana Luzzi foram os responsáveis pela arte e diagramação.

Se trataba de crear una fundación con el nombre de Víctor [...] que, tras diecisiete años de censura, hiciera justicia a su recuerdo y preservara el patrimonio de su trabajo para futuras generaciones (JARA, 2020, p. 372).

No trecho exposto, refere-se à coorganização da “cerimônia de purificação” do estádio onde Víctor e outros presos políticos foram torturados e assassinados, evento que ocorreu em abril de 1991, reuniu centenas de artistas e foi um primeiro passo na campanha de mudança do nome do estádio, rebatizado *Estadio Víctor Jara* em 2003. Em 1993, no aniversário de 20 anos do golpe e do assassinato do multiartista, foi criada a *Fundación*. A constituição da FVJ em Santiago do Chile ocorreu no contexto das “dilacerantes e não resolvidas” (STERN, 2000) questões da batalha de memória do país. A instituição surgiu com o intuito de contribuir com um movimento cultural cujos objetivos residiam na defesa dos direitos humanos, na preservação e projeção da história e memória do Chile e da vida e obra de Víctor Jara. Ainda ativa, a fundação incentiva várias atividades e manifestações, como festivais, exposições, lançamentos de livros e relançamentos de álbuns de Jara.

Desse modo, é possível reparar que, ao longo das décadas de 1970 e 1980, a ideia do *legado* do multiartista foi vinculada às mobilizações culturais com sentidos de resistência, democratização da cultura e reparação. Se “a produção de um legado implica, de fato, a atualização (presente) do conteúdo que lhe é atribuído (passado), bem como a afirmação de sua constante rememoração (futuro)” (HEYMANN, 2012, p. 88), na pesquisa de doutorado, desenvolvemos o argumento de que Joan Jara formulou uma *política cultural* enquanto gestora de uma memória sobre Víctor e a Unidade Popular, e

ressaltamos como este trabalho constante de resistência⁹⁹ desembocou na criação e no trabalho da FVJ.

Considerações finais

Em suma, a pesquisa em andamento tem como objetivo restituir a historicidade da *Fundación Víctor Jara* através de documentos de seu *archivo*. Os recortes de imprensa, folhetos de festivais e outros documentos que serão examinados – parte dos subfundos *Solidaridad Internacional* e *Resistencia Cultural en Chile* e do fundo *Fundación* do AVJ – chamam atenção para o “caráter *atualizador* da memória e seu vínculo institutivo com a *ação*” (SEIXAS, 2004, p. 53, grifo no original), aspecto que pode ser observado desde o trabalho cultural a partir do golpe de Estado até a mudança simbólica do nome do estádio em 2003. Conforme apontou a socióloga argentina Elizabeth Jelin,

El trabajo como rasgo distintivo de la condición humana pone a la persona y a la sociedad en un lugar activo y productivo. Uno es agente de transformación, y en el proceso se transforma a sí mismo y al mundo. La actividad agrega valor. Referirse entonces a que la memoria implica “trabajo” es incorporarla al quehacer que genera y transforma el mundo social (JELIN, 2012, p. 47-48)

Na comunicação apresentada no Simpósio Temático *Políticas de e para a cultura na América Latina: Memória, História e experiências*, as diferentes fases do trabalho de memória e cultura de Joan foram enfatizadas. Nas ações culturais do exílio, do retorno ao Chile e do processo de redemocratização, percebemos que a memória construída por Joan teve como tônica a defesa da “positividade histórico-cultural” do governo da Unidade Popular, do “esfuerzo vivo y estusiasta

⁹⁹ Temos em vista que, em relação ao conceito de resistência, é necessário indagar quais as armadilhas que esse sentido deixa no caminho do conhecimento de determinada historicidade, sempre plena de contradições e conflitos, conforme apontado por Napolitano (2017). Levamos em conta a “tipologia de resistência” de François Bédarida (1986). Diante da complexidade decorrente da pesquisa com a resistência a um regime autoritário, o historiador francês propôs uma “tipologia da resistência”: a civil (ideológica e política), que utiliza dois meios principais: a imprensa e a greve; a humanitária, de ajuda às vítimas da repressão; e a armada, que diz respeito à insurreição armada. Assim, compreendemos que a atuação no campo cultural e artístico por Joan esteve relacionada à resistência civil e humanitária.

por construir una sociedad más humana, más justa y mejor” (PINTO VALLEJOS, 2005, p. 5). De acordo com a historiadora brasileira Natália Ayo Schmiedecke, apesar de não ter ocorrido a institucionalização de uma política cultural estatal durante a UP, uma tendência na atuação do governo foi “a busca por democratizar a produção cultural, tornando mais acessíveis conteúdos que até então eram privilégio de determinados grupos sociais” (SCHMIEDECKE, 2023, p. 268). É possível notar que esse ideal baseou ações culturais como os Festivais Víctor Jara, o *Danza Espiral* e a criação da *Fundación*.

Assim, importa explicitar que compreendemos a política cultural¹⁰⁰ elaborada por Joan Jara como uma tentativa de intervenção deliberada na esfera da constituição pública, macrosocial e institucional da cultura, com o fim de obter os efeitos buscados. Nesse sentido, a cultura é entendida como uma esfera que se encarrega de produzir, transmitir e organizar mundos simbólicos de crenças, conhecimentos, informações e valores – relacionada às formas de consciência que são tanto assumidas como compartilhadas enquanto concepções de mundo (BRUNNER, 1988). Longe de dizer respeito apenas ao governamental, esta política pode ser entendida como a mobilização da cultura levada a cabo por diferentes agentes “com a finalidade de transformação estética, organizacional, política, econômica e/ou social” (OCHOA GAUTIER, 2003, p. 20).

Para o sociólogo chileno José Joaquín Brunner, as políticas culturais tendem a operar sobre o nível organizacional da cultura, tendo como objeto uma “constelação móvel” de circuitos culturais. Nessa perspectiva, abordaremos como o projeto da *Fundación*, criado por Joan e por suas filhas, é impulsionado tanto a partir da rede de contatos estabelecida no exterior, como também pelas

¹⁰⁰ Algumas premissas interessantes da pesquisa do tema por historiadores são apresentadas em: VILLAÇA; SCHMIEDECKE; GARCIA, 2023, p. 9-23.

relações construídas em seu retorno ao Chile, com pessoas ligadas aos movimentos de direitos humanos que permaneceram no país ao longo da ditadura.

Além disso, frente às políticas culturais neoliberais implementadas pela ditadura, que se consolidaram principalmente no período de transição à democracia (DONOSO FRITZ, 2012), também exploraremos como Joan vinculou o *legado* de Víctor à defesa de uma “cultura chilena” (e latino-americana) oposta tanto ao autoritarismo e à desmemória e esquecimento da ditadura, quanto ao neoliberalismo. Na declaração lida durante a cerimônia de nascimento da FVJ, ela ressaltou o surgimento da instituição em oposição aos “valores de lucro” e a favor da “verdadera expresión del pueblo de este continente”¹⁰¹. Nesse contexto, a causa humanitária passa a ter um sentido amplo no trabalho de *memória*, *cultura* e *reparação* desenvolvido, significando a defesa dos direitos econômicos, sociais e culturais (JELIN, 2012).

Dialogando com os trabalhos supracitados e com outras referências, este projeto de doutorado propõe um estudo sobre a memória e a cultura (e suas políticas), inserindo-se nas análises sobre as tensões entre resistência, esquecimento, justiça e reparação. Acompanhada dos variados trabalhos que tomaram esta questão como objeto, esta pesquisa visa contribuir para um maior conhecimento sobre a formação, difusão e consolidação de uma memória identitária de oposição à ditadura pinochetista, assinalando, portanto, conflitos, negociações e possibilidades que permearam o período ditatorial e de transição democrática no Chile.

Referências

¹⁰¹ LA FUNDACIÓN VÍCTOR JARA. Disponível em: <<https://fundacionvictorjara.org/la-fundacion-victor-jara/>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

Fontes¹⁰²

FERRER, Tamara. Special interview: last moments of Víctor Jara. **Claridad** (USA), Nova York, 26 maio 1974. CL-AVJ-PO-A-S6-SB8-0298.

GARCÍA-PELAYO, Gonzalo. Hace un año: la muerte de Víctor Jara. **Triunfo**, Madri, set. 1974. CL-AVJ-PO-A-S6-SB8-0066.

JARA, Joan. The destruction of the culture in Chile. **Tricontinental News Service**, vol. 2, n. 10, 22 maio 1974, p. 13-15. CL-AVJ-PO-A-S6-SB8-0330-C1.

JARA, Joan. **Víctor**: Un Canto Inconcluso. Santiago: Fundación Víctor Jara, 2020.

MORENO, Marco Antonio. "Victor Jara". **Fortín Mapocho**, Santiago, 30 outubro 1988. CL-AVJ-PO-A-S6-SB8-0171.

POLÍTICAS DE ACCESO FUNDACIÓN VÍCTOR JARA. **Fundación Víctor Jara**. Disponível em: <<https://fundacionvictorjara.org/politicas-de-acceso/>>. Acesso em: 9 dez. 2024.

Bibliografia

AGUIAR, Carolina Amaral de. A ditadura chilena pelas câmeras estrangeiras: a vida social sob a repressão na TV e no cinema internacionais. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 667-680, 2017. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/24759>>. Acesso em: 6 dez. 2024.

BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina**: Ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. Porto Alegre: Medianiz, 2014.

BEDARIDA, François. L'histoire de la résistance. Lectures d'hier, chantiers de demain. **Vingtième Siècle, revue d'histoire**, nº11, juillet-septembre 1986.

BORELLI, Viviane; BRUM, Maurício Marques. Estádio Chile, 1973: os dias finais de Víctor Jara, uma vítima da ditadura chilena. **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, v. 16, n. 30, 2015.

BRUNNER, José Joaquín. **Un espejo trizado**. Ensayos sobre cultura y políticas culturales. Santiago: FLACSO, 1988.

COMPAGNON, Olivier. Chili, 11 septembre 1973. Un tournant du XX e siècle latino-américain, un événement-monde. **Revue internationale et stratégique**, Paris, v.3, n.91, p. 97-105, 2013.

¹⁰² As fontes consultadas no Archivo Víctor Jara contêm o código de referência.

COSTA, Adriane Vidal; BORGES, Elisa de Campos (orgs.). **Os 50 anos da Unidade Popular no Chile**: um balanço historiográfico. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

COSTA, Adriane Vidal; VIVACQUA, Isadora Bolina Monteiro. La Bicicleta e o Colectivo Acciones de Arte (CADA): resistência político-cultural no Chile ditatorial. **Caligrama: Revista de Estudos Românicos**, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 16-43, 2023.

DONOSO FRITZ, Karen. Discursos y políticas culturales de la dictadura cívico militar chilena, 1973-1988. **Historia Política**, n. 29, p. 143-158, 2012.

FREDRIGO, Fabiana de Souza. **Ditadura e Resistência no Chile**: da democracia desejada à transição possível (1973-1989). Franca: UNESP, 1998.

GOMES, Caio de Souza. **“Quando um muro separa, uma ponte une”**: Conexões transnacionais na canção engajada na América Latina (anos 1960/70). São Paulo: Alameda, 2015.

GONZÁLEZ, Juan Pablo. Nueva Canción Chilena en dictadura: divergencia, memoria, escuela (1973-1983). **Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe**, v. 27, n. 1, p. 63-82, 2016.

HEYMANN, Luciana. **O lugar do arquivo**: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa / FAPERJ, 2012.

HEYMANN, Luciana. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: TRAVANCAS; ROUCHOU; HEYMANN. **Arquivos pessoais**: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 67-99.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Lima: IEP Instituto de Estudios Peruanos, 2012.

LIRA, Elizabeth. Trauma, duelo, reparación y memoria. **Revista de Estudios Sociales**, n. 36, p. 14-28, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração Civil**: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) – ensaio histórico. São Paulo: Intermeios, 2017.

PINTO VALLEJOS, Julio (Coord.). **Cuando hicimos historia**: La experiencia de la Unidad Popular. Santiago: LOM, 2005.

RAMALHO, Maria Luiza Franca. Cinema, História e Memória: O testemunho no documentário *Compañero Victor Jara of Chile* (1974). **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 562-588, 2023a. Disponível em: < <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/45824> >. Acesso em: 9 dez. 2024.

RAMALHO, Maria Luiza Franca. **“¡Compañero Víctor Jara, presente ahora y siempre!”**: memoria e testemunho nos projetos de Joan Jara (1973-1993). 2023. 175p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2023b.

RAMALHO, Maria Luiza Franca. Memória e Testemunho: as canções póstumas no álbum Manifiesto Chile September 1973. **MusiMid**, v. 4, n. 2, p. 83-108, 2024. Disponível em: <https://revistamusimid.com.br/index.php/MusiMid/article/view/192>>. Acesso em: 9 dez. 2024.

RODRÍGUEZ AEDO, Javier; CAMPOS PÉREZ, Marcy. La muerte de Víctor Jara: mediaciones y lecturas políticas de un acontecimiento transnacional (1973-1975). **El oído pensante**, Buenos Aires, v. 10, n. 1, p. 5-30, 2022.

ROLLE, Claudio. 1987: Cultura. In: GUIDA, Alessandro; NOCERA, Raffaele; ROLLE, Claudio (comps.). **De la utopía al estallido**: Los últimos cincuenta años en la historia de Chile. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2022, p. 150-177.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio**: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SCHMIEDECKE, Natália Ayo. **“Nuestra mejor contribución la hacemos cantando”**: a Nova Canção Chilena e a “questão cultural” no Chile da Unidade Popular. 2017. 270f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

SCHMIEDECKE, Natália Ayo. “Lo que Hay y lo que Falta”: O Debate sobre Políticas Culturais na Revista Chilena La Quinta Rueda (1972-1973). In: VILLAÇA, Mariana; SCHMIEDECKE, Natália Ayo; GARCIA, Tânia da Costa (orgs.). **Políticas culturais na América Latina**: entre conflitos e negociações. São Paulo: Editora Unifesp, 2023, p. 265-284.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (res)sentimento**: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004. p. 37-58.

VALDIVIA ORTIZ DE ZÁRATE, Verónica. Pinochetismo e guerra social no Chile. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Ditaduras militares**: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Editora UFMG, 2015, p. 121-141.

VALDIVIA ORTIZ DE ZÁRATE, Verónica. “Todos juntos seremos la historia: Venceremos”. Unidad Popular y Fuerzas Armadas. In: PINTO VALLEJOS, Julio

(Coord.). **Cuando hicimos historia:** la experiencia de la Unidad Popular. Santiago: LOM, 2005, p. 177-206.

VILLAÇA, Mariana; SCHMIEDECKE, Natália Ayo; GARCIA, Tânia da Costa (orgs.). **Políticas culturais na América Latina:** entre conflitos e negociações. São Paulo: Editora Unifesp, 2023.

YANKELEVICH, Pablo. Estudar o exílio. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Caminhos cruzados:** História e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 11-30.

ST22 - Saúde e Doença na História: entre Ciência, Tecnologia e Sociedade

Memória da saúde: A contribuição do Centro de Memória da Medicina para a história das doenças

Isabela Taylor Santos

Ráisa Mendes Fernandes de Souza

Resumo

O Centro de Memória da Faculdade de Medicina da UFMG (Cememor) é responsável pela preservação de um acervo formado por itens museológicos, arquivísticos e bibliográficos. Em 2021 deu-se início ao projeto de pesquisa intitulado “A história das doenças por meio da fotografia: tratamento e difusão do acervo iconográfico do Centro de Memória da Medicina da UFMG” que se concentra na identificação e organização da coleção de imagens que documentam enfermidades. Os objetivos específicos desta pesquisa são: alavancar o potencial da coleção iconográfica do Cememor; investigar o conteúdo das imagens de acordo com seu doador e os personagens que se encontram retratados e promover ações de educação patrimonial do público interno e externo sobre a importância desse acervo iconográfico para as áreas de história e saúde. Trata-se de uma pesquisa de extrema relevância para a área de história da saúde, uma vez que revela as práticas médicas ao longo do tempo por meio de registros imagéticos antigos. Quanto aos procedimentos metodológicos, o projeto envolve atividades ligadas à descrição, higienização e acondicionamento das fotografias que compõem a coleção, os quais estão sendo desenvolvidos segundo os princípios preconizados pela Arquivologia e Conservação de Acervos. Esta coleção está sendo inteiramente digitalizada para que exposições possam ser elaboradas futuramente, além de possibilitar que a consulta pelo pesquisador possa ser inteiramente virtual, dispensando o

manuseio do acervo físico original. Atualmente temos 908 imagens de doenças digitalizadas em nosso acervo, sendo 900 já catalogadas. Foram identificados, higienizados, digitalizados e acondicionados, até então, 331 negativos de vidro, 167 imagens em slides de vidro, 402 diapositivos e 132 negativos em película transparente. Foram planejados acondicionamentos distintos para cada suporte, respeitando suas singularidades e garantindo a preservação física da coleção. Dentre as enfermidades presentes nas imagens estão a síndrome de Potter, a neurofibromatose, o pênfigo foliáceo popularmente conhecido como fogo selvagem), dentre outras. Este projeto representa a primeira tentativa sistemática em 45 anos de descrever e acondicionar a coleção iconográfica, cuja extensão revelou-se significativamente maior do que as estimativas anteriores da equipe. Devido ao tamanho e às limitações de identificação, que contam exclusivamente com a ajuda de professores voluntários, o progresso tem sido lento, mas contínuo.

Palavras-chave: Iconografia, doenças, saúde, medicina, história.

Introdução

A memória é um elemento fundamental para a compreensão da história e da evolução das práticas culturais e científicas. De acordo com Barroncas (2013) a memória é um tipo de vestígio que o pesquisador pode usar como fontes que ajudam a construir ou fortalecer laços de identidade individual e coletiva.

Na área da saúde, o registro histórico assume um papel central, permitindo analisar como as práticas médicas se desenvolveram ao longo do tempo.

A expansão do campo da história, que ocorreu na segunda metade do século XX, resultou da inclusão de novas análises de objetos, fontes documentais e abordagens teóricas. Esse processo foi favorecido pelo diálogo cada vez mais produtivo da História com diversas áreas do conhecimento, como antropologia,

sociologia e biologia, o que ampliou o escopo de investigação dos historiadores. Nesse cenário de inovações, a história da medicina, da saúde e das doenças deixou de ser um campo restrito apenas aos médicos (MAGALHÃES, 2022).

A doença, enquanto objeto de estudo, permite compreender estruturas e transformações sociais, dinâmicas demográficas e migrações populacionais, reações da sociedade e até mesmo a própria formação do Estado e de identidades nacionais. O estudo histórico da doença também possibilita identificar processos de construção de identidades individuais e a criação de campos de conhecimento e disciplinas (NASCIMENTO, 2005).

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por meio do Centro de Memória da Medicina (Cememor), preserva um acervo técnico-científico diversificado, composto por itens museológicos, arquivísticos e bibliográficos.

Entre os diversos projetos de pesquisa conduzidos pelo Cememor, destaca-se este intitulado “A história das doenças por meio da fotografia: tratamento e difusão do acervo iconográfico do Centro de Memória da Medicina da UFMG”, cujo início se deu em 2021. Essa iniciativa foca na organização e digitalização de uma parcela da coleção iconográfica que está sob salvaguarda do setor e cujo conteúdo registra enfermidades macro e microscópicas, bem como cirurgias e práticas médicas registradas desde o início do século XX. A preservação digital desses artefatos visa tanto proteger o material original da manipulação oriunda da consulta física, quanto ampliar o acesso aos pesquisadores e à sociedade em geral.

Esse artigo tem como objetivo geral apresentar os resultados obtidos no âmbito do projeto de pesquisa “A história das doenças por meio da fotografia: tratamento e difusão do acervo iconográfico do Centro de Memória da Medicina da UFMG” até o ano de 2024.

Seus objetivos específicos são:

- Revelar as práticas médicas e as doenças ao longo da história por meio da análise e digitalização de registros fotográficos antigos;
- Divulgar o trabalho de conservação preventiva e descrição que está sendo aplicado nos itens iconográficos que documentam enfermidades;
- Promover as boas práticas no tratamento de coleções iconográficas em diversos suportes, atualizando o manual de trabalho interno para que as próximas equipes possam dar continuidade ao trabalho.

A preservação do patrimônio universitário como instrumento de proteção à memória da saúde

Uma vez que as instituições de ensino superior brasileiras, algumas vezes centenárias, possuem papel crucial na pesquisa científica, é comum que essas acumulem significativo patrimônio, seja ele material ou imaterial.

De acordo com a União Européia, (2005)

“O patrimônio cultural universitário compreende todos aqueles bens, tangíveis e intangíveis que fazem referência ao sistema de valores, modos de vida e função social das universidades. Trata-se dos bens culturais que fazem referência às práticas e vivências do ensino, da pesquisa e da extensão, em todas as áreas do conhecimento. (UNIÃO EUROPEIA, 2005).

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) é uma das instituições que, ao longo de sua existência, reuniu um patrimônio que hoje calcifica sua história e identidade. A Faculdade de Medicina, fundada em 1911, é uma das unidades da Universidade as quais hoje detém coleções históricas materializadas em obras raras, documentos e equipamentos médicos. Grande parte dessas coleções estão sob salvaguarda do Cememor.

Inaugurado na década de 1970, hoje o Centro é responsável pela preservação de aproximadamente 100 mil artefatos que contam a história da saúde no Brasil e no mundo.

Segundo Rezende e Brusadin (2024), o patrimônio cultural universitário desempenha um papel fundamental tanto para a própria memória institucional quanto para a história da ciência de forma geral, pois as coleções históricas acumuladas resultam dos vestígios deixados pela trajetória profissional dos pesquisadores que atuaram ali.

Considerando a importância das coleções científicas e culturais pertencentes às Universidades, é essencial que as instituições atuem na aplicação de medidas que visem preservar a integridade desses artefatos históricos, uma vez que naturalmente eles se deterioram com a ação do tempo.

Lourenço e Wilson (2013, citados por Novaes, 2018) apontam que o conceito de patrimônio científico está situado na interseção entre o universo da ciência e o universo da cultura, trazendo complexidade para dois aspectos (ciência e cultura) cujas essências são distintas. Apesar da complexidade conceitual, é inegável que o patrimônio científico, principalmente o universitário, requer esforços contínuos para que sua longevidade seja garantida.

Investir na conservação preventiva desse patrimônio cultural é a estratégia mais eficiente para prolongar a existência das coleções. De acordo com Cassares e Moi (2000) a conservação preventiva refere-se a um conjunto de ações destinadas a estabilizar e retardar a degradação de documentos ou objetos. Isso é alcançado através do controle ambiental e de tratamentos específicos, como higienização, reparos e acondicionamento.

a Conservação Preventiva, como o próprio nome diz, procura se antecipar aos problemas, identificando e minimizando as causas que provocam a degradação dos materiais. A Conservação Preventiva procura também conhecer a coleção e nela atuar como um todo, entendendo-a como um conjunto de elementos – os objetos de um museu, os livros de uma biblioteca – que recebem interferências de toda ordem, inclusive, entre si mesmos (MALTA, 2014, p. 6)

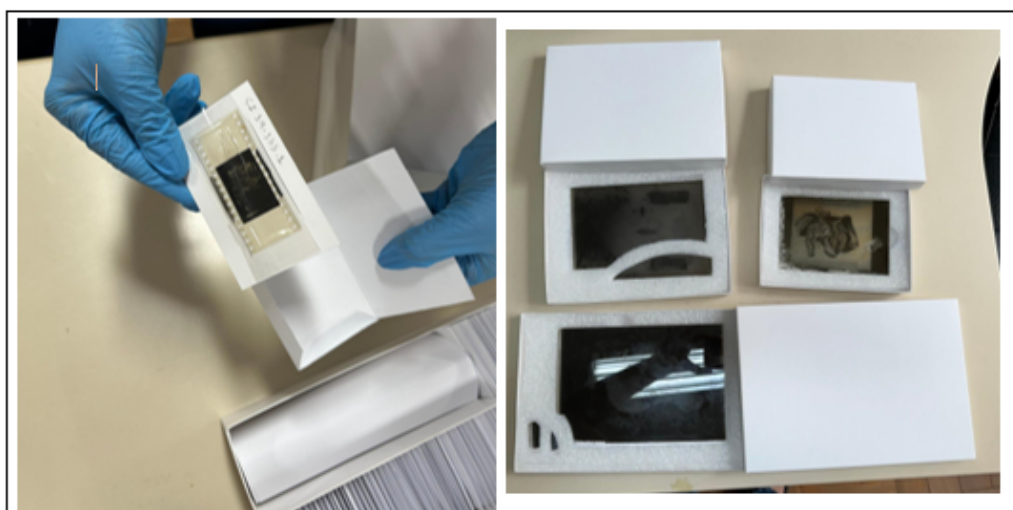
Metodologia

A execução do projeto segue uma abordagem sistemática, obedecendo um fluxo de trabalho que segue as seguintes etapas:

1. Higienização: cada imagem é higienizada de acordo com o seu suporte. As fotografias em papel são higienizadas com algodão embebido com álcool isopropílico ou, na falta dele, algodão com cola carboximetilcelulose misturada com água deionizada. Os negativos em vidro foram higienizados com álcool 70% apenas na superfície sem a emulsão. A superfície com a emulsão, por sua vez, foi higienizada apenas com um borrifador de ar para retirar as sujidades mais grosseiras. Os diapositivos com molduras em papel foram higienizados com borracha plástica sem látex e sem ftalato em suas bordas e com álcool isopropílico no verso e anverso do suporte em que se encontra a imagem. Já os slides com bordas de metal foram desmontados e suas bordas foram higienizadas com algodão contendo acetona pura, para retirar os resíduos de fita durex. Como alternativa mais acessível, também foi utilizada acetona comercial para retirar os resíduos e, posteriormente, detergente para retirar a oleosidade proveniente da fórmula da acetona comercial. Os negativos em película de acetato também foram higienizados com álcool isopropílico, porém não foram desenrolados para que sua integridade não fosse ameaçada;
2. Acondicionamento: as imagens são armazenadas em invólucros confeccionados de acordo com a tipologia e tamanho do suporte. Papel alcalino de 63, 240 e 350 g./m², papel paraná, filme de poliéster, entretela sem cola e ethaphoam foram os materiais utilizados na montagem dos invólucros (FIG. 1 e 2);

3. Notação: a partir do momento que o artefato iconográfico já está devidamente higienizado e acondicionado, um código de notação sequencial é criado para ele. Esse código é inscrito no próprio documento, quando esse é de papel, e no seu invólucro primário;
4. Digitalização: as imagens, já contendo seus respectivos códigos de identificação individuais, são escaneadas em alta resolução e armazenadas em nuvem, permitindo consulta remota e reduzindo a necessidade de manuseio do material original
5. Descrição arquivística: depois que os suportes já foram devidamente acondicionados e arquivados no armário e as digitalizações realizadas, parte-se para a descrição do item no sistema interno. Campos como data, autor, local, contexto histórico e palavras-chave são preenchidos nesse momento e é nessa etapa que incoerências e duplicações podem ser identificadas.

Figura 1 - Invólucros confeccionados para diferentes suportes



Fonte: elaborado pelas autoras

Figura 2: Caixas confeccionadas de acordo com o tamanho e tipo de suporte



Fonte: elaborado pelas autoras

Resultados

Os resultados obtidos até o momento demonstram a relevância e a complexidade do acervo:

- 908 imagens foram digitalizadas, das quais 900 estão catalogadas.
- O acervo inclui 331 negativos de vidro, 167 imagens de vidro, 402 diapositivos e 132 negativos em película transparente.

Dentre as enfermidades presentes nas imagens estão a síndrome de Potter, a neurofibromatose, o pênfigo foliáceo popularmente conhecido como fogo selvagem), dentre outras.

Além da preservação física, a digitalização tem permitido novas pesquisas, como a dissertação de mestrado intitulada “Uso e produção iconográfica no processo de ensino e aprendizagem da medicina durante a primeira metade do século XX na Faculdade de Medicina da UFMG”, desenvolvida por Cecília Félix da Silva. Essa investigação ilustra o potencial do acervo para ampliar o conhecimento histórico e científico.

Considerações finais

O projeto representa um marco na história do Cememor, sendo a primeira iniciativa sistemática, em 45 anos, de descrever e acondicionar toda a coleção iconográfica do setor.

Ao analisar as imagens digitalizadas, é possível compreender como as práticas médicas, as representações de doenças e as tecnologias de ensino evoluíram. Além disso, o projeto destaca a importância da preservação da memória visual para enriquecer a educação e fortalecer o vínculo da sociedade com sua história.

O projeto de digitalização e organização da coleção iconográfica reafirma a relevância dos centros de memória na preservação do patrimônio cultural e científico. Ao democratizar o acesso a esse acervo, o Cememor promove a integração entre memória, história e saúde, possibilitando novas interpretações sobre o desenvolvimento da medicina no Brasil.

A continuidade do trabalho permitirá expandir o conhecimento sobre esse acervo, incentivando pesquisas multidisciplinares e contribuindo para a valorização da história visual no campo da saúde.

O andamento do projeto ainda enfrenta desafios como o seu tamanho, uma vez que o tratamento de mais de 45 mil imagens demanda recursos financeiros contínuos tanto para material de consumo, quanto material permanente e mão de obra especializada. Algumas imagens ainda estão sem identificação pois o projeto depende de professores da Faculdade de Medicina disponíveis para colaborar.

Referências

BARRONCAS, R. A memória, o esquecimento e o compromisso do historiador. Em *Tempo de Histórias*, [S. l.], n. 21, p. 124-136, 2013. DOI:

10.26512/emtempos.v0i21.19842. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/19842>. Acesso em:
23 jan. 2025.

CASSARES, N. C.; MOI, C. Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.

LOURENÇO, M. C.; WILSON, L. Scientific heritage: reflections on its nature and new approaches to preservation, study and access. *Studies In History And Philosophy Of Science Part A*, v. 44, n. 4, p.744-753, dez. 2013. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.1016/j.shpsa.2013.07.011>.

MAGALHÃES, S. M. de et al. (Org.). História da saúde e das doenças : escritas contemporâneas. 2. ed. Goiânia: Cegraf UFG, 2022. Disponível em:
chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcglclefindmkaj/https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/Historia_da_saude_-_ebook.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

MALTA, A. O. L. Preservação, conservação, restauração e recuperação física do acervo. Secretaria de Educação e Esportes: Recife, 2014.

NASCIMENTO, D. R. A Doença como objeto da história. In.: *As pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada*. Fiocruz: Rio de Janeiro, 2005, p. 25- 44.

NOVAES, M. G. L. Patrimônio científico nas universidades brasileiras: políticas de preservação e gestão das coleções não vinculadas a museus. 2018. 296 f. Tese (doutorado em Museologia e Patrimônio) Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. 296 f.

REZENDE, E. F. de; BRUSADIN, L. B. Patrimônio universitário e a pesquisa científica: uma reflexão a partir de produções que versam sobre coleções da Universidade Federal de Ouro Preto. *Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades*, [S. l.], v. 12, n. 2, 2024. DOI: 10.29327/210932.12.2-3. Disponível

em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/7728>. Acesso em: 23 jan. 2025.

UNIÃO EUROPEIA. Recommendation of the Committee of Ministers to member states on the governance and management of university heritage. 2005. Disponível em:<http://umac.icom.museum/pdf/Rec_2005_13E.pdf> . Acesso em: 23 jan. 2025.

Mulheres na medicina tropical no Brasil: traçando perfis e trajetórias (1950-1980)

Jonathan Eduardo de Paula Santos

Graduando em História

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

paulajonathan77@gmail.com

Polyana Aparecida Valente

Doutora em História

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

polyvalente84@gmail.com

Resumo: Este projeto busca compreender a inserção e a trajetória de mulheres nas dimensões local e global nos processos de institucionalização da medicina tropical no Brasil, no período de 1940-1980. De modo geral, as abordagens historiográficas sobre a história da medicina tropical são predominantemente masculinas, o que induz a uma falsa impressão de que as mulheres não estavam presentes, ou se apresentavam de forma periférica no campo. Assim, a questão norteadora da pesquisa é: como se deu a inserção e a profissionalização das mulheres no campo da medicina tropical no Brasil entre 1940 e 1980? Tem-se como objetivo principal mapear as trajetórias das mulheres e entendê-las dentro de uma rede de interdependência institucional que é conformadora epistemologicamente (define doenças, modelos de pensamento, uso de métodos científicos e intervenções sociais) e profissionalmente (produz laços, identidades, representações e autoimagens). Um movimento que indica a feminização de alguns campos da saúde. A metodologia do trabalho busca se adequar ao conjunto variado de fontes, como artigos publicados nos periódicos *Gazeta Médica da Bahia*, *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* e *Revista de*

Malariologia e Doenças Tropicais, cartas, cartões de bolsistas, documentos institucionais oficiais, jornais, entrevistas, percebendo nessa variabilidade empírica a base material para compor as redes que envolveram as mulheres. Busca-se como resultado ampliar os estudos e propor estratégias de divulgação científica dos dados para o público mais amplo, por meio da elaboração de um panorama sobre os complexos processos e movimentos de feminização da saúde, em especial na medicina tropical no Brasil.

Palavras-chave: Mulheres, Medicina Tropical, Trajetória, Prosopografia

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo central utilizar a metodologia prosopográfica para explorar as trajetórias coletivas e a inserção das mulheres na medicina tropical no Brasil. Em geral, a historiografia tradicional se constituiu de modo a ocultar a presença e participação feminina nesse campo, o que resulta na falsa sensação da ausência feminina. No entanto, o fato da historiografia as ocultar não significa que não houve participação delas no campo. Diante dessa indagação e com o uso da prosopografia e do mapeamento de artigos das revistas, tais como Gazeta Médica da Bahia, Memórias do Instituto Oswaldo Cruz e Revista de Malariologia e Doenças Tropicais, conseguimos identificar vários nomes, que nos acusam a participação de 219 pesquisadoras no campo da medicina tropical no Brasil.

Dentre esses nomes que acusam a presença feminina no campo da medicina tropical no Brasil destacamos nesse trabalho o nome de Alzira Maria Paiva de Almeida, a qual daremos um foco especial ao longo deste trabalho.

A partir dessas abordagens, esperamos não apenas resgatar e valorizar as trajetórias dessas mulheres, mas também inspirar novas pesquisas e fomentar

um conhecimento mais abrangente da participação feminina na construção da ciência.

MEDICINA TROPICAL E MULHERES

Para as mulheres, a história da medicina tropical no Brasil apresenta-se como um campo marcado por inovações, mas também de invisibilização. No Brasil, a medicina tropical se desenvolveu desde meados do século XIX, a partir dos estudos de Otto Wucherer, inspirador do grupo mais tarde denominado Escola Tropicalista baiana. Com interesse crescente no papel dos parasitos como produtores de doenças, o grupo atuou “na fronteira entre o paradigma miasmático/ambientalista e o microbiano” (AMARAL, *et al*, 2013, p. 22). Durante as décadas de 1950 a 1980, o Brasil lidou com vários problemas de saúde coletiva, principalmente em zonas rurais e nas regiões Norte e Nordeste, onde enfermidades infecciosas e parasitárias como malária, esquistossomose, leishmaniose e peste eram comuns. A medicina tropical, que investiga enfermidades comuns em climas tropicais e subtropicais, conforme o próprio nome indica, se transformou em uma prioridade nacional.

De acordo com MILÉO, *et al*, 2024, no artigo “O sanitarismo durante a primeira República no Brasil” (2024):

Ordem e progresso, conceitos fundamentais durante a Primeira República brasileira, não se coadunavam com a constante presença de epidemias nas cidades de médio e grande porte e com a presença de endemias diversas em inúmeros rincões do país. Assim, o sanitarismo, enquanto um campo da medicina que se desenvolvia intensamente no Brasil, trazia, para além das novidades da pesquisa laboratorial, uma ideologia na qual era necessário um forte poder de intervenção do Estado sobre o conjunto da população doente. (MILÉO, *et al*. 2024, p. 223)

Tinha-se a ideia durante a Primeira República que o Brasil só alcançaria o progresso por meio do sanitarismo e o controle de doenças e pragas. Nesse contexto, pesquisadores e instituições como a Fundação Oswaldo Cruz que se preocupam primordialmente no controle de doenças infectocontagiosas, garantindo um bem-estar para a população e o desenvolvimento social do Brasil. No entanto, neste contexto científico, as mulheres encontram brechas conjunturais que possibilitam a inserção nas universidades e institutos de pesquisa. Elas precisavam superar duas principais idéias, a de que mulheres não poderiam acessar o ensino superior e a de que a mulher não poderia ser pesquisadora, ideias essas que foram superadas por reformas educacionais, o contexto pós-guerra e projetos desenvolvimentistas no Brasil, como veremos no decorrer do texto.

Nesse contexto de invisibilização das mulheres nos deparamos com um problema historiográfico, não histórico. A Historiografia tradicional não se preocupou em registrar a participação de determinados grupos e camadas sociais na construção da narrativa sobre a instituição da Medicina Tropical no Brasil, negligenciando, sobretudo, a agência feminina nesse processo. Visando lançar luz sobre a participação das mulheres no campo da Medicina Tropical no Brasil entre os anos 1940 e 1980, algumas questões guiarão nosso trabalho. Como se deu esse processo? E como chegamos a essas pesquisadoras?

Para isso, utilizaremos como recurso metodológico a prosopografia. Tal metodologia nos ajudará a entender melhor as estruturas coletivas que trazem à tona a participação feminina na institucionalização da medicina tropical no Brasil. “A prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (Stone, J., 2011, p. 115). Por meio da prosopografia e da necessidade do Brasil em descentralizar as ideias e práticas sanitaristas do sudeste e começar a

alcançar os sertões brasileiros nos deparamos com a trajetória de uma nutricionista que transformou a forma de pensar e de ver as mulheres cientistas no campo da medicina tropical. Neste trabalho, combinaremos os laços da prosopografia com a trajetória da pesquisadora Alzira Maria para entender o perfil das mulheres que atuaram no campo da medicina tropical no Brasil.

TRAÇANDO PERFIS E TRAJETÓRIAS

Como vimos acima, a historiografia tradicional se construiu de modo a invisibilizar as participações femininas nas instituições de pesquisa no Brasil. Como rigor metodológico temos a prosopografia que segundo Stone é:

A prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas (STONE J, 2011, p. 115).

A prosopografia nos ajudará a entender melhor as estruturas coletivas que trazem à tona a participação feminina na institucionalização da medicina tropical no Brasil. Essa abordagem que examina as biografias e redes de participação feminina nos levam a dinâmicas que seriam quase invisíveis caso estudarmos uma figura isolada. Neste trabalho, combinaremos os laços da prosopografia junto a trajetória de Alzira Maria para entender o perfil das mulheres que atuaram no campo da medicina tropical no Brasil. Alzira, com sua notável contribuição nos estudos sobre a peste no Brasil servirá como caso central desse estudo, porém não podemos desconsiderar a participação de outras diversas mulheres, tais como Alda Falcão, Maria Isabel Melo, Rita

Almeida entre outras que infelizmente esse texto não contempla em sua totalidade.

O primeiro esforço que essa pesquisa nos trouxe foi o de mapear as pesquisadoras atuantes no campo da medicina tropical no Brasil entres os anos de 1950 a 1980. O mapeamento se deu a partir da consulta em algumas revistas da época, tais quais *Gazeta Médica da Bahia*, *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* e *Revista de Malariologia e Doenças Tropicais*. Nessas revistas encontramos pesquisadores que atuaram como autoras principais dos artigos e/ou coletoras. Também vale a pena ressaltar que por algumas vezes alcançamos os nomes dessas pesquisadoras a partir da trajetória de seus pares de laboratórios (marido ou pai).

TRAJETÓRIAS ORALIZADAS

A história oral se apresenta como uma grande aliada da prosopografia na construção dos perfis e trajetórias coletivas das pesquisadoras. “Como está implícito no próprio termo, a *história oral* é uma forma específica de discurso: *história* evoca uma narrativa do passado; *oral* indica um meio de expressão.” (PORTELLI, *et al*, 2001, p.10).

A partir dos relatos e experiências de campo contadas pelas pesquisadoras, temos uma ferramenta de imaginação daquele período histórico. Outro elemento que torna o uso da história oral importante nesse meio é o fato de que as fontes históricas muitas vezes priorizam o discurso masculino, por esse motivo as entrevistas de história oral com as pesquisadoras se molda de forma importante, pois a partir delas teremos o mesmo fato histórico contado de um outro lugar de fala.

A partir de entrevistas do programa “Mulheres na Fiocruz: Trajetórias”¹⁰³ conseguimos alcançar uma outra visão sobre a inserção das mulheres na medicina tropical no Brasil. Com isso destacamos a importância dessas trajetórias oralizadas. Percebemos que a história não se constrói a partir de uma única narrativa e, que ao ouvir outras narrativas e cruzar os dados encontrados tornamos o processo da construção historiográfica mais amplo e democrático.

ALZIRA, UMA BREVE APRESENTAÇÃO

Nesse primeiro momento, orientamos nosso trabalho para o norte do Brasil, onde em 16 de janeiro de 1943, na cidade de Palmares, Pernambuco nasce Alzira Maria Paiva de Almeida. Como base da trajetória de Alzira usaremos as suas entrevistas concedidas por ela à Fiocruz, por meio do programa “Mulheres na Fiocruz: Trajetórias”.

Filha de pai ferroviário e mãe do lar, levava uma vida na zona rural junto a seus 3 irmãos. Aos 9 anos Alzira perde a mãe, e passa a ser criada pelo pai com ajuda de sua madrasta que teve mais dois filhos. Desde seu lar Alzira passa a se acostumar com o convívio entre homens, visto que ela era a única mulher entre 5 irmãos.

Em relatos, Alzira diz: “Eu tive uma infância muito só, muito isolada, era muito presa e não tinha amizades. Meu pai era muito conservador, muito preconceituoso. “Eu vivia da casa para o colégio, do colégio para casa, e não tinha realmente contato com o mundo”.(TORRES, *et al*, 1997, p. 91-92). Alzira, porém, encarou todo esse processo com muita positividade. “Só tenho vantagens a contar, as dificuldades eu esqueci”. (ALMEIDA, 2021).

¹⁰³ Vinculada ao projeto ‘Memória Institucional – Mulheres na Fiocruz’, coordenado pelo pesquisador da COC/Fiocruz Luiz Otávio Ferreira, a iniciativa lançou em 2020 seus primeiros vídeos. As entrevistas de história oral realizadas para a produção dos vídeos estão sob a guarda do Departamento de Arquivo e Documentação da COC e poderão ser consultadas na íntegra.(Portal Fiocruz, 2023. [Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/serie-mulheres-na-fiocruz-destaca-protagonismo-feminino-em-emergencias-sanitarias-0>](https://portal.fiocruz.br/noticia/serie-mulheres-na-fiocruz-destaca-protagonismo-feminino-em-emergencias-sanitarias-0). Acesso em: 18 dez. 2024.)

Terminar o ginásio no Colégio Nossa Senhora do Carmo (Palmares-PE) e faz o curso pedagógico, pois segundo ela “ Na época era uma das profissões que se imaginavam para uma mocinha de bem, era ser professora”. Felizmente, uma tia-avó de Alzira, que era amiga do professor Nelson Chaves “abre o mundo” para Alzira e a incentiva a fazer o curso de Nutrição na UFPE, onde em 1961 ela dá início a sua graduação. (ALMEIDA, 2023).

O professor Nelson Chaves se interessava pela temática da fome, e estudava dietas em seu laboratório. Em seu segundo ano no curso de nutrição Alzira realiza a sua Iniciação Científica no laboratório dando dietas para ratos. (ALMEIDA, 2023).

Em dado momento, o noivo de Alzira, Célio Rodrigues de Almeida passa a compor a equipe do Dr. Marcel Baltazard no Plano Piloto da Peste (PPP). Onde Alzira estaria como acompanhante do seu noivo, ela entra como pesquisadora. (ALMEIDA, 2023)

EM EXU ENTRA ALZIRA

“Pois para a solução que buscamos será preciso um indivíduo polivalente, bacteriologista, ecologista, organizador etc”. (ALMEIDA, 2021). Essa foi a fala do Dr. Marcel Baltazard quando alguém cogitou a participação de uma mulher no campo do PPP.

Quando falamos da peste¹⁰⁴, falamos talvez da doença mais antiga que assola a humanidade. Em Exu-PE foi criado um laboratório, com intervenção da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a chefia do Dr. Marcel Baltazard

¹⁰⁴A peste é uma doença infecciosa aguda, transmitida principalmente por picada de pulga infectada, e se manifesta sob três formas clínicas principais: bubônica, septicêmica e pneumônica. A doença é um perigo potencial para as populações, devido à persistência da infecção em roedores silvestres. (Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/taxonomia-geral-doencas-relacionadas/peste#:~:text=A%20peste%20%C3%A9%20uma%20doen%C3%A7a,da%20infec%C3%A7%C3%A3o%20em%20roedores%20silvestres>. Acesso em 26 jan 2025).

para tentar entender a situação da cidade e tentar conter os agentes causadores da peste. (ALMEIDA, 2023)

O francês, muito vivo, dr. Baltazar, que era o chefe da equipe, tinha quase sessenta anos, homem forte, chegou, fez um levantamento epidemiológico da história da peste em Exu e verificou que era semelhante ao trabalho realizado no Irã. Eles tinham um trabalho muito profundo de pesquisa sobre a peste no Irã. Escolheram Exu como ponto de partida para essa pesquisa sobre a peste no Brasil, primeiro, porque ficava afastado dos grandes centros e, segundo, porque era afastado dos olheiros — aqueles pesquisadores que se aproveitam da situação e aparecem no trabalho. Ficava longe de tudo e dispunha dessa estrutura. (FERNANDES, 1996, p. 353)

Com essa criação do laboratório em Exu, o noivo de Alzira, Célio passa a compor a equipe onde ela, em uma primeira ideia estaria apenas como acompanhante dele, porém, ela viu a oportunidade de estar em campo como pesquisadora, e começa a se articular para que isso aconteça. O Dr. Frederico Simões Barbosa, então diretor do Instituto Aggeu Magalhães (IAM), convida Alzira para compor a equipe do PPP, Alzira aceita o desafio e passa a ser a única mulher a compor a equipe. (ALMEIDA, 2023).

Com muito otimismo e entusiasmo Alzira mostra o quanto estava animada em compor a equipe:

O trabalho em Exu teve grande êxito. Eu me empolguei com o projeto que estava sendo iniciado; todo material foi comprado e levado novo para Exu. Tivemos que desembalar, desencaixotar, montar e arrumar todo o equipamento, trabalhando com os consultores designados pela Organização Mundial de Saúde, que eram pesquisadores do Instituto Pasteur de Paris, Instituto Pasteur do Irã, Museu de História Natural de Paris e o pessoal do Ministério da Saúde (Brasil). (TORRES, *et al*, 1997, p. 96)

Também encontramos fala de Célio sobre a presença de Alzira no campo:

Eu disse: "Vou para esse trabalho, mas antes vou me casar. Não vou para Exu solteiro." Já estava noivo e disse: "Minha esposa vai trabalhar comigo." Em 1965, quando estava montando a estrutura, pediram dois biólogos e o rapaz que foi era muito burguês. Não estava acostumado à vida dura. Quando foi visitar Exu, desistiu. Minha noiva entrou substituindo este colega. Pensei: "Agora dá certo, ela com o salário dela,

eu com o meu. Os dois formados, querendo fazer pesquisa. Começaríamos bem uma vida." (FERNANDES, 1996, p. 353-554)

Alzira enfrentou grandes barreiras até conseguir se firmar como uma pesquisadora em Exu. E foi Exu a porta de entrada para Alzira começar os seus estudos sobre a peste.

DE EXU SAI ALZIRA

Após contribuir com o PPP em exu, e com o enorme potencial da equipe nas pesquisas, o laboratório de Exu é transferido para Garanhuns-PE em 1973. Segundo o memorial resumido de Alzira, "Finalmente em 1982, o Laboratório de Peste foi transferido para Recife, compondo o então Laboratório de Microbiologia do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CPqAM), integrando Alzira à equipe de pesquisadores".

Logo após realizou estágio em centros de pesquisa dos EUA. Em 1989 ingressou no programa de doutorado em Paris, na Université Paris 7, sob a orientação da Dra. Elisabeth Carniel. Em 1993 obtém o título de Doutora em Microbiologia com a Tese: Etude de différents marqueurs, et plus particulièrement du gène *irp2*, chez *Yersinia pestis*.

Desde então, Alzira vem realizando diversos trabalhos dedicados à peste no Brasil e no mundo. Apesar das dificuldades encontradas durante o seu percurso enquanto pesquisadora, ela se manteve fiel ao seu foco de estudar a peste.

Enquanto pesquisadora da Fiocruz, participou de diversos congressos no mundo sobre a temática da peste, também coordenou laboratórios, orientou trabalhos de pós-graduação e outros trabalhos de cunho científico. Em 2019 se tornou pesquisadora emérita do Instituto Aggeu Magalhães - Fiocruz Pernambuco.

Figura 1 - Alzira



SETE, Arnaldo. [Sem título] 29 ago. 2023. 1 fotografia. Disponível em: <https://marcozero.org/do-laboratorio-de-exu-saiu-alzira-almeida-uma-das-maiores-especialistas-em-pestes-do-mundo/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

CONCLUSÃO

Dessa forma e através da metodologia prosopográfica, este trabalho teve como objetivo lançar luz sobre as trajetórias coletivas das mulheres na medicina tropical no Brasil, trazendo evidências de que revisões historiográficas são de grande importância para a valorização de trajetórias, não buscamos apenas a revisão historiográfica, mas também inspirar novas investigações e fomentar um entendimento mais amplo da participação feminina na ciência.

Em conclusão este trabalho não revisa e contextualizar fatos acontecidos no passado, mas também celebra a força feminina e a sua capacidade de moldar a medicina tropical no Brasil a partir da sua inserção nela, Ao reconhecer

e documentar suas trajetórias, contribuímos para um campo científico mais justo e representativo.

BIBLIOGRAFIA

ALZIRA Maria de Paiva Almeida - Mulheres na Fiocruz: Trajetórias. Produção: Casa de Oswaldo Cruz. [S. l.]: Fundação Oswaldo Cruz, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2MUkN1hJAAC>. Acesso em: 26 jan. 2025.

Amaral, Isabel; Diogo, Maria Paula; Benchimol, Jaime Larry; Sá, Magali Romero. "Contribuições para a História da Medicina Tropical nos séculos XIX e XX: um olhar retrospectivo." Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, v. 12, p. 13-27, 2013.

DE OSWALDO CRUZ, Casa et al. Memórias revisitadas: o Instituto Aggeu Magalhães na vida de seus personagens. In: Memórias revisitadas: o Instituto Aggeu Magalhães na vida de seus personagens. 1997. p. 499-499.

FERREIRA, L. O., & Salles, R. B. B. (2020). "A origem social da enfermeira padrão: o recrutamento e a imagem pública da enfermeira no Brasil, 1920-1960." Revista de História da Medicina e Cirurgia, 45(2), 123-135.

FERNANDES, Tania. A peste em Exu: a narrativa de Célio Rodrigues. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 3, p. 349-368, 1996.

Miléo, Clarissa Cobbe; Bezerra, Cícero Manoel; Trevisan, Mariana Bonat. "O sanitarismo durante a Primeira República no Brasil." Caderno Intersaberes, v. 13, n. 47, p. 219-231, 2024.

PORQUE escolhi ser cientista - Alzira Maria Paiva de Almeida. Produção: Silvana Santos. Pernambuco, Brasil: Fiocruz Pernambuco, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hogt5TfaRvw>. Acesso em: 26 jan. 2025.

Stone, Lawrence. "Prosopografia." Revista de Sociologia e Política, v. 19, p. 115-137, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200009>.

Valente, Polyana Aparecida; De Paula Souza, Ailton Junior. "Por uma prosopografia das mulheres que atuaram na Medicina Tropical no Brasil (1940-1980)." Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, v. 23, p. 73-82, 2024.

PORTELLI, Alessandro et al. História oral como gênero. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 22, 2001.

Prevenção e assistência no transporte público: o jornal do ônibus como fonte para a História da Saúde e das Doenças a partir dos anos 1990

Huener Silva Gonçalves
Doutor em História/UFMG
huenerufmg@gmail.com.

Resumo: Comum no transporte público de muitas capitais e cidades brasileiras, como Belo Horizonte e Ouro Preto em Minas Gerais, a partir da década de 1990, o jornal do ônibus, um tipo de texto jornalístico gratuito e de ampla circulação entre a população, sobretudo, passageiros, motoristas e auxiliares de bordo, destaca, entre seus conteúdos, informações relativas sobre as ações governamentais em variadas dimensões sociais. Entre essas, está a saúde pública e orientações no tocante a prevenção a doenças e assistência aos por elas acometidos. Diante desses indícios, este trabalho tem como objetivo tecer apontamentos que demonstrem a viabilidade desse tipo documental como fonte para a pesquisa de contextos locais no campo da História da Saúde e das Doenças. Considerando a bibliografia, será traçado um perfil desse tipo de documento, quanto a sua natureza, e identificado conceitos que podem colaborar para o esforço no citado campo de pesquisa histórico. Somado a isso, também será feito uma breve indicação de locais de pesquisa como também um levantamento exemplificativo de tipos de conteúdo e informações, relacionados as problemáticas estudadas na História da Saúde e das Doenças, como possíveis doenças e agravos a saúde realçadas em números de jornais de ônibus circulantes nas duas cidades mineiras aludidas e em outras aleatórias disponíveis na internet. Com esse exercício, esperar-se, como um dos resultados, o incentivo a pesquisas no campo, com temáticas locais de marco inicial os fins do século XX, que tenha esse tipo jornalístico como uma de suas fontes.

Palavras-chave: História da Saúde e das Doenças, Jornal do Ônibus, políticas de saúde pública, Cotidiano urbano.

Apontamentos iniciais

Não é novidade para os historiadores do século XXI a utilização de produções midiáticas, sobretudo, jornalística para a escrita e análise de uma dada temática, em especial, do tempo presente. Ao examinar um assunto desse contexto mais recente, vive-se um dilema no que se refere à seleção das fontes a serem examinadas. Por um lado, o avanço das tecnologias de edição, comunicação e informação, ao longo do século XX, possibilitaram maior produção e variedade de documentos acessíveis à pesquisa histórica. Por outro, tal massa documental pode se tornar de grande complexidade quando o problema, marcos e referenciais teóricos conceituais não estão bem limitados (Le Goff, 1999). Sobre o papel desempenhado pela documentação jornalística e oficial para a análise histórica de temática próxima do tempo de vida do historiador ou mesmo por ele presenciada, Eric Hobsbawm ponderou:

à medida que o historiador do século XX se aproxima do presente, fica cada vez mais dependente de dois tipos de fonte: a imprensa diária ou periódica e os relatórios econômicos periódicos, compilações estatísticas e outras publicações de governos nacionais e instituições internacionais (Hobsbawm, 1995, p. 09).

É importante lembrar que tal realidade se impôs a partir do alargamento do conceito de documento e gradual incorporação de novas fontes e, conseqüentemente, de novas ferramentas metodológicas, para a análise histórica com a emergência da “Escola do Annales” na década de 1930. Na década de 1970, a terceira geração dessa corrente historiográfica ratificou a utilização dos jornais como fontes confiáveis para o trabalho do historiador como também de “novos objetos, problemas e abordagens” para a pesquisa histórica, dentre as quais estavam as doenças (Luca, 2005; Silveira; Nascimento,

2004; Karawejczyk, 2010; Krilow¹, 2019). Como citaram Silveira e Nascimento (2004), *O corpo: o homem doente e sua história*, de Jacques Revel e Jean-Pierre Peter, publicado em *História: novos objetos*, de 1976, foi uma importante contribuição para tal. Outras notáveis colaborações foram os trabalhos desenvolvidos no âmbito da História Social, como o de Asa Briggs (1961), na década de 1960 (Silveira; Nascimento, 2004).

Estudos produzidos no âmbito da História da Saúde e das Doenças tem privilegiado os jornais em seu corpus documental (Gonçalves, 2024). Além dos jornais de ampla circulação de natureza privada, conteúdos de periódicos governamentais também são cortejados como fontes para essa perspectiva histórica. Entre essas fontes, podemos elencar os jornais dedicados aos passageiros de ônibus de variadas cidades brasileiras, que mesclam informações de utilidade pública como de ações governamentais. Portanto, mesclando características da imprensa oficial e do jornalismo de serviço ou de utilidade pública. Diezhandino (1994, p. 89) ressaltou que esse gênero abarca “aquela informação [...] que se impõe à exigência de ser útil na vida pessoal do receptor, [...] qualquer que seja o grau e o alcance dessa utilidade [...] cuja meta deixa de ser oferecer dados circunscritos ao acontecimento, para oferecer respostas e orientação”. Informações de prevenção a saúde e qualidade de vida estão entre esses conteúdos. Considerando esses apontamentos, esse artigo tem como objetivo apresentar o jornal do ônibus, um tipo de jornal disponível no transporte público de várias cidades brasileiras como fonte viável para a efetuação de pesquisas que tenham a saúde e as doenças como objeto. Para esse esforço, selecionamos alguns exemplares do *Jornal do Ônibus* de Belo Horizonte e seu homólogo de Ouro Preto, Minas Gerais.

Uma breve síntese de aspectos de produção, distribuição e formatação das fontes

Em busca na internet, encontramos a referência a circulação desse tipo de periódico de ampla circulação no transporte público em Belo Horizonte, Ouro Preto, Mariana, Curitiba, Campo Grande, São Paulo, Ribeirão Preto, Marília entre outras cidades brasileiras. Como destacado, para esse texto, focaremos nos produzidos nas duas aludidas cidades mineiras.

Disponível no APCBH (*Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*) e na biblioteca e site institucional da BHTRANS (*Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A*), o *Jornal do Ônibus* belo-horizontino veio à luz pela Portaria BHTRANS nº 17, de 3 de fevereiro de 1994. De caráter quinzenal, o informativo elaborado pela *Assessoria de Comunicação Social* da BHTRANS se tornou importante meio de comunicação da PBH para com a população belo-horizontina, alcançando a tiragem de 6.200 exemplares em 2006 (BHTRANS, 2024).

De tamanho aproximado a uma folha de A3, o quinzenário estampa informações e notícias de utilidade pública, realçando-se a atuação governamental em variadas searas, sobretudo educação, saúde, transporte e cultura. Por conta de sua performance, foi agraciado pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial em 1996 e 2006 na categoria Boletim Externo (Machado, 2010; Belo, 2011; Vieira, 2016; BHTRANS, 2024). De linguagem objetiva, notável em textos curtos e pelo uso de ilustrações, como as charges de Adão Rodrigues, o informativo também possibilitava a participação dos passageiros com sugestões relacionadas a situações cotidianas vivenciadas no transporte coletivo para a coluna “Gentileza Urbana”. O seu posicionamento estratégico na divisória posterior do assento do motorista e próximo da roleta e antigo assento dos cobradores de passagens, favoreceu a sua publicidade

perante os usuários do transporte público belo-horizontino (Belo, 2011; Vieira, 2016). Por estar disponível em um dos locais de maior circulação da população, o transporte público, o *Jornal do Ônibus* se conforma com dos canais mais acessíveis aos feitos da administração municipal.

De formato semelhante ao da capital e disponível digitalmente nos sites da Transcotta e do Consórcio Estrada Real – composto por aquela empresa de ônibus e a Turin –, o *Jornal do Ônibus* circulante em Ouro Preto chegou aos passageiros a partir de 2018. Durante 2018 e 2019, o mesmo quinzenário circulava na aludida cidade e Mariana, cidade vizinha também atendida pela empresa. Até 2020 a produção e distribuição esteve a cargo da Transcotta, sucedida pelo mencionado consórcio. Aliás, informações colhidas no site da empresa de ônibus, como números de contato telefônico nas mencionadas urbes mineiras, sugerem um período de transição para a edição sob a responsabilidade do consórcio até setembro de 2020. Houve ainda naquela época edições comuns às duas cidades. Em outras, como em março e abril, verificou-se a produção de uma interface diferenciada para cada cidade (Transcotta, 2024). Atualmente, a empresa continua como responsável pelo folhetim em Mariana. Assim, tais dados sugerem a continuidade do intercâmbio de informações e designer entre os periódicos das duas cidades antigas mineiras, verificada pelas cores dos cabeçalhos, rodapés e margens (moldura) e congruência das chamadas e campanhas publicadas em ambos os periódicos no tocante a saúde.

Indícios de saúde pública e de doenças

Um olhar rápido no veiculado nos quinzenários das cidades mineiras revela a ênfase a campanhas de anuais de saúde pública, como Outubro Rosa,

focada na prevenção do câncer de mama feminino, e Novembro Azul, dedicada a prevenção ao câncer de próstata entre os homens. Os periódicos também integraram os esforços de promoção da vacinação da população, como atesta a chamada dos públicos alvos para a campanha de vacinação para a gripe em 2024:

Imagem 1 – *Jornal do Ônibus* de Belo Horizonte (2024)



BHTRANS. SUMOB. Combater a dengue é missão de todos. **Jornal do Ônibus**, Belo Horizonte, ano 31, edição 684, 1ª quinzena de abr. 2024. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/bhtrans/2024/jornal-do-onibus_edicao-684_web.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

Para além de alerta que a campanha já tinha se iniciado, a matéria orienta no tocante a importância da vacinação para a saúde individual e de

todos ao ressaltar a importância de manter o cartão atualizado. Quanto aos públicos convocados, é notável, pelos personagens elencados, profissionais de saúde e idosos. Salta os olhos também outra campanha no número: o de enfrentamento a dengue. Tal preocupação também é observada na arte circulante nos periódicos ouropretanos na mesma época.

Imagem 2 – Jornal do Ônibus de Ouro Preto (2024)



Consórcio Rota Real. Dengue – A prevenção é a solução. **Jornal do Ônibus**, Ouro Preto, edição 047, fev. 2024. Disponível em:
https://consorciorotareal.com.br/wp-content/uploads/2024/02/JORNAL-DO-ONIBUS-ROTA-REAL-FEVEREIRO-24_compressed.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

Diferente da arte desse quinzenário, cuja face da dengue é o mosquito *Aedes aegypti*, no periódico da capital o vetor é sugerido pela “Turma do quintal”

(Imagem 1). O “quintal” é um de reconhecida presença de recipientes favoráveis a criadouros do inseto, onde deveria ocorrer cuidadosamente a inspeção preventiva. Aliás, a escolha de crianças pela peça remeteria também ao público alvo da vacinação em curso na cidade (PBH, 2024). Então, pelos indícios identificados, é possível concluir que a campanha objetivava conscientizar os pais das responsabilidades de combater a doença em duas frentes: prevenção vetorial e vacinação infantil. Desde 1996 é notada a presença da dengue no jornal belo-horizontino, quando da primeira epidemia na cidade. O acompanhamento de seus números, até os dias atuais, apresenta vestígios que sinalizam a mudança de natureza epidemiológica da arbovirose, de epidemia à endemia, quanto da forma de atuação da PBH, que passou a tratá-la como um dos principais problemas de saúde permanente na cidade (Gonçalves, 2024).

Como em outras campanhas da saúde pública na história brasileira no decorrer do século XX, nota-se o uso da metáfora da guerra, pela utilização do verbo “combater” na peça circulante na capital. Essa tática se encontrará presente em outras chamadas ao longo da campanha levada a cabo pela PBH para debelar a nova onda de casos que tomara conta da cidade. Como nas artes de folhetos e cartazes de campanhas distribuídos e expostos em locais públicos, principalmente nas unidades de saúde do SUS municipal, o mosquito *Aedes aegypti* tendeu a ser o alvo privilegiado no período percorrido referente a dengue, estendendo-se às outras duas arboviroses. Ele se notabilizou como importante elemento da representação pública da doença, disseminada pela imprensa e pelo Poder Público. Esta é uma das facetas da lógica mosquitocêntrica reinante no país desde as campanhas contra a febre amarela, no alvorecer do século XX (Mathias, 2016).

Por fim, além das fases epidêmica e endêmica da dengue, os quinzenários podem fornecer um quadro geral da marcha da pandemia de

Covid-19, entre 2020 e 2023, período em que a doença foi tratada como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde (OPAS, 2023). Pelos números disponíveis nos sites da BHTRANS, Transcotta e Consórcio Rota Real, é possível aferir dados de sintomas e medidas preventivas desde o período em que só restava a população o distanciamento social e o uso de máscaras, entre outras medidas, ao início da vacinação, em 2021. Assim, esse tipo de fonte possibilita seguir as fases da pandemia, indiciando o que se sabia da doença, modo de transmissão e as reações da sociedade e do Estado.

Considerações Finais – potencialidades do corpus documental para a História da Saúde e das Doenças

Pelo levantado, os jornais de ônibus se caracterizam pela simplificação do conhecimento relativo às doenças, enfatizando as medidas preventivas, e como vitrine da atuação estatal para a população que utiliza o transporte público. Esse tipo de documento apresenta potencial para indiciar os problemas de saúde priorizados pela municipalidade e as políticas levadas à cabo, sinalizando conhecimentos científicos e a agenda do SUS que as fundamentam. Enfim, possibilita sinalizar uma representação pública circulante local das doenças como também o seu regime epidemiológico.

Os jornais de ônibus se configuram como “ponta de iceberg”, de um tema que pode ser aprofundado a partir do que foi produzido em campanhas de saúde, do publicado em outros documentos produzidos localmente em outras escalas federativas – considerando inclusive o SUS –, como diários e disponíveis sites oficiais. Diante das possibilidades aludidas, ferramentas advindas de

perspectivas como Micro História - em especial, o “paradigma indiciário” proposto por Carlo Ginzburg -, História Local e Regional, podem favorecer a aferição dessas dimensões. Ademais, tais métodos, considerando duas realidades locais, poderiam favorecer a escrita de uma breve história comparada da saúde e das doenças

Referências bibliográficas

Belo, Diego Rodrigues. **Gentileza urbana**. AMO, 2011. Disponível em: <http://www.amodesign.com.br/blog/?p=166>. Acesso em: 04 ago. 2024.

BHTRANS. **Jornal do Ônibus**. Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/bhtrans/informacoes/transportes/onibus/jornal-do-onibus>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BHTRANS. SUMOB. Combater a dengue é missão de todos. **Jornal do Ônibus**, Belo Horizonte, ano 31, edição 684, 1ª quinzena de abr. 2024. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/bhtrans/2024/jornal-do-onibus_edicao-684_web.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

Consórcio Rota Real. Dengue – A prevenção é a solução. **Jornal do Ônibus**, Ouro Preto, edição 047, fev. 2024. Disponível em: https://consorciotorareal.com.br/wp-content/uploads/2024/02/JORNAL-DO-ONIBUS-ROTA-REAL-FEVEREIRO-24_compressed.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

Diezhandino, Maria Pilar. **Periodismo de Servicio**: la utilidad como complemento informativo en Time, Newsweek, U.S. News, World report y unos apontes del caso español. Colecion Bosh Comunicación, Icaria Editorial, 1994.

Gonçalves, Huener Silva. **De epidemia à endemia**: uma história da dengue em Belo Horizonte (1996-2016). 2024. 592 f. Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, MG, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/65759>. Acesso em: 04 ago. 2024.

Hobsbawm, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Karawejczyk, Mônica. O Jornal como documento histórico: breves considerações. **Historiae**, Rio Grande/RS, v.1, n.3, p. 131-147, 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2371/1259>. Acesso em: 27 jul.

2024.

Krilow, Letícia Sabina Wermeier. Jornal como fonte e/ou objeto da escrita histórica: proposta metodológica aplicada à análise das representações sobre “o político” na “grande imprensa carioca” de 1955 a 1960. **Oficina do Historiador**, v. 12, n. 1, p. 1-21, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/oficinadohistoriador/article/view/33745/18732>. Acesso em: 27 jul. 2024.

Le Goff, Jacques. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. Chauveau, Agnes.; Tétart, Philippe. (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

Luca, Tania de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Pinsky, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

Machado, Daniel Souza. Comunicação em trânsito: o Jornal do Ônibus e os usuários do transporte público de Belo Horizonte. In: XXXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2010. **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2687-1.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2024.

Mathias, Maíra. Lógica mosquitocêntrica. **Revista POLI: saúde, educação e trabalho**, Rio de Janeiro, ano VIII, nº 44, p. 16-22, mar./abr. 2016. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/revista_poli_-_44.pdf. Acesso em 20 ago. 2019.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19**. OMS, OPAS, Washington/EUA, Genebra/Suíça, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-sau-de-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: 20 ago. 2024.

PBH. **Vacinação contra a dengue 2024**. Belo Horizonte, PBH, 23 fev. 2024. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/saude/informacoes/vigilancia/vigilancia-epidemiologica/doencas-transmissiveis/dengue/vacinacaodengue>. Acesso em: 20 set. 2024.

Silveira, Anny Jackeline Torres da; Nascimento, Dilene R. do. A doença revelando a história. In: _____(orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo, 2004, p. 11-30.

Vieira, Thaianne Fernanda dos Santos. Jornal do Ônibus: estudo sobre a utilização da informação pelos usuários do ônibus convencional e MOVE de Belo Horizonte. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17015>. Acesso em: 20 abr. 2022.

COMUNICAÇÕES LIVRES

Bloco I - História da Educação

A história interroga o mundo do trabalho: a ação do PIBID frente ao Novo Ensino Médio

Ana Carolina Santos Carvalho

Graduanda em história UFMG

anacarollinas2@hotmail.com

Pedro Lucas de Paula Oliveira Cardoso

Graduando em história UFMG

p3drolucas.tc@gmail.com

Resumo: O projeto foi realizado na *Escola Estadual Três Poderes* sob a supervisão da professora Henryria, que lecionava as aulas de história e do Itinerário formativo Introdução ao mundo do trabalho nas turmas do primeiro ano. Diante da perda de aulas de história ao longo do currículo do novo ensino médio, elaboramos um projeto que suprisse essa falta e ao mesmo tempo uma temática que tinha relação com a matéria, abordando as relações de Trabalho na antiguidade, Trabalho escravizado, Trabalho análogo a escravidão, Revolução Industrial, Movimentos Operários do Século XIX, as teorias trabalhistas marxistas e desigualdade social na sociedade contemporânea. Nosso objetivo foi desenvolver atividades e aulas que se baseiam em situações a serem analisadas com os alunos, e a partir delas, trazer questões referentes ao trabalho na sociedade capitalista por meio de paralelos com a realidade atual e as conjunturas históricas por trás da evolução do capitalismo. Também tivemos como objetivo trazer o trabalho enquanto um fenômeno da sociedade humana que é passível de mudanças ao passar do tempo, indicando as rupturas, continuidades e transformações das relações de trabalho desde o mundo pré-capitalista, passando pela Revolução Industrial, os movimentos de trabalhadores, até o neoliberalismo. O projeto consistiu em sequências didáticas

aplicadas ao longo do ano, com aulas mistas entre expositivas e participativas, tendo momentos reservados apenas para a exposição de conteúdo por parte dos pibidianos, em que os alunos estavam livres para fazer perguntas, comentários e momentos voltados à escuta dos estudantes sobre suas vivências e opiniões a respeito de determinados assuntos, com o uso de perguntas norteadoras para instigar o debate. Ao final da aplicação das primeiras sequências didáticas, os alunos participaram de uma feira de humanidades sobre o Mundo do trabalho na qual apresentaram maquetes, cartazes, panfletos e exposições sobre os temas: Trabalho escravo e análogo à escravidão, condições de trabalho antes, durante e após a revolução industrial, e movimentos de trabalhadores. A feira foi realizada na quadra da escola com a presença de diversas turmas visitando os projetos dos alunos. Tanto durante as aulas como na feira, os estudantes demonstraram terem adquirido conhecimento crítico sobre as relações de trabalho, sobre os direitos que possuem enquanto futuros trabalhadores e como se dão as relações de trabalho na sociedade atual.

Palavras chaves: Ensino médio, PIBID, mundo do trabalho, ensino de história.

Introdução

Este trabalho analisa os arranjos pedagógicos desenvolvidos pelos alunos de graduação do curso de História da *Universidade Federal de Minas Gerais* (UFMG) enquanto integrantes do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). A pesquisa foi conduzida no contexto dos desafios enfrentados no ambiente escolar após a implementação do Novo Ensino Médio, instituído em 2022 após a sua implementação na *Escola Estadual Três Poderes*.

Sob a orientação da professora preceptora Henryria Oliveira, docente de História dos primeiros e segundos anos do Ensino Médio, foram elaboradas sequências didáticas centradas na temática "Introdução ao Mundo do Trabalho". Esse conteúdo faz parte dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio e os trabalhos desenvolvidos pelos graduandos foram concebidos com base nas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). As atividades foram estruturadas de modo a abordar o tema sob uma perspectiva histórica, explorando as principais transformações nas formas de trabalho ao longo do tempo em diversas sociedades. Além disso, houve uma problematização crítica sobre os meios de produção na sociedade contemporânea, com o objetivo de fomentar uma reflexão mais ampla entre os estudantes.

As sequências didáticas foram aplicadas junto aos alunos do primeiro ano do Ensino Médio e tiveram um papel significativo no processo de aprendizagem. As atividades propostas contribuíram para que os estudantes compreendessem as principais mudanças históricas no mundo do trabalho, estabelecessem relações com o contexto atual e desenvolvessem uma visão crítica capaz de questionar os pressupostos da política neoliberal que fundamenta a Reforma do Novo Ensino Médio

O Novo Ensino Médio

O novo regime de controle de gastos fiscais instaurado no Brasil em 2016, por meio da Emenda Constitucional nº 95/2016, abriu caminho para uma série de mudanças nas políticas sociais, incluindo reformas significativas nos âmbitos trabalhista, previdenciário e educacional. Entre essas medidas, destaca-se a reforma do Ensino Médio no qual lidamos diretamente, aprovada por meio da

Medida Provisória nº 746/2016¹⁰⁵ e posteriormente convertida na Lei nº 13.415/2017¹⁰⁶. Essa reforma propôs uma reestruturação do ensino médio no país, com o objetivo de modernizar e flexibilizar o sistema educacional brasileiro.

Entre as principais mudanças introduzidas pela reforma estão a flexibilização do currículo escolar, que passou a incluir itinerários formativos voltados para os interesses e projetos de vida dos estudantes, a ampliação da carga horária total das aulas e a expansão de escolas de tempo integral, além da inclusão de conteúdos voltados à qualificação profissional. Contudo, essas transformações geraram intensos debates, especialmente por parte de profissionais da educação, que levantaram diversas críticas ao projeto. (Cássio e Goulart, 2022. P. 2)

Muitos profissionais da educação apontaram que, apesar do discurso de modernização, a reforma reforçou as desigualdades já existentes no sistema educacional brasileiro. Enquanto as escolas privadas possuem melhores condições para oferecer itinerários formativos diversificados, a maioria das escolas públicas enfrenta dificuldades estruturais que limitam a implementação das mudanças propostas. Além disso, a reforma impactou negativamente disciplinas da Base Nacional Comum Curricular, porém as disciplinas como sociologia, filosofia e História foram mais impactadas porque tiveram suas cargas horárias reduzidas a uma aula semanal em algumas séries, enfraquecendo assim a formação básica do aluno.

Outro ponto de crítica foi a expansão da carga horária, que, embora beneficie estudantes que frequentam escolas de tempo integral, prejudica

¹⁰⁵ Medida Provisória nº 746/2016:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm

¹⁰⁶ Lei nº 13.415/2017: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm

aqueles que dependem do ensino noturno devido à necessidade de conciliar trabalho e estudo. As mudanças também trouxeram desafios para os docentes, que enfrentam uma redução da carga horária de suas disciplinas e a necessidade de se adaptarem a um novo modelo pedagógico. Esses problemas estruturais, somados à priorização da qualificação profissional em detrimento de uma formação crítica e ampla, colocam em xeque a efetividade da reforma em democratizar e melhorar a educação no país. O papel desempenhado por bancos e grandes empresas, que participaram ativamente dos debates e das propostas, reforçou a implementação de uma orientação neoliberal no modelo educacional do Brasil e que age em função do Mundo do Trabalho.

Até os dias atuais, as transformações propostas pelo Novo Ensino Médio continuam a ser objeto de debates, com muitos educadores e especialistas questionando seus impactos nas desigualdades educacionais, na qualidade do ensino e no papel social da escola pública.

A proposta aplicada

Ao conhecerem a escola e o contexto no qual iriam iniciar a docência, o próximo passo foi desenvolver um planejamento da disciplina proposto pelos PIBIDIANOS que até então estavam presentes na Escola e acompanhando essas turmas, Ana Carolina e Pedro. Foi organizado um trabalho através de sequências didáticas, com aulas temáticas sobre o mundo do trabalho, sempre com uma perspectiva histórica, que contemplaram 4 eixos centrais: História do trabalho escravo e análogo à escravidão; Relações e condições de trabalho a partir da Revolução Industrial; História do movimento operário e conquista dos direitos trabalhistas no Brasil; Neoliberalismo e a deteriorização dos direitos trabalhistas. Sendo que além dessas temáticas, os alunos também iriam desenvolver uma Feira de Humanidades com a temática do Mundo do Trabalho.

Os alunos dessas turmas de primeiro ano passaram por dois anos de ensino remoto emergencial durante o auge da pandemia de covid-19, e tinham estudado em diversas escolas durante o ensino fundamental, portanto foi adotada uma estratégia de iniciar o projeto com o estudo sobre o trabalho escravo e trabalho análogo à escravidão, pois a escravidão é uma temática muito trabalhada no ensino de História durante o Fundamental II. Através do tema, seria possível realizar um diagnóstico para conhecermos melhor as turmas e para introduzir os estudos sobre História e Mundo do Trabalho. As aulas foram propostas de forma a utilizar questões postas no presente para acessar com os alunos as raízes históricas dessas questões, a fim de que conseguir despertar maior interesse e curiosidade por parte dos estudantes, sempre abrindo espaço para diálogos, compartilhamento de experiências e para que os alunos expressassem suas opiniões. Dessa forma foi possível gerar um nítido engajamento com os estudantes, e que foi mantido ao longo do ano, com aulas com ampla participação.

A primeira aula do eixo 1 foi conduzida pelos pibidianos, Pedro e Ana, ao questionar os alunos o conceito de escravidão, os alunos usaram termos como: violência, sem salário, trabalho forçado, castigos, cana-de-açúcar. E utilizando das palavras citadas pelos alunos, foi construído em conjunto com a turma um conceito de escravidão, em que escravidão seria a realização de trabalhos de forma forçada, sem remuneração ou remuneração ínfima, com utilização de violência contra esses trabalhadores. Essa atividade foi o ponto de partida para a compreensão da trajetória da escravidão nas Américas.

Adiante foi apresentado aos alunos reportagens sobre situações de trabalho análogo à escravidão, acompanhadas de perguntas norteadoras para iniciar um debate em sala de aula seguido de uma exposição sobre a origem do

trabalho escravo e sua utilização na Antiguidade, então foi abordado a diferença desse trabalho escravo na Antiguidade para na Modernidade, com ênfase no processo de racialização no trabalho escravo. Foi feita mais uma breve exposição sobre como era o processo do tráfico negreiro para a América e a quebra de estereótipos em relação às populações indígenas. Na próxima etapa da sequência, foi abordado o fenômeno da resistência contra a escravização e trabalhou com os alunos como os escravizados não foram passivos perante esse processo e perante as violências que sofriam. Para isso, foram projetadas imagens com um datashow e enquanto os alunos tentavam identificar o que estava presente nas imagens e suas relação com o processo de escravização.

As primeiras imagens, rodas de capoeira, foram reconhecidas de imediato pelos alunos. As próximas imagens mostraram fachadas de prédios com pinturas em estilo artístico africano, batalhas de rap, e o culto a orixás, o fato das imagens terem sido tiradas em Belo Horizonte, fez com que os alunos reconhecerem não só o que se passava nas imagens, mas também os lugares, reconhecido por terem frequentado esses lugares. Isso chamou a atenção dos estudantes para como esses símbolos de resistência e ocupação de espaços públicos pela população negra são mais presentes do que muitas vezes se pensa e às vezes passam despercebidos durante o cotidiano.

O meio em que os estudantes estão inseridos é um fator determinante em seu processo de ensino e aprendizagem, podendo ser algo a influenciar no desempenho escolar, ideia já presente nos modelos de ensino no século XX de Vygotsky. Usar de mediação de símbolos e ferramentas, sobretudo que já sejam conhecidos pelos estudantes pode auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, além de tornar as aulas mais atrativas aos estudantes. O uso de elementos da cultura local da cidade se mostrou muito satisfatória.

Com o grande êxito dos alunos no primeiro eixo temático, foi possível estabelecer maior contato com as turmas, conhecer o perfil dos alunos, e atrair sua atenção para as aulas de Mundo do Trabalho. Segundo relatos que recebidos dos próprios alunos, a grande quantidade de itinerários que possuem e falta de uma proposta que tenha a ver com seus interesses gerava um grande desinteresse pelas aulas, mas não estava sendo esse o caso com a disciplina de Mundo do Trabalho. Os estudantes se sentiam representados nas aulas, e viam seus interesses serem contemplados, com o sentimento de que a disciplina tratava de temáticas que seriam realmente úteis para eles após a formação escolar, e que portanto seriam uma contribuição em seus projetos de vida. Os alunos vinham comunicar que estavam gostando das aulas, e então, foi iniciado o segundo eixo temático: Relações e condições de trabalho a partir da Revolução Industrial.

A primeira se iniciou com questionamentos aos alunos sobre o que eles achavam que seriam condições de trabalho dignas para os trabalhadores e quais seriam os salários ideais para se receber. Os alunos aparentaram terem sido pegos de surpresa por essa pergunta, pois de imediato pareciam nunca terem se questionado a respeito disso; eles sabiam o que eram más condições de trabalho e salários baixos, mas pareciam não ter pensado muito sobre o oposto. As primeiras resposta se focaram sobre o salário ideal, com sugestões de salário que variam de 3 a 10 mil reais, e outros alunos dizendo que o salário deveria ser proporcional a quantidade de trabalho que se é realizado, sendo o mínimo aceitável o valor estabelecido como salário mínimo, que à época havia acabado de ser reajustado para o valor de R\$ 1.320,00. Então, foi mostrado um levantamento que feito pelos pibidianos para os alunos com valores médios do custo de vida na cidade de Belo Horizonte, retirados de jornais, sites de bancos e empresas prestadoras de serviços. O levantamento mostrou o valor médio

gasto por um trabalhador que ganha um salário mínimo e que mora sozinha acessando apenas o básico e sem restringir suas compras; e após pagar as despesas mensais a pessoa sairia em um saldo negativo de -R\$640,00. Esse cálculo levantou diversos questionamentos ao longo da aula sobre a dificuldade de uma pessoa viver dignamente recebendo apenas um salário mínimo e o valor não suprir as necessidades básicas na cidade de Belo Horizonte, e que provavelmente em inúmeras outras cidades brasileiras também.

A próxima etapa se iniciou com uma breve explicação sobre o conceito de capitalismo ressaltando para os alunos que as relações de trabalho haviam passado por uma grande transformação, pois diferente do sistema feudal, em que o camponês cede ao senhor da terra uma parte daquilo que produziu, agora, o burguês detém toda a produção industrial e paga os funcionários com um salário que eles irão utilizar para passarem a ter acesso aos bens que produziram (MARX, 2013). Então, iniciou-se um debate com os alunos sobre as condições de trabalho nesse período.

Para aprofundar no tema, foi usado como fonte alguns trechos do Livro O Capital, de Karl Marx, no qual Marx expõe situações de trabalho infantil abusivo e exaustivo em relatos cedidos por crianças, após a leitura dos relatos de trabalho infantil, foi dado o início uma dinâmica de análise de imagens com os alunos. Seleccionadas 10 imagens com situações de trabalho precário ou poluição ambiental em consequência de atividade industrial, foi proposto aos os alunos tentassem adivinhar onde e quando haviam realizados aqueles registros, e se possível, tentassem deduzir o que ocorreria nessas imagens. Seis das imagens eram registros dos séculos XIX e XX, e quatro do século XXI.

As localidades de 5 destas imagens, incluindo as quatro datadas do século XXI são em Minas Gerais, o que também causou certo choque aos alunos, que

havia indicado que três delas seriam fotos tiradas na região nordeste, pois se deram conta de que tais situações ocorrem mais perto do que se pensa e que o fato de morarem um estado da região sudeste e com condições de vida consideradas boas para o padrão do Brasil não impede a exploração do trabalhador ou o dano ambiental.

Também foi abordado o que é e como a distribuição do lucro da produção se concentra nas mãos do patrão pelo processo denominado como Mais Valia e como muitos trabalhadores nesse contexto de divisão e simplificação do trabalho não se dão conta do valor do produto final de seu trabalho. Foi abordado o modo como as mercadorias são insinuadas pelas empresas e pela mídia como forma de obtenção de felicidade, e os comerciais e a visão centrada apenas em consumir fazem o trabalhador não ver como aquilo é produto do trabalho de alguém; o que pode ocultar as más condições que empresas empregam na sua produção e nem se questionar se ele próprio não passa por algum tipo de exploração – os conceitos de Alienação e Fetichismo no capitalismo.

Na quinta aula fizemos um estudo de caso com os alunos, envolvendo uma situação que estava sendo muito debatida em redes sociais e dando uma nova perspectiva para ela: Uma blogueira estava vendendo uma base para a pele com um preço elevado, mas os consumidores reclamam da qualidade do produto, A blogueira negou as acusações negativas sobre a qualidade do produto, mas para estimular o uso, concedeu a base e várias outras maquiagens como brinde na compra de um perfume que custava metade do preço da base. Assim foi questionado como um produto com um grande marketing envolvido no seu lançamento poderia ser um brinde de outro produto com o preço muito inferior sem que a blogueira tomasse prejuízo? Diante disso foi explicado que

alguns produtos, especialmente de baixa qualidade como aquela base, podem possuir um baixo valor de produção, e utilizando de uma cultura consumista de ostentação e de sua imagem enquanto figura pública, esses produtos são vendidos por valores exorbitantes.

E então ressaltamos que embora ocorresse um debate na internet sobre a superfaturação do preço provavelmente o montante de lucro em cima das vendas é muito elevado; e, mesmo que ganhem um salário bom, os trabalhadores que produzem essa maquiagem recebem um percentual baixo comparado com o valor que produzem em mercadorias. E como as pessoas não vêm a si mesmas ou as demais como produtoras, não se atentam a essa questão, pois estavam atraídos pela propaganda de consumo incentivada pela blogueira ou pelas brincadeiras que aconteciam sobre o fato na internet. Sendo esse um caso de aplicação na vida dos conceitos de Mais Valia, Alienação e Fetichismo debatidos na aula anterior.

Para encerrar a sequência, foi abordada a temática dos "Direitos Trabalhistas". Foram desenvolvidas aulas sobre as lutas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho. Analisados os movimentos sob uma perspectiva histórica, explorando a organização dos trabalhadores (como os movimentos cartistas, ludistas e o sindicalismo) inicialmente na Europa, e após para conectar esses eventos históricos à atualidade. A penúltima aula da sequência foi focada nas formas de organização dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de salário, com a apresentação aos alunos do movimento operário na Inglaterra durante a primeira Revolução Industrial: o ludismo, o cartismo e os trade-unions, as raízes do sindicato. Além da organização em torno de ideias socialistas e anarquistas.

E para que eles conheçam o trabalho de algumas organizações sindicais, na última aula, apresentamos aos alunos exemplos de sindicatos atuantes especificamente em Belo Horizonte: o sindicato dos trabalhadores de transportes rodoviários (STTR-BH), o sindicato dos metroviários (Sindimetro-BH), o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública (Sind-REDE) e a Central única dos Trabalhadores de Minas Gerais (CUT-MG). Proporcionando uma compreensão mais próxima da realidade dos alunos, e promovendo uma tentativa que quebra os estigmas em torno dos sindicatos e os movimentos dos trabalhadores. Através dessa exposição, os alunos puderam entender o papel dos sindicatos, seus objetivos e a diferença entre greve e paralisação.

Ao final da sequência foi passado um trabalho aos alunos. Eles deveriam apresentar o que eram os direitos trabalhistas e quais os direitos de seis categorias específicas: Trabalhadores rurais; militares; servidores públicos; empregadas domésticas; motoristas de aplicativos e delivery e MEI. E como trabalho final, os alunos fizeram uma Feira de humanidades aberta a escola e comunidade na quadra da escola apresentando através de grupos pré estabelecidos temáticas trabalhadas ao longo do ano através da sequência didática elaborada pelos pibidianos. E ao final do ano, foram dadas algumas aulas, essas já em modelo mais tradicional devido às circunstâncias do último bimestre letivo, a respeito da temática do neoliberalismo, mostrando como essa ideologia se desenvolveu na América Latina e impacta a sociedade atual, sendo o novo modelo de ensino médio em que os alunos estavam inseridos parte dela.

Considerações finais

A implementação do Novo Ensino Médio de 2017 trouxe profundas mudanças à organização curricular das escolas públicas brasileiras, os resultados da reforma impactou diretamente a prática docente e a experiência

educacional dos alunos. O trabalho abordado buscou explorar como superar os desafios trazidos por essa reforma, e a criação de possibilidades para trabalhar com um dos itinerários a partir de uma perspectiva crítica e histórica, aplicada através da sequência didática com temáticas relacionadas às alterações nos modos de trabalho, fetiche da mercadoria e manutenção do sistema capitalista, desenvolvida no âmbito do PIBID.

As atividades propostas permitiram aos estudantes do primeiro ano do Ensino Médio da Escola Estadual Três Poderes compreenderem, de uma forma contextualizada, as principais transformações históricas do mundo do trabalho e os impactos sociais, econômicos e culturais dessas mudanças ocorridos ao longo do tempo. Além disso, a abordagem crítica despertou o interesse dos alunos, engajando-os em debates sobre temas atuais, como as condições de trabalho e a alienação no sistema capitalista, enquanto promovia uma reflexão sobre os direitos trabalhistas e os movimentos de resistência.

Os alunos foram capazes de compreender o trabalho enquanto um fenômeno histórico passível de alterações a depender do recorte espacial e temporal analisado, e a compreender que diferentes sociedades em diferentes conjunturas históricas os padrões de trabalho eram diferentes. Também foram capazes de entender que existem conexões entre as lutas de trabalhadores atuais e as passadas, podendo compreender que essas mesmas lutas eram impulsionadas por todo um contexto de exploração, que persiste até hoje, mas de forma distinta e que demanda objetivos distintos a serem alcançados.

A experiência revelou-se produtiva tanto para os estudantes quanto para os pibidianos, pois proporcionou um ambiente de aprendizagem que deu um novo sentido aos conteúdos iniciais propostos para os itinerários formativos e trouxe discussões fundamentais para a formação histórica e crítica dos alunos.

Por outro lado, demonstrou os desafios enfrentados pelos professores diante da reforma do Novo Ensino Médio, incluindo a necessidade de reformular os conteúdos em um contexto de redução da carga horária de disciplinas da Base Nacional Comum Curricular e pelas desigualdades estruturais das escolas públicas.

Os resultados alcançados reforçam a importância de iniciativas como o PIBID para a formação de futuros professores, permitindo que os graduandos vivenciem o cotidiano escolar de forma prática e reflexiva. Por fim, este trabalho reforça o papel importante de uma educação histórica e crítica, que contribui para o fortalecimento da consciência social e para a construção de uma escola pública de qualidade mesmo com os desafios das demandas de uma sociedade em constante transformação apesar das desigualdades.

Referências

APPLE, Michael W. **A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional?** In: MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Orgs.). Currículo, Cultura e Sociedade. São Paulo: Cortez. 2005.

BNCC: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

BRAVO, Maria Ines Souza; PELAEZ, Elaine Junger; PINHEIRO, Wladimir Nunes. **As contra reformas na política de saúde do governo.** Rio de Janeiro: Temer. Argumentum, p. 6-23, 2018.

CHARLOT, Bernard. **Relação com a escola e o saber nos bairros populares.** Perspectiva. Florianópolis, v.20, n. Especial, p. 17-34, jul./dez.2002

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sociocultural. In: ____ (org) Múltiplos olhares sobre educação e cultura. 2ª. reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. tradução B. A. Schumann ; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. - [Edição revista]. - São Paulo: Boitempo, 2010.

Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília (org.). **O Brasil republicano 3. O tempo da experiência democrática**. RJ, Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. São Paulo: Contexto, 2015.

GRESPLAN, **Jorge. Marx, uma introdução**. [recurso eletrônico] - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2021.

LEE, Peter. **Em direção a um conceito de literacia histórica**. Revista Educar, Curitiba,

Especial, p. 131-150, Editora UFPR, 2006.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky-Aprendizado e desenvolvimento - Um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 2003. Cap 4: Aprendizagem e desenvolvimento, pp. 55-79.

SCHWARCZ, Lilia Moritz ; STARLING, H. M. M. . **Brasil: uma biografia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. v. 1. 792p

TOLEDO, M. R. de A. **O ensino médio no Brasil: Uma história de suas finalidades, modelos e a sua atual reforma**. In: MACHADO, A. R. de A.; TOLEDO, M. R. de A. Golpes na História e na educação: O Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI. São Paulo: Cortez: ANPUH SP, 2017. pp. 178-198.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras Chave - Um vocabulário de Cultura e Sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.

Convergências entre a Inteligência Artificial e metodologias de ensino

Ana Livia de Almeida Oliveira Rocha

Graduanda em História - Universidade Federal de Minas Gerais
ana600212@gmail.com

Isabella Gontijo da Silva

Graduanda em História - Universidade Federal de Minas Gerais
isabella.gontijo.da.silva@gmail.com

Mayara Knoeller Mendes

Graduanda em História - Universidade Federal de Minas Gerais
mayarainknoeller@gmail.com

Resumo: O projeto de pesquisa “Convergência entre a Inteligência Artificial e Metodologias de Ensino” tem como objetivo explorar o potencial e as limitações da inteligência artificial (IA), especialmente no contexto do ensino fundamental, com foco no ensino de História. Esta investigação integra um amplo programa de pesquisa, extensão e ensino, focado na mediação das tecnologias digitais nos espaços educacionais e no desenvolvimento profissional de professores (CNPq:dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0543343324829286;

CEPE/UFMG:28587414.6.0000.514; SIEX: 403920). A relevância do projeto está fundamentada na crescente importância da IA como ferramenta educacional e na necessidade de investigar sua aplicação prática e ética no ambiente escolar. O uso de IA, como o ChatGPT e o Character AI, apresenta novas oportunidades para personalizar o ensino e criar experiências de aprendizagem interativas, mas também levanta questões sobre a originalidade, ética e a qualidade do aprendizado. O projeto é estruturado em três fases: (1) desenvolvimento de sequências didáticas mediadas por IA; (2) implementação dessas sequências em turmas do ensino fundamental; e (3) avaliação crítica dos resultados. Esses

estágios serão complementados por debates reflexivos sobre as implicações éticas do uso da IA, enriquecendo a compreensão dos estudantes sobre o impacto dessas tecnologias na educação e na sociedade. Além dos objetivos específicos que incluem a investigação de tecnologias de IA aplicáveis ao ensino de História e a criação de um eBook com sugestões didáticas, o projeto busca contribuir para a formação de futuros educadores, capacitando-os a utilizar criticamente a IA em suas práticas pedagógicas. A proposta pretende questionar modelos educacionais tradicionais, promovendo uma reconceitualização do papel das tecnologias na educação, com vistas à formação integral dos alunos e ao desenvolvimento de ambientes de aprendizagem colaborativos e éticos.

Palavras-chave: Inteligência artificial, ChatGPT, Ensino de História

A cibercultura dentro do capitalismo de vigilância: uma reflexão sobre os usos da Inteligência Artificial no ensino

Para Pierre Lévy, filósofo francês e pesquisador em ciências da computação, a humanidade é técnica, isto é, é transformada pelo mundo material e artificial ao mesmo tempo em que transforma este. Desde o surgimento do fogo à invenção da roda, desde a Revolução Agrícola à prensa de Gutenberg, desde o momento em que homens desbravaram os mares em expedições marítimas ao momento em que Auguste e Louis Lumière apontam sua câmera para uma estação de trem: a humanidade produz técnicas, distintas entre si, em um espaço e tempo determinado, produzindo, por conseguinte, distinção nas relações de poder dessa mesma sociedade. Compreender criticamente as técnicas é, então, “um ângulo de análise dos sistemas sócio-técnicos globais, um ponto de vista que enfatiza a parte material e artificial dos fenômenos humanos” (LÉVY, 1999, p. 22), sendo necessário o cuidado para

também compreender os interesses de poder por trás do mero objeto. A bomba atômica e o telefone não são apolíticos.

É a partir dessas reflexões que, em seu livro *Cibercultura*, Lévy conceitua o fenômeno das representações dentro do ciberespaço, ou seja, das práticas, dos pensamentos, das atitudes e dos valores que são desenvolvidos e que desenvolvem a rede mundial de computadores. A cibercultura de Lévy, contudo, estudada e descrita durante o final da década de 1990, obviamente não profetizou o surgimento das *big techs* – Google, Facebook, Amazon, Microsoft e Apple –, e seu modo de atuação em uma nova fronteira do capitalismo, a saber o capitalismo de vigilância, apesar de enfatizar as assimetrias de poder geradas por essas novas tecnologias.

Conforme indica sua conceituadora, a socióloga e psicóloga americana Shoshana Zuboff, o capitalismo de vigilância diz respeito às práticas políticas, sociais e econômicas que transformam a natureza humana em matéria-prima por meio de elaboradas técnicas digitais de predição de comportamentos. Nesse sentido, Zuboff descreve a organização e o desenvolvimento do capitalismo de vigilância, bem como sua estruturação nas últimas duas décadas e meia, como a capacidade das grandes empresas de tecnologias utilizarem seu mecanismos de analítica compostos por inteligências artificiais para gerar dados capazes de prever o comportamento do usuário e gerenciar essa informação para o setor de marketing em mercados de modificação comportamental. Em um exemplo raso mas corriqueiro desse sistema: trata-se do evento que direciona uma propaganda específica à uma pessoa específica no exato momento em que essa pessoa possui a maior probabilidade de efetuar a compra do produto.

A educação não é imune a esse contexto. Assim, se conforme Paulo Freire, há a necessidade de uma aprendizagem dialógica dentro da sala de aula, partindo também da realidade do estudante, deve-se, então, trabalhar por meio de e estudar as novas ferramentas digitais ao alcance do alunado, tendo em vista os conceitos de Lévy e de Zuboff e observando criticamente suas possibilidades e limites dentro da sala de aula¹⁰⁷. Este é o objetivo que fundamenta a presente pesquisa.

O que são e como operam as inteligências artificiais?

Sobre as novas tecnologias digitais, é válido frisar a presença, mais forte durante os últimos anos, da Inteligência Artificial (IA) no cotidiano da comunidade escolar. Conforme apontado em *Guidance for generative AI in education and research*, redigido e divulgado pela UNESCO, embora haja uma acalorada discussão sobre a sua conceituação, a inteligência artificial (IA) pode ser compreendida como a capacidade de sistemas informacionais realizarem tarefas e ações normalmente atribuídas à inteligência humana, à humanidade, como aprendizagem, raciocínio e tomada de decisões. Nesse sentido, através da análise dos dados presentes nas mais diversas partes do ciberespaço, essas máquinas são capazes de prever e executar, através de algoritmos específicos, distintas ações como aquelas praticadas pela mente humana.

Assim sendo, a IA pode ser classificada em três categorias: 1) IA Estreita (ou Fraca), caracterizada por realizar tarefas específicas e limitadas, como reconhecimento de fala, tradução de idiomas ou recomendações de produtos; 2) IA Geral (ou Forte), hipotética, é um conceito teórico que se refere aos

¹⁰⁷ Em seu livro *Pedagogia do Oprimido*, Freire, ao discorrer sobre a educação enquanto prática de liberdade, menciona a importância de se compreender a realidade do estudante, de sua “palavramundo”, a fim de se estabelecer uma aprendizagem dialógica: “Na prática problematizadora [distinta da educação bancária], dialógica por excelência, este conteúdo, que jamais é “depositado”, se organiza e se constitui na visão do mundo dos educandos” (Freire, 1987, 72).

sistemas capazes de realizar qualquer tarefa intelectual que um ser humano possa executar; e, por fim, 3) IA Superinteligente, entendida enquanto sistemas computacionais que superam amplamente a inteligência humana em todas as áreas, incluindo criatividade, resolução de problemas e tomada de decisões, e que, bem como a IA Geral, corresponde a um conceito teórico, ainda não existente..

Desse modo, dentro do grupo da IA Estreita está o subgrupo denominado como Inteligência Artificial Generativa (IAGen), ou seja, uma tecnologia “que gera conteúdo de forma automática em resposta a comandos escritos em interfaces de conversação em linguagem natural [...] a IAGen na verdade produz novo conteúdo” (UNESCO, 2023, p. 7). Assim, o ChatGPT é uma IAGen, haja vista sua capacidade de, através da observação e análise de uma grande quantidade de dados, gerar *outputs* novos e autorais em resposta aos comandos do usuário por meio da linguagem natural, que se assemelha à linguagem humana, graças ao modelo *Generative Pre-trained Transformer* (GPT).

Desde seu lançamento, em 30 de novembro de 2022, o ChatGPT tornou-se um sucesso de downloads em páginas de aplicativos, sendo utilizado em distintas áreas, incluindo a educação, pois é capaz de oferecer uma aprendizagem personalizada, seja através de respostas simples aos usuários seja por meio de tutoriais específicos, conteúdos educativos dinâmicos - como jogos e mapas -, além de assistir na elaboração de redações e na correção de textos, para citar algumas poucas tarefas. Porém, mesmo que polivalente, o ChatGPT “foi recebido pelas escolas como um verdadeiro pesadelo” (Sorte, 2024, p. 109), haja vista os preceitos éticos e autorais que fogem do escopo do aplicativo, pois este possui baixa transparência sobre seu funcionamento e armazenamento de dados e um sistema de referência pouco elaborado,

além de promover “alucinações”, isto é, informações falsas geradas por falta de dados ou por divergências na analítica do sistema. Um outro traço crítico do aplicativo diz respeito ao preconceito algorítmico presente em diversos de seus *outputs*, ou seja, a transposição de preconceitos, como racismo, xenofobia, sexismo, para dentro do sistema de analítica graças à apreensão de dados de treinamento que reforcem essas práticas¹⁰⁸.

Assim sendo, este projeto se dedica à análise dessa inquietação gerada pelo ChatGPT e por outras IAGen no contexto educacional, especificamente no ensino básico. Logo, visa, primeiramente por meio da catalogação da literatura acadêmica sobre o tema, investigar os usos das IAGen dentro da sala de aula ao criar, em um segundo momento, materiais didáticos e pedagógicos que analisem e possibilitem o uso dessas novas tecnologias digitais no ensino de História dentro da cibercultura proporcionada pelo capitalismo de vigilância.

Metodologia

A metodologia utilizada no projeto é de caráter qualitativo, envolvendo as motivações comportamentais e subjetivas dos participantes. A partir dessa forma de abordagem é possível observar melhor as interações dos alunos com a inteligência artificial e os seus impactos no ensino de história. A pesquisa observou de maneira crítica os resultados obtidos, possibilitando didáticas mediadas pela IA, assim como desvios promovidos por ela e que foram colocados em debate e correção pelas pesquisadoras. O projeto foi estruturado em duas etapas principais: a pesquisa bibliográfica referente à produção já feita sobre a inteligência artificial e seus usos na educação, já a segunda consiste na

¹⁰⁸ É importante perceber que, como enfatizado em *Guidance for generative AI in education and research*, a maior parte do abastecimento de dados de inteligências artificiais tem origem no norte global, angariando, portanto, a visão de mundo predominante nessas sociedades.

aplicação prática de sequências didáticas envolvendo os usos da IA no ensino de História. Essa divisão permitiu que o embasamento teórico norteasse as pesquisas no campo prático, permitindo uma maior orientação das pesquisadoras para trabalhar com os alunos.

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico acerca da literatura já produzida sobre o tema. A revisão bibliográfica continua sendo realizada pelas pesquisadoras, mesmo após a aplicação prática das aulas. Para isso, estão sendo realizadas buscas em bases de dados acadêmicas, como Scielo, Portal de Periódicos da Capes e outros repositórios internacionais, permitindo localizar estudos relevantes sobre o uso de IA no ensino. O foco é especialmente, sobre a plataforma do ChatGPT e outras ferramentas de IAGen, que têm sido cada vez mais utilizadas pelos alunos e que requerem uma mediação do professor para seu uso crítico. A segunda etapa do projeto consistiu na aplicação e observação, em sala de aula, de propostas pedagógicas dos usos da IA no ensino de História. As pesquisadoras fizeram a aplicação da inteligência artificial, principalmente o ChatGPT, junto aos estudantes.

Os alunos faziam parte dos 2º e 3º ciclo do ensino fundamental do Centro Pedagógico (CP), escola de ensino básico da Universidade Federal de Minas Gerais. O CP permite que os estudantes selecionem matérias optativas para cursarem durante seu tempo na escola, tais matérias são chamadas de Grupo de Trabalho Diferenciado (GTD). A professora orientadora do projeto, Andréia de Assis Ferreira, ministrou, com o auxílio das pesquisadoras, aulas em um GTD que abordava os usos da IA no ensino de História. O projeto envolveu três turmas distintas.

As duas primeiras aplicações foram conduzida sob a orientação da professora Andréia de Assis Ferreira e acompanhada pelas orientandas Ana Livia de Almeida Oliveira Rocha, Isabella Gontijo da Silva e Mayara Knoeller Mendes. A terceira aplicação foi mediada pelas próprias orientandas, proporcionando uma experiência prática de ensino e mediação pedagógica. Desse modo, para o desenvolvimento das atividades, o ChatGPT foi a principal fonte de interação dos alunos com a IA, permitindo a criação de experiências interativas e personalizadas para os estudantes, que desenvolveram, ao longo das semanas, uma relação com a plataforma. Assim, os alunos passaram a demonstrar maior desenvoltura para lidar com os erros e as possibilidades de aprendizagem geradas pela IA.

Cada proposta didática foi planejada para abordar temas históricos diferenciados, como a Revolução Francesa, a colonização das Américas, a Idade Média e, principalmente, para refletir sobre a construção da identidade dos alunos enquanto sujeitos históricos. Foi dada ênfase na reflexão crítica e no desenvolvimento do pensamento histórico plural, evitando abordagens unilaterais ou simplificadas dos eventos históricos em questão. Em sala de aula, houve a realização de debates a respeito das respostas obtidas pelos alunos, análise de fontes históricas geradas pela IA - quando apresentadas -, e simulações de cenários históricos interativos, permitindo que os alunos se engajassem de forma dinâmica na construção do conhecimento.

A coleta de dados foi realizada por diferentes estratégias, sendo as principais: as observações das atividades em sala de aula, com os registros das pesquisadoras, e a aplicação de questionários aos alunos antes e após o GTD, questionando os efeitos da sua participação nas aulas. Logo, a análise dos resultados considerou o impacto das aulas na capacidade de reflexão crítica dos

alunos acerca dos conteúdos históricos, bem como a apropriação ética e crítica das ferramentas de IA nas atividades escolares e o nível de engajamento e participação nas dinâmicas propostas. Além disso, a IA permitiu que os alunos se entendessem enquanto parte de um processo histórico, colocando-se também como agentes e possuidores de uma história.

Por fim, foi interessante perceber o modo como os alunos desenvolveram seu processo de aproximação junto às IAs. Enquanto alguns estudantes concluíram rapidamente os “problemas históricos” apresentados, alguns ainda tinham dificuldade para a sua realização, inclusive, em relação ao próprio *layout* dos aplicativos. Através da mediação das pesquisadoras, foi possível observar uma maior criticidade sobre as respostas obtidas.

Assim sendo, ficou evidente a importância de um debate contínuo com os alunos acerca dos usos da IA no ensino de História. A avaliação crítica dos resultados de aplicação em sala de aula permitiram às pesquisadoras compreender os efeitos do uso mediado da IA sobre a aprendizagem dos estudantes. A IA permitiu a dinamização das aulas, uma maior autonomia dos alunos e uma troca constante com os demais colegas, questionando os próprios erros das IAs.

Considerações finais

A pesquisa desenvolvida ao longo deste projeto permitiu uma reflexão profunda sobre os usos da IA, em especial das IAGen, como o ChatGPT, no contexto do ensino de História. Sobre bases teóricas inspiradas em autores como Pierre Lévy, Shoshana Zuboff e Paulo Freire, foi possível compreender a cibercultura e o capitalismo de vigilância enquanto fenômenos que moldam não apenas as relações políticas e econômicas, mas também as práticas

educacionais. A IA, enquanto ferramenta técnica, insere-se nesse cenário como um dispositivo que pode tanto potencializar a aprendizagem quanto reproduzir assimetrias de poder e preconceitos, exigindo, portanto, uma mediação crítica e consciente por parte dos educadores.

A aplicação prática das sequências didáticas no CP/UFMG evidenciou que o uso da IA no ensino de História pode ser uma ferramenta valiosa para a personalização do aprendizado, a dinamização das aulas e o estímulo ao pensamento crítico. Os alunos demonstraram maior autonomia e engajamento ao interagir com o ChatGPT, desenvolvendo habilidades para identificar e corrigir erros comuns da plataforma, como a superficialidade das respostas e a falta de contextualização histórica. No entanto, também ficou claro que a mediação do professor é fundamental para orientar os estudantes na análise crítica das informações geradas pela IA, evitando a reprodução acrítica de conteúdos e promovendo uma compreensão mais profunda dos processos históricos.

Além disso, a pesquisa destacou a importância de abordar questões éticas e autorais relacionadas ao uso da IA na educação. A falta de transparência no funcionamento dessas ferramentas, o armazenamento de dados e os vieses algorítmicos são desafios que precisam ser enfrentados de forma coletiva, envolvendo educadores, pesquisadores e desenvolvedores de tecnologias. A experiência no GTD também mostrou que os alunos são capazes de refletir sobre essas questões quando devidamente orientados, o que reforça a necessidade de incluir debates sobre cidadania digital e ética no currículo escolar.

Por fim, este projeto reforça a ideia de que a IA não deve ser vista como uma solução mágica para os desafios educacionais, mas como uma ferramenta que, quando utilizada de forma crítica e reflexiva, pode contribuir para uma educação mais dialógica e inclusiva. A cibercultura e o capitalismo de vigilância são realidades que permeiam o cotidiano dos estudantes e ignorar sua influência no processo de ensino-aprendizagem seria negligenciar uma parte significativa da realidade em que vivemos. Portanto, cabe aos educadores e pesquisadores continuar explorando as potencialidades e os limites dessas tecnologias, sempre com o objetivo de promover uma educação que empodere os estudantes como sujeitos históricos e críticos em um mundo cada vez mais mediado pela tecnologia.

Referências bibliográficas

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

SORTE, Paulo Boa. Admirável ChatGPT novo: sobre a pane do sistema de escrita acadêmica. BOTTENTUIT, João Batista; CHAGAS, Alexandre; SANTOS, Edméa (Org.). **ChatGPT e educação na cibercultura**: fundamentos e primeiras aproximações com inteligência artificial. São Luís: EDUFMA, 2024.

UNESCO. **Guidance for generative AI in education and research**. França. 2023. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000390241>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2025.

ZUBOFF, Shoshana. **A Era do Capitalismo de Vigilância**: A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

COMUNICAÇÕES LIVRES

Bloco II - Antiguidade e antiguidade tardia

A historiografia de Paulo de Tarso: as múltiplas faces do apóstolo ao longo do tempo.

Davi Taylor Pompermayer

Mestrando

Universidade Federal do Espírito Santo

Email: Davitaylorp@gmail.com

Resumo: A presente comunicação propõe um levantamento bibliográfico a respeito do personagem histórico Paulo de Tarso. Autoproclamado décimo terceiro apóstolo e um dos protagonistas da expansão e consolidação da gênese cristã, Paulo permanece sendo alvo de debates até os dias atuais. Uma vez que fazer histórico é dinâmico, ao longo dos séculos, ocorreu importantes transformações nas perspectivas históricas a respeito desse personagem. Apesar de muito debatido, Paulo ainda é alvo de diversos estudos, que o relacionam com diversos assuntos. Nesse aspecto, nossa comunicação visa auxiliar pesquisadores iniciantes e experientes em suas próprias pesquisas, trazendo luz ao trajeto historiográfico da figura de Paulo.

Palavras chave: Bibliografia; Historiografia; Paulo; Perspectivas;

A historiografia a respeito de Paulo entre os judeus.

Optamos por dividir nosso balanço historiográfico em três seções para uma melhor organização dos assuntos. A primeira seção diz respeito da relação de Paulo de Tarso com os diversos grupos judaicos de seu tempo; a segunda seção trata da presença dos gentios nas cidades visitadas pelo apóstolo; e a terceira trata especificamente de produções nacionais a respeito de Paulo.

No âmbito dos estudos paulinos, Stendahl (1963), com sua obra *The Apostle Paul and the Introspective Conscience of the West*, é um dos precursores do questionamento à perspectiva protestante tradicional, ao argumentar que seria pouco provável que uma consciência inquieta e sentimentos ocidentais, a exemplo dos de Lutero, fossem o cerne da questão de Paulo, uma vez que o

apóstolo se apresentava como fariseu e irrepreensível diante da Lei. O trabalho de Sanders (1977), *Paul and Palestinian Judaism*, é um marco dos estudos paulinos. Ao propor o que intitula de “nomismo da Aliança”, Sanders rompe com a perspectiva legalista atribuída à religião judaica pelas correntes protestantes tradicionais, que advogavam a obediência à Lei como forma de permanência dos judeus na Aliança, já que a própria Lei possuía instrumentos para a remissão de pecados. Sanders vai ao encontro de Stendahl ao argumentar que o dilema de Paulo não era a possibilidade de se cumprir a Lei, mas como gentios e judeus poderiam estar em pé de igualdade em relação a ela, ao invés de os primeiros serem vistos como inferiores. Essa inquietação a respeito da relação entre judeus e gentios com a Lei leva Paulo a defender a fé em Jesus como um caminho superior ao da Lei para o alcance da justificação. Assim, Paulo reinterpreta a Lei, necessária para a permanência na Aliança, rompendo com a necessidade de obediência a regras particulares, como a guarda do sábado, a circuncisão e a abstinência de certos alimentos, que seriam substituídas pelo amor ao próximo, como ensinado por Jesus.

A partir de Sanders, a terminologia “Nova Perspectiva Paulina” (NPP) ganhou maior destaque nos estudos bíblicos. Apesar de Stendhal já tê-la empregado, é com Wright que essa vertente de estudos se consolidou. Ambos os autores utilizaram a obra de Sanders como ponto de partida para suas próprias reflexões acerca de Paulo. Em *The Paul of History and the Apostle of Faith* Wright (1978) discorre a respeito do debate entre Stendhal e Kasemann, discutindo as ambiguidades e distinções entre o verdadeiro Paulo e o apóstolo da imagem construída pela Igreja. Além desses expoentes, outros autores também abraçaram a NPP a partir de Sanders, a saber: Donaldson (1997) em *Paul and the Gentiles: Remapping the Apostle's Convictional World*, obra na qual se posiciona a favor de pesquisas sobre as convicções pessoais de Paulo e seu

contato com os gentios; e Garlington (1991) que em *"The Obedience of Faith: A Pauline Phrase in Historical Context"*, ressalta a importância da constante obediência do fiel à Lei mosaica após a conversão, durante o processo de justificação até o "juízo final".

Em *Paulo a Lei e o Povo Judeu*, Sanders (1990) retoma a busca por um tratamento menos reducionista no trato de Paulo, identificando continuidades entre os ensinamentos do apóstolo e o judaísmo do século I e, com isso, contribuindo para a superação de uma interpretação que propõe uma ruptura radical entre o judaísmo e os protagonistas do cristianismo, Jesus e Paulo. Com base nas Epístolas aos gálatas e aos romanos, Sanders reavalia a relação de Paulo com a identidade judaica e a Lei. Essa mudança no trato de Paulo confronta o anti-semitismo que condicionou os estudos sobre o tema por séculos, e permitindo um diálogo mais produtivo entre o judaísmo e o cristianismo, que nem sempre foram antagônicos.

Jerome Murphy O'Connor (1996), em *Paulo: biografia crítica*, realizou um trabalho considerado novo e expressivo acerca da vida do apóstolo. A originalidade da obra se baseia na combinação de duas abordagens: o questionamento de *Atos dos Apóstolos*, tradicionalmente utilizado como principal fonte da biografia paulina, filtrando os interesses teológicos do autor de *Atos* por meio de uma lente objetiva e crítica, uma vez que o anônimo responsável pela obra descreve Paulo em consonância com sua intenção de narrar uma história dos primeiros cristãos que suavizasse as tensões e unificasse a trajetória das personagens. Com isso, *Atos* se converte numa fonte auxiliar diante das cartas paulinas, escritas por Paulo e consideradas por O'Connor como mais confiáveis para traçar o perfil biográfico do apóstolo. O'Connor é um dos pioneiros no trato crítico do texto de *Atos* e das cartas paulinas.

Já Das (2000), em *Paul, the Law, and the Covenant*, confronta os estudos de Sanders e de seus pares, questionando a NPP e o nomismo da Aliança. O autor manifesta desacordo com a interpretação de Sanders que, em sua opinião, relativiza o rigor da Lei em casos de desobediência. Na visão de Das, a “conversão” de Paulo fez com que o apóstolo enxergasse uma ruptura entre a antiga Aliança, defendida por Sanders, e uma nova, iniciada por Jesus, segundo a qual não seriam necessários sacrifícios compensatórios quando da desobediência da Lei. Para Das, Paulo considera o ministério de Jesus como o fim da Lei, promovendo uma abertura aos gentios, que entrariam na Aliança isentos do rigor das tradições judaicas. A obediência à Lei não seria assim imprescindível para a salvação, que ocorreria por uma mudança de consciência do fiel, por sua adesão à mensagem do amor ao próximo trazida por Jesus. Assim, a questão da obediência à Lei é um problema que Paulo supera por meio da salvação em Jesus.

Barclay (2015) em *Paul and the Gift*, pretende ir além da obra *Paul and Palestinian Judaism*, de Sanders, tanto do contestar a caricatura cristã do judaísmo antigo e moderno quanto ao superar o impasse entre as concepções “antiga” e “nova”, assinalando os pontos fortes e fracos de cada uma. Apesar de admitir a existência da graça no judaísmo do Segundo Templo, Barclay crê que esta se mostraria mais multiforme do que aquela salientada por Sanders. Assim, o autor apresenta uma nova avaliação do pensamento de Paulo com base nas epístolas aos gálatas e aos romanos.

A historiografia a respeito de Paulo em contato com os gentios.

No que diz respeito à relação de Paulo com os gentios, Meeks (1983), em sua obra *Os primeiros cristãos urbanos: o mundo social do apóstolo Paulo*, inova ao apresentar uma análise social dos Primeiros Cristãos Urbanos, isto é, em sua

maioria os gentios convertidos ao Boa Nova Judaica pregada por Paulo nas principais *póleis* do Principado. Nesta obra, Wayne apresenta as possíveis estratégias de Paulo como um agente que se apropria dos espaços e as associações gentias.

A obra já citada Donaldson (1997), *Paul and the Gentiles: Remapping the Apostle's Convictional World*, faz uma das primeiras análises mais densas acerca do assunto. O autor sustenta que Paulo permaneceu judeu após sua conversão, mas que o foco das suas missões foi alcançar gentios.

Sanders (1997) por sua vez, em seu artigo *Paul between Jews and Gentiles in Corinth*, utiliza *1 Coríntios* para fazer uma análise das orientações práticas de Paulo no que se referia aos contatos entre judeus e crentes em Jesus com os grupos gentílicos. Segundo o autor, Paulo descreve, em suas epístolas, ações que não poderiam ser aceitas na comunidade, como: fornicação, ganância, idolatria, embriaguês e roubo, além da pederastia e da calúnia.

Horsley (2004), em seu livro *Paulo e o Império: Religião e Poder na Sociedade Imperial*, faz parte de um grupo de estudiosos que propôs ver Paulo como um agente anti-imperialista no contexto do imperialismo romano. Para Horsley, as propostas que Paulo emprega nas suas comunidades são necessariamente uma alternativa e afronta ao imperialismo exercido por Roma. Sua argumentação parte do pressuposto que a imagem de Paulo conformado a ordem romana é subverniente a projetos ideológicos, econômicos e políticos da atualidade, demonstrando como a interpretação de figuras proeminentes impactam a atualidade.

Crossan e Reed (2007), por sua vez, no livro *Em Busca de Paulo: como o apóstolo de Jesus opôs o Reino de Deus ao Império Romano* de 2007, empregam muito mais os dados arqueológicos para interpretar a sociedade na qual Paulo

viveu e atuou do que os autores citados anteriormente. A valorização do ambiente físico no qual Paulo se moveu é o ponto de partida para o estudo de sua missão. Para os autores, o objetivo missionário de Paulo foi atrair os pagãos simpatizantes do judaísmo, uma vez que o ambiente das cidades seria o ambiente ideal para transformar por dentro a sociedade imperial. Nesse sentido, Paulo opunha a estrutura do Império Romano a uma nova sociedade herdada do judaísmo e baseada na igualdade.

Dunn (2008), lançou o segundo volume da sua trilogia *Cristianismo em seus Começos*, intitulado *Começando em Jerusalém*, onde faz uma revisão detalhada do desenvolvimento das primeiras comunidades cristãs em Jerusalém e sua progressiva expansão. A segunda parte do livro é dedicada a análise de Paulo, seu surgimento, sua vocação, suas estratégias e suas igrejas. A análise que Dunn faz de Paulo, trás ao mesmo tempo questionamentos às fontes de *Atos* e das *Epístolas Paulinas* quanto se posiciona em defendê-las como importantes fontes para a compreensão histórica das primeiras décadas cristãs. Dunn mantém uma postura mais modesta do que Crossan, Reed e Horsley em relação ao posicionamento anti-imperialista de Paulo. Ao mesmo tempo que argumenta que qualquer projeto, a semelhança das comunidades paulinas, que oferecessem alternativas comunitárias à lógica da sociedade romana fossem reconhecidas como anti-imperialistas, também reconhece que a queda do Principado estaria no cerne do projeto de Paulo.

A historiografia a respeito de Paulo em território nacional.

Em relação a produção nacional podemos destacar as seguintes obras: a dissertação de Selvatici (2002), intitulada *Tradição judaica, Cultura Helênica e Dinâmica Histórica: o Cristianismo de Paulo de Tarso em perspectiva*, que analisa o processo de separação do movimento cristão no primeiro século em suas raízes

judaicas e sua emergência nas regiões do Mediterrâneo Oriental. Em sua pesquisa, Selvatici apresenta Paulo como um proclamador tanto aos judeus quanto aos gentios, um agente prosélito e dinâmico da mensagem evangelística de Jesus, que passa por transformações em sua trajetória e pensamento conforme reflete e desenvolve sua cosmovisão escatológico-apocalíptica judaica.

A tese de Silva (2010), intitulada *A Ambiguidade da ordenação feminina: mulher e subjetividade nas comunidades paulinas durante os primeiros séculos*, argumenta como Paulo foi instrumentalizado tanto por grupos na contemporaneidade quanto pelos escritos pós-paulinos com o objetivo de legitimar e endossar condutas e posturas, no contexto da institucionalização da Igreja.

A obra de Vasconcelos e Funari (2013) *Paulo de Tarso: um Apóstolo para as Nações*, apresenta uma discussão objetiva do que os autores acreditam ser os principais traços da trajetória e personalidade do apóstolo. A obra contribui para o debate das várias faces de Paulo na consciência ocidental e para posicionar o apóstolo acima de tudo como um missionário em cidades da Grécia e Ásia Menor, onde desenvolve comunidades com modo e valores contraculturais à ordem do Principado.

A dissertação de Cavalcanti (2016), intitulada *Os Círculos Paulinos: um Estudo Comparativo sobre as Relações de Poder à Luz dos Rituais Batismais nas Comunidades Coríntia e Efésia (I-II EC)*, dialoga com as obras de Horsley, Meeks e Crossan e Reed, apresentando Paulo como um agente organizador de comunidades cristãs no contexto do Principado, em especial nas cidades de Corinto e Éfeso, o que resulta em tensões e debates sobre formas de comportamento e sociabilidade.

A obra de Justí (2017) intitulada *Paulo de Tarso como Homem Divino: Paleocristianismo no Mediterrâneo Antigo*, faz uma importante apresentação de Paulo de Tarso como Homem Divino (*Theios Aner*), isto é, um agente da magia, da mística e da religião no contexto mediterrânico do primeiro século. Justí argumenta que a figura que Paulo de Tarso em *Atos* é construída propositalmente para que a imagem do apóstolo seja fortalecida tanto nos meios judaicos quanto nos meios gentílicos.

Em nossa pesquisa, em andamento, compreendemos a atuação de Paulo de uma forma própria, uma vez que buscamos analisar como o autor se movimenta e ao mesmo tempo interfere no espaço da cidade antiga, um campo de disputas e afirmação de identidade tanto para os judeus quanto para os gentios. Assim, entendemos que, para Paulo, a grande questão em jogo era obter a conversão dos gentios, a afirmação de Jesus como o culminar de toda a fé judaica e a inclusão dos gentios à fé judaica. Paulo, portanto, investe em táticas a fim de convencer os membros das *póleis* a aderir à crença em Jesus, o que acarretou uma série de conflitos no decorrer de sua missão evangelizadora.

Referências

- BARCLAY, J. M. G. **Paul and the Gift**. Grand Rapids: Eerdmans, 2015.
- CROSSAN, J. D; REED, J. L. **Em busca de Paulo**: como o apóstolo de Jesus opôs o reino de Deus ao Império Romano. São Paulo: Paulinas, 2007.
- DAS, A. A. **Paul, the Law, and the Covenant**. Grand Rapids: Baker Academic & Brazos Press, 2000.
- DONALDSON, T. L. **Paul and the Gentiles**: Remapping the Apostle's Convictional World. Minneapolis: Fortress, 1997.
- DUNN, J. D. G. **Começando em Jerusalém**: o cristianismo em seus começos. Contagem: Biblioteca Teológica; São Paulo: Paulus, 2023.
- GARLINGTON, D. **The Obedience of Faith**: A Pauline Phrase in Historical Context. Mohr Siebeck: Tübingen, 1991.

HORSLEY, R. Paulo e o Império: **Religião e poder na Sociedade Imperial**. São Paulo: Paulus, 2004.

JUSTI, D. **Paulo de Tarso como homem Divino**: Paleocristianismo no Mediterrâneo Antigo. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

MEEKS, W. A. **Os primeiros cristãos urbanos: o mundo social do Apóstolo Paulo**. São Paulo: Academia Cristã, 1997.

MURPHY-O'CONNOR, J. **Paulo**: biografia crítica. São Paulo: Loyola, 1996.

SILVA, R., A. **A Ambiguidade da Ordenação Feminina**: Mulher e Subjetividade nas Comunidades Paulinas Durante os Primeiros Séculos. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

SANDERS, E. P. **Paul and Palestinian Judaism**. Philadelphia: Fortress Press, 1977.

SANDERS, E. P. **Paulo, A lei e o povo judeu**. São Paulo: Paulus, 1990.

SANDERS, J. T. Paul between Jews and Gentiles in Corinth. **Journal of the study of the New Testament**, n. 65, p. 67-83, 1997.

SELVATICI, M. **Tradição Judaica, Cultura Helênica e Dinâmica Histórica**: o Cristianismo de Paulo de Tarso em Perspectiva. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

CAVALCANTI, J. B. **Os Círculos Paulinos**: um Estudo Comparativo sobre as Relações de Poder à Luz dos Rituais Batismais nas Comunidades Coríntia e Efésia (I-II EC). 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

STENDAHL, K. The Apostle Paul and the Introspective Conscience of the West. **JSTOR**, Cambridge, n. 3, p. 199-215, 1963.

VASCONCELLOS, P; FUNARI, P. F. **Paulo de Tarso**: um apóstolo para as nações. São Paulo: Paulus, 2013.

WRIGHT, N. T. **The Paul of History and the Apostle of Faith**. Tyndale Bulletin, Cambridge, v.20-39, p. 61-88, 1978.

Da Antiguidade à Contemporaneidade: uma análise historiográfica das obras de Diodoro Sículo (século I a. C.) e Arriano de Nicomédia (século I d. C.) ao longo do tempo.

Thiago Henrique dos Passos Felix

Mestrando

Universidade Federal do Espírito Santo

Email: thiagopassos12.26@gmail.com

Resumo: Diodoro Sículo, autor siciliano do século I a.C., e Arriano de Nicomédia, autor bitiniano do século I d.C., embora estiveram separados por um século, compartilharam a mesma apreciação sobre a figura histórica de Alexandre Magno, escrevendo suas próprias histórias sobre o macedônio. Essas obras foram fundamentais para todos aqueles que se dedicaram ao longo do tempo, em analisar esse importante general que marcou a construção de um novo período histórico, a época helenística. Contudo, as características da Biblioteca Histórica de Diodoro, e da Anábasis de Arriano, ocasionaram processos diferentes de transmissão, recepção e crítica aos autores e suas narrativas, a partir das demandas históricas e historiográficas de cada tempo. Nesse contexto, a presente comunicação tem como objetivo apresentar uma discussão acerca da forma como essas fontes literárias, que continham um mesmo conteúdo narrativo, foram recebidas da Antiguidade até a Contemporaneidade. Dessa forma, será possível compreender como as demandas de cada tempo influenciam na construção e interpretação da História.

Palavras-chave: Arriano, Alexandre Magno, Diodoro, Historiografia, Recepção.

Introdução

O presente artigo apresenta uma análise historiográfica acerca da Biblioteca Histórica, de Diodoro Sículo, autor do século I a.C., e da Anábasis,

escrita por Arriano de Nicomédia no século I d.C. O objetivo central é compreender os processos de transmissão e recepção dessas obras ao longo do tempo, investigando como foram reinterpretadas em diferentes contextos históricos. A pesquisa evidencia que a escrita da história está em constante reconstrução, sendo influenciada pelas demandas e perspectivas de cada época, o que confere às obras novos significados e usos. Diodoro e Arriano desempenharam um papel fundamental na consolidação dos estudos sobre Alexandre Magno - figura histórica amplamente referenciada por líderes militares e construtores de impérios ao longo dos séculos, reforçando sua relevância como fontes para a historiografia sobre o conquistador macedônico.

Diodoro Sículo e Arriano de Nicomédia dedicaram-se à narração dos eventos que marcaram as últimas décadas do século IV a.C., período em que Alexandre Magno conduziu uma campanha militar de proporções continentais. Seu projeto expansionista resultou na conquista da Grécia Continental e de vastas regiões do Oriente, refletindo sua ambição de edificar um Império Universal (SILVA, 2009, p. 44-51). O projeto de Alexandre, que se estendeu por aproximadamente treze anos, consolidou sua posição entre as grandes figuras da história, não apenas por sua busca em se equiparar a heróis mitológicos como Hércules, Dioniso e Aquiles, que lhe serviram de inspiração como aponta Djurslev (2021, p. 440) e Mossé (2004, p. 82), nem exclusivamente pela derrocada do Império Aquemênida, que por séculos deteve a hegemonia sobre o Oriente, mas, sobretudo, por ter inaugurado uma nova era. Esse período, posteriormente denominado helenístico pelo historiador Johann Gustav Droysen (2010, p. 528), marcou uma significativa transformação nas dinâmicas culturais, políticas e sociais do mundo antigo. A campanha liderada por Alexandre forneceu um rico material de estudo para diversas áreas do conhecimento, especialmente para os intelectuais do Ocidente, uma vez que o

Oriente permanecia, até então, relativamente inexplorado por helenos, com raras exceções antes da marcha macedônica. Nesse contexto, consolidou-se uma vasta historiografia sobre Alexandre, na qual Diodoro e Arriano figuram como dois de seus principais expoentes, cujas obras se tornaram referências fundamentais para a compreensão da expansão macedônica e de seus desdobramentos.

Todos os historiadores que se dedicaram ao estudo de Alexandre Magno precisaram recorrer aos autores da chamada vulgata, a segunda geração de escritores gregos que narraram a vida e as conquistas do líder macedônico. Entre esses autores, destacam-se Arriano de Nicomédia e Diodoro Sículo, cujas obras, embora tenham sido produzidas séculos após os acontecimentos descritos, figuram entre as fontes mais bem preservadas sobre o tema. Apesar de suas diferenças metodológicas, narrativas e conceituais, os dois historiadores se distinguem na forma como lidam com suas fontes e na visão que possuem sobre a escrita da história. Suas obras não apenas refletem a intencionalidade específica de cada autor ao tratar de Alexandre e de seu contexto, mas também evidenciam a proximidade entre a historiografia e a arte retórica (GUZMÁN GUERRA, 1986, p. 13). No entanto, mesmo com essas distinções, é possível analisá-los de maneira complementar por meio da noção de intertextualidade, permitindo uma leitura mais abrangente e crítica das tradições historiográficas que moldaram a imagem de Alexandre ao longo do tempo.

Conforme analisado por Barros (2020, p. 123-125), os textos históricos e historiográficos estabelecem uma relação dialógica que se fundamenta em convenções e estruturas próprias do gênero ao qual pertencem. Essa intertextualidade torna-se especialmente evidente na historiografia, uma vez que os autores frequentemente recorrem a citações ou referências a escritos anteriores para sustentar argumentos e construir suas narrativas. No entanto,

com o passar do tempo, essas conexões intertextuais podem se perder, exigindo uma abordagem filológica rigorosa para sua identificação e reconstrução das redes textuais que influenciaram determinado autor. Nesse contexto, as obras de Arriano de Nicomédia e Diodoro Sículo estabelecem uma relação intertextual significativa, não apenas pelo fato de recorrerem, em diferentes proporções, a fontes comuns, muitos dos quais foram contemporâneos ou escreveram logo após a campanha de Alexandre Magno, mas também porque abordam a mesma temática a partir de perspectivas distintas, moldadas pelas demandas intelectuais e historiográficas de seus próprios tempos.

Arriano de Nicomédia e a Anábase: um olhar militar sobre a campanha de Alexandre Magno

A primeira fonte analisada refere-se a um indivíduo cuja identidade se constrói a partir da interseção de múltiplos contrastes e papéis distintos. Essa complexidade decorre do fato de que ele não apenas era cidadão da Bitínia, mas também ocupava posições de destaque como senador romano, filósofo, general e administrador imperial. Além disso, tornou-se o segundo grego registrado a exercer o cargo de governador provincial romano, tendo sob seu comando duas legiões. Sua relevância enquanto historiador é igualmente notável, uma vez que suas obras representam a única fonte disponível para a compreensão do pensamento do filósofo estoico Epiteto, além de figurarem entre as principais referências, se não a principal, para a reconstrução histórica da trajetória de Alexandre, o Grande. Dessa forma, o autor em questão não pode ser compreendido isoladamente dentro de uma única tradição cultural, pois sua atuação o posiciona simultaneamente nos contextos grego e romano, sendo um elemento intrinsecamente vinculado a ambos (STADTER, 1980, p. 12).

No campo dos estudos sobre o desenvolvimento literário de Arriano, há um consenso entre os pesquisadores contemporâneos de que a maior parte de sua produção ocorreu após o encerramento de sua carreira pública, em uma fase mais madura de sua vida. No entanto, seus primeiros escritos surgiram ainda durante o período em que ocupava cargos administrativos no Império Romano. A consolidação de sua reputação como escritor e historiador se deu por meio da composição de obras mais extensas, sendo a Anábase de Alexandre sua contribuição mais notável. Antes dessa empreitada, Arriano já havia demonstrado seu amadurecimento estilístico com a produção da Bithyniaca, uma obra em oito volumes que precedeu trabalhos historiográficos mais amplos, como a Parthica, composta por dezessete volumes, e a História dos Sucessores (*Ta μετά Αλέξανδρον*), estruturada em dez livros (BOSWORTH, 1995, p. 163). Ao examinar as motivações que o levaram a construir uma narrativa centrada em Alexandre Magno e em um período específico de sua trajetória, destaca-se a profunda admiração que nutria pelo conquistador macedônico, possivelmente influenciada por sua própria experiência militar e por sua convivência com importantes generais do Império Romano. Além disso, em seu prólogo, Arriano faz alusão à existência de outros historiadores contemporâneos que também se dedicaram ao estudo de Alexandre, sugerindo que sua obra buscava sistematizar e aprimorar esses relatos. Sua intenção, portanto, não se limitava à simples recontagem dos eventos, mas visava oferecer uma versão metodologicamente mais refinada e historiograficamente mais rigorosa sobre a vida e as campanhas do líder macedônico (PAUSE, 2021, p. 53-55).

A interpretação dessas concepções pode ser ampliada ao considerar o ambiente literário no qual as obras de Arriano foram produzidas. Segundo Aburto (2016, p. 23-27), o autor foi profundamente influenciado pela Segunda

Sofística, um movimento intelectual que utilizava o passado como um meio de reforço identitário e patriótico. Esse pensamento estava alicerçado na ideia de que a paideia constituía um elemento central para a identidade grega, especialmente diante do domínio romano. Dessa forma, Arriano não apenas procurava exaltar o legado helênico por meio da figura de Alexandre Magno, mas também demonstrava afinidade com os modelos historiográficos de Heródoto, Tucídides e, em especial, Xenofonte. Ao atuar dentro da estrutura política do Império Romano, sua escrita também servia como um veículo para enfatizar à elite romana o valor da educação clássica. Dentro desse contexto, a construção narrativa acerca de Alexandre segue um estilo retórico pautado nos princípios áticos, ressaltando tanto suas qualidades quanto suas imperfeições. Além disso, sua obra incorpora um forte elemento estoico, o que evidencia um esforço para preservar e reafirmar a cultura helênica no cenário intelectual do século I. A *Anábase de Alexandre*, de Arriano, foi concebida em um contexto imperial romano no qual sua narrativa não apenas documentava as campanhas do conquistador macedônico, mas também se consolidava como uma referência para outras produções historiográficas e militares da época. Sua obra funcionava como um modelo estruturado de história militar, voltado não apenas para membros da elite com atuação no exército, mas também para filósofos e historiadores interessados na trajetória de Alexandre Magno. Além disso, o caráter técnico presente na narrativa de Arriano fez com que sua obra fosse utilizada como referência por generais e imperadores romanos, servindo como um guia estratégico e político. Dessa forma, seu relato ultrapassava o mero registro histórico, assumindo um papel normativo e didático dentro da tradição militar e intelectual do Império Romano.

Uma análise da transmissão da *Anábase* permite inferir diferentes perspectivas acerca de sua recepção ao longo do tempo. Sabe-se que um

manuscrito da obra foi adquirido em Constantinopla pelo embaixador da corte otomana, Augier Ghislain de Busbec, durante o século XIV. Esse manuscrito, ao longo dos séculos, foi copiado e preservado, sendo proveniente do arquétipo representado pelo *Vindobonensis hist. gr. 4 (olim 14)*.¹⁰⁹ Redigido entre o final do século XII e o início do XIII, esse exemplar foi produzido em papel oriental (*bombycinus*), o que o distingue do material mais comum, o chartaceus, sugerindo uma superior qualidade técnica e material. Nesse contexto, como sugerido por (BRAVO GARCIA, 1982, p. 83-84) essas informações possibilitam indicar que houve uma ampla disseminação das obras de Arriano entre eruditos e colecionadores. Ademais, a qualidade do suporte empregado na transmissão inicial da obra, caracterizado por um material mais durável, sugere que as narrativas do autor gozavam de certo prestígio, pelo menos até o início da Idade Média. Esse prestígio pode ter sido influenciado pelo imaginário medieval, no qual narrativas heroicas possuíam grande relevância cultural, sendo também associadas à erudição entre os intelectuais da época.

No período moderno e contemporâneo, Arriano e sua obra *Anábasis* mantêm-se como referências fundamentais, tanto do ponto de vista narrativo e metodológico quanto, em certa medida, no que se refere à sua confiabilidade como fonte para a compreensão do processo de consolidação do Império Universal de Alexandre. Observa-se que, até a era moderna, os estudos sobre Arriano eram relativamente escassos, sendo revitalizados com o crescente interesse na exploração do mundo moldado pelas campanhas macedônicas, especialmente após a obra seminal de Johan Droysen no século XIX. Esse autor buscou estabelecer um paralelo entre os processos expansionistas da Antiguidade e as dinâmicas imperialistas de sua época, contribuindo para um

¹⁰⁹ O advérbio latim *olim* é comumente utilizado para contextualizar determinado manuscrito que mudou de coleção ou foi reorganizado dentro de um acervo e recebeu uma nova assinatura. Nesse sentido, o registro que acompanha o *olim* representa como ele era referenciado anteriormente.

novo olhar sobre a Anábasis e sua relevância historiográfica. De maneira geral, a produção acadêmica moderna e contemporânea recorre amplamente à obra de Arriano como base para a análise da figura de Alexandre. No contexto nacional, por exemplo, a partir dos anos 2000, destacam-se estudos como o de André Leme (2011), que utiliza a Anábasis para problematizar a construção idealizada da imagem de Alexandre. Além disso, as discussões de Thiago do Amaral Biazotto (2016) inserem-se em um contexto de intensificação dos debates sobre globalização e novos olhares para o Oriente, revisitando as campanhas de Alexandre a fim de compreender seus impactos culturais na região.

Diodoro Sículo e a Biblioteca Histórica: para além de Alexandre, um debate historiográfico

Diodoro Sículo, historiador originário de Agirá, na Sicília, e ativo no século I a.C., destaca-se como autor da Biblioteca Histórica, uma obra de significativa relevância tanto pela preservação de fragmentos de autores contemporâneos às campanhas de Alexandre Magno quanto pela reflexão que proporciona sobre a prática historiográfica na Antiguidade. Conforme expresso pelo próprio autor, a composição de sua obra demandou aproximadamente três décadas, período no qual empreendeu viagens por importantes centros culturais da Ásia e da Europa. Seu objetivo era reunir informações por meio da análise documental e da observação direta, a fim de evitar os equívocos interpretativos e narrativos cometidos por seus predecessores.¹¹⁰ Além disso, Diodoro atribui o êxito de seu empreendimento ao contato que manteve com os romanos em sua terra natal, experiência que lhe permitiu adquirir proficiência em latim e, consequentemente, acessar os vastos acervos bibliográficos disponíveis em

¹¹⁰ O siciliano, nessa perspectiva, aparenta criticar outros autores que buscaram produzir uma história universal, como o próprio Heródoto, considerado por muitos como o “pai da história”. Esse posicionamento demonstra que Diodoro de fato se propôs a realizar um trabalho preciso, a partir de novos métodos e reflexões, o que justifica as críticas realizadas ao historiador.

Roma (*Bibl. Hist.*, I, 4). A partir desses elementos, pode-se inferir que Diodoro dispunha de recursos financeiros consideráveis, o que lhe possibilitou atuar como um erudito itinerante e acessar círculos intelectuais e políticos da elite romana e greco-romana, tanto no núcleo do Império quanto na Sicília.

Pajón Leyra (2008, p. 31-45) argumenta que, embora a Biblioteca Histórica compartilhe certas características da organização enciclopédica, sua classificação se insere no gênero paradoxográfico. Esse gênero, que emergiu no século III a.C., desenvolveu-se em resposta ao interesse dos escritores gregos por relatos de caráter extraordinário, ainda que alguns de seus elementos já estivessem presentes em períodos literários anteriores. A autora ressalta que a análise sistemática desse gênero possibilitou a identificação de traços distintivos que permitiram sua diferenciação em relação a outras produções literárias contemporâneas, como as narrativas de viagens históricas. A estrutura da Biblioteca Histórica é delineada pelo próprio Diodoro Sículo nos quatro primeiros capítulos do Livro I. A obra, originalmente composta por quarenta volumes, apresenta uma divisão temática bem definida. Os seis primeiros livros concentram-se em relatos de natureza etnográfica e mítica, anteriores à Guerra de Troia, sendo que os três primeiros tratam de povos não gregos, enquanto os três subsequentes se dedicam, sobretudo, aos gregos. A seção seguinte, composta por onze livros, estrutura-se como uma narrativa histórica universal, cobrindo o período que se estende da Guerra de Troia até a morte de Alexandre Magno. Já os vinte e três volumes finais abordam os eventos relacionados à fragmentação do Império de Alexandre e sua sucessão, até a Guerra das Gálias, conduzida por Júlio César em seu primeiro consulado. Apesar da amplitude da obra, apenas alguns livros chegaram até o presente de forma integral, especificamente os Livros I a VI e XI a XX. Os demais são conhecidos apenas por fragmentos preservados (MOTA, 2008, p. 21). A conservação seletiva de

determinadas partes da Biblioteca Histórica, em detrimento de outras, ressalta a necessidade de investigar os processos de transmissão e recepção da obra ao longo dos séculos. Além disso, as discussões historiográficas acerca do autor e de seu trabalho tiveram um papel significativo na fragmentação da fonte, influenciando a maneira como sua produção foi compreendida e preservada ao longo do tempo.

A historiografia da Antiguidade aponta frequentemente a ausência de uma definição precisa quanto ao público-alvo da obra de Diodoro Sículo. No entanto, conforme argumenta Rodríguez Horrillo (2012, p. 91-94) o historiador siciliano concebe sua Biblioteca Histórica como uma obra de ampla acessibilidade, destinada a um público heterogêneo e desprovida da exigência de um conhecimento prévio aprofundado. Essa perspectiva fundamenta-se na noção de exemplum,¹¹¹ princípio que o próprio Diodoro explicita ao afirmar que "[...] é excelente poder usar os erros ignorantes dos outros como exemplos de alerta para a correção do erro [...]" (Bibl. Hist., I, 1, 4). Dessa maneira, pode-se inferir que a intenção subjacente à obra reside na demonstração da validade universal do modelo moral proposto por Diodoro, o qual se manifesta de forma concreta por meio de diversos eventos e períodos históricos que compõem um patrimônio narrativo compartilhado. Nesse sentido, observa-se que Diodoro, assim como Arriano em sua Anábasis, buscava apresentar aquilo que considerava a abordagem mais eficaz para a composição de uma história universal. Embora sua perspectiva contrastasse com outras produções de caráter similar, o historiador defendia sua concepção moralizante como a mais apropriada para exercer influência sobre o caráter e os valores da sociedade de sua época.

¹¹¹ É relevante destacar que o contexto intelectual da *Biblioteca Histórica* revela um ambiente caracterizado pela pouca rigidez na definição de conceitos. Essa característica reflete de maneira imediata na universalização da obra, tanto em termos espaciais quanto temporais. Isso, por sua vez, redefine o universo de divulgação e circulação da obra em comparação com outras de natureza historiográfica do mesmo gênero.

Assim como a *Anábasis*, a *Biblioteca Histórica* exerceu, na Antiguidade, uma função exemplar para os cidadãos, ao retratar Alexandre Magno como uma figura que conciliava generosidade, benevolência e justiça com implacabilidade, violência e destacada habilidade estratégica. A ampla recepção da obra gerou grande expectativa entre o público, resultando na circulação de determinados trechos sem a supervisão direta do autor. Como consequência, desde sua publicação no século I a.C., a *Biblioteca Histórica* tornou-se objeto central de debates historiográficos acerca de sua credibilidade como fonte histórica e historiográfica (NIETO ORRIOLS, 2015, p. 334). Conforme argumenta Marincola (2007, p. 178-179), os chamados "historiadores universais" passaram a ser criticados sob a alegação de que suas obras careciam da originalidade atribuída a seus predecessores, ainda que esse não fosse seu propósito. Entretanto, na Antiguidade, Diodoro Sículo foi elogiado por Plínio, o Velho, que reconheceu a seriedade de seu trabalho. Nieto Orriols (2015, p. 337) sintetiza essa avaliação ao destacar que as percepções positivas sobre o autor siciliano podem ser explicadas pelas características de sua obra, alinhadas às tendências historiográficas da época, como a abordagem helenística, a narrativa moralizante de influência estoica e sua relevância para leitores gregos e romanos. Nesse contexto, a ampla difusão da *Biblioteca Histórica* também decorre de seu reconhecimento como uma das fontes mais abrangentes para o estudo do período posterior a Alexandre Magno (GREEN, 2006, p. 17). Além disso, a ênfase recorrente de Diodoro na valorização dos greco-romanos em detrimento dos chamados "povos bárbaros" conferiu à obra um papel significativo na reafirmação da identidade e na legitimação da suposta superioridade da cultura greco-romana.

Entre a Antiguidade Tardia e o Renascimento, a natureza universalista da obra de Diodoro Sículo, associada à sua perspectiva moralizante de influência

estoica e à sua concepção das forças divinas como agentes impulsionadores da história, desempenhou um papel significativo para os apologistas cristãos. Esses intérpretes encontraram na obra do autor elementos que puderam ser adaptados às suas estratégias de evangelização, o que sugere que a Biblioteca Histórica pode ter contribuído para a formulação de um modelo de ensino da doutrina cristã voltado para as comunidades judaicas, gregas e romanas no contexto do declínio do Império Romano. Esse processo foi favorecido pelo fato de a língua e a cultura gregas já estarem consolidadas como bases da formação intelectual dessas sociedades, além de serem o principal veículo de difusão do cristianismo. Nesse cenário, Diodoro alcançou significativa popularidade nos círculos cristãos e manteve sua influência durante o Renascimento, período no qual se observa um aumento expressivo na circulação de sua obra (NIETO ORRIOLS, 2015, p. 338).

A partir do final do século XVIII, a historiografia passou por um processo de reformulação, acompanhando as transformações que ocorreram em diversas áreas do conhecimento e consolidando a História como uma disciplina científica. Nesse contexto, a Alemanha destacou-se como um dos principais centros desse debate, impulsionada pelas mudanças políticas e sociais que marcaram o período. Os historiadores alemães, ao revisitar a Antiguidade, passaram a adotar novas abordagens interpretativas, com o objetivo de fundamentar as ideias de unificação e formação do Estado Nacional, que se encontravam em pleno desenvolvimento. Com a efetivação da unificação alemã, os métodos analíticos propostos para o estudo do mundo antigo foram amplamente aceitos no meio acadêmico, favorecendo um intenso intercâmbio entre professores universitários de instituições alemãs e de outros países europeus (BUONO-CORE, 2006, p. 55). Nesse cenário, consolidou-se a aplicação das ciências auxiliares, como a filologia e a arqueologia, que proporcionaram um

exame mais aprofundado das fontes históricas, ampliando as possibilidades interpretativas acerca da Antiguidade.

Nesse contexto, Diodoro Sículo e sua Biblioteca Histórica tornaram-se um referencial para a historiografia, ao evidenciar a complexidade dos critérios que definem a qualidade de um historiador e a confiabilidade de uma fonte histórica. Nesse sentido, a Quellenforschung classificou Diodoro como um "compilador", uma categorização que gerou críticas relacionadas à sua metodologia, às questões cronológicas e até mesmo à escolha do título de sua obra. Argumenta-se que o termo "Biblioteca" sugere uma abordagem que se aproxima de uma mera coletânea de documentos. Hornblower, por exemplo, considera a nomenclatura adotada por Diodoro "peculiar" para um relato histórico, estabelecendo uma comparação com obras de Fócio e Apolodoro de Atenas, nas quais o caráter compilatório é reconhecido pelos próprios autores. Assim, a Biblioteca Histórica pode ser interpretada como um compêndio do saber histórico essencial, inserindo Diodoro no grupo de autores responsáveis por sistematizar manuais históricos (NIETO ORRIOLS, 2015, p. 345; HORNBLOWER, 1981, p. 22-24). No entanto, ainda na Modernidade, tais críticas foram objeto de contestação, impulsionando um amplo debate acerca do real alcance da contribuição diodoriana para a historiografia.

Atualmente, a *Biblioteca Histórica* de Diodoro Sículo não é mais interpretada como uma simples compilação de fontes, mas como uma obra dotada de singularidade, especialmente devido ao seu caráter moralizador. A coerência dessa abordagem torna-se evidente na tradição crítica que a acompanha, refletindo os princípios delineados no proêmio. Dessa forma, a obra se destaca tanto pelo seu conteúdo quanto pela perspectiva adotada por seu autor, que transcende a mera transmissão textual e se posiciona como historiador inserido em um contexto cultural e temporal específico (NIETO

ORRIOLS, 2015, p. 357-358). Além disso, a contribuição de Diodoro para a construção da narrativa sobre Alexandre Magno revela-se essencial para compreender as percepções dos autores contemporâneos acerca de suas conquistas e estratégias militares, bem como para o acesso a relatos de eventos significativos, como a destruição e fundação de cidades e o emprego da diplomacia em suas relações com diferentes povos e territórios. Ademais, a análise dessas fontes desempenha um papel fundamental na investigação da forma como a historiografia, ao longo dos séculos, apropriou-se da imagem e das realizações de Alexandre, reinterpretando-as conforme distintos contextos políticos, culturais e intelectuais.

A análise historiográfica das obras de Diodoro Sículo e Arriano de Nicomédia evidencia a complexidade da transmissão e recepção da história ao longo dos séculos. Apesar de contextos distintos e abordagens metodológicas próprias, ambas desempenharam papel fundamental na consolidação dos estudos sobre Alexandre Magno, influenciando historiadores posteriores e contribuindo para a construção de sua memória histórica. A pesquisa demonstra que a historiografia é um campo dinâmico, onde cada época projeta suas preocupações e valores sobre o passado. Através da intertextualidade e do diálogo com fontes anteriores, Diodoro e Arriano estruturaram uma visão coesa dos feitos de Alexandre, ao mesmo tempo, em que suas obras foram moldadas pelas demandas culturais e políticas de seus períodos. A preservação e recepção desses textos ao longo do tempo evidenciam o fascínio por Alexandre e sua relevância para a compreensão da Antiguidade. Seu estudo amplia o entendimento da narrativa histórica greco-romana e dos critérios que orientam a escrita da história, reafirmando-a como um campo em constante reconstrução e debate.

Referencias bibliográficas

- ABURTO, Leslie Lagos. **El helenismo en el siglo II d.C.**: La cultura griega a través de la Anábasis de Arriano de Nicomedia. Chillán: Discusión, 2016.
- BARROS, José D'Assunção. **A Fonte Histórica e seu lugar de produção**. Petrópolis: Vozes, 2020.
- BIAZOTTO, Thiago Amaral do. A. **Sob o signo do Grande Rei**: a barbarização de Alexandre Magno em Diodoro Sículo, Quinto Cúrcio, Plutarco e Arriano. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2016.
- BOSWORTH. Albert Brian. **A historical commentary on Arrian's History of Alexander**. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- BRAVO GÁRCIA, Antonio. Introducción. In: ARRIANO. **Anábasis de Alejandro Magno**: libros I – III. Traducción y notas de Antonio Guzmán Guerra. Madrid: Gredos, 1982.
- BUONO-CORE, Raúl. Un breve análisis sobre la historiografía de la antigua Grecia en los siglos XIX y XX. **Europa**, n. 4. p. 55-72, 2006.
- DIODORO SÍCULO. **Alejandro Magno**. Introducción, traducción y edición de Antonio Guzmán Guerra. Madrid: Akal, 1986.
- DIODORUS SICULUS. Historical Library. In: DELPHI, C. (org.). **The Complete Works of Diodorus Siculus**. Hastings: Delphi, 2014.
- DIODORUS SICULUS. **Library of History**: Books 16.66-17. Cambridge: Harvard University Press, 1963.
- DJURSLEV, Christian Thru. Heracles, Macedon, and Alexander the Great. In: OGDEN, D (ed.). **The Oxford Handbook of Heracles**. Oxford: Oxford University Press, 2021, p. 432-445.
- DROYSEN, Johann Gustav. **Alexandre, O Grande**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
- GREEN, P. **Diodorus Siculus**: the alternative version. Austin: University of Texas Press, 2006.
- GUZMÁN GUERRA, Antonio. Introducción. In: DIODORO SÍCULO. **Alejandro Magno**. Madrid: Akal, 1986, p. 9-24.

HORNBLOWER, Jane. **Hieronymus of Cardia**. Oxford: Oxford University Press, 1981.

LEME, André Luiz. **A estratégia política no principado romano do século II d.C.**: a comparação entre Alexandre, o Grande, e Adriano segundo a Anábasis de Arriano de Nicomédia. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MARINCOLA, John. Universal History from Ephorus to Diodorus. In: MARINCOLA, J. (ed.). **A companion to Greek and Roman Historiography**, v. 1. Cingapura: Blackwell Publishing, 2007.

MOSSÉ, Claude. **Alexandre, o Grande**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

MOTA, C. **As lições de História Universal da Biblioteca Histórica de Diodoro da Sicília como processo educativo da Humanidade**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

NIETO ORRIOLS, Daniel. Recepción y crítica de la Biblioteca Histórica de Diodoro Sículo: Consideraciones historiográficas sobre sus problemas de originalidad y calidad como fuente. **História** 396, v. 5, n. 2, p. 333-363, 2015.

PAJÓN LEYRA, Irene. **Paradoxografía griega**: estudio de un género literario. 2008. Tesis (Doctorado en Filología Griega y Lingüística Indoeuropea) Programa de Postgrado en Filología Griega y Lingüística Indoeuropea de la Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2009.

PAUSE, Henrique Hamester. **Alexandre Magno como Homem-fronteira**: virilidade e identidade greco-romana na construção do monarca macedônio de Plutarco e Arriano. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2021.

RODRÍGUEZ HORRILLO, Miguel Ángel. Diodoro, Tito Livio y su público. **Myrtia**, n. 27, p. 89-110, 2012.

SILVA, Gilvan Ventura da. Filipe, Alexandre e a Formação dos Reinos Helenísticos. In: SILVA, G. V. (org.). **Grécia, Roma e o Oriente**: da crise da pólis à época helenística. Vitória: Flor&cultura, 2009, p. 37-67.

STADTER, Philip. **Arrian of Nicomedia**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1980.

COMUNICAÇÕES LIVRES

Bloco V - Revistas e Jornais

Reações e reflexões Batistas durante a constituinte (1987-1988): uma perspectiva através dos jornais

Vinicius Alves dos Santos

Graduado

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Resumo: O artigo analisa a Convenção Batista Brasileira, uma entidade que reúne milhares de igrejas batistas com o mesmo modelo de governança e doutrina, conforme descrito pela própria Convenção (2017). Focando nas publicações do “O Jornal Batista” durante os anos de 1987 e 1988, período de elaboração da nova Constituição brasileira no pós-Ditadura Civil-Militar, a pesquisa examinou as posições político-sociais da Convenção a partir do jornal. O estudo revela como o periódico procurou se estabelecer como uma referência para seus adeptos, influenciando a sociedade civil e moldando suas escolhas ideológicas e seu engajamento com o processo constituinte.

Palavras-chave: Jornais; Sociedade civil; Constituição de 1988; Tendências político-religiosas; Representatividade religiosa.

Introdução

O ano de 1985 marca o fim da Ditadura Civil-Militar no Brasil, onde durante 21 anos o país sofreu com um regime de exceção, que caçou direitos fundamentais, perseguiu, torturou e assassinou opositores políticos, além de ter mergulhado a nação num caos político, econômico e social. Ao final das décadas de 1970 e 1980, a América do Sul que antes era sinônimo de regimes

autoritários, passou por uma agitação política em torno das redemocratizações (Silva, 2019)¹¹².

Segundo o professor Francisco Carlos Teixeira da Silva (2019), isso se deveu principalmente às ascensões do presidente estadunidense Jimmy Carter (1977-1981) e do estadista Mikhail Gorbatchev (1985-1991), (inicialmente como Secretário Geral do Partido Comunista da União Soviética, e posteriormente como presidente do bloco socialista). O primeiro, empreendeu críticas ao contexto da América Latina: o excessivo controle estatal e defendeu o seu recuo; e denunciou as polícias políticas responsáveis pela opressão dos contrários e das populações em geral. Sua postura foi favorável aos direitos humanos e suas alegações, em favor da liberdade de expressão.

Carter reconheceu o impacto positivo da questão dos direitos humanos logo no início de sua campanha. De acordo com suas memórias: *"human rights had become the central theme of our foreign policy in the minds of the press and public. It seemed that a spark had been ignited, and I had no inclination to douse the growing flames."* (Carter, 1995, p. 149). [...] Carter buscava resgatar os valores básicos dos Estados Unidos ao propor uma liderança firme e fiscalizadora. Não era apenas uma estratégia política para se diferenciar de seu adversário, mas também para limpar a imagem de seu país perante a comunidade internacional. Ele também priorizou a entrada de ativistas dos direitos humanos na sua administração [...]. (Neto, 2015, p. 3-5, grifo do autor).

O segundo, Mikhail Gorbatchev, ascendeu aos quadros do partido, fazendo reformas políticas e econômicas, (*Perestroika e Glasnost*) por causa da crise econômica que a União Soviética experimentava desde a década de 1970, o que

¹¹² Referências e citações revisadas de acordo com a norma ABNT NBR 10520, atualizada em julho de 2023.

desencadeou atrelado a muitos outros fatores, na sua dissolução, destruindo o símbolo mais bem consolidado do socialismo internacional.

[...] somente a partir de 1985 que o grande público ocidental tomou conhecimento da grave crise pela qual passava a própria URSS, quando foi anunciado um programa de reformas econômicas, a **Perestroika**, e de reformas políticas no sistema, a Glasnost, que projetou **Gorbachev** como personalidade mundial. Em 11 de junho de 1985, perante uma sessão plenária do CC do PCUS, na qual estava reunida a alta cúpula do partido – com exceção de Romanov, seu principal rival –, Gorbachev fez uma dura denúncia sobre o estado da economia soviética. Apelou por mudanças radicais e urgentes, pois, segundo ele, “não nos resta mais tempo” (Mandel, 1989, p.106). [...] Em 21 de dezembro, os dirigentes de 11 repúblicas reunidas em Alma-Ata, no Casaquistão, formalizaram a fundação da nova Comunidade e, como em um passa-moleque, enviaram-lhe um comunicado informando-lhe que tanto a URSS como suas funções simplesmente haviam deixado de existir. Na noite de 25 de dezembro de 1991, em pronunciamento transmitido pela televisão, Mikhail Gorbachev, em 268 uma situação algo patética, tornou pública a sua renúncia à presidência da URSS, país que na verdade não existia mais. Terminava assim o epílogo de uma das mais ousadas e grandiosas experiências de transformação social da história humana, que marcou decisivamente a evolução do Século XX e a vida de quase todos os países e gerações. O que parecia inacreditável e até impossível até 6 anos antes tanto para a maioria dos analistas ocidentais quanto soviéticos acontecera: ao final de 1991, a URSS acabou. (Rodrigues, 2006, p. 202; 267-268, grifo nosso).

As graves mudanças e articulações políticas no cenário internacional dentro das grandes potências mundiais da época, produziram muitas mudanças no contexto político brasileiro.

Do ponto de vista interno, “o milagre econômico brasileiro” não conseguiu sustentar o aparente período de prosperidade nacional devido à incapacidade de exportação e o gigante endividamento, culminando no anúncio em 1982 pelo então presidente do Brasil, o general João Baptista Figueiredo (1979-1985), de que o país não tinha capacidade de arcar com suas dívidas (Silva, 2019). Por causa da exaustão do sistema, acrescido da oposição crescente por causa da anistia de 1979 com o retorno dos exilados, a formação do Partido dos Trabalhadores em 1980, liderado pelo seu líder, Luiz Inácio Lula da Silva, e os movimentos populares, a solução foi a terminação do regime com o restabelecimento democrático, a princípio, com a eleição indireta de Tancredo Neves (Motta, 1999).

Antecedentes da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988)

Os clamores por uma constituinte surgiram no início da década de 1970, quando no Recife/PE em julho de 1972, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) transformou esta pauta como a sua principal, não obstante a resistência imposta pelos membros mais moderados. Arelada a esta, o MDB incorporou ao seu quadro programático a luta pela anistia, a mobilização dos trabalhadores contra o arrocho salarial e as *Diretas Já*. De acordo com Troiano (2015), em abril de 1983 foi anunciada a proposta de Emenda Constitucional Dante de Oliveira, a qual pretendia a restauração das eleições diretas no Brasil. No entanto, o dia 25 de abril de 1984, que era aguardado com grandes expectativas positivas para

pôr fim ao “jejum democrático”, foi marcado pela frustração, tristeza e revolta; por 22 votos a emenda foi derrotada. Com a eleição indireta de Tancredo Neves, que demonstrou em sua campanha a adesão ao movimento das *Diretas Já* e a uma nova constituição, ele encaminhou no dia 28 de junho de 1985 ao Congresso Nacional uma proposta de convocação para uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC).

Neste ínterim, Tancredo Neves, antes do seu falecimento, idealizou uma *Comissão Provisória de Estudos Constitucionais* que foi colocada em prática apenas pelo seu suplente José Sarney. A tal comissão foi estabelecida com a composição em torno de 50 integrantes e com personagens representativos do empresariado brasileiro e alguns juristas influentes. A consequência da reunião deste grupo foi a produção do anteprojeto constitucional que acabou sendo duramente criticado pelas classes progressistas do país. Apesar de trazer a reivindicação das 40 horas semanais de trabalho, trouxe poucas gradações “por excluir temas como seguro-desemprego, participação nos lucros e benefícios às classes trabalhadoras não regulamentadas” (Troiano, 2015). Além disso, outra crítica veiculada foi a aparente afronta à soberania da ANC.

No dia 18 de setembro de 1986 o anteprojeto foi enviado ao presidente da república, e teve seu pronto arquivamento devido à impopularidade de muitas de suas pautas. Apenas em 1º de fevereiro de 1987 a ANC foi instalada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), José Carlos Moreira Alves, sendo eleito presidente da ANC o saudoso deputado federal Ulysses Guimarães.

A instalação da ANC se mostrou um considerável desafio, pela responsabilidade de estabelecer uma nova Carta Magna, e que reparasse todas as injustiças do período anterior, e também inaugurar e organizar direitos e deveres das diversas seções e grupos sociais nacionais. Este processo sofreu

pressões dos diferentes setores da sociedade através de mobilizações no Congresso Nacional e de publicações nos veículos de informação.

O presente artigo procura analisar uma das categorias coletivas do corpo social brasileiro, a Convenção Batista Brasileira, que é uma aglutinação de milhares de igrejas batistas identificadas com a mesma forma de governo eclesiástico e arcabouço doutrinário (Convenção Batista Brasileira, 2017). Através do seu canal de informação oficial, “O Jornal Batista”, entre os anos de 1987 e 1988, a convenção publicou suas posições políticas, sociais e morais, objetivando se constituir como uma referência e balizadora da sociedade civil adepta de sua doutrina perante a formação do novo texto constitucional. Este trabalho apresentará os resultados da investigação empreendida nas edições do Jornal Batista neste recorte temporal proposto, manifestando as posições e as tendências político-religiosas desta confessionalidade, e os impactos destas escolhas ideológicas expressas em seus representantes políticos.

A decisão por usar os jornais como fontes para a realização do trabalho, parte do entendimento que estes suportes informacionais são excelentes materiais de demonstração “imediate” dos acontecimentos, e dos discursos que estão sendo produzidos e veiculados na sociedade. Não são apenas um “meio de comunicação”, como constatou José D’Assunção Barros, professor do Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ):

Contemporaneamente – além de serem de fato instrumentos de produção de discurso que agem na sociedade de muitas maneiras – os jornais constituem um ‘meio de comunicação’ voltado para a captação das massas ou de segmentos ao menos significativos da população, com a capacidade de abranger uma diversidade de assuntos de interesse público, embora também exista uma margem relevante de jornais direcionados para

setores mais específicos da população ou para grupos muito restritos, assim como jornais especializados em aspectos singulares como a economia, ciência, humor ou esporte. [...] os jornais não transmitem apenas informações. Eles também comunicam ideias e valores, e através destas ideias e valores buscam agir sobre a sociedade, além de representarem certos interesses – não necessariamente um único setor de interesses, mas sim um campo de interesses no interior do qual diversos fatores interagem. O fato de ser um ‘meio de comunicação’ interfere na função jornalística de se propor a ser um ‘meio de informação’, e este aspecto precisa ter uma centralidade na análise dos historiadores. A informação transmitida pelos jornais mescla-se com a elaboração de um discurso, com a comunicação de valores e ideias, com os projetos de agir sobre a sociedade, com a necessidade de interagir com fatores políticos e econômicos. (Barros, 2021, p. 425).

Como mencionado, o Jornal Batista não demonstra apenas a sua confessionalidade¹¹³, suas escolhas religiosas, mas produz narrativas e transmite ideias e preceitos aos seus leitores com a pretensão e potencialidade de produzir agentes capazes de concretizar suas concepções.

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de ampliar o escopo de compreensão do cenário evangélico, remontando ao início da Nova República (1985 até os dias atuais) com os seus agentes e conjunturas, tencionando perceber as similitudes e permanências com o presente, e também os

¹¹³ [...] conjunto de crenças, princípios, símbolos e práticas que se explicitam na vida de uma pessoa ou instituição. É a atitude de assumir e confessar como valioso um conjunto de valores, princípios de conduta e também respostas para os questionamentos da vida. Consideremos que “confissão” seja a aceitação de algo como verdadeiro e valioso, bem como a proclamação ou declaração de que esse “algo” é significativo e digno de ser aplicado à nossa experiência de vida. Sendo assim, a confessionalidade terá então o sentido de um estilo de vida, fundamentado nos valores escolhidos para direcionar a prática pessoal, familiar, profissional, social e espiritual (Borges, 2013).

distanciamentos e dessemelhanças. Foi justamente nesta ocasião, em que se formou a Bancada Evangélica do Congresso Nacional, que desempenha um papel expressivo ainda hoje nas escolhas políticas empreendidas no país. Além disso, essa investigação oportuniza perceber as influências religiosas em torno da formação do texto constitucional ainda vigente na data de escrita deste artigo.

A metodologia usada foi a *Pesquisa Documental* que segundo Santos (2010), é

aquela que utilizará documentos que, para o historiador, constituem as fontes de seu estudo, as pistas e os indícios pelos quais vai perseguir as respostas para suas indagações. [...] Tais documentos estão inseridos em determinados contextos e fornecem informações sobre o mesmo, sendo, portanto, de suma importância para o historiador. Os mais diversos processos históricos vivenciados pela sociedade deixaram pistas, traços, pegadas sobre as quais o historiador debruça-se para compreender/interpretar uma sociedade em estudo, contextualizando-a, problematizando-a. (Santos, 2010, p. 21-22).

Olhar para as fontes, para os documentos, é fundamental a fim de que o historiador consiga analisar e refletir a partir da materialidade produzida no período, e apresente e discuta os dados e informações que apontam as perspectivas em disputa. Afinal, a História não deve prescindir das fontes.

“O Jornal Batista” e a produção de narrativas políticas: análise documental

De acordo com Oliveira (2011), ao final do século XIX, especificamente em 1886, o Brasil teve a primeira igreja batista em seu solo. Por ser de uma linhagem protestante influenciada pelo escolasticismo, ou seja, que procura conciliar sua fé com um sistema de pensamento racional, logo nas primeiras décadas como reflexo desse atributo trataram de estabelecer um periódico. O jornal recebeu diferentes nomes, vindo a ter mais tardiamente a denominação “O Jornal Batista” apenas em 1901.

O pastor José dos Reis Pereira foi o editor-chefe do jornal durante 24 anos ininterruptos (1964-1988); este expressou em um artigo da década de 1980, que o espaço jornalístico confessional é um “sólido doutrinador e firme defensor das convicções batistas” (Cidade, 2022, p. 5). Mesmo com um recorte curto escolhido para esta pesquisa, o que fica evidente é que as tais convicções batistas apontadas pelo pastor estão para além da esfera religiosa, pois apresentam interseccionalidades com outros âmbitos sociais.

A edição de nº 11 de março de 1987, período em que os trabalhos da ANC já haviam iniciado, o jornal através da linha editorial escolhida pelo seu chefe, José dos Reis Pereira, realiza uma breve retrospectiva da república brasileira em relação à trajetória da inserção do ensino religioso nas escolas públicas do país desde a primeira constituição republicana de 1891. Esta escrita foi motivada por causa das autoridades católicas estarem pressionando seus representantes na ANC para a inclusão do ensino religioso na nova carta magna. O autor compreende que a inserção de artigos e parágrafos que defendem essa medida parte das autoridades católicas, que por terem insucesso em sua doutrinação, querem usar o ambiente escolar para pregar sua fé.

O esforço católico para colocar aulas de ensino religioso deve-se ao fracasso da Igreja Católica na educação religiosa dos filhos de famílias católicas. Aulas de catecismo nas Igrejas ficam às moscas

e nos lares católicos não tem havido orientação para o ensino da religião e, possivelmente, nem vontade e gosto de ministrá-lo. Nessas condições, a Igreja apela para a escola pública [...]. (O Jornal Batista, 1987, ed. 11, p. 3).

Acrescente-se a isso que José dos Reis Pereira fala da importância dos deputados batistas que ocupam cadeiras do Congresso Nacional, que votem contra artigos desta natureza, evocando o ideal protestante do século XVI de separação entre Igreja e Estado.

Na edição seguinte de nº 12, ainda em março de 1987, o periódico traz a origem do que seria então a Bancada Evangélica do Congresso Nacional: 32 deputados que professam a fé batista, sendo 13 da Assembleia de Deus. O pastor diz que entende o sucesso do engajamento político por parte da Assembleia de Deus na política, no entanto, discorda de suas práticas de condução de candidatos ao púlpito, ou a realização de proselitismo político no ambiente cívico. Para o pastor-editor, no ambiente eclesástico os temas relativos à política devem ser tratados, porém sem uma perspectiva partidária.

Apesar da queda da Ditadura Civil-Militar em 1985, no Brasil de 1987, em termos comparativos com a atualidade, a polarização política vivenciada no país com reflexos no ambiente religioso, era consideravelmente menor. Se as classes mais tradicionais e outras fundamentalistas no campo protestante, combatem atualmente de maneira veemente e até paranoica as Esquerdas e suas expressões, no jornal editado pelo sujeito do alto escalão da denominação batista na década de 1980, percebe-se uma postura menos inflamada quanto aos evangélicos de esquerda.

Tínhamos sido informados de que eram 26 os Constituintes evangélicos, eleitos em 15 de novembro. Agora recebemos uma lista que nos apresenta 32. Publicamo-la não apenas para

conhecimento de nossos leitores. É, especialmente, para recomendar todos esses nomes às orações do povo de Deus. Esperamos que esses Constituintes se mostrem ativos na defesa de posições tipicamente evangélicas como a separação entre Igreja e Estado, a liberdade de consciência, a liberdade de imprensa, o ensino leigo nas escolas e tudo quanto consta da Declaração dos Direitos Humanos. E que todos eles sejam irrepreensíveis na sua conduta parlamentar e pessoal, como convém a quem declara ter Jesus Cristo na vida. Antonio Jesus Dias — PMDB (GO) — Assembleia de Deus; Arolde de Oliveira — PFL (RJ) — Batista; **Benedita da Silva — PT (RJ)** — Assembleia de Deus; Celso Dourado — PMDB (BA) — Presbiteriano; Costa Ferreira — PFL (MA) — Assembleia de Deus; Daso Coimbra — PMDB (RJ) — Congregacional; **Edésio Frias — PDT (RJ) — Batista**; Eliel Rodrigues — PMDB (PA) — Assembleia de Deus; Enoc Vieira — PFL (MA) — Batista; Eraldo Tinoco — PFL (BA) — Batista; Eunice Michiles — PFL (AM) — Adventista; Fausto Rocha — PFL (SP) — Batista; Gidel Dantas — PMDB (CE) — Igreja de Cristo; **Jaime Paliarin — PTB (SP) — Ev. Quadrangular**; **João de Deus Antunes — PDT (RS) — Assembleia de Deus**; **José Fernandes — PDT (AM) — Assembleia de Deus**; José Vianna Alves — PMDB (RO) — Assembleia de Deus; Levi Dias — PFL (MS) — Presbiteriana Independente; Lézio Gomes Sathler — PMDB (ES) — Presbiteriana; **Lisaneas Maciel — PDT (RJ) — Presbiteriana**; Manoel Moreira — PMDB (SP) — Assembleia de Deus; Mário Oliveira — PMDB (MG) — Ev. Quadrangular; Mateus Iensen — PMDB (PR) — Assembleia de Deus; Milton Barbosa — PMDB (BA) — Assembleia de Deus; Naphtali Alves — PMDB (GO) — Igreja Cristã Evangélica; Nelson Aguiar — PMDB (ES) — Batista; Orlando Pacheco — PFL (SC) — Assembleia de Deus; Roberto Brant —

PMDB (MG) — Batista Renovada; **Roberto Lopes** — **PTB (RJ)** — **Universal Reino de Deus**; Rubem Branquinho — PMDB (AC) — Presbiteriana; Salatiel Souza Carvalho — PFL (PE) — Assembleia de Deus; Sotero Cunha — PDC (RJ) — Assembleia de Deus. (O Jornal Batista, 1987, ed. 13, p. 1, grifo nosso).

É evidente que cabe a discussão do quanto esses políticos eram conscientes ou engajados com o quadro programático da legenda escolhida por eles (os grifos indicam partidos mais alinhados às esquerdas), além da grande parte da composição ser de políticos da repaginada sigla Partido da Frente Liberal (PFL, atualmente, Democratas) de orientação conservadora-liberal. Todavia, neste trecho o autor demonstra pouca desconfiança ou preconceito quanto às siglas e à multiplicidade de tradições religiosas dentro do ramo evangélico na composição da mesa do Congresso. Possivelmente, por causa do pragmatismo que permeia a política brasileira.

Em outro trecho da edição de nº 14 ainda de 1987, o editor começa a apresentar algumas aparentes incongruências em seu discurso. Nesta edição é apresentado um texto, cujo título é: "uma constituição que agrada ao Senhor", onde existe uma espécie de reconhecimento do país não ser cristão, embora a religião católica seja majoritária. Em contrapartida, a redação propõe que os políticos eleitos ou que seriam escolhidos, deveriam testemunhar de sua fé. Em seguida, são elencadas várias características que agradariam a Deus, propondo uma sutil mescla entre Igreja e Estado, separados formalmente, mas contendo elementos do cristianismo professado pela denominação batista.

Ser um agente político e portador de crenças religiosas não é um problema porque as pessoas no espaço público manifestam as suas

*Weltanschauungen*¹¹⁴, ou numa terminologia mais comum, uma *cosmovisão* que reflete seus juízos e preceitos mais básicos. João Calvino (1509-1564), reformador francês, conhecido por sua ênfase teológica na Soberania de Deus sobre a salvação dos seres humanos, não negou a interseccionalidade da religião com a política, contudo, ele defende que os membros de uma comunidade devem ser “consciência do Estado”.

Quando se encontrarem, no governo comum, erros que precisam ser corrigidos, os cidadãos não devem tomar a iniciativa de remediar um problema que não lhes compete; devem, antes, expor a situação ao superior, que é o único autorizado a gerir os negócios públicos. Com isso pretendo dizer que não se deve fazer nada sem que haja uma ordem precisa de execução. Onde, de fato, for dada uma ordem pela autoridade superior, os cidadãos estarão revestidos de autoridade pública.

(Calvino, 2007, p. 896).

O desafio que este artigo não pretende responder, é perceber as fronteiras entre a esfera privada e pública dos agentes políticos eleitos em uma democracia semidireta. Para exemplificar essa dificuldade, na edição de nº 17 de 1987, o jornal noticia que deputados evangélicos presentes durante a instalação da ANC nas oportunidades que lhes foram concedidas, recitaram textos bíblicos e expuseram os motivos que os traziam ali: a família, os bons valores, soluções para a pobreza do povo brasileiro e o combate à prática do que à época era chamado de "homossexualismo" e sua associação com a Síndrome da Imunodeficiência Humana (durante o período conhecida como AIDS).

¹¹⁴ Conjunto de crenças ou pressupostos de caráter ontoteológico, cosmológico, epistemológico, antropológico, axiológico e teleológico a partir do qual todas as ideias e conceitos acerca da realidade e da vida se originam e se sustentam (Oliveira, 2008, p. 35).

Ver OLIVEIRA, Fabiano de Almeida. Reflexões críticas sobre *Weltanschauung*: uma análise do processo de formação e compartilhamento de cosmovisões numa perspectiva teo-referente. **Fides Reformata**, v. 13, n. 1, 2008. p. 31-52.

Uma vez que são “depositários dos ideais de tradição patriótica” (por causa da necessidade de coesão social como qualquer grupo social esboça, seja religioso, identitário, político ou econômico) [...] se apresentaram muito defensivos [...] ao fantasma do desejo desviante; [...] dizia o poeta italiano Pier Paolo Pasolini que o tabu da homossexualidade é um dos mais sólidos ferrolhos morais das sociedades.” (Trevisan, 2018). Entretanto, a indagação que sempre retorna é o lugar e a forma de como essas discussões devem ser conduzidas e encaradas em um Estado laico, mas que também não é anticlerical¹¹⁵.

É interessante que não eram apenas os temas religiosos que possuíam um espaço dentro desse recorte temporal, mas reflexões acerca do cenário político mesclando com temas da moralidade cristã que o editor defendia:

A vida brasileira continua a piorar diariamente. A euforia do Plano Cruzado durou muito pouco e a nós parece que o Plano não funcionou por falta de autoridade. Foi uma pena. Agora tudo está à solta. De diferentes maneiras temos verificado isso. Por exemplo: há dias fomos comprar um remédio, receitado em plena vigência do Plano. Custava na ocasião 180 cruzados. Agora, menos de um ano passado, o preço ascendeu a 780 Cruzados! Um aumento de mais de 300%! Esse, entretanto, não é o mais astronômico dos aumentos. Há outros de percentuais muito mais elevados. Parece que industriais e comerciantes se aliaram para “ir à forra” do congelamento de preços. Querem recuperar rapidamente tudo o que julgam ter perdido. Imaginemos um cidadão que vive de salário mínimo sendo obrigado a comprar um remédio que dura quinze dias e lhe leva a metade do salário. Um bom assunto para um conto bem lúgubre de Kafka. Por outro lado, parece que os assaltos estão aumentando. [...] Um ministro

¹¹⁵ Que não concorda com a influência que o clero exerce sobre; que é contrário ou se opõe ao clero (DICIO, Dicionário Online de Português, 2024).

deixa o governo algo decepcionado porque não conseguiu combater a corrupção que encontrou. Deu a entender que existe um sistema invencível de proteção aos corruptos. [...] A par disso a televisão continua a esmerar-se na projeção de enlatados caracterizados pela violência ou em produções nacionais cada vez mais atrevidas na agressão aos princípios morais [...] então não é possível que as autoridades determinem um controle mais severo dos preços? [...] Então não é possível apelar àqueles nos quais votamos cobrando promessas ou exigindo ação? O que dissemos linhas atrás são coisas que podem e devem ser feitas inclusive pelo povo evangélico. (O Jornal Batista, 1987, ed. 17, p. 3).

Por intermédio deste fragmento é possível perceber que o autor estimula o povo evangélico de sua denominação a possuir determinado olhar sobre a política, desde a esfera econômica, atravessando a política e a moralidade social. A laicidade da ANC de 1987 e a multiplicidade do mercado religioso no campo evangélico, com as suas gradações ao longo do século XX (Santos, 2021), trouxeram a concorrência das distintas perspectivas sobre a escrita do texto constitucional.

O presidente da república desta fase, José Sarney, reconheceu: “Toda Assembleia Constituinte tem uma grande novidade e a novidade desta é a presença maciça de uma representação evangélica.”¹¹⁶ (Jornal do Brasil, 1988, p. 6). Segundo Santos (2021), a presença evangélica era tamanha que estes se espalharam entre as comissões, concentrando-se na Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, um tema central não apenas para este grupo social, mas para muitos outros coletivos, uma vez que é um dos núcleos centrais para a estruturação e dinâmica de uma sociedade. Muito do que se tem da

¹¹⁶ Jornal do Brasil, 07 de agosto de 1988. Caderno B/Especial p. 6.

Constituição de 1988, reflete as perspectivas religiosas do povo batista e em maior resultado, dos evangélicos deste país.

Por fim, na edição de nº 15 de abril de 1988, o texto da constituição que estava sendo proposto (a proposição anterior ao atual artigo 5º, inciso VII ¹¹⁷), é acusado de restringir a assistência religiosa às instituições civis e militares de internação coletiva à Igreja Romana, não permitindo uma maior ampliação de visitas e auxílios por parte de outros credos. Apesar da posição do jornal ter sido a vitoriosa, o autor lamentou a decisão por ainda ser dependente de lei complementar (Jornal, 1988, ed. 15). Mesmo com as proximidades do arcabouço moral entre as duas tradições cristãs, o protestantismo e o catolicismo romano se mostraram neste momento, extremamente concorrentes e como pleiteadores da esfera e influência religiosa na construção da carta magna brasileira.

Discussão e considerações finais

Para além da exposição e comentários sobre os acontecimentos presentes, os jornais são instrumentos que oportunizam a reconstrução, ainda que fragmentada, do passado. Os periódicos são formadores e transmissores das mais variadas ideologias e por conseguinte, comportamentos sociais, ocasionando na conexão com o “imediato”.

“O Jornal Batista” analisado neste texto é um claro exemplo de aparato de formação de pensamento e conduta em seus leitores, pois as edições não possuem o objetivo de veicular as notícias privativamente religiosas, mas em fornecer um parâmetro opinativo e de agência frente ao espaço público. Os leitores não são convidados a captar as informações passivamente, pelo

¹¹⁷ VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva (BRASIL, 1988).

contrário, são convocados a se envolverem com a oração ao seu Deus e à escolha política dos parlamentares.

Ressalta-se que o editor-chefe, José dos Reis Pereira, não admitia a presença de figuras políticas no púlpito de sua denominação, ainda assim, talvez não conscientemente, produzia uma “galeria” de personagens “confiáveis” e “leais” ao povo evangélico e suas pautas. A “chancelaria” não era total, deve-se ser honesto. O editor expressava o desejo de que os fiéis assentissem aos temas da camada batista e evangélica, todavia, não conclamava os leitores a um apoio irrestrito e acrítico. Este quadro possibilita a verificação de um procedimento diferenciado por parte das igrejas protestantes tradicionais.

De forma alguma, existir enquanto comunidade religiosa no meio coletivo se traduz como ação *apolítica*. O desenvolvimento e a consolidação da tradição democrática se dão com o envolvimento de todos nas espacialidades discursivas e decisórias, porém, quando lideranças religiosas manipulam as massas pervertendo os fatos, e estabelecendo um clima de exclusivismo opinativo não amparado pelas suas regras de fé e prática (no caso dos cristãos protestantes, a Bíblia), o terreno se torna fértil para radicalismos, autoritarismos e a corrupção do tecido dialógico entre os diferentes.

Hannah Arendt em sua obra “Origens do Totalitarismo”, ao mobilizar o repertório grego para falar dos sofistas, e estabelecer conexões com traços da fé judaica para explicar o triste fenômeno do antissemitismo do século XX, expressa:

[...] o historiador vê obstáculos nos modernos manipuladores dos fatos, que destroem a própria história e sua inteligibilidade, colocada em perigo sempre que os fatos deixam de ser considerados parte integrante do mundo passado e presente, para serem indevidamente usados a fim de demonstrar esta ou aquela opinião. É certo que seria difícil encontrar o caminho no

labirinto dos fatos desarticulados, se fossem abandonadas as opiniões e rejeitada a tradição. Contudo, essas perplexidades da historiografia são consequências ínfimas se forem consideradas as profundas transformações do nosso tempo e o seu efeito sobre as estruturas históricas do mundo ocidental. (Arendt, 2012, p. 20).

O caminho proposto por Arendt neste trecho é o da leitura holística da realidade, considerando todo o seu arcabouço de complexidade, e examinando com moderação e verticalidade. Certamente, as instituições da sociedade civil brasileira, e em especial as evangélicas, necessitam de tal sobriedade.

Referências¹¹⁸

ARENDR, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Disponível em: <https://alegre.ifes.edu.br/images/stories/Arquivos/lfes-em-casa/historia/Renata-Alves/Origens-do-Totalitarismo-Hannah-Arendt.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2024.

ANTICLERICAL. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/anticlerical/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

BARROS, José D'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica, **Revista Portuguesa de História**, Lisboa, v. 52, 2021, p. 397-419. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/rph/article/view/8691/7504>. Acesso em: 26 ago. 2024.

BORGES, Inez Augusto. **O que é confessionalidade?** Estudos Bíblicos Ultimato. 2013. Disponível em:

¹¹⁸ Dada a crescente referência a páginas e documentos eletrônicos nas obras técnico-científicas, a expressão referências bibliográficas não é empregada; somente referências. Consultar: [https://www.ipea.gov.br/sites/manualeditorial/padroes-editoriais/padronizacoes-textuais/referencias#:~:text=No%20geral%2C%20seguem%2Dse%20os,de%20Normas%20T%C3%A9cnicas%20\(ABNT\).&text=Dada%20a%20crescente%20refer%C3%Aancia%20a,n%C3%A3o%20%C3%A9%20empregada%3B%20somente%20refer%C3%Aancias](https://www.ipea.gov.br/sites/manualeditorial/padroes-editoriais/padronizacoes-textuais/referencias#:~:text=No%20geral%2C%20seguem%2Dse%20os,de%20Normas%20T%C3%A9cnicas%20(ABNT).&text=Dada%20a%20crescente%20refer%C3%Aancia%20a,n%C3%A3o%20%C3%A9%20empregada%3B%20somente%20refer%C3%Aancias). Acesso em: 12 nov. 2024.

<https://ultimato.com.br/sites/estudos-biblicos/assunto/o-que-e-confessionalidade/#comments>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2022. 164 p.

CALVINO, João. **A instituição da religião cristã, Tomo II, Livros III e IV**. Tradução: do Tomo II, Livro III, Elaine C. Sartorelli; capítulos 1 a 13 e 20 do Livro IV, Omayr J. de Moraes Jr.; capítulos 14 a 19 do Livro IV Elaine C. Sartorelli. São Paulo: Editora UNESP, 2009. Disponível em: <https://ecasolli.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/08/joao-calvino-a-instituicao-da-religiao-crista-tomo-ii-unesp.pdf>. Acesso em: 17 out. 2024.

Câmara dos Deputados. **Fatos antecedentes à Assembleia Nacional Constituinte**, s.d. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/linha-do-tempo. 1 Acesso em: 15 ago. 2024.

CIDADE, Almiranice. Uma breve análise sobre o Jornal Batista como espaço de consolidação e poder dos batistas no Brasil (1901-1936). *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11, 2022, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ANPUH, 2022. p. 1-11. Disponível em: https://www.encontro2022.bahia.anpuh.org/resources/anais/15/anpuh-ba-eeh2022/1658408884_ARQUIVO_0b1b7fc529a3a55e9183f1bdbde49113.pdf. Acesso em: 16 ago. 2024.

Convenção Batista Brasileira - CBB. Disponível em: https://www.convencaobatista.com.br/site/pagina.php?MEN_ID=19. Acesso em: 15 ago. 2024.

JORNAL DO BRASIL, 07 de agosto de 1988. Caderno B/Especial p. 4 a 6. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/030015/per030015_1988_00121.pdf. Acesso em: 17 ago. 2024.

LIMA, João Alberto de Oliveira; PASSOS, Edilene; NICOLA, João Rafael. **A gênese do texto da Constituição de 1988**. Vol. 2. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/publicacoes/geneseconstituicao/pdf/genese-cf-1988-1.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

NETO, Waldemar Dalenogare. A Política Externa dos Direitos Humanos de Jimmy Carter. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28, 2015, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: ANPUH, 2015. p. 1-15. Disponível em: https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1426801446_ARQUIVO_ANPUHWALDEMAR.pdf. Acesso em: 16 ago. 2024.

O Jornal Batista: acervo digital. [s.d.]. Disponível: <http://acervo.batistas.com/>. Acesso em: 17 ago. 2024.

OLIVEIRA, Fabiano de Almeida. Reflexões críticas sobre Weltanschauung: uma análise do processo de formação e compartilhamento de cosmovisões numa perspectiva teo-referente. **Fides Reformata**, v. 13, n. 1, 2008. p. 31-52. Disponível em: https://cpaj.mackenzie.br/fileadmin/user_upload/2-Uma-an%C3%A1lise-do-processo-de-forma%C3%A7%C3%A3o-e-compartilhamento-de-cosmovis%C3%B5es-numa-perspectiva-teo-referente-Fabiano-de-Almeida-Oliveira.pdf. Acesso em: 16 ago. 2024.

OLIVEIRA, Zaqueu Moreira. **Um povo chamado batista**: história e princípios. 2 ed. Recife: Kairós Editora, 2011

RODRIGUES, Robério Paulino. **O colapso da URSS**: um estudo das causas. 2006. 295 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11072007-112541/publico/TESE_ROBERIO_PAULINO_RODRIGUES.pdf. Acesso em: 16 ago. 2024.

SANTOS, Carolina Bertassoni dos. Os evangélicos e a Constituinte de 1987. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 31, 2021, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANPUH, 2021. p. 1-17. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1627336325_ARQUIVO_33db25bc394e1af13a4d5a3c7a789bd5.pdf. Acesso em: 17 ago. 2024.

SANTOS, Dayse Lúcida Silva. **Métodos e técnicas de pesquisa em história**. 1 ed. Montes Claros: Editora Unimontes, 2010. Disponível em:

https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/17513616022012Metodologia_da_Pesquisa_Historica_Aula_1.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

Senado Federal. **Campanha pela Constituinte começou na década de 70.** 2003. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2003/10/08/campanha-pela-constituente-comecou-na-decada-de-70>. Acesso em: 15 ago. 2024.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985.** In: O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985). FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. (O Brasil Republicano; 4).

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso:** a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TROIANO, Marilene. Entre o passado e o futuro: o processo constituinte de 1987-1988. **Revista Direito Mackenzie**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 197-217. 2017. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rmd/article/view/10111>. Acesso em: 15 ago. 2024.